

O ARCHEOLOGO
PORTUGUÊS

Obra composta e impressa na Imprensa Nacional
Edição e propriedade do Museu Etnológico Português

O ARCHEOLOGO PORTUGUÈS

COLECÇÃO ILUSTRADA DE MATERIAIS E NOTÍCIAS

PUBLICADA PELO

MUSEU ETNOLÓGICO PORTUGUÊS

REDATOR — J. LEITE DE VASCONCELOS

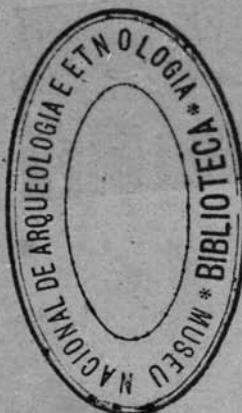
VOL. XIX

PRESTIGIA — EPIGRAFIA



NUMISMATICA — ARTE ANTIGA

Veterum volvens monumenta virorum



LISBOA

IMPRENSA NACIONAL

1914

SUMÁRIO

- SÔBRE UNS VASOS ANTIGOS DO MUSEU ETNOLÓGICO PORTUGUÊS: 1.
ARTES E INDÚSTRIAS METÁLICAS EM PORTUGAL: 4.
APONTAMENTOS ARQUEOLÓGICOS DO CONCELHO DE MARCO DE CANAVESES: 12.
A NOMEAÇÃO DO PESSOAL SUPERIOR DA IMPRENSA DA ACADEMIA RIAL DE HISTÓRIA: 31.
CONTOS PARA CONTAR: 41.
CATÁLOGO DOS MANUSCRITOS DO MUSEU ETNOLÓGICO: 46.
INSCRIÇÃO ROMANA DE SINTRA: 84.
SAPÉQUES: 84.
ANALECTA ARCHAEOLOGICA: 85.
A EXPOSIÇÃO OLISIPONENSE NO MUSEU ARQUEOLÓGICO DO CARMO: 90.
MEDALHAS CAMONIANAS: 93.
ESTAÇÃO ARQUEOLÓGICA DO OUTEIRO DA ASSENTA (ÓBIDOS): 135.
ANTIGUIDADES DE TOMAR: 146.
CARIMBAGEM DE PATACAS EM S. TOMÉ: 151.
A COLEÇÃO DE «MILAGRES» DO MUSEU ETNOLÓGICO PORTUGUÊS: 152.
NOTAS LEXICOLÓGICO-ARQUEOLÓGICAS: 176.
MONUMENTOS NACIONAIS: 180.
BIBLIOGRAFIA: 187.
NECROLOGIA: 188.
CRÓNICA: 189.
-

Este fascículo vai ilustrado com 47 estampas.

O ARCHEOLOGO PORTUGUÊS

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO

MUSEU ETNOLÓGICO PORTUGUÊS

COMPOSTO E IMPRESSO NA IMPRENSA NACIONAL DE LISBOA

VOL. XIX

JANEIRO A JUNHO DE 1914

N.º 1 A 6

Sobre uns vasos antigos do Museu Etnológico Português

Subsídio para a história da higiene e para a da influência púnica na Lusitânia

No tratado de higiene infantil do Dr. Variot (*Traité d'Hygiène infantile*, 1910, p. 385) diz-se em nota, a propósito da origem da mama-deira ou *biberon*, que Dureau, bibliotecário da Academia de Medicina, ocupando-se deste assunto na *Chronique médicale*, não pôde chegar a conclusões precisas; e, transcrevendo-se um pequeno trecho do trabalho de Dureau, diz-se mais que ele Dureau considera como *biberons* uns pequenos vasos em forma de garrafa, com uma eminência mamilar no bójo, eminência perfurada e destinada a dar saída aos líquidos que eles contivessem, vasos estes que se tem encontrado com freqüência em sepulturas com ossos de crianças, sepulturas dos cemitérios frances, franco-romanos e romanos da Gália. Dureau acen-



Fig. 1

tua que o *guttus* romano não era um *biberon* e que nas escavações de Pompeia ou Pompeios (como entende que se deve dizer em português o ilustre filólogo Dr. Leite de Vasconcelos), nunca se encontrou nenhum vaso que pudesse ser identificado com aqueles que Dureau e outros consideram *biberons*. A leitura da nota do Tratado de Variot levou-me a ver se nas colecções do Museu Etnológico Português existiam vasos encontrados nas nossas regiões e identificáveis com os *biberons* gauleses.

Com facilidade, e graças às indicações do Dr. Vergilio Correia, conservador do Museu, encontrei dois, catalogados como exemplares da cerâmica púnica, mas ainda sem nenhuma indicação com respeito à sua utilidade. Um desses vasos foi encontrado em Serpa, na Herdade das Lajes¹, e o outro em Alcoutim, no Montinho das Laranjeiras². São de barro esbranquiçado, sem verniz nem esmalte, e com vestígios notáveis de pintura vermelha, de que num deles se percebem ainda alguns traços pequenos e angulares e uma figura radiada que muito embra a figura solar que, por exemplo, se vê num pedaço de louça, Jbordo de um vaso encontrado em Amarejo, e que vem figurado a p. 54 do vol. I do livro de Paris, *Essai sur l'art et l'industrie de l'Espagne primitive*. Os dois vasos a que me refiro são um pouco diferentes, em feitio e em tamanho (Vid. figs. 1 e 2). A capacidade do maior é de 230 c. c. e a do menor 200 c. c. As alturas são respectivamente de 0^m,150 e 0^m,120, e a circunferência máxima do bójo, respectivamente também, 0^m,240 e 0^m,270. Não há dúvida de que estes vasos são identificáveis na forma geral, e muito provavelmente portanto no seu destino, com os vasos que o P.^e Cochet descreve como *biberons* nos seus livros: *La Normandie souterraine*³, e *Sépultures gauloises, romaines, franques et normandes*⁴.

Ao contrário, porém, dos *biberons* de Cochet, os do Museu Etnológico Português não são de vidro nem de barro vermelho, mas sim de barro esbranquiçado e de modelação que parece mais grosseira. Lembram na forma geral alguns dos vasos que Dussau (*Les civilisations préhelléniques*, 1910, p. 152) apresenta em gravura como tipos imitativos da cerâmica chipriota. São de barro, bastante grosso,

¹ Oferecido ao Director do Museu pelo Sr. José Horta Cano, por intermédio do Dr. Ladislau Piçarra.

² Faz parte da colecção organizada por Estácio da Veiga.

³ Abbé Cochet, *La Normandie souterr.*, Paris 1854: por ex., est. II e p. 70.

⁴ Paris 1857, p. 7.

esbranquiçado, sem verniz, pintados de vermelho, como os encontrados em Cartago por Delattre e a que se refere o Marquês de Voguë na *Revue Archéologique* de 1889, a pp. 166 e 167¹, é a que por sua vez se refere também Siret no seu trabalho: *À propos des poteries pseudo-mycénienes* (*L'Antropologie*, XVIII, 1907, p. 277). Num deles, até figura, como atrás disse, um desenho igual ao que se encontra no pedaço da cerâmica que Paris descreve como produto de indústria púnica. O que, porém, convém acentuar é que não se descreveu ainda, que eu saiba, nenhum vaso do feitio de *biberon* gaulês, descoberto na Ibéria.

Isto me leva a redigir esta nota que me parece ter algum valor como subsídio para a história da alimentação na Ibéria, e em especial na Lusitânia, e para a da influência púnica na civilização da nossa península.

Em face do que vi, creio que, na história da higiene, é necessário modificar o que se en-

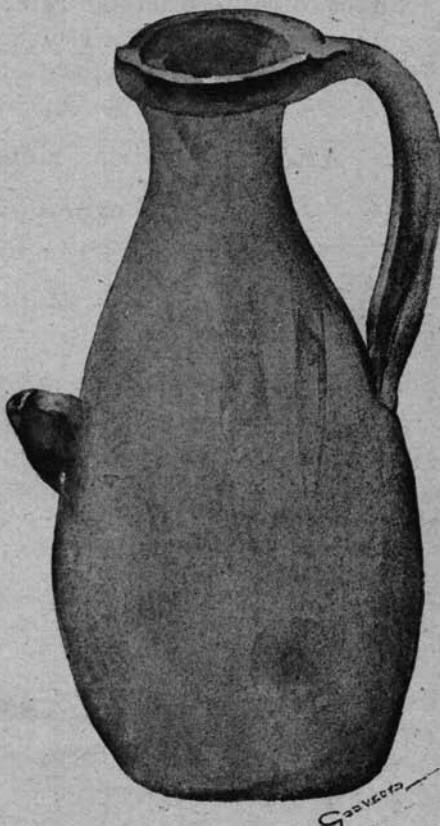


Fig. 2

¹ Diz o Marquês de Voguë: «Auprès de ces urnes et amphores funéraires renfermant des ossements calcinés ou non, se trouvaient.. de petits vases, des objets en terre cuite, ayant ou non destination rituelle. La planche V, n° 2, donne la figure d'un certain nombre des mieux conservés. Ce sont des vases, des patères, un object ayant la forme d'un poisson, des sortes de plats; *parmi les vases on remarquera ceux qui portent sur la panse un petit goulot conique, espèce de biberon auquel les arabes donnent le nom caractéristique de buzzoula (mammelle). Ces vases sont en terre assez grossière, rougeâtre ou jaunâtre, sans vernis, décorés de lignes et d'ornements de couleur rouge.* Comme les amphores et les urnes, ils rappellent les poteries archaïques de Chypre et de Rhodes; ils appartiennent évidemment à la même époque. *Les vases à petit goulot latéral sont les plus nombreux; ou en trouve jusque dans l'intérieur des amphores mêlés aux ossements.*»

contra registado sob a origem da mamadeira ou *biberon*, origem que tem, a meu ver, de ser recuada no tempo e afastada no espaço¹.

Lisboa, 3 de Novembro de 1913.

A. AURÉLIO DA COSTA FERREIRA.

Artes e industrias metalicas em Portugal

Moedeiros

(Continuação d' *O Arch. Port.*, xviii, 191)

125 — Silva (Luis da). — Era ensaiador da Casa da Moeda do Rio de Janeiro, tendo ensinado Hilario Cardoso Ramalho.

(*Conselho Ultramarino*, liv. xx, fl. 276).

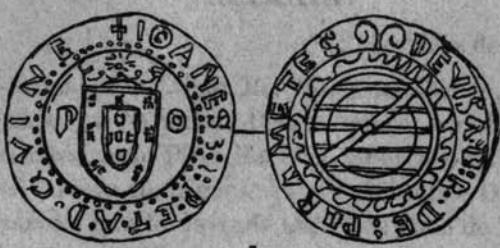
¹ A propósito desta minha notícia, farei notar que, ao lado dos supostos *biberons* púnicos, existe na coleção do Museu Etnológico (fig. 3) um *άσκη* encontrado em Lagos, no Monte Molião, vaso este que tem junto a nota de que o Prof. Behrenberger de Koenisberg considera os vasos d'este tipo como produtos da indústria púnica. Pelo que tenho lido vejo que o *άσκη* é considerado como uma curiosidade cerâmica, redução e imitação dos odres de pele de bode que os gregos usavam para transporte de vinho. Sem me querer meter a discutir o caso, não deixarei



Fig. 3

de registar aqui a impressão que tenho de que naturalmente serviam para administração de líquidos a doentes que não podiam levantar-se no seu leito. Ao meu ilustre amigo e sábio fundador e Director do Museu Etnológico, Prof. Leite de Vasconcelos, não repugna também admitir a hipótese. Ainda hoje se usam vasos até certo ponto semelhantes.

No Museu Etnológico há dois vasos do tipo do *άσκη*, ambos de barro vermelho, mas de capacidade diferente. Um tem 180 c. c. de capacidade, e o outro 125.



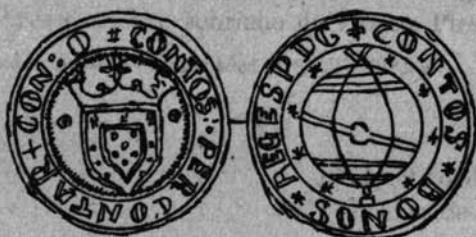
7



8



9



10



11

126 — Silva Nunes (Francisco da). — Ensaíador da Casa da Moeda do Rio de Janeiro. Por sua morte foi nomeado em 1735, Luis da Silva.

(*Conselho Ultramarino*, liv. xx, fl. 276).

127 — Silveira Nunes (Francisco da). — Ensaíador de ouro na Casa da Moeda do Rio de Janeiro em 1718.

(*Conselho Ultramarino*, liv. xiv, fl. 57).

128 — Silveira Rogado (Francisco da). — Vide *Manuel Alves Guimarães*.

129 — Sousa (Antonio de). — Vide *Simão de Sousa*.

130 — Sousa (Diogo de). — Era fundidor da Casa da Moeda de Lisboa em 1619.

(*Conselho Ultramarino*, liv. ii, fl. 320).

131 — Sousa (Simão de). — Achando-se Francisco Lopes, ourives, já velho e doente, renunciou o ofício de concertar as balanças da Casa da Moeda e de fazer os pesos para ella, em Simão de Sousa, também ourives, renúncia que foi aprovada por carta de 14 de abril de 1603. Havendo falecido Romão d'Almeida, que era fundidor da mesma moeda, requereu e obteve ser provido no referido cargo em carta de 6 de maio de 1619.

Em 1634 achava-se Simão de Sousa tratando de se livrar das culpas que contra elle resultaram da visita feita à dita casa, pelo que, por alvará de 21 de abril do mesmo anno, foi determinado que servisse o referido ofício, durante o seu impedimento, seu filho Antonio de Sousa.

«Dom Philipe etc. faço saber aos que esta carta virem que por parte de Simão de Sousa, ouruez, me foi presentado hum alvara de lembrança de que o treslado he o seguinte: «Eu El Rei faço saber aos que este aluara uirem que auendo respeito a imformação que tue de Francisco Lopez, ouruez, morador nesta cidade, ser muito uelho e falto de vista e por essa causa não poder continuar com o ofício de concertar as balanças da casa da moeda e fazer os pesos della, de que he prouido e ha muitos anos que serue, ei por bem e me praz de lhe fazer merce que possa renúciar o dito ofício em húa pessoa auta que o seruirá em sua vida asi e da maneira que o tinha e seruia o dito Francisco Lopez: Pello que mando a Dom Duarte de Castello branco, conde do Sabugal, meirinho mor destes reinos, do meu conselho do estado e vedor da minha fazenda que a pesoa que com este lhe presentar estromento publico justificado per que conste que o dito Francisco Lopez renúciou nella o dito ofício e sendo auto, como dito he, apresentando a carta que elle tem para se romper e se por em seus

registos as uerbas necesarias lhe faça fazer carta em forma do dito officio para o seruir pella maneira acyma declarada, na qual se tresladará este meu aluará, que se comprirá inteiramente como se nelle contem, posto que não pase pela chancelaria sem embargo da ordenação do 2.^º L.^º titulo xx em contrario. Luis Figueira o fez em Lisboa a dous de janeiro de Jbj^c. e tres. Janaluarez Soarez o fez escreuer.» Pedindome o dito Simão de Sousa que por quanto o dito Francisco Lopez renunciara nelle o dito officio, como constou por húa certidão de justificação do doutor Antonio Diniz do conselho de minha fazenda e juiz das justificações, e visto por mim seu requerimento e o aluará acima incorporado e certidão da justificação e como o dito Simão de Sousa fora examinado e auido por auto para o seruir, e querendolhe fazer graça e merce, ei por bem e me praz de lha fazer do dito officio de concertar as balanças da caça da moeda desta cidade de Lisboa e fazer os pesos della, com o qual auerá dous mil rs. de mantimento cada ano pagos no thesoureiro da casa da India, que he outro tanto como tinha e auia o dito Francisco Lopez e isto alem de-lhe ser pago o que se montar nas obras que na dita casa da moeda fizer e concertar, e pello treslado desta carta, que será registada no L.^º da despesa do thesoureiro da dita casa da India por hum dos escriuães della com conhecimento do dito Simão de Sousa será leuado em conta ao dito thesoureiro o que lhe pela dita maneira pagar a rezã dos ditos dous mil rs. por ano e por esta mando aos officiaes da dita casa da moeda que ajam ao dito Simão de Sousa daqui em diante por official do dito officio e o metão de posse delle e lho deixem seruir e delle vsar e auer o dito mantimento e todos os proes e percalços e liberdades que lhe direitamente pertencerem e elle jurará em minha chancelaria aos santos euangelhos que bem e verdadeiramente sirua guardando em tudo a mim meu seruço e as partes seu direito, de que se fara assento nas costas desta carta ao asinar da qual se rompeo o aluara acima incorporado e certidão de justificação e a carta que o dito Francisco Lopez tinha do dito officio e nos registos della que estão nos liuros de minha fazenda, casa da India, chancelaria e nos das merces e asi no registo do dito aluará que está nos ditos liuros das merces ficã postas uerbas do contheudo nesta de que os officiaes a que pertencer passarã suas certidões nas costas della. Luis Figueira a fez em Lixboa a x iij de abril ano do Senhor de Jbj^c e tres. Janaluarez Soares a fez escreuer.»

(Torre do Tombo — *Chancellaria de D. Filipe II, Doações, liv. xii, fl. 71.*)

«Dom Phelipe etc. faço saber aos que esta minha carta virem que auendo respeito a boa informação que tenho de Simão de Sousa, hei por bem e me praz de lhe fazer mersse do officio de fundidor da cassa da moeda desta cidade de Lisboa, que uagou por falecimento de Romão de Almeida, de quem não ficarão filhos, o qual seruira em quanto eu ouuer por bem e não mandar o contrario com declaração que querendolhe tirar ou por alguma via extinguir o dito officio lhe não ficara porisso minha fazenda obrigada a satisfação algúia, com o qual auera o ordenado conteudo no Regimento e todos os proes e

percalços que lhe direitamente pertencerem assim como os tinha o dito Romão de Almeida e os mais propiatarios que forão delle, pelo que mando ao thesoureiro da dita cassa da moeda de a posse do dito officio de fundidor della ao dito Simão de Sousa e o deixem seruir e auer o dito ordenado, proes e percalços que lhe direitamente pertencerem, como dito he, sem duuida nem embargo algum que lhe a isso seja posto, he em minha chancelaria lhe sera dado juramento dos santos euangelhos que bem e uerdadeiramente sirua, guardando em tudo meu seruço e as partes seu direito, de que se fara asento nas costas desta carta, a qual por firmessa do que dito he lhe mandei passar, per mim assinada com o meu selo pendente. Gonçalo Pinto de Freitas a fez em Lixboa a bj de maio ano do nasimento de nosso Senhor Ihūs Cristo de mil e seis centos e dezanoue. Diogo Soares a fez escreuer».

(Torre do Tombo — *Chancellaria de D. Filipe III, Doações*, liv. I, fl. 102).

«Eu elRei faço saber aos que este aluara virem que tendo respeito ao que se me reprezentou por parte de Simão de Souza, fundidor da caza da moeda de Portugal, hey por bem e me praz de lhe fazer merce, que em quanto se liurar das culpas que contra elle resultarã da vizita da dita caza da moeda, sirua o dito officio seu filho Antonio de Souza, dandolhe o doutor Francisco Leitão por agora o aranzel que ha de guardar no exercicio do mesmo officio para o quoal ouuira o dito Simão de Souza e este aranzel se goardara ate que se faça o Regimento e o mais que convier para a dita caza da moeda, da quoal merce pagou agora cento e uinte e cinco reales que toquão a mea annata e he a decima de mil duzentos e sincoenta reáles que consta render ao todo em hum anno o dito officio e por não se saber o tempo certo que durara a dita seruentia pagou a decima como de hum anno e hauendo de ser por mais tempo pagara primeiro ao respeito delle a mea annata e não se deixara continuar ao dito Antonio de Sousa em ha seruentia passado o anno sem constar que a tem pago. Pello que mando aos ministros, officiaes e pessoas, etc. Manoel Pereira o fez em Madrid aos vinte e hum dias do mes de abril de mill e seis centos e trinta e coatro anos. Diogo Soares o fez escreuer».

(Torre do Tombo — *Chancellaria de D. Filipe III, Doações*, liv. XXIX, fl. 207 v).

132 — Teixeira Rebello (Henrique). — Era cunhador da moeda em Gôa.

(*Conselho Ultramarino*, liv. II, fl. 113 v).

133 — Valle (Balthesar do). — Abridor de cunhos da Casa da Moeda de Lisboa.

Vide Braz *Falcão*.

134 — Vaz (Antonio). — Ourives do infante D. Fernando. Era salvador do ouro e da prata da Casa da Moeda de Lisboa, sucedendo-lhe Rodrigo *d'Oliveira*.

Vide este nome.

«Dom Joham per graça de Deus Rey de Portugall etc. a quantos esta minha carta vyrem faço saber que confiamdo eu d Amtonio Vaáz, ouriez do Ifante dom Fernão, meu muito aniado e preçado irmão, que neste seruira bem e fiellmeête como compre a seruço de Deus e meu e a bem das partes pertence, e querendo-lhe fazer graça e merce tenho por bem e o dou ora daqui em diante por salvador do ouro e prata que se fizer na minha moeda de Lixboa, asy e pela maneira que o elle deve ser e o te ora foy Fernã Lourenço, que faleceo, com os proes e precalços e liberdades ordenados a ele da guisa que todo avia o dito Fernã Lourenço per carta. E porem mādo ao meu tisoureiro e officiaes delle que metā em pose do dito oficio ao dito Amtonio Vaaz e lho leixem seruir e vsar delle e aver todo o que dito he sem lhe a ello porem duuida nem ēbarguo alguū, por que asy he minha merce, o qual Amtonio Vaz jurou em a minha chancelaria aos santos avanghelhos que bem e verdadeiramente syrua o dito oficio, guardando o seruço de Deus e meu e as partes seu direito. Pagou dordenado dele nela dous mil rs. Dada em Euora a xxj dias de março — Aluaro Neto a fez — ano do nacimēto de nosso Senhor Ihuū Xpo de mill e b.^o xxb. E eu Amtā dafomseca a soscrevy».

(Torre do Tombo — *Chancellaria de D. João III*, liv. 45, fl. 193).

135 — Vaz (Estevam). — Carta de 30 de outubro de 1509 em resposta a el-rei sobre a afinação e toque da moeda.

«Senhor — Co esta envio o auto que vosalteza mandou fazer pelos oficiaes da moeda sobre o emsayador do ouro que sse pasaua per toque.

«E per asinado dos emsayadores o que dizem de quamta liga pode pasar per toque em cada marco douro sem poder ser conhecido. E por nam responderem ao que vosalteza mandou que hé dizerem quamta (quantida) de douro lhe parece que pode... sem enganno pelo toque sem fazer delle emsayo e lho torne a destrarar lemadolhe muitas vezes o capitulo da carta e numca responderam aa pregunta e dizem que nam sabem mais dizer nem emtemder do que tinham dito o que me parece pollo que tenho praticado co elles e com outro hé que no toque nam ha verdadeiro conhecimento pera dar Justa ley ao ouro que se ha de laurar em moeda nem ha mais que pera conhecer per elle pouco mais ou menos. E por isso aperta o Regimento que se faça emsayo E que depois da moeda laurada em cruzados se faça o derradeiro per tamto ouro que se delles ha de tirar que abaste pera huū emsayo que sam xxiiij grāos o qual depois de feito sse ha de tornar aa parte cujo o ouro for per onde o fez, craro se mostra que emsay ha de ser e nam toque pois pera toque nam ha mester tirar ouro. E que tee ora esta determinação de emsayar se não goardase e devese fazer... por diamante e ajmda pela ordem que sse faz em outras partes onde nam ha tanto lauramento douro e tam contino como nesta moeda, que he aver duas pesoas ordenadas per que pasam os ensaos e se detremina a ley do ouro que se ha de laurar nas moedas. s.

huū ensayador huū contra ensayador que torna a Reuer os ensaos que faz o primeiro e quando ambos ssacordam na ley poem suas marcas no ouro e se laura E oje m... bartolomeu que se acertou na m... neste caso que em Frolença avia três ensayadores por que se fazia este eisame da ley do ouro amtes de se laurar. Scripta em Lixboa a xxx doyutbro 1509—*Estevam Vaz*—Sobescrito: A el Rey noso senhor».

(Torre do Tombo—*Corpo Chronologico*, parte 1, maço 8, doc. 51).

136—Vicente (Lourenço).—Era moedeiro e trazia de aforamento umas casas, hortas, um cerrado e vinhas d'el-rei, segundo o Tombo de 1458 a 59.

«Titolo das hortas que ElRey ha no ualle denxebregas E asy outras herdades.

«It. Lourenço Vicente moedeiro traz hi duas hortas com ssuas casas em vida da mulher que ffoy do cachoeiro E em a sua delle E doutra pessoa Em cada huū ano por setenta E hūa libras E mea a b^c por hūa. E elRey leua deste foro a meetade E o moesteiro darouca a outra meetade. Pagou ao almoxarife b^c x reaes bij pretos. . . .

«It. Lourenço Vicente moedeiro traz hi huu cerrado em que a duas uinhas e certas oliueiras que ssoya trazer Maria Gonçalluez sobrinha de Pero Lourenço em cada hūu ano por duas coroas E oytauia douro. E o arcebispo leua o foro¹».

137—Vicente (Vasco).—Moedeiro que trazia aforadas por 1458 a 59 duas coirelas de vinhas e outras arvores.

«Titolo dos oliuaes E condado E quinhões que foram de dona Maria davoym.

«Item Vaasco Vicente moedeiro traz duas coirellas de uinhas E arvores de fruito E oliueiras que ssoya de trazer Domingos Afonso viretoeiro Em cada hūu ano pór dozentos rreaees brancos. Pagou a lourenço gill cem reaees. Pagou [ao] almoxarife per Lourenço Gill cem reaes².»

138—Vindime (Manuel Filipe).—Ourives do ouro. Era ajudante do ensaiador mór da Casa da Moeda d'esta cōrte e ensaiador da Casa da Moeda das Minas.

(*Conselho Ultramarino*, liv. xv, fl. 58).

¹ Liuro das prouisões casas e uinhas E oliuaes E outras Eranças que ElRey noso Senhor ha Em a cidade de Lixboa... O quall liuro he desde dia de natall que foy desta era presente de iiiij^o lbiij^o E sse adacabar por o dito dia que a de uijnr na era de iiiij^o lxi. Fl. 55 e 56 v. É o n.^o 75 da Livraria da Torre do Tombo.

² Livro das prouisões casas e uinhas E oliuaes E outras Eranças, etc., fl. 58. É o n.^o 75 da Livraria da Torre do Tombo.

Moeda falsa em tempo de D. Afonso V e sua repressão

«D. Afonso etc. a quantos Esta carta uirem fazemos saber que a nós certificaram que aluaro uasquez uendeiro morador Em a cidade deuora foy em consentimento de se fazer moeda falsa pela qual Razam ho mandamos prender e açoutar e degradar pera sempre pera nossa cidade de cepta e todos os seus beens moujs e de Rayz pertencem a nós e os podemos de direito dar a quem nossa merce for E ora querendo nos fazer graça e merce a Gomez Eannes vendeiro criado del Rey meu senhor e padre cuja alma deus aja Teemos por bem e fazemos lhe merce de quaaesquer beens moveis e de Raiz que o dito Aluaro Vaasquez teuer asy em a dita cidade como Em outros quaaesquer lugares do nosso Reyno, em forma. Dada em a cidade de lixboa xxij dias de Junho. El Rey o mandou per Diego fernandez dalmada do sseu conselho E ueador de sua fazenda. Ruy Vaasquez a fez anno do nacimiento de nosso Senhor Jhesu Christo de mil iiij^c xxxix».

(Torre do Tombo — *Chancellaria de D. Afonso V*, liv. xxiv, fl. 8).

«D. Afonso etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que a nós he certificado que Afonso Lopez o negro morador em alfaiates hé ora preso por moeda falsa que fez polla qual rrazom aalem de pena corporall que por ello merecer todos os seus beens movees e da Raiz pertencem a nós e de dyreito os podemos dar a quem nossa merce for E ora querendo nós fazer graça e merce a Antam Gonçallvez nosso scripuam da camara se asy he como nos foi certificado E que por a dita Razom todos seus bens movees e de Raiz pertencem a nós de dereyto de nosso moto proprio e certa ciencia livre vontade e poder absoluto Teemos por bem e fazemos lhe delles merce livre pura jnreugavel doaçom... Dada em Eluas xbij dias de mayo aluaro lopez a fez anno de nosso senhor Jhesu Christo de mil E iiij^c lxiij^o».

(Torre do Tombo — *Chancellaria de D. Afonso V*, liv. viii, fl. 166 v).

«Dom Afonso etc. a quantos esta carta virem ffazemos saber que a nós diseram como hū Afonso Gomez gualeguo morador em Valença do Minho traataua de comprar e vender por moeda falsa E era parçeiro do que a fazia por a qual Razom se asi he como nos diseram alem doutra pena corporal que por elo merecer ele perde pera nós todos seus bens mouees e de Raiz E os podemos de dereito dar a quem nossa merce for E ora querendo nós fazer graça e merce a Rui Cerueyra noso moço da camara Teemos por bem e fazemos lhe merce dos ditos beens mouees e de Raiz se a nos de dereito pertencerem E porem mandamos a todollos nossos Corregedores Juizes e Justiças E a quaeas quer outros oficiaees e pesoas a que o Conhecimento desto pertençer que seendo perante eles citado e ouvido o dito afonso gomez ou partes a que pertencer saibam desto o certo etc. carta em forma. Dada em Lixboa xxibj dias do mes de Julho. Joham Rodriguez a fez anno de nosso senhor Jhesuu Christo de mil e iiij^c lxiij^o».

(Torre do Tombo — *Chancellaria de D. Afonso V*, liv. viii, fl. 108).

«Dom Afonso etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que a nos diseram que huu Afonso Gomez morador em Valemça hé culpado em moeda falsa que fez que lhe foy achada em sua casa pella qual rrazam sse assy he per bem de nossas hordenações sobre isto feitas alem da outra pena corporal que elle por ello mereçe elle perde pera nos todos seus bems moueis e de rraiz e de direyto os podemos dar a quem nossa merçee for E ora querendo nos fazer graça e merçee a Joham de Lima fidalgo da nossa casa se assy he como nos foy dito E que elle he culpado na dita moeda falsa que fez E por elle os ditos seus beens nos pertençem e os podemos dar. Teemos por bem e fazemoslhe delles merçee.

«Dada em Castel Bramco xij dias do mes de novembro. ElRey o mandou per Lopo dalmeida do seu conselho e vedor da sua fazenda. Pero Beentez a fez anno de nosso Senhor Jhesu Christo de mil iiii^e lxiiij^o».

(Torre do Tombo — *Chancellaria de D. Afonso V*, liv. viii, fl. 41 v).

Extinção da Casa da Moeda no Porto

«Eu el Rey faço saber Aos que este Aluará virem que ordenando-se em tempo dos senhores reis destes Reinos meus predecessores que na cidade do Porto se batesse moeda, mandarão fazer na dita cidade casa com iuiz e officiaes e moedeiros que entendessem no meneo e bater da moeda e porque sou informado que há muitos annos que se não bate moeda na dita cidade do Porto e que os officiaes e moedeiros que na dita casa auia não exercitão nem usão nella de seus officios ey por bem e me praz de extinguir todos os officios que para a dita casa da moeda do Porto se criarião e nella auia E mando que daqui em diante os não aja mais nem usem dos privilegios e por Respeito de assy serem officiaes da dita casa da moeda lhe erão concedidos e se lhes não comprão nem guardem em parte nem em todo porque asy o ey por meu seruço E mando a todos os desembargadores Corregedores juizes justiças officiaes e pesoas a que o conhecimento desto pertencer que comprão e fação cumprir este aluará como se nelle contem e em especial mando ao Corregedor da comarca da dita cidade que tendo noticia que em alguns lugares da comarca della ha alguns officiaes ou moedeiros da moeda faça publicar nelles este aluará e o faça Registar no liuro da comarca da dita cidade e carregar no cartorio della onde estará em toda boa guarda o qual me praz que valha e tenha força e vigor como se fosse carta feita em meu nome por mym asynada sem embargo da ordenação em contrario. Sebastião Pereira a fez em Lixboa a xxv de março de mil bj^e e sete. João da Costa a fez escreuer».

(Torre do Tombo — *Chancellaria de D. Filipe II, Doações*, liv. xvi, fl. 207).

«Treslado de húa apostilla que se pos em huu aluará dos officiaes da moeda da cidade do Porto a fl. 207 que fica atras neste livro.

«Ey por bem e sem embargo do que se contem na prouisão escrita na outra meia folha atras perque mandey extinguir todos os officios que na casa da moeda do Porto auya que os officiaes que sernião na dita casa da moeda que inda oje viuem gozem dos privilegios que com elles tinhão e tem sem embargo dos ditos officios pelo dito aluará se extinguirem o que assy me praz com declaração que asy como forem morrendo os officiaes que os seruiam se acabarão tambem os ditos privilegios como que nesta apostilla se contem mando que o dito aluará se cumpra e fique sempre em seu vigor e esta apostilla que será registada onde o dito aluará o está e valerá como carta sem embargo da ordenação em contrario. Sebastião Pereira a fez em Lixboa a doze de setembro de mil bj^c e sete. João da Costa a fez escreuer.»

(Torre do Tombo — *Chancellaria de D. Filipe II*, liv. xvi, fl. 246).

SOUSA VITERBO.

A pontamentos arqueológicos do concelho de Marco de Canaveses

Castro do Freixo

O concelho do Marco de Canaveses é, no que respeita à arqueologia, muito rico.

Quasi todas, senão todas as freguesias, tem monumentos e, alguns de valor. No que creio, porém, que ultrapassará os demais do país, é no domínio inscultural, podendo dizer-se que é verdadeiramente um livro aberto em granito, tantas e tam variadas insculturas aparecem. O livro está, porém, truncado; faltam-lhe muitas folhas, e das que restam muitas estão rasgadas. Por *insculturas* devemos entender, não obras de arte, mas rudes desenhos lavrados em penedos, e bem assim covinhas e fossas de várias dimensões, aí abertas.

Apertado entre os rios Tâmega e Douro, entre estes e o Marão, eriçado das cristas dos castros, Arados, Boi, Vila-Boa, ainda hoje patenteia os restos de muitas civilizações, desde a pedra polida até as torres solarengas (Vinal, Cadimes, Nuvões, figs. 1 e 2, Portocarreiro, Pena, fig. 3).

Por várias vezes, sobretudo por instigações constantes de meu pai, João de Vasconcelos Carneiro de Meneses, tem sido o concelho visitado e um tanto explorado pelo amigo José Leite de Vasconcelos e pelo nunca esquecido Francisco Martins Sarmento, os quais sempre que por aqui vinham levavam o alforge carregado. Assim, dos achados arqueológicos parte está em Guimarães, parte em Lisboa; há outra parte no Museu do Pôrto, ao qual tenho dado alguns objectos.

Tinha o Dr. Francisco Martins Sarmento concebido o plano de traçar o mapa arqueológico do norte de Portugal.

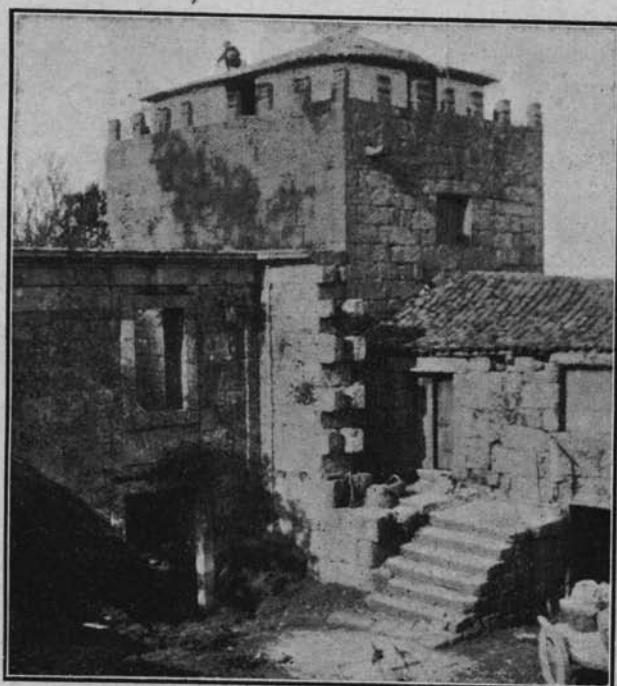


Fig. 1. — Tôrre de Nuvões

Meu pai, que lhe tributava a mais íntima amizade, e *conhecia de visu* e de incessantes peregrinações todos os castros e monumentos dos concelhos do Marco, Baião e Rêsende, queria também contribuir para essa prestantíssima obra com a sua quota parte. Entretanto a morte arrebata Martins Sarmento; e com este golpe doloroso, foi-se a meu pai a iniciativa da obra.

Anos havia já que os estudos do concelho tinham parado em simples notas; vendo eu que estavam condenados a eterno esquecimento, elas, que representavam anos de fadigas e de

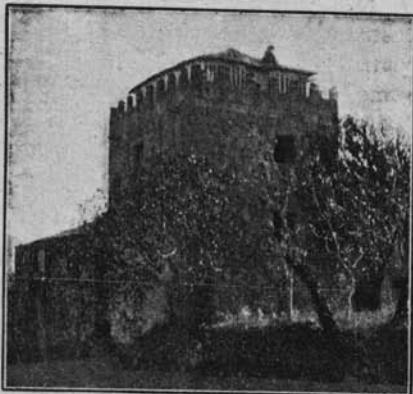


Fig. 2. — Tôrre de Nuvões

pesquisas,—reli-as, depois de visitar os respectivos lugares; e, tanto quanto pude, ilustrei-as, e agora as publico.

Além de não ter tempo algum disponível, e de a minha carreira médica não se conformar com estes rodeios científicos, os conhecimentos que tenho da arqueologia são exíguos, senão nulos; — na impossibilidade de fazer trabalho completo,— a minha intenção, ao publicar estes apontamentos, é incitar os especialistas, os amadores da ciéncia, a estudarem este belo capítulo de arqueologia.

Começaremos a exposição pelo castro ou *briga* do Freixo.

Fica o castro do Freixo num monte erguido entre o ribeiro de Vilar e o rio de Galinhas, duas correntes da bacia hidrográfica do Tâmega. Está mesmo na povoação e freguesia do Freixo, comprehen-

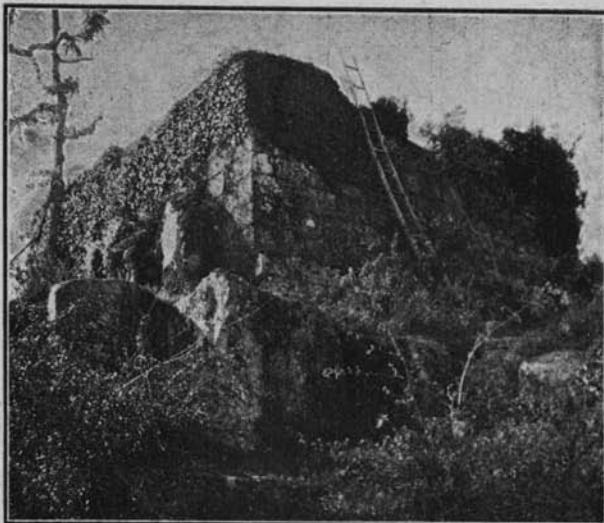


Fig. 3. — Torrão da Pena

dida entre as freguesias de Soalhães, Manhuncelos, Avessadas, Tuías e Rio de Galinhas: situado junto da estrada rial n.º 34, a 2 quilómetros da cabeça do concelho, aldeia do Marco.

Muitas e muito importantes são as relíquias que conserva este castro; mas de maior riqueza seria, se élle, como quási todos os outros castros, tivesse sido desamparado de seus moradores primitivos. Infelizmente para a ciéncia, parece que nunca deixou de ser povoado. Em remotos tempos foi importante freguesia, da apresentação do mosteiro de Tuías, com muitos fogos e habitantes. O Freixo tinha, em 1830, 122 fogos, e pertencia ao extinto concelho de Soalhães. Aí se fazia anualmente em Março uma feira notável, que durava além

de um mês. Actualmente, como a estrada rial passa perto da povoação, e sobretudo pelas dificuldades da vida e pobreza do solo, tem-se aí dado um notável despovoamento. Entrando na povoação, não poucas casas se encontram em ruínas; doutras só há vestígios.

A maior parte dos terrenos hoje cultivados estavam a monte por 1830; nesta ocasião uma família de lá, a família dos Serpas, aumentou a casa, sorribou e arroteou os terrenos circunvizinhos, de sorte que muitos objectos arqueológicos que jaziam enterrados, olaria, etc., foram destruídos. Contaram-me que, por ocasião dessas obras, apareceram muitas coisas, *obra de Mouros*, que alguns guardaram, mas perderam, outros quebraram à busca dos tam decantados tesouros. Nesse tempo ainda a arqueologia estava nas sombras, campeava livremente o ciprianoísmo, e tudo desapareceu, a não ser aquele rumor das talhas, das bilhas e púcaras com dinheiro. Por 1880 um Português, enriquecendo no Brasil, nostálgico volta ao torrão natal para aí acabar seus dias. Alarga o lar paterno, adquire terreno, levanta casa, sorriba, arroteia, ergue socalcos, construe estradas, explora minas, enfim reforma e inova tudo a seu bel-prazer. Ora, como é sabido, as inovações são sempre a sepultura das antigualhas. Ao tempo das obras já meu pai e o falecido médico José de Barros e Silva Carneiro se dedicavam a estes estudos. Foram por lá, o que não impediu que um marco miliário fosse destruído. Nessas obras contam que, ao explorar a mina que hoje está canalizada para a margem da estrada rial, apareceu um aqueduto soterrado.

As insculturas tiveram igual sorte. Junto à casa dos Serpas estão uns penedos muito curiosos pelas suas insculturas; estão porém incompletos, porque dali tiraram pedra para uma capela, e para aumento da casa e respectivos canis.

Da mesma sorte as construções: os muros de vedação dos oliveiros circunvizinhos são feitos pela argamassa das abóbadas e paredes.

Correndo hoje o Freixo, encontra-se o solo todo juncado de cacos, tijolos, etc.; aqui uma coluna que serve de suporte a uma espigueira, além uma mó, pedras com almofada encravadas nas paredes. Os habitantes desta terra tiveram sempre especial inclinação para o granito: desde os remotos tempos a que nos reportam as insculturas, até a actualidade, em que, à busca de água, muito escassa, cavam em plena rocha poços muito profundos.

O Freixo teve muralhas em tempos antigos; quando construíram o caminho que vai da Tragola ao Freixo apareceu uma muralha que cortava perpendicularmente o caminho; parte duma muralha vê-se ainda hoje dentro da propriedade do falecido brasileiro Castro.

Ao explorar a estrada rial n.º 34 apareceu também, em um local desabitado, um poço de extraordinária profundidade, aberto em granito.

Sou de opinião que, apesar da grande quantidade de coisas que tem desaparecido, uma exploração não já nas partes superficiais, mas na zona profunda, sobretudo junto às construções (vulgo Capelas dos Mouros) e no monte chamado da Searinha, devia dar algum resultado, sendo bem dirigida.

I. — Rabela

Logo à entrada da povoação do Freixo, à esquerda, entre o caminho do povoado e a estrada rial, está o sítio chamado *A Rabela*. São ali as primeiras casas da povoação. Compõe-se esta parte de monte e terra lavradia e duns penedos ao S. que chamam *Os penedos da Rabela* e onde vamos encontrar a maior soma de insculturas. Costumam denominar estes terrenos Rabela de Baixo e Rabela de Cima, visto o terreno ser de grande declive para a estrada rial, declive este de SO. para NE. Conservaremos estas denominações na nossa descrição.

a) RABELA DE BAIXO.

Em uns penedos sobranceiros à estrada rial notamos umas escadinhas, cujo inicio e fim foram destruídos pelos canteiros. Ao cimo das escadas vêem-se os vestígios de um penedo, que foi quebrado e que certamente apresentava a parte principal. Os degraus sobem de SE. para NO.; o primeiro, o mais inferior, é fortemente talhado na rocha e está em parte destruído: mede 1^m,28 de comprimento na parte superior e apenas 0^m,21 na inferior; a altura vai subindo na mesma direcção das escadas, porque o penedo pende também para o S., e mede 0^m,06 no começo e 0^m,22 na testeira do degrau, de largura mede 0^m,47. Segue-se um plano inclinado de 2^m,18 de comprido, com leves sinais de relêvo de degraus. É inferior em largura (0^m,33) ao degrau descrito, porque o penedo é escorregadio para este lado, e é possível que fosse quase da mesma largura e hoje poído pelo tempo, pois que ao cimo já tem a largura de 0^m,41; a parte superior é levemente talhada, e mede 0^m,07 de alto. O degrau imediato mede de altura 0^m,17, de comprimento 0^m,20; o segundo eleva-se 0^m,06 acima do inferior, comprido 0^m,26 e largo 0^m,46; segue-se então um patamar pequeno que se ergue acima do último degrau 0^m,16, mais largo na parte posterior (0^m,70) do que na anterior (0^m,58). Está mutilado na parte posterior e o que resta tem de comprimento 0^m,73. O mais importante foi destruído e por todos os lados se vê quebrado o penedo.

Deixando estas escadas e caminhando para o S., para cima, encontramos a uns 20 metros uma cova quadrada ($0^m,36 \times 0^m,36$), cavada no cimo duma fraga pequena; não está muito bem conservada: tem de altura $0^m,07$ ao N. e $0^m,04$ ao S. Não tem bueiro, nem sulco algum aferente ou eferente.

Uns 80 metros ao L., subindo, fica a Rabela de Cima.

b) RABELA DE CIMA.

Compõe-se esta parte dos penedos da Rabela, uns largos e grandes fragões. A meio dos penedos e encostado ao muro de vedação vê-se uma grande fossa rectangular, da qual falta a parede inferior. Mede $3^m,15$ de comprimento e $2^m,50$ de largura; a parede superior, fortemente talhada na pedra, tem $0^m,70$ de alto. No alto desta parede, e com uma parte já destruída, está uma covinha pequena, quase circular, $0^m,10 \times 0^m,08$, de igual diâmetro no fundo, e alta $0^m,06$. A covinha era certamente circular, porque a parte que tem menor diâmetro é a que está destruída.

A parede lateral da fossa é declivosa e mede de altura $0^m,50$ ao cimo e apenas $0^m,07$ ao fundo.

A fossa apresenta leve declive para o L., para onde certamente escoava; a pedra neste ponto, e mais inferiormente, foi destruída, e, como hoje está, não se conhecem vestígios de bueiro ou sulco; porém $1^m,5$ abaixo da fossa notamos um sulco que era, pode dizer-se quase com certeza, a via eferente, pois que o sulco é inclinado também para baixo. O sulco descreve duas curvaturas que formam um S, e some-se depois debaixo da parede de vedação. As medidas são: comprimento 2 metros, largura $0^m,13$ ao cimo, $0^m,16$ no fundo, e altura $0^m,21$ no cimo, e $0^m,03$ ao fundo.

Está circundado por cinco covinhas dispostas do seguinte modo: uma superior e quatro inferiores, e destas uma isolada em face da superior, e três em grupo mais inferiormente colocadas. A superior é a maior, de forma cónica, e mede $0^m,30$ de diâmetro superiormente, $0^m,11$ inferiormente e tem $0^m,20$ de altura. Dista do sulco $0^m,10$. A fronteira dista do sulco outros $0^m,10$, é ovalar e mede $0^m,10 \times 0^m,06$ e tem $0^m,07$ de altura. Inferiormente a estas está o grupo das três pequenas, que distam $0^m,30$ do sulco, e $0^m,48$ da cova maior. Medidas: a n.º 5 mede $0^m,10 \times 0^m,08$ e tem $0^m,03$ de altura; a n.º 6 mede $0^m,10 \times 0^m,06$ e tem $0^m,06$ de alto; a n.º 7 tem $0^m,08 \times 0^m,04$ e $0^m,04$ de altura. Estão afastadas umas das outras: do n.º 5 ao n.º 6 há $0^m,05$; do n.º 6 ao n.º 7 há $0^m,14$; do n.º 7 ao n.º 5 há

0^m,05. Como se vê das duas medidas, são ovalares e são também de diâmetro inferior mais estreitas, de forma aproximadamente cónica.

Acima da fossa grande, junto ao ângulo do NO. e afastada dêste 0^m,26, está uma sepultura talhada na rocha, mas já bastante apagada, tanto que o único relevo que lhe resta, e a demonstra, é o relevo S. A cabeceira, como a de todas, está voltada ao poente; tem de comprimento 2 metros, de largura 0^m,46; a altura no rebaixe S. é de 0^m,07. Entre esta sepultura e o NO. da fossa quase intermédia (0^m,09 da sepultura, 0^m,13 da fossa) está uma covinha ovalar 0^m,08 × 0^m,05, funda 0^m,05 e com diâmetro inferior a 0^m,03; é, como as restantes, mais ou menos de forma cónica.

Separada para o NO. da fossa e sepultura respectivamente 5 e 4 metros, encontra-se outra fossa de forma rectangular, quase encostada à corte ou loja que se vê ao cimo do penedo. A orientação da cova é SE.-NO. segundo a maior dimensão (0^m,90) da cova. A largura é de 0^m,40 e a altura é de 0^m,09 nas testeiras SE. e NO. e de 0^m,15 e 0^m,13 respectivamente SO. e NE. Esta fossa tem o fundo de nível e não apresenta bueiro de escôo nem sulco algum aferente ou eferente, nem comunicação com outra qualquer fossa.

Seguindo o muro da corte ou loja coberta de colmo, para baixo há um rebaixo, um corte, aprumado no penedo, de 4 metros de altura, no fundo do qual se vê uma fossa rectangular; mede esta cova 1^m,36 de comprido por 6^m,57 de largura, tem 0^m,25 de fundo. Está orientada na direcção de N.-S., segundo o comprimento. Tem esta fossa à flor de nível um sulco pequeno inclinado da fossa para fora, S.-N., cujas dimensões são 0^m,72 de comprido, largura 0^m,06 ao cimo, 0^m,05 ao fundo e cavado de 0^m,03.

Dentro da corte, com o já citado rebaixe de 4 metros, notei que o pavimento dêste era talhado em pedra bastante lisa e com alguns sulcos dirigidos para a porta da mesma corte; alguns entre cruzavam-se. Parecem-me recentes e serviam, certamente, para escôo dos líquidos da corte. Dou-os porém como muito duvidosos, e decerto não referiria esta parte se não fôra haver nos mesmos fragões contiguamente duas fossas rectangulares e algumas covinhas. Estão cavados numa fraga, de nível com o solo adjacente. A maior mede 1^m,90 de comprido por 1 metro de largura e tem 0^m,25 de profundidade. A menor tem 0^m,80 de comprimento, de largura 0^m,55 e de altura 0^m,25. Estão ligados actualmente por um estreito canal ou sulco. Este canal é recente e o que primitivamente existia era um simples bueiro. Esta alteração deve-se a não estarem as duas pias dentro da mesma corte, a maior dentro encostada ao muro, a menor de fora da corte; o proprietário,

querendo dar vazão à pia interior, e não lhe servindo o bueiro, alargou-o e converteu-o num sulco.

A fossa exterior está hoje muito deteriorada e quase se lhe não conhece forma de fossa, porque tem servido para moutureira; vi-a porém quando ainda estava em bom estado.

Além destas mencionarei mais três pequenas fossas, uma quadrangular e duas circulares, dispostas junto da mesma corte, cujas medidas não dou porque o locatário as alargou e modificou para os seus serviços domésticos.

Inferiormente a este grosso maciço de fragões, 12 metros para o leste, encontramos num penedo nívelado com o solo, o resto de uma fossa, apenas representada por uma parede do lado S. que mede 3^m,30 de comprimento e 0^m,20 de profundidade; do lado do L. há ainda uns 0^m,40 de parede e nada mais. Abaixo desta gravura, para norte numa fraga ao nível do solo três covas dispostas em linha recta. A mais próxima mede 0^m,20 de diâmetro, tem 0^m,09 de profundidade, a imediata 0^m,05 de diâmetro e 0^m,03 de fundo, a terceira de forma ovalar 0^m,22 × 0^m,13 mede 0^m,10 de profundidade. São todas afuniladas.

Assim temos descritas as primeiras gravuras em granito. Recapitulando observarei mais uma vez que todas as covinhas são de forma cónica ou, melhor dizendo, afunilada, de diâmetro inferior mínimo. Quanto à presença da sepultura junto da fossa, parece-me esta muito posterior àquela e sem relação nenhuma com ela, atendendo já ao estado de conservação de ambas (a sepultura quase apagada), e que a fossa parece destinada a usos puramente agrícolas.

Esta parte, como todas as demais devia ser riquíssima, mas o que os exploradores de pedra deixaram, aí fica descrito.

II.—Outeiro das Castanhas

O chamado Outeiro das Castanhas é um morro de pedra levantado um pouco adiante da Rabela e à esquerda do caminho que é, aí já, a rua central da povoação. É a parte mais elevada do Freixo, donde se descobre vasto e bonito panorama.

Aí encontramos: uma sepultura, sete covinhas e uns restos de insculturas que se nos apresentam hoje como superfícies planas trabalhadas nos penedos, uma inferior outra levemente superior a esta.

A sepultura (fig. 4), a mais bem conservada que existe no Freixo, cavada numa fraga, mede 1^m,90 de comprimento, de largura 0^m,24 na cabeça, 0^m,47 ao meio, 0^m,25 nos pés, tem de altura 0^m,27.

Na gravura onde está a letra *O* ficam os pés.

A fraga onde está esta sepultura tem para o S. e a pequena distância da sepultura (0^m,12) um corte fundo (0^m,31) intencional.

Dos pés da sepultura parte uma série de covas, que descrevem uma curva de forma de espiral. São sete, todas de forma imperfeitamente quadrangular, de ângulos rombos. A primeira distante dos pés da sepultura 0^m,42 mede 0^m,40 de comprido por 0^m,29 de largura, tem de profundidade 0^m,14; a segunda dista da primeira 0^m,39 e tem 0^m,39 de comprido por 0,23 de largo, tem de profundidade 0^m,13, a terceira dista da precedente 0^m,43 e mede 0^m,43 de comprimento por 0^m,19 de largura e de profundidade 0^m,16; a quarta dista da anterior

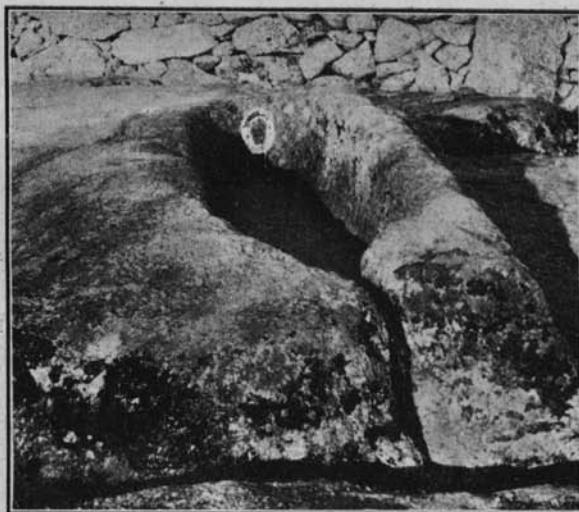


Fig. 4. — Outeiro das Castanhas

0^m,88 e mede 0^m,40 × 0^m,20, funda de 0^m,15; a quinta dista desta 1^m,40, as medidas são 0^m,38 × 0^m,19 e funda de 0^m,09; a sexta fica a 0^m,96 da precedente; mede 0^m,38 × 0^m,19, funda de 0^m,07; a sétima dista da sexta 1^m,50, mede 0^m,46 × 0^m,20, funda de 0^m,14.

Seis passos a O. da sepultura estão talhados os tais restos de insculturas. É um corte em Z na rocha, sendo a parte inferior plana e lisa, e da superior só parte dela.

III.—Tapada de Ambrães

Fronteiro à Rabela, do outro lado do caminho da povoação, está uma bouça de mato, chamada a *Tapada de Ambrães*, onde vamos

encontrar novas insculturas. A uns sessenta passos do caminho, para o poente, ergue-se do solo, em breve relêvo, uma fraga extensa, destruída já em parte pelos pedreiros. Na face do penedo, voltada para o caminho, e como o mostra a nossa gravura (fig. 5), vê-se gravada uma fossa, quadrangular, em bom estado de conservação. Das quatro paredes da *fossa*, três são talhadas no granito e a outra era formada por uma tapadoura móvel, que encostava para cima a dois cortes feitos no penedo e para baixo a um pequeno relevo da fossa, que lhe servia de anteparo, medindo 0^m,06 de altura. A fossa tem grande declive para a parte da tapadoura e apresenta um sulco, para mais fácil escôo, que vem cair a uma espécie de lagareta. Esta cavidade não é lagareta, nem disso apresenta vestígios; nem tem parede anterior; é assim uma depressão feita para colhêr o que vinha da fossa e que ali caía como uma bica. Ao cimo da fossa, para N., há um pequeno rebaixe na pedra e uma superfície plana e um tanto polida,



Fig. 5. — Tapada de Ambrães

com um leve declive para a fossa. ¿ Far-se-ia aqui a expressão e recolher-se-iam os líquidos expremidos na fossa? Parece-me, mas não afirmo; o que não há dúvida é que estas gravuras eram para usos agrícolas, e nem eu vejo nelas cousa alguma de suspeita em contrário. Para subir à fossa há um degrau inútil hoje porque o penedo é de fácil acesso.

Ao lado da parede N. desta fossa está uma covinha circular, afunilada.

Quasi paralela à parede S. da fossa corre ao longo do frágão um largo e comprido sulco muito visível na fotografia. Origem e fim desconhecidos, um e outro destruídos; comunicação não a tem com nenhuma das fossas insertas neste penedo. É aproximadamente de nível em toda a extensão; e, como hoje se apresenta, não sei adivinhar qual seria o uso que lhe deram (para rega não; porque além

do terreno ser duma secura sahariana, o sulco está muito superior ao nível do solo; também não há pregas nem depósitos de água superiores. (Se em tempos idos os houvesse para que serviria um sulco tam afoito para tam diminutas águas?).

Para o S. do sulco encontrámos mais duas insculturas. A primeira consiste numa covinha levemente ovalar, afunilada, com um sulco pequeno que desce para S., para onde pende o penedo. A segunda, num plano inferior à primeira 0^m,25, é uma cova rectangular da qual só existem as paredes N. e L. Junto à parede do N. está uma covinha ovalar de forma afunilada. Estas não tem comunicações entre si nem com as demais gravuras.

A parede do NO. tem 1^m,75 de comprimento e mede de altura 0^m,09 no ângulo de O., 0^m,19 no meio e 0^m,12 ao fundo. A parede do SO. mede 1^m,99 de comprido e tem de altura 0^m,14 até o rebaixe e daí em diante 0^m,09. A parede do SO. mede 1^m,63 de comprido e tem de altura 0^m,15 ao cimo e 0^m,24 no meio. A parede do NO. mede de comprimento 2^m,53.

A cova circular tem de diâmetro 0^m,12 e de profundidade 0^m,10; o diâmetro inferior é muito pequeno porque a covinha é afunilada.

O sulco mede 1^m,47 de comprimento e de largura 0^m,10 no cimo e 0^m,13 no fundo, a profundidade varia entre 0^m,01 a 0^m,03.

O recorte onde o sulco precedente vem cair, mede 0^m,33 de comprimento por 0^m,21 de largura. É de desigual altura devido ao relevo da própria fraga, pois que o castro é plano e pende também na mesma direcção do sulco e fossa grande. Assim mede 0^m,06 a SO., onde vem dar o sulco, 0^m,13 e 0^m,04 respectivamente nas paredes NO. e SE.

As cantoneiras de encôsto medem: a da esquerda de comprimento 0^m,40 e de altura 0^m,10; a da direita é uma verdadeira cantoneira com duas paredes, uma (0^m,24 de comprido e 0^m,12 de alto); a outra, formando um ângulo recto com esta (0^m,14 de comprimento por 0^m,09 de alto), formava o ponto de apoio da tapadoura para se não mover no sentido longitudinal. Desta sorte ficava pois a tapadoura privada dos deslocamentos antero-posterior e vice-versa pelos encostos e o relevo, e de movimentos de lateralidade pelo recorte descrito.

O degrau tem de comprimento 0^m,30 e de largura 0^m,48. A altura é de 0^m,19 na parede superior e de 0^m,11 nas laterais.

Mencionadas as dimensões indicarei as distâncias: do degrau ao sulco grande 0^m,47; do degrau à fossa grande 0^m,59.

O sulco mede 3^m,78 de comprido por 0^m,47 de largura na parte anterior e 0^m,38 na parte posterior. Tem de profundidade 0^m,22.

Outra gravura, composta de uma covinha e um pequeno sulco, tem as seguintes dimensões: a covinha $0^m,12 \times 0^m,08$ e tem de profundidade $0^m,015$; o sulco que se lhe segue $0^m,51$ de comprimento por $0^m,08$ de largo e $0^m,04$ de profundidade.

A fossa quadrada, da qual restam só duas paredes¹ e os vestígios, mui apagados das outras duas, mede: a parede NE. $0^m,51$ e a parede NO. $0^m,30$ e de profundidade respectivamente $0^m,06$ e $0^m,03$.

A covinha tem o seu grande eixo ($0^m,06$) no sentido da parede NO. e tem de largo $0^m,025$ e de profundidade $0^m,01$.

IV.—Quintal da Venda

Seguindo caminho fora, atravessando o povoado, passada a igreja paroquial, chegamos a um pequeno rocio onde hoje se vê uma cruz de pedra alçada. A pedra que antigamente formava o pedestal da cruz é uma ara votiva que hoje se acha no Museu Etnológico de Lisboa². Em frente da cruz para o poente está uma pequena propriedade, composta de casa e quintais, que tem o nome de Casa e Quintal da Venda; nesta casa está desde longa data estabelecida uma vendarola: daí o nome. O quintal estende-se paralelamente ao corpo da igreja paroquial e a uns cinqüenta passos desta.

É esta zona muito abundante em sepulturas. Assim visíveis encontrámos sete, e fui informado, de que no adro quando procediam aos enterramentos encontraram quatro *caixões de pedra* (*sic*) de forma de corpo humano, onde alguns foram sepultados recentemente.

Junto à porta da Venda disseram-me que havia uma, mas está coberta.

Investiguei se essas sepulturas tinham alguma cousa, respondendo-me que estavam vazias.

O primeiro grupo de insculturas acha-se dentro duma corte coberta de colmo (fig. 6).

São cinco sepulturas em grupo abertas em granito, três de adulto, uma de criança e outra sumida sob o muro da corte perceptível apenas pela cabeceira até as ombreiras. A fotografia representa só quatro porque a quinta, inferior a estas, não pôde ser fotografada. Não pude verificar porque para ali o pavimento exterior (que é o adro) é bastante superior ao da corte.

¹ Meu pai chegou a ver esta fossa completa. A destruição das paredes SO. e SE. é de data recente.

² Vid. Leite de Vasconcelos, *Religiões da Lusitânia*, III, 230, fig. 98.^a

Além das sepulturas notam-se ainda dois buracos cónicos, um representado na fotografia (A) e o outro do lado oposto não visível na fotografia. Medem de diâmetro o primeiro 0^m,18, o segundo 0^m,18; de profundidade o primeiro 0^m,15, o segundo 0^m,15. No fundo diâmetro 0^m,08.

Ainda na mesma fraga à entrada da corte na parte exterior uma cova de forma rectangular. Tem só três paredes e o penedo nesse ponto foi destruído pelos pedreiros. Tem de comprimento 0^m,45 e de largura 0^m,59. A profundidade é de 0^m,20 na parede superior e de 0^m,15 nas laterais. Pelo que se vê parece uma fossa ou um degrau ou estribo.

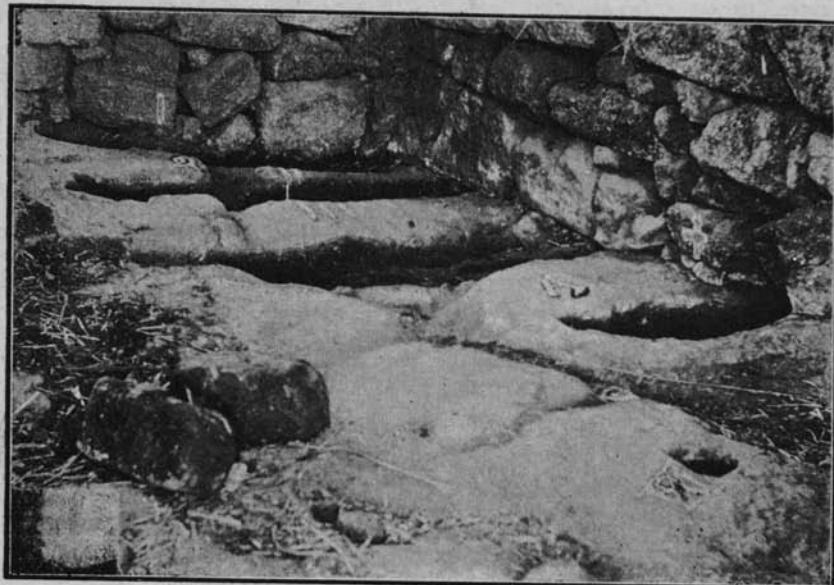


Fig. 6. — Quintal da Venda — Sepulturas

Deixando este grupo, encontrámos logo a seguir numa outra corte muito próxima uma outra sepultura. Não a pude medir, porque estava a corte ocupada por cevados. É igual às precedentes.

Seguindo para diante, num penedo encostado a esta última corte, está aberta uma fossa rectangular e lateralmente duas covas pequenas muito superficiais e também rectangulares. A fossa tem dimensões inferiores mais pequenas; tem a forma dum a gamela uma pirâmide rectangular truncada de base superior. Esta fossa tem beiral de escôo e o pavimento sensivelmente inclinação para ele. As covas laterais consistem em pequenos recortes no granito, onde se erguiam dois

pilares de pedra, um de cada lado da fossa. Lembro-me de ter visto ali ainda um pilar levantado, há anos; hoje já lá não está. As medidas são as seguintes: fossa, comprimento 1^m,31, largura 1^m,02, altura 0^m,18; inferiormente: comprimento 0^m,77, largura 0^m,75. As covas de assentamento dos pilares medem respectivamente: comprimento n.^o 3 0^m,51, n.^o 4 0^m,50; largura 0^m,45 uma, 0^m,50 a segunda; profundidade 0^m,03 a primeira, 0^m,08 a outra. Convém notar que a n.^o 4 tem uma das paredes laterais destruída a que é paralela à parede da fossa.

Mais adiante, seguindo para o poente, a uns 70 metros da fossa descrita, depara-se-nos uma outra sepultura (fig. 7) aberta também em pedra e nivelada com o solo pela parte superior e erguido de 1 metro aproximadamente dum quintalejo. Está já um tanto corroída; tem as seguintes medidas: comprimento 1^m,95, de largura 0^m,32 na cabeceira 0^m,51 nas ombreiras, 0^m,27 nos pés, a altura é de 0^m,11 na cabeceira e no meio e de 0^m,04 nos pés.

Para o S., para onde, como disse, há o desnívelamento de aproximadamente 1 metro, notámos os restos dumas escadas cavadas no granito que desciam da sepultura para o quintalejo inferior. Não estão completas e muitas delas foram destruídas. São em número de 5 os degraus; tem de comprimento 2^m,59, largura variável segundo os degraus de 0^m,38 a 0^m,49, altura de 0^m,15 a 0^m,29. Segundo me informaram, o lastro do quintalejo inferior, para onde descem as escadas, é formado por uma calçada de pedras pequenas; não o pude porém verificar.

Ainda no mesmo Quintal da Venda outros restos há de insculturas, mas tam truncadas, tam estragadas, que não paga a pena descrevê-las miudamente, como sejam: covinhas, sulcos, paredes de fossas e outras reliquias poupadass pelos canteiros que se não pode dizer o que são.

V.—Bouça da Venda

Deixando a sepultura do Quintal da Venda e seguindo para o poente uns 60 passos passámos o muro de vedação do dito quintal e encontramo-nos num monte inculto, eriçado de massas graníticas, e a que



Fig. 7.—Quintal da Venda—Sepultura

chamam Bouça da Venda ou do Corte Rial. O monte desce para O. numa rampa muito íngreme, e os penedos gravados tem acesso pela parte superior e fazem escarpa para a parte do poente, inferior.

As primeiras insculturas que nos aparecem estão situadas à direita da porta da bouça, num frágão encostado ao muro do Quintal.

São compostas por uma fossa rectangular, um grande sulco e 23 covinhas dispostas quase em semicírculo em volta da fossa. O grande eixo da fossa é orientado NO.-SE. (fig. 8).

A fossa mede 0^m,58 de comprimento, 0^m,40 de largura, 0^m,10 de profundidade a NO. e NE. de 0^m,17 a SO. e 0^m,07 a SE. Não tem

via alguma aferente, ou eferente, e o sulco que hoje se vê não é regular nem tem indícios de ser trabalhado. A gravura indica-o, mas convém notar o que acima fica dito.

O sulco grande fica mesmo encostado ao muro de vedação a 3^m,28 da fossa e tem declive de NO. para SE. Está destruído em ambas as extremidades. Tem 3^m,11 de comprimento, 0^m,33 de largura e tem

0^m,06 de profundidade ao cimo, 0^m,32 ao meio e 0^m,21 no fundo. Não posso presumir qual fosse o fim deste sulco, pois que não aparece, mesmo nos penedos vizinhos, indício algum da sua utilidade. Aqui torno a relembrar o que disse a propósito dum sulco idêntico na tampa de Ambrães; este penedo é o que está mais elevado no monte; para todos os lados tem uma altura sensível de 1 metro sobre o solo, e não tem em 100 metros em redor ponto algum mais elevado do que o do cimo do sulco. Esta vai com vista aos especialistas.

As covinhas estendem-se em volta da fossa num semicírculo de aproximadamente 1 metro de raio. São todas afuniladas, como as que já temos descrito, e variam de forma entre o círculo e a oval.

As primeiras sete dou-as como duvidosas, parecendo-me mais recentes; contudo descrevê-las hei.

Dimensões:

N. ^o 1	$0^m,06 \times 0^m,03 \times 0^m,03$	N. ^o 4	$0^m,08 \times 0^m,04 \times 0^m,03$
N. ^o 2	$0^m,05 \times 0^m,02 \times 0^m,02$	N. ^o 5	$0^m,10 \times 0^m,06 \times 0^m,06$
N. ^o 3	$0^m,07 \times 0^m,03 \times 0^m,03$	N. ^o 6	$0^m,09 \times 0^m,05 \times 0^m,04$

N.º 7 — 0 ^m ,08 × 0 ^m ,08 × 0 ^m ,04	N.º 16 — 0 ^m ,07 × 0 ^m ,06 × 0 ^m ,05
N.º 8 — 0 ^m ,05 × 0 ^m ,04 × 0 ^m ,04	N.º 17 — 0 ^m ,12 × 0 ^m ,04 × 0 ^m ,03
N.º 9 — 0 ^m ,06 × 0 ^m ,06 × 0 ^m ,04	N.º 18 — 0 ^m ,09 × 0 ^m ,04 × 0 ^m ,03
N.º 10 — 0 ^m ,07 × 0 ^m ,07 × 0 ^m ,05	N.º 19 — 0 ^m ,09 × 0 ^m ,07 × 0 ^m ,04
N.º 11 — 0 ^m ,08 × 0 ^m ,08 × 0 ^m ,05	N.º 20 — 0 ^m ,05 × 0 ^m ,03 × 0 ^m ,04
N.º 12 — 0 ^m ,07 × 0 ^m ,06 × 0 ^m ,04	N.º 21 — 0 ^m ,07 × 0 ^m ,04 × 0 ^m ,03
N.º 13 — 0 ^m ,07 × 0 ^m ,07 × 0 ^m ,05	N.º 22 — 0 ^m ,10 × 0 ^m ,05 × 0 ^m ,05
N.º 14 — 0 ^m ,07 × 0 ^m ,05 × 0 ^m ,04	N.º 23 — 0 ^m ,07 × 0 ^m ,05 × 0 ^m ,04
N.º 15 — 0 ^m ,08 × 0 ^m ,07 × 0 ^m ,06	

Cova quadrada a 1 metro de desnívelamento da fossa quadrada 0^m,16 × 0^m,16 × 0^m,17. Em um penedo a SE. contíguo ou talvez mesmo a continuação dêste em um nível inferior também 1 metro a 1^m,5 duas covinhas 0^m,10 × 0^m,04 × 0^m,03 e 0^m,13 × 0^m,04 × 0^m,04. Um sulco partindo de um dos ângulos da cova quadrada para SO. comprimento 1^m,50, largura 0^m,04, fundo 0^m,02.

5 metros abaixo dêste penedo, em outro mais pequeno e destruído na maior parte, notámos um pequeno corte, degrau ou estribo e mais superiormente uma fossa quadrangular. O degrau tem 0^m,17 de comprimento por 0^m,14 de largura e o recorte tem 0^m,10 de alto. A fossa mede 0^m,52 de comprido por 0^m,42 de largura; tem 0^m,07 de profundidade na parede O e 0^m,04 nas restantes. O grande eixo é orientado NE.-SO.

Em outro penedo mais abaixo estão abertas as seguintes gravuras: uma fossa rectangular, cinco covinhas pequenas, um sulco pequeno e umas gravuras paralelas a este já muito apagadas, restos, talvez, de fossas ou escadas.

Subindo ao penedo pela parte superior encontramos primeiro as cinco covinhas dispostas em linha. São pequenas e muito superficiais.

A fossa fica mais adiante na mesma face da fraga orientada SSE.-NNO., bastante apagada, tanto que a face NNO. está reduzida a um insignificante relêvo. Tem de comprimento 1^m,03 e de largura 0^m,22 numa parede e 0^m,33 na parede apagada. A profundidade é de 0^m,07.

Na vertente do penedo, para a parte de baixo e, já, a meia altura desta, estão o sulco e os restos das gravuras. O sulco estreito (0^m,07) tem de comprimento 2^m,56; fundo de 0^m,03 inferiormente a este 0^m,43 e quase paralelamente, as gravuras apagadas com igual comprimento.

Imediatamente inferior e em contigüidade com este penedo, outro está também gravado. Apresenta um sulco bifurcado em Y tendo na

extremidade dos seus três ramos covinhas, circundado também por 11 covinhas, e uma fossa grande, na maior parte destruída e representada por uma das paredes e parte de outra. O penedo tem declive para SO. A haste grande do Y está voltada a NO, e as outras duas para SE. No ramo superior, dentro do sulco, está cavada uma pequena covinha.

O sulco parte da covinha *A*, bifurca-se e vai para *D* e para *E*, duas covinhas terminais. O sulco parte e termina à flor de nível das covinhas. A inclinação do sulco, muito leve, é facto, é de *A* para *E* e *D*. Entre o sulco e as demais covinhas e a fossa ou entre estas não há comunicação alguma exterior ou interior.

Pôsto isto passemos aos números.

Sulco — até a bifurcação 0^m,25, largura 0^m,06, profundidade 0^m,05; ramo *B* respectivamente 1^m,12 — 0^m,04 — 0^m,04; ramo *C* 1^m,16 — 0^m,06 — 0^m,05.

Covinhas:

A 0^m,14 × 0^m,10, fundo de 0^m,10.

D 0^m,10 × 0^m,07, fundo de 0^m,05.

E 0^m,08 × 0^m,03, fundo de 0^m,03.

G dista de *A* 0^m,16, diâmetro 0^m,18 × 0^m,18, fundo de 0^m,12.

H » » *G* 0^m,44, » 0^m,09 × 0^m,06, » 0^m,06.

I » » *H* 0^m,35, » 0^m,10 × 0^m,07, » 0^m,08.

K » » *J* 0^m,30, » 0^m,09 × 0^m,07, » 0^m,05.

L » » *D* 0^m,14, » 0^m,07 × 0^m,05, » 0^m,03.

M » » *E* 0^m,14, » 0^m,08 × 0^m,05, » 0^m,04.

N » » *H* 0^m,13, » 0^m,09 × 0^m,05, » 0^m,03.

P » » *N* 0^m,15, » 0^m,08 × 0^m,05, » 0^m,04.

R » » *P* 0^m,10, » 0^m,08 × 0^m,05, » 0^m,04.

C dista do sulco 0^m,15, diâmetro 0^m,10 × 0^m,04, fundo de 0^m,04.

F dista de *A* 0^m,38, diâmetro 0^m,15 × 0^m,07, fundo de 0^m,08.

A fossa dista da covinha *D* 0^m,21 e tem as dimensões seguintes: parede NO. comprimento 1^m,50, profundidade 0^m,36; resto da parede NE. 0^m,56 de comprimento e 0^m,16 de profundidade.

Qual seria o fim destas gravuras? Não o sei; a mim se afigura que outro não seria senão o religioso.

Em outro penedo, junto dos que acabamos de mencionar, três covas, duas circulares e uma ovalar, na disposição que representa a gravura. Não tem comunicações umas com as outras, exterior ou interior. A primeira ovalar mede 0^m,20 por 0^m,09 e tem de profundidade

0^m,09; é afunilada e no fundo mede 0^m,17 \times 0^m,05. A imediata, afastada desta 0^m,46, é circular 0^m,25 \times 0^m,25 tem de profundidade 0^m,25. É também cónica e mede 0^m,06 \times 0^m,06 no fundo. A terceira a 1^m,09 desta é circular, mas cilíndrica, de igual diâmetro inferior; mede 0^m,13 \times 0^m,13 e tem 0^m,10 de fundo.

Uma linha que une as três fica orientada ENE.-OSO.

Para a direita das segundas insculturas descritas está uma gravura em pedra deveras curiosa; a nossa gravura apresenta-a (fig. 9).

É um recorte na rocha, trabalho intencional, com a forma, talvez, dum banco ou de um assento; não posso conjecturar o que fôsse. Será impróprio? Concordo; os especialistas que dirimam. A superfície do penedo é lisa e de nível com o solo adjacente; mas não é

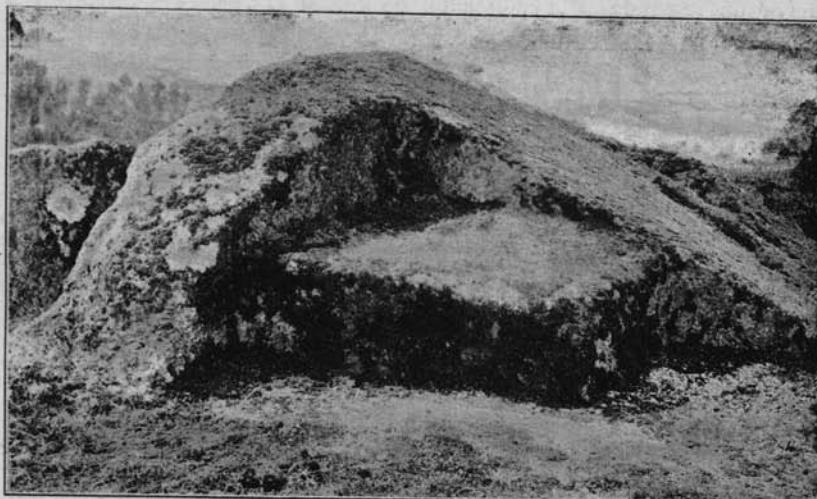


Fig. 9. — Bonça da Venda

natural, foi trabalhado para ficar nivelado. O que eu chamo banco ou assento levanta-se acima do plano 0^m,30; tem de comprimento 1^m,10, de largura 0^m,73 à esquerda e 0^m,54 à direita.

Tem como se vê uma forma quadrangular. A distância, isto é a altura, entre o assento e a superfície irregular do penedo no ângulo superior é de 0^m,34.

Mais abaixo do precedente em outro as seguintes gravuras, 10 covinhas, dispostas em dois grupos, o primeiro à entrada do penedo com 7 e outro mais adiante com 3.

Das sete do primeiro grupo cinco estão em linha e duas afastadas não em linha. As cinco estão dispostas de modo que no meio fica uma covinha circular, 0^m,12 de diâmetro e 0^m,10 de profundidade,

tendo de cá duas covinhas ovalares, muito compridas e de eixo orientado segundo a linha em que estão.

As dimensões são:

1. ^a	Comprimento	0 ^m ,11,	largura	0 ^m ,05,	profundidade	0 ^m ,03.
2. ^a	"	0 ^m ,15,	"	0 ^m ,04,	"	0 ^m ,03.
3. ^a	"	0 ^m ,20,	"	0 ^m ,05,	"	0 ^m ,04.
4. ^a	"	0 ^m ,20,	"	0 ^m ,04,	"	0 ^m ,04.

As duas afastadas da linha são circulares, uma afastada da linha 0^m,18, 0^m,14 de diâmetro e 0^m,10 de profundidade, a outra afastada da precedente 0^m,59, tem de diâmetro 0^m,10, e de profundidade 0^m,06. As covas em linhas distam umas das outras respectivamente: a primeira da segunda 0^m,17, esta da do centro 0^m,18, esta da terceira 0^m,27, a terceira da quarta, 0^m,16.

O grupo das três está a 2^m,5 do grupo descrito. Estão dispostas em triângulo de vértice anterior, onde está situada a maior. Esta tem de diâmetro 0^m,40, e 0^m,19 de profundidade. Das outras, uma é ligeiramente ovalar (0^m,11 \times 0^m,08, com 0^m,05 de profundidade), a outra circular (0^m,20 de diâmetro, 0^m,10 de profundidade). Distam da primeira e maior: a ovalar 0^m,34; a circular pequena 0^m,13 e estas, uma da outra, 0^m,56.

À esquerda das primeiras insculturas que descrevemos, logo à entrada da bouça, descendo, encontrámos dois penedos um sobreposto ao outro com covinhas. No primeiro estão cavadas cinco covinhas pequenas, dispostas irregularmente, distando umas das outras aproximadamente 0^m,07 e de iguais dimensões: 0^m,07 de comprimento, 0^m,05 de largura, 0^m,04 de profundidade. São como se vê, ovalares. No outro penedo, inferior a aquele 1 metro, vêem-se três covinhas, maiores que as descritas e de forma circular. Afectam uma disposição triangular, irregular; medem: uma 0^m,13 de diâmetro e 0^m,13 de profundidade; outra 0^m,15 de diâmetro e 0^m,07 de profundidade; a terceira 0^m,12 de diâmetro e 0^m,08 de profundidade.

Logo abaixo destes penedos vamos encontrar o resto de duas fossas, abertas no granito, mas das quais só resta parte das paredes superiores. Há vestígios do restante, mas em tal estado que me é impossível reconstruí-los. Dois cortes pertencem a uma, dois cortes a outra. São bastante grandes; assim a primeira mede na parede A 0^m,53 de comprimento. Esta parede foi destruída pelos pedreiros, e eu presumo que um outro bocado de granito muito pequeno próximo deste e alinhado também fizesse parte desta fossa. À largura apresentada por uma das paredes mede 0^m,57 e a profundidade é de

0^m,31. A outra parede da fossa fa encontrar-se com a parede da primeira, formando um ângulo recto, tem 1^m,04 de comprimento e 0^m,33 de alto. O resto da parede lateral mede 0^m,60. Os cortes na rocha granítica são tais como os representa a nossa gravura.

Chegaremos ao fim desta tarefa mencionando as últimas insculturas que hoje se vêem na Bouça da Venda. Num grande penedo de superficie muito irregular, notamos dez covinhas redondas e uma rectangular, dispostas irregular e assimétricamente e a diferentes alturas.

O penedo onde estão insertas estas gravuras foi quebrado, e quando afi estive tomando apontamentos lá andavam os pedreiros quebrando este e outros penedos mais inferiores. Uma cova rectangular já bastante corroída, mede 0^m,40 × 0^m,40 e tem de profundidade 0^m,09; dentro desta e um dos ângulos está cavada uma covinha circular 0^m,13 de diâmetro e 0^m,08 de profundidade. Outra covinha dista da rectangular 0^m,11 e mede 0^m,14 de diâmetro e 0^m,12 de profundidade.

(Continua).

MANUEL DE VASCONCELOS.

A nomeação do pessoal superior da imprensa da Academia Rial de História

O conde Raczynsk no *Dictionnaire historico-artistique du Portugal*, publicado em 1847, erudita compilação de muitos materiais espalhados em autores portugueses, dá-nos os nomes de três gravadores estrangeiros que vieram para Portugal a chamado do inteligente rei D. João V, monarca que dispunha de bom gôsto, inclinação para as artes e sciências e recursos para as manter e fomentar.

Chamavam-se Theodoro André Harwyn, João Rousseau e Rochefort. As indicações que dêles nos dão são bastante parcias, mas o achado que fiz na correspondência diplomática do pai de D. José I ministra-nos elementos apreciáveis.

Theodoro André Harwyn era casado com Catarina Previgny, os quais assinaram o contrato na cidade de Haia em 1 de Abril de 1726.

Rousseau, que se assinava Rousset, apresentou umas propostas também no ano de 1726.

Rochefort e Diogo de Mendonça Corte Real, como representantes do rei, assinaram o contrato em Maio de 1726 na Haia.

Harwyn veio para Portugal como impressor de estampas, Rousseau como director da imprensa e Rochefort como gravador ou *gravor aportuguesamento de graveur*.

Os três artistas vieram para trabalhar por mandado da Academia Rial de História.

Sob os esforços conjugados d'estes três homens a arte tipográfica desenvolveu-se consideravelmente em Portugal e os livros estampados naquele estabelecimento excederam todos os produtos similares saídos dos prelos nacionais até então. Tanto as artes como as letras, como as sciências só se desenvolvem com a riqueza, e também só para a riqueza são.

Se não fosse a queda de D. João V, o protector do P.^o Bartolomeu de Gusmão, um dos primeiros práticos da aeronáutica, pelas letras, quer por imitação de Luis XIV quer por outras circunstâncias não teria sido criada a Academia de História que alguma cousa útil fez. Conhecemos as numerosas encomendas feitas no estrangeiro por D. João V de impressos, de manuscritos e de gravuras, com grande minúcia, e que conto publicar, por onde se poderá avaliar quanto foi extensa a actividade do rei. Rebêlo da Silva e Bernardes Branco com os seus romances ou histórias romanceadas fizeram, porém, descer muito o conceito de D. João V, porque só o avaliaram pelo lado familiar. As valiosas peças agora publicadas encontram-se no ms. 943 do Arquivo da Torre do Tombo.

PEDRO A. DE AZEVEDO.

I

Vossa Senhoria escreveu há seis meses ao conde de Tarouca, para que mandasse para a Academia Real hum Empressor de Estampas; o Conde falou a um Catholico que aqui há, o qual me deu o memorial, que remeto, em que elle põe as suas condiçōens.

Na mesma Carta dezia Vossa Senhoria que se ajustasse hum Abridor, e eu sei de hum dos bons de França, que deseja ir para Portugal, o qual me tem escrito varias vezes para este effeito, e eu remeterey as suas condiçōens e Sua Magestade resolvera o que for servido.

Deus guarde a Vossa Senhoria muitos annos. Haya, 10 de Janeiro de 1726¹.

II

No navio em que vão os Cavallos, para o Marquês de Abrantes mando o Impressor de Estampas, o qual levava as Contas dos portes das Cartas desde que eu recebo o Dinheiro para as pagar.

¹ Negociações de Diogo de Mendonça Côrte Real, t. 1, p. 43.

Resolvo me a mandar este homem, perque Vossa Senhoria me avisou, que as condiçõens tinham sido aprovadas e que se elle quizesse partir, que o mandasse, ao que respondi a Vossa Senhoria que huma das condiçõens era que a Academia lhe daria tres meses de ordenado adiantado para partir e comprar algumas cousas pertencentes ao seu officio, mas como elle quer partir sem receber nada, a condiçao, que eu me encarregue de pagar as cousas que comprou.

Acresse tambem, que o seu passage pode ser muito barato para a Academia, pois que eu disse ao donno do Navio, que elle hia com a incumbencia dos cavallos, mas como elle leva sua mulher, quatro filhos, hum criado, que trabalha e huma criada será preciso pagar alguma cousa, mas não será cousa de grande conçideração; Vossa Senhoria terá cuidado de mandar ordem, para que me asistão com algum Dinheiro, para pagar as suas despesas.

Deus guarde a Vossa Senhoria. Haya 11 de Agosto de 1726¹.

III

A posta passada dei conta a Vossa Senhoria que determinava mandar o Impressor de Estampas no Navio em que vão os Cavallos para o Marques de Abrantes; porem como Vossa Senhoria me manda ordem, para, que se lhe dê, o que elle estipula nas suas condiçõens eu o fis já dando-lhe quinhentos florins, para comprar todas as cousas de que necessita e poder partir até o fim deste mes a o mais tardar.

Fico entendendo, o que Sua Magestade me ordena na memoria que Vossa Senhoria me remete e cuidarei em apressar esta encomenda remetendo cada cousa a medida que estiver feita, e o Impressor de Estampas levara algumas.

O Abridor de Boril não me respondeu ainda, mas amanhã espero que me escreva.

A Alvaro Nunes remeti a Carta, e elle me deu já mil Florins, para a dita encomenda.

Remeto a Vossa Senhoria a copia do contrato de obrigação do Impressor de Estampas e espero que Sua Magestade aprove as condiçõens que lhe pus.

Deus guarde a Vossa Senhoria. Haya 18 de Abril de 1726².

¹ Negociações de Diogo de Mendonça Côrte Real, t. 1, p. 500.

² Idem, t. 1, pp. 515, 516.

IV

*Copie du Contract de l'Imprimeur d'Estampes
pour l'Academie Roialle d'Histoire à Lisbonne*

Nous soussignés Diogo de Mendoça Corte Real, envoié extraordinaire de Sa Majesté Portugaise, etc., d'une part, et d'autre part Theodore André Harwyn imprimeur d'Estampes, et Marie Catherine Previgni sa femme, lesquels s'engagent reciprocement en cette qualité d'imprimeurs d'Estampes pour exercer le dit art au service de l'Academie Roialle de Histoire à Lisbonne avec les conditions suivantes:

1^{er} L'Academie donnera au dit Harwyn pour gages annuels huit cent florins argent courant d'Hollande, les quels gages commenceront à courir au 1^{er} d'avril de la presente année 1726, et seront payés en monnoie Portugaise; et le change sera reglé au prémier payement qu'on lui donnera à Lisbonne, pour récevoir pendant tout le temps qu'il sera au service de l'Academie ce que pourront produire à jour là les huit cent florins en argent Portugais pour éviter dans les autres payements toute dispute sur l'échange: bien entendu que ces gages lui seront donnés pour satisfaire à tous les frais de son imprimerie excepté le papier et les planches gravées, que l'Academie sera obligée de lui fournir.

2^{me} Il lui sera libre de travailler à son profit le temps qu'il ne sera point employé au service de l'Academie.

3^{me} L'Academie lui paye son voyage d'ici à Lisbonne, mais au cas que le dit Harwyn, sa femme ou quelqu'un de sa famille veuille s'en rétourner ou quitter le Portugal, l'Academie ne sera point obligée de rien donner pour le voyage, excepté quelques restants de Gages, au cas qu'il en eût.

4^{me} Le dit Harwyn s'engage à ne point s'éloigner de Lisbonne par une absence de quelques jours sans permission expresse de l'Academie, et de travailler fidellement et loialement à ce qu'il sera commandé dans le ressort de son art.

5^{me} Ne pourra non plus le dit Harwyn demander son congé pour quitter le païs sans avertir quatre mois auparavant.

6^{me} Pour ce qui regarde les premières propositions que le dit Harwyn a faites de toucher d'avance trois mois de ses gages et trois cent florins à rabattre sur les autres mois, il les reçoit à la signature de ce contract d'obligation, lequel servira de reçu de la somme de cinqcent florins par lui touchés, au moment de la signature du present contract.

7^{me} Le dit Harwyn s'oblige pour lui et pour sa femme, qui doit aussi signer de tenir tous les engagemens ci-dessus.

Se soumettant l'un et l'autre à être condamnés par les dits articles à toutes les riguers des Loix, au cas de contravention à quelques uns, où bien au cas qu'il refuse de partir pour Lisbonne au tems qui lui sera prescrit.

En foy de quoi sont faits deux écrits de la même teneur, signés d'une part de notre main, et cachetés de nos armes et de l'autre signés pareillement du dit Harwyn en faisant une croix, après avoir declaré ne savoir écrire, et sa femme a signé pour verifier la marque de son mari, pour que les deux contractants y puissent reconnoître leurs obligations respectives.

Fait à la Haye le 1 d'avril 1726.—Etoit signées.: *Diogo de Mendonça Corte Real*—signe de + *Harwyn*—*M. C. de Previgny*¹.

V

Em este Navio vay o Empressor de Estampas o qual leva todos os materiaes para poder trabalhar, e eu lhe recomendei que os com-prase com abundancia.

Sera preciso que lhe façao bem limpar as folhas de cobre abertas, e segundo o que vejo aqui praticar hé bom que lhe recomendem que deite na tinta mais do costumado de huma droga que chamão Indigo, para fazer as estampas mais bellas.

Tudo isto lhe recomendei muito, mas será bom que lho advirtão.

Eu lhe fis ensinar a este mesmo homem o modo de pôr as Armas douradas nas Pastas dos Livros encadernados sem fogo, que he hum segredo muito bom, o qual elle ensinará a outros, e incluso remetto o modo de se fazer.

No mesmo navio remeto cem Pelles de Bezerro e sincoenta de purgaminho para encadernar os livros e Vossa Senhoria me avisará se devo mandar mais, e de qual dos numeros que mandei pôr nas Pelles, porque são de diferentes pressos, como Vossa Senhoria verá da conta que remeto.

As Letras será impossivel mardar (*sic*) brevemente; porque não se fazem sem se encomendarem, e as vezes he preciso esperar tres annos para se acabarem, e seria melhor comprar as formas quando se achasse alguma ocasião de se venderem, porque nem sempre se

¹ Negociações de Diogo de Mendonça Côte Real, t. I, p. 535.

encontra, mas ainda não desespero de achar algumas letras de que espero respostas das partes onde escrevi.

Mandei encomendar os ferros para encadernar, e disse que fizessem aparelhos separados, para os Livros em folha, em quarto e em Outavo, e sem embargo que na Ordem não vem expressados, pareseme, que esta he a intenção.

Do Abridor não tenho ainda a ultima resolução.

No mesmo caixão das Pelles mando uma resma de papel marbrè, para amostra do que se faz aqui; que he muito mais barato do que o de França, ser-me-ha preciso mandal-o vir de lá senão achar na feira, que se faz a semana que vem nesta Corte, algumas Resmas de Allemanha, que he bom e barato.

O caixão das Pelles vai marcado: *A. R.* e mandarei sempre conhecimento.

Deus guarde a Vossa Senhoria. Haya 2 de Maio de 1726¹.

VI

Na posta passada avisava a Vossa Senhoria, que hoje o informaria de tudo o que tenho descoberto a respeito das letras para a Emprenssa da Academia Real; e como vejo que as intençõens de Sua Magestade são de a querer estabelecer como a do Louvre, para fazer as ediçõens perfeitas ponho todo o meu cuidado em executar huma empreza tão boa, que he digna do gosto com que Sua Magestade proteje as sciencias, e as Artes de que toda Europa lhe dá infinitos louvores.

Depois de hum grande trabalho achei parte das Letras, que Sua Magestade me ordenou, que comprasse, e me premetem que em anno e meyo me darão a quantidade de que se necessita, e para que se vejão todas as sortes de Letras, que aqui se fazem remeto hum papel empesso com os numeros manuseritos, para que quando queirão alguns abecedarios que os peção pellos numeros de que guardo a Lista, que os Contem com os nomes á margem.

Tambem remeto a Vossa Senhoria hum masso de papelinhos, que contem o formatum das formas ou Matrizes, para fazer a letra, que aqui se vendem, e que sem embargo, que pedirão ao Conde de Tarrouca huma grande soma de Dinheiro por ellas eu as poderei haver por seis mil florins, porque me sirvo de huma terceira via, que as compra em seu nome, mas necessito de resposta sobre a compra dellas

¹ Negociações de Diogo de Mendonça Corte Real, t. 1, p. 563.

por se ter dado o tempo de tres meses, para que se não vendão a outrem, e Vossa Senhoria terá cuidado de me participar a resolução de Sua Magestade o mais breve que fôr possivel.

Hum Frances Refugiado, que vive ha muitos annos nesta Corte chamado João Russet homem douto em Historia, Bellas Letras, e com uma grande capacidade para á Direcção de huma Emprenssa, deseja servir a Sua Magestade na ocupação de derigir as Emprenssas de que fas menção no papel inclusivo, o qual me deu pedindo-me de o apoyar para que Sua Magestade queira servirsse delle.

Esquessia me dizer a Vossa Senhoria que elle sabe bem o Latim, bastantemente o grego, entende o Espanhol e Italiano.

A respeito da Sua Religião vermehei muito embarassado a dizer qual ella he, porque cuido que não tem nenhuma.

Espero mandar hum insigne Abridor de Buril até o fim do mes que vem, o qual levará as Letras, e mais algumas cousas do que se me tem recomendado.

Deus guarde a Vossa Senhoria. Haia 23 de maio de 1726¹.

VII

Copia da Memoria, e das proposições de João Rousset

Le Ssoussigné offre ses services à Sa Magesté le Roy de Portugal pour établir à Lisbonne une Imprimerie Royalle telle qu'est celle du Roy de France; où l'on porra en peu de tems executer d'une maniere parfaite les plus grands ouvrages, non seulement par rapport aux livres, mais encore aux Estampes et aux Cartes Geographiques genealogiques et Geraldiques, et le Ssoussigné s'engage à fournir la dite imprimerie de tous les caractères nécessaires et en nombre convenable pourvû que Sà Majesté trouve à propos d'acheter la partie de Matrices et Poinçons dans les Epreuves ont été communiqués à Monsieur L'Envoié Mendoça.

Le Ssoussigné s'en gageant de fournir à ses frait à ce qui y manqueroit à l'avenir, bien entendu que les matières de fonte seron payées à un prix raisonnable et toujours au dessous de ce qu'illes couteroient en les faisant fendre hors du Royaume.

Le Ssoussigné demande avec le titre de *Directeur* de l'imprimerie Royale y joint les droits de Maitrise et privileges tels que Sà Majesté

¹ Negociações de Diogo de Mendonça Côrte Real, t. 1, p. 631.

accorde aux artisans qui sont à son service inmidiat, une pention annuelle de deux cent Monoies D'or, logement francs; et la survivance pour son fils.

Comme le Ssoussigné e[s]t homme de lettres et qui a une connoissance de Livres et de tout ce que y a rapport on peut juger de ce qu'il fera pour faire fleurir ce nouvel etablissement, et faire des Editions qui ne le cedront ni aux Elsevirs ni aux Marbre-Cramoisy.

Le Ssoussigné laisse à Monsieur l'Envoyé de Portugal le soin de le faire connoirre plus amplement.

Quand à ce que j'ai dit que les matieres des fontes seront payées à un prix raisonnable, Sà Majesté peut opter l'alternative, ou de fournir aux depences et salaires des ouvriers, le soussigné n'y contribuant que de son inspective et ordonnance auquel cas Sà Majesté augmenteroit d'un tiers les apointement demandes ci-dessus.

Sà Majesté auroit autre cela la bonté de me payer mon voyage par terre avec mes deux fils parce que je ne pui suporter la mer.

Etoit signé, *Rousset*¹.

VIII

Vossa Senhoria me dis que sera preciso que remeta huma conta do que dei ao Impressor das Estampas, para que a Academia Real me mande satisfazer; Eu lhe paguei de Dinheiro com que me assiste Alvaro Nunes da Costa, para a despeza da Academia de que tive ordem pelo officio de 12 de Março d'este anno, e logo que tudo o que se me recomendou de fazer no mesmo officio estiver prompto remeterei a conta total.

O Abridor de Buril ja aqui esta e partirá pelo primeiro Navio que achar; Elle se chama Rochefort, e eu o fiz vir de França sem embargo que era Gravor delRey e da Academia das Sciencias por conhecer que he de grande capacidade na sua arte, não só no que trabalha, mas no que inventa tem bom gos[to].

Da copia junta vera Vossa Senhoria o que ajustei com elle tanto pelo que toca a sua obrigaçao como pelo ordenado que deve ter por anno, e asseguro a Vossa Senhoria que me admira que queira ir por este presso, porque não achei, aqui, nem no Pays Bayxo quem quizesse ir por menos de sete centos mil reis por anno e outras condições que não convinham.

¹ Negociações de Diogo de Mendonça Côrte Real, t. 1, p. 639.

Este homem fes absolutamente o que eu quis porque lhe disse que a Academia não tinha ainda as rendas de que necessitava e que hindo elle servilla poderia agradar a Sua Magestade com o seu trabalho, o que lhe conseguiria talvez alguma cousa mais, mas não me obriguei a nada.

Elle aprovou tudo, mas só me pediu que conseguisse com que lhe dessem o Titulo e os privilegios de Gravor de Sua Magestade, porque assim tinha em França, ao que me paresceu que Sua Magestade não duvidaria, e por isso lho pus nas obrigações que asignou.

Com este Abridor vay hum bom Pintor ao qual não dei nada do Dinheiro de Sua Magestade por querer ir por seu gosto, e só lhe farei algum presente para lhe pagar o passage daqui até Lisboa, o que será da minha bolsa.

Deus guarde a Vossa Senhoria. Haya 13 de Junho de 1726¹.

IX

A posta passada dezia a Vossa Senhoria que lhe remetia a copia das condições do Abridor a qual invio agora por ter ficado por esquecimento.

Deus guarde a Vossa Senhoria. Haya 20 de Junho de 1726².

X

Copie du Contract du Graveur Rochefort

Nous Diogo de Mendoça Corte Real, Envoié Extraordinaire de Sa Majesté le Roi de Portugal, etc., etc.

Declarons d'avoir engagé au service de l'Academie Roiale de l'Historie à Lisbonne le Seigneur de Rochefort, Graveur, aux conditions suivantes, les quelles nous promettons au nom de la dite Academie Royale que seront observées, comme le dit Seigneur de Rochefort de son coté promet et s'engage de les executer exactement.

1^{er} Le dit Seigneur de Rochefort sera obligé de travailler en tout temps et en tout ce que l'Academie Royale Lui ordonnera appartenant à son art; sans exception d'aucune chose.

¹ Negociações de Diogo de Mendonça Corte Real, t. 1, p. 685.

² Idem, t. 1, p. 700.

2^{me} Il ne pourra point travailler pour aucun Particulier si non qu'en cas qu'il n'aura rien a faire pour l'Academie, mais si au contraire il venoit à manquer aux ouvrages de l'Academie, les Seigneurs Directeurs pourront le condamner à une peine pecuniaire.

3^{me} Aussi le dit Seigneur de Rochefort ne pourra non plus sortir de Lisbonne, pour quelques ouvrages dans le Royaume, sans avoir préalablement obtenu permission des Seigneurs Directeurs de l'Academie.

4^{me} Que si l'Academie Royale pour quelque raison trouvat bon de renvoier le dit Seigneur de Rochefort, alors Elle lui payera les frais de son voyage; mais en cas que le dit Seigneur de Rochefort de son propre mouvement veuille quiter le service de la dite academie il sera non seulement obligé d'en avertir six mois, mais ne pourra aussi démander quelque payement pour son voyage, excepté ce que lui sera dû de ses gages, en cas qu'il y eut de reste.

5^{me} En consideration des services, Engagemens ci-dessus mentionnés, l'Academie Roiale donnera au dit Seigneur de Rochefort pour gage annuel, la somme de trois cents mille Reis, monnoie de Portugal, payable par quartier ou tous les six mois, à condition que le dit Seigneur de Rochefort en fera tous les frais des utils pour son art, et en même tems il jouira de tous les Privileges de Graveur du Roi.

Le susdit gage commencera du jour qu'il sera arrivé à la Haye.

6^{me} Le dit Seigneur Rochefort aura encore avant que de s'embarquer ici en Hollande le valeur de la somme de trois cent mille Reis, monnoie de Portugal, que lui soront païées ici en monnoie de France ou d'Hollande, selon le cours de change pour en pouvoir acheter tous les utils qu'il aura besoin, et pour les frais de son voyage de France jusqu'ici en Hollande bien entendu que cette somme lui sera donné pour une fois seulement, et qu'il sera obligé à se trouver à la Haye pour le plus tard jusqu'au 30 de ce mois.

7^{me} Le dit Seigneur de Rochefort promet d'executer ses engagemens ci-dessus exactement; se soumettant en cas de contravention à tous les rigueurs des Loix et une peine arbitraire que nous pourrons juger convenable au nom de l'Academie Roiale dans ce Pais-ci et en Portugal à ce que les Seigneurs Directeurs jugeront à propos.

En foi de quoi sont faits deux originaux des presentes, que nous avons signés et fait apposer le siel de nos armes, faisant pareillement signer le dit Seigneur de Rochefort.

À la Haye le may 1726.—Etoit signé: *Diogo Mendosa Corte Real*
—*De Rochefort*¹.

¹ Negociações de Diogo de Mendonça Côte Real, p. 709.

Contos para contar

VI¹

Jetons (Contos)

Les jetons qui ne sont en usage aujourd'hui que pour compter au jeu, servaient, dans le moyen âge, aux calculs de l'arithmétique. En France, les plus anciennes de ces pièces datent du règne de Charles VII (1422 à 1461); leur nom indique qu'elles avaient aussi, à cette époque, une autre destination: on en distribuait une certaine quantité aux Conseillers de la cour des comptes qui en *jetaient* une sur la table, en signe d'approbation ou de refus, après la lecture de chacun des articles soumis à leur examen; de là les légendes: *Sommes countez, jette bien.* — *Jettes bien gardes de mi compte*, etc.² Diverses légendes indiquaient encore un autre usage, telle est celle-ci: *Pour les gens des comptes de Bretagne.*

Le mathématicien Legendre a donné un traité complet des calculs par les jetons. On le trouvera à la fin de son livre sur l'arithmétique, édition de 1767. Voici comment il explique cette méthode:

« *Traité de l'arithmétique par les Jetons.* Cette arithmétique est aussi utile que celle qui se fait avec la plume; puis qu'avec des Jetons on fait toutes les règles dont on a besoin dans les calculs qui servent dans le commerce. Cette manière de calculer est plus pratiquée par les femmes que par les hommes; cependant, plusieurs personnes qui sont employées dans les finances et dans les jurisdictions s'en servent avec beaucoup de succès. Les maximes dont on se sert dans cette façon de calculer sont semblables à celles qui se

¹ [Os n.ºs I e II de esta série saíram no *Arch. Port.*, vol. V, p. 52 sgs. e 168 sgs.; o n.º III no vol. VII, p. 290 sgs.; o n.º IV no vol. IX, p. 170; o n.º V no vol. X, p. 358.—César Famin, autor do presente artigo, foi chanceler da legação de França em Lisboa, desde 1838, como parece, até 1848 (segundo documentos que colhi no Ministério dos Negócios Estrangeiros, mercê da amabilidade do Sr. Dr. Gonçalves Teixeira), e, aproveitando a sua estada na nossa capital, dedicou-se com fervor à Numismática portuguesa, coligindo moedas e apontamentos. Dos apontamentos restam muitos na Biblioteca Nacional de Lisboa,—pastas n.ºs 8:866 e 8:867 da secção de manuscritos,—uns já redigidos, outros avulsos, e de êles extraí o artigo e desenhos que adiante reproduzo. Numa obra que estou escrevendo acerca da Numismática em Portugal falo mais amplamente de Famin: na presente ocasião não se torna necessário dizer mais; veja-se contudo Teixeira de Aragão, *Descripção das moedas*, I, 103.—J. L. DE V.]

Dictionnaire encyclopédique de la France, par Mr. Ph. Le Bas, article *Jetons*.

» pratiquent avec la plume, car la numération, la position, l'addition, » la soustraction, la multiplication et la division sont définies comme » elles l'ont été dans le traité précédent, où on aura recours si on en » a besoin . . La position est un certain arrangement d'un, de deux ou » de plusieurs jetons disposés de manière que, suivant l'idée de son » auteur, ils signifient quelque chose qu'il a voulu expliquer; mais » parce que cet ordre dépend de la puissance des nombres et de l'ordre » qu'on a de compter, il faut observer que pour établir cette position » on place ordinairement les jetons en ligne droite, en commençant » par en bas et remontant vers le haut; observant de laisser entre » chaque jeton une distance égale, et ces jetons ainsi posés sont » nommés *l'arbre du grand Jet*, et ils montrent l'ordre et les degrés » de la numération. Le plus bas est appelé *nombre*, c'est-à-dire qu'il » s'exprime par soi-même; le second en montant est appelé *Dixaine*, » le troisième *Centaine*, le quatrième *Mille*, le cinquième *Dix mille*, » le sixième *Cent mille* et ainsi des autres de dix en dix: de sorte » que tous les jetons qui seront posés vis-à-vis de chacun des de- » grés de l'arbre de numération, à la droite ou à la gauche horizon- » talement, vaudront autant de fois la chose que l'on voudra exprimer, » qu'il y aura de jetons multipliés sur chaque degré. Par exemple, » si devant le 3^e degré il y a quatre jetons, ils signifieront quatre » cents, soit hommes, soit livres, soit écus, etc. Si devant le 4^e degré » il y en a deux, ils signifieront deux mille, c'est-à-dire qu'il faudra » exprimer la valeur des jetons par leur nombre en leur donnant la » dénomination du degré de l'arbre vis-à-vis duquel ils sont rangés».

L'auteur explique ensuite les quatre règles fondamentales de l'arithmétique par l'emploi des jetons. Ces détails n'ont plus aujourd'hui d'intérêt pratique, et je renvoie au livre de Legendre les personnes qui voudraient avoir à ce sujet de plus amples détails¹; elles pourront également consulter un traité espagnol de Juan Perez de Moya², écrit vers le milieu du XVI^e siècle.

En résumé, on voit que la méthode de calculer par les jetons, clairement définie par Legendre, n'est autre chose que notre Système décimal, avec cette seule différence, qu'au lieu de poser une série de chiffres horizontalement, ainsi que nous le pratiquons aujourd'hui,

¹ *L'arithmétique en sa perfection mise en pratique selon l'usage des financiers, gens de pratique, banquiers & marchands, etc.*, par F. Legendre, arithméticien. Paris 1767, in-12.

² *Arithmetica practica y speculativa* del Bachiller Joan Perez de Moya. Agora nuevamente corregida, etc. En Granada 1590, in-12 (page 58).

on plaçait alors des jetons en ligne perpendiculaire; et la valeur, que nous faisons croître de droite à gauche, dans les proportions décimales, croissait alors de bas en haut.

C'est surtout à Nuremberg que se fabriquaient, au moyen âge, les jetons dont on se servait en Europe. Les ouvriers de cette ville avaient soin de les adapter à l'usage de chaque pays, au moyen de légendes spéciales, et d'emblèmes nationaux. Il y en avait quelques-uns en or et en argent, mais la plupart étaient en bronze ou en laiton. Ce sont ces derniers qui servaient aux calculs; tandis que les jetons d'or ou d'argent étaient réservés pour certaines occasions solennelles, telles que les tournois, les réjouissances publiques, les fêtes de mariage ou de baptême. Cet usage, au surplus, existe encore de notre temps où l'on donne des jetons de présence dans les Académies ou dans les grandes associations industrielles.

Il me reste maintenant à dire quelques mots des jetons dont on faisait usage en Portugal. On les nommait *contos* (comptes), et quelquefois *contadores*. C'est de là sans doute qu'est venu le mot *conto* dont on se sert aujourd'hui pour exprimer un *million*, la grande unité décimale. Les *contos* portugais étaient fabriqués à l'étranger, et très vraisemblablement à Nuremberg. Il suffit, pour en reconnaître l'origine exotique, de la plus simple inspection des légendes, de la forme des armes Royales, de leur disposition; en un mot, de l'ensemble du coin. Les plus anciens ne remontent pas au delà du règne de Jean II et les plus modernes appartiennent à celui de D. Sébastien, ce qui nous donne une période de quatre règnes: Jean II, Emmanuel, Jean III et Sébastien; et une durée d'un siècle (1481 à 1580)¹. Cependant j'ai placé ici tout ce que j'avais à dire sur ce sujet, en anticipant sur le règne des trois derniers de ces Monarques, afin de ne pas scinder cette digression, et de n'avoir plus à y revenir².

¹ [Júlio Meili, porém, n-O Arch. Port., v, 51-64, faz ascender os mais antigos contos ao reinado de D. Fernando, e os mais modernos ao dos Felipes].

² Je dois encore à l'obligeance éclairée de M^r Manuel Bernardo Lopes la communication d'une note succincte, mais parfaitement bien raisonnée, sur les *contos*, qui lui a été donnée par le Conseiller Manuel José Maria da Costa e Sá, ancien Employé Supérieur au Ministère de la Marine, et Secrétaire de l'Académie des Sciences. Le Conseiller da Costa e Sá est mort à Cintra en 1843. Je vois par sa note qu'il avait eu le projet d'écrire une dissertation sur les *Contos* et qu'il voulait, à cet effet, étudier la collection de Dom Francisco de Melo, mais qu'il ne put jamais en obtenir l'autorisation. La note du Conseiller da Costa e Sá fait mention d'un livre d'arithmétique de *Frey Lucas de S. Francisco*, dans lequel se trouve une table de calculs pour l'usage des *Contos*. Je n'ai pu me le procurer.

Les jetons qui appartiennent au règne de Jean II représentent, au revers, un Pélican qui s'ouvre la poitrine pour nourrir ses petits: on a vu, plus haut¹, que c'était l'emblème adopté par ce Prince. La légende de cette partie de la pièce consiste uniquement dans le mot *contvs*, répété quatre fois. Au droit, se trouve un écu surmonté d'une couronne de comte et chargé des *quinas* disposées en sautoir; sur les bords de l'écu on compte de 12 à 14 chateaux. Dans la bordure qui entoure le champ principal on remarque les quatre extrémités d'une croix d'Avis. La légende de cette partie de la pièce est: *Dineiros de Contvs: D. (de contar). (Voyez Planche I, n° 1).*

Pour expliquer les solécismes, les fautes d'orthographe, le mélange de Latin et de Portugais, et même les erreurs historiques de ces pièces, il suffira de rappeler, une fois pour toutes, qu'elles étaient fabriquées en pays étranger et par des ouvriers plus habiles que savants.

A partir du règne suivant, les *contos* portent tous invariablement, au revers, la sphère qui, ainsi que je le dirai plus loin, était l'emblème adopté par le Roi Emmanuel. Il en existe une grande variété: j'en possède une centaine, et j'en ai vu beaucoup d'autres, tant dans la collection de M^r Manuel Bernardo Lopes qu'ailleurs, et je suis maintenant convaincu qu'il serait superflu de vouloir en étudier les signes divers pour y découvrir quelque notion historique. Cette variété des coins rend quelquefois assez difficile le triage et le classement chronologique de ces pièces, depuis l'époque où elles portent toutes également l'image de la sphère. Cependant, les *contos* qui appartiennent au règne d'Emmanuel sont généralement reconnaissables à la lettre initiale du nom de ce Prince, *E*; ceux de Sébastien à la lettre *S*; tandis que ceux de Jean III portent son nom in extenso: *Johanes 3* ou *Johanes 3*. Voici la description de quelques-unes de ces pièces prises à peu près au hasard.

Du règne d'Emmanuel

Pièce n° 2.—Planche I.

Au droit: Les *quinas* cantonnées de tours et de besants. La légende est: *cotu. d. cotar etetear* (conto de contar e d estimar) *acretr* (?)

Au revers: La sphère et pour légende: *Devisa d. E: R: De Portugal* (Divisa d'Emmanuel Rey de Portugal).

Pièce n° 3.—Planche I.

¹ [César Famin tem em mente o que devia dizer no capítulo consagrado às moedas de D. João II; não chegou porém a redigi-lo, pelo menos nada se encontra no maço onde estão os apontamentos manuscritos respeitantes a D. João II].

Au droit: Les armes de Portugal, et pour légende: *cotuss detemar... e cotar* (contos d'estimar e contar).

Au revers: Une sphère et le mot *cotus* répété quatre fois.

Pièce n° 4.—Planche I.

Au droit: Un écu chargé de cinq étoiles en sautoir, et douze châteaux en bordure. Légende: *tronc* (conto).

Au revers: La sphère et le mot *conto* retourné comme au droit.

Pièce n° 5.—Planche I.

Au droit: Les armes de Portugal et pour légende: *Contus de R. P. et A. Dnus guinee* (Contus D. Emmanuel Rex Portugaliæ et Algarbii, Dominus Guinee). Dans la bordure on remarque les fleurs de lys d'une croix d'avis.

Au revers: La sphère et la légende: *Devisa D. R. P...*

Du règne de Jean III

Pièce n° 6.—Planche I.

Au droit: Les armes de Portugal, et dans le champ de la pièce les lettres *P. O.*, peut-être par imitation des monnaies frappées à Porto. La légende est: *Johanes: 3: R: P: et A: D: guine.*

Au revers: La sphère et la légende: *Devisa: D: R: P: e parametes* (Divisa d'El-Rey de Portugal e... para—(metter ou mister?).

Pièce n° 7.—Planche II.

Au droit et au revers comme dans la précédente, avec cette différence que le nom du Roi est écrit *Joanes*.

Pièce n° 8.—Planche II.

Au droit: Les armes de Portugal et pour légende: *Dn. Joanes III Portuga:*

Au revers: La sphère et la légende: *Omnis spes ejus in Deo.*

Pièce n° 9.—Planche II.

Au droit: Un écu chargé de cinq étoiles en croix. Légende: *contos pera contar.*

Au revers: La sphère et la légende: *conto pera verda* (verdade).

La forme de la couronne, dans cette pièce et dans la suivante, indique, par sa ressemblance avec les précédentes, la place que je leur assigne.

Pièce n° 10.—Planche II.

Au droit: Un écu chargé de cinq rondelles en sautoir, et sept châteaux dans la bordure. Légende: *contos pera contar.*

Au revers: La sphère entourée d'étoiles. Légende: *Contos bonos Reges P. D. G.* (Regis Portugaliae Dei gratia).

Du règne de Sébastien

Pièce n° 11.—Planche II.

Au droit: Les *quinas* disposées en croix et cantonnées d'un *S* aux 1^{er}, 2^e, 3^e et 4^e cantons. Légende: *Cunt. cuntus pera cunt* (conto para contar).

Au revers: La sphère, et le mot *contos* répété quatre fois en forme de légende.

À partir de ce règne, on ne trouve plus d'autres Jetons que ceux qui servent à marquer au jeu, et qui sont connus sous le nom de *Tentos*¹, ou ceux que l'on distribue aux membres présents d'une association scientifique ou financière. Ceux-ci sont plus communément appelés Médailles (*Medalhas*).

CÉSAR FAMIN.

Catálogo dos manuscritos do Museu Etnológico

(Continuação d'*O Arch. Port.*, XVIII, 108)

A) Pergaminhos**LXXXVIII**

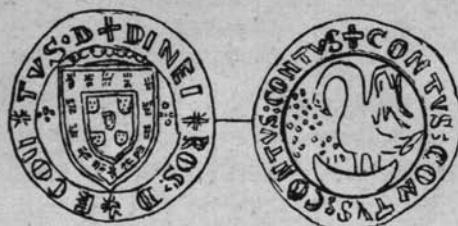
Obidos.

5 de Abril de 1409 (1371).

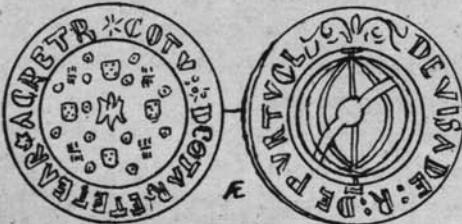
Inventário dos bens da capela de Bartolomeu Pinhão, de que era administrador Vasco Afonso, feito por ordem de D. Diogo Pires, arcediago de Lisboa dada em Lisboa a 2 de Janeiro de 1409 (1371) em presença do arcediago Gonçalo Anes, sendo alvidrados os bens por Estêvão Leonardes e João Martins, moradores em Óbidos, os quais são uma herdade na Palmeira, que parte com o Rio de Água Quente; uma courela na Assenta que parte com João Formoso, que poderá render 20 alqueires; mais duas casas no adro de Santa Maria, junto da quinta de Domingos Bartolomeu, nas quais moram mulheres pobres, por amor de Deus; e mais uma adega junto a elas, que renderia bem corregida 20 soldos, por ano. Tabelião: Vasco Anes; testemunhas: Rodrigo Anes, oleiro, Gonçalo Anes, mordomo, Estêvão Fernandes, Rui Martins, tabelião, Afonso Pinhão, Estêvão Esteves e Gonçalo Anes, caseiro do prior de S. Pedro.

Dimensões: 0^m,270 × 0^m,346.

¹ Joseph I en fit frapper en or, pour son jeu de whist.



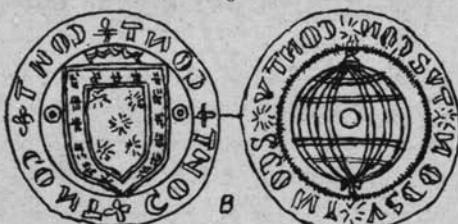
1



2



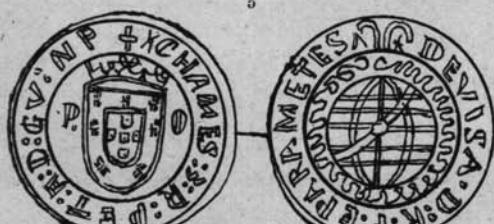
3



4



5



6

LXXXIX

Óbidos.

12 de Maio de 1409 (1371).

Pública-forma passada por Rui Martins, tabelião, perante o vigário Estácio Anes, a pedido de Pedro Afonso, raçoeiro de S. Pedro, sendo testemunhas João Pires Navalha, Lourenço da Costa, raçoeiro, Miguel Pires, Álvaro Rodrigues, Estácio Vicente e Domingos Domingues, do traslado, que foi lavrado em 14 de Maio de 1378 (1340), por Vasco Rodrigues, tabelião, perante o vigário do bispo de Lisboa, D. João, sendo testemunhas Rui Pires, vogado, Martim de... e Estêvão Capeleiro, do testamento de Marinha Domingues, mulher de João Domingues, feito em 10 de Abril de 1378 (1340) sendo testemunhas Vasco Rodrigues, Pedro Bretanha e Vicente Pires, raçoeiro de S. Pedro. No testamento são legados dinheiro e géneros a S. Pedro, bem como ao Espírito Santo, ou gafos de Óbidos; a Roncesvales; aos seus sobrinhos, filhos de Domingos Domingues, chumaços iguais, bem como a Maria de Atouguia, sua sobrinha; a seu irmão Domingos Domingues as vinhas de Albufeira com obrigação de missa por sua alma e de sua irmã Estevinha Domingues, à qual também deixa o pelote verde; a seu irmão Nicolau 30 soldos; a seu marido João Domingues, vinhas e herdades a sô a Serra, que partem com Domingos Alcaide, com Afonso Vicente e com João do Valverde e que depois da sua morte fiquem a Nicolau e a Domingos Domingues, seus irmãos; e finalmente à *confradía* de S. Pedro 15 soldos. Além dos acima referidos também foram testemunhas do testamento Lourenço Anes, raçoeiro de S. Pedro, Pedro Anes, oleiro, Lourenço Martins, primo de Vicente Pires e André, sobrinho de Vicente Pires.

Um pouco danificado.—Dimensões: 0^m,639 × 0^m,246.

XC

Lisboa.

19 de Maio de 1372 do nascimento de Cristo.

Sentença de João de Soure, raçoeiro de S. Estêvão de Lisboa, juiz deputado por D. Guilherme Carbonel, vigário geral de D. Agapito de Colupna, bispo de Lisboa, em presença de D. Álvaro Pires, reitor da igreja de S. Bartolomeu, vigário que foi de D. Fernando, bispo de Lisboa, na questão em que era autora a igreja de S. Tiago de *Obitis* por seu procurador João Domingues, raçoeiro, contra a igreja de S. Pedro, representada por Pedro Afonso, raçoeiro de S.^{ta} Maria, sobre a posse dos dízimos das vinhas de *bobery*s ou de

aboberys que partem com *nemus charneca uulgariter loquendo* e com estrada que vai ao moinho de João Afonso e da vinha que está entre a *Royeria et a delgada*, sentença em que foi absolvida a igreja de S. Pedro e de que apelou a autora para a curia romana, ao que lhe foram assinados 70 meses. Tabelião: Gonçalo Anes; testemunhas: Lourenço Anes e Afonso Garcia.

Dimensões: 0^m,511 × 0^m,245.

XCI

Óbidos.

25 de Março de 1411 (1373).

Pública-forma duma cláusula do testamento de D. Sancha, moradora na Aldeia do Mosteiro, convento de Alcobaça, feito no Pôrto da Lavandeira, termo de Óbidos, em 3 de Outubro de 1410 (1372), por Vâsco Anes, tabelião da rainha, apresentado pelo seu testamenteiro Vicente Domingues, na qual ela deixava a S. Pedro a vinha das Cerejeiras e a herdade da Requeixada, com encargo duma missa oficiada. A qual foi passada a pedido do raçoeiro de S. Pedro, João Domingues, prioste, por autoridade do vigário do bispo de Lisboa, Pedro Afonso, raçoeiro. Tabelião: João Esteves; testemunhas: Lourenço Pires, ferreiro do mosteiro, João Anes, alfaiate, Gonçalo Vasques, tanoeiro, João Gareieiro e Afonso Miguéis, alfaiate.

Dimensões: 0^m,194 × 0^m,190.

XCII

Óbidos.

31 de Outubro de 1412 (1374).

Pública-forma duma cláusula do testamento de Maria Domingues, apresentado por João Lourenço Cochom, raçoeiro de S.^{ta} Maria e feito na Aldeia da Roiariça a 6 de Janeiro de 1406 (1368) por João Afonso, tabelião de Óbidos, pela qual legava à igreja de S.^{ta} Maria três libras impostas na vinha da Açoreira, de que ficava por administrador o raçoeiro João Lourenço, dito Cochom; e bem assim doutra do testamento de Lourenço Vicente, marido da referida Maria Domingues, feito em 29 de Janeiro de 1397 (1359), pela qual a deixava sua testamenteira. A pública-forma foi passada a requerimento de Estácio Anes, raçoeiro de S. Pedro. Tabelião: João Esteves; testemunhas: Aires Gonçalves, escudeiro, Estêvão Lourenço, Estêvão Gonçalves, Fernão Anes, Afonso Domingues, clérigo e o arcipreste de S. Pedro, Gonçalo Anes.

Dimensões: 0^m,494 × 0^m,241.

XCIII

Óbidos.

21 de Novembro de 1412 (1374).

Auto da posse tomada por Gonçalo Anes, prioste de S. Pedro, de três courelas no Souto, *apreto* (apres) de Óbidos, as quais partem com Maria Domingues e com Gonçalo Pires, e pertenceram a Vasco Afonso, de quem eram testamenteiros Fernão Anes e Afonso Pinhão. Tabelião: João Esteves; testemunhas: Afonso Bartolomeu, Estêvão Pires e Estêvão Domingues, de S. Mamede.

Dimensões: 0^m,121 × 0^m,200.

XCIV

Óbidos.

14 de Março de 1413 (1375).

Pública-forma duma cláusula do testamento de Maria de Évora, filha de Estêvão do Adro, morador em Óbidos, feito em 15 de Julho de 1385 (1347) por Estêvão Pires, tabelião, nas casas de Estêvão Martins Loureiro, raçoeiro de S. Pedro, pela qual deixara a almoiinha da Tinhosa a Maria Vicente, com obrigação de dar a S. Pedro um maravedi para um aniversário todos os anos. A pública-forma foi passada em presença do vigário Pedro Afonso, a pedido do prioste de S. Pedro, Gonçalo Anes, pelo tabelião João Esteves, sendo testemunhas Vasco Rodrigues e Estêvão Martins, clérigos, Estêvão Gonçalves e Afonso Domingues, tesoureiro de S. Pedro.

Dimensões: 0^m,240 × 0^m,191.

XCV

Óbidos.

15 de Março de 1415 (1377).

Pública-forma duma cláusula do testamento de Rui Lourenço do Rego, feito pelo tabelião João Esteves, em presença do Alvazil geral Estêvão Gonçalves, aos 18 de Agosto de 1413 (1375), pela qual deixa a seu filho Martinho uma vinha que está à ponte do lugar do Pó, com obrigação de dar 15 soldos às igrejas de S. Tiago e de Santa Maria, para o aniversário por alma de D. Joana. Passada a pedido de Pedro Afonso, prioste de S. Pedro, sendo tabelião João Esteves e testemunhas: João Dias, almoxarife, Martim Fernandes, João Rodrigues do Mocharro e Afonso Pinhão.

Dimensões: 0^m,249 × 0^m,179.

XCVI

Óbidos.

9 de Julho de 1415 (1377).

Emprazamento feito por Estácio Anes, Pedro Afonso, Gonçalo Anes e João Lourenço, raçoeiros de S. Pedro e por João Lourenço

prioste, a Afonso Anes, sapateiro e a Maria Anes, sua mulher, dumas casas na Rua Direita que são da capela da Chancinha e partem com João Gonçalves, tabelião e com Afonso Pinhão, com o fôro de 4 libras pelo Natal. Tabelião: João Esteves: testemunhas: Afonso Domingues e Estêvão Martins, clérigos, Pedro Álvares, escudeiro e Afonso Pires, alfaiate.

Dimensões: 0^m,145 × 0^m,286.

XCVII

Lourinhã.

24 de Agosto de 1419 (1381).

Carta de nomeação do clérigo João Martins para capelão da igreja de Santa Maria da Mouta, feita por João Lourenço, prioste de S. Pedro de Óbidos, com as obrigações e proventos nela declarados, ficando por fiador dos livros e ornamentos João Lourenço, prior de Santa Maria da Lourinhã. Tabelião da Lourinhã por Gonçalo Vasques de Azevedo, senhor da vila: Afonso Anes; testemunhas: Afonso Miguéis e Vasco Afonso. No dorso do pergaminho está lançado um instrumento datado de 1421 (1383), ilegível na quase totalidade.

Dimensões: 0^m,474 × 0^m,255.

XCVIII

Óbidos.

12 de Março de 1420 (1382).

Pública-forma passada em presença de João Anes de Coruche, cônego de Lisboa e prior de S. Pedro de Óbidos e de Estêvão Gonçalves, juiz geral de Óbidos e testamenteiro de João Anes do Pô, alcaide do castelo da dita vila, de verbas do testamento dêste, feito em 1 de Março de 1420 (1382), sendo testemunhas Estêvão Pires, Estácio Anes, escolar em física, Fernam Anes, João Esteves e João Domingues; pelas quais se mandava enterrar no monumento do seu bisavô Estêvão Zaque, na igreja de Santa Maria, deixando a sua mulher Constança Esteves e a seus filhos, do casamento com Isabel Afonso, Fernando Anes e Constança Anes, todas as terras que tem no lugar do Pô, para se ordenar uma capela na igreja em que ele fôr enterrado. Tabelião: João Anes; testemunhas: João Lourenço, Gonçalo Anes, Fernão Eanes e João Afonso, raçoeiros de S. Pedro, João Gonçalves, escrivão da audiência do bispo, Afonso Vasques e Lourenço Vasques, homens do prior.

Dimensões: 0^m,716 × 0^m,242.

XCIX

Óbidos.

10 de Outubro de 1420 (1382).

Pública-forma do traslado pedido em 20 de Setembro de 1369 (1331), em presença de Lourenço Domingues, tabelião de Óbidos, por Pero Fernandes, raçoeiro de Lisboa e prior de S. Tiago de Tôrres Vedras e feito por Lourenço Fernandes tabelião, em 9 de Outubro de 1369 (1331), da ordenação da capela de São Martinho instituída junto da igreja de S. Pedro pelo dito Pero Fernandes, residente no Carvalhão de S. . . ., por sua alma e da dos reis D. Dinis e D. Afonso IV, conforme um instrumento de Afonso Esteves, tabelião de Óbidos. Do qual traslado foram testemunhas: Fernão Gil, Leonardo Pires, alfaiate, João Fernandes Oliveira e Pero Martins, sobrinho de Giral Gonçalves. A pública-forma foi expedida a rôgo de Lopo Martins do Rêgo, provedor da capela que instituíu seu avô Pero Fernandes, para a dar a Gonçalo Anes, raçoeiro de S. Pedro, que a pedia por ordem do bispo de Lisboa. Tabelião: João Anes; testemunhas: Ferrião Eanes do Pô, raçoeiro de S. Pedro, Gil Martins, de Tôrres Vedras, João Lopes, filho de Lopo Fernandes, João Esteves, carpinteiro e João Picado. Danificado.

Dimensões: 1^m,141 × 0^m,424.

C

Óbidos.

22 de Dezembro de 1420 (1382).

Procuração do prior de S. Pedro de Óbidos a João Lourenço para receber e administrar todos os bens que a referida igreja há em Óbidos e noutras partes. Tabelião: João Esteves; testemunhas: Pedro Afonso, vigário de S. João de Mocharro, João Afonso e Gonçalo Anes, raçoeiros de S. Pedro e Afonso Esteves. Danificado.

Dimensões: 0^m,270 × 0^m,211.

C1

Óbidos.

18 de Março de 1428 (1390).

Conhecimento pelo qual Lopo Afonso, sacador das dízimas de El-Rei, confessou que recebeu de seis raçoeiros de S. Pedro de Óbidos, 107 libras e 3 soldos, por mão de Martim Fernandes, prioste, pela dízima e meia que os prelados prometeram nas côrtes de Lisboa na era de 1427 (1389). Testemunhas: João Esteves, alcaide pequeno, João Anes, escrivão do concelho, Vasco Anes e João Bom, do Soveral; tabelião; João Gonçalves. Quasi ilegível.

Dimensões: 0^m,151 × 0^m,169.

CII

Óbidos.

12 de Fevereiro de 1430 (1392).

Venda que fazem Afonso Esteves e Guiomar Lourenço, sua mulher, a João Franco, o Moço, filho de João Franco e a sua mulher Margarida Pires, da herdade que está a Santa Iria por 7 libras. Tabelião: . . . ; testemunhas: Afonso Esteves da Sancheira, morador na Roiariça, João Gonçalves, do Soveral e João Franco, o Velho. Danificado.

Dimensões: 0^m,155 × 0^m,280.

CIII

Óbidos.

4 de Fevereiro de 1432 (1394).

Contrato feito por Pero do Barro, prioste de S. Pedro, com João Mateus, carpinteiro, morador na Capelaria, para que este se encarregue de levantar a ousia da Igreja de S. Pedro que tinha caído, pela quantia de 350 libras, valendo o rial a 10 soldos. Tabelião: Vasco Anes; testemunhas: Martim Esteves, tabelião, Fernão Anes da Rua e Fr. Diogo Anes, comendador de Óbidos.

Dimensões: 0^m,145 × 0^m,350.

CIV

Óbidos.

8 de Fevereiro de 1434 (1396).

Emprazamento feito por Gonçalo Anes, raçoeiro de S. Pedro, com o procurador de João Anes de Coruche, prior da dita igreja, e por João Lourenço e Pedro Esteves, Martim Anes, raçoeiros, a Fernão Mouro (?) dumas herdades no Ral (?). Tabelião: Vasco Anes; testemunhas: Martim Esteves, tabelião, Rui Martins e Pedro Gonçalves, alfaiate. Danificado.

Dimensões: 0^m,180 × 0^m,310.

CV

Óbidos.

11 de Janeiro de 1437 (1399).

Alvará de Gonçalo Vasques e Gonçalo Gil, vassalos de El-rei e juízes ordinários de Óbidos, pelo qual prosbem que os moradores de Óbidos lancem os seus gados sem pegureiros para a herdade que a igreja de S. Pedro tem à porta da Arregaça para o Val da Fonte da Vide e da da Gorda e lhe intupam as abertas. Passado a pedido do prior Vasco Martins e lavrado pelo escrivão Vasco Anes.

Dimensões: 0^m,295 × 0^m,290.

CVI

Óbidos.

11 de Junho de 1437 (1399).

Emprazamento que fazem Estêvão Lourenço, procurador de João Anes, prior de S. Pedro, Vasco Vicente, prior de Santa Maria e Pedro Esteves, prior de S. Tiago, raçoeiros de S. Pedro e Dinis Anes, prioste da mesma colegiada, a Pero Domingues e a sua mulher Domingas Anes, duma casa na Rua Direita, onde morava Catarina Anes, mostardeira, que parte com casas onde mora João de Alpram, com o fôro de 50 libras. Tabelião: João Domingues; testemunhas: Álvaro Anes, clérigo e Gonçalo Anes, de S. Pedro.

Este documento foi emendado por João do Bombarral, vigário, no que diz respeito ao pagamento da pensão.

Dimensões: 0^m,204 × 0^m,397.

CVII

Cadaval.

10 de Fevereiro de 1439 (1401).

Pública-forma do testamento de Pero Esteves, do Cadaval, feito na Lourinhã em 4 de Fevereiro de 1439 (1401), no qual manda para na ocasião da sua sepultura se matar o mais *grosso* boi que tiver, se morrer em dia de carne, deixando a Constança Anes, mãe de seus filhos, a vinha da Ossada; a um dos seus filhos os bens que herdou de Pero Esteves e de Estêvão do Monte, com obrigação de missas no altar de Santa Águeda, de S. Pedro de Óbidos; a D. Pedro e a sua mulher D. Marinha os bens do Carvalhal; à Igreja da Lourinhã duas courelas de vinhas que foram de Domingos Vicente Ruivo que estão no caminho que vai para A de Pero Vaqueiro; a seu filho Estêvão Pires a vinha do Val do Funcho, o bairro de D. Joana, o bairro dos Loureiros; a Maria Martins 3000 libras; a Beatriz, neta de Maria Martins 1000 libras; a Pero Afonso, raçoeiro da Lourinhã, 350 libras; a Margarida Afonso, mulher de Antonino Domingues Bôto, 2000 libras; a Afonso Martins, seu genro, uma vinha, por ceder uma cuba a seu filho Álvaro; a D. Pedro, do Carvalhal um tonel; e a Vicente Pires, da Lourinhã, raçoeiro, 1000 libras. Foram testamenteiros seus primos João Esteves, do Cadaval e Domingos Lourenço, e testemunhas: João Lourenço, prior da Lourinhã, Lopo Afonso da Atouguia, Luís Eanes e Vicente Pires, raçoeiros da Lourinhã, Domingos Martins, João Lourenço e João Esteves, capelães da Lourinhã, Estêvão Pires e Afonso Martins, moradores no Cadaval. Escreveu a pública-forma o tabelião João Bartolomeu, perante o juiz

do Cadaval, João Esteves, sendo testemunhas: Lopo Dias, escudeiro, Estêvão Anes, alfaiate, João Esteves, Afonso Martins, João Lourenço, prior da Lourinhã e Vicente Pires, raçoeiro.

No dorso está escrita a aceitação dos testamenteiros.

Dimensões: 0^m,630 × 0^m,270.

CVIII

Óbidos.

28 de Fevereiro de 1443 (1405).

Composição feita entre João Anes do Vale, procurador de Álvaro Gonçalves, regedor de S. Pedro, em nome de João Álvares, filho de Álvaro Gonçalves, Dinis Eanes, João Afonso e João Giães, raçoeiros e Clara Fernandes, sobre a falta de pagamento dum alqueire de trigo amassado de oferta pela alma do marido desta, João Pinhão, em virtude da qual ela cedeu a vinha chamada da Pinhoa, em Rabo de Enguia, a qual parte com a ponte do Pau e com vinha do filho de João Cibrães, e perdoando êles a dívida. Tabelião: João Fernandes; testemunhas: Álvaro Afonso, escudeiro, Afonso Abril do Vale, Vicente Esteves, criado de João Martins de Alenquer e Afonso Lourenço, morador no Landal. No dorso está o auto de posse da propriedade, tomada em 21 de Março de 1453 (1415).

Dimensões: 0^m,645 × 0^m,190.

CIX

Selir de Mato.

8 de Janeiro de 1444 (1406).

Escambo que fez Afonso Domingues, morador nas Trabalhas, termo de Selir do Mato, couto de Alcobaça, duma herdade no Fornigal, termo de Óbidos, onde chamam o Peral, que parte com Margarida Anes, com herdeiros de Vasco Eanes e com Pero do Vale duma parte, com Domingos Esteves da Calca e sua mulher Catarina Domingues doutra parte por outra propriedade. Tabelião nomeado pelo abade D. João da Beira; testemunhas: Afonso Vicente, alfaiate e Vasco Martins, filho de Martim Mateus.

Dimensões: 0^m,152 × 0^m,316.

CX

Óbidos.

10 de Setembro de 1446 (1408).

Inventário dos bens da capela de João Eanes do Pó, feito em presença de Martim Alvernaç, juiz geral de Óbidos, a pedido de Dinis Eanes, raçoeiro de S. Pedro, em obediência às visitações que

Estêvão Afonso fizera por ordem do arcebispo de Lisboa, sendo João Colaço, inquiridor do número, e Fernando Anes do Pô, administrador da referida capela, os quais são: um mato na Loureira; uma propriedade nas Arroteas que parte com Afonso Anes, Gil Martins e Afonso Anes; um arneiro que parte com Mateus Eanes; outro arneiro no Olho Marinho; um mato no Urmal; um feital na carreira que vai para a Cobrombeira; uma vinha labrusca na Fer-vença; outra ao Poço que parte com Fernando Esteves, filho de Estêvão Marques, e com Vasco Martins, alfaiate; um talho de vinha ao Pôrto da Romeira que parte com Domingos Anes e com Gil Martins; uma vinha branca nos Chãos; um talho branco ao Pardieiro; outro talho no Cornelhal; outro ao Jardim do Mato; uma herdade na Cabreira; outra ao Pedrógão; um talho no lugar que chamam a Paçã; dois talhos na Eira e na Langara; uma vinha branca na Picoa, na qual está uma figueira bofinha; uma vinha sob o Paço de Álvaro Gonçalves; uma vinha no Freixial; outra vinha no Cortiço que parte com Leonardo da Serra; um *bregio*, no vale de Rolom em que há muito junco; uma herdade ao Çopegal; um talho na Ferraria; uma courela ao Freixo, outra ao Folfalho; outra aos Bacelos; e outra ao Pôrto do Viso; uma herdade na Lamarosa; e outra no Rêgo Travesso. Tabelião da pública-forma: Estêvão Anes; testemunhas: João Afonso do Adro, Pedro Anes, capelão dos Fiéis de Deus, Álvaro Vasques, bêsteiro de cavalo, Fernão Vasques, clérigo da A do Franco, Afonso Gil de Alfarzomel e Pedro Esteves, filho de Estêvão Lourenço.

Dimensões: 0^m,660 × 0^m,445.

CXI

(1.º documento)

Várzea do couto de Alcobaça. 13 de Outubro de 1449 (1411).

Partição que fizeram Vasco Gil, prioste de S. Pedro de Óbidos, e Pero do Vale, morador no Formigal, com Afonso Domingues e Maria Domingues, sua mulher, filha de Clara Afonso, segunda mulher do referido Pero do Vale, que do seu primeiro casamento com Maria Cunhada herdara certos bens, sendo entre êles duas casas, de metade das quais se haviam de fazer em S. Pedro alguns aniversários. Uma das casas era no Vale e partia com João Afonso, pregoeiro, e com Fernando Eanes dito da Beirã e outra em Óbidos na rua Direita e partia com casas de Martim Anes de Sousa e com casas que foram do Mestre Estácio. As casas de Óbidos estavam em-

prazadas a Afonso de Braga. Tabelião do couto de Alcobaça, pelo abade D. João de Dornelas: Estêvão Eanes; testemunhas; Joane Anes, morador no Chão da Parada, Álvaro Eanes, da Lourinhã, tesoureiro de S. Pedro, Domingos Esteves, dito da Calça, morador nas Trabalhias.

Dimensões: 0^m,770 × 0^m,210.

CXI

(2.º documento)

Várzea de Além do Rio.

13 de Outubro de 1449 (1411).

Doação que fizeram Pedro do Vale, Afonso Domingues dito Negrelho e Maria Domingues, sua mulher, moradores no Formigal, à igreja de S. Pedro, na pessoa do raçoeiro e prioste Vasco Gil, duma herdade no Mosqueiro que parte com Pero do Barro, clérigo, com caminho que vai para o casal que foi de Clara Fernandes e com herdade de João Domingues, tosador. Tabelião do couto de Alcobaça: Estêvão Anes; testemunhas: João Anes, do Chão da Parada, Álvaro Eanes, da Lourinhã, tesoureiro de S. Pedro, Domingos Esteves, dito da Calça, moradores nas Trabalhias de Selir.

Junto com o documento anterior.

CXII e CXIII

Óbidos.

15 de Novembro de 1449 (1411).

Emprazamento feito por Dinis Anes, Pedro do Barro, João Afonso, raçoeiros, e Vasco Gil, prioste de S. Pedro, a Domingos Esteves, morador nas Trabalhias de Selir do Mato, duma vinha no Formigal que foi de Maria Cunhada, viúva de Pero do Vale. Tabelião: Vasco Anes; testemunhas: João Durães, Domingos Martins, Álvaro Anes, homem de João de Alenquer.

Dois exemplares.

Dimensões: 0^m,164 × 0^m,361; 0^m,220 × 0^m,300.

CXIV

Óbidos.

10 de Abril de 1450 (1412).

Emprazamento feito por Pero do Bairro, Dinis Anes e João Afonso, beneficiados de S. Pedro e Vasco Gil, prioste, de duas vinhas na Ribeira do Cadaval, a Pedro Anes, que partem com Lopo Dias, Estêvão Pires, Afonso Anes Franco e com João Pires, oleiro do Peral, com obrigação de dar metade do vinho, com reserva da

aprovação do arcebispo de Lisboa e do Doutor João Álvares. Testemunhas: João do Bombarral e João Vicente, beneficiados, e João Formoso; tabelião: Vasco Anes.

Dimensões: 0^m,257 × 0^m,277.

CXV

Lisboa.

Novembro de 1458 (1420).

Sentença do Doutor Estêvão Afonso, arcediago de Santarém, cônego da Sé de Lisboa e juiz dos feitos do cabido da mesma, no processo entre Vasco Martins, prior de S. Pedro de Óbidos, como autores, e os pescadores e moradores de Selir, como réus, em virtude da qual os referidos pescadores e moradores, pertencentes à igreja de Cornágoa, foram obrigados a pagar o dízimo de todo o pescado à igreja de S. Pedro. Vem transcrita uma carta de D. Afonso IV, de 18 de Junho de 1387 (1349), passada pelos sobrejuízes Giraldo Esteves, Bartolomeu Pires e Martim Afonso, em Santarém, na qual se publica uma carta do mesmo rei, (é o pergaminho n.º 50) que foi mostrada por Estêvão Domingues, clérigo de El-Rei e vedor da chancelaria. Mais se transcreve o foral de Selir dado por Martim Domingues e sua mulher, D. Estevinha, a 30 moradores em Setembro de 1378 (1340), devendo, porém, a data estar errada por se mencionar no foral como rei D. Sancho.

Danificado e desprovido de sêlo.—Dimensões: 0^m,690 × 0^m,484.

CXVI

Óbidos.

11 de Novembro de 1459 (1421).

Emprazamento feito por Vasco Martins, prior de S. Pedro, Dinis Anes, prioste, Joane Afonso, Pero do Bairo, raçoeiros, a Joane Anes e a Catarina Martins, sua mulher, genro e filha de Martim de Alenquer, dumas casas que partem com Vicente Giraldes e com Beatriz Afonso, as quais trazia João do Bombarral, com obrigação de pagar 40 soldos pelo Natal. Tabelião: João Vasques; testemunhas: Filipe Martins, João Afonso, alcaide, Pedro Álvares, Pedro Fernandes do Rêgo, o comendador e Álvaro Vasques.

Dimensões: 0^m,310 × 0^m,200.

CXVII

Cadaval.

8 de Janeiro de 1427.

Emprazamento feito por Rodrigo Afonso, prioste de S. Pedro e procurador de Vasco Martins, prior, e Martim Domingues, também

procurador do mesmo, a Joane Anes, mamposteiro e a Catarina Anes sua mulher, de duas vinhas que trazia Pedro Anes. Tabelião: Luís Domingues; testemunhas: Lopo Dias, escudeiro, Lourenço Domingues, porteiro do concelho, Fernão Pires, carpinteiro, morador na Atouguia, Joane Anes, mamposteiro e Pedro Anes de Painho.

Dimensões: 0^m,260 × 0^m,270.

CXVIII

Óbidos.

26 de Setembro de 1428.

Emprazamento feito por Vasco Martins, prior de S. Pedro, Pedro do Bairo, João do Bombarral, Álvaro Anes, raçoeiros, a Gonçalo Vasques, morador nos Mosteiros, do couto de Alcobaça, de todas as herdades que a referida igreja ali há e mais uma vinha que parte com João do Mato, com Inês Afonso dos Vidais onde chamam a Valeda e uma herdade na Pereira do Vale que parte com Afonso Loução. Tabelião: João Vasques; testemunhas: João Manuel, escudeiro, Lopo Fernandes, do Pó, João Vicente, prior de S. Tiago, Martim Lourenço, do Cabo da Vila e Rodrigo Álvares dos Baraçais.

Dimensões: 0^m,316 × 0^m,174.

CXIX

Lisboa.

18 de Agosto de 1429.

Carta da infanta D. Leonor ao almoxarife e escrivães de Óbidos, em que manda levantar o sequestro dos dízimos de Selir, que foram tomados por D. Fernando de Noronha que em Outubro de 1428 foi tomar posse da vila, de que se agravou Vasco Martins, escrivão que fôra da puridade da Rainha D. Filipa e prior de S. Pedro de Óbidos. Expedida pelo Dr. Rui Fernandes, desembargador e ouvidor das terras da infanta e feita por Gil Fernandes. Sem o sêlo.

Dimensões: 0^m,234 × 0^m,390.

CXX

Lisboa.

27 de Agosto de 1429.

Sentença de João Paes, escolar em direito canónico, vigário geral do arcebispo de Lisboa, no feito em que eram autores os homens bons do Cadaval e réu Vasco Martins, prior de S. Pedro de Óbidos, sobre este não manter na vila um capelão que dissesse as missas e ministrasse os sacramentos; pela qual os referidos homens bons foram obrigados a ter capelão pela soldada que recebiam os anteriores capelães Rodrigo Afonso e Gonçalo Esteves, morador no Carvalhal.

Escrivão: Afonso Gonçalves. Na dobra, de que pende ainda o sêlo do arcebispo, lê-se Rafael (provavelmente Perestrelo).

Dimensões: 0^m,460 × 0^m,352.

CXXI

Óbidos.

4 de Agosto de 1431.

Composição entre João do Bombarral, vigário de S. Pedro, o arcebispo de Lisboa e Gil Lourenço, procurador de Pero Gonçalves, prior de Santa Maria de Óbidos, Afonso Anes e Álvaro Anes, raçoeiros, e Estêvão Gomes, prioste, duma parte, e Gomes Henriques, almoxarife, da outra, sobre a moradia dêste na casa da Larangeira, recebendo ele em sua casa e o caseiro os sacramentos das igrejas de Óbidos. Tabelião: João Afonso; testemunhas: João Manuel, João Fernandes, clérigo, Estêvão Lourenço, tesoureiro de S. Pedro e João Vicente raçoeiro de S. Tiago.

Danificado.—Dimensões: 0^m,285 × 0^m,320.

CXXII

Óbidos.

27 de Janeiro de 1434.

Emprazamento feito por Vasco Martins, prior de S. Pedro, e por Vasco Gil, Pedro do Bairro, raçoeiros, e Estêvão Lourenço, prioste, a João Gonçalves, escrivão dos contos de El-Rei na comarca de Óbidos, dumas casas na Rua Direita, que partem com Duarte Paim, nas quais morou Lopo Gil, com obrigação de dar 55 reais brancos, de 10 pretos cada um. Tabelião: Vasco Anes; testemunhas: Frei Álvaro Martins, comendador, Estêvão Gil, clérigo, e Lopo da Mota.

Dimensões: 0^m,350 × 0^m,290.

CXXIII

Óbidos.

31 de Julho de 1435.

Emprazamento feito por Vasco Martins, prior de S. Pedro, e por Pero do Barro, Pedro Afonso, raçoeiros, e Estêvão Gil, prioste, a João de Santarém, moleiro, de duas vinhas, na aldeia de S. Mamede, no Ramalhal, que partem com João de Sousa, João Esteves, escudeiro, Estácio Anes e Luiz Esteves, e duma herdade na *Roiriça* onde chamam a Redonda, que parte com Gomes Rodrigues, por nove anos. Tabelião: João Vasques; testemunhas: Pedro Álvares, Diogo Gil, João Preto e Pedro de Resende, morador em S. Mamede.

Dimensões: 0^m,519 × 0^m,190.

CXXIV

Óbidos.

5 de Outubro de 1435.

Emprazamento feito por Vasco Martins, prior de S. Pedro, e por Pero do Bairro, Álvaro Anes, raçoeiros, e Estêvão Gil, prioste, a Maria Anes, viúva de Estácio Anes, dos Negros, duma vinha que ficou à igreja por morte de Constança Martins, mulher de Vasco Afonso, morador no Cadaval. Tabelião: Vasco Anes; testemunhas: Álvaro Fernandes, Estêvão Lourenço, Pedro Álvares e Vasco Afonso.

Dimensões: 0^m,500 × 0^m,253.

CXXV

Óbidos.

14 de Janeiro de 1436.

Doação feita por Vasco Afonso duma vinha na Várzea de Mós, que fôra de seu pai e que partia com vinhas da capela de João Gago, e com Álvaro Gonçalves do Poço, à igreja de S. Pedro, para um aniversário. Tabelião: João Vasques; testemunhas: Pedro Álvares, Estêvão Gomes, raçoeiro de Santa Maria, Pero do Bairro, raçoeiro de S. Pedro, Estêvão Gil, prioste, e Estêvão Lourenço, tesoureiro.

Dimensões: 0^m,255 × 0^m,251.

CXXVI

Óbidos.

8 de Março de 1436.

Emprazamento feito por Vasco Martins, Pedro do Bairro, raçoeiros de S. Pedro, Estêvão Gil, prioste, a João Álvares, homem do almoxarifado da Rainha, que mais lançara sobre o pregão feito por Gil Gonçalves, porteiro pregoeiro de Óbidos, com respeito a uma vinha na Várzea de Meios. Tabelião: Brás Eanes; testemunhas: Pedro Anes, Estêvão Lourenço e Gil Gonçalves.

Dimensões: 0^m,394 × 0^m,190.

CXXVII

Cadaval.

12 de Abril de 1437.

Consentimento de Diogo Afonso, morador na quinta do Rico, termo da Aldeia Galega, da venda que fez sua mulher Maria de S. Mamede, estando presentes Gonçalo Esteves e João Afonso, juízes ordinários do Cadaval. Tabelião por D. Fernando, neto do rei D. João, Conde de Arraiolos: Álvaro Preto; testemunhas: Vasco Martins, prior de S. Pedro de Óbidos, Afonso Anes, do Cadaval, Pedro Loução, Fernão Lopes, filho de Lopo Dias.

Dimensões: 0^m,180 × 0^m,260.

CXXVIII

Óbidos.

3 de Abril de 1438.

Sentença de Domingues, bacharel, prior de Santa Maria de Aveiras, ouvidor geral do arcebispo de Lisboa, no feito de que era autor Diogo Afonso, prioste de S. Pedro, e réus Gonçalo Vasques, morador em Óbidos, e Fernão Leitão, morador na Sancheira, sobre a dízima de dois moinhos, sendo um na Amoreira, pelo qual foram os réus obrigados a dar quatro alqueires, como era costume no arcebispado. Os moleiros alegavam que havia grande seca na terra.

Conserva o sêlo com a legenda quase completa. — Dimensões: 0^m,330 × 0^m,286.

CXXIX

Lisboa.

18 de Abril de 1442.

Resignação feita por Antão Martins, mestre de gramática nova e procurador de Vasco Gil, bispo eleito de Évora, confessor do infante D. João, raçoeiro das igrejas de S.^{ta} Maria, S. Pedro, S. Tiago e S. João de Óbidos e de S. Tiago de Tôrres Vedras, subestabelecido por Afonso Pires, prior de Belas e por Vasco Anes, sobrinho do bispo, mediante as procurações feitas em Évora por Pedro Vasques, tabelião, em 5 de Fevereiro e por Diogo Anes, tabelião na Atouguia a 14 de Abril, a qual resignação fôra feita nas mãos daqueles a quem direitamente se devia. Em virtude do que Luís Anes, cônego do Pôrto e prior de S. Pedro de Óbidos, fez ajoelhar Fernam Coutinho, filho de Lopo Afonso, escrivão e secretário de El-Rei e lhe impôs um barrete, provendo-o assim da ração de S. Pedro que se achava vaga. Tabelião: Gomes Martins; testemunhas: Lopo Afonso Quadrado, prior da Madalena, João Afonso Teixeira, procurador da corte e Fr. Afonso, capelão de Gonçalo Gonçalves Camelo.

Dimensões: 0^m,700 × 0^m,320.

CXXX

Óbidos.

5 de Dezembro de 1443.

Carta de apresentação e colação feita por Mestre Fernando, prior de S. Pedro, na dignidade de raçoeiro a Álvaro Anes, filho de João Anes, do Souto, termo de Lafões, criado do dito prior, que vagou por morte de Estêvão Domingues, prior de S.^{ta} Catarina de Riba-mar. Tabelião: Brás Eanes; testemunhas: Afonso Anes Romão, prior de S.^{ta} Maria e Vasco Lourenço, criado de Mestre Fernando.

Dimensões: 0^m,332 × 0^m,292.

CXXXI

Óbidos.

5 de Janeiro de 1445.

Posse tomada por Margarida Álvares, filha de Fr. Álvaro Martins Ferezam (Frazão), das casas que lhe dooū Gomes Martins, raçoeiro de S. Tiago, com obrigação de ela o tratar enquanto vivo fôsse. Tabelião: Brás Anes; testemunhas: João Esteves, filho de Estêvão Anes, Afonso Anes, tecelão e João do Avelar.

Dimensões: 0^m,330 × 0^m,245.

CXXXII

(1.º documento)

Santarém.

15 de Dezembro de 1445.

Carta de colação que faz Mestre Fernando, fisico de El-Rei, prior de S. Pedro de Óbidos, estando na igreja de S. Salvador de Santarém, da dignidade de raçoeiro de S. Pedro, que vagou por morte de Pedro de Bairros, na pessoa de seu sobrinho e criado Álvaro Anes, clérigo de ordens menores. Tabelião: Álvaro Dias de Morais, vassalo de El-Rei; testemunhas: Lourenço Vasques, prior de S. Salvador, João Vasques, almoxarife do celeiro de El-Rei e Gonçalo Velho, criado do deão de Évora.

Dimensões: 0^m,564 × 0^m,284.

CXXXII

(2.º documento)

Óbidos.

23 de Dezembro de 1445.

Posse que tomou Álvaro Anes, sobrinho de Mestre Fernando, prior de S. Pedro, da dignidade de raçoeiro que lhe foi dada por Álvaro Fernandes, prioste. Tabelião: Brás Anes; testemunhas: Fr. Álvaro Martins, comendador, Gil Lourenço e Estêvão Gil, clérigo. No pergaminho anterior.

CXXXIII

Óbidos.

21 de Junho de 1447.

Sentença de João do Bombarral, beneficiado das igrejas de Óbidos e vigário de D. Pedro, arcebispo de Lisboa, pela qual determinou que Estêvão Pires, filho de Pedro do Bairro, beneficiado que foi de S. Pedro, pagasse ao prioste da dita igreja, Álvaro Fernandes,

todos os anos por dia de S. Tiago, 20 braças de candeia ou 36 reais brancos por ela. Escrivão: Estêvão Gil; testemunhas: Afonso, clérigo, e Jorge Dinis, raçoeiros de Santa Maria.

Conerva ainda o sêlo de camafeu ou chão.—Dimensões: 0^m,220 × 0^m,300

CXXXIV

Óbidos.

16 de Janeiro de 1452.

Emprazamento em três vidas feito por Mestre Fernando, prior de S. Pedro e físico de El-Rei, e João do Bombarral, João Gonçalves, Estêvão Gil, raçoeiros, e Álvaro Fernandes, beneficiado, dum campo que está em mortório, e que chamam o Regato, a João da Foz, que foi quem em él mais lançara depois do pregão de Lopo Rodrigues, porteiro pregoeiro da vila. Tabelião: Diogo Gil, do Pombal; testemunha: Vasco Fernandes, pescador.

Danificado.—Dimensões: 0^m,356 × 0^m,250.

CXXXV

Óbidos.

14 de Outubro de 1459.

Emprazamento que fizeram Vasco Martins, prior de S. Pedro, Pedro do Bairro e João Afonso, raçoeiros e Dinis Anes, prioste, a João Domingues e Catarina Anes, duma vinha que chamam da Pinhoa, que foram os que mais lançaram, ouvido o pregão de João Afonso, pregoeiro. Tabelião: João Vasques; testemunhas: João Manuel, Lopo Fernandes, escudeiros, Lourenço Anes, prior de S. Tiago, e Afonso Esteves, escrivão do tesoureiro da Infanta [D. Isabel.]

Dimensões: 0^m,455 × 0^m,199.

CXXXVI

Santarém.

20 de Fevereiro de 1466.

Carta de apresentação que Mestre Fernando, físico de El-rei e prior de S. Pedro de Óbidos, pela renúncia feita pelo raçoeiro de S. Pedro, João Annes, fez do referido benefício na pessoa de Rodrigo Anes, raçoeiro de Santa Maria. Tabelião: Pedro Vaz; testemunhas: Álvaro Anes, tesoureiro de S. Nicolau de Santarém e Pedro Anes, filho de Álvaro Anes, seleiro. No dorso está a respectiva posse dada de 23 do mesmo mês, de que foi tabelião Pedro de Cintra.

Dimensões: 0^m,435 × 0^m,260.

doc. ap. 1979/98

CXXXVII

Óbidos.

25 de Julho de 1466.

Aforamento em três vidas que fizeram Mestre Fernando, físico de El-rei, prior de S. Pedro e Rodrigo Anes, Pedro Anes, vigário de S. João de Mocharro, Álvaro Anes, João Gonçalves, Álvaro Fernandes, prioste, Pedro Anes e João Anes, beneficiados de S. Pedro, a Beatriz Afonso, servidora que foi de Mestre Fernando, dum pardieiro na vila em que ela queria fazer uma casa, com obrigação de 15 riais brancos, sendo ela quem mais lançou, de que deu fé Afonso Gonçalves, porteiro do concelho.

Dimensões: 0^m,378 × 0^m,246.

CXXXVIII

Óbidos.

30 de Março de 1467.

Emprazamento em três vidas feito por Mestre Fernando, prior de S. Pedro, Pedro Anes, vigário de S. João de Mocharro, Álvaro Fernandes, João Gonçalves, Álvaro Anes, sobrinho do prior, Rodrigo Anes, João de Flandres, raçoeiros, e Pedro Anes, prioste, a Lopo das Córtes, escudeiro, de duas courelas na Lavandeira, na Várzea de Meos, uma das quais parte com João de Paiva e com capela de S. Luís e a outra com os mesmos, pelo fôro de 12 riais brancos, de 35 libras o rial e um frango, dando fé Afonso Gonçalves, porteiro e pregoeiro que quem mais lançara fôra o referido Lopo das Córtes. Tabelião: Fernão de Cintra, criado vassalo de El-rei; testemunhas: Luís Gonçalves, raçoeiro de Santa Maria, Rui Lourenço, escudeiro, almoxarife e Afonso Esteves.

Dimensões: 0^m,340 × 0^m,350.

CXXXIX

Óbidos.

4 de Novembro de 1468.

Sentença promulgada por Vasco Gil, escudeiro e juiz ordinário, na demanda que havia e de que eram autores os beneficiados de S. Pedro, e réu Martim Leitão, escudeiro, provedor da capela de João Manuel, situada na igreja de S.^{ta} Maria, sobre um pardieiro que os autores diziam que lhes pertencia e que o réu alegou que pertencia à sua capela e que já tinha trazido João Lopes de Lemos. Os autores mostraram um tombo em que se provava que na era de 1359 (1321) o tivera Afonso Domingues, sapateiro e depois a viúva de João

do Pô, almoocreve, João Anes da Batalha e João Manuel, e que na era de 1378 (1340) o tinha Clara Afonso, em vista de tudo o referido juiz mandou meter de posse do pardieiro aos beneficiados, não sendo aplicada a sentença ao réu por não ser encontrado, como se declarou na audiência, sendo juízes ordinários Fernão Martins e João Artur. Tabelião: Vicente Esteves de Pedroso. No dorso está o instrumento de posse datado de 22 de Maio de 1469.

Dimensões: 0^m,850 × 0^m,177.

CXL

Óbidos

16 de Novembro de 1469

Pública-forma do testamento de Mestre Fernando mandada passar por Vasco Gil e Lopo Vasques, escudeiros, juízes ordinários, em presença de Diogo Gil do Pombal, tabelião; pelo qual instrumento feito em 27 de Maio de 1468, Mestre Fernando se manda enterrar na capela que fez na igreja de S. Pedro, e colocar um retábulo ali na maneira que descreve e mais ornamentos, para o que deixa o rendimento de dois olivais em Santarém, de que ficam administradores sua filha Maria Fernandes e seu marido Pedro de Alcâova e para missas umas casas em Selir do Pôrto. Entregou logo a seu genro entre outras cousas duas taças, uma de Lião, com um pinheiro no meio e a outra com uma flor; outra taça grande com esmalte azul e verde com um moto; muitos dinheiros de banda, dobras e nobres de Inglaterra; uma moça negra que chamam Leonor e um negro que chamam Pedro Branco, que eram servos; uma mula zebra e um asno branco. Em um codicilo deixa a S. Pedro o seu cobricama de Flandres.

Quási ilegível.

Dimensões: 0^m,640 × 0^m,460.

CXLI

Lisboa.

22 de Dezembro de 1470.

Sentença dada por Pedro Afonso, bacharel, desembargador e vigário geral de D. Jorge, arcebispo de Lisboa, no processo que corria entre o prior de S. Pedro de Óbidos e os beneficiados por seu procurador Erique¹ Vaz, como autores, e Afonso Gil, morador em Óbi-

¹ Este nome tirado dos romances de cavalaria encontra-se nas composições poéticas de Chrestien de Troyes, *Érec et Énide*, e de Hartmann von Aue, *Erec und Iwain*. Ao contrário dos nomes Artur, Galvão e Tristão, Erique saiu do uso.

dos, por seu procurador João Lobo, réu, em apelação da sentença de Pedro Anes, vigário de S. João de Óbidos e vigário de D. Jaime, arcebispo de Lisboa, na demanda que correra entre Estêvão Gil, beneficiado de S. Pedro e João Anes, abade pequeno, por causa da vinha da Tinhosa que deixou Gonçalo Gavião e umas casas em que morava Catarina Anes, filha do dito João Anes, com obrigação de dar para missas 4 libras da moeda antiga, que fazem agora 80 riais brancos, a qual foi dada em 20 de Junho de 1455. Pela sua sentença, Pedro Afonso mandou cumprir o disposto na primeira sentença, incluindo nela o vigário de S. João de Mocharro, Pedro Anes, que se encontrava na posse da vinha. Escrivão: Diogo Álvares. Ainda se conserva o sêlo.

Dimensões: 0^m,520 × 0^m,366.

CXLII

Óbidos.

25 de Janeiro de 1471.

Sentença de Afonso Anes, prior de Santa Maria, vigário de D. Jorge, arcebispo de Lisboa, na demanda que corria entre Álvaro Anes, beneficiado de S. Pedro e seu prioste, como autor e Fernando Álvares, lavrador, como réu, por causa duma courela de vinha onde chamam A do Sanhudo que partia com João Lourenço, de Coz e com Estêvão Pires, do Bairro, filho de Pedro do Bairro, da qual o réu nada pagava alegando que seu sogro a comprara a Gil Farinha, requeredor do cabido de Lisboa, o que não provou, pelo que foi condenado.

Dimensões: 0^m,490 × 0^m,166.

CXLIII

Óbidos.

29 de Outubro de 1471.

Sentença de Afonso Anes, prior de Santa Maria de Óbidos, vigário de D. Jorge, arcebispo de Lisboa, pela qual mandou arrematar a herdade dos Cequalhos que parte com João do Arenal a João de Olivença, tesoureiro de Santa Maria, com o fôro de 20 riais brancos à igreja de S. Pedro, a que pertence.

Dimensões: 0^m,590 × 0^m,142.

CXLIV

Óbidos.

20 de Abril de 1474.

Sentença de aforamento dada pelo vigário de Óbidos, Afonso Anes, prior de Santa Maria, pela qual aprova o emprazamento que

fizeram os beneficiados de S. Pedro com Afonso Anes, filho de João Anes Melgaço, de três talhões da herdade na Ribeira do Ameal, junto da Rooriça, que foi quem em êles mais deu. A courela maior parte com herdades de Álvaro Anes da Usseira, com chão dos filhos de João Felipote, com o rio Cabedal e com chão da confraria: o outro talhão mais acima parte com João Vasques; e o talhão de vinha na Redonda parte com vinha de Tomé Fernandes. A sentença foi escrita por Rodrigo Anes.

Dimensões: 0^m,363 × 0^m,297.

CXLV

Óbidos.

12 de Julho de 1478.

Carta de venda que fez Rui Lourenço, almoxarife de Óbidos, a Beatriz Afonso em nome de Pedro de Alcáçova e de sua mulher Maria Fernandes, moradores na corte, duma herdade que foi de João de Paiva, rendeiro das rendas das cisas de 1474, de que ficara devedor de 65000 riais, apesar de requerido por Bartolomeu Gonçalves, homem do almoxarifado e por João de Bragança, escrivão do almoxarifado. A qual que foi apregoada por Gomes de Araújo está na Várzea de Meos. Testemunhas: Afonso Fernandes, João Anes, filho do Bugalho, João Anes, cardador e João Correia, homem do alcaide.

Dimensões: 0^m,351 × 0^m,334.

CXLVI

Óbidos.

22 de Janeiro de 1482.

Aforamento que o vigário João Fernandes, Álvaro Anes, prior de Aldeia Galega a par da Merceana e Álvaro Fernandes, beneficiados de S. Pedro e João de Flandres, prioste, fizeram duma casa junto da praça que parte com João da Mota, com Gonçalo Ribeiro e com a rua do Sirgo, a Gonçalo Ribeiro e a Leonor Afonso, sua mulher, que foram os que nela mais lançaram ao pregão de Gomes de Araújo. Tabelião: Afonso Aires; testemunhas: Diogo Álvares, barbeiro, Diogo Afonso, filho de Afonso Esteves e João Vaz, tesoureiro.

Dimensões: 0^m,372 × 0^m,342.

CXLVII

Óbidos.

27 de Novembro de 1489.

Emprazamento feito por João de Alpoem, escudeiro, morador em Cornaga, como procurador de Pedro de Alcácova, cavaleiro da Casa de El-Rei, dumas casas sitas em Selir do Pôrto, que perten-

cem à capela do Mestre Fernando, existente na igreja de S. Pedro de Óbidos, a Jorge Anes, morador na Amieira e a Maria Anes, sua mulher, e assim mais um figueiredo à Fonte, pagando das casas cem riais e um par de pescadas ou quarenta riais por elas. Tabelião: João Gomes; testemunhas: Bastião Domingues, escudeiro da Rainha, Rodrigo Anes, e João Esteves.

Nas costas está um assento de 7 de Setembro de 1498 do ouvidor sobre as rendas das casas e figueiredo.—Dimensões: 0^m,415 × 0^m,331.

CXLVIII

Óbidos.

31 de Março de 1500.

Emprazamento feito por Álvaro Anes, como procurador de Pedro de Alcáçova, juiz da alfândega de Lisboa, pela procuração feita em Lisboa pelo tabelião Fernão Rodrigues, em 14 de Junho de 1499, sendo testemunhas Lourenço Martins, João Gonçalves, tabeliões e João Rodrigues, criado de Pedro de Alcáçova, a Fernão Nunes, barbeiro, e a Maria Anes, sua mulher duma terra na Várzea de Meos, pertencente à capela de Mestre Fernando, a qual parte com Rio de Água Quente, com Catarina Pires, viúva de Fernão Martins, escudeiro, com capela de S. Luís e com João Gonçalves do Cabo da Vila. Tabelião: Diogo de Melo; testemunhas: Vicente Fernandes, morador na Sancheira e António de Mira. Feito nas pousadas do prior de Aldeia Galega da Merceana, Álvaro Anes.

Dimensões: 0^m,390 × 0^m,328.

CXLIX

Óbidos.

25 de Julho de 1500.

Aforamento feito por Diogo Bernardes, Álvaro Anes, prior de Aldeia Galega da Merceana, Gomes Martins, Rodrigo Anes, beneficiados de S. Pedro e João Gomes, prioste, duma terra no Cadaval à Ponte de Pero Borralho que parte com o Rio, com Fernão Farto, e com Gomes Eanes, da Ereira, a João Martins, capelão da Rainha. Tabelião: Pedro de Góis, escudeiro; testemunhas: Fernando Álvares, estalajadeiro e Afonso Martins.

Dimensões: 0^m,470 × 0^m,330.

CL

Óbidos.

11 de Novembro de 1502.

Emprazamento feito por Álvaro Anes, prioste e por Diogo Bernardes, Gomes Martins, Rui Anes e Estêvão Machado, beneficiados

da igreja de S. Pedro, dum mato junto de S. Mamede onde chamam o Pinhal das Loveidas (?) que parte com mato de Afonso Fernandes, escudeiro, com Pedro Borges e com D. João de Noronha, o velho, o qual tendo sido apregoado por Fernão Gomes não achara quem em ele mais lançasse que Luís Álvares, morador na *Royerça*, a quem foi dado para meter em vinha. Tabelião Afonso Aires, escudeiro da Rainha D. Leonor. Testemunhas: Diogo Afonso, carpinteiro e Álvaro de ...

Dimensões: 0^m,335 × 0^m,295.

CLI

Lisboa.

30 de Setembro de 1503.

Instrumento de obrigação feito por Pedro de Alcâçova, fidalgo da casa rial, do seu conselho e juiz da alfândega, viúvo de Maria Fernandes e genro de mestre Fernando, físico de D. Afonso V e prior de S. Pedro de Óbidos, em como cumprirá uma verba do testamento de seu sogro que mandou comprar bens no valor de 125000 riais para se rezarem trinta missas na dita igreja em cada um ano, e para esse efeito dá o fôro do casal de Vila Verde, junto da Sancheira, que herdou de sua sogra Beatriz Afonso, que estava aforado a Vicente Lourenço e a Maria Brás, sua mulher; o fôro das casas das Figueiras de Salir; o rendimento das casas que foram de Estêvão Gil, clérigo de Óbidos; o rendimento da herda que o referido Pedro de Alcâçova comprou a João de Paiva, na Várzea dos Meios; e mais dá o azeite para a lâmpada imposto nos olivais de Santarém a Santa Clara e às Manteigas onde chamam a Moita do Soldão. O qual instrumento se guardará no cartório da igreja «por tonbo e Relenbrança do pagamento das ditas missas». Tabelião Fernão Vaz. Testemunhas: Afonso Martins, escudeiro e Afonso Martins Evangelho, mercadores.

Dimensões: 0^m,433 × 0^m,485.

CLII

Óbidos.

3 de Abril de 1508.

Traslado extraído do caderno das audiências da vila de Óbidos da sentença pronunciada por António Fernandes, beneficiado das igrejas de Óbidos, pela qual a requerimento de Tomé Toscano, capelão da Rainha e prior de S. Pedro, foi obrigado Fernando Afonso, morador na vila da Pederneira, mestre dum caravela e seu filho Vicente, marinheiro, a pagarem o dízimo dos bacalhaus que tinham pescado no Mar Novo em número de setecentos e haviam desembarcado no pôrto de Selir, onde todos os pescadores deviam satisfazer esse

dizimo à referida igreja. Escrivão Diogo de Freitas. Testemunhas: Jerónimo Sanches, Gonçalo Álvares e Pedro . . .¹

Dimensões: 0^m,248 × 0^m,270.

CLIII

Lisboa.

27 de Agosto de 1511 (?)

Sentença do vigário geral do arcebispo de Lisboa sobre os rendimentos da capela do lugar de Cornaga, na demanda em que era autor Tomé Toscano, prior de S. Pedro de Óbidos, por seu procurador o bacharel Tomé Fernandes e réus os priores de S. João do Mocharro e Santiago pelo bacharel Pedro Afonso, em virtude da qual foi mandada cumprir a sentença de João Pais, vigário geral do arcebispo de Lisboa datada de 1433.

Em 10 de Setembro de 1511 foi publicada esta sentença dentro das igrejas de Santa Maria e Santiago de Óbidos, por António Lopes, a requerimento de Diogo Dias, beneficiado de S. Pedro.

Conserva ainda o sêlo na sua caixa de pau.—Dimensões: 0^m,578 × 0^m,500.

CLIV

Óbidos.

4 de Outubro de 1513.

Aforamento feito por Tomé Toscano, capelão da Rainha e prior de S. Pedro de Óbidos e de Santa Maria de Alenquer, por Martim Jorge, Gonçalo Cubelos (?) e Diogo Dias, prioste, duma vinha na Várzea de Meios que parte com Diogo Afonso, escrivão das cisas e com Fernão Rodrigues, a Diogo Afonso, carpinteiro; e bem assim dum arneiro em Roçamondo. Tabelião Pedro de Góis, escudeiro; testemunhas: João de Óbidos, escudeiro e monteiro-mor e Álvaro Afonso, adegueiro da Rainha.

Tem no dorso a confirmação datada de 14 de Maio de 1515, do vigário geral do arcebispado de Lisboa, Fernão Cordeiro, escolar em direito canónico e beneficiado da Sé, feita pelo notário João Rodrigues em lugar de Gaspar Rodrigues, sobrinho do dito vigário.

Conserva ainda a caixa de pau do sêlo.—Dimensões: 0^m,590 × 0^m,400.

¹ Em 24 de Junho de 1497 desembarcou na Ilha do Cabo Bretão o veneziano Cabot, que foi o primeiro europeu que chegou ao Canadá, ao qual se seguiram os portugueses João Fernandes Lavrador, os Côrte Riais, Francisco Fernandes e João Gonçalves. Desenvolveu-se depois consideravelmente a pesca do bacalhau na Terra Nova, a tal ponto, que, em 14 de Outubro de 1506, o Rei D. João III regulou a cobrança do imposto de importação daquele pescado nos portos de Entre-Douro e Minho. Vide Biggar, *The Precursors of Jacques Cartier, 1497-1534*, Ottawa, 1911.

CLV

Óbidos.

18 de Setembro de 1515.

Aforamento feito por Diogo Bernardes, Estêvão Machado, Martim Jorge, Diogo Rodrigues e Jorge Soeires, beneficiados da igreja de S. Pedro, a Fernando Álvares, tecelão, duns pardieiros, junto do adro da dita igreja. Tabelião: Álvaro Lopes, escudeiro da Rainha D. Leonor; testemunhas: Bastião Álvares, cura da dita igreja e [Fulano] Pires Bugalho.

No verso está a autorização datada de 28 de Agosto de 1516, do vigário geral, feita por João Rodrigues em lugar de D. António, sobrinho do arcebispo D. Martinho.

No recto do mesmo pergaminho. — Declaração de Toribio Lopes, deão da capela da Rainha em como comprou as casas referidas, sendo prior da igreja de S. Pedro e as doou à sua igreja para celeiro, com obrigação duma missa cada ano. Datada de Évora, 15 de Junho de 1545.

Conserva a caixa de pau do sêlo. — Dimensões: 0^m,530 × 0^m,343.

CLVI

Óbidos.

3 de Junho de 1517.

Traslado feito por ordem do bacharel Heitor Henriques, escudeiro da Rainha e juiz de fora, a pedido de Fernão Machado, beneficiado, de verbas do testamento de Catarina Pires, falecida em 1503, viúva de Fernão Martins, pelas quais ela deixou a Rodrigo, filho de Álvaro Gil, seu sobrinho, com a condição de mandar dizer duas missas na igreja de S. Pedro, uma vinha; e bem assim a Pedro, filho do mesmo, outra na Várzea de Meios. Tabelião: Pedro de Góis; testemunha: Álvaro Lopes.

Dimensões: 0^m,420 × 0^m,341.

CLVII

Óbidos.

9 de Agosto de 1518.

Aforamento feito por Diogo Bernardes, Estêvão Machado, Martim Jorge, Jorge Soeires e Nicolau de Freitas, beneficiados de S. Pedro, a Henrique da Mata, escudeiro fidalgo e juiz dos órfãos, dumas casas que partem com casas da capela do dito Henrique da Mata e com casas de Cristóvão Álvares, escudeiro. Tabelião: Álvaro Lopes, escudeiro; testemunhas: António Machado, beneficiado de S. Tiago, e Estêvão Dias, clérigo de missa.

Dimensões: 0^m,550 × 0^m,350.

CLVIII

Óbidos.

11 de Janeiro de 1519.

Certidão duma verba do testamento de Beatriz Pires, mulher de João Álvares, morador na Roriça, feito por Diogo de Melo, tabelião, a 27 de Abril de 1518, sendo testemunhas Pedro Anes, Pedro Álvares, João de Poiares, Pedro Aires e Diogo Pires, pela qual deixava à igreja de Santa Maria Virgem o bacelo da Cobrombeira para se alumiar nela uma lâmpada. A certidão foi passada pelo tabelião Diogo de Freitas, por ordem do vigário António Fernandes, para ela ficar na arca e cartório da igreja de S. Pedro de Óbidos.

Dimensões: 0^m,268 × 0^m,199.

CLIX

Óbidos.

16 de Junho de 1522.

Traslado duma verba do testamento de Pero de Góis, pela qual deixou umas terras à igreja de S. Pedro para se dizerem umas missas no altar de Nossa Senhora da Piedade, ficando elas administradas por seu filho Gaspar de Góis. O traslado foi passado a pedido do beneficiado da igreja de S. Pedro, Jorge Soares, ao juiz ordinário da vila, chamado Fernão Vaz. Tabelião: Diogo de Melo; testemunhas: Álvaro Lopes, Lopo de Sequeira e António Pires, inquiridor.

Dimensões: 0^m,305 × 0^m,258.

CLX

Óbidos.

22 de Fevereiro de 1524.

Aforamento feito por Estêvão Machado, Martim Jorge, Diogo Dias, Jorge Soares, prioste e Pedro Neto, beneficiados da igreja de S. Pedro, a António Lopes, beneficiado da igreja de Santa Maria, dum casal, junto do casal de Gomes Henriques, do arrife da aldeia das Gaéiras e dos herdeiros de Rui Lourenço, e bem assim dumha herdade grande junto do casal de Álvaro Henriques. Tabelião: Lopo de Sequeira. Testemunhas: Francisco Pires, tabelião, Afonso Martins, morador na Usseira e João de Ornelas, ecónomo de S. Pedro.

Dimensões: 0^m,563 × 0^m,245.

CLXI

Óbidos.

19 de Janeiro de 1525.

Troca que fizeram Estêvão Machado, Diogo Dias, Jorge Soares, Pedro Neto e Pedro Anes, beneficiados de S. Pedro, em virtude de casas serem menos proveitosas para as igrejas do que terras, com

Duarte Galvão, cavaleiro da guarda de El-rei, do hábito de S. Tiago, casado com Grimanesa Soares, pela qual receberam umas terras de pão no limite de S. Mamede onde chamam a Cova do Carão, que partem com D. Sancho e D. João, as quais foram avaliadas pelo bacharel Jerónimo Aires, prior de S. Pedro, Diogo Fernandes, João Martins e Vicente Pires, lavradores, e deram por elas uns pardieiros situados na Rua Direita e que foram avaliados por Duarte Fernandes, Pedro Afonso e Álvaro Godinho, pedreiros. A troca foi feita com autorização de Leonel Velho, provisor e com declaração do juiz ordinário João Tavares que Grimanesa Soares dera o seu consentimento sem medo de seu marido. Tabelião: Lopo de ... Testemunhas: Gaspar Góis, escudeiro, ... Teixeira, clérigo e Álvaro Godinho, pedreiro.

Dimensões: 0^m,409 × 0^m,310.

CLXII

Óbidos.

25 de Janeiro de 1526.

Aforamento feito por Estêvão Machado, Diogo Dias e Jorge Soares, prioste de S. Pedro, duma terra e mato, junto à ermida de Santa Iria, que parte com olival dos herdeiros de Luís Gonçalves e com olival da capela de S. Luís, a Fernando Anes, clérigo, que foi quem em êles mais lançou, depois de trazida em pregão por Rodrigo Anes. Tabelião: Lopo de Sequeira, escudeiro. Testemunhas: Álvaro Afonso, adegueiro, Simão Lopes, ecónomo de S. Pedro, João da Cruz, tesoureiro e Gaspar Rodrigues, criado de D. João de Noronha, moço da quinta.

Dimensões: 0^m,405 × 0^m,320.

CLXIII

Alhandra.

23 de Agosto de 1526.

Sentença do Doutor Jorge Temudo, desembargador e vigário geral pelo Cardeal Infante, governador e administrador do arcebispado de Lisboa e bispado de Évora, em favor da igreja de S. Pedro, sendo autora a referida igreja de Óbidos, por seu procurador o bacharel Antão Soares, e ré a igreja de S. Tiago por seu procurador o bacharel Tomé Fernandes, sobre os dízimos da Amoreira, Serra Pequena e mata de Cezereda, nas quais terras lavravam os moradores da Serra de El-rei e Atouguia e bem assim no paul de D. Filipa e na sesmaria do bacharel Pedro de Queiroz. Escrivão, Marcos Fernandes. Já não conserva o sêlo.

Dimensões: 0^m,616 × 0^m,550.

CLXIV

Alhandra.

25 de Agosto de 1536.

Sentença do licenciado Brás Barreto, desembargador e ouvidor geral pelo Cardeal Infante D. Afonso, governador e administrador do arcebispado de Lisboa e bispado de Évora, em favor da igreja de S. Pedro de Óbidos, autora, por seu procurador o bacharel Antão Soares, contra Álvaro Pires, beneficiado da igreja de S. Tiago e vigário pedâneo, réu, sendo vigário geral o Doutor Jorge Temudo, sobre os dízimos duma quinta que está na charneca de D. Durão, termo do Cadaval, pertencente a Francisco Machado, ouvidor do Conde de Tentugal, e dum casal e terras que foram de Afonso Eanes. Escrivão: Marcos Fernandes. Já não conserva o sêlo.

Dimensões: 0^m,700 × 0^m,650.

CLXV

Óbidos.

7 de Maio de 1541.

Inovação de aforamento feito por Marcos Fernandes, Diogo Dias, Jorge Soares, Belchior de Seixas, Gris (?) Álvares, prioste e beneficiados de S. Pedro, duma vinha a Roçamondo, que parte com vinha de Santa Maria e de Gaspar Gonçalves, com vinha dos herdeiros de Pedro Afonso e com outra vinha do Álvaro do Avelar e do hospital das Caldas, a Manuel Dias, beneficiado, que a comprara aos herdeiros de João Pires Bugalho. Tabelião: Francisco Gil. Testemunhas: Pero Fernandes, cura, Jerónimo da Silva, tesoureiro e o bacharel Salvador Gonçalves.

No dorso a aprovação do Doutor Diogo Gonçalves, desembargador e vigário geral do arcebispado de Lisboa, feita em 6 de Abril de 1542. Ainda conserva a caixa de pau do sêlo.

Dimensões: 0^m,370 × 0^m,520.

CLXVI

Óbidos.

17 de Abril de 1542.

Pública-forma do contrato feito, em 10 de Junho de 1541, na casa da câmara de Óbidos estando presentes Henrique do Avelar e Rui Vaz, juízes ordinários, Nicolau do Avelar e António Sanhudo, vereadores, Pedro Afonso, procurador do concelho e mais Francisco de Sousa, o bacharel Salvador Gonçalves, António Pires, Duarte Galvão, Álvaro Lopes, Gaspar Ribeiro, Lopo de Sequeira, Luís Álvares, Luís Lopes, Belchior Fragoso, Álvaro do Avelar, Francisco Gil, Gonçalo de Bragança, Afonso de Andrade e João de Figueiredo, cavaleiros, moradores em Óbidos e bem assim o Dr. Manuel de Al-

mada, vigário pelo arcebispo de Lisboa D. Fernando, Torbio Lopes, deão da capela da Rainha e prior de S. Pedro, Jorge Soares, Álvaro Pires, vigário, Marcos Fernandes, vigário de S. João e Gris Álvares beneficiados de S. Pedro sobre uma modificação da serventia da referida igreja. Escrivão: António de Sequeira.

Dimensões: 0^m,583 × 0^m,401.

CLXVII

Óbidos.

7 de Dezembro de 1543.

Inovação feita por Diogo Dias, Jorge Soares, Marcos Fernandes, Manuel Dias e Belchior de Seixas, beneficiados de S. Pedro, dum casal com suas terras, junto dos Gaeiras, que parte com casal da capela de João Gonçalves Mingão, sita na igreja de Santa Maria, com o Arrife, com herdade dos herdeiros de Álvaro Gonçalves e com caminho que vai para a Fandia, e mais um casal que parte com caminho que vai para as Caldas, a António Ribeiro e Branca Lopes, sua mulher, filha de António Lopes, a quem eles estavam aforados. Tabelião: Gonçalo de Bragança; testemunhas: Álvaro Godinho, pereiro, António Godinho, clérigo, Álvaro Fernandes, clérigo, morador na Lourinhã.

Em seguida tem uma confirmação do Dr. Diogo Gonçalves, desembargador, provisor e vigário geral do arcebispo de Lisboa, feita por Estêvão Gonçalves de Bulhões aos 24 de Julho de 1544.

Conserva ainda parte do sêlo na caixa de pau. — Dimensões: 0^m,540 × 0^m,407.

B) Documentos de papel¹

I

Óbidos.

8 de Maio de 1447 (1409).

Contrato que fizeram João Anes, almoxarife de El-rei, como procurador do prior da igreja de S. Pedro, Dinis Anes, João Afonso, Pedro do Bairro, Afonso Gonçalves e João Giães, raçoeiros da dita

¹ Em 1184 a cidade de Fez tinha 400 moinhos ou fábricas de papel; existindo já em Xativa, junto de Valença um grande centro de indústria daquele produto. Em 1276 fabricava-se papel na Itália, e em 1346 no Hérault, estabelecendo-se dois anos depois um moinho junto de Troyes. Em 1411 funda-se um moinho na Suíça, em 1390 entra esta indústria na Alemanha, em 1405 na Bélgica, antes de 1494 na Inglaterra, em 1586 na Holanda e em 1690 nos Estados Unidos.

igreja, com Mestre João, natural de Tolosa e Estêvão Lourenço, de Beja, sineiros, para estes fundirem um sino para a igreja pelo preço de seis mil libras.

Tabelião: Pedro Anes. Testemunhas: Vasco Afonso, Afonso Anes Testa, Pedro Anes, clérigo e Estêvão Pires, filho de Pedro do Bairro. Não tem marca.

Dimensões: 0^m,286 × 0^m,300. Este documento foi publicado pelo Sr. Ascenção Valdez no *Boletim da Associação dos Archeólogos Portugueses*, t. xii, n.º 9 (1912), no estudo intitulado *Campanários em Portugal*.

II

Óbidos.

17 de Janeiro de 1468.

Sentença de Afonso Anes, prior de Santa Maria de Óbidos e vigário na dita vila pelo arcebispo de Lisboa, pela qual ordenou a Rui Lopes, marinheiro, morador em Lisboa, herdeiro de Joane Anes do Pó, alcaide de Óbidos, que lhe deixara os bens para se cantar uma missa, que até Pentecoste fizesse inventário de todos êsses bens; e a João o Pobre, morador no lugar do Pó, que os trazia aforados desse duas terças das novidades à igreja de S. Pedro para se cantar a missa e o restante entregasse ao provedor. Foram autores do processo os beneficiados Álvaro Anes, Álvaro Fernandes, João de Flan-dres e Rodrigo Anes.

Tabelião: Rodrigo Anes. A marca do papel representa uma ponta de lança.

Dimensões: 0^m,630 × 0^m,289.

III

Alemquer.

8 de Fevereiro de 1508.

Instituição da gafaria na vila de Óbidos e o compromisso do Hospital do Espírito Santo da referida vila, feitos pelo doutor Álvaro

Cfr. Blanchet. *Essai sur l'histoire du papier*. Paris 1900; E. de Witte. *L'histoire du papier et les filigranes*, 1912.

Segundo Sousa Viterbo *O vidro e o papel*, p. 73, havia em Fevereiro de 1441 moinhos de papel em Leiria. Talvez que esta fábrica fosse fundada pelo escrivão da puridade de D. João I, Gonçalo Lourenço, antepassado do grande Afonso de Albuquerque, porque na Chancelaria daquele rei, a fls. 127 v. do liv. iii, encontra-se registada uma licença para estabelecer no rio de Leiria artifício e engenhos de fazer ferro, serrar madeira, pisar burel e fazer papel. Sendo a carta datada de 1411 vê-se que Portugal não ficou atrasado nesta indústria em comparação com outros países.

Fernandes, provedor das gafarias e hospitais do reino. No dorso diz-se: Compromisso do Hospital da Misericórdia.

Caderno maltratado.

Dimensões: 0^m,300 × 0^m,200.

IV

Óbidos.

23 de Dezembro de 1521.

Carta de excomunhão contra António Lourenço, capelão de Monjeunto, do termo de Cadaval, lançada por António Fernandes, abade de S. Pedro de Arcosedo, do bispado de Viseu, beneficiado de Santa Maria de Óbidos e vigário em ela, em virtude de ter chamado para as exéquias dos defuntos capelões de fora do termo, estando determinado pelo referido vigário que só deveriam tomar parte os beneficiados da vila. Escrivão: Diogo de Freitas.

Dimensões: 0^m,430 × 0^m,290.

V

Óbidos.

30 de Julho de 1532.

Obrigação de Álvaro da Lágea, ermitão da ermida da Nossa Senhora da Albergaria, sufragânea da igreja de S. Pedro de Óbidos, de dar de fôro todos os anos pelas ofertas uma galinha boa, no dia de S. João Baptista. Escrivão: Jorge Soares; testemunhas: Adão Dias, luveiro, e Pedro Álvares, tesoureiro.

Dimensões: 0^m,295 × 0^m,214.

VI

Óbidos.

19 de Julho de 1532.

Traslado, feito a pedido de Marcos Fernandes, vigário de S. João de Mocharro, e beneficiado de S. Pedro e S. Tiago de Óbidos, por ordem de Álvaro Pires, vigário do arciprestado, da visitação da ermida da Nossa Senhora de Aboboris que fizeram os padres João de Santo António e Gabriel da Conceição, da congregação de S. João Evangelista, que estava em poder do notário adiante mencionado e lha dera o visitador e licenciado André Jorge, a qual fôra escrita por Miguel de Mariz em 5 de Agosto de 1525. Nas côstas da visitação constava que ela fôra publicada pelo cura de Aboboris, Matias Gomès e que em 23 de Maio de 1526 o visitador Jorge Temudo dera licença a João Álvares, morador n'A da Gorda para reformar um altar.

Notário: Jorge Soares. O traslado foi concertado com o tabelião Lopo de Sequeira.

Dimensões: 0^m,300 × 0^m,210.

VII

Óbidos.

24 de Maio de 1554.

Despacho de Loduvicus (visitador?) pelo qual ordena que as missas que a confraria da Santíssima Trindade manda rezar na ermida de Santa Maria de Aboboris sejam ditas só pelos beneficiados da igreja de S. Pedro. Os beneficiados requerentes eram Manuel Dias, Jorge Soares, Simão Lopes, Marcos Fernandes. Marca de água: uma esfera.

Dimensões: 0^m,306 × 0^m,216.

VIII

Óbidos.

12 de Janeiro de 1587.

Auto de avaliação feito a requerimento de Teodósio de Moraes, escrivão da câmara do arcebispado de Lisboa, da fazenda da ermida de Nossa Senhora da Misericórdia, limite da Mouta, termo de Óbidos, sendo presentes os beneficiados Henrique Soaires e Diogo Serrão, veadeiros da fazenda da igreja de S. Pedro e servindo de louvados Henrique Fernandes, dizimeiro, Martim Fernandes, monteiro e João Leitão, lavrador, morador no casal de Val do Pato, freguezia do Bombarral, os quais avaliaram a referida fazenda em vinte alqueires de trigo macho em cada ano. Junto das casas da ermida além de muitas árvores de fruto encontravam-se laranjeiras, limoeiros, cidreiras, macieiras e mira-olhos. Escrivão dos cabidos de Óbidos: António Cosmo. Marca de água: uma mão com uma flor.

Dimensões: 0^m,265 × 0^m,200.

IX A.

Óbidos.

4 de Dezembro de 1596.

Auto de apresentação e colação feito pelo Doutor Brás Ferreira, desembargador e prior de S. Pedro de Óbidos, num benefício da dita igreja, que vagou por morte do padre Fernão Rodrigues, a Manuel Ferreira, seu criado, sendo testemunhas Gonçalo Francisco, António Dias, tesoureiro, António de Aguiar e Bernardo da Serra, beneficiados. Tabelião: Francisco Velho.

Carta de nomeação de Manuel Ferreira, filho de José Fernandes e de Maria Antónia, moradores na cidade de Leiria, num benefício da igreja de S. Pedro, feita pelo respectivo prior Brás Ferreira. Notário: Francisco de Araújo.

Auto de posse do referido benefício sendo testemunhas Manuel de Lemos, inquiridor, Sebastião da Cruz, barbeiro, António Dias, tesoureiro e Gonçalo Francisco. Notário: Francisco de Araújo. Marca de água: um círculo com vários ornamentos.

Dimensões: 0^m,285 × 0^m,200.

IX B.

Lisboa.

4 de Dezembro de 1597.

Sentença dos Doutores Fernão de Magalhães e Gaspar da Costa, desembargadores da Casa de Suplicação, pela qual confirmam a sentença do licenciado João Pereira, juiz de fora de Óbidos, na causa cível em que era autor Manuel Ferreira, beneficiado de S. Pedro de Óbidos e réu Francisco de Sousa que se mostrava apresentado no mesmo cargo de beneficiado por carta do arcebispo de Lisboa de 27 de Janeiro de 1597; em virtude da qual foi condenado o réu a largar o benefício e a restituir os frutos recebidos. Escrivão: Sebastião Machado. Marca de água: uma mão com uma flor.

Dimensões: 0^m,261 × 0^m,190.

IX C.

Lisboa.

22 de Dezembro de 1597.

Carta de diligência do Doutor Manuel Álvares do Torneo, corregedor e desembargador da Casa de Suplicação, para meter de posse Manuel Ferreira do benefício da igreja de S. Pedro. Escrivão: Sebastião Machado.

Auto de posse de Manuel Ferreira no benefício acima referido, datado de 30 de Dezembro de 1598, sendo testemunhas Manuel Fernandes, inquiridor, António Figueira, tosador, Bartolomeu Francisco, do Vimeiro, Pero Álvares, sapateiro. Marca de água: uma mão com uma flor.

Dimensões: 0^m,265 × 0^m,195.

IX D.

Lisboa.

29 de Maio de 1600.

Sentença do Doutor João Nicolau Asprela, protonotário apostólico, auditor geral das causas da legacia do Colector Geral Décio Carafa, pela qual, em virtude de pertencer a colação de benefícios da igreja de S. Pedro ao respectivo prior, absolveu o réu Manuel Ferreira. Escrivão: Simão Luís, por Diogo Fernandes Santa Cruz.

Dimensões: 0^m,270 × 0^m,200.

IX E.

Lisboa.

30 de Maio de 1600.

Sentença do Doutor João Nicolau Asprela, auditor geral da legacia, tendo por assessor o Dr. João Peixoto de Sousa em lugar do Dr. Jerónimo Mendes da Horta, pela qual revogam a sentença dos Desembargadores que declarava excomungado o prior de S. Pedro de Óbidos por prover um benefício sem insinuação do arcebispo de Lisboa. Escrivão: Duarte de Figueirôa.

Dimensões: 0^m,271 × 0^m,196.

X

Lisboa.

27 de Maio de 1626.

Sentença do Doutor Eugénio Cabreira, cónego da Sé de Lisboa, prior de Santa Justa, desembargador da Relação Eclesiástica e vigário geral do arcebispado, pela qual manda que ninguém empeça o prior e beneficiados da igreja de S. Pedro de Óbidos, a que saiam da sua igreja em todas as procissões gerais que ali se costumavam fazer, em virtude do vigário geral Gaspar Nunes Travassos as pretender fazer sair da igreja de Santa Maria. Escrivão: João Lopes do Lago. Marca de água: um jarro com vários ornamentos, vendo-se no bojo a letra R.

Auto de notificação da sentença acima ao P.^o Gaspar Nunes Travassos, em 18 de Fevereiro de 1627, pelo tabelião da «nobre vila de Óbidos» João da Pena Pereira. Marca de água: uma coroa tendo por baixo I G.

Dimensões: 0^m,281 × 0^m,210.

XI

Óbidos.

18 de Janeiro de 1642.

Requerimento de Isabel Ferreira do Canto, dona viúva, proprietária dumha várzea na Várzea de Meios, junto à Ponte de Pau, para se fazer nova avaliação dela, em consequência do rio ter agora ali aberto um grande pôrto, de que ela recebia muita perda, em virtude de pagar o quinto e dízimo à igreja de S. Pedro.

Avaliação feita em 20 de Setembro de 1642, pelo P.^o Francisco de Freitas Galvão e pelo P.^o João de Figueiredo Soares e pelos louvados Jerónimo Fernandes, lavrador e João Leitão que acharam que a propriedade afora o dízimo não podia dar senão quatro alqueires e meio. Marca de água: um coração com uma cruz no meio.

Dimensões: 0^m,313 × 0^m,216.

XII

Óbidos.

11 de Dezembro de 1642.

Certidão do P.^o Jerónimo Ferreira, cura da igreja de S. Pedro, em como por mandado do vigário geral Francisco da Cunha e a instância do prior da colegiada D. João Souto Maior notificara os beneficiados da referida igreja a que exibissem do cartório o compromisso dela e em como êles lhe declararam nunca ter ouvido falar em tal.

Dimensões: 0^m,290 × 0^m,209.

XIII

Óbidos.

7 de Abril de 1649.

Pública-forma duma inquirição feita a requerimento do prior da igreja de S. Pedro, D. João Souto Maior, em como êle está na posse de apresentar os benefícios que vagarem, como aconteceu com a nomeação que se fez por morte de João Gil de Almeida que êle deu a D. Luís de Melo, deão de Braga, ausente em Castela; como aconteceu também por morte do P.^o Manuel Ferreira que êle deu a Diogo de Sousa, inquiridor de Lisboa e eleito bispo de Leiria; e finalmente como aconteceu por morte do P.^o António Pereira que êle deu a Paulo Gomes. Testemunhas: P.^o João de Figueiredo Soares, António Gomes, mercador, licenciado Bento de Oliveira Fialho, P.^o Francisco de Freitas Galvão. Inquiridor: Francisco Velho de Andrade. Tabelião: João da Pena Pereira. Marcas de água: um vaso encimado por duas cruzes sobrepostas em uma meia lua; e uma cruz dentro dum círculo.

XIV

Óvidos. (sic)

19 de Novembro de 1649.

Apresentação feita por D. João Souto Maior, prior de S. Pedro de Óbidos, do P.^o Diogo Lopes no benefício vago pela ausência de D. Luís de Melo que nele fôra provido por morte de João Gil de Almeida. Tem o sêlo de obreia de suas armas.

Instrumento de posse datado de 20 de Novembro de 1649 num lugar de benefício ao P.^o Diogo Lopes, sendo testemunhas João Nunes da Serra, Inácio Nunes da Serra e Paulo Gomes, beneficiados e o licenciado Daniel Carneiro Ferreira, procurador. Tabelião: João da Pena Pereira

Auto da colação do mesmo, perante as mesmas testemunhas e no mesmo dia. Marca de água: uma cruz dentro dum círculo, pendendo dêste uma figura de cavalo.

Dimensões: 0^m,305 × 0^m,217.

XV

Óbidos.

10 de Janeiro de 1650.

Pública-forma passada a requerimento do P.^o Diogo Lopes, beneficiado de S. Pedro, da sua apresentação, posse e colação [cfr. doc. XIV.]; e bem assim da petição de D. João Souto Maior, prior de S. Pedro, em que requere o sequestro dos frutos que estava usufruindo o referido padre; e finalmente o alvará do Conde de Cantanhede, vedor da fazenda, datado de 29 de Junho de 1649, pelo qual manda ao juiz de fora de Óbidos que ponha sequestro nos referidos frutos.

Tabelião: João da Pena Pereira. Marca de água: três círculos.

Dimensões: 0^m,290 × 0^m,200.

Petição do P.^o Diogo Lopes, beneficiado de S. Pedro no lugar que vagou por morte do P.^o João Gil de Almeida em Roma, e pela ausência de Luís de Melo, para se lhe levantar o sequestro, em virtude de terem cessado as circunstâncias. À qual se deu o despacho de 19 de Janeiro de 1650 com informação do desembargador João Correia de Carvalho.

Alvará do Conde de Cantanhede de 26 de Janeiro de 1650 para se levantar o sequestro, como foi notificado em 3 de Fevereiro de 1650 pelo escrivão das cias de Óbidos, António Soares de Almeida, ao prioste de S. Pedro, Manuel João.

Dimensões: 0^m,300 × 0^m,206.

XVI

Óbidos.

23 de Agosto de 1651.

Pública-forma da apresentação do benefício no P.^o Diogo Lopes, colação e posse pelo prior D. João Souto Maior, lavrada por José do Avelar, notário apostólico e escrivão do juízo eclesiástico de Óbidos. Tem uma nota assinada por um Castilho que diz nada ter a responder, por não haver petitório.

Dimensões: 0^m,300 × 0^m,200.

XVII

Óbidos.

10 de Maio de 1662.

Carta testemunhável de Pedro Leitão, vigário da vara da vila de Óbidos, duma verba do testamento de Francisco Ribeiro, morador no lugar de Dom Durão, feito por Tomé Freire e aprovado pelo ta-

belião Manuel Preto, moradores no Cadaval aos 25 de Fevereiro de 1661, pela qual deixou por herdeira, Violante Ribeiro, sua sobrinha, filha de Maria da Fonseca, moradora no Chão do Sapo, termo do Cadaval, e a sua mulher Maria João como usufrutuária de certos bens, com obrigação de mandar dizer duas missas todos os anos na ermida do Espírito Santo, disposições que depois revogou, ordenando que as missas fôssem ditas com o rendimento da vinha da Bica, que ficará em capela depois da morte de sua mulher, sendo administradora a referida sua sobrinha. Escrivão Filipe do Avelar.

Dimensões: 0^m,312 × 0^m,218.

XVIII

Óbidos.

4 de Maio de 1662.

Instrumento de inovação de praso em três vidas feita pelo Dr. João Tinoco Vieira, prior de S. Pedro, o P.^o Manuel João, P.^o Francisco de Freitas Galvão, P.^o Diogo Lopes, P.^o Pedro Machado Fogaça, beneficiados, a Diogo de Andrade de Seixas dos dezanove pés de oliveiras à Ponte de Pau, de que era senhoria Helena Pereira que as deixou em testamento a sua irmã Paula Rodrigues e por morte desta a Nossa Senhora da Piedade de Óbidos. Tabelião: Manuel da Silva.

Dimensões: 0^m,310 × 0^m,204.

XIX

Lisboa.

7 de Novembro de 16...

Despacho dum Cunha pelo qual declara que as diligências feitas no juízo eclesiástico são sempre cometidas a escrivães também eclesiásticos e portanto nada tem de que se agravar os beneficiados de S. Pedro da vila de Óbidos.

Dimensões: 0^m,300 × 0^m,210.

XX

Livro de música sacra. *In-folio*, pequeno. Séc. xvi, final. Numa das fôlhas da guarda encontra-se a seguinte: «Reseita para tintas. Vermelha pau brasil raspado e deitado de molho em augoa e goma arabia e hum bocado de pedra hume e tudo posto a cozer ficará uermelha. Amarella. Asafram desfeito na augoa. Verde. Verdete com sumo de limam desfeito».

Dimensões: 0^m,319 × 0^m,216.

PEDRO A. DE AZEVEDO

Inscrição romana de Sintra

No sítio das Abóbadas, perto de Vila Verde, concelho de Sintra, descobriu um lavrador com um arado uma tábula de calcáreo (pedra lioz), de 0^m,33 de comprimento, 0^m,23 de altura, e 0^m,06 de espessura, em que há a seguinte inscrição:

D ▪ M ▪ MAVRIN¹
F I L I C I N A ▪ A M A N
D A ▪ M A ▪ H ▪ S ▪ S

que creio se pode interpretar assim: *Diis Manibus. Maurini filia* (*lia*) *Licinia, Amanda ma(ter) h(ic) (s)itae s(unt)*. Isto é: «Aos deuses Manes. Licínia, filha de Maurino, e Amanda, mãe de ele¹, estão aqui sepultadas». As letras são pouco profundas, medem de altura 0^m,021 a 0^m,025, e parecem-me do séc. III.

Esta placa apareceu entre umas ruínas que o Dr. Vergílio Correia, conservador do Museu Etnológico, que obteve a pedra e a trouxe para o Museu, estudou, e descreverá no *O Archeologo*.

Temos, pois, aqui mais um monumento epigráfico para juntar aos que da região sintrã já vem mencionados no *Corpus*, II, 268, 285-287, 293, 294, 298, 303, 304, 305, 307, etc. Região não só de terreno fértil, mas vizinha do mar e de uma cidade de certa importância, qual era *Olisipo municipium Felicitas Iulia*, que admira que desse abrigo a grande população na época lusitano-romana, como já o dera em épocas anteriores, do que possuímos tantos testemunhos em objetos de ouro, de cobre, de pedra, de barro, e em monumentos funerários?

J. L. DE V.

Sapèques²

Cette pièce est purement chinoise; elle ne figure ici que parce qu'elle est aussi la seule monnaie locale de la Possession portugaise de Macao.

Elle s'appelle en chinois *Li* ou *Tsien*, en anglais *cash*, et en portugais *Sapèque* (*sapeca*). 1.000 à 1.200 sapèques représentent la valeur de la piastre espagnole (5 fr. 40^c).

¹ Entender-se-há que foi ele quem mandou fazer o monumento.

² [Este artigo é extraído dos apontamentos manuscritos e inéditos de César Famin, de quem falei supra, p. 41, nota 1.—J. L. DE V.].

Cette pièce est un mélange de 6 parties de cuivre et de 4 parties de *toutenague* (cuivre blanc des Chinois); elle est fondu et non frappée. Le trou carré, dont elle est percée au milieu, sert à en faire des chapelets que les acheteurs portent suspendus aux bras ou au cou. Un chapelet de 100 *sapèques* ou *cashes* forme un *mace*. Le chapelet de 1.000 pièces vaut an *liang* ou once d'argent.



Sur l'un des côtés de la pièce se trouve une divise en langue mandchoue relative à la dynastie régnante, le nom de cette dynastie et celui du monarque; sur l'autre côté on lit le nom du règne et les mots: *monnaie courante*¹.

Les autres monnaies en circulation à Macao, telles que la piastre espagnole, le dollar américain, etc., sont purement étrangères.

CÉSAR FAMIN.

Analecta archaeologica

1. — Goivas de pedra

De uma região próxima àquela donde provém a bela goiva de pedra que figurei e descrevi n-*O Arch. Port.*, xviii, 130, provém mais

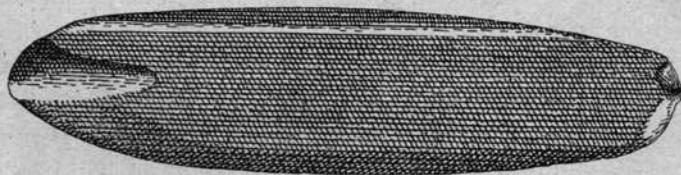


Fig. 1

duas que vão representadas nas figuras aqui juntas: 1 e 2 (tamanho natural, desenhos de Saavedra Machado).

¹ Voyez pour plus de détails sur la fabrication, la valeur et l'usage des *Sapèques* ou *cashes*, l'article consacré à cette monnaie dont l'excellente notice publiée en 1846 par Mr. de Montigny, attaché à l'ambassade du Roi en Chine; *Manuel du négociant français en Chine, etc.* (pages 347, 350 et 353).

Voyez aussi un article du *Magasin Pittoresque*, année 1844, page 398, note 1.

Uma das goivas, fig. 1, de rocha eruptiva (Paul Choffat), apareceu perto dos Casais da Murteira, concelho do Cadaval, onde a adquiri: tem no inventário do Museu o n.º 5:169. À outra, fig. 2, falta a me-

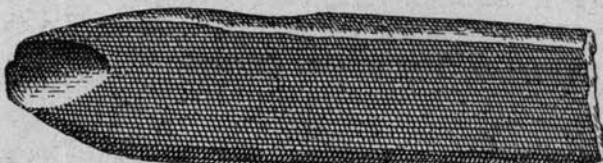


Fig. 2

tade oposta ao gume; é de rocha que parece xistosa, e apareceu perto do Pô, concelho de Óbidos, onde a comprei: tem no inventário do Museu o n.º 5:170.

2.—Caricatura monetária

Por se destinarem a grande curso, e a estabelecerem continuas relações entre os homens, as moedas prestam-se admiravelmente a servir de mensageiras de uns para os outros, propagando notícias, apregoando feitos de glória, e também servindo de látego satírico. Assim não fôsse tam restrito o espaço de que, pela força das circunstâncias, elas dispõem para o seu múltiplo destino!



Já no *Inventário das moedas portuguesas da Biblioteca Nacional de Lisboa*, que publiquei em 1911, aludi, a pág. 36-37, a ter-se apôsto irónicamente a algumas moedas de cobre da monarquia um barrete frígio, à maneira de carimbo, o qual barrete ora está sôbre o corpo do monarca, ora no campo da moeda. Tais factos são muito conhecidos¹; mas sei de um semelhante, que é desconhecido, e de élé vou aqui falar.

O meu amigo Dr. Maximiano de Aragão, ilustre professor do liceu de Viseu, ofereceu-me há tempos para o Museu Etnológico uma moeda que vai desenhada na figura adjunta (desenho de Saavedra Machado): é um vintem de D. Luís. Alguem

¹ A carimbagem, como me dizem, começou em 1891, em Paços Ferreira. Tendo sôbre o assunto alguns apontamentos, que em ocasião oportuna aproveitarei.—A par de moedas de cobre, há-as também de prata, com carimbo («500 réis» e «200 réis», pelo menos, de que existem exemplares no Museu Etnológico).

pouco afecto a Fontes Pereira de Melo (1819-1887), que como ministro de aquele rei desempenhou preponderante papel político¹, raspou no anverso da moeda a cabeça do soberano, e substituíu-a pelo busto de Fontes coroado com a coroa com que Bordalo Pinheiro o costumava caricaturar no *António Maria* (vid. vol. III, 1881, pag. 97, e volumes seguintes), coroa que é análoga às dos reis antigos: ficou assim «o rei António Maria», como Bordalo lhe chama *ibidem*, I, 145, embora aí o não apresente coroado².

Esta curiosidade monetária tem um comentário natural e pérpetuo no citado jornal, onde o lápis do nosso primeiro caricaturista deixou páginas de diabólico humorismo artístico.

3.—Sinal de um notário do século XVI

Tendo tido uma vez ensejo de examinar papéis que pertenceram ao extinto convento de Vairão, observei que um tabelião de notas do séc. XVI usava neles, como sinal, a fig. 1. Ele assinava por baixo de ela.

Esta figura consta essencialmente de um sino-saimão ou polígono estrelado; mas o vértice de um dos ângulos salientes prolonga-se

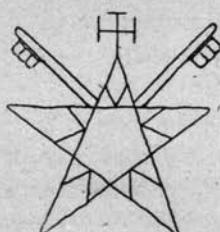


Fig. 1—Sinal de um tabelião do séc. XVI



Fig. 2—Brasão papal

por uma cruz, e de cada uma das reintrâncias dos dois ângulos adjacentes àquele brota uma chave.

As chaves são de certo as de S. Pedro, por o tabelião pertencer a uma casa monástica; e como o sino-saimão goza de grande vitalidade nas crenças supersticiosas do nosso povo, por influência semítica,

¹ Fontes subiu ao poder a primeira vez em 1851, ainda no tempo de D. Maria II, e já em 1852 praticou actos notáveis que mereceram que se lhe dedicasse a medalha de que o Dr. Artur Lamas tratou n-*O Arch. Port.*, XVII, 251 sgs.; é porém do reinado de D. Luís que verdadeiramente data o prestígio de que gozou.

² É possível que para a escolha da coroa concorresse alguma razão política que me escapa. Deixo a investigação do assunto a quem com melhor informação o possa estudar.

provavelmente judaica, faz-se aqui um mixto curioso de símbolos religiosos de diferentes origens, o que também acontece em alguns amuletos.

Parece que o notário, para a invenção do seu sinal, pensou no brasão dos papas (vid. fig. 2); ao sino-saimão de aquele, encimado de uma cruz, corresponde a tiara neste, também com cruz no alto; as chaves são duas em ambos os emblemas, e em posição idêntica, senão que as dos papas estão mais enfeitadas.



7.111.

4. — Asa romana de sítula

Semelhante à asa de sítula que foi publicada n-*O Arch. Port.*, xv, 326, adquiri outra em Outubro de 1913 no lugar da Roliça, concelho de Óbidos, a qual apareceu num campo vizinho de aquele lugar, quando o dono andava lavrando¹.

É também de bronze, e representa um homem de cabelo apartado ao meio, bigode, e barba calamistrada e estilizada.

Tem no Inventário do Museu o n.º 5261.

*

O aparecimento da asa de sítula na Roliça relaciona-se com o de outras figuras romanas, e bem assim de moedas, vasos, inscrições e pesos por todos aqueles sítios: Columbeira e S. Mamede de Óbidos.

5. — Vintem de Filipe I

Do «vintem» de Filipe I de Portugal, de que Teixeira de Aragão (*Descrição das moedas*, vol. I, est. xxiv, n.º 11) dá um desenho, e de que faz a descrição no mesmo volume, p. 311, obtive há pouco para o Museu Etnológico um exemplar que difere de aquele, e que por isso aqui publico.

No anverso a legenda é PHILIPPV · I · PHII. Não só depois do nome do rei, a que falta -s (não cunhado), está a letra I, que significa «1.º»,

¹ Fiz esta aquisição com o concurso de meu primo Jaime Leite, a quem o Museu muito deve.

como no cruzado de ouro, no tostão, e no meio-tostão (Aragão, n.ºs 4, 5 e 9), mas, por êrro de cunho, estão repetidas as quatro primeiras letras de aquele nome em vez de aí se ler **REX POR(tugaliae)**.

No R. lê-se **ALGAR[b]·REX**, e repetidamente... **GAR..** (por **ALGARB**), com um A sobre o A do meio, e parte de um B sobre o R, estando safado o comêço da palavra e o que ao B se seguia, de certo outra vez **REX**: o que de novo patenteia êrro de cunho, e ao mesmo tempo ressalto de êste.

Vid. a gravura junta (desenho de Saavedra Machado).

6.—Dois monumentos lapidares romanos de Trás-os-Montes

Ao Sr. Fernando Barreiros, capitão da guarda fiscal, que começa a dedicar-se com grande entusiasmo à arqueologia trasmontana, deve o Museu Etnológico, entre outros serviços, a posse das duas lápides romanas de que vou falar.

É a primeira uma estela de granito de 1^m,65 de altura, 0^m,16 de espessura, e 0^m,43 de largura, terminada em ângulo, e que tem na parte superior, como que em uma edícula, uma figura humana barbaríssima, vista de frente, com rosto e nariz compridos, braço esquerdo caído, braço direito dobrado e a respectiva mão aberta sobre o peito. No frontão sobresai uma meia-lua, com a concavidade voltada para cima. Por baixo da figura há uma inscrição de cinco linhas, dispostas entre regras horizontais,—muito sumida e de que leio apenas: linha 1, **D(iis) M(anibus) S(acrum)**; linha 2, **RIBBV..**; linha 3, **vxsori**. Vê-se que a inscrição é funerária, dedicada a uma mulher por seu marido; a mulher chamar-se-ia *Reburrina*, e está «retratada» dentro da edícula. Acêrca do símbolo representado no crescente vid. o que



Fig. 1

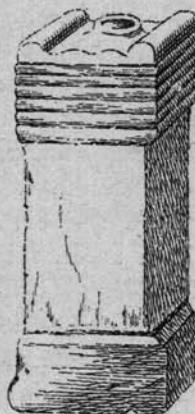


Fig. 2

escrevi nas *Religiões*, III, 424 sgs.—Esta pedra apareceu no leito de um riacho, no sítio de Paroselos, freguesia de Padroso, concelho de Montalegre (o riacho chama-se Rigueiro dos Mouros), e recebeu no Inventário do Museu o n.º 5205.

A segunda pedra é uma ara de 0^m,72 de altura, 0^m,19 a 0^m,20 de espessura, 0^m,27 de largura no centro, com volutas em cima, e fóculo ou pátera. Talvez tivesse uma inscrição, mas hoje está completamente apagada. Apareceu no sítio da Veiga de Carigo, freguesia de S. Vicente da Chã, concelho de Montalegre; perto desse sítio há um castro. A pedra recebeu no Inventário do Museu o n.º 5207.

J. L. DE V.

A Exposição Olisiponense no Museu Arqueológico do Carmo

A Associação dos Arqueólogos Portugueses tomou este ano, mercê da sua Secção de Arqueologia Lisbonense, a iniciativa feliz de realizar nas ruínas esplêndidas das absides ogivais do convento do *Santo Condestabre Nun' Alvrez* a primeira exposição histórico-ethnográfica da cidade de Lisboa.

Quis festejar com uma boa peça de programa a data das suas bodas de ouro, e patenteou à curiosidade pública, nas salas dessa sua séde, a mais preciosa coleção de produtos das olarias de Lisboa, bem como de outras manifestações artísticas, gráficas, industriais, etnográficas, da capital. Reuniu-lhes numerosa documentação literária, de autores nacionais e estrangeiros, antigos e modernos, que à cidade se referiam,—e abriu a Exposição Olisiponense.

No opúsculo *A Arqueologia*, da Biblioteca do Povo e das Escolas, diz o autor, fazendo menção da associação criada pelo benemérito Possidónio da Silva: «foi constituída com o fim de estimular o desenvolvimento da archeologia,» e «cumpre aquelle fim nobre e patriótico, com bastante amor e dedicação,» e também: «nem sempre tem sido satisfeitos os intuios e aspirações da Associação, mas resta-lhes o orgulho de trabalhar constantemente para conseguir o objectivo que se propôs»¹. A Exposição Olisiponense, obra da Associação encomiada

¹ *A Archeologia*, fascículo n.º 181 da Biblioteca do Povo e das Escolas, por D. António José de Melo, tenente de cavalaria, pp. 4 e 5.

nestas palavras justas de uma publicação modestíssima, vem assim corroborar em absoluto, e rememorá-lo, este depoimento. A tentativa, confessada, de formar um museu municipal lisbonense é de encarecer, e a experiência foi, além de um incentivo superior e justo, uma prova magnificamente conclusiva do que pode e deve vir a ser esse museu de uma cidade que é uma capital de nomeada, e larga história, e que «foi aplaudida Monarca, Emperatriz, Rainha, e Princeza do Oceano»¹. E, se a demonstração, apesar de clara e animadora como fica, deixar de dar com bom êxito alguma cousa mais extensa, ficar-lhe há, à Associação dos Arqueólogos Portugueses, e em todo o seu valor, o merecimento do esfôrço inicial pela consecução de tamanha empreza.

Tudo o que de Lisboa conseguiu condensar, dessa

.....Lisboa
De ruínas e de glórias!...

das *Despedidas*, de António Nobre², tudo aquilo que foi encontrado e obtido para ser exposto, a Associação o classificou em cinco grupos, cujas espécies assim foram distribuídas por três salas que com elas se encheram:

1.º Cerâmica.—Produto das antigas olarias de Lisboa e seu termo.

2.º Planos.—Plantas anteriores à transformação da cidade (1880).

3.º Vistas e aspectos da cidade, seus bairros e monumentos.

4.º Bibliografia Lisbonense:

a) Monografias;

b) Roteiros, folhinhas, calendários, folhetos e mapas divisionários das paróquias;

c) Crónicas e memórias acerca de edifícios civis e religiosos de Lisboa.

5.º Vária.—Documentos diversos que interessam à etnografia e etnologia da cidade.

Foram editados dois Catálogos, ilustrados com desenhos dos sócios Alberto de Sousa e Cristino da Silva e com fotografias do sócio Luís Bettencourt. O primeiro Catálogo comprehende apenas o primeiro grupo; o segundo abrange todos os demais. Em todos os grupos há

¹ *Fundação, Antiguidades, e Grandezas da mui insigne cidade de Lisboa*: pelo Capitam Luis Marinho de Azevedo, Ano de MDCCLIII; p. 1.

² P. 90. Rememoração feita nas «Breves palavras» que prefaciaram o folheto ultimamente publicado—*Lisboa, Poesia de António Nobre*—por Henrique de Campos Ferreira Lima.

exemplares de subido valor, mas valem menção especial os dois primeiros.

Entre a loiça, variada de desenhos, ornatos e esmaltes, acumulam-se exemplares dos vários tipos descritos por José Queiroz na *Cerâmica Portuguesa*, e definem-se os perfis ondulados ou direitos, policerómicos ou monocrómicos, das fábricas de Lisboa: a do Rato (séc. XVIII e XIX) com os seus ornatos azuis, esmaltes brancos e estatuetas; a da Bica do Sapato (fins do séc. XVII) com peças finas, contramoldadas, policerómicas; as olarias do Monte Sinai, etc., que mostram uma evolução do fabrico das faianças, desde o séc. XVI até os meados do séc. XIX. Entre as melhores cousas, avultam: o prato contramoldado de faiança, marcado no catálogo com o n.º 20, que tem a forma duma estrela de 12 pontas, e pertence ao Sr. António Arroio; as peças assinadas por Tomás Brunetto, com formas de fantasia; as obras de Cifka, pratos, um gomil de estilo do Renascimento, uma rabeca de faiança, todas elas cheias de decoração fantástica e riquíssima; uma bela mesa de faiança, com relevos e pinturas de scenas mitológicas, trabalho de António Luís de Jesus.

No segundo e terceiro grupo há vistas, plantas de Lisboa, dos sécs. XVI, XVII e XVIII, gravadas em Portugal e lá fora. Assim se vêem: do séc. XVI, a iluminura da 1.ª página da *Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes; uma reprodução do desenho de um manuscrito do British Museum, feito por Simão Beninc; a planta de Lisboa por George Brâunio; do séc. XVII, gravuras holandesas, inglesas, alemãs, a planta de Lisboa por João Nunes Tinoco (1650); do séc. XVIII são numerosíssimas as estampas, gravuras, com vistas dos destroços do terremoto de 1755, feitas lá fora, com legendas alusivas.

As duas restantes secções são mais modestas, tanto pela representação como pela sua desproporção com a bibliografia lisbonense, em uma, e com a etnografia em outra. Elas porém formam o melhor núcleo possível para a constituição de secções completas.

Luís CHAVES.

«Les monuments épigraphiques sont les seuls documents originaux et authentiques de notre histoire nationale pendant une période de plusieurs siècles, et leur perte est irréparable. Leur conservation est donc d'intérêt public .. L'influence des agents atmosphériques sur les blocs lapidaires est très sensible.

Bulletin Épigraphique de la Gaule, II, 5.

Medalhas Camonianas

Da Colecção iniciada por José Lamas

N.º 1 — 1782. — Dedicada à memória de Camões pelo Barão de Dillon. Na orla, a legenda: LUIZ DE (do lado esquerdo), CAMOENS (do lado direito). Busto de Camões, laureado, de frente, com gorjal de folhos e vestido com armadura.

R. — Dentro de uma coroa de louro, fechada em cima e atada em baixo com um laço, a inscrição em sete linhas horizontais: APOLLO — PORTUGUEZ — HONRA — DE — ESPANHA — NASCEO 1524 — MORREO 1579¹. No exergo, que está separado por um friso em que assenta a base da coroa, tem mais a seguinte legenda em quatro linhas: OPTIMO POETÆ — I. (OANNIS) T. (ALBOT) BARO DE DILLON — DEDICAVIT — 1782.

Æ. Diâmetro: 41 milímetros. M. b. c. Rara.

Outro exemplar, também de cobre, mal conservado e furado em cima.

Vem estampada nas seguintes obras: Lopes Fernandes, *Memória das Medalhas*, n.º 62; *Memoirs of the life and writings of Luiz de Camões* by John Adamson, F. S. A. 2 vols. London 1820, o anverso no frontispício do 2.º vol. e o reverso no do 1.º; *Bibliotheca Lusitana; or catalogue of Books and Tracts, relating to the History, Literature, and Poetry, of Portugal; forming part of the Library of John Adamson*, o anverso a p. 67 e o reverso a p. 72.

A respeito desta medalha nada mais podemos acrescentar ao que já é conhecido; por isso nos limitamos a compendiar em seguida as informações que colhemos em vários autores que dela trataram.

«Esta medalha, diz o Visconde de Juromenha², foi aberta pelo pae de Mr. Young, gravador residente em Holborn, o qual examinou, à pedido de Mr. Adamson, os papeis de seu pae para notícias relativas a esta medalha. Veiu gravada no *Gentleman's Magazine*, Abril 1784, e ahi se diz que o retrato da medalha tinha sido reproduzido

¹ Note-se que a data do falecimento de Camões foi modernamente fixada em 10 de Junho de 1580, pelo Visconde de Juromenha.

² *Obras de Luís de Camões*, vol. I, p. 433.

»de um quadro de que era possuidor o Marquez de Niza, nono descendente de Vasco da Gama, o descobridor da India e o heroe do Poema. Foi tambem gravada na obra de Clarke: *Progress of maritime Discovery*, e na obra de Mr. Adamson—Sir John Talbot Dillon, Baronet, foi Barão do Sacro Imperio, e falleceu em 1805; o seu actual representante é Sir John Dillon, Baronet, de Lismullen, co. Meall, que herdou tambem o titulo estrangeiro».

No final da biografia de Camões publicada nos *Retratos, e elogios dos Varões, e Donas, que illustraram a Nação Portugueza*, Lisboa 1817, diz-se: «O Barão de Dillon pela muita estima, que fazia do grande CAMÕES, a quem intentava traduzir na sua lingua Ingleza, mandou fundir em Inglaterra, e lhe dedicou uma medalha de bronze com o seu busto em uma face, e o nome LUIZ DE CAMÕES; e da outra no meio da coroa de louro a letra Portuguez, Apollo Portuguez, Honra de Hespanha, nasceu 1524, morreu 1579, e abaixo as palavras Latinas; Optimo Poetae J. T. Baro de Dillon dedicavit 1782. O P. Thomaz José de Aquino, Bibliothecario da R. Meza Censoria, que com toda a diligencia imprimiu expurgadas de todos os erros das edições anteriores as Obras do nosso Poeta em Lisboa na officina Luisiana pelos annos de 1779, e 1780 em 4 vol. 8.^o gr., e outra vez na officina de Simão Thaddeo Ferreira 1782, e 1783 em 5 vol. 8.^o peq., sem contradicção a mais completa de todas as edições, que delle tem sahido, mandou tambem em memória do sobredito Barão fundir em Lisboa pela Ingleza outra semelhante medalha, que fez publicar em 1793».

O Sr. Brito Aranha fez reproduzir no seu *Dicionário Bibliográfico*, vol. xiv, a seguir à p. 98, uma estampa, assinada por *Lucius sculps* 1795, na qual se representam as duas faces da chamada medalha de Tomás José de Aquino, acompanhadas da seguinte indicação: THOMAS IOSEPHUS AQUINIUS—CLARISS. BARONIS MEMOR,—OLISIPONE.—ITERUM—ÆRE INCIDI—C.—1793. Diz o referido autor que a estampa foi aberta a buril em chapa de cobre e que «também serviu para a que foi empregada na obra *Retratos e elogios de varões e donas*»¹.

Nunca vimos nenhum exemplar da chamada medalha de Tomás José de Aquino, cuja existência é confirmada pela inscrição que acom-

¹ Tendo consultado alguns exemplares desta obra não encontrámos em nenhum deles incluída a referida estampa, talvez por estarem incompletos, pois que, como diz Inocêncio (*Dicionário Bibliográfico*, vol. vii, p. 141) a obra poucas vezes aparece completa.

panha a gravura de Lucius e pelo testemunho do autor dos *Retratos e elogios*. Não podemos, portanto, verificar quais as diferenças que podem existir entre ela e a de Dillon, senão confrontando esta com a estampa, como fez o Sr. Brito Aranha, processo que julgamos pouco seguro, devido ao pouco escrúpulo que os artistas tinham antigamente em reproduzirem com fidelidade as medalhas nas estampas. Desse confronto vê-se que na de Dillon o nome do Poeta está assim escrito: CAMOENS e na estampa CAMOËS.

As primeiras linhas das inscrições dos reversos estão assim dispostas:

Na de Dillon:

APOLLO
PORTUGUEZ
HONRA
DE
ESPAÑA

Na de T. de Aquino:

APOLLO
PORTUGUEZ
HONRA
DE ESPANHA

O Visconde de Juromenha nas suas *Obras de Luís de Camões*, já citadas, vol. I, p. 434, referindo-se a Tomás José de Aquino diz: «Reproduziu a medalha do Barão de Dillon; é mais grossa e feita em Lisboa no anno de 1793, como se pode ver na obra intitulada: »*Retratos e elogios dos Varoens e Donas Portuguesas*».

Lopes Fernandes, a p. 50 da sua *Memória das medalhas*, referindo-se igualmente ao padre Aquino, diz: «Mandou tambem cunhar, em Lisboa, no anno de 1793, uma medalha dedicada a Luiz de Camões, que vimos de prata, perfeitamente simillhante á que mandou fazer o Barão de Dillon, e se conhece por ser um pouco mais grossa, como consta da biographia d'este nosso poeta, escripta por Pedro José de Figueiredo, e impressa em Lisboa 1817, na collecção dos *Retratos e Elogios dos Varões e Donas*».

Tanto o Visconde de Juromenha como Lopes Fernandes, não encontraram entre as duas medalhas nenhuma outra diferença senão a grossura; mas, salvo o devido respeito, cremos bem que nem um nem outro estudou o assunto convenientemente para poder fazer tal afirmação.

N.º 2—1819.—Dedicada à memória de Camões pelo Morgado de Mateus. Na orla, a legenda que começa do lado esquerdo, em baixo, e é interrompida em cima e no exergo: LVD. CAMOES. OB. A.C.—MDLXXIX. AET. LIV. Busto do Poeta, laureado, vol-

tado à esquerda, com gorjal de folhos e vestido com rica armadura. No corte do braço, a assinatura DONADIO F.

Br.—Na orla, em cima: LUSIADES¹, e no exergo, em duas linhas horizontais: D. I. M. SOVZA. EXCVDI. IVSSIT—A. MDCCXIX. Ao centro, a popa de um navio romano, com três espigões e ornamentada; do lado esquerdo uma espada e do lado direito uma trombeta.

Æ. Diâmetro: 50 milímetros. M. b. c. Rara.

Vem estampada nas seguintes obras: Lopes Fernandes, n.^o 91; *Memoirs of the life and writings of Luis de Camões*, by John Adamson, London 1820, 2 vols: o anverso a p. v, e o reverso a p. xiv; *Bibliotheca Lusitana; or Catalogue of Books and Tracts, relating to the History, Literature, and Poetry, of Portugal; forming part of the Library of John Adamson*, o anverso a p. 47 o reverso a p. 53. A estampa que representa o anverso da medalha publicada nas duas últimas obras vem reproduzida no *Dicionário bibliográfico* de Brito Aranha, vol. XIV (7.^o do suplemento), p. 240. Diz este autor que ela também foi publicada na obra: *The Lusiad of Luis de Camoens, Books I to V, Translated by Edward Quillinan, With notes by John Adamson*.

Vem sómente descrita nas *Obras de Luis de Camões*, pelo Visconde de Juromenha, vol. I, p. 434.

Esta medalha foi mandada gravar em Paris pelo Morgado de Mateus, D. José Maria de Sousa Botelho e Vasconcelos, pouco tempo depois de se concluir na mesma cidade a impressão da rica e monumental edição dos *Lusiadas*, feita à custa deste ilustre fidalgo².

Os cunhos e punções da medalha, as chapas de cobre que serviram para as estampas da edição dos *Lusiadas*, e bem assim os documentos que lhes diziam respeito, ficaram em poder do Morgado, e, vieram depois a pertencer a seu neto, o Conde de Vila Rial. Por morte deste, foram todos êsses objectos avaliados, em 1857, por Lopes

¹ Não se comprehende a razão porque o Morgado, depois de dar tam sobejas provas de patriotismo e sendo tam grande admirador de Camões, consentiu que nesta medalha se gravasse a palavra francesa *Lusiades* em vez da portuguesa *Lusiadas*.

² A edição tem a data de 1817 e o suplemento a de Junho de 1818. Vid. Brito Aranha, *Dicionário Bibliográfico*, vol. XIV, p. 111 e sgs. e Visconde de Juromenha, *Obras de Luis de Camões*, vol. I, p. 373 e sgs.

Fernandes, para figurarem no inventário que nessa data se fez¹. Os cunhos e punções avaliaram-se em 4.800 réis.

A respeito da medalha publicou o Visconde de Juromenha nas suas já citadas *Obras de Luís de Camões*, I, 382—a seguinte informação, que lhe foi enviada pelo Conde de Vila Rial: «A medalha »foi principiada em 1818 e acabada em Novembro de 1819. Foram »cunhadas dez em prata e cento e oito em cobre, das quais oito »ficam na casa da moeda. Custou por muito favor 2:000 francos² »e 100 de gratificação, e as medalhas 480,75 francos. Avaliaram »os cunhos em 3:000 francos. Também existe uma lista das pessoas »a quem meu avô deu esta medalha³. Charneca 17 de Março de »1856.—Conde de Villa Real.»

N.º 3—1821.—Comemorativa de Camões, pertencente à «séries numismática virorum illustrium», e gravada por Caqué. Na orla, a legenda: LUDOVICUS (do lado esquerdo) CAMOES (do lado direito). Há exs. com CAMOËNS e outras diferenças. No exergo, não separado por friso, a assinatura: CAQUÉ F. Busto do Poeta, voltado à direita, laureado e sem vestuário.

Rx.—Em nove linhas horizontais, a inscrição: NATUS—OLYSSIPONE—IN LUSITANIA—AN. M.D.XVII.—OBIIT—AN. M.D. LXXIX⁴.—SERIES NUMISMATICA—UNIVERSALIS VIRORUM ILLUSTRIUM.—M.DCCC.XXI.

No bordo tem gravado um punção seguido da palavra—CUIVRE—o que indica que a cunhagem se fez na Casa da Moeda de Paris.

Æ. Diâmetro: 41 milímetros. M. b. c.

¹ Colhemos esta informação num manuscrito inédito de Lopes Fernandes, pertencente ao nosso amigo o Sr. Henrique de Campos Ferreira Lima. Vid. também a *Memória das Medalhas*, p. 81.

² Esta quantia deve referir-se ao custo dos cunhos.

³ Em resposta a um pedido nosso, pelo que nos confessamos extremamente reconhecidos, dignou-se o Sr. D. Fernando de Sousa Botelho e Melo comunicar-nos, em carta de 11 de Fevereiro de 1914, que não encontrou e julga não existir esta lista entre os papéis do Morgado, que hoje pertencem a seu Pai, o Sr. Conde de Vila Rial. O Sr. D. Fernando de Sousa Botelho e Melo supõe, não obstante a declaração de Juromenha, que para a distribuição das medalhas, que se fez em 1819 e 1820, serviu a lista, anteriormente organizada, das pessoas a quem tinham sido oferecidos exemplares dos *Lusitadas*, a qual foi publicada por Juromenha. *Ob. cit.*, p. 379.

⁴ A respeito desta data, que está errada, vid. supra a primeira nota da medalha n.º 1.

Esta medalha faz parte de uma coleção intitulada *Series numismatica universalis virorum illustrium*, editada em Paris por Amédée Durand, entre 1818 e 1846. Este exemplar não tem a assinatura: *Durand edidit* que, segundo Forrer¹, costuma figurar nas medalhas por ele editadas.

Se não estamos em erro, vimos os cunhos das medalhas desta série na oficina do gravador Ch. Marey, 44, Quai des Orfèvres, em Paris.

Esta medalha serviu de modelo num concurso de gravadores na Casa da Moeda, do qual trataremos adiante.

N.º 4—1867.—Comemorativa da inauguração do monumento a Camões, em Lisboa. Na orla, a legenda que começa em baixo do lado esquerdo e é interrompida em cima e no exergo: **A LUIZ DE CAMÕES=A PATRIA RECONHECIDA**; no exergo, que não está separado por friso, uma estrelinha. Cabeça do Poeta, voltada à esquerda e com coroa de louro, atada, junto da nuca, com um laço que tem as pontas caídas.

No campo, por baixo do pescoço, a assinatura: **F. A. C. (Frederico Augusto de Campos)**.

R.—Dentro de uma coroa, feita com dois ramos bastante espessos, um de carvalho, outro de louro, presos em baixo com um laço e quase unidos em cima, a seguinte inscrição, em seis linhas horizontais: **IX—OUTUBRO—MDCCCLXVII—MONUM.**
INAUG.—EM—LISBOA.

Æ. Diâmetro: 56 milímetros. M. b. c.

Com o anverso igual ao desta medalha fez o seu autor uma outra, em 1880, para comemorar o Tricentenário de Camões (vid. adiante, n.º 7), e com os reversos das duas combinados fez ainda uma terceira que adiante se descreve sob o n.º 8.

Esta medalha foi feita na Casa da Moeda de Lisboa pelo gravador Frederico Augusto de Campos, certamente por ordem da comissão encarregada de erigir o monumento a Camões. Quando este se inaugurou, visto não estarem ainda concluídos os cunhos, fizeram-se provisoriamente, com o auxílio de um molde de gesso e pelo

¹ *Biographical Dictionary of Medallists*, s. v. «Durand».

processo da galvanoplastia, seis exemplares, para se distribuírem na ocasião da cerimónia, às Pessoas Riales e a alguns personagens de representação¹.

Cremos que êsses exemplares tinham o reverso liso.

*

Em 1860 o professor da Escola de Belas-Artes de Lisboa, António Vitor Figueiredo de Bastos, lembrou-se de fazer um modelo de gesso para um monumento a Luís de Camões e de o expor ao público numa sala da Câmara Municipal. O modelo agradou e fez com que se julgasse, enfim, oportuno o momento de se pôr em prática a ideia, várias vezes antes tentada em vão, de se erigir ao grande épico um monumento condigno. Pensou-se por isso em executá-lo por meio de subscrição pública, encarregando-se de a promover duas grandes comissões, sendo uma presidida pelo Duque de Saldanha e outra, auxiliar daquela, composta de senhoras da alta sociedade.

Obtida por este modo, e com o auxílio de um pequeno subsídio do Governo, a quantia necessária para se executar o monumento e tendo-se resolvido que este se colocasse na antiga Praça do Loreto, que passou depois a denominar-se de Luís de Camões, fez-se contrato com o escultor e nomeou-se uma sub-comissão para designar os personagens que deviam figurar as oito estátuas que no projecto rodeavam o pedestal, sendo designados os seguintes: Fernão Lopes, Gomes Eanes de Azurara, Pedro Nunes, Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros, Vasco Mousinho de Quebedo, Jerónimo Corte Rial e Francisco de Sá de Meneses².

Em 28 de Junho de 1862, realizou-se com grande aparato a cerimónia da colocação da primeira pedra e de um cofre de mármore, nos alicerces do monumento³.

Antes de enterrado foi o cofre levado à presença de El-Rei, sobre uma padiola conduzida por Castilho, Mendes Lial, Eugénio de Almeida e Silva Túlio, para o Soberano lhe meter dentro outro cofre,

¹ Vid. *Arquivo Pitoresco*, vol. x, 1867, p. 224.

² Vid. Silvestre Ribeiro, *História dos estabelecimentos científicos*, xvi, p. 215.

³ Vid. *Auto da solemnidade da collocação da pedra fundamental do monumento que se vai erigir ao grande Poeta nacional Luiz de Camões*. Este auto, que é muito extenso, vem publicado em várias obras como, por exemplo: *Arquivo Pitoresco*, v., 1862, p. 129, e António Feliciano de Castilho, *Obras completas*, xxxi, *Camões*, vol. iii, p. 51, da 3.^a edição.

de prata, que continha o auto da cerimónia, algumas moedas correntes e uma lámina de cobre prateado com uma inscrição¹.

Colocado em seguida no seu lugar, cobriu-se com uma laje que El-Rei ajustou batendo-lhe com um camartelo e lançando-lhe algum cimento.

A 9 de Outubro de 1867 inaugurou-se o monumento com grande pompa².

A Praça foi toda embandeirada e encheu-se completamente de gente. A estátua estava, como de costume, velada. Pelas 4 horas chegaram El-Rei D. Luís, El-Rei D. Fernando e o Infante D. Augusto e tomaram os seus lugares numa tribuna armada no lado Norte. Várias bandas militares tocaram então conjuntamente a marcha dedicada a Camões pelo maestro Artur Frederico Reinhardt. Organizou-se depois um cortejo que se encaminhou para junto do monumento e no qual se encorpararam os porteiros da Rial Câmara com as maças de prata, os reis de armas, arautos e passavantes, com suas cotas, corporações, tribunais, autoridades e convidados, a Câmara Municipal, a Academia Rial das Ciências, o Conselho Geral da Instrução Pública, lentes da Universidade de Coimbra, a Comissão dos subscritores do monumento, titulares, grandes do Reino, membros do Corpo Legislativo, Conselho de Estado, Ministério, e por último as Pessoas Riais, seguidas dos gentis-homens, e ajudantes de campo.

Junto do monumento falou em primeiro lugar o vice-presidente da Comissão e em seguida o Monarca. Depois, El-Rei D. Luís e El-Rei D. Fernando, puxando pelos cordões da cortina, fizeram descerrar a estátua. Nesse momento as tropas apresentaram armas, lançaram-se muitas girândolas de foguetes, deram-se salvas no Castelo e nos navios de guerra e as bandas militares tocaram a marcha dedicada a Camões por Guilherme Cossoul. Voltando o cortejo, com a mesma ordem, à tribuna rial, o vice-presidente da Comissão entregou a El-Rei o exemplar da medalha comemorativa da cerimónia.

¹ Esta inscrição foi redigida pelo abade Caetano Frascarelli, empregado na Nunciatura, e deu origem a uma polémica literária entre o seu autor e o professor do liceu António Caetano Pereira, por estar incorrecta. Os artigos que a este respeito se publicaram nos jornais, *A Nação* e *Jornal do Comércio*, foram reunidos num folheto intitulado: *Confirmação da censura feita á inscripção latina, introduzida no alicerce do monumento a Camões e refutação de todas as objecções que tem sido feitas contra a censura*, por António Caetano Pereira, Lisboa 1863.

² Vid. *Auto de inauguração do monumento consagrado a Camões*, que vem publicado, por exemplo, no *Arquivo Pitoresco*, vol. x, 1867, p. 219.

A estátua foi fundida na fábrica da Companhia Perseverança, então dirigida por José Pedro Colares Júnior¹.

N.º 5—1880.—Comemorativa do Tricentenário de Camões, mandada cunhar pela Comissão dos festejos do Pôrto. No arco superior da orla a legenda: A LUIZ DE CAMÕES, e no arco inferior: MDXXIV ▲ MDLXXX. Busto laureado do Poeta, voltado à esquerda, com gorjal de folhos e vestido com armadura. No corte do braço, a assinatura: J. DE SOUZA.

R.—No arco superior da orla o verso de Camões: «DIZEI, QUE OLHEM A MIM, CRERÃO A ELLA» e no arco inferior: MDCCCLXXX. Ao centro a palavra PROGREDIOR (divisa da Sociedade do Palácio de Cristal, promotora dos festejos) envolvida de resplendores e dentro de uma coroa feita com ramos de louro e carvalho ligados por uma fita na qual se lêem sucessivamente as seguintes legendas, que começam no lado esquerdo em baixo: UNIVERS.—1537—SEROES LX.—1543—AFRICA—1547—INDIA—1553—MECON—1558—VOLTA LX.—1570—LUSIADAS—1572—MORTE LX.—JUN. 10.

Æ. Diâmetro: 76 milímetros. M. b. c. Não é comum.

Esta medalha foi gravada por José de Sousa e cunhada na fábrica da Companhia Aurifícia do Pôrto, por ordem da Grande Comissão Portuense das festas do Centenário de Camões naquela cidade. Apenas se cunharam 120 exemplares de cobre, na presença dos representantes da Comissão, sendo logo depois desse acto inutilizados os cunhos, o que tudo consta do seguinte auto, que se imprimiu em folha avulsa para acompanhar a medalha e do qual possuímos um exemplar²:

«Auto

«No dia oito de Junho do anno de Nossa Senhor Jesus Christo »de mil oitocentos e oitenta, anno do Centenario de Camões, compa- »receram no edificio da Companhia Aurifícia os abaixo assignados, »como representantes da Comissão executiva das festas do Cente- »nário, a fim de assistirem á cunhagem da medalha commemorativa »das festas da GRANDE COMISSÃO PORTUENSE, no Palacio de Crys- »tal, cujo auctor é o artista gravador Snr. José de Souza.

¹ No *Diário de Notícias*, de 7 de Setembro de 1907, na secção o *Diário de Notícias* há quarenta anos, vem reproduzida com bastante desenvolvimento a história da fundição da estátua.

² Também vem reproduzido no *Catálogo das moedas e medalhas portuguesas e estrangeiras da Sociedade Martins Sarmento*, p. 69, nota.



«Depois de tirados 120 exemplares em cobre, que contámos, foram os cunhos destruidos em nossa presença, e nós abaixo assignados attestámos que da referida medalha não se cunhou nenhum exemplar além do numero supra citado de cento e vinte e que os cunhos foram inutilisados de modo a não poderem mais servir para outra tiragem.

«Assignado no Porto, Sala das sessões da Grande Commissão Portuense das festas do Centenario de Luiz de Camões, aos 8 de Junho de mil oitocentos e oitenta.

«Os delegados especiaes, representantes da Commissão executiva das festas do Centenario, *Augusto Luso da Silva*, Membro da Comissão Dramatica. *Thadeu Maria d'Almeida Furtado*, Membro da Comissão Artística. *Tito de Noronha*, Membro da Comissão Literaria. *Manuel Benjamin Coelho Guimarães*, Membro da Comissão Musical. *Guilherme Theodoro Rodrigues*, Director do Palacio de Crystal».

N.º 6 — 1880. — Comemorativa do Tricentenário de Camões e do assentamento da pedra fundamental do novo edifício do Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro. No arco superior da orla, a legenda TERCEIRO CENTENARIO DE CAMÕES, e no arco inferior, que daquele está separado por dois florões, a data: 10 DE JUNHO DE 1880. Busto de Camões, levemente voltado à esquerda, com gorjal de folhos e fato liso, e envolvido por uma coroa de louro. No campo do lado direito, junto da coroa, a assinatura: JANVIER.

R. — Na orla, a legenda que começa do lado esquerdo, em baixo: ASSENTAMENTO DA PEDRA FUNDAMENTAL DO NOVO EDIFÍCIO; no campo outra legenda que começa do lado esquerdo, em cima, e segue a direcção inversa da primeira: GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. Busto de Minerva com capacete e cota de armas e os cabelos caídos, voltado à esquerda. No capacete está gravado um cavalo alado e por cima do ombro direito aparece a ponta de um sceptro ornamentada. No exergo, um florão e no campo, junto do corte do busto, a assinatura: JANVIER. O tipo desta face representa o emblema do Gabinete.

Æ. Diâmetro: 61 milímetros. M. b. c.

Meili, *Die auf das Kaiserreich Brasilien bezüglichen Medaillen*, n.º 105; Viscondeza de Cavalcanti, *Catálogo das medalhas brasileiras*, n.º 154; *O Ocidente*, vol. III, 1880, p. 148 (estampa), p. 143 (noticia).

Para comemorar a celebração do Tricentenário de Camões e o lançamento da pedra fundamental do seu novo edifício, mandou a Direcção do Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro, cunhar esta medalha da qual se fizeram 3 exemplares de ouro e 297 de cobre, ao todo 300, que foram oferecidos a diversas pessoas e a vários museus, jornais, corporações e bibliotecas, como consta de uma lista publicada no *Relatório da Directoria* de 1880 (documento VI dos anexos). Um dos exemplares de ouro ficou para o Gabinete, outro foi oferecido a El-Rei D. Luís e o terceiro ao Imperador do Brasil.

O desenho para a medalha foi executado por Ângelo Agostini¹. Os cunhos supomos que se fizeram em Paris.

Da entrega do exemplar a D. Luís encarregaram-se o Conselheiro João de Andrade Corvo e o livreiro António Maria Pereira Júnior, correspondente do Gabinete, o qual foi também encarregado de distribuir outros exemplares em Lisboa e em diversos países da Europa².

Todos êsses exemplares chegaram a Lisboa em 15 de Maio de 1880³.

*

O Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro, muito conhecido e notável centro de reunião dos portugueses ali residentes, fundou-se em 1837, por iniciativa do Dr. José Marcelino da Rocha Cabral e de Francisco Eduardo Alves Viana⁴. Esteve primitivamente instalado numa modesta casa na Rua de S. Pedro e depois mudou-se sucessivamente para a Rua da Quitanda, em 1842, e para a Rua dos Beneditinos, em 1850.

Em 1878 teve o Gabinete a lembrança de celebrar o Centenário de Camões, no dia 10 de Junho de 1880 e de aproveitar essa ocasião para lançar a pedra fundamental de um novo edifício⁵, que ele pretendia mandar construir à custa de um fundo especial, criado alguns anos antes, e aumentado pouco a pouco, por meio de acções e donativos.

¹ Vid. *Relatório da Directoria do Gabinete Português de Leitura*, em 1880, p. 18.

² *Ibidem*, p. 28.

³ (*Diário de Notícias*, de 16 de Maio de 1880).

⁴ Vid. Reinaldo Carlos Montoro, *Notícia Histórica*, apensada à edição dos *Lusiadas* publicada pelo Gabinete.

⁵ Vid. *Relatório da Directoria* em 1878, p. 10, e o de 1879, p. 10.

Na sessão do Conselho deliberativo, de 18 de Junho de 1879, aprovou-se por unanimidade aquela lembrança, encarregou-se a Direcção de a executar e resolveu-se mandar imprimir uma edição monumental dos *Lusiadas*¹.

A 10 de Junho de 1880, conforme estava determinado, realizou-se com grande aparato a cerimónia do lançamento da pedra fundamental do novo edifício, na presença do Imperador, de altos personagens da corte, de autoridades e de várias associações², sendo nessa ocasião entregue a D. Pedro II um exemplar de ouro da medalha comemorativa deste acontecimento³.

À noite houve um festival, promovido pelo Gabinete, no «Teatro Imperial de D. Pedro II».

O novo edifício é de estilo *Manuelino* e ornamentado com várias estátuas que foram executadas pelo distinto escultor o Sr. José Simeões de Almeida Júnior. Construíu-se nuns terrenos situados na Rua da Lampadosa, que desde então passou a denominar-se de Luís de Camões.

N.º 7—1880.—**Comemorativa do Tricentenário** (feita por F. A. de Campos). Na orla, a legenda que começa em baixo do lado esquerdo e é interrompida em cima e no exergo: **A LUIZ DE CAMÕES—A PATRIA RECONHECIDA**; no exergo uma estrelinha. Cabeça do Poeta, voltada à esquerda e com coroa de louro atada, junto da nuca, com um laço cujas pontas estão caídas. No campo, por baixo do pescoço, a assinatura F. A. C. (Frederico Augusto de Campos).

R.—Dentro de uma coroa feita com dois ramos bastante espessos, um de louro e outro de carvalho, ligados em baixo com um laço e quase unidos em cima, a seguinte inscrição, em sete linhas horizontais: X—JUNHO—MDCCCLXXX—TRICENTENARIO—DE—CAMÕES—LISBOA. No exergo, por baixo do laço, a assinatura: F. A. C.

A. Diâmetro: 56 milímetros. M. b. c.

Outro exemplar de estanho. M. b. c.

O anverso desta medalha é igual ao de uma outra, feita pelo mesmo autor em 1867, comemorativa do monumento de Camões. Vid. supra, medalha n.º 4.

¹ Relatório de 1879, p. 15.

² Ibidem, 1880, p. 7 e sgs.

³ Ibidem, p. 10.

O cunho do reverso serviu também para a medalha que a seguir vai descrita com o n.º 8.

Esta medalha foi feita, por especulação mercantil, pelo gravador da Casa da Moeda, Frederico Augusto de Campos, tendo sido posta à venda em vários estabelecimentos, por ocasião do Centenário, como consta do seguinte anúncio publicado no *Diário de Notícias*, de 8 de Junho de 1880, p. 4: «Medalha commemorativa do tricentenario de »Luiz de Camões—gravada por Frederico Augusto Campos—Acha-»-se á venda nos estabelecimentos dos Srs. Magalhães e Baltresqui, »no Chiado; Ramalho, Rua da Prata, 51, Veríssimos, Praça de Luiz »de Camões».

N.º 8—1880.—Comemorativa do Tricentenário e alusiva ao monumento.

Dentro de uma coroa, feita com dois ramos bastante espessos, um de louro e outro de carvalho, ligados em baixo por um laço e quase unidos em cima, a seguinte inscrição em sete linhas horizontais: X—JUNHO—MDCCCLXXX—TRICENTENARIO—DE—CAMÕES—LISBOA. No exergo, por baixo do laço, a assinatura, F. A. C.

Ex.—Dentro de uma coroa, feita com dois ramos bastante espessos, um de carvalho, outro de louro, presos em baixo com um laço e quase unidos em cima, a seguinte inscrição em seis linhas horizontais: IX—OUTUBRO—MDCCCLXVII—MONUM. INAUG.—EM—LISBOA.

Æ. Diâmetro: 56 milímetros. M. b. c.

Esta medalha foi feita com o cunho do reverso da medalha antecedente (n.º 7), combinado com o de uma outra medalha, feita pelo mesmo autor em 1867, comemorativa do monumento a Camões. Vid. supra, n.º 4.

N.º 9—1880.—Comemorativa do Tricentenário e dedicada à Imprensa, por Molarinho. Na orla, a legenda que começa do lado esquerdo em baixo e é interrompida em cima e no exergo: BRAÇO ÁS ARMAS FEITO—MENTE ÁS MUSAS DADA (conhecidos versos dos *Lusiadas*, C. X, Est. CLV). No rebordo, em cima: DEDICADA Á IMPRENSA. Busto do Poeta, voltado à esquerda, com gorjal de folhos, armadura, e coroa de louro, atada junto da nuca com um laço que tem as pontas caídas. No exergo, junto do corte do braço, a assinatura: MOLARINHO. F.

B.—Na orla, que está limitada por uma circunferência, a legenda assim dividida: no arco superior: TRICENTENARIO DE LUIZ DE CAMÕES, e no arco inferior, que daquele está separado por duas estrelinhas, a data: 10 DE JUNHO DE 1880.

Segmento do globo solar, ornamentado com uma grinalda de louro, e a projectar raios de luz sobre um segmento da esfera terrestre em que estão esboçadas a Europa, a Ásia e o norte da ÁFRICA no qual está gravado este nome.

Aos lados há duas figuras aladas, vestidas com leves roupagens e com os pés cortados pela orla, as quais estão a sustentar, cada uma com o seu braço, a grinalda de louro. A da esquerda, a *Lusitânia*, tem no braço direito o escudo das Armas Riaias, e a da direita, a Fama, sopra na competente tuba. Do peito desta última desprende-se uma fita, que atravessa o globo terrestre e que tem inscrito: E SE MAIS MUNDO HOUVERA LA CHEGARA (verso de Camões).

Æ. Diâmetro: 54 milímetros. M. b. c.

A respeito desta medalha apenas sabemos o que dela consta: comemora o Tricentenário de Camões, foi feita pelo gravador José Arnaldo Nogueira Molarinho, do Pôrto, e por ele dedicada à Imprensa.

N.º 10—1880.—Comemorativa do Tricentenário mandada cunhar pela Sociedade de Geografia.

Na orla, que é um pouco mais saliente do que o centro, a legenda, que começa do lado esquerdo em baixo: POR MARES NUNCA D'ANTES NAVEGADOS (*Lusiadas*, C. I, Est. 1); no exergo, um florão. Escudo das armas portuguesas, assente na esfera armilar. Por baixo desta, do lado esquerdo, a assinatura L. C. (Luciano Cordeiro) INV. e do lado direito: C. L. (Casimiro Lima) GRV. O tipo e a legenda desta face constituem o emblema e divisa da Sociedade de Geografia.

B.—Em nove linhas horizontais, a inscrição: A—CAMÕES—A—SOCIEDADE—DE—GEOGRAPHIA—DE—LISBOA—MDCCCLXXX.

Por baixo, um florão.

Æ. Diâmetro: 50 milímetros. M. b. c.

Esta medalha foi mandada cunhar pela Sociedade de Geografia de Lisboa, a qual tencionou oferecer exemplares ao Rei, à Câmara

Municipal, à secção da Sociedade no Rio de Janeiro, à Associação da Imprensa, etc.¹

O tipo do anverso, executado pelo secretário perpétuo, Luciano Cordeiro, é o mesmo do da medalha insígnia para os sócios. Os cunhos foram gravados gratuitamente por Casimiro José de Lima².

A cunhagem começou em Maio de 1880³; mas antes de se concluir anunciou-se que quem quisesse adquirir a medalha podia requisitá-la na sede da Sociedade, inscrevendo ali o seu nome e depositando 1\$800 réis, que era o preço de cada exemplar com estôjo.

Os subscritores da província tinham de enviar 2\$000 réis em vale do correio, se quisessem que a medalha lhes fosse remetida. No *Diário de Notícias*, de 31 de Maio de 1880, prometeu-se publicar a lista das pessoas que a adquirissem e declarou-se que até o fim de Maio mais de 200 pessoas a tinham pedido.

Também esteve à venda na Camisaria Central, na Praça do Loretto, 120, pelo referido preço de 1\$800 réis, incluindo o estôjo⁴.

N.º 11—1880.—Comemorativa do Tricentenário. Na orla, a legenda que começa do lado esquerdo em baixo e é interrompida em cima e no exergo: TRICENTENARIO—DE CAMÕES. Busto do Poeta, com o corpo de frente e a cabeça um pouco voltada à esquerda, com vestuário simples e gorjal de folhos.

R.—Dentro de uma coroa feita com dois ramos de louro, soltos em cima e ligados em baixo com um nó, a inscrição em cinco linhas horizontais: 10—DE—JUNHO—DE—1880.

No alto tem adaptada uma argola com a forma de uma coroa de louro.

Æ. Diâmetro: 47 milímetros. M. b. c.

A respeito desta medalha, que é evidentemente de origem estrangeira, nada de positivo conseguimos saber. No entanto aqui deixamos registadas as seguintes notícias que, apesar de se contradizerem em parte, talvez lhe digam respeito:

«*Diário de Notícias* de 28 de Maio de 1880. Temos uma nova medalha comemorativa do centenario, muito graciosa e de uma acquisição ao alcance de todos. Foi mandada fazer na Belgica pelo

¹ *Diário de Notícias*, de 16 de Maio de 1880.

² *Ibidem*, de 28 de Abril de 1880.

³ *Ibidem*, de 16 de Maio de 1880.

⁴ *Ibidem*, de 8 de Junho de 1880.

»sr. Cenlemans, do *Magazin Belge* da Rua do Alecrim. O anverso »é ocupado por um bello busto de Camões, tendo no exergo¹ a le- »genda: *Tricentenario de Camões*. No reverso uma coroa de louro »rodeia esta inscripção: 10 de Junho de 1880. A medalha, fortemente »bronzeada, pende de uma pequena coroa. Ha dois padrões. O maior »custa apenas 500 réis, um mais pequeno é de 200 réis».

«*Diario de Noticias*, de 10 de Junho de 1880: Uma casa de Paris »mandou cunhar uma linda medalha de cobre para o centenario. Tem »de um lado o busto de Camões muito bem estudado e de nobilissimo »aspecto com o lemma *Tricentenario de Camões*, e do outro, entre »duas franças de carvalho, a data 10 de Junho de 1880. A argola »para dependurar representa tambem uma coroa de louro. Tivemos »um exemplar d'esta medalha, que não pode ser distribuida pelo cen- »tenario, por não haver tempo de a mandar vir, por obsequio do nosso »amigo o Sr. Joaquim Antonio Pacheco, proprietario da Livraria Ca- »tholica».

N.º 12—1880.—**Comemorativa do Tricentenário.** Na orla, a legenda que começa do lado esquerdo, em baixo, e é interrompida em cima e no exergo: TRICENTENARIO—DE CAMÕES. Busto lau- reado do Poeta, com o corpo de frente e a cabeça levemente voltada à esquerda, com gorjal de folhos e vestido com ar- madura.

B.—Dentro de uma coroa, feita com dois ramos de louro, separados no alto e ligados em baixo com um laço, em cinco linhas horizontais, a data: 10—DE—JUNHO—DE—1880.

No alto têm saliência com orifício. AE. dourado. Diâme- tro: 28 milímetros.

Outro exemplar de AE. prateado. M. b. c.

Outro exemplar de AE. sem saliência.

Esta medalha é muito vulgar. Cremos que foi usada ao peito, com fita azul e branca, por muitas pessoas que tomaram parte nos festejos do Tricentenário de Camões.

Ignoramos quem foi o seu autor e o sítio onde foi feita. A ela se refere, talvez, o seguinte anúncio que vem publicado no *Diário de Notícias*, de 21 de Maio de 1880: «Vimos o cunho de uma medalha

¹ O redactor queria referir-se certamente à orla e não ao exergo.

»que se está fazendo para commemoração do tricentenario de Camões.
 »Traz na frente o busto do immortal poeta com a divisa — Tricente-
 »nario de Camões — e no verso a data — 10 de Junho de 1880 —
 »com coroa de louros. É trabalho de primeira ordem, sobressaindo
 »pelo primor com que está executado o busto em relevo do festejado
 »poeta. Consta-nos que esta medalha em metal prateado é destinada
 »a ser offerecida, pelo modico preço de 80 réis, a todas as associa-
 »ções que se incorporarem na procissão civica do dia 10 de Junho.»

N.º 13 — 1880. — Comemorativa do Tricentenário. Na orla, a legenda que começa do lado esquerdo, em baixo, e é interrompida em cima e no exergo: **LUDOVICUS — CAMOES**. Busto do Poeta, laureado, sem vestuário, voltado à direita. No exergo, a assinatura **FREIRE. F.**

B. — Em sete linhas horizontais, estando a última separada por um traço, a inscrição: **OS — PORTUGUEZES — COMMEMO-
 RANDO — O TRICENTENARIO — DE — CAMÕES — M. DCCC. LXXX.**

AR. Diâmetro: 42 milímetros. M. b. c.

Outro exemplar de **Æ. M. b. c.**

Outro exemplar de **PB. M. b. c.**

Esta medalha foi mandada cunhar, por especulação mercantil, pelo Sr. Eduardo Estanislau de Sousa, gravador estabelecido na Rua do Ouro, esquina da Rua da Vitória, junto da igreja.

Para o anverso aproveitou-se o cunho da medalha-prova, feita em 1830 por Borja Freire para um concurso de gravadores na Casa da Moeda⁴, e que o Sr. Sousa adquiriu por falecimento daquele artista.

N.º 14 — 1880. — Comemorativa do Tricentenário. Na orla, a legenda que começa do lado esquerdo, em baixo, e é interrompida em cima e no exergo: **LUIZ DE — CAMÕES**. Busto do Poeta, laureado, sem vestuário, voltado à direita. Este busto é copiado do que figura na medalha antecedente.

B. — Dentro de uma corôa de rosas, fechada, em quatro linhas, a inscrição: **3.º — CENTENARIO — 10 DE JUNHO — 1880.**

PB. fundida e bronzeada. Diâmetro: 40 milímetros. M. b. c.

Outro exemplar igual.

⁴ Vid. adiante os pormenores dêste concurso.

Esta medalha foi feita por Domingos Venâncio, antigo empregado na oficina de galvanoplastia da Imprensa Nacional.

N.º 15—1880.—**Comemorativa do Tricentenário.** Na orla, a legenda que começa em baixo: MEDALHA COMMEMORATIVA DO 3.º CENTENARIO DE LUIZ DE CAMÕES. No exergo, entre as extremidades da legenda, um florãozinho.

Armas Riais Portuguesas, ornamentadas com dois ramos, um de louro, outro de carvalho, enleados em duas palmas e presos em baixo com um laço. No alto tem saliência com orifício.

R.—No arco superior da orla a legenda: PORTUGAL A CAMÕES, e no arco inferior, que daquele está separado por dois florãozinhos: 10 DE JUNHO DE 1880. Estátua de Camões erigida em Lisboa com o respectivo pedestal truncado na base.

Metal amarelo. Diâmetro: 32 milímetros. M. b. c.

Não sabemos quem foi o autor desta medalha, que não é comum.

N.º 16—1880.—**Comemorativa do Tricentenário.** Busto do Poeta, laureado, voltado à esquerda, com gorjal de folhos, vestido com armadura e envolvido por uma coroa feita com dois ramos de louro, soltos em cima e presos em baixo com um laço. Não tem legenda nesta face.

R.—Em quatro linhas a inscrição: CENTENARIO—DE—CAMÕES—1580—1880.

No bordo, em cima, tem um arquinho no qual se prende uma fita azul e uma passadeira com gancho.

PB. Diâmetro: 25 milímetros. M. b. c. Esta medalha é muito toscamente feita.

Foi-nos oferecida pelo falecido bibliófilo o Sr. Aníbal Fernandes Tomás.

A ela se refere talvez o seguinte anúncio publicado no *Diário de Notícias*, de 7 de Junho de 1880, 4.ª página: «A Camões. Medalhas »Gratidão a 40 réis. Grande abatimento para revender. Precisam-se »rapazes para vendedores ambulantes. Depósito na rua de Santo António da Sé, 1».

N.º 17—1880.—**Comemorativa do Tricentenário.** No arco superior da orla, a legenda: A LUIZ DE CAMÕES e no arco inferior que daquele

está limitado por dois florõezinhos, a data: 1880. No centro, que está separado da orla por duas circunferências, a cabeça do Poeta, voltada à esquerda; por fora da legenda circunferência de pontos.

B.—Na orla circunferência de bolinhas e ao centro a concavidade correspondente à cabeça que aparece no anverso; campo radiado.

No alto tem uma saliência com orifício que é atravessado por um alfinete ao qual se prende um lacinho de fita azul e branca.

AR. Diâmetro: 14 milímetros. Não é comum.

Esta medalha, como averiguámos, foi mandada fazer, por especulação mercantil, por um antigo ourives da Rua do Ouro, em Lisboa, José Isidoro de Seixas. A ela se refere o seguinte anúncio, publicado no *Diário de Notícias*, de 15 de Maio de 1880: «O Sr. José Isidoro de Seixas, ourives do ouro, estabelecido no respectivo arruamento, fez uma pequena medalha popular destinada a comemorar o centenario, mandando tirar exemplares em ouro e em prata. Teem fita azul e branca. O exemplar em prata é destinado ao preço de 200 reis».

Consta-nos que ficaram por vender muitos exemplares que, passado o Centenário, foram comprados em globo pelo Sr. Cunha, conhecido ourives da Rua Nova da Palma. Estas medalhas não foram todas feitas com o mesmo cunho. Existem, pelo menos, duas variantes.

N.º 18—1880.—Comemorativa do Tricentenário, feita por Cassiano Maia. Na orla, duas circunferências e a legenda que começa do lado esquerdo e é interrompida em cima e no exergo: LUIZ DE—CAMÕES. Busto do Poeta, laureado, vestido com armadura e gorjal de folhos, voltado de perfil para a esquerda. No corte do braço, a assinatura: MAIA (Cassiano Augusto Vidal da).

B.—Na orla, duas circunferências e a legenda que começa em baixo: TRICENTENARIO DE LUIZ DE CAMÕES. Entre as extremidades da legenda, um ponto. Ao centro, em quatro linhas horizontais, a data: 10—DE JUNHO—DE—1880.

No alto tem uma saliência para nela se adaptar uma argola.

AR. Diâmetro: 30 milímetros. M. b. c.

Outro exemplar de estanho. M. b. c., com argola de arame.

Esta medalha foi feita, por especulação mercantil, pelo gravador Cassiano Maia, tendo estado à venda em vários estabelecimentos de Lisboa por ocasião do Tricentenário.

N.º 19—1880.—Comemorativa do Tricentenário, feita por Cassiano Maia. Na orla, a legenda que começa do lado esquerdo e é interrompida em cima e no exergo: LUIZ DE—CAMÕES. Busto do Poeta, laureado, vestido com armadura e gorjal de folhos, voltado de perfil para a esquerda. No corte do braço a assinatura: MAIA. Este busto é igual ao que figura na medalha antecedente.

R.—No arco superior da orla, a legenda: .NASC. 1524 FALL. 1580. No campo, uma espada e uma pena, cruzadas sobre uma coroa de louro que está ligada em baixo com um laço. Por baixo deste emblema, a seguinte estrofe de Camões, em nove linhas horizontais: E AINDA, NYMPHAS MINHAS, NÃO BASTAVA—QUE TAMANHAS MISERIAS ME CERCASSEM,—SENÃO QUE AQUELLES QUE EU CANTANDO ANDAVA,—TAL PREMIO DE MEUS VERSOS ME TORNASSEM:—A TROCO DOS DESCANSOS QUE ESPERAVA,—DAS CAPELLAS DE LOURO QUE ME HONRASSEM,——TRABALHOS NUNCA USADOS ME INVENTARAM,—COM QUE EM TÃO DURO ESTADO ME DEITARAM.—LUS. C. VII EST. LXXXI.

Por baixo desta inscrição há mais a seguinte legenda, escrita em duas linhas separadas por um travessão, sendo a primeira horizontal e a segunda curva: 3.º CENTENARIO—10 DE JUNHO DE 1880.

Æ. dourado. Diâmetro: 31 milímetros. M. b. c.

Outro exemplar igual. PB. M. b. c.

Outro exemplar levemente variado dos antecedentes por ter a legenda do anverso um pouco mais afastada da orla.

Æ. M. b. c.

Esta medalha foi feita, como a antecedente, por especulação mercantil, pelo gravador Cassiano Maia.

N.º 20—1880.—Comemorativa da fundação do Ateneu Comercial de Lisboa. Na orla, a legenda que começa do lado esquerdo e é interrompida em cima e no exergo: LUIZ DE—CAMÕES. Busto do Poeta, laureado, vestido com armadura e gorjal de

folhos, voltado de perfil para a esquerda. No corte do braço, a assinatura: MAIA. Esta face é igual à da medalha supra descrita com o n.º 19.

B.—Divisa e emblema do Ateneu: no arco superior da orla: ATHENEU COMMERCIAL DE LISBOA, e no arco inferior, que daquele está separado por florõesinhos, a data da fundação: 10 DE JUNHO DE 1880. Figura de Mercúrio, de pé sobre a esfera armilar, apenas coberto com um leve pano, com o corpo voltado a $\frac{3}{4}$ para a esquerda e a cabeça de perfil, e com asas nos pés e no barrete; na mão esquerda, que está caída, tem uma pasta e com a outra, que está estendida, segura a vara simbólica⁴.

AR. Diâmetro: 31 milímetros. M. b. c.

Outro exemplar de cobre. M. b. c.

Outro exemplar de estanho. M. b. c.

Esta medalha é bastante rara.

Vem estampada no livro do Sr. Vítor Ribeiro, *O Ateneu Comercial de Lisboa*, a seguir à p. 14, e no *Diário de Notícias*, de 10 de Junho de 1905, p. 5.

Pelas investigações a que procedemos para o estudo desta medalha concluímos que Cassiano Maia se lembrou de a fazer, espontaneamente, na esperança de que o Ateneu ou os sócios lh'a adquirissem, como recordação ou para a usarem como insígnia.

O nosso amigo o Sr. Vítor Ribeiro limitou-se a reproduzi-la em estampa no seu citado livro sobre o Ateneu, por não ter encontrado, até a data em que o publicou, nenhum documento que lhe dissesse respeito. Conseguiu, porém, averiguar depois o seguinte, que teve a amabilidade de nos comunicar, em carta datada de 25 de Abril de 1906, que muito lhe agradecemos:

Cunharam-se exemplares de ouro, de prata e de cobre; os membros da direcção não aceitaram o facto com agrado e por isso ninguém comprou a medalha; em 1905, pouco mais ou menos, pensou-se

⁴ Possuímos uma medalha de estanho, que é evidentemente uma prova sem importância, feita com o cunho do reverso desta medalha, n.º 20, combinado com o do reverso da medalha n.º 19.

em adquirir os cunhos para o Ateneu mas não se encontraram. Pensou-se também, há muitos anos, em se comprar um exemplar de ouro; mas não se chegou a levar a efeito tal compra.

*

A classe dos empregados no comércio de Lisboa, querendo tomar parte na celebração do Tricentenário de Camões, resolveu, por intermédio de uma comissão executiva, encorporar-se no cortejo cívico, que então se realizou, e abrir uma subscrição entre os membros da classe, cujo produto se destinou em parte, para ser distribuído em esmolas por famílias necessitadas e a outra parte, à fundação de uma sociedade de instrução, que adoptou o título de Ateneu Comercial e foi solenemente inaugurada em 10 de Junho de 1880¹.

N.º 21—1880.—Comemorativa da fundação da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses. Na orla, a legenda que começa do lado esquerdo e é interrompida em cima e no exergo: **LUIZ DE—CAMÕES.** Busto do Poeta, laureado, vestido com armadura e gorjal de folhos, voltado de perfil para a esquerda. No corte do braço, a assinatura: **MAIA.** Esta face é igual à das medalhas antecedentes, n.ºs 19 e 20.

R.—Na orla, a legenda que começa em baixo: **ASSOCIAÇÃO DOS JORNALISTAS E ESCRIPTORES PORTUGUEZES.** No exergo, entre as extremidades da legenda, uma estrelinha. Emblema composto com uma coroa de louro, aberta em cima e ligada em baixo com laço, na qual estão, atravessados e sobrepostos, três livros, uma fólfha de papel que tem gravado o retrato de Camões e o nome do jornal **OCCIDENTE**, e um tinteiro em que está metida uma pena. Por baixo do emblema, numa linha curva, a data: **10 DE JUNHO DE 1880.**

AE. dourado. Diâmetro: 31 milímetros. M. b. c.

Outro exemplar de PB. M. b. c. Esta medalha não é comum.

Cassiano Maia dedicou esta medalha à Associação dos Jornalistas na esperança de que estes lha adquirissem para a usarem como insígnia, mas não o conseguiu. Um exemplar esteve exposto na exposi-

¹ Para a história desenvolvida do Ateneu vid. o já citado livro do Sr. Vítor Ribeiro, que é muito completo.

ção camoneana, que se realizou na Sociedade de Geografia, por ocasião do Tricentenário¹, e outro foi oferecido pelo autor ao primeiro secretário da Comissão Executiva da Imprensa, o qual por sua vez o ofereceu ao presidente honorário da assembléa, António Rodrigues Sampaio².

Provavelmente, a resolução tomada pelo gravador de fazer esta medalha, foi-lhe sugerida pela leitura do projecto para o programa dos festejos camoneanos, apresentado por Teófilo Braga na primeira reunião da Grande Comissão da Imprensa de Lisboa, o qual continha o seguinte alvitre que não teve execução:... «subscrição entre os jornalistas para uma medalha dos jornalistas a Camões, sendo um exemplar em ouro a insignia do presidente da associação dos jornalistas e escriptores»³.

*

A Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses fundou-se em 10 de Junho de 1880, em virtude de uma proposta apresentada por Eduardo Coelho, numa reunião preparatória de representantes da Imprensa, que, a convite da redacção do jornal *O Commercio de Lisboa*, se realizou, em 3 de Abril de 1880, na sede da Sociedade de Geografia. O seu primeiro presidente foi António Rodrigues Sampaio, decano dos jornalistas portugueses e redactor da *Revolução de Setembro*. Depois de inaugurarem solenemente a Associação os jornalistas foram encorporar-se no cortejo cívico que naquele dia se realizou em honra de Camões⁴.

N.º 22—1881.—Comemorativa da inauguração do monumento a Camões, em Coimbra. Na orla, a legenda que começa do lado esquerdo e é interrompida em cima e no exergo: LUIZ DE CAMÕES. Busto do Poeta, laureado, vestido com armadura e gorjal de folhos, voltado de perfil para a esquerda. No corte do braço, a assinatura: MAIA. Esta face é igual à das medalhas antecedentes, n.ºs 19, 20 e 21.

Na orla, a legenda que começa em baixo: INAUGURAÇÃO DO MONUMENTO DE CAMÕES. No exergo, entre as extremidades da legenda uma estrelinha, ladeada por dois pontos e dois traços. Dentro de uma coroa de louro, aberta em cima e ligada em baixo

¹ *Diário de Notícias*, de 10 de Junho de 1880.

² *Ibidem*, de 15 de Junho de 1880.

³ Vid. Brito Aranha, *Dicionário Bibliográfico*, vol. xv, p. 28.

⁴ *Id., ibid.*, vol. xv, Doc. 7, a p. 24 e sgs., e Doc. 78, a p. 139 e sgs.

com um laço, em quatro linhas, a data, 8—DE—MAIO DE—1881. Por baixo da coroa numa linha curva: COIMBRA.

Æ. dourado. Diâmetro: 31 milímetros. M. b. c.

Outro exemplar de estanho. M. b. c.

Esta medalha não é comum.

N.º 23—1881.—**Outra referente ao mesmo facto** (monumento a Camões em Coimbra). Na orla, a legenda que começa do lado esquerdo e é interrompida em cima e no exergo: LUIZ DE—CAMÕES. Busto do Poeta, laureado, vestido com armadura e gorjal de folhos, voltado de perfil para a esquerda. No corte do braço, a assinatura: MAIA. Esta face é uma cópia reduzida da das medalhas antecedentes: n.ºs 19, 20, 21 e 22.

Æ.—No arco superior da orla a legenda: 8 DE MAIO DE 1881, e no arco inferior, que daquele está separado por dois pontos: COIMBRA. Ao centro, uma pena e um florete cruzando-se sobre uma coroa de louro que é aberta em cima e está ligada em baixo com um laço.

Tem uma saliência com orifício destinado a argola.

AR. Diâmetro: 18 milímetros. M. b. c. Não é comum.

Estas duas últimas medalhas relacionam-se com o monumento a Camões que se inaugurou em Coimbra a 8 de Maio de 1881. O programa dos festejos que então se realizaram não lhes faz referência alguma e por isso supomos que elas foram feitas, por especulação mercantil, pelo gravador Cassiano Maia.

*

Quando em 1880 se celebrou o Tricentenário de Camões, a Academia de Coimbra, aderindo a essa manifestação, promoveu vários festejos naquela cidade, que se realizaram nos dias 8, 9 e 10 de Junho do dito ano, e resolveu também mandar erigir, por meio de subscrição inteiramente académica, um monumento a Camões, cuja pedra fundamental foi solenemente lançada pelo Reitor da Universidade, no dia 10 de Junho de 1880¹.

No ano seguinte, 1881, inaugurou-se solenemente o monumento, no dia 8 de Maio, intencionalmente escolhido por ser o do aniversário da entrada do exército libertador em Coimbra, tendo sido essa ceri-

¹ Vid. o *Programa dos festejos* com que os estudantes de Coimbra resolveram celebrar o Tricentenário de Camões, em 1880, *apud* Brito Aranha. *Dicionário Bibliográfico*, xv, p. 106.

mónia precedida de vários festejos, promovidos pela Comissão Académica do Tricentenário, como consta do *Programma dos festejos académicos para a inauguração do monumento a Luiz de Camões*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1881, folheto de 23 páginas¹.

Os festejos começaram no dia 5, à noite, com um passeio fluvial à Lapa dos Poetas e iluminação nas margens do Mondego. No dia 6, um majestoso cortejo, em que figuravam carros alegóricos, percorreu as ruas da cidade e andou distribuindo exemplares dos *Lusiadas* pelos alunos das escolas e asilos; à noite, o *orpheon* académico cantou no pátio da Universidade. No dia 7 houve sarau no Teatro Académico e no dia 8 inaugurou-se o monumento, na alameda de Camões, em frente da Universidade, assistindo a esse acto o corpo docente desta escola, autoridades civis e militares, a Câmara Municipal, convidados, jornalistas, etc. O monumento foi descerrado pelos Presidentes: da Comissão Académica, da Câmara, da Comissão da Imprensa e da Associação Liberal, e em seguida deram-se salvas de morteiros, repicaram os sinos e uma banda militar tocou a marcha de «Camões», composta por João Arroio.

À noite iluminou-se a cidade e houve várias diversões populares².

N.º 24—1881.—Insígnia dos membros da Comissão Académica de Coimbra do Tricentenário de Camões. Na orla, a legenda que começa do lado esquerdo e é interrompida em cima e no exergo: LUIZ DE—CAMÕES. Busto do Poeta, laureado, vestido com armadura e gorjal de folhos, voltado de perfil para a esquerda. No corte do braço a assinatura: MAIA. Esta face é igual à das medalhas antecedentes, n.ºs 19, 20, 21 e 22.

By.—Na orla, a legenda cujas extremidades estão separadas em baixo por uma estrelinha: COMISSÃO ACADEMICA DO TRICENTENARIO DE CAMÕES. No campo, em cima, um emblema composto com uma pena e florete cruzados sobre uma coroa de louro aberta em cima e ligada em baixo com um laço que tem as pontas muito compridas. A seguir a este emblema, lêem-se os versos de Camões (*Lusiadas*, C. IX, Est. xiii), em

¹ Brito Aranha transcreveu-o na *ob. cit.*, p. 128, eliminando, porém, os nomes dos membros da Comissão, que vem indicados no fim.

² Vid. a descrição dos festejos em *O Conimbricense*, de 10 de Maio de 1881, e na *Correspondencia de Coimbra*, de 11 de Maio de 1881 e de 17 do mesmo mês, onde vem publicado o auto da inauguração do monumento. Este auto também vem publicado em Silvestre Ribeiro, *História dos estabelecimentos científicos*, xvii, p. 26.

duas linhas horizontais: MELHOR É MERECEL-OS SEM OS TER,— QUE POSSUIL-OS SEM OS MERECER¹. Por baixo dos versos, e dêstes separada por dois traços e pontos alinhados, a data: 8 DE MAIO DE— 1881. Tem argola móvel adaptada no bordo por meio de parafuso.

AR. Diâmetro: 31 milímetros. M. b. c. Rara.

Outro exemplar de cobre dourado. M. b. c., sem argola.

Esta medalha foi destinada a ser usada como insígnia pelos membros da Comissão Académica de Coimbra que, tendo promovido os festejos do Tricentenário naquela cidade, ficou incumbida de, no ano seguinte, inaugurar um monumento a Camões (vid., supra, as medalhas n.ºs 22 e 23). Supomos que ela não teve carácter oficial, porque o programa dos festejos que então se fizeram lhe não faz referência alguma; no entanto consta-nos que os membros da Comissão a usaram ao peito, durante as festas, certamente suspensa numa fita, cujas cores ignoramos.

A Comissão compunha-se dos seguintes estudantes²: Presidente: Sérgio de Castro; 1.º Secretário: Jacinto Cândido da Silva; 2.º Secretário: José Simões de Oliveira Martins; Tesoureiro: João Bernardo Heitor de Ataíde; Vogais: Agostinho Augusto de Faria Junior, Alexandre Ferreira Cabral Pais do Amaral, Álvaro Pereira Bettencourt Ataíde, Angelino da Mota Veiga, António Centeno, António Emílio de Quadros Flores, António Henriques da Silva, António Maria Henriques da Silva, Augusto Venceslau da Silva, Carlos Lobo de Ávila, Domingos Ramos, Eduardo Afonso dos Santos, Eduardo Abreu, Ferreira da Silva, Gabriel Samora Moniz, Joaquim Augusto Mousinho de Albuquerque, Jorge Sobral, João António de Sousa, João de Babo Teles, João Filipe Osório de Meneses Pita, João Marcelino Arroio, João de Mendonça Pacheco e Melo, João Pinto Rodrigues dos Santos, João Torquato Coelho Rocha, João Correia da Fonseca, José Pinto Taborda Ramos, João de Fontes Pereira de Melo Ferreira de Mesquita, José Lopes Vieira, Joaquim Gomes de Araújo Álvares, Lopo José de Figueiredo Carvalho, Luís Cipriano Coelho de Magalhães, Luís Pereira da Costa, Manuel Joaquim Martins, Manuel Martins, Manuel da Silva Gaio Paredes, Narciso de Oliveira e Silva, Nabais

¹ Estes versos estão inscritos no monumento erigido a Camões pela Academia de Coimbra, com o qual a medalha se relaciona.

² Vid. o *Programa dos festejos* já citado.

Caldeira, Pedro Ferreira dos Santos, Pedro de Alenquer e Sousa, Rogério de Seixas, Roque de Seixas, Silvestre Saraiva, Vitorino Joaquim Correia de Sá, Zeferino Cândido Falcão Pacheco.

N.º 25—1888.—Destinada a ser conferida em prémio pela Associação

Humanitária Luís de Camões. Medalha em forma de estrela com seis pontas, que tem o seguinte tipo: Num espaço compreendido entre duas circunferências concéntricas, sendo a exterior de pontos e a interior de traço liso, a legenda, assim dividida: no arco superior: ASSOCIAÇÃO HUMANITARIA LUIZ CAMÕES, e no arco inferior, que daquele está separado por dois florõesinhos: 10 JUNHO 1888. Ao centro, o busto de Camões, laureado, vestido com armadura e gorjal de folhos, voltado de perfil para a esquerda. Não está assinado e é muito semelhante ao que figura nas medalhas supra descritas sob os n.ºs 19, 20, 21, 22 e 24.

B.—Num espaço compreendido entre duas circunferências concéntricas, sendo a exterior de pontos e a interior de traço liso, a inscrição cujas extremidades estão separadas em baixo por uma estrelinha: DISTINÇÃO AO MERITO E PHILANTROPIA.

Æ. (ou AR), dourada. Não tem argola. Diâmetro do círculo circunscrito: 45 milímetros. Muito rara.

Outro exemplar com argola fixa.

Æ. M. b. c. Foi-nos oferecido pelo Sr. José Dias Pereira, antigo empregado na fundição do Arsenal do Exército, que auxiliava C. Maia a cunhar as suas medalhas.

Outro exemplar com o reverso liso. Tem argola.

Æ. M. b. c. É uma reprodução da medalha acima descrita, feita, por nossa ordem, com o cunho original, que nos foi para esse fim emprestado pelo Sr. Viriato Maia, irmão e herdeiro do artista que o gravou. O reverso teve de ficar liso por não ter aparecido o respectivo cunho. Mandámos fazer cerca de 6 ou 7 exemplares que oferecemos a alguns amigos, ao Museu Etnológico e à Associação Humanitária Luís de Camões.

O autor da medalha foi o gravador Cassiano Maia.

*

Em 1888, alguns sócios da **Associação Humanitária Camões**, que havia sido fundada em Lisboa, em 1880, por ocasião do Tricentenário

do Poeta, desavieram-se com a respectiva direcção, por motivo do despedimento de um cobrador, e fundaram uma outra que adoptou o título de **Associação Humanitária Luís de Camões**, 10 de Junho de 1888. Os seus primitivos estatutos foram aprovados por alvará de 30 de Outubro de 1889, e neles se declarava o seguinte:

«Art. 4.^º A associação tem por fins:... 4.^º Conceder medalhas a qualquer socio, ou pessoa estranha, que haja prestado algum serviço relevante à associação».

«Capítulo VIII—Medalhas

«Art. 36.^º As medalhas serão concedidas por proposta dos corpos gerentes, ou de qualquer socio, e com o parecer da comissão protectora e aprovação da assembléa geral».

«§ unico. As medalhas a que se refere o artigo 36.^º serão concedidas aos socios e pessoas estranhas que prestarem serviços relevantes à associação».

«Art. 37.^º As medalhas terão em ambos os lados o busto de Luiz de Camões, ao centro e em volta de um lado a divisa da associação e do outro as palavras «distinção ao mérito e filantropia».

«§ unico. A de 1.^a classe será de ouro e esmalte com fita vermelha, a de 2.^a classe de prata com fita vermelha orlada de branco, e a da 3.^a classe de cobre uma fita branca orlada de vermelho, sendo todas as fitas de seda ondulada».

«Art.º 38.^º Os diplomas d'estas distinções serão especiais e assinados pelo presidente, e secretários da assembléa geral».

«§ unico. Estes diplomas serão registados em um registo especial, no qual se mencionará em resumo todo o conteúdo do diploma».

Entre as pp. 14 e 15 dos estatutos está intercalada uma folha com a estampa da medalha.

Em vista destas disposições, tratou a direcção de mandar fazer a medalha, encarregando desse trabalho o gravador Cassiano Maia, que chegou a fazer os cunhos e a cunhar alguns exemplares, que ele vendeu ou ofereceu a vários colecionadores.

No entanto, parece que nunca se chegou a conferir a medalha, sendo por fim a ideia posta de parte, primeiramente por ter falecido o sócio que mais entusiasmo tinha pela sua execução e depois por ter sido a Associação obrigada a mudar o título, para se não confundir com a antiga *Associação Humanitária Camões*, em obediência ao disposto no artigo 4.^º do decreto de 28 de Fevereiro de 1891, que diz o seguinte: «Cada associação de socorros mutuos é obrigada

»a adoptar uma denominação que não seja idêntica à de outra associação já existente ou por tal forma similar que possa com ela confundir-se ou induzir em erro».

O novo título que a Associação escolheu foi o de *Associação de Socorros Mutuos Antonio Maria Cardoso*, antiga *Luis de Camões*.

N.º 26.—**Destinada a ser conferida em prémio pela Società Luigi Camoens.** No arco superior da orla, a legenda: EU CANTO O PEITO ILLUSTRE LUSITANO (conhecidos versos dos *Lusiadas*, C. I, Est. III). No campo, de um e outro lado: MDXXIV—MDLXXX (datas do nascimento e falecimento do Poeta). Busto de Camões, laureado, com o corpo de frente e a cabeça levemente voltada à esquerda e com gorjal de folhos; o vestuário é simples e sobre ele está sobreposta uma capa lisa que se prende com um cordão junto do gorjal.

R.—Em cima, um escudo oval ornamentado (*cartouche*), que contém as armas dos Camões (um camão a sair de entre chamas), e está enfeitado com dois ramos, um de louro outro de rosas, presos em baixo com uma fita em cujas pontas se lê: PATRIA — AMOR.

A seguir, em cinco linhas horizontais, a inscrição: LA SOCIETÀ LUIGI CAMOENS—FONDATA A NAPOLI IL XIII—IX—MCMII —PER LA DIFFUSIONE—DEGLI STUDI PORTOGHESI IN ITALIA—AI SUOI VALOROSI COLLABORATORI.

No exergo, que está limitado por um friso, as assinaturas: DE CANDIA SC. INSENGA INC—.

Æ. Diâmetro: 61 milímetros. M. b. c. Rara.

Obtivemos esta medalha por intermédio do Sr. Conde de Valenças¹ e de seu filho e nosso amigo, o Sr. Vasco Anjos Jardim.

No jornal *O Século*, de 3 de Fevereiro de 1906, vem reproduzida uma estampa desta medalha, acompanhada de uma notícia em que se diz que ela foi criada por um generoso doador, que modestamente quiz conservar o anônimo, e adoptada em sessão de 19 de Março de 1905, pela Sociedade Napolitana de Estudos Portugueses, para ser conferida em prémio exclusivamente aos intelectuais que se notabilizaram.

¹ Este ilustre titular possuía uma outra com que foi agraciado em 1906 pela Sociedade. Vid. *Diário de Notícias*, de 2 de Maio de 1906.

zem por trabalhos que possam concorrer para glorificar a memória de Camões¹.

Foi desenhada por Leonardo De Cândia e gravada pelo artista napolitano Leopoldo Insenga.

É entregue ao agraciado juntamente com um diploma em que se declararam os motivos da concessão.

*

A 13 de Setembro de 1902 reúniram-se em Nápoles alguns italianos ilustres e ali fundaram uma Sociedade Scientifico-Artístico-Literária para a difusão dos estudos portugueses, a qual, em homenagem ao nosso grande Poeta Luís de Camões, adoptou o título de «Società Luigi Camoens».

Tem quatro categorias de sócios: protectores (que são sómente os Chefes de Estado), honorários, efectivos e correspondentes.

Para conseguir os seus fins propôs-se a Sociedade organizar leituras e conferências, reúnir uma biblioteca com obras portuguesas e estrangeiras que se refiram à literatura portuguesa e publicar um boletim quando as circunstâncias lho permitam. O seu órgão oficial é provisoriamente a *Revue Franco-italienne et du Monde latin*.

Foram os seguintes os sócios fundadores:

Capozzi On. Michele, Deputato al Parlamento.

Caterini Comm. Avv. Alfonso.

Caterini Prof. Odoacre.

De Ciutiis Conte Salvatore.

De Ciutiis Vicenzo, Baronne di S.^a Patrizia.

De Gennaro Marchese Avv. Serafino.

Della Posta Covelli Filippo, Baronne di Molise.

Fabiani Avv. Alfonso.

Garofalo Pasquale, Duca di Bonito.

Giordano Prof. Avv. Antonino.

Giordano Giovanni, Duca di Oratino.

Gramegna Giuseppe, Dirett. della *Revue Franco-Italienne et du Monde Latin*.

¹ Esta afirmação não é, talvez, absolutamente exacta, porque a Sociedade não se limita ao estudo exclusivo das obras de Camões, e na inscrição da medalla diz-se: *La Società... ai suoi valorosi collaboratori*. Parece portanto que ela pode ser conferida por outros motivos além daquele.

Lualdi Ing. Cav. Ercole.
 Lualdi Marmocchi Donna Lisa.
 Montuori Prof. Salvatore.
 Pace Prof. Sac. Francesco Paolo.
 Padula Comm. Prof. Antonio.
 Salazar Sarsfield Conte Lorenzo.
 Taglialatela Gioacchino; Padre dell' Oratorio¹.

N.^o 27—1898.—Comemorativa do 4.^o Centenário do Descobrimento da Índia, alusiva a Camões. No arco da orla, a legenda: VASCO DA GAMA, e no arco inferior, que daquele está separado por duas estrelinhas: LUIZ DE CAMÕES.

Bustos destes dois ilustres personagens conjugados e voltados à esquerda.

O busto de Vasco da Gama, que está no primeiro plano, tem um vestuário simples, está deserto e ostenta ao peito uma insígnia suspensa no pescoço por um cordão; o busto de Camões está laureado e tem gorjal de folhos.

Br.—Na orla, que está limitada por uma circunferência de pontos, a legenda que começa do lado esquerdo, em baixo: 4.^º CENTENARIO DA DESCOPERTA DA INDIA. No exergo: 1498 ☆ 1898. Armas Riaias Portuguesas, do tempo de D. Manuel I, assentes sobre a Cruz da Ordem de Cristo. Em cima tem uma saliência com orifício e argola.

Alumínio. Diâmetro: 29 milímetros. M. b. c.

Esta medalha foi feita pela casa editora do Sr. E. Baptista, da Rua do Ouro, intitulada «A Mascote», por ocasião do Centenário da Índia.

**Medalhas-provas para um Concurso de gravadores
na Casa da Moeda de Lisboa**

N.^o 28.—Na orla, a legenda que começa em baixo e é interrompida em cima e no exergo: LUDOVICUS—CAMOES. Busto do Poeta, laureado, sem vestuário, voltado à direita; por baixo a assinatura: ALMEIDA. F.

Br.—Em nove linhas horizontais, a inscrição: NATUS—OLYSSIPONE—IN LUSITANIA—AN. M. D. XVII.—OBIIT—AN. M. D.

¹ Colhemos estas informações num exemplar dos estatutos da Sociedade que nos foi emprestado pelo Sr. Dr. Xavier da Cunha.

LXXIX—SERIES NUMISMATICA—UNIVERSALIS VIRORUM ILLUSTRIUM—M. DCCC. XXX.

Æ. Diâmetro: 41 milímetros. M. b. c. Rara.

Foi-nos oferecida pelo falecido bibliófilo o Sr. Aníbal Fernandes Tomás.

N.^o 29.—Na orla, a legenda que é interrompida em cima e no exergo: LUDOVICUS CAMOES; no exergo a assinatura: FREIRE. F. Busto do Poeta, laureado, sem vestuário, voltado à direita.

Æ.—Em dez linhas horizontais, excepto a última que é curva, a inscrição: NATUS—OLYSSIPONE—IN LUSITANIA—AN. M. D. XVII.—OBIIT—AN. M. D. LXXIX.—SERIES NUMISMATICA—UNIVERSALIS VIRORUM ILLUSTRIUM—M. DCCC. XXX.—DURAND EDIDIT.

AR. Diâmetro: 41,5 milímetros. M. b. c.

Outro exemplar de cobre. M. b. c.

Lopes Fernandes, n.^o 102.

N.^o 30.—Na orla, a legenda que começa em baixo e é interrompida em cima e no exergo: LUDOVICUS—CAMOES. Busto do Poeta, laureado, sem vestuário, voltado à direita. Por baixo a assinatura: GONZAGA. F.

Æ.—Em nove linhas a inscrição: NATUS—OLYSSIPONE—IN LUSITANIA—AN. M. D. XVII.—OBIIT—AN. M. D. LXXIX.—SERIES NUMISMATICA—UNIVERSALIS VIRORUM ILLUSTRIUM—M. DCCC. XXXIII.

Æ. Diâmetro: 41,5 milímetros. M. b. c. Rara

Outro exemplar de PB. M. b. c.

Tendo falecido, a 4 de Setembro de 1826, Cipriano da Silva Moreira, que durante muitos anos havia desempenhado o cargo de abridor extranumerário da Casa da Moeda, requereu seu sobrinho, Francisco de Borja Freire, para ser nomeado gravador numerário do mesmo estabelecimento.

A este pedido opôs-se o seu colega Caetano Alberto Nunes de Almeida, que, julgando-se com mais direitos ao lugar, requereu que se abrisse concurso, sendo atendido. Apareceram então três concorrentes: Francisco de Borja Freire, Caetano Alberto Nunes de Almeida e Luís Gonzaga Pereira, aos quais foi comunicado pelo Provedor, em 4 de Outubro de 1826, por meio de ofício, que o concurso se achava

aberto a partir dessa data e que a prova a apresentar seria uma medalha com o busto de Minerva¹.

Gonzaga Pereira entregou o seu trabalho concluído ainda em 1826, Borja Freire entregou-o no decorrer do ano de 1827 e Caetano Alberto no fim dêste ano.

A forma como se procedeu à apreciação e classificação das provas consta do seguinte Termo²:

«Aos vinte dias do mez de Março do anno de mil oitocentos vinte e oito nesta Real Caza da Moeda pelo Provedor della Luiz da Silva Mouzinho de Albuquerque forão mandados vir á sua prezença os Praticantes da Arte de Abridores dos Cunhos, Armas, e Medalhas da mesma Caza Francisco de Borja Freire, Caetano Alberto Nunes de Almeida, e Luiz Gonzaga Pereira com os Mestres Abridores da mesma Caza da Moeda Simão Francisco dos Santos, e Jozé Antonio do Valle, e os Abridores do Real Arcenal do Exercito Antonio Joaquim de Figueiredo, e Francisco Jozé de S.^{ta} Ritta, convocados pelo sobredito Provedor para examinarem, e vottarem nos Ponsoens de medalhas, que os referidos Praticantes separadamente havião aberto para entrarem em concurso sobre os seus merecimentos; e ordenando o mesmo Provedor aos referidos Mestres examinassem as provas dos ditos Ponsoens que os mesmos Praticantes apresentarão, e decidissem de seu merecimento, e perfeição; ao que procedendo, foi finalmente decidido por vottos unanimes que a prova feita pelo Ponsoão aberto pelo Praticante Francisco de Borja Freire era a mais perfeita: E para constar o referido mandou o dito Provedor lavrar o prezente Termo por mim Escrivão da Receita e Despeza da mesma Caza, que assignou com os ditos Vottantes: Lisboa dia e era ut supra. — Luiz da S.^{ta} Mouzinho de Albuquerque, Simão Fran.^{co} dos Santos, Jozé Antonio do Valle, Antonio Joaquim de Fig.^{do}, Fran.^{co} Jozé d'Santa Ritta, Antonio Carvalho Esc.^{to} da Rec.^{ta} e Desp.^{za}».

Não se conformando, porém, com esta decisão, o Infante Regente, D. Miguel, fez expedir à Casa da Moeda a seguinte:

«Portaria do Thezouro Publico, para o Provedor desta Caza, comunicar, a Francisco de Borja Freire, Caetano Alberto Nunes de Almeida, e Luiz Gonzaga Pereira, todos Discípulos da Arte de Abridores da Real Caza da Moeda, que não tendo algum delles

¹ Possuímos na nossa coleção dois tipos desta medalha, não os reproduzindo aqui por nenhuma relação terem com Camões.

² Arquivo da Casa da Moeda, fl. 33 do livro 1 da Matrícula dos praticantes de abridores.

»chegado á perfeição, com que devem ser dezempenhados os seus »trabalhos, continuem os concorrentes nos mesmos trabalhos, até »chegarem a merecer o accesso que pretendem.

«O Senhor Infante Regente, a quem forão presentes as Medalhas »executadas, pelos tres Discípulos da Real Caza da Moeda, Francisco »de Borja Freire, Caetano Alberto Nunes de Almeida, e Luiz Gon- »zaga Pereira, junta ao officio do Provedor da mesma Caza de 20 do »corrente, apresentados no concurso a que se procedêo para o Pro- »vimento do Lugar de Abridor, vago por obito de Cypriano da Silva »Moreira: Manda em Nome d'El-Rey, participar ao referido Provedor, »que não tendo algum delles chegado á perfeição, com que devem ser »dezempenhados semelhantes trabalhos, continuem os concorrentes »nelles até que por sua pericia, cheguem a merecer, o accesso que »pretendem. O que o mencionado Provedor lhes commonicará. Palacio »da Ajuda em 24 de Março de 1828= *Conde da Louzãa D. Diogo*= »Cumpra-se, e registe-se: Lisboa em 27 de Março de 1828= *Albu- »querque=Penaguião*»¹.

Pouco tempo depois mandou-se proceder a novo concurso e que nele servisse de modelo a medalha de Caqué, supra descrita com o n.º 3, como consta dos seguintes diplomas:

«Portaria do Thezouro Publico para o Provedor desta Caza no- »vamente pôr a concurso, o Lugar de Abridor de cunhos desta Caza, »vago pelo falecimento de Cypriano da Silva Moreira».

«O Senhor Infante Regente em Nome d'El-Rey, Manda remetter »ao Provedor da Caza da Moeda, o requerimento incluzo de Fran- »cisco de Borja Freire, em que pede o Lugar de Abridor de cunhos »da mesma Caza, vago por falecimento de Cypriano da Silva Moreira, »a quem o supplicante succedêo, como serventuario interino, con- »servando comtudo, o ordenado que actualmente percebe; para que »pondô-se novamente a concurso o provimento daquelle Lugar suba »o rezultado delle á Prezença do Mesmo Serenissimo Senhor, a fim »de S. A. Rezolver o que for servido. Palacio d'Ajuda em 22 de »Abril de 1828= *Conde da Louzãa D. Diogo*= Cumpra-se, e regis- »te-se: Lisboa em 5 de Mayo de 1828= *Albuquerque=Penaguião*»².

«Avizo da Secretr.^a d'Estado dos Negocios da Fazenda para a »Medalha incluza do Poeta Luiz de Camões, servir de Proclama, »que deve servir de Baze ao concurso mandado abrir, por Portaria »de 22 de Abril p.^o de 1828».

¹ Arquivo da Casa da Moeda, liv. xiv do Registo Geral (1823-1834), fl. 71.

² *Ibidem.*, fl. 71 v.

«Levando á Real Prezença do Senhor Infante Regente, o officio,
 »que o Provedor da Caza da Moeda, derigio, pela Secretaria d'Estado
 »da Fazenda em data de cinco de Mayo do corrente anno, exigindo
 »o Programa, que deve servir de Baze, ao concurso mandado abrir
 »por Portaria de 22 de Abril próximo passado, para o Provimento
 »do Lugar de Abridor de cunhos, e Medalhas, vago na mesma Caza
 »por falecimento de Cypriano da Silva Moreira; Ordena o Mesmo
 »Senhor que a Medalha incluza do Poeta Luiz de Camões, sirva de
 »Modello, para o referido concurso, revertendo com as que se abri-
 »rem no mesmo Estado em que se acha. Palacio de Nossa Senhora
 »d'Ajuda em 12 de Mayo de 1828—*Conde da Louzada D. Diogo*—
 »Cumpra-se, e registe-se: Lisboa a 14 de Mayo de 1828—*Antonio
 Carvalho*—servindo de Provedor. *Penaguião*»¹.

Este concurso concluiu-se em 1830, tendo dêle desistido Luís Gonzaga Pereira como consta da seguinte: «Reprezentação do Prov.^{or} da Caza (relativo ao concurso que S. Mag.^{de} mandou abrir nesta d.^a Real Caza da Moeda entre os Praticantes de Abridor de medalhas e cunhos). Parece haver sido dirigida p.^a a Secret.^a d'Est.^o dos N.^o da Fazenda.

«Ponho na prezença de V. Ex.^a para que se digne ellevallos ao conhecimento de Sua Magestade as copias do Programa² do concurso que o Mesmo Augusto Senhor Mandou abrir nesta Real Caza da Moeda entre Praticantes de Abridor de medalhas e cunhos Francisco de Borja Freire, e Caetano Alberto Nunes d'Almeida, pois que o terceiro requereuo ser delle dispensado, assim como envio o mesmo Programa. V. Ex.^a Mandará o que for servido. Real Caza da Moeda em 26 de Fevereiro de 1830.—*Antonio Joaquim Regis de Alpoim Serrão*—*Sousa Baptista*»³.

Concluído o concurso havia então já duas vagas, por ter falecido, em 12 de Janeiro de 1830, o gravador Simão Francisco dos Santos, sendo por isso nomeados, por decreto de 5 de Março de 1830, Borja Freire para o lugar de segundo gravador e Caetano Alberto para o de terceiro.

Estes concursos deram origem a uma contenda entre os pretendentes Caetano Alberto e Gonzaga Pereira, tendo sido a desistência dêste motivada, como ele próprio o diz, por injúrias que lhe dirigiu

¹ Arquivo da Casa da Moeda, liv. xiv do Registo Geral, fl. 72.

² Isto deve entender-se como sendo as Medalhas copiadas, de acordo com o Programa.

³ Arquivo da Casa da Moeda, liv. xiv do Registo Geral, fl. 99.

o seu antagonista. Não querendo, porém, dar-se por vencido, Gonzaga Pereira resolveu-se em 1833 a gravar também a sua medalha-prova, igual à dos outros concorrentes, e assim conseguiu o ser nomeado terceiro abridor, por decreto de 21 de Agosto desse ano¹.

Lopes Fernandes, a p. 94 da sua *Memória*, referindo-se a este concurso e à medalha de Caqué, diz: «Cada um destes tres pretendentes gravou esta medalha, pondo-lhe no reverso a mesma data »de 1821, como se achava no modelo, abrindo depois o Sr. Freire »outro reverso para a sua medalha, pondo-lhe a verdadeira data de »1830 em que foi gravada, com o qual se cunharam alguns exemplares, sendo esta a mais perfeita das tres então cunhadas».

Na Lista de alguns artistas portugueses diz também o Bispo-Conde a p. 14 que Caetano Alberto «Em concurso, que se abrio na caza da »moeda... gravou huma medalha de Camões». «Tem o an. 1821».

Em vista das afirmações de Lopes Fernandes vê-se que a medalha que possuímos de Borja Freire é a que foi por ele modificada em 1830, a qual contém uma particularidade que não sabemos explicar: é a assinatura de *Durand edidit* que não figurava na medalha de Caqué que lhe serviu de modelo.

Com respeito à medalha de *Almeida* (Caetano Alberto), só sabemos que o nosso exemplar está datado de 1830, não tendo elementos para contestar que ele tivesse feito uma primeira datada de 1821, como afirmam os dois autores acima citados.

—¹ Luis Gonzaga Pereira escreveu em 1839 um *Resumo dos artistas gravadores da Casa da Moeda*, que se publicou, segundo ele diz, no *Jornal das Famílias*, n.º 2, ano de 1841, parecendo que foi desse trabalho, antes de publicado, que se serviu o Bispo-Conde, D. Francisco, para a sua *Lista de alguns artistas portugueses*. Vid. esta obra, a pp. 54 e 57.

Além disso, Gonzaga Pereira deixou também um outro trabalho manuscrito, bastante desenvolvido e muito curioso, datado de 1857, pelo qual nos guiámos para a redacção desta notícia e que contém valiosos subsídios para a história da gravura no nosso país. Este precioso livro pertence hoje ao nosso amigo o Sr. D. Fernando de Almeida, a quem muito agradecemos o empréstimo que dêle nos fez. Contém 192 páginas e intitula-se: «Colecção de Memórias Relativas »Os Gravadores de Cunhos, e Medalhas Nacionaes, e Estrangeiras O Serviço da »C. da Moeda de Lisboa desde 1551. Com o resumo das suas Obras, e Serviços »feitos á Nação Portugueza. Com a Discripção das Medalhas Historicas Nacionaes, Desde a Regencia do Infante D. Pedro Em 1428. Acrésse hum Cathalogo »Historico de todos os Artistas. Em Bellas Artes, Recopilação de muitas Obras, »por Luiz Gonzaga Pereira Segundo Gravador da Caza da Moeda —Lisboa Anno »de 1857».

Cremos, porém, que na afirmação de Lopes Fernandes não deve incluir-se a medalha de Gonzaga, porque os nossos exemplares estão datados de 1833 e o próprio artista declarou tê-la feita nessa data.

Medalhões

N.º 31.—Na orla, a legenda incusa: TRICENTENARIO—DE CAMÕES; no exergo: 1880. Busto do Poeta, vestido com armadura e gorjal de folhos, voltado de perfil para a esquerda. No corte do braço a assinatura: *Simões* (José Simões de Almeida Júnior). No reverso a cavidade correspondente ao relevo do busto e o carimbo: J. BURNAY—FUNDIÇÃO—LISBOA.

Ferro fundido. Diâmetro: 123 milímetros. M. b. c.

N.º 32.—Na orla, que é contorneada, a legenda, em cima: LUIZ DE CAMÕES, e no exergo: 1880; de cada lado um ornato. Busto do Poeta, laureado e com gorjal de folhos, voltado de perfil para a esquerda.

Rx.—Cavidades correspondentes ao relevo do busto e do contorno.

Em cima tem uma argolinha para se suspender na parede.

Ferro fundido. Diâmetro: 144 milímetros.

N.º 33.—Na orla, em cima: LUIZ CAMÕES. Cabeça do Poeta, laureada e voltada à direita.

Gesso bronzeado. Diâmetro: 119 milímetros.

N.º 34.—Na orla, uma coroa de louro a servir de moldura.

No campo, em cima: *Camões—em Macau*, e à esquerda: *Azevedo Fez*. Figura de Camões, truncada pelos pés, sentada, com o braço esquerdo apoiado numa pedra e a amparar a cabeça, e o direito, em cuja mão segura uma pena, assente na perna direita, sobre a qual está também colocado um livro aberto em que se lê a palavra: *Lusiadas*. Do lado direito aparece a figura do Jau, sentada e truncada pela cintura. No alto tem uma saliência com orifício para se suspender na parede.

Rx.—Ondulações características dos objectos fundidos, correspondentes aos altos e baixos do tipo do anverso, e o carimbo oval: J. BURNAY—FUNDIÇÃO—LISBOA.

Ferro fundido e bronzeado. Diâmetro: 19 milímetros. M. b. c.

A este medalhão se refere o seguinte anúncio publicado no *Diário de Notícias*, de 4 de Maio de 1880.

«O escultor em madeira o sr. Manuel de Passos Azevedo, de cujos trabalhos por varias vezes temos fallado com o devido louvor, modelou em gesso um medalhão em alto relevo, com vinte centímetros de diametro (alias 19), do quadro do finado pintor portuguez Metrass, representando Camões e o Jau, na gruta de Macau; tentando realizar uma tiragem grande em ferro bronzeado para vender ao preço de 300 réis. Ouvimos que o mesmo artista tenciona esculpir em madeira um exemplar d'este interessante trabalho para offerecer á commisão executiva da imprensa, a fim de ser entregue por esta á associação dos jornalistas e escriptores portuguezes por occasião da sua fundação solemne no dia 10 de Junho.»

Tanto este medalhão como o que acima ficou descrito sob o n.º 1, foram feitos, como neles se declara, na oficina de fundição de J. Burnay, a qual passou depois a ser explorada pela Empresa Industrial Portuguesa. No catálogo dos productos por ela expostos na exposição industrial de 1888, vem indicados, da seguinte forma, a p. 18, os preços por que se vendiam, não só estes dois medalhões, como vários outros que lá se fizeram: «Medalhas: Camões—300; Victor Hugo—300; Marquês de Pombal—300; Alexandre Herculano—200; Castilho—200; Papa Pio IX—120; Camões e Jau—200».»

APÊNDICE

Projectos de medalhas alusivas a Luís de Camões, que não tiveram execução

Por occasião do Tricentenário de Camões houve ideias de se fazerem mais algumas medalhas alusivas a êsse facto, além das que ficaram acima descritas, mas que não chegaram a executar-se. Para a enumeração dêsses projectos seguiremos os documentos, relativos ao Tricentenário, publicados pelo Sr. Brito Aranha no *Dicionário Bibliográfico Português*, tomo xv, 8.º do suplemento.

N.º 1—P. 17. Doc. n.º 1.—«Primeira proposta apresentada á sociedade de geographia de Lisboa... 7.ª A sociedade de geographia dignar-se-ha solicitar do governo de Sua Magestade Fidelissima a criação de uma medalha commemorativa do centenario, destinada a premiar: a) Os trabalhos litterarios, nacionaes e estrangeiros, sobre Camões, incluindo traduções das obras do poeta; b) As obras de arte originaes que tenham relação com a vida do poeta ou com suas obras; c) As produções typographicas relativas ao centenario. No primeiro e

»segundo caso, a medalha será de oiro ou prata; no terceiro, de cobre, havendo ainda menções honrosas para esta categoria de trabalhos.

«Conceder-se-ha, alem d'isso, uma grande medalha de honra, de oiro, ao escriptor nacional que mais houver trabalhado na litteratura camoniana, e outra medalha da mesma ordem ao escriptor estrangeiro que se houver mais distinguido nos seus estudos, e propagado mais efficazmente a gloria do poeta e da nação. As medalhas poderão ser do mesmo desenho, tendo no reverso a inscrição: «*Ás letras*», «*Á arte*», «*Á industria*», por distintivo. Deus guarde a v. ex.^a por muitos annos. Porto, 17 de maio de 1879.— O socio correspondente, *Joaquim de Vasconcellos*».

N.^o 2—PP. 27 e 28. Doc. n.^o 8.—«Primeira reunião da grande comissão da imprensa de Lisboa (realisada a 8 de abril de 1880). O Sr. *Theophilo Braga* apresentou um projecto de programma, dividido em tres partes... Na parte segunda da proposta... subscripção entre os jornalistas para uma medalha dos jornalistas a Camões, sendo um exemplar em oiro a insignia do presidente da associação dos jornalistas e escriptores;...».

Esta parte da proposta não teve execução; contudo é possível que ela tivesse sugerido a Cassiano Maia a idea de fazer por sua conta a medalha supra descrita com o n.^o 21.

N.^o 3—PP. 42 e 43. Doc. n.^o 17.—«Parecer do visconde de Juromenha ácerca do modo de ser celebrado o terceiro centenario de Camões». «... Deveria cunhar-se uma medalha commemorativa dos festejos na qual ficasse rectificado o anno do nascimento e o da morte. Podia instituir-se um premio para o melhor poema ou poesia que apresentasse inspiração e moralidade, ou obra didactica sobre qualquer assumpto de poesia, que se denominasse «*Premio de Camões*» e que deveria ser distribuido por um jury composto da academia real das sciencias só, ou conjunctamente com o curso superior de letras e escola polytechnica, e offerecido no dia 10 de Junho em sessão solemne, consistindo em uma medalha e certa quantia.

«Esta medalha podia ser o busto de Camões com a coroa de louro e em volta «*Luiz de Camões, n. 1524, m. 1580*». Do outro lado «*Ao merito.*»

«Outro premio para a obra que mais despertasse o amor da patria e autonomia, que deveria ser julgada por um jury de delegados das municipalidades das captaes de districto, e de representantes das divisões militares.

«Para a distribuïção deveria attrahir-se a assistencia das diferentes classes de cidadãos, e escolas, principalmente as do exercito, d'esta nobre classe a quem está entregue a defesa da patria. Deveria presidir o prelado diocesano de Lisboa, pelo qual deveria ser feita a entrega da medalha e premio, não só para prestar preito e homenagem á sua alta jerarchia, mas para recordar o seu antecessor o grande D. Rodrigo da Cunha, a quem a patria agradecida denominou *Pae da Patria* e com tal epitaphio está enterrado na sua cathedral, e um dos que mais protegeu e animou a divulgação das obras do poeta pela imprensa ajudando os editores.

«Poderia esta medalha ser a reprodução do quadro da morte de Camões, pintado pelo nosso insigne pintor Domingos de Sequeira, e em volta ou em baixo, as memoraveis palavras que proximo á morte escrevia a D. Francisco de Almeida na sua carta: Emfim acabarei a vida e verão todos que fui tão affeiçoadão á minha patria, que não só me contentei de morrer n'ella mas com ella....».

N.^o 4.—PP. 48 e 49. Doc. n.^o 19. «Circular da comissão executiva da imprensa endereçada às associações populares para que accentuassem a fórmula da sua adhesão».

«Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Na grande reunião da maioria das associações e corporações populares e de classe, de Lisboa, convocada pela comissão executiva da imprensa, para a celebração do tricentenario de Camões, e realizada na sala da sociedade de geografia em a noite de 1 de maio, resolveu a assembléa que, alem da adhesão unanime de todas as corporações ali representadas, ao pensamento elevadamente patriótico da solemnisação nacional do dia 10 de junho, e da sua encorporação total ou parcial no grande prestito cívico do programma da imprensa, essas corporações discutissem e no espaço de quinze dias resolvessem quaesquer alvitres especiaes que da assembléa ou da comissão da imprensa lhes fossem enviados; e como os que o sr. Theophilo Braga propoz, em nome da comissão, foram pela mesma assembléa recommen-

»dados com esse destino, tenho a honra de os comunicar a »v. ex.^a para os fins convenientes. São elles os seguintes.

«... 5.^º Que as associações symbolisem a sua união perante »o ideal de Camões, em todas as suas relações praticas, mandando de commun accordo cunhar uma medalha que atteste »esse grande facto.»

PP. 69 e 71. Doc. n.^º 44—«Programa definitivo para »a celebração em Lisboa do terceiro centenario de Luiz de »Camões... (Varias homenagens).—7.^º Pelas associações de »Lisboa reunidas será cunhada uma medalha commemorativa »do centenario como documento de alliança nos principios que »o centenario symbolisa.»

P. 118. Doc. n.^º 70—«Aviso para o concurso do desenho »ou modelo da medalha commemorativa do tricentenario».

«Sob proposta da assembléa dos jornalistas, as associações »reunidas em 1 de maio do corrente anno e as que posteriormente »communicaram a sua adhesão, resolveram: Symbolisar »a sua união perante o ideal de Camões, em todas as suas »relações praticas, mandando, de commun accordo, cunhar »uma medalha que atteste este grande facto.

«Em virtude d'esta resolução fica aberto concurso pelo »espaço de trinta dias a contar da presente data, para a apresentação e proposta de desenhos ou modelos para a referida medalha, que deverá ser de bronze ou cobre bronzeado, »e ter de modulo 0,07 em diametro.

«Os desenhos ou modelos deverão ser entregues á comissão executiva da imprensa, acompanhados do nome do auctor escripto n'um bilhete em enveloppe cerrado.

«Lisboa, 21 de Junho de 1880.—*A comissão executiva da imprensa*»¹.

Afora estes projectos que, como acima dissemos, vem indicados no *Dicionário Bibliográfico*, temos conhecimento de mais os seguintes:

N.^º 5.—«*Diario de Noticias* de 25 de Abril de 1880.—A comissão executiva da Academia de Coimbra, já resolveu o seguinte: »—Retrato de Camões, de pintor nacional de bom nome, »inaugurado no gabinete de leitura da Academia Dramatica;

¹ Este anúncio foi publicado em vários jornais da época.

»romagem á Quinta das Lagrimas, deixando junto da Fonte dos Amores um pequeno monumento, testemunho d'ella; conferencias litterarias, podendo fallar todos os academicos que o quizerem fazer, com liberdade de escolha de assumpto; »medalha commemorativa do tricentenario, em homenagem »da mocidade portugueza, devendo convidar-se todas as escolas do reino, pedindo a sua associação nesta manifestação »de caracter geral».

Note-se que esta medalha era destinada a comemorar o Tricentenario e por isso nenhuma relação tem com as que acima descrevemos com os n.^{os} 22, 23 e 24, que comemoram a inauguração do monumento a Camões, em Coimbra.

N.^o 6. — De uma carta publicada no *Diário de Notícias*, de 2 de Julho de 1912, sob a epigrafe de «O Monumento de Camões em Paris», consta que a comissão encarregada de o erigir tentava mandar cunhar cem medalhas, de prata e de bronze, alusivas a esse monumento. A fotografia do anverso do projeto da medalha, que contém o busto do Poeta, foi publicada numa fôlha avulsa, juntamente com outras fotografias, impressa, se não estamos em erro, na *Imprimerie des Arts*, M. Brouhmann, 73, R. Charlot, Paris.

Consta-nos que o gravador Charles Wiener, durante a sua estada em Lisboa, fez uma medalha-prova alusiva a Camões, a qual pertence hoje a um ilustrado colecionador.

*

Finalmente, resta-nos dizer que possuímos uma medalha de cartão, estampada a cores e que contém o busto de Camões dentro de uma coroa de louro, atada em baixo com uma fita na qual se lê a palavra: GRATIDÃO. Nas costas, vê-se um pedaço de outra estampa e a designação da LITH. MATTA & C... Vae reproduzida na fig. 35.^a

¿Será a esta que se refere o anúncio do *Diário de Notícias* que atribuímos à medalha supra descrita com o n.^o 16?

Junqueira, Março de 1914.

ARTHUR LAMAS.



N.º 1



N.º 2



N.^o 3



N.º 4



N.º 5



N.º 6



N.º 7



N.º 8



N.º 9



N.º 10



N.º 11



N.º 12



N.º 13



N.º 14



N.º 15



N.º 16



N.º 17



N.º 18

N.º 20



N.º 19



N.º 21



N.º 22



N.º 24



N.º 23





N.º 25



N.º 26



N.º 27



N.º 28



N.º 29



N.º 30



N.º 32 ($\frac{1}{2}$)



N.º 31 ($\frac{1}{2}$)



N.º 33 ($\frac{1}{2}$)



N.º 34 (1/2)



N.º 35

Estação arqueológica do Outeiro da Assenta (Óbidos)

- I. Situação e descobrimento—II. Factos progressos
 III. Fases da exploração—IV. Iconografia dos achados—V. Conclusões.

I

Achando-me nas *Caldas da Rainha*, durante a primavera de 1911, com licença por motivo de saúde, não podia, mesmo assim, sopear a minha curiosidade arqueológica, abstendo-me de fazer pesquisas e tomar notas¹.



Fig. 1.— *Outeiro da Assenta e Várzea da Rainha*, como se vêem da estação de Óbidos para N.

Da antiga Mata Rial, o ponto mais elevado, a curta distância da povoação, avistei um dia, para O. e muito afastado, um cabeço de forma semi-esférica, que semelhava uma colossal mamoa. Resolvi-me a visitá-lo, porque o seu aspecto e o seu isolamento, no meio de terras mais baixas, davam-me a esperança de conter vestígios prehistóricos. Assim o fiz e não debalde.

Essa eminência chama-se *Outeiro de El-rei*; é evidente que não podia ser artificial, atendendo às suas avantajadas dimensões, mas o certo é que, por entre o mato e as fragas, que a compõem, encontrei dois fragmentos cerâmicos de aspecto muito antigo, talvez neo-

¹ Não é este o único estudo, que resultou da minha estada nas Caldas em 1911. Pelo menos mais dois espero publicar, com o que vi nesse ano e depois.

lítico. Era natural que tivesse sido utilizada pelo homem prehistórico, e deverei observar que contíguo lhe fica o lugar de *Trás-do-Outeiro*, cujos habitantes poderão entroncar a sua mais remota ascendência na população neolítica, que naquela região prosperou. Tenho para esta afirmação uma prova bastante séria: é que foi no lugar de *Trás-do-Outeiro*, que eu adquiri algumas dezenas de machados de pedra polida, só em duas ou três visitas que ali realizei. De entre todas as aldeias dos concelhos de Óbidos e das Caldas da Rainha, foi esta insignificante povoação, que me forneceu maior número destes utensílios ou armas prehistóricas, o que necessariamente implica a existência de povoados daquelas eras, nos arredores do actual lugarejo.

Mas além desta eminência, uma outra muito mais avultada, ergue os seus penhascos cinzentos, a pouca distância de *Trás-do-Outeiro*, na direcção de Óbidos¹. Refiro-me ao *Outeiro da Assenta*, de que vou ocupar-me. (Vid. fig. 1).

*

O *Outeiro da Assenta* está situado na margem da *Várzea da Rainha*, extensíssima planície em que se desdobra para SE. a Lagoa de Óbidos. É uma forte e áspera elevação, quase isolada, muito mais comprida que larga, constituída por terras muito inclinadas e coroada por um longo espinhaço de rocha que, do lado do nascente, forma, na metade S. da sua extensão, uma alta cortina vertical na direcção do eixo maior do cabeço e, do lado do poente, se nivela com a encosta que, em rápido e irregular declive, vai morrer na planura da várzea.

Para L., este outeiro desce, por uma escalavrada lingüeta de terras afogueadas, para os plainos das aluviões cascalhentas, que preenchem o largo trato de terreno chão entre Óbidos e Caldas da Rainha².

Concretizo em três ou quatro considerandos as razões que tive, para não duvidar um instante da habitabilidade deste alcantilado cabeço em épocas prehistóricas e portanto para iniciar a sua exploração.

1.º A disposição e forma do outeiro. Pela crista do morro, o penhasco irrompe do lado do nascente, como uma muralha natural, magnificamente disposta para ao longo dela se arrumarem muitas habitações primitivas, desde a cumeada até ao sopé. É isto uma in-

¹ Este nome devia ter sido posto pelos habitantes de Óbidos, porque efectivamente é para estes que o referido lugarejo fica por detrás do *Outeiro da Assenta*. Para os habitantes das Caldas, relativamente modernos, aquela denominação seria injustificável.

² Nas cartas geodésicas e derivadas, é o cabeço que se vê poucos metros ao S. da quinta de S. Miguel.

dicação quase infalível da etnografia prehistórica, tratando-se de um outeiro estratégico situado em região fértil.

2.º A sua situação. A *Vargem da Rainha* (é a denominação local) é uma ubérrima planície, das margens da Lagoa de Óbidos, e, quer se atenda à generosa produtividade deste torrão¹, quer às condições piscícolas da Lagoa, as populações préhistóricas, atraídas por este meio favorável à sua existência e tendo à sua disposição uma eminência inexpugnável, sádia e abrigada de um lado, deviam escolhê-la para aí estabelecerem a sua aldeia, donde desciam para as razzias venatórias e para a pesca da fauna lacustre. A confirmarem a minha lógica presunção, estavam as fartas aquisições de machados neolíticos, nas proximidades deste outeiro e do outro, a que já me referi.

3.º A fama de riquezas aí escondidas e a existência de uma nascente de água potável no sopé desta montanha com a significativa denominação de *Fonte da Moura*. É sabido como geralmente estas crenças populares tem aplicação a antigos locais habitados e são devidas a aeiados, a que o povo dá uma interpretação mais ou menos maravilhosa.

A tradição, que nos transmite esta crença, é também um indício quase sempre seguro de que o local indicado contém vestígios antigos.

4.º Percorrendo eu mesmo e de peito feito o outeiro, aí encontrei um fragmento de machado neolítico, alguns cacos aparentemente da mesma época, e um fragmento de tejolo antigo, de aspecto idêntico aos romanos, o que me veio ratificar com verdadeira satisfação a segura base das minhas conjecturas.

II

A aura de riquezas soterradas no *Outeiro da Assenta* tinha, neste caso, uma base recente em acontecimento de que, só depois, tive notícia e que passo a relatar. Quando, há cerca de vinte anos, se construiu a estação ferro-viária de Óbidos, a pedra necessária foi explorada no *Outeiro da Assenta*. Nestes trabalhos, ao ser atacada uma *lapa*, isto é, um ponto da rocha em que esta era saliente e formava, pela parte inferior, um pequeno abrigo, encontrou-se um depósito mortuário. Uma testemunha ocular do achado mostrou-me, não a lapa de que me ocupo e que foi destruída, mas outra idêntica, situada também a SO. no alto da encosta. Os cadáveres inumados debaixo da rocha eram sete e as posições, em que se encontravam os esqueletos, não eram uniformes. Em quanto uns estavam de costas, outros

¹ É provável que esta várzea estivesse submersa em tempos antigos.

estavam de bruços, mas todos os cadáveres tinham sido depositados ao longo do plano vertical da rocha.

Talvez para que a terra, que os envolvia, não fôsse, com o andar dos tempos, arrastada pelas águas, colocara-se, do lado externo dêste depósito e paralelamente à rocha, uma grande laje, assente de cutelo, que se achava totalmente soterrada. Formara-se assim uma espécie de ossuário ou sarcófago tóscico. Com os esqueletos apenas se encontrou uma vasilha de barro semelhante às actuais panelas daquela região; isto é, munida de duas asas sobre o bôjo. Claro é que os achadores não a pouparam e o meu guia colheu do chão uns cacos que lhe pareceram dêsse vaso; não os quis eu porêm recolher, atendendo à que era problemática a comprovação desta circunstância. Em todo o caso direi que êsses fragmentos eram aparentemente da época romana. Os ossos ficaram abandonados no cabeço e, procurando alguns restos, é certo que encontrei uns pedaços, já muito branqueados da sua longa exposição ao sol e às intempéries. Estes trouxe-os para Belém, porque a sua identificação me pareceu mais provável.

O achado porêm, que mais impressionara a vizinhança, fôra o de duas *argolas* de ouro. Vi o local, que me foi mostrado pelo referido guia. Estas jóias não estavam juntas, mas tinham sido colocadas um pouco desviadas e ocultas debaixo de pedras firmes do outeiro; isto deu lugar a que fôssem descobertas em dias diferentes. Pude averiguar que eram duas, e que foram vendidas por 14 libras a um ourives das Caldas da Rainha. Eram fechadas, cilíndricas e circulares, mas o diâmetro do aro era maior em uma do que em outra. Não tinham desenhôs.

III

O que vou publicar é quâsi textualmente o relatório diário dos trabalhos da pesquisa, que empreendi no *Outeiro da Assenta*; para confrontos bibliográficos de etnografia prehistórica, que tanto interessam a quem trabalha, não disponho de lazer neste momento. Ficam registados pela narração e pelo desenho os vestígios da prehistórica estância e isso é, na verdade, o essencial para a paleoetnografia portuguesa¹.

¹ Cumpre-me, antes de continuar, referir-me a um cavalheiro, residente em Óbidos e aí notário, que me facilitou, com a sua melhor vontade, tudo quanto eu precisava para a exploração, desde a licença dos proprietários (Srs. Pedro Ferreira e José Agostinho) até à expedição dos caixotes. O nome, pois, do Ex.^{mo} Sr. António Roque Carvalho Machado fica inscrito na lista dos beneméritos, a quem a arqueologia e portanto a história nacional devem sinceros e desinteressados serviços.

Iniciei os trabalhos em 24 de Maio de 1911. Tendo palmilhado o monte em todas as direcções, não se me deparou nenhuma ruína, nenhum indício aparente, que chamasse a minha atenção para algum ponto em especial. Guiei-me pois por meras presunções para começar as covas de sondagem, e assim escolhi, na parte mais elevada do cabeço e na base da grande cortina de pedra, um recanto abrigado pela disposição dos penhascos e exposto ao nascente, onde alguma família primitiva poderia ter construído, com relativo conforto, a sua habitação. Foi também num recanto, num verdadeiro beco sem saída, que, no *Outeiro de S. Mamede*, o Sr. Bernardo de Sá, colector que foi do Museu Etnológico, encontrou os vestígios de uma habitação e, se me não engano, um precioso esconderijo de pontas de seta, de uma forma verdadeiramente característica. S. Mamede pertence à mesma rica região arqueológica do *Outeiro da Assenta*; fica-lhe a 5 quilómetros ao S.

A superfície do terreno era, no local escolhido, de bravo aspecto. Grandes calhaus desprendidos da penha iminente, arbustos que ocultavam a pouca terra livre, entulho acumulado por séculos, tudo isto dificultava enormemente o trabalho, mas podia encobrir algum fundo de habitação, com que eu sonhava. Começando a ser removidos estes destroços, a cerâmica prehistórica começou também a surgir, e, além desta, outra da época romana. Os cacos prehistóricos pertenciam a vasos trabalhados sem roda e um deles era ornamentado com desenhos característicos; os que supus de procedência romana, revelavam o emprêgo da roda; a pasta e cérâmica também eram diferentes das dos outros. Em camadas superficiais, sujeitas a remeximentos e a transportes, o facto era explicável, mas por si só já demonstrava que o cabeço tinha sido habitado, mais ou menos continuamente, desde os tempos prehistóricos até a conquista romana.

Prosseguindo os trabalhos no mesmo sítio, escolhendo-se e removendo-se as terras, todos os materiais exumados denunciavam que efectivamente o lugar pudera ter servido de plataforma de uma habitação. Juntamente com ossos decompostos, alguns humanos, outros animais, apareciam fragmentos de conchas utilizadas na alimentação, cacos de pasta e fabrico grosseiro, dos quais uma parte ornamentada com estrias simples, em séries, sem intenção de formar um motivo determinado outros de época mais recente, talvez pré-romana, e ainda outros romanos, bem caracterizados, e, neste segundo dia de trabalho, um machado de pedra polida, gasto porém nas extremidades, como se tivesse servido de martelo ou utensílio contundente.

Estes materiais encontravam-se na mais ideal confusão, na mais completa mistura, em profundidades diversas, sem que me fosse possível estabelecer qualquer relação cronológica derivada da situação.

Compreendia-se, durante a faina dos meus trabalhadores, que os calhaus, que os embaracavam, haviam-se destacado da escarpa sobranceira no transcurso dos séculos; a formação de húmus, pelos ventos e pelos detritos vegetais, preenchera os interstícios das pedras; as chuvas deslocaram os materiais, dando lugar a que os restos de épocas diferentes se confundissem, uns sendo arrastados até o fundo das menores fendas, outros deslizando pouco a pouco dos sítios mais elevados para se sobrepor aos que primeiro tinham sido transportados. As fases de esta escavação iam-me convencendo de que uma ou mais habitações ali se haviam ajeitado na época prelóstrica. Era asperríssimo este segundo dia de trabalho, em consequência da nortada fresca que, ao fundo das encostas, agitava os trigais ver-dejantes com arrepios que galopavam pela várzea fora; sem embargo, no ponto onde eu e os trabalhadores nos colocáramos para esta pesquisa, estávamos como dentro de uma casa!

*

O terceiro dia estreava-se por um achado de bom agouro: uma ponta de seta triangular, mutilada no vértice. Era de silex escuro. Daí a pouco, encontrava-se um estilhaço da mesma rocha. Amiudavam-se os achados com a profundidade da pesquisa, se os compararmos com os do dia anterior.

As cascas de ostras apareciam com freqüência, mesmo nas mais fundas camadas; era evidente que os antigos habitadores exploravam as águas da lagoa, tal como ela seria nessa época remota, para a sua alimentação. Hoje a ostra é uma raridade naquelas águas semi-salgadas.

No dia imediato, tendo verificado que não podia profundar mais a escavação, pelo dédalo de pedregulhos em que me embrenhava, tentei revolver no alto do cabeço um sítio, onde me informaram que tinham aparecido umas *garrafas* de barro (obra púnica ou romana?). Foi porém infrutífera a pesquisa.

*

Um trabalho, que convinha fazer, era o de examinar as camadas de detritos na encosta abrigada pela alta cortina do penhasco, que coroa longitudinalmente grande parte do cabeço. Essas camadas deviam ser constituídas pelos materiais que, desde sempre, iam caindo

de cima, juntamente com os restos que as habitações ali tivessem acumulado. Para isso abriu-se uma vala perpendicular à cortina, de modo que os estratos pudessem ser observados nas paredes laterais da vala. (Vid. fig. 3).

Começou logo a aparecer casca de ostra, em grande abundância, bem como valvas de berbigão e amêijoas; em suma, rebotalhos de cozinha. Da indústria prehistórica, exumou-se um fragmento de faquinha de silex; cacos com asa mamilar; outros ornados de desenhos incisos; de carácter romano também se encontraram alguns, mas em muito menor quantidade. À profundidade de 2 metros, estava um pe-



Fig. 3 — Sondagem feita na encosta L. e entulhos extraídos com as pedras dispostas em parede

daço de osso craniano e outro de osso longo de homem; a terra era neste ponto muito negra. Não pude distinguir camadas estratificadas. Mas, no seguimento desta escavação, as valvas de ostra encontravam-se reunidas aos montões; os cacos ornamentados prehistóricos e os ossos também não rareavam. E, como peça interessante, apanhou-se uma faquinha de silex, como as dos *kjökkensköddinger* portugueses, e outras de maiores dimensões.

*

As sondagens até aqui descritas, con quanto não tivessem sido estériles, não eram todavia tam elucidativas, como eu desejava. Os restos

prehistóricos abundavam nas camadas mais profundas; os romanos encontravam-se em muito menor quantidade e à superfície do terreno. Mas uma estratificação bem caracterizada não aparecia; os planos eram muito inclinados demais, para que se reúnissem condições favoráveis à fixação de estratos arqueológicos de certo rigor.

Era pois preciso procurar outro local para a exploração do cabeço. Um dos trabalhadores contou que, na planura superior do outeiro, onde era o terreno baldio, um homem se lembrara de cultivar batata e que era freqüente, ao remexer a terra, encontrarem-se uns objectos de barro, que, pela descrição, me pareceram pesos de rême.



Fig. 2 — Escavação na extremidade N. da plataforma

Dirigi-me pois para o sítio indicado, que era a extremidade NO. dessa plataforma, à borda de um esporão do penhasco que coroa o morro. (Vid. fig. 2). Efectivamente, às primeiras cavadelas, descobre-se-nos um desses curiosos utensílios. Era de forma ovoíde com um canal no eixo maior. Os entulhos davam cacos em grande quantidade, alguns fragmentos de ossos e grãos carbonizados ou escurecidos, que pareceram de trigo e se acumulavam de preferência ao lado de alguns fragmentos de cerâmica. Estes restos constituíam dois agrupamentos, parecendo um deles formado de dois menores. Recolhi separadamente os cacos do vaso maior que se achava inteiramente feito pedaços, esmagado e deslocado. Era uma urna ou panela cheia, ao que parecia,

de cereais. Os outros dois continham também sementes cerealíferas, no mesmo estado de decomposição.

Devo porém consignar que esta cerâmica já acusava o emprêgo da roda de oleiro. Não era possível medir estes restos, mas não se julgue que eram pequenos recipientes. A par disto, o espólio retirado nesta parte do outeiro incluía variado material, que enumero: pedaços de barro cozido, grosseiro, não de vasos, mas irregulares e espessos, que apresentavam em uma ou duas faces impressões dos caniços, com que deviam ter sido construídas as cabanas dos antigos habitantes do cabeço; um volante de fuso (cossouro), cacos ornamentados prehistóricos e alguns romanos, um serrote de bronze, um escopro, um raspador, e diversas faquinhas de silex. Todavia nem *tegulae*, nem trituradores ou mós primitivas, nem mós giratórias.

Não podia limitar-me a estes achados; era preciso insistir e fazer falar o terreno.

Em outro dia, o primeiro objecto desenterrado foi uma fibula; já dessa eventualidade eu tinha prevenido os meus trabalhadores. Depois surgiu um peso de barro, de tear prehistórico, com quatro orifícios; continuaram as facas de silex a aparecer, estando algumas a mais de 1 metro de profundidade.

Os recipientes de sementes, cujos destroços se iam separando da terra, achavam-se a 2 ou 3 palmos de profundidade. Alguns seixos, sem vestígios de trabalho, tinham aderente uma fina camada de depósito calcáreo; o mesmo depois verifiquei em machados de pedra desta estação arqueológica. Esses seixos foram para ali conduzidos pelo homem, não só porque não há aluviões no cabeço, tanto quanto me pode persuadir a ausência de estratos de calhaus rolados, mas ainda porque o facto das concreções calcáreas se dava também com os instrumentos neolíticos, depositados nas mesmas condições e ao mesmo tempo.

Notei mais:

Um pedaço de cerâmica com orifício, que não sei classificar.

A 6 palmos de profundidade, isto é, ao nível dos vestígios pré-históricos, um belo machado de pedra polida.

Uma ponta de seta de silex; um belo ponteiro de bronze e outra haste énea, talvez furador.

Um calhau com lascamento, segundo parece, não casual e de um só lado, e por fim, mãos de gral em número de duas, talvez.

*

Sem embargo da aparente confusão dos depósitos, uma observação eu já podia fazer com toda a segurança; os materiais pré-históricos

encontravam-se exclusivamente nas camadas mais profundas da escavação, que eu ia dirigindo em avanços sucessivos e paralelos entre si, e, comparativamente com os restos mais modernos, eram êles em muito maior quantidade. As urnas com os cereais ocupavam a zona superior dos cortes de terra, o que bem correspondia à natureza da cerâmica, de que eram constituídas. Esta escavação atingia mais de 1^m,50 e, a essa profundidade, já apareciam valvas de amêijoas, e com elas, fragmentos de facas de silex, pesos de quatro orifícios e mais uma ponta de séta. Os cereais portanto não eram da ocupação mais antiga.

Comecei então (era o oitavo dia de trabalho) a notar uma estratificação mais pronunciada nos depósitos; eu ia avançando para a região central da plataforma do cabeço na direcção SO. e afastando-me da sua extremidade declivosa, onde naturalmente a confusão dos depósitos se devia ter dado, desde os primeiros tempos da habitação.

E assim, principiando pela superfície, eu via a primeira camada de terra humífera, constituída pela decomposição das raízes dos arbustos e das gramineas, com cerca de 0^m,20 de espessura. Seguia-se o segundo estrato, composto de barro vermelho, cuja presença, nesta altura, julguei que só se podia explicar pelo transporte intencional, por exemplo, para formar um pavimento de habitações. Também podia ser o resultado da derrocada de habitações, que tivessem o teto protegido por barro.

Inferiormente, havia uma zona muito desigual de entulho com terra e pedras, à qual se seguia outra de terra escura, que era propriamente a camada prehistórica; neste dia forneceu ela mais dois pesos de quatro orifícios. Os cereais carbonizados ou decompostos, bem como os fragmentos dos potes que os continham, achavam-se encravados na camada de entulho, o que demonstra que pertencem à época em que se lançou o barro do segundo estrato ou se viveu sobre ele, porque êste estrato foi rôto para depositar os recipientes-tulhas.

Na camada mais baixa, juntamente com os silices, encontrou-se um pedaço de barro cozido, que por ser curvo e grosso, mas muito tóscos, me pareceu à primeira vista ter pertencido a um vaso avantajado; a pasta porém é idêntica à dos pedaços que apresentam as impressões de caniço. A hipótese, que me ocorre, é que fazia parte efectivamente do revestimento argiloso das cabanas, nalgum ponto em que houvesse uma abertura para o exterior, uma chaminé, por exemplo.

As vasilhas, que continham as sementes, tem uma pasta dura e apresentam uma singularidade nos seus planos de fractura; êstes planos, em vez de serem perpendiculares às superfícies dos vasos, são muito obliquos, dando aos fragmentos o aspecto de lascas. Como

explicar esta circunstância? Presumo que as pressões que sofreram na terra, de cima para baixo, em sentido vertical ou talvez algum processo especial de os formar e trabalhar à roda, dão uma explicação plausível d'este facto. Não pude determinar as asas d'estes vasos; talvez as não tivessem, porque o bordo da boca era bastante saliente para dispensar êsses apêndices de preensão.

As sementes porém, não estavam só dentro d'estes recipientes; debaixo do estrato de barro, que acima descrevi, havia umas zonas irregulares de terra negra e de aspecto carbonizado, que também continham cereais no mesmo estado. Parte das sementes contidas nestas olas aderia à sua superfície interna.

Nesta altura dos meus apontamentos escritos no acto da exploração, encontro ainda lançada a minha dúvida acerca da origem desta camada de barro, tendo até consignado que, se êsse barro não tivesse sido transportado intencionalmente para ali, eu não sabia dar outra melhor explicação.

*

Continuando a escavação no ponto em que as camadas estratificadas davam ao trabalho uma importância especial, porque a situação dos objectos começava a ter um significado cronológico, verificou-se o aparecimento de outro peso de rede, ovóide e perfurado longitudinalmente. Casualmente foi avistado, antes de se soltar do estrato que o continha e pude então notar rigorosamente a sua posição. A zona onde ele se mostrava, era aquela camada de terra escura subjacente à que se caracterizava pela presença dos cereais carbonizados; só depois desta observação feita e arquivada, é que êste objecto foi retirado do seu lugar. A êste nível apareciam também os pesos de tear, a que já me tenho referido e que são análogos aos da estação de S. Mamede.

Esta camada era seguramente da época prehistórica, sem mistura alguma com os estratos superiores; estava intacta; o que tem importância para estudar a etnografia do povo que ali viveu nesses afastados tempos. Para melhor caracterizar esta camada, um dos trabalhadores encontrou um magnífico machado de pedra, com o gume em óptima conservação, o que valeu ao achador uma apoteose dos companheiros. É um pouco deprimida a secção transversal d'este exemplar prehistórico.

A este achado seguiu-se o de um cossoiro e de um caco com furo cónico.

Quando eu me ocupava em redigir esta notícia, o meu excelente amigo, Dr. Joaquim Manuel Correia, das Caldas, a quem o Museu

Etnológico é devedor de numerosas provas de dedicação, remeteu um caco com grafito, encontrado por pessoa de sua família no *Outeiro da Assenta*. As letras gravadas sobre a pasta seca parecem de tipo arcaico ou cursivo romano, correspondendo a **A₁X**.

Deve entender-se que se trata de um fragmento cerâmico, onde três caracteres não estão completos; apenas um, o segundo, o parece estar. Ao último falta o provável prolongamento de uma das hastes. Também por isso, não se pode verificar se havia mais letras no vaso, para trás ou para diante destas quatro. Não era raro, na etnografia romana, inscrever o nome do defunto, ou alguma fórmula, em vasos sepulcrais. Estes tipos de escrita são anteriores à era christã, mas na Assenta os vestígios romanos são pouco abundantes (*Cours d'épigraphie latine* par R. Cagnat; Paris, 1889, p. 2).

Aqui interrompi os meus trabalhos. A segunda campanha foi feita em 1913, quando eu já não pertencia ao Museu Etnológico.

(Continua).

F. ALVES PEREIRA.

Antiguidades de Tomar

Ofício ao Sr. Presidente do Conselho dos Monumentos Nacionais

Havendo-me V. Ex.^a incumbido de ir a Tomar examinar as ruínas romanas chamadas «de Nabância», para, depois do exame, eu dizer se elas merecem, ou não, ser conservadas, venho desempenhar-me da honrosa missão.

Parti de Lisboa no dia 22 à noite, e no dia 23 de manhã dirigi-me para o local das ruínas, em companhia do meu colega e amigo Dr. Vieira Guimarães, que, sabendo da minha visita, quis dar-me o gôsto de andar comigo.

As ruínas ficam em uma propriedade particular no sítio dos *Cardais*, e chamam-se *Nabância*, depois que Possidónio as crismou assim¹: constam essencialmente de restos de casas que estiveram arruadas, de um pavimento de mosaico policrómico (*opus vermiculatum*), já muito deteriorado, e de fragmentos de colunas dispostas em filas ainda *in situ* (bases quadradas de pedra e fustes formados de fiadas circulares de tijolo²), e distanciadas entre si 1^m,84, e do mosaico

¹ *Boletim do Carmo*, III (1882), 152-154.

² Cada fiada compõe-se de quatro quartos de círculo agrupados entre si, conforme o modelo que se vê no *Arch. Port.*, I, 315.

uns 10 metros. Entre a fila de colunas de que falei, e o mosaico, há duas outras bases de colunas avulsas. (Vid. um esquema na fig. 1). Pelo chão descobrem-se pedras de tégulas e de mós, e em um sítio está meio soterrado um *dolium*, quebrado.

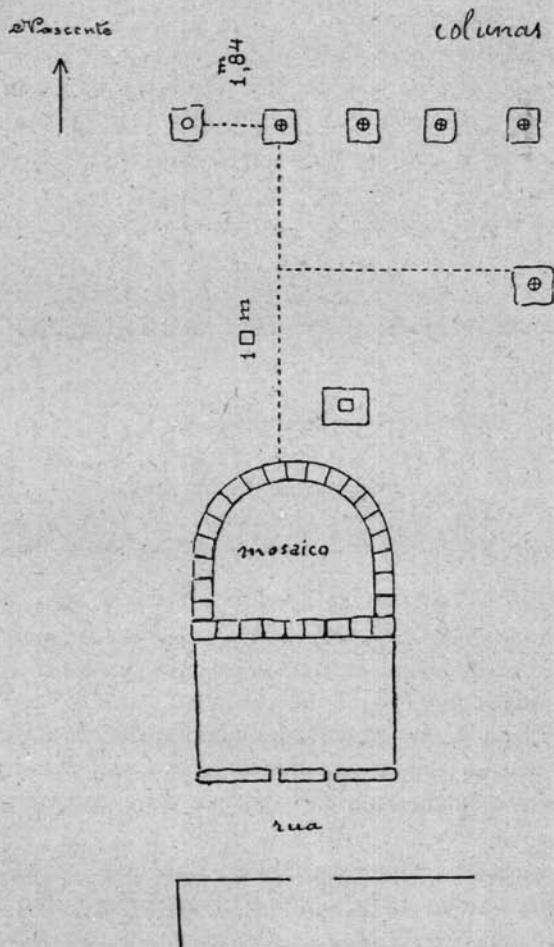


Fig. 1

Nestas ruínas apareceram vários objectos de que Possidónio deu notícia em 1882¹, e alguns dos quais se acham guardados em uma casa moderna, pertencente à propriedade em que jazem as ruínas; entre êsses objectos vi: muitos *pondera* ou pesos de barro, de várias

¹ *Boletim do Carmo*, III (1882), 152-154.

formas, um de êles com uma marca estrelada no topo (fig. 2), outro com um sulco em volta da abertura do buraco transversal (fig. 3); asas, bocais, colos e fundos de ânforas de barro, de idade posterior ao séc. I (vid. um colo na fig. 4); pedaços de lucernas, tambem posteriores ao séc. I, de tijolos ou *láteres*, e de vasilhas pequenas grosseiras; pedaços de barro com impressões de patas de animais (cabra, etc.), feitas quando o barro estava ainda fresco,—curiosidade que não raro se nota nas ruínas desta espécie; pedaços de *terra sigillata*, mas sem marcas; discos de vidro branco, talvez tésseras de jôgo; *molae manuariae* ou mós de mão; *imbrices* ou telhas curvas; um cabo de bronze, de espelho ou de pátera (fig. 5); moedas de cobre dos sécs. III e IV, de Cláudio II¹, Lícínio Senior², Constantino II³, etc.; bases ou capitéis de colunas de pedra.

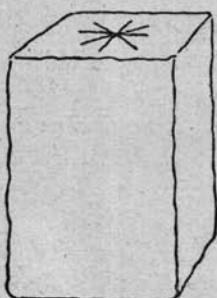


Fig. 2

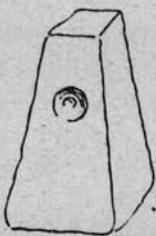


Fig. 3



Fig. 4



Fig. 5

Disse eu acima que foi Possidónio quem crismou de *Nabância* as ruínas. A felicidade que assistiu ao prestimoso arqueólogo, e fundador do Museu do Carmo, quando as descobriu, desamparou-o na denominação que às mesmas deu, porque o pouco que sabemos de Nabância não nos autoriza a localizá-la ali.

O mais antigo livro que nos fala de Nabância, e que Possidónio desconheceu, é, que eu saiba, o *Breviarium* da igreja de Braga, impresso nessa cidade em 1494, e de que existe um raríssimo exemplar na Biblioteca Nacional de Lisboa: aí se conta o martírio de Santa Iria,

¹ IMP · C · CLAVDIVS AVG ·
IOVI VICTORI

² IMP LICINIVS · · · ·
SOLI INVICTO COMITI

³ FL · IVL · CONSTANTIVS NOB · C ·
GLORIA EXERCITVS

T F

, no exergo: PAR.

sucedido, segundo élé, no séc. VII¹, no tempo em que *Castinaldi e Casie*, sua esposa, tinham o governo de Nabância (*qui principabantur apud NABANTIAM*), e habitavam ao pé de uma torrente chamada *Efon*, que deve corresponder ao Nabão². Antes do séc. XV nenhum outro texto impresso conheço que fale de Nabância³.

Se queremos denominar *Nabância* um local em que existam vestígios do passado, esse só poderia ser a margem esquerda do rio, à entrada de Tomar para quem vai de Coimbra: aí está o convento e igreja de Santa Iria; aí o poço ou pego onde a lenda narra que arremessaram a santa. Nos campos que ficam separados do convento e igreja pela estrada coimbrã tem aparecido, segundo me informa o Sr. Dr. Vieira Guimarães, alicerces de casas, tijolos queimados (lares), cimalhas, fragmentos de estátuas, etc.⁴ Um touro de pedra, que foi embutido num ângulo do convento, e que de longe se vê perfeitamente, é provável que também provenha de esse campo. Todavia não é sem certa reserva que faço a afirmação que há pouco fiz, pois não desejo que de futuro algum arqueólogo me acuse de crismador, como eu, embora às boas, acusei o benemérito Possidónio, quanto já em 1618 Isidoro de Barreira, na *História de Santa Iria*, logo no frontispício do livro, identifique Nabância com Tomar.

*

Antes de chegar à conclusão a que pretendo chegar, permita-me V. Ex.^a que o informe do achado de duas pedras de certo mérito, uma da época romana, outra da época medieval. Ambas elas me foram indicadas pelo Dr. Vieira Guimarães.

A pedra romana está na base da torre de menagem do castelo de Tomar; apareceu por 1912, quando a torre se desentulhou. Mede 0^m,89 (altura) \times 0^m,50 (largura) \times 0^m,50 (espessura) *plus minus*, e tem na parte superior de uma das faces maiores uma inscrição de bela letra do séc. I, de 0^m,095 de alto na 1.^a linha, e 0^m,007 na 2.^a, e diz:

GENIO
MVNICIPI

¹ O texto diz *anno. dñi. m. liii*, mas deve entender-se *m* por *ui*, o que dá 653, data que combina com a que vem no *Breviarium Eborense*, Lisboa 1548, coluna 1600-1606.

² Não cito a página, porque o Breviário não tem paginação.

³ Cf. Florez, *Espanha Sagrada*, XIV, 402.

⁴ Cf. *O Arch. Port.*, I, 13-15.

isto é, «ao Génio do município», — inscrição que nos prova que a antiga povoação romana (Nabantia?), de que provém Tomar, pertencia à classe dos municípios. Esta inscrição, até agora inédita, é comparável a uma de Midões, pela natureza da divindade a quem era consagrada¹. Não erraremos supondo que a pedra de que estou tratando provém dos campos de que acima falei, situados à entrada da cidade; de lá provieram igualmente as outras lápides epigráficas que fazem parte das paredes do castelo, e que, por serem muito conhecidas, não específico aqui.

A pedra medieval está encaixada no lado interior de um dos muros do cemitério. Contém também uma inscrição, que, por estar muito cheia de cal, que me foi necessário raspar delicadamente com as unhas e com um estilete de pau, me custou um pouco a ler; mas apurei o texto, que diz:

VII : NONAS : MA
GII : OBIT : GARSIA
: VERMVDI : CVI : SI
T : BÆTA : REQVES
: E : M : CCXIII : ♫

isto é: «no dia 7 antes das Nonas de Maio morreu Garsia, filho de Vermudo, o qual tenha repouso feliz; era de 1213». Este texto pressta-se a várias considerações, de cronologia, paleografia e filologia, que por brevidade omito; basta notar que a era de 1213 corresponde ao ano de 1171, data verdadeiramente respeitável em inscrições de Portugal².

*

Da minha rápida visita às ruínas que Possidónio chamou *Nabância*, nome que muito quadrou nos Tomarenses, conclui que, embora elas sejam modestas, vale a pena conservá-las, tanto mais que, com a aquisição do respectivo terreno, com a feitura de um telheiro que abrigue o mosaico, e a de um tugúrio em que se recolha o guarda

¹ Vid. *Religiões da Lusitania*, III, 296.

² Por esta lapide estar exposta ao tempo, e arriscadíssima a ser estragada pelos visitantes do cemitério, oficiei em 3 de Dezembro de 1913 e 25 de Fevereiro de 1914 ao Ex.^{mo} Presidente da Câmara Municipal de Tomar, pedindo-a para o Museu Etnológico. Tive como resposta, em 3 de Março, que a Ex.^{ma} Comissão executiva da mesma Câmara pensava na fundação de um Museu onde a pedra ficaria; e por isso é de crer que esta já esteja agora guardada, e a bom recato, em lugar seguro.

e se conservem os objectos arqueológicos hoje expostos em casa de empréstimo, se despenderá quantia deminutíssima.

Estas ruínas relacionam-se com outros restos romanos de Tomar, a que acima me referi; portanto tem importância para os anais da terra: e é dever de quem superintende em cousas de interesse público velar por elas. Além de isso *Nabância* é muito conhecida, já mesmo ao longe: a sua notoriedade leva a Tomar forasteiros curiosos de ver velharias: que se diria se o Governo, sob proposta do Conselho dos Monumentos, mandasse apagar aquilo que Possidónio, inspirado em nobres sentimentos de amor da pátria e da história, com tanto afeto desenterrou do chão?

J. L. DE V.

Carimbagem de patacas em S. Tomé

O alvará de 26 de Fevereiro de 1643 (Aragão, *Descrição das moedas*, p. 266, vol. II), que determinava a carimbagem das patacas então em circulação, estabeleceu que essa carimbagem se efectuasse no Pôrto, Évora, Faro, S. Salvador, Baía, Rio de Janeiro, Maranhão e nas ilhas de S. Tomé, Cabo Verde, Terceira, S. Miguel e Madeira.

Pelo documento abaixo transcrito prova-se que essa carimbagem se realizou de facto em S. Tomé e que tinha cessado em 1658 pela quebra dos carimbos.

Por julgar inéditos estas pormenores, parece-me curiosa a divulgação do documento cujo original se acha em meu poder.

Os carimbos a que se refere o citado alvará são conhecidos e podem ver-se em Meili, vol. II, p. 21, fig. 1 a 6, onde se vêem duas variantes do carimbo de 480 e três do de 240, provavelmente correspondentes a outros tantos locais de carimbagem.

Segue-se o documento:

«Carlos de Napoles Cavaleiro professo da ordem de nosso Sn^r Jesus Christo, Gu^{or} e Cap^{am} Gn^{al} d'esta Ilha de S Thomé & seus districtos por Sua Mg^{de}:

Certifico que entrando a governar esta ilha achei morador n'ella a Ant^o de Barros Castello-Branco e por q^{to} por carta especial de sua Mg^{de} que trouxe de Portugal cõ hñ cunho cõ o qual o ditto Sn^r me ordena mandasse cunhar todas as patacas em .. (?)¹. E porque cónvinha

¹ Talvez haja a palavra que aqui falta, correspondente à ideia de «curso», «circulação».

nomear pessoa de suficiencia, abonada e intiligente assi para reconhecer o pezo das ditas patacas, como p^a as fazer marcar e fazer receita e despeza ás partes, e estas circunstancias cõcorrerem na pessoa do dito Ant^o de Barros Castello Branco, cidadão d'esta Ilha de S. Thomé ouve p bem de o nomear Sellador das ditas patacas. E emquanto não quebrou o ditto cunho deu plena satisfação do que lhe estava a seu cargo: He merecedor de honra e m que o ditto Snor lhe quizer fazer: passo o referido na verdade, o que juro pello habitto de nosso Snor Jesu Christo de que sou professo.

Dada na Ilha de S. Thomé sob meu sinal e sinete das minhas armas aos oito de maio de 658.—*J. B. Carlos de Napoles.*

*

Antonio Cabral Cuelho tan. publico de notas neta sidade de Lx. por El Rei noso senhor. Certifico o sinal asima he de Carlos de napoles nẽ ce confude.

Lx. vite de agosto t^e sentos e treze anos.

Conta sinco test... (tostões?)—*Antonio Cabral Cuelho».*
(...?...)

Portalegre, 3 de Dezembro de 1913.

FRANCISCO CORDOVIL DE BARAHONA.

A colecção de «milagres» do Museu Etnológico
Português

Nos costumes religiosos do povo perdura, ainda bem vívido, o preceito de tradição multissecular, que consiste na deposição de oferendas nos santuários, em honra dos santos oragos, ou, e principalmente, em honra de santos de afeição particular. De mais a mais, no calendário católico aparecem dias e festas consagrados ao culto dos advogados celestes contra toda a espécie de perigos, males e afecções. São estes santos que mais adornados tem os seus altares com as dádivas piedosas dos fiéis, que, favorecidos em evocações desesperadas, manifestam assim a sua gratidão pelo benefício recebido.

O indivíduo que implora o auxílio divino faz um «voto» ao seu santo. Uma vez escutado o seu pedido, êle tem a obrigação de executar

a promessa (*solvere votum*). «Depois da realização dos desejos do requerente, a promessa é executória; e ela pode ser dirigida a uma divindade qualquer, compreender as mais diversas estipulações, com a condição de dever ser cumprida pelo seu autor, ou, na falta dele, por quem de direito público ou civil o substitua»¹.

Chama-se *ex-voto* a oferenda levada ao altar, ou lugar sagrado, daquela entidade divina, a quem se pediu alguma cousa, e de quem se obteve a realização do pedido.

Não eram, nem são, sómente estas as oferendas em honra dos deuses. Constituíam-nas: as primeiras colheitas de frutos ou cereais (*primícias*), cabeças de gado, objectos e alfaias de culto, utensílios e matéria para iluminação; e a representação de milagres (*ex-votos*) feitos em benefício do oferente, a qual podia ser escultural, pictórica, ou simplesmente gráfica.

E digo «não eram», porque este costume subsistente provém dos tempos do paganismo. A obrigação de consagrar aos deuses as *primícias* dos bens de que eles são autores é o próprio fundamento da oferenda². Isto, dito em referência ao paganismo, tem aplicação na definição do critério da primícia cristã. Quanto às demais espécies de oferendas, na crença pagã ou na católica, a sua natureza está na facilidade possível de todo o homem, quem quer que seja, oferecer aos deuses da sua teogonia todos os objectos³.

Por esta razão, o número e a variedade de cousas oferecidas à divindade encheram na antiguidade os templos, sobretudo os de maior celebriidade. E, depois, as igrejas cristãs cobriram também de oferendas piedosas e agradecidas as suas paredes, em especial quando se referem a santos cujos milagres são os maiores e mais numerosos. Lembrem-se para exemplo, os tesouros dos tempos de Delphos, ou de Olímpia, e os bronzes de Delos, as armas da Acrópole de Atenas, os quadros do Propileu, as alfaias sagradas de Elêusis. Pelos templos do nosso país, catedrais e capelinhas, os *ex-votos* são numerosíssimos; em Lisboa é grande e importante a colecção da capela do Senhor dos Passos da Graça e a da Senhora da Penha de França, uma e outra dignas da melhor curiosidade.

Ora, entre os *ex-votos* ocupa lugar de honra especial o «retábulo» ou «milagre». Ao lado dos objectos que figuram membros curados

¹ *Dictionnaire des antiquités grecques et romaines*, de Daremberg & Saglio, s. v. «Devotio».

² *Ob. cit.*, s. v. «Donarium».

³ *Ob. cit.*, *id.*

e outros órgãos do corpo humano, ou representações de animais domésticos sobre que incidiu a cura milagrosa, aparecem em número, qualidade, arte, etc., os «retábulos». Estes são quadros pintados em madeira, folha de lata, cartão, e às vezes em tela. Vê-se neles em regra a pessoa que pediu o favor celeste, aquela em quem esse favor recaiu, o Santo implorado que aparece com todos os seus atributos,— tudo em um cenário que explica incisivamente a natureza do milagre. O «retáculo» tem sempre a sua parte gráfica, onde se indicam os nomes das pessoas que figuram nele e o do Santo que recebe essa prova de gratidão, como também a data do fenómeno e qual este seja. Dá o povo ao quadro o nome de «milagre», por simples metonímia.

O que esta espécie de oferenda é no tempo e na literatura, e mesmo na arte, não sera difícil de historiar. A série arqueológica (monumentos) se-lo há assim também tam fácil¹.

Os retábulos ou «milagres» exprimem uma sobrevivência actual dos hábitos do paganismo, transmitidos pelo conquistador romano. «Os Romanos faziam com freqüência votos aos deuses, e levavam-lhes *donaria*². Mas também eles, como os Gregos, haviam recebido de civilizações anteriores esse acto cultual.

No culto pagão houve, bem como ao depois nas religiões monoteísticas, três actos primordiais:—oração, sacrifício, e oferenda. Esta apresentava, segundo a sua finalidade, três classes: ou era *propiciatória*, e placava os deuses para os dispor a favor futuro; ou era *expiatória*, e oferecia uma satisfação a qualquer mau acto; ou era *gratulatória*, e celebrava o favor, *milagre*, concedido pela benevolência divina³. À última classe pertence o *ex-voto*; e, no nosso caso especial, o «milagre», espécie de *ex-voto*, como é.

«As primeiras ofertas aos deuses, a esse *numen* misterioso que domina o mundo, foram as armas. Os machados votivos estavam em uso no fim da idade neolítica, porque se encontraram alguns nos túmulos e fabricados de pedra tam friável que não podiam servir para uso prático, sendo certamente imagens sagradas ou funerais⁴. No Museu Etnológico vêem-se alguns machadinhos de pedra polida que certo não

¹ Museu Etnográfico Português, considerações por J. Leite de Vasconcelos, 1894, p. 12.

² J. Leite de Vasconcelos *Religiões da Lusitânia*, vol. III p. 395. Lisboa, Imprensa Nacional, 1913.

³ *Dictionnaire des Antiquités*, s. v. «Donarium».

⁴ *Le Origini della Civiltà Mediterranea*, di Angelo Mosso, 1910, in *La Preistoria*, II, capitolo VI, «Fascia Sacra», p. 77.

serviriam de outra cousa, em razão do tamanho e da sua bôa ou ótima conservação. Mas, antes do período neolítico, outros períodos houve; e a idea divina, em sua máxima rudeza, teria certo como depois, pela sua accão terrífica, a oferenda de *ex-votos*, quais fôssem eles, e por mais grosseiros que se imaginem na sua feição feiticística e bruta.

O progresso da civilização e da ideia mitológica fez com que as oferendas diversificassem. Não foram os Helenos que inventaram a ideia religiosa e com ela a formação dos actos cultuais. Não foram tampouco os Egípcios que criaram essa primeira manifestação simbólica do homem, em frente dos mistérios da vida e da natureza. O culto da pedra nas idades prehistóricas forçosamente teria nas suas oferendas o que correspondesse às oferendas pagãs conhecidas. Seriam pedras informes com valor simbólico, esboços e tentames de figuras¹, que deram ulteriormente os bétilos, os ídolos informes, os *xbâana*, etc.; seriam massas pétreas como as que formavam os primórdios dos altares, dos dólmenes, das colunas (*menhires*).

Em tempos históricos o voto, que se realizava após a execução dos desejos do suplicante², estipulava-se de diversas formas: em aras, cipos, estátuas, placas lapidares (*tabulae votivae*), e inscrições votivas³. Nenhum assunto era banido, e desta maneira as estatuetas de bronze, as figurinhas de barro, evidenciam que toda a liberdade foi deixada à fantasia dos artistas e dos devotos: scenas domésticas, grotescas ou obscenas, não são consideradas como indignas de se mostrarem num templo⁴. É um realismo absoluto.

As *tabulae votivae* «atestam e celebram admiráveis milagres, proclamando assim e perpetuando o reconhecimento pelas graças concedidas»; e representam doentes curados, desastres no mar e em terra... A oferenda vai acompanhada de uma inscrição dedicatória, gravada no objecto oferecido; e inclui o nome do donatário, a divindade a quem se oferece, e o motivo da dedicação, em verso ou em prosa⁵.

No Egipto o rei mandava pintar nas paredes dos templos, a toda a altura dos muros, quadros votivos: de um lado, o Faraó oferecia virtualhas, flores, emblemas; do outro lado, os deuses ouvem e fazem

¹ *Le Origini della Civiltà Mediterranea*, de Angelo Mosso, 1910, in *La Preistoria*, II, capítulo VIII, «Figure Votive», p. 101.

² Felice Ramorino, *Mitologia clássica* (dos Manuali Hoepli), Milano 1911, p. 121 sgs.

³ S. Reinach, *L'homme d'Orient*.

⁴ *Dictionnaire des Antiquités*, s. v. «Donarium».

⁵ *Ob., cit. id.*

sinais de protecção. Em volta dos templos, exteriormente, penduravam-se quadros representativos de batalhas cuja vitória era atribuída também aos deuses¹.

Na antiguidade clássica a mais perfeita das oferendas é a estátua do deus². Depunham-se estátuas nos templos. Eram imagens de metal, pedra, madeira, marfim, ou barro. Entregavam-se à atenção divina altares: *arae, altaria, acerrae, turibula, foci, focula*; utensílios de iluminação: *lucernae, celiolaria, tripodes*. Nos templos e nas *arbores sacrae*, ao redor dos altares e das estátuas dos deuses, suspensiam-se quadros de madeira ou de argila. Nos templos de Asclépio em Tricca, Epidauro, Pérgamo, havia retábulos suspensos. Estas *tabulae* eram quadros votivos, que os crentes colocavam, em sinal de gratidão, no aro consagrado ao deus auxiliar. No Asclepeion, de Atenas, encontraram-se, em escavações feitas, várias cenas pintadas, onde figura o deus *Baculum tenens agreste sinistra* (*Metamorfoses* de Ovídio, xv, 7)³; a seu lado aparece nos *ex-votos* a filha, Hygia⁴. O culto de Asclépio vai de Epidauro para Atenas, Cirene, e Roma. O templo de Epidauro é muito freqüentado pelos Romanos. São numerosas as tábulas de Cos e de Epidauro, e Cícero fala das de Samotrácia.

Na época romana, antes de Esculápio venera-se Strénia ou Strénuia, antiga divindade sabina, num templo ao pé do Coliseu; depois vem Sálus, contemplada com um santuário e festas; depois Carna ou Cárdea, que bebia o sangue das crianças e era a protectora do bem estar físico. No ano 291 a. C., Esculápio, que não era mais que Asclépio, o deus do Epidauro muito da devoção dos Romanos, foi transportado para a Ilha Tiberina, por ordem do Senado, quando grassava em Roma grave epidemia. A ilha foi consagrada a esse deus, e levantou-se-lhe um templo onde o culto findou no termo do paganismo. Os Romanos que levavam os *ex-votos* ao templo de Epidauro, engrandecido pelo imperador Antonino Pio, passaram a deixá-los na Ilha Tiberina. Eram estatuetas de barro, representações figuradas dos milagres, *tabulae* ou *tbellae* irregulares e pequenas, suspensas dos templos diante das estátuas, inscrições votivas. E nesse templo, já na idade

¹ *Histoire de l'art dans l'antiquité*, de Perrot & Chipier, «L'Egypte», 1, p. 441, 1852.

² *Dictionnaire des Antiquités*, s. v. «Donarium».

³ O verso que se segue é: *Caesariem longae dextra deducere barbae*, liv. xv, cap. 7, verso 35.

⁴ Max. Collignon, *Mythologie figurée de la Grèce*, pp. 314 e 52.

cristã, os últimos defensores do paganismo moribundo antepunham a figura de Esculápio à de Cristo, chamando-lhe salvador¹.

Esculápio vem fazer milagres na Lusitânia, na Bética, na Tarraconense (Hübner)², e igualmente os faz na Gália³.

A veneração religiosa a que as ágoas termais eram votadas, o culto que despertaram, por mercê das curas que produziam, levaram os pagãos a levantar templos junto das nascentes e fontes, e a encher-lhos de oferendas e *ex-votos*⁴. Uma forma característica da ideia da oferenda era o costume de lançar moedas às ágoas em pagamento das curas efectuadas. É bem a significação contratual do *ex-voto*. Estrabão⁵ refere-se a estas peças de dinheiro nos lagos e tanques existentes nos arredores de Tolosa.

Havia inscrições *pro salute*, colunas, estátuas, altares, *arulae* de forma de templos com pilastras e frontão⁶, estatuetas⁷, vasos⁸, *tabulae votivae*. Os Gauleses representavam, trabalhados de madeira e de bronze, os membros doentes que obtiveram cura.

Entre os Lusitano-Romanos ofereciam-se aos deuses todas aquelas cousas que os Romanos tinham por costume seu. Para atestar a afirmação, veja-se a preciosa colecção do deus lusitano *Endovélico*, cujo espólio formado de aras, lápides, restos de estátuas e bustos, fragmentos de membros, etc., tudo trabalhado em pedra, existe no Museu Etnológico⁹. Entre o espólio do templo deste deus vê-se um alto-relevo onde figura um corpo de homem decapitado que tem a perna esquerda mais curta que a direita, e torcida por paralisia. Também se nota uma pedra prismática, que tem ao cimo, em relevo, dois seios pertencentes a um busto de cujos braços restam indícios. Há também no Museu outras manifestações de gratidão, do culto pagão. Por exemplo: a ara consagrada à deusa *Bandoga*, outra a *Fontanus*, e *Fontana*, a coluna do deus *Macárius*, o cipo de Rubiães, a ara de Mon-

¹ Marquardt, *Le culte chez les Romains*, II, p. 767.

² *Corpus Insc. Lat.*, II, p. 337, 339, 502, e *Religiões da Lusitânia*, obra já citada, t. III, p. 264.

³ Bonnard, *La Gaule thermale*, p. 149.

⁴ Bonnard, *ob. cit.*, 1808, p. 151. Em Portugal conhecem-se aras dedicadas *pro salute* a deusas e ninfas. Das primeiras é notável a de *Fontano* & *Fontana*. *Religiões da Lusitânia*, t. III, p. 255 sgs.

⁵ *Geographia*, lib. IV, cap. I, 13.

⁶ Bonnard, *ob. cit.*, p. 217.

⁷ Pottier, *Les statuettes de terre cuite dans l'antiquité*, 1890.

⁸ Bonnard, *ob. cit.*, p. 271.

⁹ *Religiões da Lusitânia*, t. II, p. 111 a 145; e *Corpus II. Endovellicus*.

corvo IOVI OPTIMO¹, os *ex-votos* do deus *Aernus* à deusa *Atéginia*, zoomórficos², etc.

Na Idade Média as *tabulae votivae* cristãs representavam-se em quadros oferecidos pelos devotos que figuravam neles ao lado de Cristo ou de qualquer Santo a quem a obra era dedicada e cujo alto patrocínio se implorava. Eram retábulos com scenas, feitos por pintores de nome, ou por santeiros mais ou menos humildes. As catedrais góticas, as do Renascimento, os mosteiros, abadias e os templos antigos, os museus de Arte Antiga, possuem colecções valiosas destes bons quadros. Depois, as dimensões reduziram-se, o quadro democratizou-se, pôs-se a um fácil alcance, sem compostura hierática, e elequentemente realista.

O Sr. Dr. Leite de Vasconcelos num seu opúsculo³ fala de uma biografia de S.^{to} Antão, em português, acompanhada de uma gravura, em que se representam vários *ex-votos* dos princípios do séc. XVI.

É só do séc. XVII em diante que entre nós se encontram os retábulos populares, pintados com todo o seu carácter scénico, e na máxima parte imensamente simples. Diz no mesmo opúsculo, o Sr. Dr. Leite, crer que encontrou alguns desses «milagres» do séc. XVII. No séc. XVIII são numerosos. Pintores nacionais de nome tem feito desses quadros, como por exemplo Domingos António de Sequeira, (XVIII-XIX), de quem vieram alguns reproduzidos na revista *Portugália*⁴. Os do séc. XIX são os que, por via da melhor conservação, se oferecem à vista pelo país fora em igrejas e capelas onde haja um santo de fama e grandes milagres.

Os «milagres», pintados pelos artistas populares, são os que definem o carácter e a verdadeira significação etnográfica da oferenda gratulatória. Tem a rudez das *tabulae pictae* dos crentes de Roma; e, além dessa irregularidade de iconografia e de técnica, manifestam ingenuamente o côr local, o ambiente onde o milagre se produz.

Certamente se notam as diferenciações de situação social dos oferentes dos retábulos; e isto dá-se, tanto no material sobre que são pintadas as scenas, como na qualidade da pintura. Na colecção do Museu Etnológico se verificam um pouco estas distinções. Em todo o

¹ Vid. *Religiões da Lusitânia*, t. II, p. 316, e III, p. 196, 217, 256, e *Arch. Port.*, vol. II, p. 168.

² *Religiões da Lusitânia*, t. II, p. 169 sgs.

³ *Museu Etnográfico Português*, já citado.

⁴ *Portugália*, «*Tabulae-votivae*», artigo de Rocha Peixoto, vol. II, p. 189 e 192.

caso, com melhor composição ou pior arranjo, a expressão artística e a forma de manifestar gratidão não se afastam da arte popular do «milagre», no que toca à disposição das partes componentes do desenho, e à sua expressibilidade.

A cena, que representa a cura ou outro auxílio divino, ocupa a mór parcela do retábulo. Na grande maioria dos casos, vê-se na parte inferior, em uma faixa e a toda a largura, a legenda que explica a natureza do socorro pedido e concedido, com a declaração dos nomes dos figurantes e a data dos factos. Às vezes o quadro biparte-se: numa das partes vê-se o cenário figurativo do milagre, na outra está o santo e a legenda. Na pequena colecção do Museu Etnológico há um «milagre» dividido em duas cenas que se sobrepõem (n.º 5): a superior indica a situação anterior ao desastre; a inferior representa os resultados dele e o efeito do socorro divino. Outras vezes, vê-se na mesma composição scénica o antecedente e o consequente do desastre que se figura (n.º 2).

A maior importância dos «milagres» é a informação etnográfica dos pormenores. Representa-se aí mobiliário que caracteriza os modelos de uso doméstico. As alfaias, o bragal, tem também a sua ostentação. A indumentária, tanto pela combinação da cor como pela forma, significa a moda ou o uso, e mostra disposições de partes do vestuário. Há manifestações de viver doméstico, pelas cenas evocadas. Vêem-se aspectos variados de cabeleiras femininas, e outros arranjos. Nas representações de desastres, ao ar livre, em terra firme, encontram-se formas de carros agrícolas, jugos, dispositivos variados de trabalhos e cousas de campo. Nos desastres no mar figuram tipos de navios, lugres de alto mar, barcos de pesca costeira, forma e abertura de velame, trajos de pescadores e embarcações. Vêem-se os santos de maior estima e mais larga fama.

Em casos comuns, aparecem também retábulos onde há alusões a militares. Na colecção do Museu Etnológico Português existe um, (n.º 7) em que se roga pela vida de um soldado, considerado morto, em tempo de paz. Aí está mais uma documentação, ao lado das outras já mencionadas: os uniformes do exército.

No aspecto da técnica, é mui grande o grosseirismo. Se se encontram cousas e figuras mais cuidadas, são feitas por amadores de certa cultura artística, ou, o que será mais raro, por profissionais de melhor aptidão. A maior parte é de profissionais rústicos e de arte mui primeva. A repetição das cores é um caso curioso. As cores basilares são duas, azul e encarnado. Repetem-se, sobreponem-se, em tudo; dá-se a justaposição no vestuário, nas roupas de quarto, na

paisagem; se há por elas mais visibilidade e atracção, denotam também o parco recurso gradativo dos pintores populares.

A ideografia da composição é de ingenuidade completa, principalmente quando há necessidade de pintar uma paisagem de terra ou mar. O desenho das figuras e dos animais é especial da arte primitiva, as perspectivas são uniplanas.

Quando os santeiros dos «milagres» pretendem fechar os santos nas aureolas de bem-aventurança em que surgem, ou os rodeiam de volumosos rodopios de nuvens, cercando-os por completo, ou as nuvens lhes servem de pedestal. Às vezes encaixam o santo em um pórtico, e então manifesta-se grande fantasia tanto na forma de colunas e pilas, como na ornamentação das bases e capitéis, peanhas e entablamentos.

A legenda procura copiar os caracteres de imprensa, ora os maiúsculos, ora os minúsculos, ora uns e outros ao mesmo tempo. A irregularidade de caracteres e lineamento é, por via de regra, muito grande. A sintaxe é da curiosa forma do povo. As faltas de ortografia são dignas de atenção, tanto pelo seu carácter especial de cacografia, como pelas manifestações da linguagem popular; e é devéras singular por vezes o sistema de pontuação. As linhas, quando incompletas, ficam com os topes em distâncias simétricas em guisa de inscrição lapidar, e fecham-nas rosetas e palmitos cheias de fantasia rústica.

*

Seguem-se os «Milagres» da coleção do Museu Etnológico. Formam, de maneira geral, dois grupos: ou exprimem um desastre, desaparecimento, extravio, em terra e em mar; ou significam a imploração de doentes, e a respectiva cura.

N.º 1

LEGENDA. — Entre parênteses [] está escrita em caracteres maiúsculos grossíssimos, que imita os de imprensa; de aí por diante vai um cursivo grosso um tanto regular. Estende-se a legenda por campo de cinco linhas, e diz:

[Milagre que fes a S.ª dos Prazeiros. | Antonio Joaquim Rozado] cazado morador nas | aldeias de monte ouito de humas mullas q. somirão sua mulher An | tonia Rozada brando pelo Patrocino da S.ª q. lhe aparecem Logo | ocabo de poco tempo apaceraõ este pordijo Fes a S.ª 1852. |

CARACTERES.—A pintura é a óleo sobre uma folha de lata que mede por largura 0^m,363, e por altura 0^m,24. Tem uma barrazinha amarela fechando moldura à figuração do «Milagre»; este caixilho pintado, não inclui à legenda que fica de fora dela. Conserva-se em bom estado. Tem o número 173 de ordem de catálogo.

ICONOGRAFIA.—À esquerda, vêem-se dois burros num prado; estão presos pela arreata que um homem, de joelhos à frente deles, segura. Adiante do homem está, também de joelhos, uma mulher. E a Virgem implorada aparece à direita, no alto, vestida de túnica e capa mui rodada e cintada, de cores vermelhas com tarjas de ouro; na cabeça ostenta uma coroa rial. Cerca-lhe a cabeça um novelo de nubes azuladas. Inferiormente desdobra-se uma densa massa de nubes negras.

N.º 2

LEGENDA.—Ocupa um pouco mais de metade da altura total do quadro. Está escrita no espaço de oito linhas, em letras maiúsculas a imitarem as da imprensa. As linhas conservam os topos em simetria com a vertical média, à maneira das inscrições. E diz assim:

M. q. fes N. Sr.^a do Desterro a Anna Domingves do lu | gar
da Figveira q. hindo p.^a Tentugal em hum ca | rro carregado
de pescadas svsedev q. anov | te cahio do carro abaixo de fronte
da capel | la da mesma Senhora em parte ahonde não | cabia
senão o carro e vendose em tão | grande aflição emuocou esta
Sr.^a q. | foi servida liurala de tão gr.^{de} perigo aos 30 de 8.^{bro}
i7i0. |

Palmitos completam as quatro primeiras linhas:

CARACTERES.—É pintado a óleo sobre madeira. Mede 0^m,50 de largo e 0^m,395 de alto. Tem moldura estreita, de alçado, e de cor castanha. Está em boa conservação. O número de ordem de catalogação é 174.

ICONOGRAFIA.—À esquerda, de pé todos três, vê-se a Sagrada Família, e perto dela um burro. A figura da Virgem parece ter sido copiada de um quadro do florentino Sandro Botticelli o que mais se convence pela expressão fisionómica do Jesus. À direita: um carro de bois vai carregado de canastras de pescado; os animais são guiados por um homem que veste casaca, calcão e meia, na cabeça um chapéu abado à moda do séc. XVIII. Na dianteira do carro vai uma

mulher. Debaixo do veículo, à frente do rodado, e de face para cima, vê-se um busto igual ao da mulher que vai em cima, exprimindo-se desta forma o desastre. O boieiro e a mulher que está no carro dirigem gestos de súplica aos santos da esquerda.

N.^o 3

LEGENDA.—Nada se lê do que foi a legenda deste «Milagre», tam deteriorado está:

.....

CARACTERES.—O scénario do milagre é pintado de aguarela sobre papel ordinário, que foi colado numa folha de papelão de dimensões concordantes. O papel está erguido, principalmente na parte inferior onde se teria lido a legenda; em outros pontos está roido pela traça. Mede 0^m,28 de largo por 0^m,22 de alto. Não tem moldura. O número de ordem na catalogação é 185.

ICONOGRAFIA.—Vê-se o mar. Singra nele uma canoa donde saem os bustos de um homem de suíças, e de uma mulher que levanta as mãos, postas em oração. À proa um barqueiro de branco, carapuça lembrando a dos tripulantes das velhas galeotas, dirige o barco, por meio de um rêmio; outro, no mesmo trajar, mas vendo-se-lhe apenas o tronco, vai remando. À direita, no alto, aparece a Virgem, pintada de tronco, e rodeiam-na algumas nuvens ligadas por estrangulamentos. A santa conduz ao colo o Menino, ambos com uma estrela na cabeca, e ela olha com misericórdia os implorantes.

N.^o 4

LEGENDA.—O que na orla inferior do retábulo se escreveu em letras maiúsculas, simile das tipográficas, diz em quatro linhas:

Milagre, q. fes N. S.^a da Fonte, Santa, a José Joaq.^m; | do Monte das Pozoas, termo, de Olivença, q. | tendo, doze vacas, perdidas, N. S.^a permitio, q. | lhe apareceram. Anno. De 1823. |

CARACTERES.—O sucesso foi representado numa scena pintada a óleo sobre madeira. Medidas: 0^m,35 de largura e 0^m,277 de altura. A conservação é boa. Tem por número de ordem de catalogação 187.

De Bencatel (Vila Viçosa). A moldura é azulada e manchada de pin-celadas negras.

ICONOGRAFIA.—À esquerda, em cima, atingindo a linha média longitudinal, vê-se a Virgem da Fonte Santa, coroada, posta em luz de ouro que lhe forma auréola, cercada de novelos de nuvens. Em baixo de joelhos: à esquerda uma mulher de mãos postas, a olhar a Virgem; à direita um homem em igual postura. Para a direita do quadro arrebanham-se em magote as doze vacas perdidas, escalonadas em tamanhos. As figuras trajam à espanhola.

N.º 5

LEGENDA.—Este «Milagre» está encenado em duas partes, divididas por um septo vertical. Na parte direita, por baixo da imagem da Nossa Senhora da Fonte, vê-se a legenda que está escrita em cursivo irregular, e copia o tipo de imprensa, e se alonga pelo espaço de nove linhas:

Milagre q. fes N. S.^a da Fon | te S.^{ta} a Mavriçia da Crvs. |
 q. estando, ivnto do Pego | de N. S.^a com a sva f.^a Estrvdes |
 | se lhe meteo hym bvrro | no d.^o pego e indo p.^a o livrar |
 cahio hela p.^a dentro e nes | ta afliçao bradov por N. S.^a |
 q. a livrov de tal prigo, seie p.^a a servir (e em cursivo) a mesma |
 S. anno de 1805. |

CARACTERES.—A pintura foi feita a óleo sobre madeira, medindo o quadro 0^m,37 de largo por 0^m,27 de alto. Conserva um caixilho de madeira azul. O seu estado é bom. O número de catalogação é 188. Provém do templo da Senhora da Fonte Santa, em Bencatel (Vila Viçosa).

ICONOGRAFIA.—O retábulo é bipartido. Do lado esquerdo há uma casa com quatro janelas rectangulares no 1.^o andar, e no andar subacente vê-se uma arcada de outros tantos arcos plenos, correspondentes. Desenvolve-se para a frente o terreno; ao meio do campo abre um charco. Uma mulher caiu na água, e outra está sentada na borda da poça. Dois homens tentam salvar a que mergulhou, para o que um deles lança ramos à água, puxando-os com o companheiro. Ao fundo, sob o primeiro arco da direita, duas mulheres correm afitas para o local do desastre. Junto da poça está um burro. Na parte da direita sobre a legenda aparece a Senhora da Conceição, implorada. Ostenta-se em pótico de duas colunas floreadas de grinaldas.

N.º 6

LEGENDA.—Este exemplar tem a seguinte legenda, cujas letras ocupam quatro linhas na orla inferior e imitam os caracteres de imprensa:

Milagre que Fes N. Snr.^a do Rozario a Luis da Silua Depois de andar quatro dias e quatro Noites Sem governo e Sem Comer Nenhvm, Nem Saber aonde estauão, lhe veio hum tu-fão. Deuento que lhe luvou o pano todo pelos áres elhemoreu hum home Com v susto. Chamaram pella dita Snr.^a e ella lhe fes Tornar o Barco para tras já Com bonansa E os trose pella Barra Dentro a Salvamento. |

A 4.^a linha é menor, e tem os extremos simétricos que duas palmas adornam, uma de cada lado.

CARACTERES.—É de madeira com a pintura a óleo. Tem uma moldura vermelha com um filete interno dourado. Mede 0^m,50 de largura por 0^m,31 de altura. No verso mostra o numero 265 de catalogação. Está bem conservado.

ICONOGRAFIA.—Representa-se o mar. O mar está tormentoso, e no meio das ondas irritadas e espumantes revolve-se uma barca de dois mastros. As velas voam, a da ré dobrada com o mastro, que partiu pelo térço, a da proa desfeita em pedaços que fazem bandeiras pelo mastro acima. Dentro cinco homens orando, e à proa outro, que implora o auxílio divino. Na água vê-se um barril e outros destroços. A direita, no alto, a Nossa Senhora do Rosário avulta dentro de uma auréola rósea, sobre turbilhões de nuvens brancas.

N.º 7

LEGENDA.—Encerra a legenda três linhas de letras maiúsculas, que imitam os caracteres de imprensa:

Milagre q. fez a Snr.^a de Carquere a M.^a Leitoa | do lugar de Paredes por hum seu filho sold.^o julgado | morto em Abrantes (uma palmeta). |

CARACTERES.—É este quadro pintado a óleo numa fólya de madeira, que mede 0^m,34 de largo por 0^m,22 de alto. A sua conservação é boa. Tem o número 268 de catálogo. Provém da aldeia de Cárquere. Não possui moldura.

ICONOGRAFIA.—Em campo fortemente azul estampam-se as figuras. À direita há uma imagem da Senhora de Cárquere, que foi copiada de uma rainha de cartas: tem uma túnica vermelha, manto azul, coroa rial, está de mãos postas e mostra-se em corpo inteiro mas com falta dos pés. A imagem assenta em nuvens de cor branca misturada de vermelho, que se arredondam em redor da Santa e lhe chegam à cintura. Ao meio do quadro ajoelha a Maria Leitoa, voltada para a aparição, e implora protecção de mãos postas e dobrada pelos ilíacos. À esquerda o soldado está de pé, de grande barretina, e fardado pela ordenança do meado do séc. XIX.

N.º 8

LEGENDA.—Escrita em cursivo regular tem a legenda seguinte, que ocupa três linhas, tendo simétricas as extremidades da terceira que é menor:

M. q. f. a Sr.^a de Carquere a Custodia de Iaius | de Vinhos
q. estando em prigo de Morto chamouce | a Sr.^a ellã lhe deu
S.º |

CARACTERES.—Este «Milagre» é pintado a óleo em uma tábua afeiçoadas dos lados de maneira a dar idea de moldura, mas reintrante. Tem a largura do 0^m,29 e a altura de 0^m,18. É boa a sua conservação. No catálogo figura com o número 269.

ICONOGRAFIA.—Representa-se um monte. À esquerda, uma campionesa ajoelhada ora de mãos postas, vestindo de azul com um lenço branco estendido pelas costas como chaile. À direita, vê-se a Virgem de pé no topo do mesmo monte; veste um manto azul, sobre túnica vermelha, tem um lenço branco posto na cabeça, e está de mãos postas.

N.º 9

LEGENDA.—Uma faixa inferior pintada de branco tem escrito, a letras que imitam correctamente os tipos de imprensa, o que a seguir se lê:

Millagre que fez o Bemaventurado S. Gonçalo ao R.^{do} José
Joaquim Pr.^a natural de Fontes; p.^r q.^{to} andando | embarcado
no Mar, se vio em prigo de se perder; e apegando-se com o
mesmo S.^{to} se poz em salvo de q. não tinha esperança algú. |

CARACTERES. — É uma lámina de fólya de Flandres, que mede 0^m,355 de largo por 0^m,269 de alto. A figuração do milagre está pintada a óleo. Boa conservação. Está catalogado êste «Milagre» com o número 270.

ICONOGRAFIA. — O quadro representa o mar, próximo da costa. Uma nave de três mastros, com todas as velas enfundadas, vai sulcando a ágoa para a esquerda. O mastro da proa e o da popa estão oblíquos, prestes a derrocá. Sobre a vante um homem implora socorro ao Santo; outro procura impedir a queda do mastro da ré; um terceiro ora ajoelhado. No canto esquerdo superior aparece S. Gonçalo, envergando o hábito monacal, e aparece de bordão em punho; rodeia-lhe a cabeça uma auréola, e ele com o braço esquerdo faz o gesto de afastar as nuvens da tempestade, sobre as quais se assenta. O firmamento limpa, o horizonte ilumina-se; o mar está chão.

N.º 10

LEGENDA. — Escrito em letras maiúsculas, que imitam as tipográficas, lê-se no espaço de três linhas:

M. q. fez S.^{to} Antonio, a Jose Preira, do Cavouco, q, vindo
as vacas e o carro por o caminho | de repente fujiram às tra-
zeiras, e cairam de uma parede abaixo; e S.^{to} Antonio lhe |
valleu que nada teve perigo. Em 1878. |

CARACTERES. — O quadro é pintado a óleo em uma fólya de lata bastante grossa. Não tem moldura. Mede 0^m,71 de largo por 0^m,55 de alto. Está cortado ao meio. Tem inserito o número de catálogo 271. A nota mais curiosa dêste «Milagre» é a aposição da assinatura do pintor; no canto inferior esquerdo lê-se: «O PINTOR, Manoel Duarte, de massas». (Massas ou Maças é o nome de um lugar de Rèsende).

ICONOGRAFIA. — A figuração do «Milagre» divide-se em duas partes sobrepostas; a primeira representa o momento que precede o desastre, e a segunda significa, em baixo, os efeitos dêsse desastre. Naquela, vão dois bois à borda de um caminho jungidos a um carro acogulado de espigas de milho; um homem, à frente dêles, guia-os e fere o boi da esquerda com a aguilhada; atrás caminha uma mulher, e o quadro mostra a paisagem com árvores de copas verdes esmaltadas de flores vermelhas, vê-se relvedo semeado de pétalas rubras, mais uma estrada à beira de um muro. Na parte inferior, o

muro limita o fundo, e os bois que se despenharam estão em posição crítica, um dêles torcido, havendo rolado sobre a canga e a cabeça contra a cabeça do segundo; o carro voltou-se e o milho derrama-se pelo chão, que tem erva; o homem ajuda os animais a desenvencilharem-se. Na scena superior paira o Santo, envolto em nuvens, e com o Menino nos braços.

N.º 11

LEGENDA.—Escrita em letras maiúsculas que imitam os caracteres de imprensa, a legenda dêste «Milagre» diz no espaço de seis linhas:

M. que fez N. S.^{ra} da Lapa a Ióze Gomes Viza. E | a Manoel da Costa Crav.^{ro} os quais sahindo nos se | os bateis con a sva gente estando o mar e tempo bom se | levantov de tal sorte o mar e temporal que obrigados | a darlhes a popa como fizerão entrando no Porto da Gvarda milagrozam.^{te}. por M.^o da S.^{ra} no anno de 1760. | (Fecha a linha um palmito feito à mão).

CARACTERES.—Pintura a óleo sobre madeira, êste quadro mede 0^m,53 de largo por 0^m,394 de altura. Tem moldura larga e espessa, muito alçada, e de côr de rosa. É em bom estado de conservação. Possui o número 5:258 do catálogo.

ICONOGRAFIA.—Representa o mar. Está azul e manso, como efeito da imploração; há umas leves virgulações brancas que representam as ondas. Bordejam ali dois veleiros, de vela rectangular branca enfunada do vento da feição. Estão cheios de gente. O horizonte estabe para o azul do zenite a sua côr de rosa. À frente sobem um pouco debaixo da moldura os cimos de seis rochedos da costa, sobre os quais andam dois homens a pescar à vara. À direita, no alto, a Virgem Maria vestida de rainha, de pé nas nuvens e de mãos postas, olha para o barco; cercam-na três cabeças de anjos de que sobresaem as asas vermelhas.

N.º 12

LEGENDA.—Estende-se por duas linhas, sendo parte da primeira linha escrita em caracteres maiúsculos, simile grosseiro dos tipos de imprensa, e a restante letra feita em cursivo irregular; a legenda diz:

Milagre q. Fes N. S. do Camo a | Leocadia
Rosa | (Fecham a linha três palmitos).

CARACTERES. — É este «Milagre» pintado a óleo sobre madeira. Mede 0^m,185 de largo e 0^m,150 de alto. A sua factura é grosseira. O estado de conservação é mau. Não teve moldura. Possui na catalogação o número 175.

ICONOGRAFIA. — Ao meio há uma figura de mulher ajoelhada e de mãos postas, com a frente para o espectador. Esta figura é uma silhueta de traço grosseiro, cheia de tinta vermelha na saia, e negra no corpete que deixa os braços nus até o cotovelo. À direita a *Nossa Senhora do Carmo* veste hábito freirático, vermelho, sem manto; tem os seios vincados de cor negra, a fim de obter volume; traz rosário que cai do cíngulo, e na cabeça uma coroa de rainha de entremez; ao colo conduz o Menino, de quem se vê a cabeça coroada por cima do ombro materno; os pés da Virgem escondem-se em quatro novelos de nuvens de fumo colorido. As cabeleiras são empastadas. As figuras estão enquadradas em bambinelas e cortinas verdes, em campo cor de telha esbatido até amarelo, pelo que se nota um aspecto teatral em toda a composição.

N.º 13

LEGENDA. — Compõe-se de quatro linhas escritas em cursivo grosso, e diz:

Milagre q. fez S. Domingos do Sacramento A Jozefha maria estando m.^{to} mal de húa malina, Ja desconfiada dos Medicos Secarmentada e hungida com a vela na mão rezandohe oficio, dagonia e pegando-se com m.^{ta} fé logo ficou liver de pирgo em Agosto do ano de 1753.

CARACTERES. — Este «Milagre» é pintado a óleo sobre madeira. Mede 0^m,50 de largo e 0^m,37 de alto. Possui moldura larga, com alçados diferentes e um fio interior dourado, bem como outro exterior igualmente dourado. O número de ordem do catálogo é 177. Está mal conservado.

ICONOGRAFIA. — À esquerda, em campo castanho, vê-se uma cama de dossel e cortinados vermelhos, ornados com franja de ouro. Uma mulher estende-se no leito, deitada sobre a direita. Ao lado de lá da cama o cura, de cabeleira, batina, volta e capa, está de pé. Ao lado da cabeceira, à frente da cama, há uma mulher sentada em cadeira de alto costado redondo de cor vermelha. Aos pés da cama um homem de peruca, de casaca, punhos de renda, capa curta à moda do séc. XVIII, espera de mãos nos quadris. À direita no canto superior, den-

tro de um rectângulo verde esmeralda, o santo vestido de frade, as mãos cruzadas sobre o peito, e segurando um ramo, está de pés escondidos em volutas de nubes, e atende a doente; um triplo raio de luz emitido pela pupila misericordiosa do implorado dirige-se para a suplicante.

N.º 14

LEGENDA.—Este «Milagre» tem uma legenda, ilegível pelo motivo de levantamento da tinta, onde se lê únicamente a data; os dizeres ocupavam três linhas:

M. q. F..... Ma | rido
 Ant.^{io} Joze.... Infermos | se. chamaraõ....
 1768 | (uma palmeta). |

CARACTERES.—A pintura é a óleo sobre madeira que tem vestígios de moldura reduzida já a uma régua de côntra escura. As dimensões são: 0^m,324 de largo e 0^m,28 de alto. O estado de conservação é mau. Número de ordem, 178.

ICONOGRAFIA.—À esquerda, uma mulher de mãos postas está de joelhos rezando; ao lado dela vê-se um homem na mesma posição, vestindo este como no séc. XVIII, calças vermelhas e casaca azul. À direita, no alto, com o Menino ao colo, foi pintada a Virgem que os implorantes suplicaram; aparece, apenas em tronco, encaixada numa onda de nubes que fecham a auréola de luz amarela donde a imagem emerge.

N.º 15

LEGENDA.—Está escrita com letra cursiva mui regular, assaz fúndida, que enche quatro linhas, e diz:

M. q. fes N. Senhora do Rozario e S. Domingos o qual se uener dentro deste Conuento | Amadalena de S. Anna estando doente de huã perna e a seu marido agostinho Barboza doente dos o | lhos apegando-se com m.^{ta} fe Com a S.^{ra} do rozario e o S.^{or} S. dumigos logo se acharão melhor os dois. | (roseta) seja May da Ds louvada p.^a todo sempre cos seus santos (rosa). |

CARACTERES.—A scena do «Milagre» é pintada a óleo sobre madeira. O caixilho, negro, tem interiormente um filete dourado. Medidas: 0^m,45 de largo por 0^m,32 de alto. Está em boa conservação, e é de aspecto agradável. Número 261 do catálogo.

ICONOGRAFIA. — À esquerda ora, de joelhos e mãos postas, uma mulher; à direita dela está um homem na mesma postura, este trajado de preto e aquela vestida de cores. Voltam-se para o canto superior direito onde, sentada em nuvens, se mostra a Virgem implorada, e de joelhos à sua esquerda, a rogar à Nossa Senhora do Rosário pela oração dos dois implorantes, vê-se o Santo em hábitos da Ordem.

N.º 16

LEGENDA. — As letras da legenda são todas maiúsculas, e imitam os caracteres de imprensa. A legenda ocupa duas linhas e diz:

Milagre que fes Santo Afonso a uma | sua debota 1852. |

CARACTERES. — É pintura a óleo sobre madeira. A moldura está colorida de amarelo com os cantos quadrados a negro. Mede 0^m,255 de largo e 0^m,182 de alto. Mal conservado, o «Milagre» é marcado com o número de catalogação 262.

ICONOGRAFIA. — Um leito de cabeceira alta, à esquerda, está com colcha vermelha e roda-pé de folhos brancos. À direita, em pé no quarto, vê-se o Santo implorado, que enverga hábitos talares, e segura na mão um crucifixo com Jesus Cristo.

N.º 17

LEGENDA. — Distribuída por três linhas de cursivo irregular, este «Milagre» tem a seguinte legenda:

Milagre q̄ fes S. Dominguz a Ioão Malaquias estan | do piri-
goza mente a morer de huã Malina e recorrendo | ao D.º Santu
se axhou Livre No Ano de 1742. |

CARACTERES. — A scena do «Milagre» foi pintada a óleo sobre uma placa de madeira que mede 0^m,28 de largura por 0^m,23 de altura. Cerca o quadro um caixilho negro com um filete interno dourado. É de boa conservação. Tem o número 263 de catalogação.

ICONOGRAFIA. — Num leito à esquerda vê-se a custo um homem deitado. O leito está levemente oblíquo, tendo uma colcha verde e lençol rendado; por cima abre um dossel vermelho provido de cortinas, formando assim uma espécie de maca. À direita, no alto, surge o Santo com a cruz e em hábitos de frade, a meio de nuvens luminosas, e aureolado de luz irradiante.

N.º 18

LEGENDA.—A legenda está escrita com cursivo regular e fino. Compreende três linhas. Diz como se segue:

Milagre que fez Nossa Senhora do Alivio, a Maria Monteira da | Ermida que estando quazi morta, serto devoto da Senhora se chamou a ella, e | logo a dita doente recuperou saude. (Roseta). |

CARACTERES.—A figuração foi feita com tinta de óleo sobre madeira. A moldura é pintada na tábua, a cor vermelha e de ouro velho, com um traço negro interior. O todo mede 0^m,330 de largo por 0^m,253 de alto. É boa a sua conservação. O número de ordem de catalogação é 266.

ICONOGRAFIA.—À esquerda ergue-se um leito largo, de cabeceira alta, coberto de uma colcha verde. Aos pés do leito, de joelhos e com os braços abertos, um homem implora a Divindade; está em colete e mangas de camisa, e vê-se ao lado no chão um chapéu alto. Ao meio da parede do fundo, azul, aparece, num turbilhão de nuvens que formam um medalhão, a imagem da Virgem cercada de auréola de luz dourada. Ela, que veste túnica vermelha e manto azul, traz nos braços o Menino, estando ambos coroados.

N.º 19

LEGENDA.—Ocupa cinco linhas de letra maiúscula, que vai imitando a de imprensa, e diz assim:

Milagre q. fes San be | nto adózia Maria est | ando emferma
seapegou | com odito Santo ilogo | fes o sev milagre. |

CARACTERES.—É pintado a óleo este «Milagre» em madeira, e mede 0^m,25 de largo por 0^m,16 de alto. A moldura é estreita e de cor vermelha. Está fendido o retábulo, em toda a largura, por uma fresta que o divide em duas partes quase iguais. Número de catálogo, 267.

ICONOGRAFIA.—O campo da pintura é amarelo. À esquerda vê-se uma mulher ajoelhada, implorando o Santo da sua devoção. À direita está o Santo acompanhado pelo corvo, branco, e ocupando toda a altura. A legenda vai da margem esquerda até o hábito do santo. A mulher ajoelha sobre a legenda, ficando assim superior ao santo, que tem um báculo na mão e a mitra bispal pousada no chão.

N.º 20

LEGENDA.—Em quatro linhas de letras que imitam os caracteres maiúsculos de imprensa, a legenda d'este «Milagre» diz:

Milagre qve fes, N. S. da Fonte, S.^{ta} Alexandre, Mrz. | morador, noalbonqverqve, qve estando, m.^{to} doente, em | perigo devida, recorrendo, sva m.^{er} aesta, S.^{ra} alcançov | felis savde; seia p.^a lovar amesma, S.^a anno de 1804. |

CARACTERES.—É pintado a óleo sobre madeira, e mede 0^m,368 de largura e 0^m,305 de altura. Tem moldura estreita, de alçado, colorida a furta-côr de azul claro e azul ferrête. É má a conservação. Inscreve o número 184 de ordem de catalogação.

ICONOGRAFIA. — A scena é um quarto de chão vermelho, xadrezado. Em campo escuro de oliva, sobresai um catre de madeira, com cabeceira alta de torneados negros, que se erguem como dois prumos torneados e ligados superiormente por um travessão. Nele está deitado um homem. À frente d'este móvel, reúnem-se uma mulher, quatro raparigas e três rapazes. Ela reza de joelhos e mãos postas. As crianças fazem gestos, dispostas em linha, e coloridas de azul, vermelho e do tom do campo do quadro. À direita levanta-se um pórtico formado de duas pilastras, ornadas com folhagem a toda a altura, que sustentam um arco ornamentado com motivos idênticos. Dentro, inferiormente, há um pedestal provido de uma roseta ornamental a meio da face. Em cima ergue-se a imagem da *Nossa Senhora da Fonte Santa*, assentando os pés num crescente rodeado de nuvens claras. O vão do arco, onde a Virgem se anicha, está cheio de luz amarela de ocre.

N.º 21

LEGENDA.—Lê-se apenas, escrito em cursivo, na primeira linha:

Milagre q̄ fes S. Christovão a huma.

CARACTERES.—O quadro é pintado numa fólya de lata que mede 0^m,349 de largo e 0^m,257 de alto. A pintura está deteriorada, com as tintas arripiadas e caídas. Tem o número 186 de catálogo.

ICONOGRAFIA. — À esquerda está uma cama de cabeceira alta e arredondada, pés rasos, coberta de uma colcha azul tarjada de vermelho que fecha roda-pé. À cabeceira senta-se o Físico, trajado à maneira

de 1820. Do outro lado uma mulher segura um frasco de remédio. Aos pés da cama ajoelha segunda mulher, impetrando um santarrão que ocupa um rectângulo alto à direita. Nesse polígono vai S. Cristóvão com o pinheiro lendário, que lhe serve de bordão; caminha descalço, nu até o joelho, e passa a torrente com o Menino Jesus sobre o ombro esquerdo; ao lado da cara barbaçada do Santo, o Menino aponta o céu e tem a fronte aureolada.

N.º 22

LEGENDA.—Lê-se, em letra imitada da tipográfica, sobre faixa inferior pintada de branco, o seguinte, espraiado em duas linhas:

M.^{ee} q. fes N. S.^a do Rozario, a uma devota estando ela gravemem.^{te} | emferma a mesma S.^a foi Seruida Restituila. Anno 1818. |

CARACTERES.—A representação scénica do «Milagre» é pintada a óleo sobre madeira. É encaixilhada em uma moldura azul e amarela. Mede 0^m,38 de largo e 0^m,23 de alto. Está em boa conservação. Tem no catálogo o número 264.

ICONOGRAFIA.—À esquerda vê-se uma cama de cabeceira alta, onde se deitou um vulto de mulher. A câmara enche pouco mais de metade da superfície do retábulo, é delimitada por um septo vertical, e na parte superior, próximo da moldura, por uma faixa horizontal que forma tecto. No campo, à direita, está a Virgem do Rosário a meio de uma auréola de luz de ouro, e engastada numa onda de nuvens revoluteantes.

N.º 23

LEGENDA.—Em cursivo regular, e espalhada por duas linhas, e parte de uma terceira, ostenta-se a legenda que segue:

Milagre que fes N. Senhora do Carmo, a Maria Barbera, estando gravemente enferma | De malina, e ápegandoce Com a dita Senhora, Logo concebeo melhores; (uma palmeta) | No anno de 1792. |

CARACTERES.—O quadro é pintado a óleo sobre tela, que se colou em cima de uma tábua. Encaixilhado em moldura dourada, mede 0^m,772 de largo e 0^m,455 de alto. É já obra de experimentado pintor de «Milagres», pois tem perspectiva, harmonia de composição, diversidade estudada de figuras e cōres. Está bem conservado. Tem o número 2:792 de catalogação.

ICONOGRAFIA. — À esquerda, vê-se levemente oblíqua uma cama de cabeceira alta, à moda familiar do séc. XVIII, coberta de uma colcha de cor escarlate e com roda-pé verde. Junto da cabeceira avoluma, sob um pano amarelo torrado, o canto de uma mesa. Sobre o leito estende-se um cortinado verde, debaixo do qual se mostra a doente. Para lá da cama, está o Físico vestido ao gosto da época, de cabeleira, gola e punhos de renda, sentando-se em cadeira de cor escarlate e ouro, de alto espaldar. Ele toma o pulso à enferma, toucada de renda. À direita, aparece em visão aureolada, a poifar os pés em maciços de nuvens, Nossa Senhora do Carmo, com o menino Jesus, e com escapulários.

N.º 24

LEGENDA. — Está escrita com letra irregular, em imitação do tipo de imprensa, e ocupa duas linhas na fímbria. Diz:

Milagre q. fes o Sr. S. HYeronimo a Belchior de Medina, em o livrar do gr.^{de} peri | go q' teve em deitar huma Apostema pela boca, em 14 de Abril de 1769.

CARACTERES. — O «Milagre» é pintado a óleo sobre uma folha de madeira que mede 0^m,390 de largo e 0^m,265 de alto. Tem moldura vermelha. É boa a sua conservação. Tem o número 2:793 do catálogo.

ICONOGRAFIA. — À esquerda um homem num leito de madeira, estilo velho de cabeceira alta e pés subidos: à direita da cama estão dois Físicos, em trajo séc. XVIII, casaca, peruca, espadim, tricórno sobraçado. Ao fundo, no alto da parede, a meio, há um quadro onde se figura o Santo implorado, visto nu até o joelho. À direita, em baixo, ajoelham duas mulheres voltadas para o enfermo, e desoladas pelo sinal de desesperança dos Físicos.

N.º 25

LEGENDA. — Em letra de cursivo enorme regular e lento, que ocupa duas linhas:

Prodigo de N. Sr.^a da Con.^{ção} em Salvar a vida a huma Em ferma desta Freg.^a já proxima á morte A rogos de hum Seu Devoto, E 1819.

CARACTERES. — O retábulo é de madeira, e a encenação está pintada a óleo. A moldura, verde, mostra um filete interior dourado. Está em bom estado de conservação. Tem o número 4:956 do catálogo.

ICONOGRAFIA.—À esquerda há uma cama larga e de grande cabeceira. Nela figura-se uma mulher doente, cujo corpo não avoluma, e cuja cabeça sai da dobra do lençol. Cobre o leito uma colcha verde. À direita a Senhora da Conceição, inundada de luz e cercada de novos de nuvens, oferece-se à vista do seu suplicante. Aos pés da aparição, ora um homem, prostrado de joelhos, no traje burguês do primeiro quartel do séc. **XIX**.

N.º 26

LEGENDA.—Na parte inferior do quadro lê-se, escrito a letra maiúscula semelhante aos caracteres de imprensa, e que preenche quatro linhas:

Milagre q. fes: N.:Snr.^a dos Enfermos: a Anto | nio: Nvnes: Galvão que vendose m.^{to} afelito se apego | v. hvma. pesva. de sva obrigaçāo com a Snr.^a que lhe de | sse melhoras: i fico. livre. de tvdo. o prigo. |

CARACTERES.—O «Milagre» é pintado a óleo numa tábua de 0^m,39 de largura e 0^m,257 de altura. A moldura tem cōr verde manchada de dourado. O quadro foi envernizado. Em boa conservação, marca o número 5:257 de catalogação.

ICONOGRAFIA.—À esquerda, há um leito com colcha vermelha, cabeceira alta recortada, um roda-pé azul-escuro. De costas, um padre que enverga capa, e está voltado para o leito, aponta o canto superior direito do quarto, onde aparece a imagem da Virgem implorada, cercada de nuvens luminosas. A meio da sala encontra-se uma mulher de joelhos, de mãos postas, vestida à maneira do séc. **XIX**, de cōres azul e vermelha. A Virgem, vestida de azul e vermelho, tem o filho ao colo; este está nu, e ambos ostentam coroa.

N.º 27

LEGENDA.—Ocupa quatro linhas de letras que estão escritas em cursivo vertical, correcto. Diz:

Milagre que fes esta Deuina Senhora | da lapa a Maria batista molher de A | gostinho lopes de V.^a de Conde q. dandolhe hū | asidente narua logo melhorou no Anno 1759. |

CARACTERES.—Este «Milagre» é pintado a óleo sobre uma prancha de madeira que mede 0^m,413 de largura por 0^m,320 de altura.

Encaixilha-o uma moldura larga de alçado elevado, cōr de rosa e a face central verde. Mostra má conservação. O número de catalogação é 5259.

ICONOGRAFIA.—O retábulo divide-se ao meio no sentido da largura. Na metade superior, cōr rósea, vêem-se à esquerda dois homens, um de calcão, gibão e cárappuça, outro de calcão e chapéu, os quais adiantam as mãos para uma mulher, caída de joelhos, entre eles. À direita surge a Virgem, em aparição teatral, mãos no peito, cheia de cōres, coberta de alvuras vaporosas, a coroa um pouco à banda, e a rodeá-la um nevoeiro luminoso onde a luz divina que irradia dela rasga labaredas de ouro.

Luís CHAVES.

Notas lexicológico-arqueológicas

Aqueles que teoricamente mais pregam patriotismo são às vezes os que menos o praticam. Patriotismo não é declamar, é pôr em execução tudo o que puder contribuir para o engrandecimento da pátria. Ninguem negará, suponho eu, que entre as formas do patriotismo se conta a de bem falar e escrever a língua materna, que constitui um dos vínculos da nacionalidade. Ora ao presente a língua portuguesa está tam desprezada, que não me parece supérfluo que quem de coração, e não só de loquela, professa patriotismo, se esforce por nesse sentido melhorar as condições actuais.

Pelo que toca à nomenclatura arqueológica, sabem os leitores que não poucos senões a afeiam e deturpam, uns por accão da literatura francesa, outros por outras razões. Aqui dou uma amostra, e ao mesmo tempo proponho o remédio respectivo.

1. CISTO.

Nas *Religiões da Lusitania*, I, 308 escrevi: «Em arqueologia préhistórica emprega-se a palavra inglesa *cist* para significar um túmulo que consiste numa caixa quadrangular, fechada pelos seus quatro lados por pedras, e com tampa também de pedra. Estácio da Veiga e o Sr. Santos Rocha traduzem esta palavra por *cisto*: vid. *Antiguidades monumentais do Algarve*, e *Antiguidades da Figueira*, passim. Os Franceses dizem no mesmo sentido *ciste*. Como a origem das duas formas é o latim *cista*, que vem do grego *κιστη*, entendo que em português devemos dizer *cista*, do género feminino, e não *cisto*, do género masculino, embora em inglês *cist* seja neutro». Apesar da

lógica de estas razões, o Dr. Santos Rocha escreveu nas *Antiguidades da Figueira*, IV, 256, em data posterior à do meu citado livro: *no cisto*, e acrescentou a nota: «Continuamos a usar de este termo . . . porque assim o encontrámos não só nos escritos de Estácio da Veiga, . . . mas na obra do Sr. Cartailhac, . . . e por nós parecer que nada se opõe a que o termo possa tomar formas diversas em diversas línguas». O Dr. Santos Rocha tinha muita inteligência, e trabalhava optimamente, mas, embora todo o homem de ciência deva estar sempre disposto a mudar de opinião, porque só assim alcançará a verdade, não gostava muito de dar o braço a torcer, e por isso, contra o que eu provei, persistiu em escrever *cisto*. Contudo as suas observações facilmente se refutam: em primeiro lugar, só por motivos especiais é que um termo muda de forma, e não por nada, como aqui; em segundo lugar, se Estácio e Cartailhac são autoridades nos seus campos especiais de estudo, não o são em matéria de linguagem; em terceiro lugar, se ha escritores franceses que dizem *ciste* no masculino, há outros não menos sábios, que dizem justamente *ciste* no feminino, por exemplo, Déchelette, *Manuel d'Archéologie*, I, 569: *une ciste*. Igualmente se lê *une ciste* na tradução francesa de *Age du Bronze*, de Evans, p. 425. Logo, nada contradiz o que nas *Religiões* afirmei acerca de *cista*; o correcto é, pois, *cista*, e não *cisto*.

2. COUP-DE-POING.

Há um instrumento paleolítico que G. de Mortillet denominou *coup-de-poing*. Lê-se no *Musée préhistorique*, 2.ª ed., no texto que acompanha a estampa V: «On le nommait précédemment hache, mais »improprement. En effet, ce n'était pas une hache, mais bien un »instrument à tout faire: scier, couper, percer, tailler, etc., réunis- »sant en lui seul tout l'outillage de l'époque». Não serei tam afirmativo no que respeita ao uso do *coup-de-poing*, porque, a par de élle, o homem preistórico devia também servir-se das unhas, de pedras brutas, de paus, etc. Já Lucrecio, há quase 2.000 anos, proclamou isso em uns célebres versos:

Arma antiqua manus dentesque fuerunt
Et lapides et item silvarum fragmina rami¹,

e o nosso Damião de Goes, no século XVI, falando dos Índios do Brasil, disse: «Além dos arcos e frechas usam húas espadas de pao

¹ *De natura rerum*, V, 1232-1233 (ed. de Th. Greek, p. 333-334).

»muito duro & pesadas, com has quaes onde açoitam, do primeiro golpe esmeuçam qualquer membro em que tocam»⁴. Contudo é certo que a expressão *coup-de-poing* se tornou de uso comum entre os arqueólogos, tanto de França, como de outros países, inclusivè Portugal.

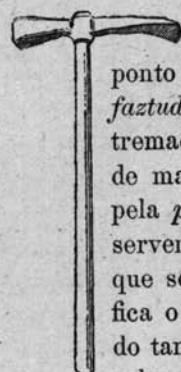


Fig. 1

Quanto ao nosso país, direi que talvez a pudéssemos dispensar, porque temos uma que até certo ponto corresponde à definição de Mortillet: é *faz-tudo* ou *faztudo*, plural *faztudos*, muito em voga nos pedreiros da Estremadura. O faztudo é um instrumento composto de cabo de madeira, e de uma espécie de cabeça, de aço, formada pela *pancada*, ou «martelo» propriamente dito, que tem a serventia de todos os martelos, e pelo *corte*, ou «picadeira», que serve para cortar tijolo; entre a pancada e a picadeira fica o *olho*, onde o cabo entra e se fixa. Vid. a figura 1 ($\frac{1}{4}$ do tamanho natural). Admitindo-se que o *coup-de-poing* tinha cabo, como alguns instrumentos de pedra dos selvagens modernos, a semelhança entre élle e o faztudo é palpante; se pelo contrário se admitir que era empunhado por quem o utilizava, a semelhança nem por isso deixa de existir, porque então servia de cabo o braço do homem. Em todo o caso o nome de *faztudo* tem carácter de generalidade, e é por isso que o cito aqui.

3. RACLOIR e GRATTOIR.

Chamam os Franceses *grattoir* a um «éclat . . . lisse sur une de ses faces et retouché sur ses bords, mais au lieu de se terminer par une pointe, il présente dans le sens de la largeur un bord arqué entièrement retouché». (Déchelette, *Manuel d'Archéologie*, I, 103; cf. fig. 30). E chamam *GRATTOIR* a um «racloir placé à l'extrémité étroite d'un éclat très allongé». (Id., *ibid.*, I, 103; cf. fig. 71).

Ao instrumento da primeira espécie poderemos em português chamar **RASPADOR**, que é um instrumento de tanoeiro e de carpinteiro, composto de uma lâmina de aço larga, com gume no sentido da maior largura, e encabado de madeira. Ao instrumento da segunda espécie poderemos dar o nome de **RASPADEIRA** instrumento de pintor, composto de uma lâmina de aço estreita e comprida, com gume na extremidade menor, e cabo de madeira como o primeiro; a **RASPADEIRA** é geralmente na origem uma *betumadeira*, que depois de gasta se aplica para raspar e limpar as taboas que tem de ser pintadas. Nas figs. 2 e 3 dou os desenhos de um raspador e de uma raspadeira.

⁴ *Chronica de D. Emanuel*, 1566-1567, parte I, fls. 54.

4. EOLITO, MEGALITO, MONOLITO.

Costuma dizer-se *monolito*, por causa do francês *monolithe*; mas a palavra vem do grego *μονόλιθος*, que deu em latim *monolithus*: por isso devemos dizer *monólito* em português, e análogamente todos os compostos de *-lito* «pedra»: *eólito*, *mególito*, — e também *aerólito*.

5. FUSAIOLA.

Já n-*O Arch. Port.*, VIII, 168, nota, mostrei que não deve dizer-se *fusaiola*, mas *cossoiro*, termo genuinamente nacional, usado no Sul.

6. MESA DE DÓLMEN.

É impróprio traduzir por «mesa» a palavra francesa *table*, aplicada à laje que cobre a câmara dos dólmens, e devemos dizer *tecto*, *tampa*, *chapéu*, *cobertura*, ou análogamente. Pereira da Costa, *Dolmens ou antas*, p. 69, emprega com toda a propriedade *tecto*; todavia também se descuida empregando *mesa*.

Sem dúvida há exemplos de metafóricamente se dar o nome de *mesa* a uma superfície extensa, lisa e horizontal: a vila de Almeida chama-se assim de duas palavras que em árabe significam «a mesa», por causa do «assento chão que teve na sua primeira fundação»¹; em hespanhol *mesa* pode significar «llanura estendida sobre una altura», e há em Portugal vários sítios denominados *Mesa* e *Mesas*, que devem certamente essa denominação a concepções topográficas do mesmo género²; na descrição da ilha de Vénus diz Camões:

Num valle ameno, que os outeiros fende,
Vinhão as claras agoas ajuntar-se,
Onde huma *mesa* fazem, que se estende
Tão bella quanto pode imaginar-se...

nos *Lusiadas*, IX, 55³; «*Mesa do Cabo* he nô Cabo de Boa Esperança, »ou das Agulhas, huma terra alta sobre outra que no cimo faz huma



Fig. 2

Fig. 3

¹ Sousa & Moura, *Vestígios da língua arábica*, s. v.

² Cf. *O Arch. Port.*, XIII, 303.

³ Ed. de Epifânio Dias, vol. II, p. 179.

»planicie de terra rasa»¹; em latim também *mensa* tem várias significações deduzidas do aspecto do móvel de que estou falando: nada de isto porém justifica que à parte superior de um dólmen se aplique a palavra *mesa*, porque um dólmen é um edifício, um abrigo fúnebre, uma casa de mortos, e os arqueólogos devem olhá-lo principalmente por dentro, e não apenas por fora. Ninguem poderia apelidar de *mesa* o telhado de uma casa, ainda quando visto por cima, e quando feito de lousa, como no Norte de Trás-os-Montes se usa; não seria contudo desrazoável empregar em tal sentido *chapéu*, expressão que uma vez no Alentejo ouvi a um campónio que me ajudava a explorar um dólmen, e que a aplicou à tampa de êste: de facto o *chapéu* serve para «cobrir», e outro uso não tem a laje que, assente em esteios, delimita superiormente a câmara dolménica.

7. MOBILIÁRIO.

Não acho próprio, ao mencionar objectos miúdos encontrados em sepulturas, traduzir por *mobiliário* a palavra francêsa *mobilier*. Melhor diremos *espólio*: cf. *O Arch.*, XI, 338, nota 2; também poderemos dizer *alfaia*, *aparelho*, *aparato*, *apercebimentos*, *aprestos*, etc.

J. L. DE V.

Monumentos Nacionais

I

Palácio de Queluz

Acérca de êste notável edifício foi recentemente dirigida ao Governo pela Comissão de Monumentos da 1.^a Circunscrição, por intermédio do respectivo Conselho de Arte e Arqueologia, uma representação, cujas conclusões são as seguintes:

«1.^º Que o Palácio de Queluz, juntamente com a parte artística dos jardins anexos, seja confiado ao Conselho de Arte e Arqueologia para ser especialmente destinado a Museu de Mobiliário e mais artes decorativas do séc. XVIII e primeiro terço do séc. XIX.

2.^º Que nas antigas salas do trono, dos embaixadores e outras do mesmo palácio, de reconhecido valor artístico, se proceda sob a fiscalização desta Comissão, aos trabalhos de restauração e consolidação que sejam necessários para lhes assegurar a integridade material e estética e o carácter da época;

¹ Bluteau, *Vocabulário*, s. v., onde cita as *Décadas de Barros*.

3.º Que o núcleo de operários entalhadores, actualmente empregado no serviço da restauração de algumas salas do palácio, fique constituindo uma «oficina-escola de escultura decorativa e restauração de mobiliário», sob a direcção técnica e artística de um escultor competente que o Conselho de Arte e Arqueologia poderia indicar se assim o julgasse conveniente ou lhe fosse pedido;

4.º Que não seja arrendada nenhuma dependência do palácio sem a prévia consulta da Comissão dos Monumentos, disposição que deve generalizar-se a todos os edifícios considerados como monumentos nacionais;

5.º Que todo o mobiliário de carácter artístico e histórico que se encontre disperso por vários pontos do país seja, com a possível brevidade, recolhido, a fim de depois de escolhido, classificado e deviamente separado dar entrada nos Museus que lhe forem assinalados pelas comissões competentes».

II

O monumento dos Jerónimos

A Comissão de Monumentos da 1.ª Circunscrição, que tem devotadamente procurado executar as importantes funções que o decreto de 26 de Maio de 1911 lhe atribuiu, acaba de dirigir ao Governo, por intermédio do respectivo Conselho de Arte e Arqueologia, uma extensa representação, na qual são indicadas como absolutamente necessárias e urgentes as seguintes providências, relativamente ao histórico e monumental edifício de Santa Maria de Belém:

«A Comissão, depois de ter examinado detidamente a igreja, o côro e o claustro, assentou no seguinte:

1.º Que por uma comissão especial de técnicos deve, sem demora, ser feita uma rigorosa inspecção às abóbadas da igreja, nas quais se notam desvios que podem oferecer perigo;

2.º Que as grades que vedam o actual baptistério, a capela fronteira, as duas capelas dos extremos do transepto, e a capela-mor, bem como as que nesta última se vêem a um e outro lado dos degraus de acesso ao altar, devem ser retirados, ficando essas capelas sem vedação, o que, nem sob o ponto de vista litúrgico representaria inconveniência, podendo, quando muito, admitir-se a vedação do baptistério e da capela fronteira, por meio de gradeamentos adequados;

3.º Que os retábulos do séc. XVIII colocados aos cinco altares do transepto e que, em parte, escondem lavores de cantaria, devem ser removidos, na hipótese de se verificar que, de facto, ocultam lavrados primitivos;

4.º Que é absolutamente necessário transladar sem demora, e com o decôrro devido, para o panteão de S. Vicente, os restos da rainha de Inglaterra, D. Catarina, filha de D. João IV, agora depositados na capela do extremo norte do transepto e encerrados num caixão tóscico, de madeira, sem fôrro, e coberta por um pano grosseiro, e bem assim os despojos de dois infantes seus irmãos, guardados por detrás do altar-mor, num desvão¹, onde também se encontra a ossada que se diz ser a de Camões, a qual deve ser depositada no sarcófago construído por disposição testamentária de Simão José da Luz Soriani;

5.º Que o monumento funerário de Almeida Garrett pode ser montado (provisóriamente, e enquanto não tivermos um Panteão Nacional), sob a fiscalização desta Comissão, no vão contíguo ao actual baptistério;

6.º Que, devendo a igreja de Santa Maria de Belém, segundo o critério já estabelecido pela Comissão, abrigar sómente os despojos dos heróis da nossa epopeia marítima, abrindo-se apenas uma exceção em favor de Camões, por ter sido cantor dêsses altos feitos e permitindo-se a colocação do monumento funerário de Garrett sob o côro, em atenção aos direitos legítimamente adquiridos pela agremiação literária promotora dessa homenagem, e, ainda assim, sem carácter definitivo,—deve promover-se a urgente adaptação do incompleto monumento de Santa Engrácia, a Panteão Nacional, a fim dali serem definitivamente tumulizados os restos de Almeida Garrett e João de Deus;

7.º Que é de absoluta e inadiável necessidade proceder-se à limpeza e arranjo do templo, libertando-o dos fêretros mais ou menos abandonados que em muitos pontos se encontram, de modo que o monumento readquira, no seu aspecto geral interno, o carácter sério e austero que, pela sua alta significação histórica e artística, deve sempre manter;

8.º Que as vidraças coloridas devem substituir-se por vitrais no estilo do monumento;

9.º Que devem ser regularizados, não só o paramento da parede em que se inscreve a porta principal, como o da fachada onde existe a porta de acesso ao claustro;

10.º Que, no côro, se impõe, como urgentíssima, a necessidade de ser submetida a tratamento especial a madeira do precioso cadei-

¹ Assim se cumpriu esta providência.

rado, de modo que não prossiga a accção destruidora do caruncho, devendo ainda proceder-se, sob a vigilância da Comissão e a direcção permanente de um escultor, ao restauro de talha, compreendendo a substituição das trinta e três cariátidas que desapareceram (algumas recentemente) e importando, também, substituir, por damasco de séda ou pinturas adequadas, os painéis do séc. XVIII, absolutamente des-
tituído de merecimento, que, representando os apóstolos, se vêem nas espaldas;

11.^º Que, permitindo as fundações agora postas a descoberto e os elementos gráficos já na posse da Comissão, uma reconstituição absolutamente rigorosa da fonte e alegretes que primitivamente ocupavam o claustro, deve essa reconstituição ser estudada e projectada pelas Comissões, promovendo-se depois, pelo Ministério do Fomento, que seja levada à prática.

12.^º Que, encontrando-se o pavimento dos claustros em más condições, necessário e urgente se torna que seja reparado e refeito sob fiscalização desta Comissão.

13.^º Que as instalações da Casa Pia devem ser completamente independentes da parte monumental do edifício».

III

A Tôrre de Belém

... Tôrre antiga e yeneranda,
—Hoje tam profanado monumento
Das glórias de Manuel...

Almeida Garrett — *Camões* — Canto I

Tem má sina a esbelta e elegantíssima tôrre, que o gentilíssimo espírito do môço de escrevaninha de D. João II debuxou. Já antes da restauração feita pelo Duque da Terceira, em 1843, ela apresentava um tam triste aspecto, que Garrett dela disse ser o primeiro edital que logo à entrada de Lisboa estava para anunciar ao estranheiro:—«aqui moram bárbaros».

Depois disso, a incúria indígena, o desleixo característico, a indiferença com que se consentiu, sem uma campanha, o estabelecimento daqueles panelões que dia a dia a insultam, vomitando-lhe sobre os caprichosos ornatos a baba destruidora da sua fumarada, deve concluir a obra, tornando passados anos verdadeiro o dito de Garrett.

Pouco será para admirar, que nesta terra em que as cousas de Arte são olhadas como reles mesquinharia, se deixe arruinar uma das

mais interessantes e típicas obras, que possuímos do estilo manuelino. Quasi ruína já ela é, toda enegrecida pelo fumo, a pedra carcomida aqui e alêm, quasi a esboroar-se em alguns sítios.

Em quanto lá fora, na Inglaterra, na Alemanha, na Itália, na França, se olham com um enternecido amor as cousas de Arte, tendo para os velhos monumentos desvelos de conservação, procurando por todas as formas evitar a sua derrocada: em Portugal quando se não derrubam, como ainda há pouco sucedeu ao Arco de Santo André, deformam-se e amesquinham-se, como no caso das ruínas romanas do Templo de Diana, em Évora, que já serviu de açougue municipal, ou abandonam-se a si própria até caírem, como está sucedendo à curiosa igreja do convento da Graça, também em Évora, típico exemplar Renascença, como poderá suceder à Torre de Belém, e já tem acontecido a tantas e tam belas cousas por esse país fora.

No cadastro da selvajaria nacional, que o Sr. Ramalho Ortigão, nestes assuntos de Arte, organizou no seu livro *O culto da Arte em Portugal*, há casos interessantes e típicos. Mas faltou-lhe muito, e se hoje se fizesse uma segunda edição, muito aumentada deveria ela ser.

Tudo quanto representa a obra das gerações que nos precederam é respeitável, e os portugueses de hoje não tem senão que se orgulhar da sua ascendência ilustre. A não ser que se parta do princípio que as nações se constroem de empreitada como as casas (que ainda assim precisam de alicerces para não caírem) fôrça é olhar com respeito o que os avós fizeram na tendência dum aperfeiçoamento progressivo.

As melhores e mais verdadeiras páginas da História são os monumentos. A psicologia dum povo, o seu estado mental e moral, a curva sofrida pela sua civilização e pelo seu desenvolvimento, é traduzida nas várias épocas pelos seus monumentos, pelas suas obras de Arte. Tem uma fala as pedras, que se repercutem pelos séculos fora, sempre com a mesma eloquência sincera, sempre com o mesmo brilho sugestivo. O Pártenon é todo o esplendor da Grécia de Péricles, como o Circo todo o desvairamento sensual e brilhante do império romano da decadêndia, como o Escurial é a síntese da Espanha fanática de Filipe II, e Mafra a época magnífica e galante, perdulária e artística do nosso D. João V.

A Torre de Belém alguma cousa representa para quem a queira ver e a saiba entender. Vergonha é para nós não a olharmos com amor, quando ela é uma fonte de admiração para estrangeiros, chegando um francês ilustre, Marcel Dieulafoy, num livro recentemente publicado, a falar dela com elogio, como um dos monumentos mais

interessantes de Portugal. Basta ser a única obra fortificada que nós possuímos no estilo manuelino, para merecer o maior cuidado e o maior carinho. No entanto... ¡Pobre torre!

O Tempo olhou-a com amor, só lhe ensinando o Mar nas litâncias bárbaras que, acompanhado pelo vento, entoa nas noites rasgadas de tempestade, as lendas desfeitas da Índia, os sonhos quebrados da raça que outrora o dominou na audácia incrível dos heróis. Olha as gerações que passam com a melancolia das cousas, que são estranhas à época e às ideas; e no seu sonho de vice-reis, de fidalgos purpурados, chamarrados de ouro, deslumbrantes de jóias num esplendor oriental de sátrapas, estranhos lhe parecem os minúsculos homens de hoje, repletos de civilização e fracos de ânimo, em comparação com os gigantes musculosos tostados pelo sol da Índia, que nos conveses, atulhados de especiarias, olhavam com olhos rasos de lágrimas de alegria as torres da Lisboa manuelina, que dominavam um pôrto que era uma floresta de mastros.

Tremiam flâmulas e pavilhões ao vento e nos eirados do Paço da Ribeira a corte sumptuosa de D. Manuel discreteava sobre as cousas do Oriente. Passava pela atmosfera um bafo sensual e requintado de moleza e de luxo, e intrigas palacianas borboleteavam naquele meio, radiante de espírito e erudição, onde avultava, como uma flor exótica, a estranha e erudita figura da infanta D. Maria. Tudo isso a esbelta e elegantíssima torre viu. É bem a torre de marfim das ilusões e dos sonhos duma raça, o atestado eloquente, a testemunha muda, mas impressiva dessa nevrose de glória e mando que no séc. XVI sacudiu os nervos da gente portuguesa, enchendo o mundo dum sopro titânico de força dominadora, que fazia enfunar as velas das naus e dos galeões, das caravelas e das almadias descobridoras, indo derrubar como um castelo de cartas o império comercial dos Turcos aos mares do Oriente, e abalando ao som dos atabales, das trombetas e das sacabuxas, os palácios vetustos da velha Roma, na decoração estrepitosa e vibrante das embaixadas soberbas. Sonho de português cristalizado em pedra, devaneio de artistas estilizado em calcáreo, ficou através das inclemências do tempo como uma página documentadora do século das conquistas. É um eco da Renascença que ficou pelos séculos fora a vibrar, lembrando ainda a marcha triunfal que a nossa raça entoou e que o mundo ouviu.

É como aqueles castelos, que na sua solidão altiva bordam as margens do Reno, evocando na sua grandeza a velha Germânia das lendas e dos trovadores, dos burgomestres obesos e das castelãs lou ras e românticas; ela deve ali estar como sentinela dêsse Tejo por

onde o vento da epopeia cantou, nas enxárcias dos velhos barcos, a hossana de Portugal!

É tempo ainda. Valham-lhe, para quê não fique logo à entrada do país o aviso de que falou o elegante e irónico Almeida Garrett:
«—Aqui moram bárbaros».

IV

Castelo de Castelo de Vide

A câmara vai pedir ao Governo a cedência do Castelo e respetivos quartéis, a título de conservação, a fim de evitar que se pratique qualquer vandalismo naquele importante monumento das nossas glórias do passado.

V

Panteão Nacional

Sobre a criação de um Panteão Nacional e a sua instalação no belo edifício, incompleto, de Santa Engrácia, dirigiu ao Governo, a Comissão de Monumentos, por intermédio do Conselho de Arte e Arquelogia, a representação seguinte:

«Vem de longe o considerar-se como Panteão Nacional a igreja de Santa Maria de Belém. É certo, contudo, como mais de uma vez se tem ponderado, que havendo esse belo edifício sido expressamente construído para comemorar o descobrimento do caminho marítimo para a Índia, só os restos daqueles que se distinguiram nas audaciosas navegações, descobertas e conquistas que imortalizaram o nome português e deram à nossa Pátria, embora por um momento, a hegemonia da civilização, devem, com pleno direito, ser ali recolhidos.

Foi este o critério estabelecido pela Comissão de Monumentos da 1.^a Circunscrição Artística e Arqueológica, ao tratar da colocação provisória do túmulo de Almeida Garrett no histórico templo de Belém. Este fôra também, conquanto menos claramente definido, o critério do antigo Conselho de Monumentos Nacionais. E tanto uma como a outra destas corporações reconheceram, por um lado, a necessidade de se estabelecer oficial e nitidamente o que devia ser entre nós o Panteão Nacional, e, por outro lado, a vantagem de se completar, adaptando-a a esse fim, a inacabada igreja de Santa Engrácia, a qual, além de ser um edifício notabilíssimo, que, ainda numa cidade mais rica de monumentos do que Lisboa, mereceria ser completada e posta em evidência, oferece uma disposição tal, que a torna muito facilmente adaptável ás funções de um Panteão.

Assim, tem esta Comissão a honra de propor superiormente que, na próxima sessão legislativa, o Govêrno obtenha a necessária autorização parlamentar para:

1.º Decretar a criação de um Panteão Nacional, independente do templo de Santa Maria de Belém, ficando este último exclusivamente destinado a jazida dos heróis da nossa epopeia marítima e do cantor dessa epopeia;

2.º Mandar estudar o complemento da igreja de Santa Engrácia e a sua adaptação a Panteão».

(*Diário de Notícias*, de 15 e 17 de Novembro de 1913).

PEDRO A. DE AZEVEDO.

Bibliografia

— **Bulletin Hispanique**, xv. No n.º 1, Janeiro—Março de 1913, dá o Sr. Pierre Paris lisonjeiras notícias do vol. xv d-*O Archeologo Português*, falando em especial do valioso trabalho que o Sr. Marques da Costa aí publicou acerca do castro de Chibanes; também se refere às esculturas prehistóricas do Museu Etnológico, e assinala a importância do Casal do Monte (estudos de Joaquim Fontes) como estação paleolítica.—Bom é que os esforços que em Portugal se fazem em prol da ciência encontrem acolhimento na simpatia dos estrangeiros, principalmente na de aqueles que tem a competência do Sr. Pierre Paris.

— **Monthly Numismatic Circular**, xxii. No número de Fevereiro de 1914, col. 90—93, publica o Sr. Henry T. Grogan mais um artigo subordinado ao título de «Indo-Portuguese Numismatics», o qual consta de duas partes. Na primeira descrevem-se duas raríssimas moedas de ouro cunhadas em Goa: uma, que representa talvez a mais antiga emissão do *santomé* de ouro com a figura do santo de pé,—moeda atribuída pelo autor ao reinado de Filipe I (1580—1598); outra, que é o mais antigo espécime de um *santomé* de ouro com data (esta é 1632). Na segunda parte explica-se a grelha das moedas de Ceilão, não como até aqui se tem explicado, mas posta em relação com a fortaleza que os Portugueses tinham em Colombo, chamada «de S. Lourenço»; e diz-se que no Museu de Colombo há moedas de tutanaga, de módulo pequeno, que devem ter sido cunhadas na ilha, o que é novidade, pois não se conheciam de Ceilão moedas feitas de tal substância.—Todos estes quatro descobrimentos se devem ao Sr. Codrington, membro da Real Sociedade Asiática de Londres.

J. L. DE V.

Necrologia

Guilherme Gameiro e o seu labor artístico

No dia 13 de Novembro de 1912, no Manicómio de Miguel Bombarda, em Lisboa, deixou de existir Guilherme Gameiro. Ele, que entrara havia anos numa casa de saúde, após grande desequilíbrio cerebral, foi, enquanto se não apagou a luz do seu espírito, um requintado temperamento artístico, como se depreende da série dos seus numerosos desenhos de objectos arqueológicos, desenhos que deixou no Museu Etnológico Português, e que foram reunidos em um álbum pelo autor destas linhas.

Poucos sabem quanto é difícil representar pela arte objectos que, pela sua própria natureza, muitas vezes a não tem. Estão neste caso alguns objectos arqueológicos dos mais primitivos, e que são completamente desprovidos de estética. Acrescente-se a esta circunstância o ter algumas vezes de sacrificar-se o traço artístico à forma rigorosamente científica do objecto, e ver-se há toda a série de dificuldades que apresenta este género de trabalho, interessantíssimo, não resta a mínima dúvida, mas também tam diferente de todos os outros. Pois Guilherme Gameiro sabia triunfar de tais obstáculos com facilidade surpreendente. Pela forma consciente como colocava o objecto que lhe servia de modelo, este, ainda que fosse o que menos se prestasse a ser desenhado, adquiria rapidamente importantes pontos de luz e sombra. E era então que a visão do moço artista o apreendia num relance, e a mão o transportava ao papel com sincera fidelidade.

A análise feita aos trabalhos de Guilherme Gameiro será de futuro para qualquer estudosso uma tarefa curiosa e instrutiva, pois o seu álbum, que comporta perto de 300 desenhos, é a documentação artística de grande parte das melhores peças arqueológicas que se acham reunidas no Museu e de outras de fora. São, por exemplo, de grande encanto, as reproduções dos famosos vasos gregos e espadas de Alcácer do Sal; de grande verdade e firmeza de traço as fibulas de Pragança; de correção soberba as aras dos deuses da Lusitânia, onde como que se sente a pedra áspera.

Além disso, o seu álbum é também a demonstração mais sólida do muito que trabalhou o malogrado artista em serviço do Museu, sabendo fazer sempre da sua arte verdadeiro sacerdócio. Não me compete a mim, sucessor de Guilherme Gameiro, fazer a crítica rigorosa dos seus trabalhos, mesmo porque do comêço eles foram a melhor guia dos meus, mas não resta dúvida que o seu traço, apesar de nem

sempre ser uno, era muito pessoal sempre. Sem atingir elevadas delicadezas, ele tinha pelo contrário muito vigor, o que não impedia que, sob esse vigor, não existisse a maior correção. Como todo o artista consciencioso e trabalhador, Gameiro conseguiu por fim fixar a sua maneira depois de alguns anos de aturado estudo. E, como a sua arte aplicada ao serviço do Museu lhe não desse talvez a coragem de tentar asas para mais largos vôos, ele ali deixou o testemunho simples, mas belo, do seu labor artístico. O Álbum de Gameiro não contém tudo o que ele produziu, pois alguns dos seus desenhos que fez estão dispersos pelos mostradores dos Museu, junto dos respectivos objectos arqueológicos ali em exposição. Fora dêste Museu, é possível que existam outras provas da actividade do moço artista; como porém me faltou o tempo para as procurar, não posso dar a tal respeito informações neste despretensioso esboço.

Para terminar resta-me acrescentar que Gameiro, além de ser, como já disse, bom intérprete da Arqueologia, também sabia interpretar com muita proficiência toda a graça delicada dos objectos de Etnografia Moderna, e que a arte popular, tam curiosa, apesar de por muitos ser completamente desconhecida, era tratada por ele nos seus desenhos com desvelado afecto. Pena foi que a morte arrebatasse tam cedo o desditoso artista, perdendo assim o país um dos seus elementos de valor e do qual era lícito muito esperar no futuro.

JOÃO DE SAAVEDRA MACHADO.

Crónica

Excursões arqueológicas ao Alentejo

I

Em fins de Dezembro de 1913, por convite do meu antigo condiscípulo Dr. Joaquim Pedro Rebêlo Arnaud, de Pavia, dirigi-me a essa povoação alentejana com o fim de recolher alguns objectos prehistóricos (vasos, placas de xisto, machados) aparecidos pouco tempo antes no desmanchar de uma anta existente em propriedades de um parente do mesmo senhor. Reunidos os objectos, soube que me encontrava no meio de uma daquelas ricas regiões dolménicas de que o Alentejo tem a especialidade. Mais: segundo indicações do mesmo senhor, perto da povoação, a uns dois quilómetros, num cabeço denominado o *castelo*, haviam sido encontrados objectos curiosos e antigos em meio de alicerces de edifícios.

Combinei então voltar para a primavera, com as manhãs claras, a pesquisar o *castelo* e algumas antas.

E assim foi. Em 23 de Março, por uma tarde calma, depois de atravessar desde Évora, no combóio do ramal de Mora, a região porventura mais ridente do Alentejo, aportei a Pavia, viloria pequenina e antiga, a mais agradável e acolhedora de quantas se encontram naquela zona, embora decaída da sua antiga categoria e importância de cabeça de concelho. Hoje é uma aldeia agrícola, que vive no trabalho das herdades que por léguas a estrangulam, desafogada apenas em magros *ferragais* que se lhe achegam: mantem uma linha correcta de burgo velho estirado sobre uma espinha montuosa, cujos topos vão morrer, de um lado nas águas ensombradas da ribeira de Tera, do outro em dilatado plaino de montados de azinho com blocos desgarrados de granito que escurecem e mancham de onde em onde a ramaria frouxa do arvoredo.

Apenas chegado, aprestei os serviços, e ao romper de 24 de Abril começaram os trabalhadores a exploração da anta grande da Lapeira.

Em 25 choveu todo o dia, pelo que tive tempo e ocasião de recolher numerosíssimos objectos de valor etnográfico: *pintadeiras*, simples e duplas; *colheres* de cabo ornamentado; *colheres fechadas*; *rôlhas* de infusa com belos desenhos; *soveleiras* de cortiça; *fusos de ilhós*, de madeira; *sovinos* de descamisar o milho; *cornas*; um polvorinho de chifre; *copeiras*; *tropeços de boneca*, de cortiça; *garfeiras*; *borsais* de machado, de cortiça; canudos de ceifa; uma sovela de cabo lavrado; os instrumentos de que se servem os pastores para bordar o cabo das colheres, uma *legra* e uma faca de entalhar; almotolias de barro, tam velhas que o povo quando quer significar que uma cousa é antiga, diz «que ainda é do tempo das *émotelias* de barro»; *saleiros* de cortiça, de formas curiosas e ornamentados; pequenas arcas e baús, de cortiça, com as tampas e paredes *bordadas*; pires e tampas de copo, de cortiça também e igualmente *bordados*; *tecedôres*, de prender a linha ao fazer a meia, de madeira e de osso; garfos entalhados de lavores; um *banquinho* de madeira ornado; um *taleigo* de cortiça; moldes de *formigão* e *esgrafitos*; um tinteiro de madeira, lavrado e colorido; uma *escorveira*, pequena caixa circular, de cortiça; um *boneco bailador de fandango*, de cortiça com pernas de pau; grande corrente de elos de madeira feita da mesma peça; pratos antigos de louça portuguesa; livros antigos; etc.

Em 26 explorou-se a segunda anta da *Lapeira* e principiou-se de tarde a dos *Covatos*. Em 27, deixada a anterior, atacou-se a do

Ferragial da Fonte, que levou parte desse dia e o dia seguinte 28, todo.

Em 29 fui a Cabeção, onde recolhi alguns exemplares etnográficos do género dos anteriormente nomeados.

No dia 30 deu-se princípio à segunda semana de trabalhos com cortes de sondagem no *Castelo*, o cabeço arqueológico de que falei no princípio. Todo o resto da semana se trabalhou ali, com proveito.

Na semana seguinte, de 6 a 11 de Abril, metade dos homens continuou no *Castelo* e a outra metade trabalhou nas antas; em 6 na *Folha de Anta* (Tramagueira), em 7 no *Considreiro* (em frente de Cabeção); em 8 na *Adua* primeira (Pavia) e nas da *Madre de Deus* (Tramagueira); em 9 na *Adua* primeira e segunda; em 10 no abrigo sob rocha da *Pedra Moura* (Lapeira); em 11, de manhã, no mesmo lugar, e de tarde na anta-capela de S. Denis, na própria vila de Pavia.

Em 12, domingo, encaixotaram-se os objectos recolhidos e regressei a Lisboa.

II

Como o Ex.^{mo} Sr. Dr. Leite de Vasconcelos entendesse, pelo bom resultado da excursão antecedente, que valia a pena continuar a exploração do «*Castelo*» e a de algumas antas que eu deixara intactas, voltei ao Alentejo e a Pavia.

Parti no domingo, 26 de Abril, e toda a semana que seguiu, até 2 de Maio, se passou em escavações do «*Castelo*», que não desmentiu a fama que criara de estação importante da época calcolítica.

No dia 1 de Maio, de tarde, segui para o Vimieiro, onde colhi abundantes exemplares etnográficos e donde voltei no dia seguinte.

Domingo, 3 de Maio explorou-se a anta ribeirinha da Crê; no dia 4, a anta do Matalote; dia 5, de manhã, uma outra perto dessa e junto da linha férrea de Mora e do Monte das Antas, de tarde, a primeira de Pocicaros; a 6, de manhã, Pocicaros primeira, e de tarde Pocicaros segunda; no dia 7 de manhã a anta do Remendo (S. Miguel), e de tarde uns alicerces circulares que se encontravam em quantidade num cabeço da herdade da Crê, e que afinal nada deram, apesar de todo o dia 8 se ter perdido neles; a 9, uma anta grande, também dentro da herdade de Crê.

Durante esta semana, de 4 a 9 de Maio, os trabalhos do «*Castelo*» continuaram, quase sempre a aterrarr e a nivelar o solo.

No domingo, 10 de Maio, fui a Cabeção, onde examinei a estação romana que existe junto do cemitério da vila, e na povoação obtive amavelmente do Ex.^{mo} Sr. P.^e Rafael de Castro uma bela pedra de-

corativa romana, e por oferta do Ex.^{mo} Professor oficial J. Zorrinho, uma curiosa colecção de louça do Redondo para brinquedos de crianças; fiz além disso várias outras aquisições.

No dia 11 fui a Brotas, terra de oleiros e da afamada Senhora do mesmo nome, povoação que nasceu do culto e das romarias que de todo o Alentejo acudiam ali. Colhi objectos etnográficos e tirei algumas fotografias do trabalho do barro, e, amavelmente guiado pelo Ex.^{mo} P.^e Estêvão Godinho, visitei a igreja que tem preciosidades no seu revestimento de azulejo.

No dia seguinte encaixotaram-se os objectos recolhidos, e a 13 parto para Évora, donde, de carro, segui com o Ex.^{mo} Sr. Abel Rego para os Cortiçais, a examinar uma estação romana.

Ali os Ex.^{mos} Srs. Joaquim Inácio Calhau e Francisco Calhau, importantes lavradores, franquearam-nos as suas terras e *montes*, e pude averiguar a existência de um cemitério romano por incineração, perto um edifício de pequenas dimensões, mas de construção ciclópica, restos decerto de um *blockhaus* de vigia, romano também.

Nesse mesmo dia e no dia seguinte, em Évora, fiz aquisição de mais objectos etnográficos de barro, e recebi, por oferta do Ex.^{mo} Sr. Florival Sanches de Miranda, cinco vasilhas portuguesas antigas, tempo antes descobertas nas abobadilhas de uma casa que o mesmo senhor mandou deitar abaixo no pátio do Salema. E regressei a Lisboa.

*

Antes de terminar este abreviado diário ou crónica arqueológica, quero deixar bem expresso o meu reconhecimento, por me terem concedido explorar os monumentos prehistóricos existentes nos seus terrenos, aos Ex.^{mos} Srs:

Joaquim António Arnaud, proprietário das antas de Tramagueira, Considreiro, Madre de Deus; e a seu filho Dr. Joaquim Pedro Rebêlo Arnaud.

José Eduardo Arnaud, proprietário do terreno do «Castelo» e do Ferragial da Fonte.

José Homem da Costa, proprietário das antas da Lapeira e Covatos.

Joaquim Nunes, de Mora (anta da Crê), Manuel Aguincha (da Adua) e Josué Ribeiro (do Matalote).

Belém, 16 de Maio de 1914.

VERGÍLIO CORREIA.

O ARCHEOLOGO PORTUGUÊS

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO

MUSEU ETNOLÓGICO PORTUGUÊS

COMPOSTO E IMPRESSO NA IMPRENSA NACIONAL DE LISBOA

VOL. XIX

JULHO A DEZEMBRO DE 1914

N.º 7 A 12



Materials para o estudo das moedas arábico-hispânicas
em Portugal

II

Moedas de Temim Ibn Boloquin Ibn Badis, existentes na colecção
de M. F. de V.

Pela morte de Badis, rei de Granada e Málaga — 430 (?) a 466 da H., 1038 (?) a 1073 de C. —, foram os seus estados repartidos entre seus netos Abdallah e Temim, dominando aquele em Granada, e ficando este senhor de Málaga, prolongando-se o seu reinado até 483 da H., 1090 de C.

É limitadíssimo o número de moedas atribuídas a este príncipe. Vives, em 1893, desconhecia a existência de qualquer moeda de ouro ou cobre de Temim, e na sua riquíssima colecção possuía apenas um *dirheme*, duvidoso; e sabia da existência de mais três pelos decalques do sábio arabista D. F. Codera, estando porém todos em tam mau estado de conservação que só num se podia ler a ceca, faltando completamente em dois a data, e estando incompleta nos outros dois.

O *dinar*, que em seguida vai ser descrito, tem portanto um excepcional valor numismático pela raridade das moedas deste rei, pelo metal de que foi fabricada a moeda, e pelo magnífico estado da sua conservação; devendo acrescentar-se ainda que vem demonstrar documentalmente que, além de Temim se intitular *ابو محمد المستنصر*

بِاللَّهِ الْمُعَزُّ لِدِينِ اللَّهِ، à semelhança de seu irmão Abdallah, de Grâna-

da, usou também o título de الحاجب سيف الدولة.

1.^a

Anverso.—No campo:

الحاجب
لا اله لا اله
وحدة لا شريك له
سيف الدولة



بِسْمِ اللَّهِ صُرِبَ هَذَا الدِّينَرُ بِمَدِينَةِ مَالِقَةِ سَنَةِ سِعْ وَسَعْيْنَ: يَة، faltando, por não caber na moeda, وَارْبَعَ ما.

Reverso.—No campo:

أبو محمد
المستنصر بالله
المعز لدين الله



Na orla: A missão profética até الدين، faltando, por não caber na moeda، كلَهُ وَلَوْ كَرَهَ الْمُشَرِّكُونَ.

Dinar: A.V.—Peso: 2,72 gramas.—Diâmetro: 20 milímetros.

*

Moedas de Al-Háquem II, existentes na coleção de M. F. de V.

Às moedas d'este príncipe, fazendo parte da minha coleção, e descritas no vol. XII d-*O Archeologo Português* (ano de 1907), há a acrescentar as seguintes, adquiridas posteriormente.

1.^a (3 a)

Anverso.—No campo:

لا اله لا
الله وحدة
لا شريك له

بِسْمِ اللَّهِ صَرَبَ هَذَا الدِّرْهَمَ بِمَدِينَةِ الْزَّهْرَا سَنَةَ احْدَى
وَخَمْسِينَ وَثَلَاثِيَّةً.

Reverso.—No campo:

عبد

لامام الحكيم
امير المؤمنين
المستنصر بالله
الرحمن

Na orla: A missão profética, faltando, por não caber na moeda, o da última palavra المشركون.

Sinais particulares: o ر de شريك um pouco floreado; a legenda da orla do anverso começa na parte inferior da moeda, à esquerda (3.º quadrante), estando o ب de بسم no prolongamento do raio, que passa pelo ر do ل, final da terceira linha da legenda do campo; fig. 1 (3 a).

Dirheme: Ar.—Peso: 3,40 gramas.—Diâmetro: 26 milímetros.

2.ª (13 a)

Anverso.—Como o da antecedente, mas a data سنتة ثلث وخمسين وثلثية.

Reverso.—Como o da antecedente, faltando, por não caber na moeda, كون da palavra final المشركون da missão profética.

Sinais particulares: o ر de شريك muito floreado; fig. 2 (13 a).

Dirheme: Ar.—Peso: 2,58 gramas.—Diâmetro: 23 milímetros.

3.ª (17 a)

Anverso.—Como o da 1.ª (3 a) mas a data سنتة اربع (sic) وخمسين وثلثية.

Reverso.—Como o da 1.ª (3 a), mas a missão profética completa.

Sinais particulares: o ر de شريك muito floreado; fig. 3 (17 a).

Dirheme: Ar.—Peso: 2,84 gramas.—Diâmetro: 23 milímetros.

4.ª (26 a)

Anverso.—Como o da 1.ª (3 a) mas tendo inferiormente à profissão de fé عاصِر, e a data ... احْدَى ...

Reverso.—No campo:

لامام الحكيم
امير المؤمنين
المستنصر بالله

Na orla: A missão profética muito obliterateda, sendo apenas legíveis algumas palavras.

Sinais particulares: as palavras بسم الله صرب, da legenda da orla do anverso, em linha recta, o resto ligeiramente poligonal; fig. 4 (26 a).

Dirheme: A.R. — Peso: 2,83 gramas. — Diâmetro: 23 milímetros.

5.^a (26 b)

Anverso. — Como o da antecedente, mas a data سنتا حدى وستين و ثلثيمية por não caber na moeda.

Reverso. — Como o da antecedente, mas a missão profética até كلة ولو كرة المشركون, الدین, faltando, por não caber na moeda.

Sinais particulares: Como a antecedente; fig. 5 (26 b).

Dirheme: A.R. — Peso: 2,75 gramas. — Diâmetro: 24 milímetros.

6.^a (28)

Anverso. — No campo: como o da 1.^a (3 a).

Na orla: بسم الله صرب هذا الدرهم بالأندلس سنة خمس (?) وستين faltando ثلثيمية por não caber na moeda; a leitura de خمس parece certa, não é porém de segurança absoluta.

Reverso. — Como o da 4.^a (26 a), mas tendo inferiormente à legenda do campo عامر, e estando a legenda da orla bastante confusa depois de بالهدى.

Ao ser batida a moeda deu-se uma deslocação nos cunhos, de forma que, nas legendas das orlas do anverso e do reverso, houve sobreposição de letras, aparecendo ainda exteriormente à do anverso algumas, formando palavras incompletas e ilegíveis. De resto, a moeda está optimamente conservada.

Sinais particulares: as palavras بسم الله صرب em linha recta, e o resto da legenda ligeiramente poligonal; fig. 6 (28).

Dirheme: A.R. — Peso: 2,75 gramas. — Diâmetro: 24,5 milímetros.

7.^a (18 a)

Anverso. — Como o da 1.^a (3 a), mas a data سنت ست وخمسين و ثلثيمية.

Reverso. — Como o da 1.^a (3 a), faltando, por não caberem na moeda, as palavras finais da missão profética كرة المشركون.

Sinais particulares: o de شريك e o de خمسين muito floreados; fig. 7 (18 a).

Dirheme: A.R. — Peso: 2,81 gramas. — Diâmetro: 20 milímetros, estando um pouco cerceada.

8.^a (21 a)

سنة ثمان وخمسين (26 a), mas a data بسم الله ضرب em não cabendo na moeda. As palavras em linha recta; o resto da legenda da orla francamente poligonal.

Reverso.—Como o da 4.^a (26 a); a missão profética até كله, não cabendo na moeda as palavras finais ولو كثرة المشتكون.

Sinais particulares: o *s* de *س* e o *n* de *ن* muito floreados; fig. 8 (21 a).

Dirheme: AR.—Peso: 2,02 gramas.—Diámetro: 20 milímetros.

9.^a (26 *)

Anverso.—Como o da 1.^a (3 a), mas a data سنة اثنين وستين وثلثة não cabendo na moeda . As palavras بسم الله ضرب em linha recta; o resto da legenda da orla, circular.

Reverso.—Como o da 4.^a (26 a); a missão profética até الدين، não cabendo na moeda as palavras finais كله ولو كره المشركون.

Sinais particulares: fig. 9 (26 *).

10.^a (26 **)

Anverso.—Como o da 1.^a (3 a) mas a data سنة اربع وستين ، não cabendo na moeda بسم الله ضرب . As palavras em linha recta; o resto da legenda da orla, circular.

Reverso.—No campo:

لام الحکم
امیر المؤمنین
المستنصر بالله
عامر

Na orla a missão profética até مك , não cabendo na moeda as palavras finais **ولو كره المشركون**.

Sinais particulares: fig. 10 (26 **).

1

Com excepção dos anos 359 e 366 da H., existem na minha modesta colecção, o que prova a sua abundância em Portugal, *dirhemes*.

de todos os outros anos do reinado de Al-Háquem II, sendo dignas de nota as variantes que a sua cunhagem apresenta nalguns deles.

Anos da H.	Números das séries
350	1.
351	2, 3 e 3 a.
352	4, 5, 6, 7 e 8.
353	9, 10, 11, 12, 13 e 13 a.
354	14, 15, 16, 17 e 17 a.
355	18.
356	18 a.
357	19 e 20.
358	21 e 21 a.
360	22, 23, 24 e 25.
361	26, 26 a e 26 b.
362	26 *.
363	27.
364	26 * *.
365	28.

A descrição das moedas n.^{os} 1 a 27 pode ver-se no vol. XII de *O Archeologo Português*, e a das moedas n.^{os} 3 a, 13 a, 17 a, 18 a, 21 a, 26 a, 26 b, 26 *, 26 ** e 28 nas notas precedentes.

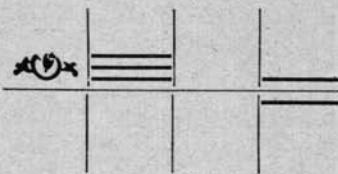
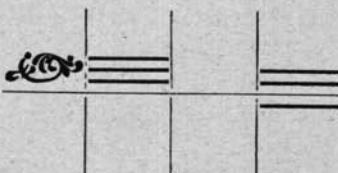
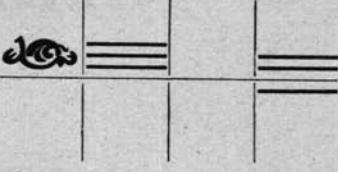
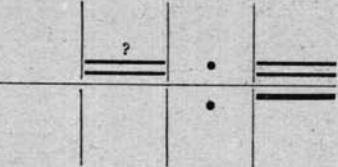
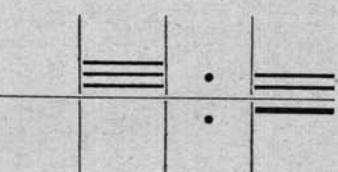
*

Além do nome de Al-Háquem, figuram nos *dirhemes* do seu reinado, pertencentes à minha colecção, os nomes de عبد الرحمن، يحيى e عامر. Não possuo, porém, exemplar algum em que apareçam os nomes de شهيد ou de محمد، sendo as moedas, em que o último nome se lê, raríssimas, o que aliás se não dá com as que tem o nome de شهيد.

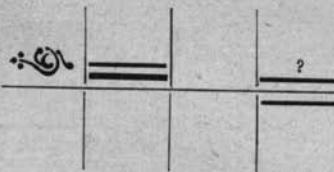
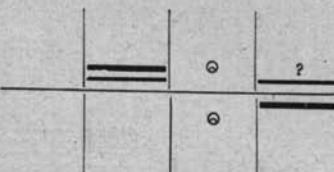
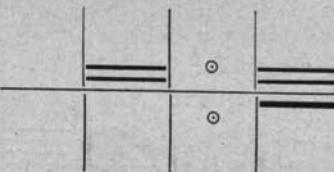
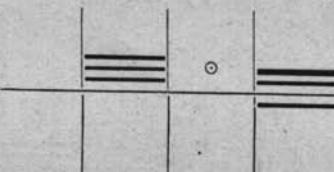
*

Com a abundância das moedas de prata de Al-Háquem II, que se encontram no nosso país, contrasta a raridade dos *dinares* e suas fracções, cunhados no seu tempo, dos quais não logrei ainda ver exemplar algum, sendo de notar que possuo *dinares* do seu pai Abd Arrahmam III, e do seu sucessor Hexam II.

Moedas de Al-Háquem II

Fig. 1.^a (3 a)Fig. 2.^a (13 a)Fig. 3.^a (17 a)Fig. 4.^a (26 a)¹Fig. 5.^a (26 b)Fig. 6.^a (28)

¹ É péssimo o estado de conservação da moeda 4.^a (26 a), sendo impossível reconhecer se a legenda da orla do anverso é circundada por duas ou por três circunferências de dois ou três círculos concêntricos.

Fig. 7.^a (18 a)Fig. 8.^a (21 a)Fig. 9.^a (26 *)Fig. 10.^a (26 **)

Lisboa, Dezembro, 1913.

MANUEL F. DE VARGAS.

No concelho de Sintra. Escavações e excursões

I

O Hipocausto de Vila Verde (Sintra)

Vila Verde é uma comprida aldeola dos arredores de Sintra, atravessada na estrada que segue para a Ericeira. Por ela passa uma curva geológica que começando lá para as Várzeas e subindo por Cabris vai depois numa continuidade notável de bancos de calcáreos exploráveis seguir para Rale, Armez, Fervença, Lameiras e Montelavar.

Obra de quilómetro e meio antes da povoação, levantam-se alguns poucos telheiros de lavra de cantaria, onde os mármores, extraídos do próprio local, são preparados para serem enviados para Lisboa e

para o Brasil. Perto dos telheiros, ao sul da orla dos bancos actualmente em exploração, existem espalhados num espaço de 500 metros quadrados, abundantes vestígios de ocupação romana: tejolos, telhas, fragmentos de olas, tesselas de mosaicos, etc. Percorrendo o terreno deparei com vários pedaços de mós e de pedras lavradas, e quase no extremo da zona onde se achavam antigualhas, com uns restos de edifício pouco saídos do solo, embora nítidamente reconhecíveis. Disseram-me que chamavam àquilo as Abóbadas. Parecendo-me que poderia colher mais alguns dados curiosos para o estudo da arqueologia romana no concelho de Sintra, decidi umas escavações que logo passados dias realizei.

Dentro de um dos telheiros guardavam os lavrantes uma pequena tábula funerária de lioz claro, inserida com letras do baixo império, a qual comprei para o Museu Etnológico. Vem descrita pelo Dr. Leite de Vasconcelos a p. 84 do volume XIX, e refere-se a um Maurínio filho de Licínio e à mãe d'este, Amanda, sepultados no local onde estava a pedra. Era como tantas outras uma inscrição funerária das que se colocavam nos *columbaria* das famílias romanas.

*

Começada a escavação e retirada uma primeira camada de terra até um palmo de fundo, apenas se desenterraram pedaços de telhas, planas e curvas, e em pontos, carvão e terra negra, de origem moderna.

Em quanto durava essa tarefa preparatória dirigi-me para S. Miguel de Odrinhas, o célebre santuário em volta do qual floresceu uma importante povoação da época romana, onde consegui adquirir uma base de ara, com um largo orifício circular no centro; um pedaço de inscrição ($0^m,35 \times 0^m,30$) com as letras

C. IVL
IVLIA

belamente desenhadas e gravadas, e três pedaços de cabeceiras de sepulturas medievais, ornamentadas. Um pouco adiante de Odrinhas, no Funchal, visitei também vários silos semi-arruinados, de época posterior evidentemente, e vi algumas inscrições fragmentadas, entre as quais avulta uma inédita, referente a uma *Amoena*, nome tam frequentemente notado nos letreiros romanos dos arredores de Lisboa e do centro do país. É uma pedra arciforme, tipo da *cupa* simplifi-

cada, com a parte esquerda da frente partida, interessando o comêço das palavras inscritas. Está sob uma parede de palheiro, e pode ler-se claramente nela

(LIC)INIA. M. F. AMOENA

(AN)N. VIII H. S. E.

É considerável a série de inscrições em que aparece o nome feminino de *Amoena*. De umas 25 citações que o *Corpus*¹ traz, pouquíssimas (1 ou 2), se referem a lápides achadas em Espanha; quase todas pertencem à Lusitânia. Assim, 2 são de Elvas (156-157), 1 de Portalegre (161), 1 de Lisboa (212), 2 de Odrinhas (267-287), 1 da Quinta da Cabeça, Sintra (268), 2 de Oeiras (270-5009), 2 de Alenquer (271-275), 1 de Tôrres Vedras (296), 1 de Olhalvo de Alenquer (316), 1 de Colares (318), 1 de S. Tiago de Arranhó (361), 1 da Cedesseira (5017), 1 de Tomar (5026), 1 de Condeixa-a-Nova (389), 1 de Viseu (410).

Amoena seguido de outro cognome encontrou-se ainda em pedras de Penalva da Beira, Valado de Alcobaça, Lamego e Arroyo del Puerco (Valência de Alcântara). Numa pedra aparecida recentemente em Caparide de Cascais, encontra-se também este cognome. Qual a sua origem? ¿Pertenceria a uma família indígena romanizada, ou de sangue puramente itálico? Seja como fôr, é para notar que a maior abundância de referências se encontra no Termo de Lisboa: Oeiras, Caparide (Cascais), Colares, Alenquer e Odrinhas (Sintra).

*

Quando voltei a Vila Verde, o trabalho continuava sem interesse, pois que apenas se tornavam mais visíveis os limites do edifício.

Com a marcha gradual da exploração nenhuma novidade científica apresentou neste caso, limitar-me hei a apontar os resultados finais dela e a tirar as conclusões possíveis.

Os restos do edifício conhecido pelo nome de «as Abóbadas» que a exploração de Vila Verde pôs melhor a descoberto, e que um indígena velhote me informou ter conhecido na sua meninice ainda efectivamente abobadados, fazem parte do *hipocaustum* duma vila antiga que qualquer rico senhor luso-romano mandou ali edificar na chã, para centro

¹ *Corp. Insc. Lat.*, v. I, p. 733, e II, p. 1077.

de exploração agrícola ou para recreio, frente ao panorama sem igual da Serra, que quase toda se desdobra em frente, muralha enorme eriçada de quadrelas gigantes, coroada de torres de menagem que adelgaçam estranhamente para as nuvens.

O desenho junto explica claramente esse destino da parte do edifício explorada (fig. 1).

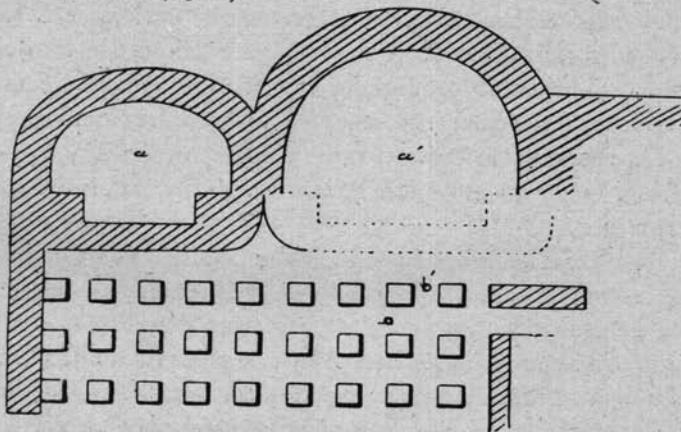


Fig. 1

Duas absidas desiguais, de fortes paredes de cantaria lavrada, com 0^m,6 e 0^m,7 de espessura, limitam o pequeno edifício para o sul, depois de um espaço rectangular que uma série de pegõesinhos, regularmente espaçados e dispostos, ocupa. Esses pegões, iguais (superfície 0^m,3 × 0^m,2, altura 0^m,2) e equidistantes (0^m,45 verticalmente e 0^m,60 transversalmente), indicam, no prolongamento das duas absidas, os pontos sobre que se apoiava um sobrado de casa de banho, cujo aquecimento devia ser feito pelo canal que se vê do lado direito, entrando o ar aquecido por aí para depois se espalhar por toda a área, exceptuando os arcos absidais onde se não viam sinais de pegões e que além disso as paredes que seguem na corda do arco isolavam.

Os pegões (*pilae*), em número de vinte e sete mostram a pequenez da câmara (é natural que fosse uma só, apesar da dupla absida, porque não há alicerces de separação). São eles formados por tejolos quadrangulares com as dimensões de 0^m,23 × 0^m,22 × 0^m,04; 0^m,18 × 0^m,18 × 0^m,04, e 0^m,17 × 0^m,17 × 0^m,04, fortemente argamassados e arranjados de modo a ficar cada pegão com uma superfície máxima de 0^m,35 × 0^m,30. A série dos *pilae* assenta sobre um lastro de grandes tejolos, colocados numa camada de argamassa, que muitas vezes os envolve completamente. Logo por baixo é o solo virgem. Os pilares são um pouco mais elevados para o lado do canal de aquecimento.

Sobre estes vinte e sete pilares assentava o solo da câmara, de que não encontrei restos alguns no próprio lugar. É contudo fácil reconstituir a disposição do sobrado pelo estudo dos monumentos análogos estrangeiros¹, de Marienfels, Pompeios, Verdes, Laudunum, etc.

Sobre parte de cada quatro pilares apoiava-se um tejolão grosso que, fortemente argamassado contra os que lhe ficavam ao lado—assentes como él em parte de outros tantos, serviam de base a uma camada de formigão ou de tejolo esmagado misturado com cimento. Por cima vinha então o sobrado, revestido de placas de mármore ou mosaicos, que com a sua massa faziam conservar mais tempo o calor das câmaras, evitando ao mesmo tempo a infiltração de gases deletérios. O pavimento que cobria a *câmara de calor* tinha o nome de *suspensura*.

O desenho mostra a simplicidade da disposição da câmara. O sobrado assentava sobre os pégões e sobre a parede e encostos que correm no arco das absidas. Essas não eram tam directamente aquecidas porque a parede as isolava. Aí ficariam porventura as banheiras.

Isto com referência ao edifício. Nos desentulhos apareceram com freqüência tesselas de mármore anegrado, fragmentos de tejolos de vários tipos, dois fragmentos de tábulas de mármore alentejano de granulação sacarina, muito alvos, um disco de barro cortado da parede de um vaso grosso, uma moeda de cobre, alguns poucos cacos de vasilhas de louça grossa luso-romana e alguns ossos longos com parte de uma calote craniana e meia queixada de um esqueleto, cuja inumação no lugar julgo posterior à época do edifício. A exploração agrícola destruiu tudo o mais que se ligava às ruínas; escaparam «as Abóadas» porque ficavam numa pequena depressão do terreno.

A moeda é um médio-bronze do baixo império, lendo-se com facilidade de um lado, «Gloria Romanorum».

Também do lado direito dos alicerces se encontraram umas pedras polidas no rebordo; ajustadas, mostravam fazer parte de uma mó, que tinha a particularidade de deixar um vão larguíssimo no centro. Tem 0^m,34 de alto, e 0^m,11 de espessura nas paredes

Variados foram os tipos de tejolo que se encontraram fazendo parte dos *pilae* e do lastro de assentamento dos mesmos. Apontei as seguintes dimensões, em quatro tipos gerais de *lateres*. Tejolo de forma quadrada, mais ou menos regular: 0^m,23 × 0^m,22 × 0^m,04;

¹ Saglio & Darenberg, *Dictionnaire des Antiquités Grecques et Romaines*, parte III, pp. 346 e 347, e Possidónio da Silva, *Noções Elementares de Arqueologia*, p. 78 sgs. e gravuras.

$0^m,19 \times 0^m,18 \times 0^m,04$; $0^m,17 \times 0^m,17 \times 0^m,04$. Tejolos rectangulares, de tipo pequeno: $0^m,31 \times 0^m,09 \times 0^m,055$; $0^m,27 \times 0^m,065 \times 0^m,035$. De tipo médio: $0^m,40 \times 0^m,14 \times 0^m,04$; $0^m,35 \times 0^m,12 \times 0^m,04$. De tipo maior: $0^m,45 \times 0^m,32 \times 0^m,05$; $0^m,40 \times 0^m,28 \times 0^m,04$; $\times 0^m,375 \times 0^m,28 \times 0^m,03$.

Além destes exemplares simples, havia tejolos de ligação já apropriados para encadear com outros, tanto por meio de um prolongamento rectangular no topo do tejolo, correspondendo no outro topo um cavado igual, como por meio de prolongamentos laterais que iam ligar-se pelo mesmo processo a outros tejolos.

Encontrei também um pedaço de um grosso telhão curvo, semi-cilíndrico, com $0^m,31$ na volta e $0^m,05$ de espessura.

As principais medidas nas paredes do hipocausto, são:

Comprimento lateral das duas absidas: $6^m,30$; para o lado dos pegões, 5 metros.

Corda de a , $2^m,60$; de a' , 3 metros. Raio da corda de a , $0^m,50$; de a' , $1^m,80$. Distância entre o topo de a e de a' , $1^m,30$. Espessura das paredes: nas absidas, em a , $0^m,60$; em a' $0^m,70$; nas restantes $0^m,50$. Os pegões tinham de altura, para a banda do canal de aquecimento, $0^m,20$ de altura, para o lado oposto $0^m,15$. A sua superfície média era de $0^m,30 \times 0^m,20$. A distância média dos pegões entre si era, no sentido b de $0^m,60$, no de b' de $0^m,45$. Creio ser este o exemplo único de *hipocaustum* em que os pilares tenham tam pouca elevação; tanto naqueles de que tenho notícia escrita, como nos que tive ocasião de ver, em Pompeios e em Óstia, o sobrado assenta bastante alto. Alguma modificação para pior haviam de sofrer as construções desde a Itália até aqui.

Pené é que o resto da *vila* a que pertencia o *hipocaustum* tivesse desaparecido quase por completo; quantas curiosidades não nos revelaria ainda!

II

Uma volta pelas serras da Olela

28 de Outubro de 1912: desembarquei no Sabugo pelas nove horas. A estação está situada na orla da terra baixa que se estende em triângulo vastíssimo entre os montes do Sabugo a Mafra, dum lado, a Serra de Sintra, do outro, e o mar do terceiro.

No terreno fronteiro à *gare*, ao norte, encontrei logo fragmentos de cerâmica de aparência néolítica.

Nas vastas planuras da região, frequente e inopinadamente aparecem pelo solo cacos de louça neolítica, mós de conglomerados e de

granito e sílices de talhe bastante rude. Acontece isto para os lados de Lisboa, na Amadora, em Queluz de Baixo, na Damaia, na Boa Vista, etc. O silex dos instrumentos é igual ao das estações *paleolíticas*, mas entre êsses instrumentos nunca se encontram *coups-de-poing*; apenas raspadores, pontas, etc. ¿Indicarão êsses objectos que se está sobre *fundos de cabanas*, desmanteladas pelos trabalhos agrícolas? É natural que sim.

Toda a região entre Sintra e Lisboa possui abundantes vestígios da pedra polida: estações ao livre, com o carácter de estabilidade das grandes povoações: Monsanto, Sete Moinhos, Belém, Liceia, Serra de Sintra, etc; cavernas sepulcrais e de habitação: Penha Verde, grutas de Olela, de Cascais, de Pôrto Covo, Vale de Lobos; *tholoi* e monumentos congéneres: S. Martinho de Sintra, Fôlha das Barra-das, Monge; algumas antas: Montabrão, Estria, Agualva, Carrascal, Quinta Grande, Camelias. Tudo isto —e não quero enumerar agora a série enorme de lugares onde aparecem só reduzidos vestígios de pousio neolítico—, num espaço de cinco léguas quadradas, revela uma grande intensidade e desenvolvimento de população, nos primeiros tempos prehistóricos.

Em tais circunstâncias não é de admirar que, numa região onde viveram povos que tam valiosas e múltiplas provas deixaram da sua importância, se encontrem nas próprias planuras objectos de mobiliário indígena primitivo. Êsses achados indicam ou que no solo ficaram apenas os vestígios do acampamento passageiro de bandos nómadas, ou que nos felizes tempos da pedra polida o homem não era tam mau ou medroso como o dizem, e estabelecia também a sua habitação fora de lugares que não tinham a defesa natural das alturas ou das águas.

Será isto assim? A evidência dos factos vem cada dia trazer-nos mais provas de que o homem neolítico, ao mesmo tempo que habitava castros formidavelmente defendidos pela natureza ou por arte, como os da serra de Sintra, Sete Moinhos, Liceia e Monte dos Godinhos (Linda-a-Pastora) vivia também em plainos desabrigados e indefesos, pacificamente, caçando os animais bravios, apascentando gados, trabalhando a terra.

Separam a *gare* do sopé dos montes da Olela, uns 800 metros de terras de lavoura, planas, alteadas numa leve subida junto da povoação que tomou o nome da serra. O povo fica sobre um socalco fundeiro, assente em largo cabeço, com as casas muito iguais, de andar sobrado entre dependências mais baixas. Numa das habitações encontrei, guardados pelos donos, um polidor e um percurtor,

achatados, ovais, o primeiro de seixo, moído nos topos em dois planos angulares, com 0^m,09 de comprimento e 0^m,08 de largura, o outro de rocha negra, com dimensões idênticas, cavado com um par de covinhas, nas faces inferior e superior, para melhor preensão.

Perguntando por *coriscos* ou *pedras de raio*, toda a gente sem excepção me mostrou seixos redondos, polidos naturalmente. Achei isto curioso, ali tam perto de Sintra, onde os verdadeiros machados de pedra são comuns. Nos Almornos sucedeu a mesma cousa.

As grutas da Olela

As serras da Olela têm 300 metros de altura e desenvolvem-se em três corpos paralelos, com um prolongamento mais baixo, perpendicularmente à planura, que se estende até muito longe. Ficam na direcção E.-O. fixa. Nas encostas, formadas por terríveis aglomerados de rocha alva, calcáreo friável como não vi outro ainda, cheio de covas e canais roídos pelas águas, acham-se várias grutas, as mais importantes das quais são as que se abrem na face norte do primeiro corpo da serra, e na face sul do segundo corpo.

A primeira que se topa é a *Toca do Arco*, nome que lhe foi dado por, junto da entrada, se encurvar em volta irregular um pedaço de pedra, seguindo-se depois a *Cova da Raposa* e a do *Beguino* que são importantes, e outras que não tem nomeação especial por não a merecerem pelo valor. A *Toca do Arco* consta de uma série de corredores estreitos e desiguais em que tem de se andar de bruços, e termina numa câmara um pouco mais larga. É irregularíssima; parece que um estranho e doido animal anti-diluviano andou furando na pedra o mais complicado dos caminhos, em voltas, cotovelos, viravoltas, câmaras e gargalos estrangulados. Das suas entradas, variadas em posição e dimensões, só uma, com o terreno adjacente foi atacada em tempos, numa exploração arqueológica de Carlos Ribeiro; as outras, e o resto da gruta, não o foram, e creio bem que o trabalho lá dentro será difícil, e não sei se proveitoso.

A *Cova da Raposa* tem uma boa entrada e é muito comprida, e tanto que até corre no povo a lenda de que uma porca que por ela entrou, acompanhada dos seus bacorinhos, foi parar aos Negrais, que são um alto aglomerado de calcáreo com tocas, à distância de uma légua para E., na direcção de Mafra. As tocas que lá existem, levaram naturalmente o povo a elaborar a história, que não é original.

E não são apenas estes os lugares onde, pelos arredores, há calcáreo esfurecado de grutas. No *Penedo Gião*, para lá dos Almornos,

ao N., e sob a Portela, elas lá estão também, motivo de superstições e contos populares, quiçá abrigos de algum rico espólio prehistórico.

O que, em resultado das explorações de Carlos Ribeiro antes de 1880 se exumou nas grutas do *Arco*, *Cova da Raposa* e *do Beguino*, encontra-se nos armários n.ºs 37 e 45¹ da Sala de Antropologia da Comissão Geológica, onde até hoje jazeu esquecido, por o ilustre geólogo ter falecido sem publicar o relatório dos descobrimentos.

São silices e quartzites grosseiramente talhados, como se fossem obra do paleolítico, machados, mós de conglomerados, pilões de basalto mais ou menos troncónicos, fragmentos de cerâmica trabalhada à mão, simples, ossadas de animais vários. Os cacos são abundantes, mas apenas se conseguem apurar quase inteiros, uma malga pequena e um vaso de forma cilíndrica, com o fundo chato. Todo este espólio é igual ao que oferecem as estações arqueológicas das planuras entre Lisboa e Sintra, e denota ser originário de uma fase do pleno neolítico, sem mistura alguma de instrumentos metálicos.

No fim da 1.ª parte da «Notícia de algumas Estações e Monumentos Prehistóricos²», encontra-se uma referência clara e interessante às grutas de Olela: reza assim.

«Na coroada da montanha de Olela, situada na freguesia de Almargem do Bispo, 26 quilómetros a NO. de Lisboa, descobrimos outra estação prehistórica que oferece nos seus caracteres etnográficos muita semelhança com a de Liceia, e que já começámos a explorar; e nas encostas das profundas ravinas da mesma montanha também descobrimos três grutas, onde se encontraram objectos que parece pertencerem ao fim da idade paleolítica, e a mais de uma fase da época neolítica. Com a exploração e pelo exame comparativo destes achados se esclarecerão muitos pontos duvidosos sobre a classificação e a sucessão dos factos de largo período neolítico em Portugal e de suas relações com as do período quaternário».

Estas palavras do ilustre geólogo, um dos apóstolos dos estudos prehistóricos em Portugal, mereciam bem ter um seguimento e uma prova. Infelizmente, como disse, o relatório não foi feito, e hoje o espólio é insuficiente para documentar as conclusões que Carlos Ribeiro pretendia tirar dele. Os instrumentos prehistóricos com carácter paleo-

¹ É para notar que o espólio dessas grutas se encontra infelizmente dividido por lugares diferentes e fora do seu agrupamento geográfico. Assim as coisas da Cova da Raposa estão entre os objectos trazidos de Alcobertas e da Serra do Montejunto.

² Carlos Ribeiro, *Estudos Prehistóricos em Portugal*, parte I, p. 69.

lítico tem-me aparecido em numerosas estações sempre junto de cerâmica neolítica, tal qual como nas *Covas da Raposa* e *Beguino*, indicando um período remoto da civilização da pedra polida.

Transição da pedra lascada para a idade seguinte? ¿Quem poderá afirmá-lo agora, ainda sem as confirmações estratigráficas das cavernas?

Estação da coroada

Deixando as grutas, subi para o alto, julgando que o ponto mais avançado do Picoto —por este nome são conhecidas as cristas dos três corpos da Serra—, conservaria vestígios de alguma estação arcaica. Desiludi-me depressa; pelo menos os carrascos altos e ásperos e a rocha cortada em mil fendas de arestas aguçadas impedem por completo o exame do solo. Para E. há um plainozinho entre ligeiras elevações; aí encontrei um raspador triangular de silex, com pátina castanha, do tipo alongado dos *grattoirs* franceses.

No extremo O. do Picoto do segundo corpo da Serra encontrei um outro plano entre elevações, totalmente cercado por elas do NE. e O. Aí apareciam com abundância percutores, mós de conglomerados, fragmentos de cerâmica grosseira, sem ornatos, e alguns, pouquíssimos, sílices.

Considero notável entre estes um raspador circular que tem a face inferior lisa, e conserva na parte superior um bom pedaço da casca do silex, sendo talhado a grandes pancadas, e que tem uma aparência totalmente paleolítica¹, atribuição esta de origem que a jazida e os objectos encontrados juntos contradizem.

Deve ter existido neste lugar um pequeno núcleo de habitações. ¿Será aqui a estação da «coroada do monte» a que se referia Carlos Ribeiro?

Dos altos da Olela, pelo meio das terras, aos Almornos, terra de lavadeiras e de nabais viçosos nesta humidade outonal, não se leva muito tempo, mas perdem-se as passadas porque a povoação nada apresenta de notável; fala-se apenas de *silos*, ora perdidos. O próprio nome da terra justifica a existência dessas velhas construções mouriscas.

Seguindo para o N., ao chegar à *Portela dos Almornos* disse-me o guia que no seu tempo de criança apareciam ali muitas sepulturas, com caixões de lajes e pedras levantadas a cada cabeceira; sepulturas medievais à certa, com os habituais padrões lavrados de cruzes, no

¹ Vid. o *Arch. Port.*, vol. xvii, p. 275 *Facas e raspadores da estação paleolítica de Monsanto I.*

tópo superior. Nesse lugar vi sobre a parede do caminho uma esplêndida mó dormente, de grande côvo oval, e logo perto uns cacos grossos, vermelhos, que não devem ser de época muito remota.

Descendo daqui um pedaço mais, sempre na direcção do N., encontra-se metida num recôvo de terreno, bem abrigada de NE. e O., por pequenas alturas, uma *courela* ou *fôlha*, cujo declive se escoa ligeiramente para o S. Ao tópo N. nasce uma fonte cuja água vem depositar-se ao fundo da *courela*, numa poça.

Estação paleolítica de Ribeichelas dos Almornos

Neste lugar, estação ideal para uma ou mais famílias se estabelecerem, ainda em nossos dias, achei instrumentos paleolíticos bem definidos: um *coup-de-poing*, o esbôço de outro, um instrumento

longo e aguçado como uma ponta, dois raspadores e alguns outros objectos sem forma característica. O *coup-de-poing* é talhado a grandes pancadas, em forma de amêndoia, com secção triangular, e conserva ainda um pouco da casca do silex, na parte superior. A linha de corte é em zigue-zague e acompanha todo o perímetro do instrumento. Belamente patinado, apesar de lhe faltar a ponta já desde tempos remotos, como se nota pelo tom *cachalongado*, mede de comprimento 0^m,10, de largura 0^m,075, e de espessura 0^m,045. A *ponta* é um pedaço de silex alongado, de bordos paralelos até perto do bico, onde aguça rapidamente como se fosse aparado aí como um lápis. Da face superior para a inferior, igualmente paralelas, a transição é feita por planos inclinados, com basto retoque nas arestas, sendo a secção do instrumento no centro, um trapézio irregular. Comprimento 0^m,096, largura 0^m,046, espessura 0^m,02 (fig. 2).

Chama-se ao ponto Ribeichelas dos Almornos, e lá o silex não abunda à superfície, porque a terra está ainda por revolver, e porque é costume dos *malteses* ensacarem durante as ceifas todos os pedaços que encontram, para serventia das suas iscas, por nas terras respetivas, ao que dizem, a pederneira não ser vulgar.

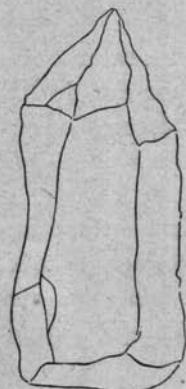


Fig. 2

O Forno dos Mouros

Voltei aos Almornos, lançando mais um olhar curioso para as suas casas uniformes como as de Olela, como elas constituídas por uma *casa de sobrado*, quadrangular, entre dependências baixas, e desci

para a base da Serra. Aí fui ver o *Forno dos Mouros*, que dista uns 200 passos da povoação da Olela, para SO. Junto de um riacho, cuidadosamente cavado na rocha, distingue-se metade de um silo, do tipo tam espalhado dos silos algarvios e de que o *Boletim* da Sociedade Arqueológica Santos Rocha¹ deu em tempos alguns desenhos. As grutas de Palmela e Alapraia lembram esta forma com o seu amplo respiradouro circular no alto, mas a cavidade ocupada pelas câmaras sepulcrais é muitíssimo maior do que aqui.

Este silo, que tem 2^m,50 de diâmetro, causa estranheza pela situação junto do ribeiro, e por ter uma forma que não é a costumada na região, onde são sempre cilíndricos os que existem entre Sintra, as montanhas ao N., e o mar (fig. 3).

Fig. 3

Seguindo depois na direcção da Cortegaça, encontrei a uns 300 metros do *Casal dos Palmeiros*, à esquerda da estrada Sabugo-Morlena, uma nova estação paleolítica, do tipo vulgar da região, situada em planura, com os sítios belamente patinados de amarelo e vermelho. Não pude percorrer-lá toda porque o tempo já não o permitia; tratava-se de regressar. Caía a noite. A serra de Sintra anegava progressivamente; raiava agora o céu um feixe de tiras vermelhas do revérbero do sol no ocaso, alternado com outro de faxas cinzentas, de nubens ténues.

Do combóio já, vi cerrar a noite; a serra e as terras em torno, apareciam como se as olhasse numa chapa fotográfica, vagamente iluminadas, relevos em claro...

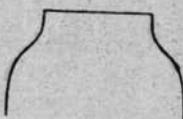
III

Uma ara funerária

Janas, povoado menor do concelho de Sintra, afastado umas duas léguas para oeste da vila séde, já perto do mar, é uma aldeia com os característicos regionais bem definidos, cheia de lajes de calcáreo carcomido, com um passado remoto que se manifesta em inscrições romanas, já mencionadas no *Corpus*², e uma desenvolvida vida agrícola activamente mantida hoje pela cultura do vinho de Colares. Um pouco afastado dela, sobre uma colina de areia que se alcança depois de se atravessar uma azinhaga entre arrifes altos, fica a capela

¹ *Boletim* da Sociedade Arqueológica Santos Rocha, tomo 1, n.º 1, est. III.

² *Corp. Insc. Lat.*, n.º 281, p. 32, e n.º 311, p. 34.



de S. Mamede, protector encartado de todo o gado vacum de muitas léguas em redor.

Ergue-se o santuário, que é de forma circular, sobre um vasto panorama de areias, plantadas das cepas que produzem o brando Co-lares tradicional, cortado o terreno com regularidade pelos caniçados baixos que abrigam espaçadamente as videiras das ventanias agrestes e salinas do mar largo. Para a banda do sul abre a capela a rir numa alpendrada, cujo telhado é sustentado por 11 pilares curtos, assentes em peitoril corrido.

Entrando, o interior depara-se vazio, com uma bancada correndo ao longo das paredes, o chão lajeado, o teto abobadado sustentado em seis colunas que ao centro formam uma espécie de tabernáculo, que protege um lampadário. Toda aquela frieza e disposição mostra o séc. XVII, apesar da opinião corrente entre os sintrãos de que a capela de S. Mamede de Janas é um autêntico templo romano.

Nada na construção revela os tempos anteriores; nenhum daqueles troços de edifício, que os séculos passados marcaram com o sinete de origem e que tam freqüentemente as novas edificações deixam a descoberto nas paredes, aparece aqui. Apesar disso, porém, não me causa repugnância tal opinião, quanto ao passado. Janas tem inscrições romanas; uma encontrei eu próprio encostada a uma parede da capela. Nesta venera-se S. Mamede, protector dos gados; a sua festa é iniludivelmente pagã. Que pode admirar que o templo cristão continue, sob nova invocação, o culto do Deus romano ou lusitano, ou, quem sabe até, anterior!

A seguir me refiro à inscrição romana e à festa de S. Mamede.

Na cimalha que corre ao nascer da abóbada, nos ábacos das colunas centrais, na parede toda, pendurados pelos cachaços com fitinhas de cores vivas (azuis, vermelhas, verdes), boisinhos alvos, de cera, sósinhos e aos pares, alegram a branura do muro caiado. São os ex-votos que os lavradores dos arredores vão levar ao santo, em agradecimento, quando as suas reses perigam e se saram, ou para protecção preventiva apenas.

O santo, górica imagem inexpressiva arrimada a um bordão, tem aos pés um animal informe, boi ou porco, porque a ambas as espécies protege. Perto, um curioso ex-voto que representa uma vaca, aguarela de um pintor de duvidosas artes, explica num longo letreiro como o animal, tendo estado a deitar sangue, 48 horas seguidas, da sua bonita ventra, e já desenganado do ferrador e dos seus remédios, se salvara devido à milagrosa intervenção do santo. Estes dons à divindade são geralmente trazidos no dia da festa do orago, e ainda há poucos anos

todos os lavradores do termo conduziam os seus gados, enfeitados com fitas multicolores, a dar umas voltas à capela, fazendo-se por isso no sítio um dos mais pitorescos arraiais de todo Portugal, comparável aos da Fatela (Fundão), Montemor-o-Novo, Senhora de Aires de Viana do Alentejo, etc., com cerimónias idênticas.

A festa com o gado dando voltas, ritualmente pagãs, ao edifício, —não sei se até entrava para o interior dêle— com a devoção a um santo especialmente destinado a proteger os gados, é tudo quanto há de menos cristão. Por isso não repugna a ideia exposta atrás.

Fora do templo encontrei, sob o arco da sineta, servindo de degrau a quem tinha de puxar a corrente, uma ara rormana de lioz rosado, inscrita com duas letras. Tem de altura 1^m,01; de largura na base: 0^m,59 × 0^m,59, na cabeça 0^m,53 × 0^m,49, no fuste, 0^m,455 × 0^m,43. Na face principal do fuste, que forma corpo inteiríço com a cabeça e com a base, encontram-se duas letras, D M, com 0^m,10 de alto. A base tem na frente um quadro incompleto, que iria completar-se de certo noutra pedra em que se apoiava; esse quadro tem 0^m,46 de comprimento e 0^m,16 de alto. O *foculus*, muito simples, tem 0^m,1 × 0^m,09 de boca e 0^m,06 de profundidade (fig. 4).

Esta ara é extremamente interessante não só pela forma e dimensões, mas em especial por estar apenas inscrita com as duas letras D M.

¿Seria o resto da inscrição pintado?

As letras D M devem representar o comêço da consagração usual aos *deuses Manes*, fórmula freqüente.

São vários os exemplos de aras anepígrafas existentes em Portugal como relata o Dr. Leite de Vasconcelos¹, mas inscritas dêste modo não conheço mais nenhuma.

A ara encontra-se hoje no Museu Etnológico, onde ingressou devido aos esforços e amabilidade da Junta de Paróquia de S. Martinho de Sintra, ao seu presidente, ao vogal Faria, já infelizmente falecido, e ao Sr. Nunes da Silva, que todos se empenharam nessa patriótica tarefa, e para cujo procedimento todos os louvores são poucos.

O culto de S. Mamede e a sua festa, a que não pude assistir ainda, dar-me hão assunto para um trabalho que os limites arqueológicos

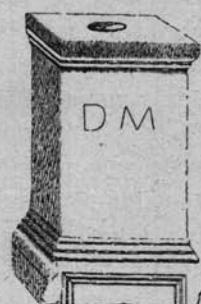


Fig. 4

¹ *Religiões da Lusitânia*, vol. II, p. 136, e vol. III, p. 510.

desta revista não deixam expandir. Fique contudo assente que é muitíssimo provável a existência de um *fanum* luso-romano no lugar de Janas.

IV

Dois monumentos sepulcrais romanos

Quando uma vez, há bons seis anos, seguia em bicicleta de Sintra para Odrinhas, depois de ter passado uma apertada curva que vem morrer junto às primeiras casas de Lourel, a 2 quilómetros da vila, lançando distraídamente os olhos para um casal semi-arruinado da banda da esquerda, em plano inferior ao da estrada, notei que os umbrais da cancela do pátio, que se estendia em frente da habitação, eram formados por duas soberbas pedras sepulcrais romanas, daquelas que apresentam a forma tam característica de baús.

Tendo-me aproximado, verifiquei que as pedras estavam com as respectivas inscrições viradas para o céu, já muito comidas do tempo, mas ainda perfeitamente legíveis. Copiei-as, e uma vez de volta a Lisboa procurei-as no *Corpus*; lá apareciam sob os n.ºs 299 e 301, numa leitura seguida e corrente de Sottomayor, que as designava como existindo «junto da porta do casal do Alcayde mór», em Lourel.

Não era decerto aquela pobre habitação de um só andar baixo, o casal do alcaide-mór de Sintra. De facto, segundo informações colhidas no local, alguns anos atrás as pedras tinham sido transportadas para ali, de uma herdade que fica perto da povoação, para as bandas do sul, onde seria a propriedade do referido alcaide.

As pedras tem o feitio de baús, ou melhor ainda de tampas de máquinas de costura, são grandes, maciças, de bom trabalho, cortadas por certo nos bancos de lioz rosado das Fervenças; lateralmente, ao correr da base, são providas de um ressalto, saliente 1 decímetro apenas, que serve para dar maior leveza à linha do monumento.

A primeira, indicada no *Corpus* sob o n.º 299, tem a seguinte inscrição

M · IVLIVS · C · IVL
APRONIA · M · F
IVLIA · AVITA · Sº
ROR · H · S · S ·

que julgo poder traduzir assim: *Marco Júlio, Caio Júlio, Aprónia, filha de Marco e Júlia Avita irmã, estão aqui sepultados.*

A pedra está um pouco estragada na parte que assenta sobre o solo e tem de comprimento 1^m,18, de largura 0^m,57 e de altura 0^m,52. A faixa do rebordo tem de largura 0^m,11 e de saliência 0^m,01.

A segunda tampa tumular, mais simples, diz apenas:

GAL · AVITVS · (A)NN
M · IVLIVS · M · F ·
LXVIII · H · S · E

ou seja *Marco Júlio Avito, da tribu Galéria, filho de Marco, de sessenta e oito anos, está aqui sepultado.*

Esta pedra tem de comprimento 1^m,095, de largura 0^m,59, e de altura 0^m,46; a faixa lateral do sopé, tem 0^m,14 de largo e 0^m,01 de saliência. As inscrições, tanto numa como noutra, são perfeitas, bem gravadas, revelando o séc. I; o seu tipo de letra é o que usualmente se acha também nos letreiros fúnebres dos arredores de Lisboa.

No vol. XIV (1909) do *Archeólogo Português*¹, o Sr. Dr. Alves Pereira, estudando uma tampa sepulcral idêntica a estas minhas, apresentou pela primeira vez a relação das pedras com esta forma existentes em Portugal, e tirou conclusões da sua distribuição geográfica, mostrando as diferenças entre as achadas no Algarve, no Alentejo e na Estremadura.

Quem percorrer a coleção das que existem no Museu Etnológico notará facilmente que as algarvias, muito altas em relação à largura, apresentam a inscrição num pequeno quadro, ao lado direito do dorso, e não possuem faixa de estabilidade; que as alentejanas são do feitio de barril, descansando num pedestal, com o letreiro no centro da pedra; que as estremenhas, idênticas todas às de Lourel, tem a inscrição sempre num dos topos da pedra.

Entre as estremenhas, e em especial nas do termo de Lisboa, aparecem com freqüência as anepígrafas. Com ou sem letras tenho tido ocasião de as ver em S. João das Lampas, ermida da Terrugem, Odrinhas, Funchal, Montelavar e Caparide, nos arredores do Estoril. Deste último ponto já vieram quatro para o Museu Etnológico, duas das quais ainda inéditas.

Não se limita porém às três regiões indicadas a área de dispersão destas tampas tumulares; encontrei-as também já no alto distrito de Coimbra, uma na Bobadela, metida no material de um muro, outra no patim de uma escada que dá acesso para a porta lateral direita da igreja de Lourosa da Serra da Estréla².

¹ *O Arch. Port.*, pp. 261-265, «Tampa de sepultura da época romana».

² Vergílio Correia, *A igreja de Lourosa da Serra da Estréla*, p. 7.

¿A que época pertencem estes monumentos?

Como já tive ocasião de dizer, o tipo de letra é do séc. I; uma outra circunstância porém, já apontada pelo Dr. Alves Pereira, vem limitar melhor o tempo da factura. A invocação aos Deuses Manes só começou a introduzir-se nas inscrições funerárias depois de Augusto; ora as pedras de Lourel não começam por essa invocação, e procurando depois cuidadosamente em todas as congéneres, em nenhuma a encontrei. Isso alarga o campo das conclusões a tirar: não só as pedras são dos tempos coevos ou anteriores a Augusto, mas até o seu fabrico desapareceu em seguida ao governo deste, pois que mais nenhuma pedra com esta forma aparece encimada pela referida invocação, pelo menos as dos arredores de Lisboa. Se aparecem em outras regiões, vêm apenas provar que as do Termo são as primeiras, cronologicamente.

De passagem quero notar que a forma dos caixões de Lisboa é idêntica à destas tampas tumulares e que em nenhuma outra parte do país elas são assim.

O local de fabrico de todas estas pedras tumulares do termo de Lisboa é fácil de achar-se; pelo exame do mármore reconhece-se que não poderiam ter vindo senão das Fervenças ou das Lameira. Hoje ainda todos os belos marmores, que são o encanto e o orgulho de Lisboa, continuam a vir de lá.

VERGÍLIO CORREIA.

A vila e concelho de Ferreira do Zézere

(Continuação d'*O Arch. Port.*, XVIII, 8)

X

Pias e o seu termo nos séculos XVIII e XIX

A Comenda das Pias, lotada em 355\$000 réis, foi arrendada em 1758 por 375\$000 réis¹.

Tinha sido tombada em 1732, quando pertencia ao conde de Soure, sendo juiz do tombo o dr. José de Lemos Pacheco, juiz de fora em Tomar. Sendo então representante do comendador, Manuel Delgado,

¹ M. 451 do cartório do convento de Cristo.

dos Casais foi-lhe ordenado o tombo em 5 de Março¹. É um processo de 327 páginas, com um pequeno apenso.

A população do termo das Pias, a darmos inteiro crédito à lista dos fogos comunicada a Luís Caetano de Lima² pelo censor e director da Academia Rial das Sciências e referida ao ano de 1732, era a seguinte, assim distribuída:

Pias, 137 fogos, 563 almas; Areias, 453 fogos, ou sejam 1:603 almas; Chãos, 211 fogos, equivalendo a 669 almas. Segundo a *Descripçam Corografica do Reyno de Portugal* (1739), p. 121 e sgs., a freguesia da vila das Pias tinha 137 fogos, isto é, 563 almas, número igual ao apontado por Caetano de Lima.

Em 1756 temos notícia oficial da população dada pelos párocos respectivos, após o terremoto de 1755 e acompanhando o relatório do sucedido em virtude do cataclismo que tam desastroso foi para o nosso país. Por essa relação, na freguesia das Areias, havia 500 fogos sendo os habitantes 1:650, 1:500 maiores e 150 menores; nas Pias havia 152 fogos, sendo 543 pessoas maiores e 42 menores, Pena é que com respeito à freguesia dos Chãos fiquemos *in albis*, pois não se encontra no *Arquivo do Ministério do Reino* (actualmente na Torre do Tombo), a informação original. Só em tal caso poderíamos fazer confrontos sobre o desenvolvimento da população; salientando, em todo o caso, a pequena divergência de numeros das três estatísticas do séc. XVIII.

As relações com o convento de Cristo continuaram não sendo muito curiais, tornando-se até célebre a contenda entre António de Sá e o convento por causa das galinhas das avenças, cujo processo original se encontra no m. 15 do cartório do convento de Cristo.

Em 1778 subiram para a Relação uns autos cíveis de agravo em que era agravante António de Sá Godolfin e Mendóça, de 28 anos de idade, do lugar do Alqueidão, termo da vila das Pias, e agravado o Il.^{mo} e Rv.^{mo} D. Prior Geral da Ordem de Cristo. Contra António de Sá, capitão-mór das Pias, fôra já dada a sentença pelo Provedor da comarca de Tomar para quem ele apelara do Ouvidor da Prelazia. O fundamento da demanda era a recusa de António de Sá em entregar as galinhas da avença, as quais pertenciam ao convento por carta de doação de D. João 3.^o para a enfermaria do convento de Cristo, galinhas que até aí pertenciam ao Hospital de Todos os Santos.

¹ B-51-165.

² *Geografia Histórica*, vol. II, p. 667.

O D. Prior do convento de Cristo começou por requerer penhora, que efectivamente se fez em 1777, 13 de Dezembro, em um caixão grande de pau de fora com sua fechadura.

As testemunhas d'este processo são: Inácio José Freire de Andrade, pessoa principal das Pias; o capitão da ordenança duma das companhias desta vila Francisco Xavier de Sousa, morador no Rêgo da Murta; Bernardino José de Araujo e Azevedo, cavaleiro professo na ordem de Cristo, Monteiro-mor da comarca de Tomar e morador nas Pias⁴, e outros.

António de Sá eximia-se ao pagamento alegando que no foral nada se encontrava a tal respeito e tamanha era a prepotência do convento de Cristo e a desigualdade do pleito que amargamente se queixava do seu advogado, preferindo por isso deixar a causa à revelia por não haver em Tomar letrado que julgasse capaz de imparcialmente se ocupar da questão!

Em 1798 Nuno Infante de Sequeira Correia da Silva de Carvalho renova a questão com o convento de Cristo por causa do lagar da Rocha.

Em 1803 Nuno Infante de Sequeira Correia da Silva fez um requerimento directamente a El-Rei pedindo que lhe mandasse aforar um lagar chamado da Rocha que os Freires do Rial Convento de Cristo possuíam no distrito da vila das Pias «por se achar êste lagar mixtico e quasi encravado nas terras do Prazo da Torre da Murta que he d'elle suplicante e ter sido origem de muitos pleitos e disputas»; a mesa do Desembargo do Paço mandou ao correjedor de Tomar que informasse ouvindo os freires suplicados e, depois de ouvido o Procurador da Coroa, subiu a consulta à presença de S. A. que poz o seguinte despacho:

«Não há que deferir. Palacio de Queluz, 26 de Janeiro de 1805». Na verdade longa tinha sido a demanda entre Simão Infante de Sequeira Correia da Silva e os Freires de Cristo, dizendo êle que os lagares do Convento eram uns pizões indignos, que o Convento pedia ao povo galinhas — evidente referência à questão com António de Sá — que se lhe não deviam e que impedia os moradores do termo das Pias de levarem as suas azeitonas aos lagares do seu prazo até incitando o povo a ir a Vila Viçosa queixar-se à Rainha (1777), como na

⁴ Das *Habilidades de Cristo* não consta a sua ascendência. Apenas no m. 12, n.º 109, encontramos o processo de dispensa por causa da sua menoridade. Vê-se que nasceu em 1720 e que, com o hábito de Cristo, tinha 30\$000 réis de tença.

verdade foram 25 pessoas, à frente das quais o criado de Simão Infant, tendo este dado 12\$800 réis para a jornada e ordem para tudo o que precisassem em Vila Viçosa. O alvará de 1 de Julho de 1779 veio pôr termo à contenda ordenando ao Convento que dentro de quatro meses fizesse quatro lagares de azeite e assim se fizeram o da Rocha e o da Ave Casta e os outros dois já estavam feitos, o dos Chãos e o Egipto. Ficando desta maneira como competidores dos onipotentes freires de Cristo duas das principais famílias do termo das Pias.

Pouco sabemos dos que em tam longo período, como são para cima de cem anos, ocuparam lugares públicos no termo das Pias. Di-lo hemos e porventura outros surgirão quando nos ocuparmos dos diferentes aspectos das colectividades que vimos estudando.

Em 1771 Joaquim António de Almeida queixou-se do juiz ordinário Manuel Gomes, cujo proceder era de tal ordem que para a cadeia de Tomar foi preso¹.

Em 1787 foi eleito juiz ordinário Bernardino José de Araújo e Azevedo, professo na ordem de Cristo e monteiro mór das Pias; como tivesse já mais de 60 anos e muitos achaques pediu autorização para dar audiências em casa, o que lhe foi concedido². Poucos anos depois era um dos juízes ordinários Luís Godinho Gonçalves de Araújo Cabral e Azevedo.

Pias tinha o seu cirurgião sangrador, lugar do qual foi demitido em sessão da câmara, por manifesta incapacidade, António Marques de Carvalho; em 11 de Novembro de 1768 foi mandada passar provisão a José Nunes Cordeiro, natural de Camarinha, do partido assim vago, com vinte mil réis de ordenado, pagos pelas sisas das Pias. Em 1774 foi pelo Desembargo do Paço mandada passar provisão de médico do partido das Pias, com sessenta mil réis de ordenado, a Francisco Lobato de Miranda. Em 1783 era-o Sebastião Gameiro da Cruz. Mais tarde, em 1816, Manuel de Azevedo, ao tempo cirurgião das Pias, pede o aumento de cem mil réis, além dos vinte que já tinha de partido, sendo-lhe concedidos só mais vinte mil réis, ficando o partido em quarenta mil réis³.

De escrivães da câmara sabemos: em 1813, António Jacinto de Almeida e, em 1815, José Pedro de Sousa Campos e Almeida. Em 1824 foi Bernardino António Rodrigues nomeado proprietário dos

¹ *Arquivo do Desembargo do Paço.*

² *Id.*

³ *Id.*

ofícios de escrivão da câmara, almotaçaria, contador, inquiridor e distribuidor da vila das Pias, lugar vago por morte do proprietário último António Jacinto de Almeida¹.

Em 1822 foi Dionísio Cotrim de Carvalho nomeado escrivão dos órfãos das Pias²; e, no seu impedimento, em 1829, António Gomes de Carvalho³.

José de Almeida da Cunha era, em 1730, juiz dos órfãos nas Pias e o seu filho, Francisco de Figueiredo, casou com Mariana de Sá, filha bastarda de António Borges da Rocha, como informa Manso de Lima (vol. I de *Genealogias*, fl. 112).

Em 1824 foi António Veloso de Melo nomeado juiz dos órfãos no termo das Pias⁴.

Em 1813 foi Nicolau Godinho nomeado escrivão do ramo das sisas do termo das Pias, Alviobeira e Igreja Nova⁵.

Em 1825 Francisco Delgado Godinho, filho do capitão Nicolau Godinho, escrivão das sisas das Pias, ramo de Alviobeira e Igreja Nova, como seu pai estivesse enfermo, requereu o provimento nesse lugar por 3 meses⁶.

Em 1826 foi nomeado Francisco Delgado Godinho, por mais um ano, escrivão das sisas da vila das Pias⁷.

Em 1824 foi Manuel de Araújo Sousa e Freitas, morador na Quinta da Figueira, nomeado tabelião nas Pias, na vaga de seu pai, Manuel de Araújo Freitas⁸.

Manuel de Araújo Freitas tinha-se habilitado para os lugares de letras em 1777⁹. Era filho de Manuel de Araújo, natural do Outeiro, freguesia de Dornes, e de Maria de Alcobia, da Varela; neto paterno de João de Alcobia e de Maria de Araújo e materno de António de Alcobia e de Isabel Dias.

Por causa deste processo foram inquiridos em 3 de Novembro de 1777: José António de Almeida, da governança das Pias e morador na sua quinta das Valadas; Manuel Godinho Gonçalves, fidalgo

¹ *Provvedoria de Tomar*, fl. 105 do liv. xxviii.

² *Id.*, fl. 110 do liv. xxviii.

³ *Id.*, fl. 96 do liv. xxvi.

⁴ *Id.*, fl. 127 do liv. xxviii.

⁵ *Id.*, fl. 22 do liv. xxvii.

⁶ *Id.*, fl. 88 do liv. xxviii.

⁷ *Id.*, fl. 18 do liv. xxvi.

⁸ *Id.*, fl. 108 do liv. xxviii.

⁹ *Leitura de Bachareis*, m. 50, M, n.º 11.

da casa de S. M., professo na ordem de Cristo, familiar do Santo Ofício e sargento-mor da vila das Pias; bacharel Joaquim António da Fonseca; António Jacinto de Almeida, da governança da vila das Pias. Manuel de Araújo Freitas fez o seu exame para tabelião de notas nas Pias em 26 de Dezembro de 1777, em Tomar nas pousadas do provedor da comarca.

Como os livros que na *Chancelaria Mor do Reino* foram feitos, em virtude do alvará de 4 de Fevereiro de 1689, destinados às avaliações dos ofícios estivessem em grande confusão, em 21 de Janeiro de 1740, mandaram fazer outros. Do primeiro dessa colecção, a fl. 123 v, consta o seguinte a respeito da lotação dos lugares das Pias:

Escrivão da câmara tem de ordenado 2\$000 réis, de propinas para pano, livros e papel 2\$800 réis; serve também da Almotaçaria, Contador, Inquiridor e Distribuidor e tem de emolumentos de todos 10\$200 réis, que tudo faz quantia de 15\$000 réis. (Por despacho da Junta dos 3 estados de 16 de Dezembro de 1805, rendem estes ofícios 40\$000 réis).

Escrivão das sisas da vila e do ramo de Alviobeira de ordenado 2\$000 réis, de emolumentos 18\$000 réis. (Por despacho da Junta de 26 de Novembro de 1805 rendeu 22\$000 réis).

Escrivães do judicial e notas tem de emolumentos cada um 20\$000 réis. (Por despacho da Junta de 16 de Dezembro de 1805 rende cada um 40\$000 réis).

Procuradores do número tem de emolumentos cada um 4\$000 réis.

Alcaide tem de emolumentos 15\$000 réis. (Por despacho da Junta de 16 de Dezembro de 1805 rende 8\$000 réis).

Porteiro tem de rendimento 6\$000 réis.

Recebedor das sisas da vila tem de ordenado 6\$000 réis. (Por despacho da Junta de 26 de Novembro de 1805 rende 9\$000 réis).

Juiz dos orfãos tem de emolumentos 10\$000 réis. (Por despacho da Junta 26 de Novembro de 1805 rende 18\$000 réis).

Escrivão dos orfãos tem emolumentos 50\$000 réis. (Por despacho acima dito rende 80\$000 réis).

Porteiro tem de ordenado 5\$000 réis e de emolumentos 1\$000 réis, que faz quantia de 6\$000 réis.

Partidor dos orfãos por despacho da Junta de 23 de Outubro de 1784 rende 80\$00 réis

Dos párocos do termo das Pias chegam-nos notícias dos seguintes: em 1756 era vigário das Pias Fr. João de Sá e das Areias Fr. Teodósio Camelo de Carvalho. A côngrua do vigário das Areias era dois moios de trigo, dois de cevada, 26 almudes de vinho, 3 cântaros

de azeite e 22\$000 réis em dinheiro; a freguesia tinha três beneficiados cada um dos quais tinha de côngrua 88 alqueires e meio de trigo, 90 de cevada, 12\$000 réis e a do tesoureiro 36 alqueires de trigo, 40 de mistura, 2 arrobas de cera, 26 almudes de vinho e 6\$000 réis em dinheiro, tudo pago pelo almoxarifado da Mesa Mestral de Tomar.

Note-se que, em 18 de Dezembro de 1748, foi ordenado ao Prelado de Tomar que metesse de posse o Rev.^{do} Fr. António Cardoso Cotrim no benefício de que o tirara. (Biblioteca de Évora, Cod. ^{cvn} ₁₋₉ a, fl. 204).

A côngrua do vigário dos Chãos era 2 moios de trigo, 1 de cevada, 6 alqueires de azeite, 26 almudes de vinho e 22\$000 réis, sendo a do coadjutor 2 moios de trigo, 13 almudes de vinho, 6\$000 réis em dinheiro e o tesoureiro tem 48 arráteis de cera, 6 alqueires de trigo e 3 de azeite, pago tudo pela Mesa Mestral¹.

O vigário das Pias tinha de côngrua 3 moios de trigo, 2 de cevada, 1 pipa de vinho, 6 alqueires de azeite e 20\$000 réis em dinheiro².

Em 1807 era vigário das Pias Fr. José Inácio Freire de Carvalho.

Em 1826, sendo vigário das Areias Fr. Manuel Godinho Delgado Ferreira, representou que tinha de côngrua pago pelo almoxarifado das Pias da *vila de Tomar* (*sic*) 20\$000 réis em dinheiro e da Mesa Mestral 22\$000 réis em dinheiro, 2 moios de trigo, 2 moios de cevada, 26 almudes de vinho e 6 alqueires de azeite e, como a não achasse suficiente, pediu o seu aumento, o que foi deferido, passando a ter mais: 28\$000 réis em dinheiro, 1 moio de trigo, do rendimento da comenda das Pias³.

Por esse mesmo tempo pediram os habitantes da freguesia de N. Senhora da Graça, das Areias, licença para fundarem uma irmandade do Santíssimo Sacramento.

Com receio da invasão francesa estiveram depositadas no convento de Cristo de Tomar, de 1801 a 14 de Abril de 1802, as seguintes pratas pertencentes às igrejas das Pias e Areias:

Uma caldeira e hissope de prata da Irmandade do Santíssimo, que tem de peso 5 marcos e 4 onças e 2 galhetas com seu prato de prata da mesma irmandade que tem de peso 2 marcos e 4 onças; 1 lâmpada da mesma irmandade com o peso de 14 marcos; 1 turíbulo e naveta da fábrica da dita igreja que tem de peso 6 marcos e 3 onças.

¹ *Memórias Paroquiais*, vol. XLII, pp. 10 e 37.

² *Id.*, vol. XLII, p. 152.

³ *Provedoria de Tomar*, liv. xxvi, fl. 1.

Da igreja das Areias:

Uma banqueta que consta de uma cruz e 6 castiçais de prata que tem de peso 106 marcos e 7 onças; uma lâmpada de prata que tem de peso 21 marcos; outra com o peso de 10 marcos; outra com o peso de 12 marcos; 2 cálices velhos que tem de peso 2 marcos e 3 onças.

Entretanto tinha-se fundado na aldeia dos Gagos uma capela, em 1728, como consta da inscrição sobre a porta principal dos restos arruinados, com a invocação de S. Simão.

Em 1802, Luís Godinho Gonçalves de Araújo Cabral de Azevedo, da vila das Pias, obteve de Roma um breve apostólico, pelo qual lhe eram reduzidos os seus encargos de capelas, especialmente o número de missas com que se achavam oneradas. Era êle administrador de quatro vínculos: um, com missa cotidiana na capela de N. Senhora da Paz da vila das Pias, outro com pensão de quatro missas por semana, outro com encargo de trinta e cinco missas por ano ditas no altar do Rosário, também das Pias e o quarto finalmente pensionado com seis missas, duas pelo Natal, duas pela Páscoa, e duas pelo Espírito Santo. Sobre o caso foi proferida uma sentença pelo Prelado de Tomar, em 1819, pela qual todos os encargos de missas ficaram reduzidos a uma missa, que se deveria dizer em cada domingo e dia santo do ano¹.

Antes dessa redução de encargos pios tinham porém já sido extintas outras capelas e vínculos.

Em 1772 foi extinto o vínculo instituído por Francisco Baptista de Abreu e sua mulher Maria da Paixão, do termo das Pias, administrado por José Antunes, do Casal de alêm, arrabalde de Ferreira².

Em 18 de Março de 1773 foram extintas as capelas, instituídas por Simão Monteiro e João Jorge Gago, das quais era administrador João Camelo, dos Casais, termo das Pias³.

Em 26 de Outubro de 1773 foi extinta a capela instituída por António Ferreira Soares, de que era administradora Isabel Ferreira Soares, das Pias⁴.

Em 1773 foi extinto o vínculo instituído por Luísa Fernandes, do qual era administradora Joana Nunes, da Portela, termo das Pias⁵.

¹ *Provedoria de Tomar*, liv. xxvi, fl. 49.

² *Chancelaria de D. José*, liv. LIV, fl. 284 v.

³ *Id.*, liv. LV, fl. 1.

⁴ *Id.*, *ibid.*, fl. 217.

⁵ *Id.*, liv. xi, fl. 126.

Em 1773 foi extinta uma capela instituída por António Ferreira e sua mulher Isabel Álvares, da qual era administrador José Gonçalves, dos Chãos¹.

Na mesma data foi extinta uma capela instituída pelo P.^o João Antunes da qual era administrador Manuel Álvares, filho de Domingos Álvares, morador em Almogadel².

Ainda em 1773 foram extintos os vínculos seguintes: um instituído pelo P.^o Luís Rodrigues e Catarina Rodrigues, moradores em S. Marcos, tios da administradora Rosa Maria³; o vínculo criado por Maria Álvares, do qual era administrador o P.^o António Álvares, de Almogadel⁴: em 16 de Dezembro de 1773 foi passada provisão ao P.^o Gregório da Silva, de S. Marcos, termo das Pias, de extinção do vínculo, instituído por Marcos Rodrigues, e sua mulher Catarina Rodrigues, moradores em S. Marcos⁵.

De extinções em 1774 constam-nos as seguintes:

Em 18 de Janeiro de 1774 passou-se provisão de extinção do vínculo instituído por Gaspar Cavaleiro, de que era administrador Domingos de Bastos do lugar de Avecasta, termo das Pias⁶.

Em 12 de Março de 1774 passou-se provisão a Salvador Pereira, morador em Lisboa, de extinção de uma capela, instituída pelo capitão Manuel Pereira e sua mulher Margarida de Almeida, da vila das Pias⁷.

Em 26 de Março de 1774 foi extinto o vínculo instituído pelo capitão Luís de Freitas, de que era administrador António do Vale do lugar da *Roterra* (??)⁸.

Finalmente, ainda no mesmo ano, foi extinto o vínculo criado por Manuel Gomes Grilo, do Rêgo da Murta, do qual era administrador José Ribeiro, do Casal Novo, das Pias⁹.

Em 24 de Março de 1774 foi passada provisão a Luís Duarte, de Jamprestes, termo das *Pias*, de extinção de um vínculo, instituído por Fr. Manuel Simões, que foi morador no lugar dos Cumes¹⁰.

¹ *Chancelaria de D. José*, liv. xi, fl. 148.

² *Id.*, *ibid.*, fl. 148.

³ *Id.*, *ibid.*, fl. 211 v.

⁴ *Id.*, *ibid.*, fl. 216 v.

⁵ *Id.*, liv. LXXVII, fl. 102 v (??).

⁶ *Id.*, *ibid.*, fl. 150.

⁷ *Id.*, *ibid.*, fl. 299.

⁸ *Id.*, *ibid.*, fl. 395, v.

⁹ *Id.*, liv. xi, fl. 360.

¹⁰ *Id.*, liv. LVI, fl. 91.

Na mesma data foi extinto outro vínculo instituído pelo mesmo Fr. Manuel Simões, do qual era administrador Manuel Simões dos Cumés¹.

Em 18 de Outubro de 1774 foi extinto o vínculo instituído pelo P.^o Domingos de Tôrres, de que era administrador Manuel Mendes, do Telheiro, termo das Pias². Na mesma data foi extinta a capela, instituída por Maria Lobão, de que era administrador Francisco Luís de Assis, do termo das Pias³. E ainda pela mesma ocasião foi extinta uma capela, cujo administrador era o anterior e que tinha sido instituída por Belchior Serrão Preto⁴.

Em 15 de Dezembro de 1774 foi extinto o vínculo instituído pelo capitão Matias Ribeiro da Silva, tio do administrador P.^o Paulo da Silva Souto-Maior, (a quem o vínculo fôra doado), do lugar da Cabeça, termo da vila das Pias⁵.

Na mesma data foi extinto um vínculo instituído pelo P.^o Matias Gomes, do qual era administrador o capitão Matias da Silva Souto-Maior, do lugar da Cabeça, termo das Pias⁶.

Em 24 de Janeiro de 1774 foram extintos os vínculos instituídos por António Ferreira e sua mulher Maria Mendes, dos Chãos e pelo P.^o Manuel Alves, também dos Chãos, dos quais era administrador Manuel Álvares⁷.

Agora em 1775: em 16 de Fevereiro foi extinto um vínculo instituído por Fr. Manuel da Fonseca, do qual era administrador Mariano da Conceição e Fonseca, do Rêgo da Murta, termo da Pias⁸.

Em 1775 foi extinto o vínculo instituído por Leonor Rebêlo, do qual era administrador Luís Delgado e sua mulher Mariana Rebêlo da Ponte de Ceras⁹.

Em 1775 foi extinto o vínculo instituído pelo P.^o Matias Gomes Ribeiro, morador na Cabeça, termo das Pias, do qual era administrador Veríssimo da Silva, do mesmo lugar¹⁰.

¹ *Chancelaria de D. José*, liv. lvi, fl. 91.

² *Id.*, *ibid.*, fl. 294.

³ *Id.*, *ibid.*, fl. 293 v.

⁴ *Id.*, *ibid.*, fl. 294.

⁵ *Id.*, *liv. xxxv*, fl. 12 v.

⁶ *Id.*, *ibid.*, fl. 13.

⁷ *Id.*, *ibid.*, fl. 60 v.

⁸ *Id.*, *ibid.*, fl. 96.

⁹ *Id.*, *liv. LXXXVII*, fl. 146.

¹⁰ *Id.*, *ibid.*, fl. 145 v.

Em 1775 foram extintos os vínculos instituídos pelo capitão Luís de Freitas e Araújo e pelo P.^o Francisco Vaz, dos quais era administrador Manuel de Araújo Freitas, morador na sua quinta da Figueira, termo das Pias¹.

Em 1775 foi extinto o vínculo instituído por Matias Lopes Godinho e sua mulher, do qual era administrador Joaquim António de Almeida, da vila das Pias².

Em 1797 o capitão Gabriel Máximo de Almeida Godinho, do lugar das Gontijas, pediu a abolição de um vínculo instituído por seu tio, o Dr. João de Almeida Godinho, sargento-mor nas Pias; nesse sentido lhe foi passada provisão em 27 de Setembro de 1797³.

Já em 1772 Domingos Mendes de Matos, do termo das Pias, tinha requerido a extinção de um vínculo instituído por Gervásio Antunes e sua mulher Maria Fernandes. Sobre o vínculo pesava o encargo anual de quinze missas e foi-lhe passada provisão em 20 de Dezembro de 1774. Igualmente foi extinto o encargo anual de duas missas que pesava sobre uma propriedade de António Lopes, dos Barbatos.

Por dizer respeito a pessoa das Pias diremos também que, em 1773, foi abolido o encargo de cinco missas que pesava sobre uma capela em Pernes, administrada em 1744 por António José de Araújo da Silva, morador em Pernes.

Bastantes são as pessoas do termo das Pias que durante o período que estudamos foram familiares do Santo Ofício. Comecemos por uma das pessoas mais importantes.

Bernardino Cabral da Silva, Deão da Sé de Miranda, sacerdote do hábito de São Pedro, doutor de capelo na faculdade de Cánones, Provisor no Bispado de Miranda, ficando a governar o bispado na ausência do Prelado, de vez em quando, requereu para servir o Santo Ofício como deputado e, em 12 de Fevereiro de 1717, a mesa do Conselho Geral do Santo Ofício mandou fazer as diligências o que constitue o processo n.^o 5 do maço 1.^o, Verb. Bernardino, das Habilidades do Santo Ofício. O requerente declara que é natural da vila das Pias, filho de Manuel Godinho Gonçalves da mesma vila e de D. Teresa da Silva, do lugar de Condeixa, neto pela parte paterna de Luís Gonçalves Godinho, natural das Pias e de D. Mariana de Matos, natural de Lisboa e pela materna de Manuel Esteves Cabral e de D. Maria França, de Vila Nova d'Anços, primo inteiro de João

¹ Chancelaria de D. José, liv. LXXXVII, fl. 180.

² Id., liv. LXXVIII, fl. 347.

³ Arquivo do Desembargo do Paço.

Cabral da Silva, natural de Condeixa, familiar do Santo Ofício e sobrinho de D. João Franco de Oliveira, bispo de Miranda e deputado do Santo Ofício.—Das diligências a que se procedeu na vila das Pias foi encarregado o vigário de Pussos Fr. Manuel Álvares de Carvalho, comissário do Santo Ofício, o qual nomeou para escrivão ao P.^o Manuel Soares de Carvalho, sacerdote do hábito de S. Pedro e morador no lugar do Beco.—A fólihas 15 há^a certidão do baptismo em 6 de Fevereiro de 1648 de Joana, filha de Luís Gonçalves Godinho e de sua mulher, Dona Mariana de Matos, servindo de padrinhos o capitão António Ferreira e D. Joana, irmã da mãe. Não se achou a certidão de Manuel Godinho porque o pároco era muito descuidado. E a fólihas 15 v se acha a certidão do baptizado de Bernardino Cabral da Silva em 27 de Setembro de 1673, sendo padrinhos Bernardino de Sequeira e D. Mariana de Matos, avó do mesmo baptizado.

Da inquirição a que se procedeu em Miranda conclui-se que Bernardino Cabral da Silva vivia na companhia de seu tio, D. João Franco de Oliveira, que tinha sido bispo de Miranda.

No dia 1 de Maio de 1717 foi dado parecer favorável à pretensão do requerente pelo Conselho Geral do Santo Ofício.

No ano antecedente, em 22 de Março, lhe tinha sido passado alvará de fidalgo capelão¹ e não contente com ser familiar da Inquisição, seguiu a carreira inquisitorial, instituindo um vínculo na quinta do Vale, segundo cremos, administrado em 1779 por Manuel Godinho Gonçalves, fidalgo da casa de El-Rei e sargento-mor da vila das Pias.

Do mesmo tempo é o familiar António José de Araújo e Azevedo.

Em 13 de Março de 1716 foi despachado o seu requerimento em que pedia para ser nomeado familiar do Santo Ofício.

Declarava-se morador nas Pias, filho de Estêvão de Araújo Freitas, cavaleiro do hábito de Cristo e familiar do Santo Ofício, e de D. Maria Fróis de Azevedo e Andrade, moradores nas Pias; neto paterno de Domingos Padrão de Freitas, natural das Pias, e de Joana Gomes Correia, natural da Venda da Serra; neto materno de António de Morim de Azevedo, familiar do Santo Ofício e Joana Fróis de Andrade, moradores em Pernes. O interrogatório das testemunhas foi em 19 de Junho de 1716. Foram inquiridos: P.^o Jerónimo Pereira, presbítero do hábito de S. Pedro, natural e morador nas Pias, que disse ser o habilitando de 22 anos; Salvador Soares Cotrim, sargento-mor, de 61 anos, disse ter assistido ao baptismo do habili-

¹ *Mercês de D. João V*, liv. v.n. fl. 132.

tando; P.^o Lourenço Simões Cardoso, presbítero do hábito de S. Pedro, natural e morador nas Pias, de 72 anos de idade, disse ter casado os pais do habilitando; P.^o Luís Rodrigues, presbítero do hábito de S. Pedro, natural e morador em S. Marcos, de 60 anos de idade.

Da respectiva certidão consta que, em 21 de Maio de 1693, o vigário das Pias, Fr. Pedro Vaz Cotrim, baptisou António, o habilitando; foram padrinhos: o P.^o António Travassos, da Venda da Serra e Luísa de Freitas, mulher de Manuel Duarte de Almeida, das Pias.

Em 18 de Julho de 1716 o P.^o Jerónimo Pereira disse que o habilitando vivia à lei da nobreza, *tem trato grave e sua liteira de que se serve.*

Foi-lhe passada carta de familiar em 12 de Outubro de 1716. Como pretendesse casar com D. Isabel Francisca de S. Boaventura requereu para lhe ser concedida essa licença. Declarava que ela era filha do capitão-mor Manuel Godinho Gonçalves e de sua mulher D. Teresa da Silva, irmã inteira do Dr. Bernardino Cabral da Silva, nessa ocasião deputado do Santo Ofício e inquisição de Évora. Despacharam o requerimento em 28 de Novembro de 1719. Interrogaram testemunhas em 11 de Janeiro de 1720, nas Pias, entre outros: P.^o Jerónimo Pereira de Sousa, Salvador Soares Cotrim, etc.

Há no processo 2 certidões de baptismo. Em 30 de Julho de 1685 foi baptizada Isabel, filha do Morgado Manuel Gonçalves Godinho e de sua mulher D. Teresa da Silva, pelo Dr. João Franco de Oliveira, irmão desta: padrinhos, Luís Gonçalves Godinho, filho dos sobreditos e D. Mariana, mulher do Tesoureiro-mor do Reino, Bernardino de Sequeira, moradores em Lisboa. Em 27 de Setembro de 1673 foi baptizado Bernardino, irmão da anterior, sendo padrinhos Bernardino de Sequeira e D. Mariana de Matos, avó do baptizado¹.

Também, em 1737, o P.^o Manuel Álvares Pereira, sacerdote do hábito de S. Pedro, natural do lugar dos Cumes, freguesia de S. Silvestre dos Chãos e morador na cidade do Rio de Janeiro, pretendeu ser familiar do Santo Ofício. Declarou ser filho de Manuel Álvares e de Luísa Ferreira, naturais da freguesia dos Chãos, neto paterno de Manuel Álvares e de Maria Lopes de Oliveira, ele natural da freguesia dos Chãos e ela da de S. Vicente de Formigais; neto materno de António Simões e de Luísa Ferreira, naturais da freguesia dos Chãos².

¹ *Habilitações do Santo Ofício*, M. 59, n.º 1219, António.

² *Habilitações incompletas*, M. 34, Doc. 102.

Em 1763 o P.^o Rodrigo da Silva Souto Maior, presbítero do hábito de S. Pedro, natural e morador no lugar da Cabeça, freguesia de S. Silvestre dos Chãos, termo das Pias, filho do capitão Simão da Silva Luís, familiar do Santo Ofício e de D. Francisca Rezende Souto Maior, moradores no lugar da Cabeça. Testemunharam sobre este requerente: Fr. Manuel de Campos, coadjutor nos Chãos, etc.¹.

Contemporâneos foram os familiares Estêvão de Sá e Mendonça e Manuel Godinho Gonçalves.

Estêvão de Sá e Mendonça, capitão-mor das Pias, filho de Rodrigo de Sá e Mendonça, cavaleiro da Ordem de Cristo, cujo processo de habilitação se não encontra, natural do Beco, e de D. Ana Maria de Araújo Frois, natural de Pernes, requereu para ser familiar do Santo Ofício, declarando mais ser neto paterno de Lucas de Sá e Mendonça, natural da freguesia de Santo Estêvão de Alfama, bisneta paterno de Rodrigo de Sá e Mendonça e de Maria Pedrosa Garcez. Seu avô paterno veio para as Pias, por 1665 e casou com D. Maria Mendes de Sousa, sua avó, já viúva de Manuel de Alvelos Ribeiro, de quem teve D. Maria Antónia de Alvelos e Sousa, mãe de Lucas Mures Monteiro, familiar do Santo Ofício, por 1720. Foi este requerimento despachado em 1745 e Estêvão de Sá acrescentou ainda, além de indicações sobre os seus ascendentes de Pernes que nos não interessam, que estava para casar com D. Rosa Maria Saraiva de Carvalho, natural da freguesia de S. Pedro da Beberriqueira, filha de José Saraiva de Matos, natural da freguesia de Dornes, e neta de António Saraiva de Matos, da mesma freguesia. Falou finalmente, no seu requerimento, duma filha natural, D. Ana de Sá Mendonça e no seu primo direito, António José de Araújo e Azevedo, familiar do Santo Ofício.

Apresentou as seguintes certidões: de baptismo do habilitando nas Pias, em 7 de Abril de 1700, tendo sido padrinhos Estêvão de Araújo Freitas e Andresa de Figueiredo, de Santarém, tia dos pais, em cujo nome o levou à fonte baptismal o Dr. Luís de Mures Monteiro, sendo o baptisado celebrado por Fr. Daniel Pereira de Sousa; de casamento dos pais do habilitando, celebrado na ermida de Nossa Senhora do Desterro, a 12 de Março de 1699, sendo testemunhas Manuel Godinho Gonçalves, Estêvão de Araújo e Freitas, Salvador Soares Cotrim, André da Fonseca (?), o Dr. Luís de Mures, sendo celebrante o mesmo Fr. Daniel Pereira de Sousa; de baptismo do

¹ *Habilitações incompletas*, M. 4, Doc. 64.

pai do habilitando, em 19 de Janeiro de 1668, sendo padrinhos Isabel Monteiro e seu neto; assento de óbito de sua primeira mulher, D. Rosa Maria Saraiva, em 18 de Agosto de 1745; de baptismo do avô do habilitando em 4 de Setembro de 1628, na igreja de Santo Estêvão de Alfama, sendo padrinhos Manuel Vogado Souto-Maior e D. Maria Garcez Henriques.

Foram interrogadas várias testemunhas do Beco e das Pias e entre as do Beco o P.^o Aleixo Mendes dos Santos, sacerdote do hábito de S. Pedro; o notário apostólico Domingos Rodrigues da Silva, natural da Arega, de 80 anos de idade e morador no Beco haverá 50 anos (em 1746). Em Lisboa foram interrogados Bernardo Rodrigues, natural das Pias, proprietário do lugar de feitor das descargas da Mesa da Portagem.

Foi-lhe passada carta de familiar em Janeiro de 1747¹.

Em 3 de Julho de 1739 deu a Mesa da Consciência parecer favorável a Estêvão de Sá e Mendoça, capitão-mor da vila das Pias, que pedia a propriedade do ofício de escrivão das jugadas e direitos riais da comenda vila de Alcanede, da Ordem de Avis, de que tinha sido proprietário seu pai, já falecido, Rodrigo de Sá e Mendoça, por ser dele filho legítimo, primogénito e o único varão. Por despacho de 29 de Agosto de 1739 atendeu-o El-Rei e a 5 de Setembro lhe foi passada a respectiva carta².

A Manuel Godinho Gonçalves foi-lhe feita carta em 25 de Outubro de 1751.

Ele requereu em Julho de 1751, declarando no seu requerimento que era fidalgo da casa de El-Rei, cavaleiro da ordem de Cristo, morador nas Pias e filho legítimo do Mestre de Campo Luís Godinho Gonçalves e de D. Mariana Inês Caetana de Araújo; neto paterno do capitão-mor Manuel Godinho Gonçalves e de D. Teresa da Silva Cabral, sobrinho do deão de Miranda Bernardino da Silva Cabral, irmão do pai do habilitando, que foi inquisidor presidente da mesa pequena de Lisboa; neto materno de Estêvão de Araújo e Freitas, familiar do Santo Ofício e de D. Maria Fróis de Azevedo e Andrade, todos das Pias. Também foi familiar do Santo Ofício, António José de Araújo, tio materno do habilitando.

Realizou-se a inquirição nas Pias em 23 de Setembro de 1751 e foram preguntados: Manuel Ribeiro, do Alqueidão das Pias; Fr. Filipe

¹ *Habilitações do Santo Ofício*, M. 5, n.º 62.

² Códice 98 da *Mesa da Consciência e Ordens*.

Gomes Ribeiro, vigário das Pias; Manuel Pereira Furtado, alfaiate das Pias; José Gomes, do Alqueidão das Pias; Manuel Ribeiro Catalão, trabalhador das Pias; Manuel de Magalhães, das Pias.

Dos assentos consta que o habilitando foi baptisado em 15 de Novembro de 1729, em casa e no 1.º de janeiro seguinte na igreja. Foram seus padrinhos Diogo de Mendonça Corte Rial, tendo como procurador Bernardino José de Araújo e madrinha D. Joaquina Ana de Bourbon, representada por Estêvão de Araújo e Freitas.

Em 8 de Setembro de 1720 casaram na igreja de S. Luís, Luís Godinho Gonçalves, filho do capitão-mor Manuel Godinho Gonçalves, natural das Pias e de sua mulher D. Teresa da Silva, natural de Condeixa-a-Nova, com D. Maria Fróis de Azevedo e Andrade, natural de Pernes; foi celebrante o Rv.^{do} António de Melo Veloso, abade de Guide, do bispado de Miranda e testemunhas o sargento-mor Salvador Soares Cotrim e Rodrigo de Sá e Mendonça, morador na quinta do Desterro.

Em 9 Setembro de 1720 casaram na igreja de S. Luís, António José de Araújo e Azevedo, irmão inteiro da mãe do habilitando, filho de Estêvão de Araújo e Freitas, e de sua mulher D. Maria Fróis de Azevedo e Andrade, natural de Pernes, com D. Isabel Francisca de S. Boaventura e Melo, filha do capitão-mor Manuel Godinho Gonçalves; foi testemunha Salvador Soares Cotrim e outros.

Em 21 de Fevereiro de 1667 foi baptisado Luís, filho do Morgado Manuel Godinho Gonçalves e de D. Teresa da Silva. Padrinhos o mestre de campo Bernardino de Sequeira e D. Mariana de Matos, sua mulher.

Em 27 de Setembro de 1667 foi baptisado Bernardino, filho de Manuel Godinho Gonçalves, sendo padrinhos Bernardino de Sequeira e sua mulher D. Mariana de Matos, avós do baptizado.

Em 9 de Novembro de 1688 foi baptisada Mariana, filha de Estêvão de Araújo e de Maria Fróis de Azevedo. Padrinhos o Dr. Matias Lopes, do Pampilhal e Joana Maria Fróis, irmã e cunhada dos pais, sendo procuradores o vigário Fr. Pedro Vaz Cotrim e José Gomes, de Águas Belas.

Em 21 de Maio de 1693 baptisou Fr. Pedro Vaz Cotrim, António, filho de Estêvão de Araújo e Freitas e de Maria Fróis de Azevedo, sendo padrinhos o P.^o António Travassos da Venda da Serra e Luísa de Freitas, mulher de Manuel Duarte de Almeida, das Pias⁴.

⁴ *Habilitações do Santo Ofício*, M. 146, n.º 1477.

Manuel Godinho Gonçalves também se habilitou para obter o hábito da ordem de Cristo, sendo o seu requerimento despachado em 1742. Mas já antes disso, a 1 de Novembro de 1734, a seu pai fez el-rei para ele mercê de 125000 réis de tença, atendendo em especial aos serviços de seu avô Manuel Godinho Gonçalves desde 1704 a 1715 como capitão-mor das Pias e superintendente da criação de cavalos da comarca de Tomar durante 33 anos, isto é, desde 18 de Agosto de 1684 a 30 de Setembro de 1717. Foi o seu padrinho Diogo de Mendonça Corte Rial, quem assinou a mercê.

Por causa da idade porém o bábito de Cristo só lhe foi concedido quando já tinha quatorze anos de idade¹.

Interessante nas suas relações com o Santo Ofício é a descendência de Gaspar Adão, infamado de cristão novo, ao qual nos referimos num dos capítulos anteriores, já falecido em 1633, fundador no Cabaço da ermida de Santo Iago, da qual hoje só existe a tradição.

Apesar das dificuldades, provenientes do rumor contra o citado Adão, já em 25 de Abril de 1689 foi passada carta de familiar a um Lourenço Pires, viúvo de uma sua descendente e natural da Venda das Figueiras.

Fr. Manuel Álvares de Carvalho, vigário de Pussos, requereu, em 1709, para ser comissário do Santo Ofício. Também era beneficiado na colegiada de Santiago de Santarém. Era bisneto de Gaspar Adão.

Em 1711 o comissário Manuel da Mota e Silva, prior de Águas Belas, informava que lhe tinha constado que o bisavô do requerente era cristão novo. Os inquisidores de Coimbra, evidentemente para o favorecerem, mandaram inquirir do caso o vigário do Alvorge, pouco conhecedor da terra. Era primo de Fr. Manuel Álvares da Fonseca, beneficiado na egreja das Areias. Apesar de tudo foi-lhe passada provisão de comissário em 15 de Maio de 1711².

Em 1719 requereu Simão da Silva Luís, cavaleiro professo na ordem de Cristo, morador em Lisboa, na Calçada de S. Francisco, freguesia dos Mártires, para ser familiar do Santo Ofício declarou ser natural de Cabeça, freguesia dos Chãos, filho do capitão Matias Gomes Ribeiro, também natural de Cabeça e de Maria da Silva, natural de Coimbra. Declarou ser casado com D. Francisca Rosenda Soto-Maior, natural de Lisboa, filha de João de Sousa Soto-Maior,

¹ *Habilitações de Cristo*, Manuel, M. 12, n.º 36.

² *Habilitações do Santo Ofício*, m. 253, n.º 1668.

natural de Resende e de Maria dos Santos, natural de Lisboa. Declarou também ser neto paterno do capitão Manuel Gomes, natural do Cabaço, freguesia de S. Pedro e de Luísa Ribeiro, natural do lugar de Cabeça; neto materno do Licenciado Simão Antunes, do Cabaço, freguesia de S. Pedro e de Maria da Silva, natural de Coimbra.

O pai e o avô do habilitando eram capitães das ordenanças dos Chãos e o avô veio do Rêgo da Murta; o Licenciado Simão Antunes foi médico em Alvaiázere e tinha já morrido em 1720. Houve algumas dificuldades por o avô paterno e sua bisavô materna (mãe do Licenciado Simão Antunes) serem irmãos, filhos de Gaspar Adão, com fama de cristão novo. Também eram irmãos do P.^o Francisco Manuel Álvares de Carvalho, vigário de Pussos, que foi comissário do Santo Ofício.

Em 17 de Fevereiro de 1726 o inquisidor de Lisboa, Nuno da Silva Teles, dando o seu parecer, dizia que a fama de Gaspar Adão, como cristão novo, tinha cessado depois das habilitações do P.^o Manuel Cabral, junto do ordinário de Coimbra, das do P.^o Fr. Manuel da Fonseca, junto da Mesa da Consciência e Ordens, e das de Fr. Manuel Álvares de Carvalho para comissário do Santo Ofício. Por isso entendia que se deviam juntar estes três processos. Do impedimento do P.^o Manuel Cabral, do Rêgo da Murta foi examinador D. João Franco de Oliveira, então examinador da Mesa episcopal de Coimbra, e, o seu processo foi requisitado em 23 de Fevereiro de 1726. Este processo a princípio não aparecia, mas depois apareceu e, em 5 de Maio de 1726, deram os inquisidores parecer favorável a Simão da Silva Luís. (Processo do M. 7 n.^o 118).

António de Sousa e Silva Brito e Resende Souto-Maior, natural do lugar da Quinta do Alqueidão, freguesia de Santo Estêvão de Pussos, filho de Matias da Silva de Resende Souto-Maior e D. Maria Madalena Joana de Brito e Sousa, ambos da freguesia de Pussos, neto paterno do capitão Simão da Silva Luís, cavaleiro da ordem de Cristo, familiar do Santo Ofício e de D. Francisca de Resende Souto-Maior, moradores no lugar da Cabeça, freguesia dos Chãos, e neto materno de Luís Fernandes de Brito e de Maria de Brito, moradores no Sambado, freguesia de Sernache do Bom Jardim, requereu para ser oficial do Santo Ofício, sendo-lhe passada carta de Familiar em 6 de Novembro de 1801. (M. 202, n.^o 3006). Note-se que o habilitando era sobrinho materno de Domingos de Brito Lial, comissário do Santo Ofício.

Por ter ligação com pessoas das Areias falaremos do familiar da Inquisição Alexandre Freire, natural de S. Pedro de Alviobeira. Filho de Manuel Rebêlo, natural da freguesia das Areias, e de Maria Nunes,

da mesma freguesia, era neto paterno de Francisco Rebêlo e de Joana Baptista e materno de Manuel da Mata e de Maria Nunes. Foi-lhe passada carta de familiar em 25 de Agosto de 1754¹.

Da organização militar do termo das Pias sabemos que, em 4 de Março de 1716, foi passada provisão a Salvador Soares Cotrim para poder deixar o lugar de sargento-mor das ordenanças da vila das Pias por se achar com mais de sessenta anos, doente, e por ter exercido o lugar durante vinte cinco anos².

Em 20 de Março de 1622 foi passada carta patente a Luís Godinho Gonçalves, capitão da ordenança das Pias, do lugar deixado por Salvador Cotrim³.

Por falecimento do capitão-mor Manuel Godinho Gonçalves houve dois pretendentes ao lugar: seu filho Luís Godinho e Estêvão de Sá e Mendonça. Em 5 de Outubro de 1729 foi a este último passada carta patente⁴. Em 23 de Maio de 1731 foi a Luís Godinho Gonçalves, sargento-mor das ordenanças, passada carta patente de mestre de campo de auxiliares *ad honorem*, por ter sido preferido para o lugar de capitão-mor, dando-se o caso do lugar ter vagado por morte de seu pai, que o servira durante mais de 40 anos, assim como exercera o lugar de superintendente das caudelarias da comarca de Tomar; a ser fidalgo da casa rial, a ter de renda mais de cinco mil cruzados, e a ser pessoa principal daqueles sítios. Era como se vê a sua compensação⁵.

Em 20 de Maio de 1737 foi passada patente a Francisco Xavier de Almeida Godinho, de capitão das ordenanças da vila das Pias, lugar vago por falecimento de Francisco Lopes⁶. Em 20 de Setembro de 1753 foi passada a Manoel Godinho Gonçalves, fidalgo da casa de El-Rei, carta patente de sargento-mor da vila das Pias, lugar vago por morte de João de Almeida Godinho⁷.

Em 27 de Agosto de 1772 foi passada carta patente a António de Sá Godolfin e Mendonça, de capitão-mor da vila das Pias, vago por falecimento de seu pai Estêvão de Sá e Mendonça⁸.

¹ *Habilitações do Santo Ofício*, m. 7, n.º 75.

² *Conselho de Guerra*, liv. LXIII, fl. 247.

³ *Id.*, liv. LXVIII, fl. 2 v.

⁴ *Id.*, liv. LXXI, fl. 116.

⁵ *Id.*, liv. LXXII, fl. 18 v.

⁶ *Id.*, liv. LXXVII, fl. 181 v.

⁷ *Id.*, liv. XCII, fl. 9.

⁸ *Id.*, liv. CIX, fl. 287 v.

Em 9 de Agosto de 1784 foi passada carta patente a António Cotrim da Silva, de capitão das ordenanças das Areias lugar vago pela passagem de Matias da Silva Resende para capitão de Alvaiázere¹. Por morte d'este foi, em 7 de Dezembro de 1790, passada carta patente a José Cotrim de Vasconcelos². Em 11 de Junho de 1807 foi passada carta patente a José Delgado da Silva de capitão das ordenanças do lugar de Vila Verde, do termo das Pias, lugar vago por morte de Gabriel Máximo de Almeida Godinho³.

De desgraças no termo das Pias e circunvizinhanças apontaremos as seguintes que constam da *Gazeta de Lisboa*, n.º 12, de 1727:

«Por carta escrita da villa das Pias em 11 do corrente (Março de 1727) se tem a noticia de que na terça-feira, 4, pelas nove horas da noite se levantara da parte do Poente, junto ao lugar dos Matos, termo d'aquelle villa, huma horrivel trovoada, acompanhada de huma chuva de pedra mui grossa, e hum furacão que por toda a parte por onde passou fez nas arvores e nos edificios hum consideravel estrago, especialmente na quinta da Guimareira, onde não só arrancou e quebrou muitos carvalhos, sobreiros e oliveiras, mas destelhou as casas e meteu dentro as portas d'ellas e na igreja paroquial de Santo Aleixo, do lugar do Beco, que he hum templo grande e de magnifica e forte estructura levou muita parte do telhado e meteu dentro as portas principais; e levando com vehemente impulso os bancos da igreja até a capella-mór; observando-se por digno de reparo que decompondo o vento tudo o que estava na igreja, não apagou a lampada que ardia diante do Santissimo Sacramento. Foy discorrendo a tempestade para a parte do Levante até o termo de Dornes, e passando o rio Zezere até os casaes de Villagaya, fazendo hum notavel estrago nos olivaes e nos soutos»⁴.

Insignificantes foram os efeitos do terremoto de 1755 no termo das Pias. Sómente o vigário das Areias, Fr. Teodósio Camelo de Carvalho, em 13 de Fevereiro de 1756, informava que o terremoto se fez sentir pelas 9 da manhã, durou um quarto de hora; na igreja quebraram-se três arcos da capela-mor mas não caíram no chão. Na torre caiu um fecho da abóbada.

Bem mais se fez sentir a terrível invasão francesa. Como reflexo disso, em 1813, requereu a viúva de Francisco Nunes da Cunha, do

¹ *Conselho de Guerra*, liv. cxvi, fl. 225.

² *Id.*, liv. cxix, fl. 266 v.

³ *Id.*, liv. cxxix, fl. 658.

⁴ *Gazeta de Lisboa*, n.º 12, de 1727.

lugar do Pereiro, a demora de 1 ano para a realização do inventário, porquanto, com a entrada dos franceses naquela terra, tivera de fugir com quatro filhas e um filho menores para Lisboa, onde o marido lhe morreu. Entretanto os franceses destruíram-lhe a habitação. (Desembargo do Paço).

Em 1812 Francisco Mendes, de Gontijas, tesoureiro do cofre dos órfãos do termo das Pias, justificou que pela invasão do exército francês, escondeu êsse cofre numa caixa entaipada de Bernardino Catoto, onde também foram escondidas muitas outras cousas; que no cofre estava, não só dinheiro, como também escrituras, livros e papéis e foi descoberto pelos franceses, arrombado e roubado. Francisco Mendes fugiu aos franceses para Lisboa¹.

Em documento oficial se conserva a memória da gente principal do termo das Pias, nos fins do século XVIII.

No Arquivo do Desembargo do Paço encontrámos a seguinte relação da nobreza das Pias, em 1783: José de Araújo e Azevedo, P.^o João Pedro Raimundo de Almeida Godinho, Manuel de Sá Godofim Garcês e Mendoça, António de Sá Godofim e Mendoça (capitão-mor), João Garcês de Godofim, Gabriel Máximo de Almeida Godinho (capitão da vila), Joaquim António da Fonseca, P.^o Francisco Xavier de Sequeira, Francisco Lobato de Mira, o vigário Francisco José Marques, Fr. Sebastião Duarte Vieira, José Maria Veloso de Araújo (fidalgo cavaleiro da Casa Rial), Manuel de Araújo Sousa e Freitas, António José dos Reis e Serra (alferes das Pias), o capitão Francisco Xavier de Sousa, Francisco de Figueiredo Carvalho de Almeida, Dr. Sebastião Gameiro da Cruz (médico do partido) e João Leonardo Chaves de Assis.

É natural que surgissem questões entre estas famílias. Curiosos são alguns episódios da emulação de Sás contra Godinhos.

Em 1789 Luís Godinho Gonçalves Cabral da Silva e Araújo de Azevedo, filho de Manuel Godinho Gonçalves, fidalgo da Casa Rial e sargento-mor da vila das Pias, e de sua mulher D. Maria Inácia da Silva e Melo moradores na vila das Pias, tendo justo o seu casamento com sua prima D. Rita Felizarda de Sá Cabral e Mendoça, filha do capitão-mor que foi na dita vila Estêvão de Sá e Mendoça e de sua mulher D. Maria Inácia Cabral da Cunha, tendo pedido para isso a seus pais o consentimento apesar de já passar dos 25 anos, estes lho não querem dar *sem que o suplicante saiba a causa*

¹ *Provedorias de Santarém e Tomar*, m. 71, n.º 26.

da sua repugnância. Por isso se dirigiu a El-Rei, pedindo consentimento para tal. Da inquirição de testemunhas se deduz que o motivo era a diferença de fortunas. Foi-lhe passada provisão em 25 de Setembro de 1789¹.

Em 1803 António de Sá Godolfin e Mendonça, capitão-mor da vila das Pias, recorreu a El-Rei por causa da invasão nas suas propriedades do sítio do Barrocal, ribeira das Pias. Como parte respondeu-lhe em 19 de Maio de 1804 Luis Godinho Gonçalves de Araújo Cabral e Azevedo, sargento-mor da vila das Pias. A questão foi resolvida em parte favoravelmente a António de Sá.

Para a história dos Sás neste período à qual voltaremos em capítulo especial temos presente os

Autos civeis de inventario dos bens que ficaram por falecimento de Estevão de Sá e de sua mulher D. Maria Ignacia Cabral da Cunha, moradores no Alqueidão, suburbio das Pias.

Em 17 de Outubro de 1825 foi passada uma provisão a favor de João Garcez Palha de Sá e Mendonça, residente em Lisboa, e suas irmãs D. Maria Efigenia, D. Antonia Caetana, D. Rosa Angelica e mais irmãos que requereram se procedesse ao inventario por falecimento de seus pais Estevão de Sá e D. Maria Ignacia, falecidos havia mais de 20 annos, tendo ficado na posse dos bens do casal o irmão dos requerentes, Antonio de Sá e, por seu falecimento, Manoel de Sá Mendonça Godolphim Garcez, inventario que já se tinha principiado, mas que se desencaminhara pela invasão dos franceses.

Pelas declarações do cabeça de casal, Manoel de Sá, seu avô chamava-se Estevão de Sá e Mendonça, morrendo sem fazer testamento, ahi por 1735, sendo casado com D. Anna Maria de Araujo Froes, que faleceu ahi por 1750 ou 1751, e cujo testamento nunca apareceu. Tiveram 3 filhos: Estevão de Sá e Mendonça, pae do cabeça de casal ou inventariante, que foi capitão-mór, D. Maria Antonia de Sá e Mendonça e D. Catharina de Sá e Mendonça, que morreram solteiras e cujos testamentos devem existir em poder de D. Rosa, D. Antónia ou D. Rita, irmãs do cabeça de casal. Foi o pae do inventariante, Estevão de Sá, casado duas vezes: da primeira não teve filhos e da segunda teve: Antonio de Sá, que foi capitão-mór das Pias, Manoel de Sá Golphim — o inventariante — Rodrigo de Sá e Mendonça fal-

¹ Arquivo do Desembargo do Paço.

lecidio sem testamento nem filhos, João Gareez Palha de Sá e Mendonça, D. Rosa Angelica de Sá, D. Antonia Caetana de Sá, D. Rita Felizarda de Sá, viuva de Luiz Godinho Gonçalves, D. Effigenia de Sá, D. Francisca Xavier de Sá, casada com o Dezembargador Faustino José Lopes de Lisboa, D. Violante Ignacia de Sá fallecida have-ria 6 meses.

O capitão-mór Antonio de Sá, irmão do inventariante falleceu em 15 de Novembro de 1811, deixando os seguintes filhos legitimados: Estevão de Sá, das Pias, casado; Francisco de Sá, solteiro, tambem das Pias; D. Maria Casimira, casada com João do Valle do logar da Eira, termo de Dórnés; D. Casimira, solteira, residente em Thomar.

Luiz Godinho Cabral de Sá Azevedo e Araujo, fidalgo da casa d'El-Rei e administrador do vinculo instituido por Estevão de Araujo e Freitas que deixou vinculados tres mil cruzados de prata, dos quaes o pae d'ele vendeu 850\$000 reis para comprar a Quinta do Tanque, requereu que se procedesse a sequestro em certos bens para indemnização do seu vinculo. O pae do requerente chamava-se Luiz Godinho Gonçalves de Araujo Cabral de Azevedo e comprou a Quinta do Tanque a Nicolao Antonio de Barros, marido de Fortunata Chaves de Assis, filha de João Leonardo Chaves de Assis, que tinha sido o dono da quinta; foi comprada por 400\$000 reis e mais 80\$000 reis da siza e porque o comprador entendeu que a prata não servia de nada por não ter rendimento e quando foi da invasão dos franceses, ainda roubaram alguma, escapando por milagre a restante. O instituidor d'este vinculo foi Estevão de Araujo e Freitas casado com D. Maria Froes e Azevedo e Andrade; no seu testamento de mão commun declararam ter sepultura propria na igreja das Pias, querem para testamenteiro, por fallecimento do ultimo, o filho Antonio José de Araujo e Azevedo e instituiram um morgado *em quanto o mundo durar* com a terça dos seus bens, devendo o administrador d'ele entre outras coisas mandar dizer uma missa cantada no dia de S.^{to} Estevão na capella do capitulo do convento da Annunciada de Thomar, do qual eram padroeiros e onde tinham o seu carneiro. Como sucessor do morgado foi nomeado o filho testamenteiro, Antonio José de Araujo e Azevedo e o possuidor do morgado devia usar dos apelidos Araujo e Azevedo. Quando fôr extincta a descendencia de Antonio Jose de Araujo e Azevedo deviam succeder-lhe os descendentes de sua irmã D. Marianna Ignez Caetana de Araujo. Faziam parte da terça os bens seguintes: 30 pratos pequenos, 6 flamengos, 4 pratos de gallinha, 2 de perú, 12 tijelas com suas tampas, tudo de prata lavrada e liza, tendo esculpidas as armas dos Araujos e Aze-

vedos dos Arcos de Val de Vez, *d'onde descendemos*; assim como um talher grande com todas as suas peças, que são seis, com seu prato, de prata lisa e juntamente jarro e bacia de lavar as mãos, de prata lisa com as armas. Além disso faziam parte do morgado, entre outros bens, a Quinta das Ollas comprada pelos instituidores do morgado a Francisco da Silveira Frade e a sua mulher D. Maria Freire. Continuam declarando no seu testamento Estevão de Araujo e Freitas e sua mulher serem possuidores dos vínculos seguintes: um deixado pelo avô d'elles, Balthasar Correia, da Venda da Serra, por escriptura de dote feita a Estevão de Araujo e Freitas, em Janeiro de 1684; outro vínculo instituído por Estevão de Araujo, tio dos testadores; também era tio d'elles o Dr. Mathias Lopes de Araujo, assim como o Licenceado Domingos Padrão de Freitas. A testadora, D. Maria Froes de Azevedo e Andrade, declarou que no caso dos seus dois filhos acima apontados não terem descendência iria a sua parte para os filhos de sua irmã D. Anna Froes, mulher de Rodrigo de Sá e Mendonça. Este testamento, a que até aqui me tenho referido, tem a data de 29 de Janeiro de 1730. No final declararam terem duas escravas: uma Iria Correia e outra Michaela, sua filha, as quais seriam livres por morte d'elles e o testador Estevão de Araujo e Freitas era cavalleiro professo do habito de Christo. Foi aprovado o testamento por Thomaz de Almeida Leitão, escrivão no judicial e notas nas Pias. Em 31 de Janeiro de 1730 já D. Maria Froes falecera, abrindo-se então o testamento¹.

Entretanto tinha-se dado uma grande tragédia no seio desta família.

Em 2 de Outubro de 1787 foi passada a António de Sá Godofim e Mendonça carta de perdão do degrêdo para Angola por 6 anos a que havia sido condenado por sentença da Casa da Suplicação de 31. de Maio de 1785. Ele tinha sido acusado de matar em Tomar um religioso do convento de S. Francisco. Também foi condenado a 300 mil réis de custas².

Referiremos por último Estevão de Sá e Mendonça, filho de Lucas de Sá e Mendonça e de sua mulher D. Maria Mendes de Sousa, moradores que foram no Beco; neto paterno de Rodrigo de Sá e Mendonça e de Maria Poderosa Garcês e materno de Jorge Mendes e de Inês Vaz. Fez-se a inquirição para ele ser freire conventual de Cristo em 1700 (5 de Março) no Beco. Foram inquiridos: José Mendes da Silveira.

¹ *Provedorias de Santarem e Tomar, inventários*, M. 1, n.º 6.

² *Chancelaria de D. Maria I*, liv. iv, fl. 268.

de 53 anos; padre Manuel Ferreira, de 55 anos; Belchior Mendes, de 73 anos; padre Manuel de Brito, de 51 anos¹.

Além dos já apontados podemos ainda assinalar, como filhos ilustres das Pias: Bernardino António Rodrigues, escrivão da câmara das Pias, em 1826, condecorado com a cruz da campanha da guerra peninsular e com a medalha da restauração dos direitos da realeza e Rodrigo de Sá e Mendoça.

Este, ao qual Balbi se refere na sua Geografia, como políglota, requereu, em 1792, sendo já licenciado em leis, para ser admitido aos lugares de letras no Desembargo do Paço². Nesse requerimento declara ser natural das Pias, filho de Estevão de Sá e Mendoça e de D. Maria Inácia Cabral da Cunha Godolffim; neto paterno de Rodrigo de Sá e Mendoça cavaleiro de Cristo e de D. Ana Maria de Araújo, todos das Pias e materno de José Cabral da Cunha Godolffim e de D. Joana Teresa Garcez, de Lisboa. Tinha então o requerente 34 anos e praticado, mais de um ano, nas audiências do juízo cível de Lisboa. Entre as testemunhas inquiridas foram Leonardo Camelo de Carvalho e Vasconcelos, monteiro-mór de Tomar; Nuno Infante de Sequeira Correia da Silva de Carvalho, fidalgo da casa d'El-Rei, cavaleiro professo na ordem de Cristo e alferes de cavalaria, morador na rua da Rosa das Partilhas; Manuel Marques de Azevedo, fidalgo da Casa Rial, professo na ordem de Cristo, cônego da Sé Patriarcal, com 76 anos de idade, assistente durante muito tempo no Estado da Índia e morador na Calçada do Correio.

Em 1814 foi agraciado com o hábito de Cristo³ e, em 1816, vamos encontrá-lo corregedor da comarca de Ourém.

Também é digno de nota seu irmão José Maria de Sá e Sousa Furtado de Mendoça, que, em 1776, serviu de almoxarife da comenda de Dornes e em 1778 era juiz ordinário das Pias.

Nesta ocasião foi suspenso do exercício do cargo, a requerimento de Manuel António de Sequeira, morador em Lisboa, instigado pelo escrivão da câmara António Jacinto de Almeida, pelo advogado Joaquim António da Fonseca e pelo P.º Francisco Xavier de Sequeira, sendo-lhe levantada a suspensão em 14 de Dezembro de 1778⁴. José Maria de Sá era afilhado de José Maria Cerqueira de Queiroz Rebelo e de sua mulher, D. Antónia Caetana Joaquina Cabral Godol-

¹ *Habilidades de Cristo*, letra E, m. 6, n.º 4.

² *Leitura de Bachareis*, m. 3, R, n.º 3

³ *Habilidades de Cristo*, letra R, M. 6, n.º 45.

⁴ *Desembargo do Paço, Corte, Extremadura e Ilhas*, m. 512, n.º 23.

fim, moradores na Quinta da Rêde, freguesia de Mesão Frio, bispado do Porto e efectuou-se o seu baptizado na ermida de N. Senhora do Desterro, do Alqueidão.

Nos fins do século XVIII havia no termo das Pias uma escola de primeiras letras. Nela superintendia a Universidade de Coimbra, por intermédio da *Real Junta da Directoria Geral dos Estudos e Escolas d'estes reinos* e seus senhorios, criada pela carta régia de 17 de Dezembro de 1794¹.

Como reflexo vago das grandes lutas políticas da primeira metade do séc. XIX apontaremos apenas o seguinte: Em 31 de Maio de 1834 Ricardo José Baptista, escrivão da câmara da vila das Pias, passou uma certidão, que se encontra no m. 3, n.º 584, dos *Autos de Aclamação e Juramento da Carta Constitucional*, pela qual se prova que, em 20 de Maio de 1834, as autoridades e o clero, nobreza e povo das Pias acordaram que tendo felizmente chegado o momento em que o valeroso exército libertador nos salvou da opressão... aclamavam, reconheciam e juravam por Nossa Rainha Fidelíssima Constitucional... Dona Maria Segunda.

Em 19 de Maio tinha-se feito idêntico juramento em Águas Belas (n.º 586).

Quanto à comenda das Gontijas temos à mão dados interessantes. Nada mais nada menos que a *Sentença com a cópia dos Autos do Tombo da comenda de Nossa Senhora das Gontijas da ordem de Cristo, de que é comendador Diogo Rangel de Almeida Castel Branco e leva encerramento. Tomar a 15 de Fevereiro de 1777.* (n.º 287 da remessa dos Próprios Nacionais). O tombo foi ordenado pela provisão de 28 de Março de 1776 e nele se encontra por certidão a primordial doação da comenda das Gontijas que é a doação da Castelo de Ceras publicada no nosso apêndice documental e a certidão do tombo mais antigo desta comenda e da sua instituição. Esta é tirada do próprio original e por ela se vê que El-Rei D. Manuel I, querendo galardoar os serviços de Diogo de Braga, cavaleiro de sua casa, lhe deu de 1497 em diante, as Gontijas como comenda, tal qual Álvaro de Almeida as tinha por aforamento. No tempo deste primeiro comendador foi a comenda tombada, por 1503.

Em 7 de Dezembro de 1776 foram citados os moradores das Gontijas e Valadas: António Jacinto de Almeida, P.º João Pedro Raimundo de Almeida Godinho, Francisco de Figueiredo Carvalho

¹ *Revista da Universidade*, vol. 1, p. 646.

de Almeida, Gabriel Máximo de Almeida Godinho, José António de Almeida e Sousa, João Mendes Coelho, P.^o Manuel de Azevedo, etc.

No mesmo dia declararam os sobreditos moradores que reconheciaiam o actual comendador como senhorio dos dízimos e oitavos de pão, vinho, linho e o dízimo do azeite assim como os foros das aves, isto é, uma galinha de cada lavrador pelo Natal.

Em 10 foi citada D. Iria Joaquina de Almeida, maior de 25 anos, para fazer reconhecimento do fôro de 2 alqueires de trigo que deve pagar por causa da sua propriedade chamada *a Comenda* que confinava com Francisco de Figueiredo Carvalho de Almeida, João Mendes Coelho, e monteiro-mór Bernardino José de Araújo e Azevedo, etc. Note-se que a senhora acima referida era casada com Filipe Franco Ribeiro e moradores em Tomar.

Quanto aos encargos a Comenda devia contribuir cada ano para a fábrica maior de Nossa Senhora das Areias com 4.000 réis.

Em 1820 era seu comendador D. António Cabral de Lacerda e estava arrendada a Francisco Aureliano de Aguirre por 110.000 réis.

Em 1829 Leonardo Gomes, do Pintado, como administrador da comenda das Gontijas, requereu contra D. Luzia de Campos Melo Lindo da Fonseca e sua filha D. Ana Lúcia Correia de Campos Melo, que se recusavam ao pagamento de certa prestação¹.

Apesar de não serem muitos, ainda assim bem mais são os esclarecimentos que possuímos acerca da Tôrre da Murta.

Em 18 de Janeiro de 1747 aforou D. Joana Maurício Correia da Silva a terra chamada a Maré ou Lagoa, limite de Avecasta, pertencente à quinta da Tôrre da Murta por 25 alqueires de trigo e 2 galinhas no dia de Nossa Senhora de Agosto².

Em 1768 denunciou no juízo dos feitos como vago e devoluto o prazo da Tôrre da Murta, pertencente à Mesa mestral, José Pereira da Silva, a quem por isso foi feita dèle mercê *tirando-o à sua custa por demanda*. Foi-lhe feita mercê em 20 de Abril³.

No dia 25 de Maio de 1774 foi renovado o emprazamento em 3 vidas da quinta da Tôrre da Murta a Simão Infante de Sequeira Correia da Silva de Carvalho, morador em Lisboa. Fôra sua mãe D. Joana Maurício Correia da Silva que nele fizera a nomeação do prazo. Simão Infante teve de invocar o emprazamento do tempo de

¹ *Provedorias de Santarém e Tomar*, m. 35, n.º 14.

² *Chancelaria da Ordem de Cristo*, liv. 256, fl. 333 v.

³ *Id.*, liv. 292, fl. 11.

D. Manuel feito a Henrique Correia e a sua mulher D. Joana de Sousa. O fôro era de 14\$000 réis pagos no dia de S. João Baptista. Em 1761 corria uma questão entre Simão Infante Correia da Silva e Luís Infante Correia da Silva. Foi em 24 de Janeiro de 1750 que D. Joana Maurício Correia da Silva, viúva de Tristão Nunes Infante de Sequeira e de José António de Azevedo, com quem foi casada em segundas núpcias, fez a nomeação do prazo em Simão Infante; estava então recolhida no convento de S.^{ta} Iria. Simão Infante obrigou-se a dar-lhe, enquanto fosse viúva, 200\$000 réis para seus alimentos pagos em 3 quartéis, pelo Natal, Páscoa e S. João; a mandar fazer todos os anos um ofício por alma de seu pai na igreja das Areias; a dar a seu irmão Luis Infante 6\$000 réis por mês; a seu irmão Henrique José uma moeda de ouro por mês. Estes legados só os devia cumprir por sua morte. Também ficou com obrigação de pagar as dívidas da doadora contraídas até à nomeação do prazo, de lhe mandar dizer um certo número de missas por sua alma quando falecer. Simão Infante obrigou para o cumprimento deste contrato o seu casal dos *Sinco-outeiro* no termo de Santarém e os rendimentos dos seus morgados e capelas. Em 23 de Outubro de 1762 compareceu na audiência do almoxarife da Mesa Mestral Martinho Correia da Silva, emfiteuta do lugar do Tojal, que tinha requerido em 27 de Fevereiro de 1759 carta de vedoria para a medição e demarcação do prazo da Tôrre da Murta. Martinho dizia-se a terceira vida no prazo porque nele o tinha nomeado sua irmã D. Joana Maurício Correia da Silva. Foi no dia 29 de Outubro de 1762 que efectivamente se procedeu à medição.

Fala-se nesta demarcação no lugar onde foi a ermida de S. Jorge, deixando ainda em 1773 a respectiva medição¹.

A fólias 267 v do liv. 305 da *Chancelaria da Ordem de Cristo* está registada uma ordem para o juiz de fora de Tomar ir tombar o prazo da Tôrre da Murta, a requerimento de Simão Infante Sequeira Correia da Silva. É de 25 de Agosto de 1772.

A fólias 299 da *Chancelaria da Ordem de Cristo*, liv. 307, está registada uma provisão de el-rei D. José, de 4 de Novembro (?) de 1775, afim de ser tombado o prazo da Tôrre da Murta.

D. Luisa Rosa de Sousa e Melo fez, em 1769, uma queixa a El-Rei dizendo que, como viúva de Pedro Correia da Silva, tinha um filho menor que devia suceder no morgado, porém Simão Infante,

¹ *Chancelaria da Ordem de Cristo*, fl. 282.

tendo-o dado falsamente como vago, se acha da posse dêle. Em 1772 o capitão Manuel Pinheiro Barbudo, depositário do sequestro, queixava-se de Luís Infante por o não deixar tomar posse dos frutos da quinta e prazo da Tôrre da Murta, sequestrados por uma resolução do Desembargo do Paço. Simão Infante, filho da 8.ª senhora da Tôrre da Murta, estava tão arruinado que só de juros pagava anualmente ao marquês de Fronteira 310\$000 réis!

Luís Infante vivia, em 1775, tam miseravelmente que o correger-dor de Tomar informava que ele chegava a *vender os vestidos do seu próprio uso para se alimentar!* E no ano antecedente, na noite de 18 de Março, fôra alvejado por um tiro e ferido no sítio dalem da Fonte, quando vinha para sua casa no Tojal.

Simão Infante era filho primogénito de D. Joana Maurício Correia da Silva e de Tristão Nunes Infante de Sequeira; por morte do marido como fosse doente fez nomeação do prazo no filho com a obrigação dêste lhe dar por ano 200\$000 réis, 1 moio de trigo e 12 alqueires de azeite¹.

Em 1778 arrendou êste Simão Infante, 9.º senhor da Tôrre da Murta, o seu prazo ao capitão Francisco Afonso de Lima, por tempo de 4 anos por 815\$000 réis anuais.

Sucedeu no prazo Nuno Infante de Sequeira Correia da Silva de Carvalho; ao qual se refere a *Resenha das famílias titulares* a p. 686 do vol. II.

Êste, em 1798, requereu permissão para se fazer um mercado todas as quartas feiras no campo da ermida de S Miguel da sua quinta da Tôrre da Murta. Isso mesmo pediu a câmara e nobreza da vila das Pias. Era então escrivão da câmara António Jacinto dê Almeida e viviam entre outros que assinaram esta informação: António de Sá Godolfin e Mendoça, capitão-mór; Luís Godinho Gonçalves de Araújo Cabral e Azevedo; Francisco António Ribeiro; Estêvão de Sá Cardoso de Azevedo e Mendoça; Nicolau Godinho, capitão, etc. Foi passada provisão em 15 de Janeiro de 1789.

Ao almoxarifado da Mesa Mestral da ordem de Cristo dava, em 1828, de foro os 14\$000 réis.

Sucedeu-lhe no prazo da Tôrre da Murta Simão Infante de Sequeira Correia da Silva de Carvalho, 11.º senhor da Tôrre da Murta e pai do Sr. visconde da Tôrre da Murta, João Carlos Infante, 12.º e último senhor da Tôrre da Murta, cujo prazo vendeu a Joaquim

¹ Arquivo do Desembargo do Paço.

Ribeiro, conservando-se actualmente na posse desta família, já uma soberba e rendosa quinta.

Assim terminamos a história das Pias como colectividade independente, sob o ponto de vista administrativo, pois que, em Novembro de 1836, foi este concelho incluído nos 465 eliminados por serem pequenos.

Passando a fazer parte do actual concelho de Ferreira do Zézere não pretendemos, por variadas razões, ocupar-nos das Pias nesta modalidade que, por ser relativamente recente, não pertence ainda à história.

(Continua).

ANTÓNIO BAIÃO.

**Nota ao artigo: A colecção de «milagres»
do Museu Etnológico Português¹**

Na secção etnográfica do Museu Etnológico Português há um quadradinho circular de madeira, com uma estampa, circular também, onde se representou por xilografia a visita de *acção de graças*, que D. Miguel, acompanhado de suas irmãs, fez ao santuário da Senhora da Conceição da Rocha. O Rei sofria de uma perna, e apelou para o socorro do céu, a fim de obter a cura de que a medicina porventura desesperara. Assim implorou o auxílio da Senhora da Rocha. Sarado já do mal, foi perante o altar da sua protectora, então na capela de Santa Maria Maior, da Sé de Lisboa, a levar-lhe pomposamente, como rei, a gratidão pelo milagre prestado².

A invocação da Senhora da Rocha data dos fins do primeiro quartel do séc. XIX; e apesar disso, apesar de relativamente moderna, tem fama especial que muito deve à lenda em que se nimba o aparecimento da imagem, bem como às prodigiosas curas que lhe são atribuídas pela crença popular. Muito cedo se criou esse prestígio, e a devoção é-lhe

¹ Toda a colecção dos «milagres» descrita no número anterior (1 a 9) d-*O Archeologo Português* foi feita pelo Sr. Director do Museu, com excepção de um ou dois exemplares, pp. 152-176.

² A imagem desta Santa esteve na mencionada capela, na Sé de Lisboa, até 30 de Setembro de 1883, quando foi trasladada para o seu templo na freguesia de S. Romão de Carnaxide, à beira do rio Jamor. É festejada neste lugar, nos dias 31 de Maio e 30 de Setembro, aniversários respectivamente do aparecimento da imagem (1822), e da sua transferência para o templo onde está.

Cf. os numerosos *registos* da Senhora da Rocha, e vid. *O Arch. Port.*, I, 182 sgs.

mantida com fervor notável. Que a nomeada dos milagres se expandira, e fizera toda a fé, isso o prova o recurso que o Rei levou à misericórdia da Virgem.

Em *O Archeologo Português* foi estudada a gruta funerária prehistórica de Carnaxide, onde, segundo reza a lenda do povo, confirmada por notícias literárias, apareceu uma «pequena imagem de Nossa Senhora da Conceição, com um manto de sêda muito velho, côn de obreia desmaiada...», ao depois transportada para a capela da Sé, supracitada, e ulteriormente mudada para o templo onde hoje se presta ao culto dos fieis¹.

A gravura a que me refiro não tem o carácter de «milagre» propriamente dito; não foi feita para celebrar o favor celeste, com o fim de ficar no templo a título memorial e de gratulação, nem representa o momento promitente do voto. Antes deve ter-se como folha sólta, que informa e faz pública esta cura com que a Santa serviu o Rei. Mas é curiosa pela indicação iconográfica, e também pelo documento cultual da significação do voto, cuja solvência é de estreita obrigação². E com o mesmo método de que me servi, na resenha dos «milagres» da coleção do Museu Etnológico Português, descrevo a estampa de que estou falando.

LEGENDA.—A estampa é cercada em toda a volta por um letreiro que fica de fora da gravura; principia ao lado de um asterisco pequeno que marca o vértice do diâmetro vertical da estampa, e corre em sentido *dextrorum*, com caracteres maiúsculos de impressão:

GRANDE MILAGRE QUÉ FEZ N. S.^{ra} DA ROCHA A ELREI O SENHOR D. MIGUEL 1.^o, DE QUE LHE DÁ GRAÇAS DA SAUDE DA SUA PERTA, E SUAS AUGUSTAS IRMANS.

CARACTERES.—A estampa é circular, com 0^m,074 de diâmetro. O caixilho, feito de madeira de murta, está acuradamente trabalhado,

¹ Vid. *O Arch. Port.*, I, 182 e sgs., artigo de J. Leite de Vasconcelos. Aí se extracta e interpreta a *História narrativa de uma lapa descoberta no dia 28 de Maio de 1822 na ribeira de Jamor, freguesia de Carnaxide, e os mais acontecimentos que depois se lhe seguiram até o dia de hoje* (folheto impresso em Lisboa em 1885) e se indicam outros folhetos que tratam do mesmo assunto. Os *registos* da Senhora da Conceição da Rocha, coloridos ou não, expressam, de ordinário em composição especial que se liga à imagem ou ao seu altar, o encontro casual dessa imagem, por caçadores, ao perseguirem, com ajuda de cães, uma lebre que se acoitara na gruta.

² *Quem promete, deve. As graças perde quem se detém no que promete.* Vid. Bluteau, *Voc.* (s. v. *promessa*).

e mede no diâmetro externo 0^m,13. Tem o n.º 2:853 de ordem de entrada. Foi comprado em Lisboa pelo Sr. Director do Museu.

ICONOGRAFIA.—Vê-se o altar à esquerda, e nele a imagem da Nossa Senhora da Rocha. Em frente ajoelham, em coxins, o Rei que, de braços cruzados e a mão direita estendida sobre o coração, ora com fervor: e, à direita dêle, uma das irmãs está na mesma posição e reza; atrás do Rei, nota-se outra irmã, de pé, com uma banda a tiracolo. O Rei veste a farda de generalíssimo do exército, com uma gran-cruz e a tripla banda: as princesas, e mais três damas, de uma das quais apenas se distingue a cabeleira por cima da cabeça do Rei, estão todas coroadas de flores. Há mais um dignitário, fardado. Numa coluna do fundo pendem dum lado e do outro, dispostos paralelamente em duas séries sobrepostas, alguns *ex-votos*: pernas, braços, e dois seios.

Em outra estampa, rectangular, no tipo de *registro de santo*, há mais gente na representação da mesma visita de D. Miguel. E, em três colunas do templo, que se vêem ao fundo, e se sucedem, notam-se, além de *ex-votos* semelhantes aos da primeira, mas dependurados numa grade de madeira de três réguas paralelas, cinco retábulos de «milagres», de género caracteristicamente popular.

*

Nos *registos de santos* há por vezes evocações de milagres atribuídos ao Santo gravado na estampa. Em uma gravura de *O Sr. Jesus do Bom Fim*, onde se vê o Crucificado no viso do Calvário, ao fundo as muralhas, torres e palácios de Jerusalém, marca-se como em uma documentação histórica um milagre da imagem representada. É uma paisagem, suplementar, dentro do encaixe total, mas em independência: no mar veleja uma nau empavesada, com a bandeira içada a mostrar o escudo esférico de D. João VI; por baixo lê-se:

O NAVIO SÃO JOZÉ AMERICANO EM 14 DE ABRIL DE 1824 AS
5 HORAS || DA TARDE EM HUM BANCO DE PEDRA EFICANDO EM
BRASSA E ME- || TIA D'AGOA ASSIM PASSOU A NOITE INVOCANDO-
SE AO SNR'. JESUS, || JÁ NO DIA 15 PELLAS 6 HORAS DA MA-
NHA' EM 12 || BRASSAS D'AGOA. ||

(Em letra de bastardinho regular). É obra dum gravador de apelido Carvalho.

Em outros *registos* aparecem alusões pictóricas que, em à parte, indicam alegóricamente a natureza dos milagres do Santo memorado.

Assim um *Sr. dos Navegantes* tem na gravura do seu *registo*, sob a representação da imagem do Nazareno crucificado, um painelzinho que mostra duas naus a navegar, de velas pandas, em mar chão. O mesmo sucede com uma *Snr.ª da Bonança*, que se venera na igreja de *Santos Velhos*¹: a Virgem na parte superior e maior, uma curta marinha com uma galera em mar manso, na parte debaixo².

Nas *Notas biográfico-literárias* acerca de Severim de Faria, que o Sr. Dr. Leite de Vaseconcelos inseriu no *Boletim de 2.ª classe* da Academia das Ciências de Lisboa (vol. VIII), e recentemente reproduziu em separata, lê-se na p. 17 a curiosa notícia duma oferenda do cabido de Évora (cod. 7:642 da Biblioteca Nacional, n.º x da Coleção de Severim): havia peste na cidade, e os cónegos, ante o espectáculo duma harta epidemia, fizeram voto à *Snr.ª de Guadalupe*, a fim de cessar a mortandade; vencida a gravíssima doença, o cabido mandou como *ex-voto* à divina protectora da cidade uma caçoula de prata, rica de traça e fábrica, feita em 1604³.

Luís CHAVES.

¹ Está *Santos Velhos* por *Santos-o-Velho*, dicção comum da freguesia de Lisboa, que muito freqüentemente se pronuncia *Santos-ô-Velho*.

² São célebres pela sua variedade os *ex votos* do templo de Nêmi, no Lácio, levados pelos peregrinos ao templo de *Diana Nemorensis*, sobre a orla do lago de Nêmi, no sopé do Monte-Cavo, em terras de Alba-Longa. O que dêles se conseguiu congregar está no Museu das Termas, em Roma. Havia de tudo, desde o pormenor ou ornato indumental, botões, fíbulas, etc., até as moedas de toda a espécie, à maneira do costume galo-romano dos subúrbios de Tolosa (*O Arch. Port.*, xix, 157); era esta a forma de *ex-voto* mais simples, na sua vera essência; além disto, porém, havia o retrato do devoto, a expressividade mais familiar de amizade e gratidão. As operações cirúrgicas, a que se submetiam alguns romeiros, eram horríveis; curavam, e no espólio nemorense aparecem ventres humanos, de barro, que mostram, numa abertura arreganhada, as vísceras do padecente. Cf. *A travers le monde romain*, de R. Cagnat, 1912, pp. 14-15.

³ A nossa história, como a de alêm-fronteiras, revela muitas e diversas circunstâncias em que os reis de Portugal, por motivo seu ou do país, assim como os guerreiros empenhados na alta responsabilidade nacional da batalha, ofereciam, em mercê do seu voto por vencimento de sua causa, igrejas e capelas, templos de pompa faustosa ou de modesta comemoração: as doações *ex voto* são em geral dirigidas à Virgem. A miúdo apareciam nelas os ricos despojos de guerra, como o oratório de prata dourada, que foi de D. João I de Castela, derrotado em Aljubarrota, e hoje está no tesouro da igreja da Senhora da Oliveira, em Guimarães. Diz *O Panorama*: «Em quanto, por causa de um voto que fizera antes de começar o combate (de Aljubarrota), el-rei D. João I lançava os fundamentos do Mosteiro da Batalha (Santa Maria da Batalha), o condestável D. Nuno, obrigado por igual voto, erguia em Lisboa um templo», que foi o da Senhora do Vencimento, Carmo. Vol. I, 1817, p. 4. Vid. mais: *Prosas Portuguesas*, I e II, de Bluteau, pp. 232 e sgs.

Marcos miliários do Museu Etnológico Português

T

Do concelho de Elvas

Cilindro calcáreo de 1^m,12 de altura, e de 0^m,23 de diâmetro. Apresentou na herdade de Alcobaça, freguesia de Terrugem, concelho de Elvas, perto da antiga estrada de Lisboa a Badajoz, e foi oferecido ao Museu Etnológico pelo Sr. Conde de Castro Guimarães, por intermédio do Sr. Ramalho Ortigão.

Tem uma inscrição que vai impressa aqui ao lado, e que diz: *Do(minis) n(ostris) i(m)p(eratoribus) Diocletiano et Maximiano. M(ilia) 65.* É pois do tempo dos imperadores Diocleciano & Maximiano (286-305).—As abreviaturas são: NN = *nostris*; IPP = *imperatoribus* (abreviatura bárbara, em vez da corrente IMPP). Há muitos exemplos de M simples, sem P(*assuum*). Vid. *Corpus*, II, 4:883, 4:884, 4:888, 4:897, 4:898, etc. As letras tem de altura 0^m,03 a 0^m,04, e o traço nitido.

Este marco miliário indica a distância de 65 milhas, ou
como quem dissesse hoje 96^{kl},102, entre duas povoações
cujos nomes não se declaram, mas que talvez ficassem na *via militaris*
que de Olisipo seguia para *Emerita Augusta*, por *Salacia* e *Ebora*.

III

Do concelho da Ponte-de-Sor

Coluna de granito, de 0^m,63 de altura, 0^m,27 de diâmetro menor, e 0^m,32 de diâmetro maior. Apareceu em 1910 perto de Ponte-de-Sor, à saída para Val de Açor, numa propriedade do Sr. Joaquim Vaz Monteiro, que por intermédio do Dr. Manuel de Matos Silva m'a ofereceu para o Museu Etnológico.

Tem uma inscrição,—incompleta, porque a coluna está quebrada na parte inferior; vai transcrita aqui ao lado e diz: *Imp(eratori) C(a)e-sa)ri M(arco) Aur(elio) Probo p(io), f(elici), invicto...*, pois suponho que CIER na 1.^a—2.^a linha são abreviatura de *Cae-sari*, por imperícia do canteiro, e que o último P da linha 3.^a corresponde a *F*, por igual motivo, visto não ser natural que se quisesse gravar *p(atri) p(atriæ)* antes de *invicto*.
 Na 5.^a linha há vagos vestígios de letras que poderiam corresponder a *AVGVs(to) p(ontifici)*.

O marco é pois do tempo do imperador Probo (276-282). Estava colocado na *via militaris* de *Abelterium*, como se disse n-*O Arch. Port.*, xv, 247, onde já aludi a él; nesta *via* existem ainda hoje oito marcos anepígrafos: vid. desenhos de alguns no vol. xvii, p. 218, num artigo do Dr. Félix Alves Pereira, que percorreu a *via* antes de mim, e publicou *ibidem*, figs. 1 a 4, entre pp. 212 e 213, belas gravuras da ponte romana de Vila Formosa, onde a mesma *via* passava¹.

III

Do concelho de Montalegre

Por indicação do Sr. António L. da Cunha, dono de uma ourivezaria em Valença do Minho, e por intermédio do Sr. Fernando Barreiros, tenente da guarda fiscal em Montalegre, obtive há tempos para o Museu Etnológico, onde tem o n.º de entrada «5:224», o marco cuja inscrição vai copiada aqui ao lado, e que diz: *Tiberius Caesar, divi [Aug. f.], divi Iuli nep(os) [Aug. ?], pont(ifex) max(imus), imp(erator) [VIII], co(n)s(ul) v, tri(bunicia) pot(estate) [XXXIII, ou um número até XXXVIII inclusivè]: Brac(arā) Aug(ustā) XX*.. Este marco **T I · C A E S A R · D : V : D I V I · I V L I · N E P : P O N T · M A X · I M P : C O S · V · T R I · P O T · X : B R A C · A V G · X X :** é de granito, tem a forma de tronco de cone invertido, e mede de altura um pouco mais de 2^m,80², e de diâmetro na base 0^m,53; as letras tem de altura 0^m,09 a 0^m,12. Estava no lugar dos Padrões, freguesia de Venda-Nova, concelho de Montalegre, onde servia de esteio a uma varanda.

Vê-se que pertencia a uma das *viae* que de *Bracara* partiam para *Astúrica*. A última linha quer dizer que o lugar em que o marco fôra

¹ Segundo se lê na *Revue Archéologique*, t. xxii, Maio-Junho de 1913, p. 360, nota 1, eu não menciono a ponte de Vila Formosa nas *Religiões*, iii, 180-181. Assim diz o autor do respectivo artigo, mas enganou os seus leitores, pois a p. 636 do citado volume eu faço um aditamento às pp. 180-181, e menciono a ponte. Como a minha obra se acabou de imprimir em 30 de Janeiro de 1913 (o que consta da subscrição final), e o fascículo da *Revue Archéologique* é posterior uns poucos de meses, vê-se que o articulista não procedeu com inteira ciência bibliográfica. Além disso eu havia falado da mesma ponte três anos antes, em 1910, n-*O Arch. Port.*, xv, 247-248, e explicado nas minhas *Lições de Philologia Portuguesa*, Lisboa 1911, pag. 336, que a *Abelterium* corresponde «Alter», explicação que o articulista repete.

² Não dou a medição exacta, porque a pedra está fixa no solo terreo de um dos lapidários do Museu, e não vale a pena desenterrá-la (eu esqueci-me de a medir antes de a mandar colocar onde está).

colocado distava de *Bracara Augusta* certo número de milhas, provavelmente trinta e tantas, pois outros marcos da mesma região marcam **XXXV** e **XXXVIII** milhas⁴.

A data certa não se pode saber, por não estar bem determinado o número que se seguia à menção da *tribunicia potestas*, mas fica compreendida entre o ano de 31 e o de 37 da nossa era, pois Tibério foi cônsul pela primeira vez em 1 de Janeiro de 31, e morreu em 16 de Março de 37.

A inscrição de que estou tratando é a mesma que tem o n.º 4:773 no *Corpus*, II, e só difere d'ela na disposição das linhas e noutras minúcias. Razão não tinha o ilustre Martins Capela de pensar que a inscrição que ele publica a p. 90 dos *Millarios* talvez correspondesse à citada do *Corpus*, pois ao passo que a sua começa por IMP, a do *Corpus*, e portanto a do Museu Etnológico, começa por Ti(berius).

Aos Srs. Cunha e Barreiros agradeço o serviço que prestaram à Arqueologia. Este texto epigráfico é por ora o único que o Museu possue em que se leia o nome de *Bracara Augusta*.

J. L. DE V.

**Medalha dedicada pela cidade do Pôrto
ao Príncipe Regente, em 1799**

(Da coleção iniciada por José Lamas)

Do lado direito, o Príncipe D. João, com farda, manto de arminhos, banda a tiracolo e insígnia da Ordem do Tosão de Ouro, está de pé sobre um trono e dá a mão a beijar à *Cidade do Pôrto*, representada por uma mulher, coroada de torres, vestida à antiga e com sandálias, que na frente dele está ajoelhada e apoiada no escudo das suas armas, no qual se lê a competente divisa: CIV.(ivitas) VIRG(inis).

Junto do escudo e por ele interceptado, está deitado um cão, símbolo da *Fidelidade*.

O trono está atapetado, tem um só degrau e é ornamentado com duas colunas que se vêem só em parte, e com uma cortina franjada e franzida por meio de dois cordões que tem borlas nas extremidades.

⁴ Vid. Martins Capela, *Millarios do conventus Bracaraugustanus*, Porto 1895, p. 56.

No lado direito, vê-se parte dum escudo das armas riais da época, fixado na coluna.

Ao fundo divisa-se um pavimento enxadrezado e um arbusto. No exergo, que está separado por friso, a data: M.D.CC.XCIX.

No campo, do lado esquerdo, junto do pé da *Cidade do Pôrto*, a assinatura: FIG. (Figueiredo, João de).

A orla é levemente contorneada.

Br. Em sete linhas horizontais, a inscrição: IOANNI—PORTVG . ET . ALGARB—PRINCIPI—SVSCEPTO . INTER . PRO-CELLAS—IMPERII . CLAVO—CIVITAS . PORTVCALENSIS—D.

Orla levemente contorneada.

AR. Diâmetro: 55 mil. Muito bem conservada.

Outro exemplar de estanho, um pouco gasto.

Vem estampada na obra de Lopes Fernandes (*Memória das Medalhas*), n.º 69.

*

Declarada oficialmente, por uma junta de médicos, a impossibilidade da Rainha D. Maria I continuar a governar o Reino, por estar atacada de graves perturbações mentais, resolveu o Príncipe D. João, herdeiro do trono, por decreto de 10 de Fevereiro de 1792, *assistir e prover ao despacho em nome de sua mãe e assinar por ela, sem que na ordem, normas e chancelaria se fizesse alteração, tudo enquanto durasse o impedimento de S. Majestade*¹.

Perdidas, porém, as esperanças de que a Rainha melhorasse, D. João assumiu definitivamente o governo do País, em seu *Rial Nome*, por decreto de 15 de Julho de 1799, adoptando o título de *Príncipe Regente*.

O Senado da Câmara da Cidade do Pôrto, celebrou este último acontecimento com *alegres e festivas demonstrações* e resolveu, além disso, parece que em sessão de 17 de Agosto do mesmo ano, mandar cunhar a medalha que acabamos de descrever, para o comemorar.

Em carta datada também de 17 de Agosto, dirigiram-se os vereadores ao novo regente, com o fim de lhe manifestarem os seus sentimentos de fidelidade e de lhe solicitarem a devida autorização para poderem mandar cunhar a medalha, o que lhes foi concedido por Aviso de 20 de Setembro seguinte. Logo que se recebeu o Aviso no

¹ Vid. Latino Coelho, *História Política e Militar de Portugal*, II, p. 289 e sgs.



MEDALHA DEDICADA PELA CIDADE DO PÓRTO AO PRÍNCIPE REGENTE, EM 1799

Porto, houve uma sessão extraordinária da Câmara, em 28 de Setembro, na qual se resolveu mandar imediatamente cunhar e distribuir a medalha, o que tudo consta da seguinte acta, registada no Livro n.º 94 das Vereações de 1797 a 1799 a fl. 106 e sgs.¹.

«Vereação de vinte e oito de Setembro do anno de mil sete centos e noventa e nove que fazião nesta cidade do Porto e Caza do Senado da Camara o Dezembargador da Caza da Suplicação, Corregedor, e Provedor desta comarca, e o Doutor Juiz de Fora do crime, que serve do civel, e Vereadores do mesmo Senado, com assistencia do Procurador da Cidade; a qual Vereação se procedeo extraordinariamente para o cazo abaixo declarado.

»E logo pelo dito Dezembargador da Caza da suplicação correge-dor, e Provedor desta comarca foi apresentado o Regio Avizo ex-pedido pelo Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Marqués Mor-domo Mor, Ministro Secretario de Estado dos Negocios do Reyno, do qual o seu teor he o seguinte

»**Avizo Regio**²

»Ao Princepe Meu Senhor foy prezente, que a Camara e a Cidade do Porto, havendo com alegres, e festivas demonstraçoens celebrado a feliz noticia de haver o mesmo Senhor como Princepe Regente, começado no seu Real Nome, a governar os Seus Reynos, e dominios; para o fim de poder para o futuro ficar permanente hum Testemunho do jubilo, e do respeito, com que applaudio esta felicidade, dezejava por meyo de huma Medalha, alluziva a hum tão gloriozo acontecimento, deixallo recomendavel à Posteridade, se o mesmo Senhor, se dignasse de assim lho permittir—Sua Alteza Real, tendo ouvido benignamente os votos da mesma Camara, e querendo, que a Ella seja constante o quanto se fizéram dignos do Seu Real Agrado: Houve por bem permitir que a Sobredita Camara dessa Cidade possa fazer cunhar, e distribuir a proposta Medalha, e nella perpetuar o Seu reconhecimento tão louvavel como o he a Sua fidelidade.

¹ Arquivo da Câmara Municipal do Pôrto.

² O original encontra-se no Arquivo da Câmara Municipal do Pôrto, no Livro n.º 17 das Próprias (1784 a 1800), a fl. 156, e por isso julgámos preferível ir copiá-lo ali em vez de o transcrever da acta onde vem reproduzido com algumas alterações, pôsto que ligeiríssimas, tais como desdobramento de abreviaturas, alteração dum *ç* em dois *ss*, etc.

»O que vs.^a fará prezente na Camara dessa Cidade do Porto para que fique entendendo ser esta a Real vontade do mesmo Senhor.

»Deos guarde a vs.^a Palacio de Queluz em 20 de Setembro de 1799 ✓. Marques Mordomo Mor. S.^{or} Francisco de Almada e Men-dôça.

»E em observancia da mesma Ordem Regia, mandarão, que logo se fizesse cunhar, e destrebuir a Medalha Regia, com toda a delicadeza, e perfeição da Arte; visto que Sua Alteza Real benignamente se havia dignado aceitala; e outro sim se copeasse aqui, a carta que este Senado, escreveo ao dito Senhor sobre este assunto: cuja carta he do theor seguinte

»Senhor— Não hé só o reconhecimento dos beneficioz que a liberal Mam de Vossa Alteza, tem feito a esta cidade, o que nos anima em hua occazião de tanto prazer, e allegria a chegar aos Reaes Pés de Vossa Alteza, e manifestar por este modo o nosso jubilo, e a nossa fiel obediencia.

»A lialdade Senhor, com que os habitantes desta cidade servirão sempre aos Augustos Predessesores de Vossa Alteza, he o motivo mais particular que nos obriga a dar a Vossa Alteza as mais evidentes provas da nossa fidelidade, e renovando os antigos cultos de Veneração, e Respeito com que os nossos passados se distinguirão, não só Vamos a pedir humildemente a Vossa Alteza se digne aceitar os mais sinceros Votos da nossa obediencia e escravidão, mas dezejando dar ao Mundo inteiro hum testemunho irrefragavel do nosso reconhecimento, e fidelidade, igualmente suplicamos a Vossa Alteza nos conceda a Liberdade de fazer cunhar hua Malha, (sic) em que vendo-se esculpido fielmente o Retrato de Vossa Alteza, conheção por ella as Naçoens estranhas, que nos corasoens dos Portuenses não será facil extinguir-se o ardente dezejo, que sempre tiverão, de mostrar a Vossa Alteza com o mayor Respeito, a Sua gratidão, e Vassalagem.

»Confiamos Senhor, na Real Clemencia, e Bondade de Vossa Alteza, que nos será desculpada, e aceita esta pequena, mas sincera demonstração da nossa allegria, e reconhecimento; e esperando de Vossa Alteza a consegção desta graça, novamente beijamos a Real Mam de Vossa Alteza, implorando ao Ceo, que por dilatados annos concerve a presioza, e importante Vida de Vossa Alteza, para gloria, e felicidade dos seus fieis vassalos. Porto em Camara de dezasete de Agosto de mil setecentos noventa e nove=O Dezembargador Corregedor e Provedor da Comarca Francisco de Almada e Men-

»donça—O juiz do crime que serve do cível Jozé Antonio da Silva
 »Pedroza Guimaraens—Antonio de Mello Correa—Antonio de Frei-
 »tas Faria e Gouvea—Manuel Felis Correa Maya—

»E por esta forma houverão por finda a mesma Vereação extraor-
 »dinaria da qual fiz este termo João Caetano de Têlo e Souza o es-
 »crevi—» Seguem-se as rubricas dos vereadores.

A medalha foi gravada e cunhada no Arsenal do Exército, em Lisboa, e está assinada pelo artista João de Figueiredo, o que leva a crer que foi sem dúvida ele quem a executou, senão toda, pelo menos a parte principal; no entanto cumpre-nos registar que o Bispo-Conde, D. Francisco, ao tratar da biografia de Cipriano da Silva Moreira¹, depois de informar que este artista *estudou desenho no Arsenal Rial do Exército, aonde deu brilhantes provas do seu engenho em muitas obras que foram encarregadas ao seu Mestre João de Figueiredo, e que este confiava da singular perícia do seu hábil discípulo*, diz, não sabemos com que fundamento, que «*he produção do seu talento a medalha allegorica do Porto com a effigie de el-Rei o Senhor D. João 6.º, desenho original do excellente Artista Joaquim Carneiro da Silva*²».

Não sabemos também qual seja o fundamento desta última informação do Bispo-Conde, a qual não podemos aceitar sem reserva, por nos constar por um apontamento inédito do Dr. Teixeira de Aragão, ter sido esse desenho feito por Manuel Correia, professor de instrução secundária na cidade do Pôrto.

Os cunhos da medalha conservam-se ainda hoje no Museu de Artilharia, expostos na Sala da Europa, constando que com eles se fizeram há cerca de vinte anos, ou mais, alguns exemplares da medalha especialmente de cobre. Primitivamente parece que poucos se cunharam neste metal, porque nos mercados eles escasseiam mais do que os de prata. Estes últimos ainda se podem obter com relativa facilidade, posto que não sejam muito vulgares.

O Senado da Câmara do Pôrto encarregou o Dr. Desembargador Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, notável jurisconsulto que naquela cidade havia sido pouco tempo antes juiz de Fora³, de

¹ *Lista de alguns artistas portugueses*, p. 54.

² Para a biografia deste artista vid. Volkmar Machado, *Colecção de memórias, etc.*, p. 281 e Inocêncio, *Dicionário Bibliográfico*, iv, p. 72.

³ Foi nomeado Desembargador por decreto de 25 de Maio de 1799. Vid. a *Oração adiante cit.*, p. 4 e Inocêncio, *Dicionário Bibliográfico*, vii, p. 427.

contratar com o abridor a cunhagem da medalha e de fazer depois a distribuição dos exemplares destinados à Família Rial e a outros personagens, em Lisboa. A forma como o Dr. Ferreira Cardoso se desempenhou da missão consta do seguinte relatório, por ele enviado à Câmara do Pôrto, em cujo arquivo se conserva, no *Livro n.º 20 do Suplemento às Próprias*, docs. n.ºs 17, 18 e 19:

«III.^{mos} Snr.^{es}—Apezar de todos os meus disvelos, a frouxidão dos Artifeces, ou talves mesmo a dificuld.^e da Obra fez, com que so no dia de hoje me fosse possivel levar aos Pes de Sua Alteza Real as Medalhas, que V. S.^{as} em nome da cidade mandarão cunhar por occasião do Decreto de 15 de Julho de 1799, e que me ordenaraão apresentasse, no Seu Nome, e no da Cidade, ao Principe Regente Nosso Senhor, na sua Carta de 16 de Abril do corrente anno. Ellas com efeito se podião entregar já no dia 15 de Julho, e assim o participei a Sua Alteza Real; porem o Mesmo Senhor, a quem tocava determinar o dia, designou-o somente para o de hoje; talvez por motivos graves, que ate agora o ocuparão, e não lhe permittirão aceitar mais cedo o respeituozo obsequio da Camara, e Cidade.

Conferi tudo com o Sr. Marquez Mordomo Mor, segundo V. S.^{as} me determinarão na dita sua Carta, que lhe apresentei; e estou certo, q ao seu conselho he, que a Cidade deve o ter eu inchido esta Comissão com a dignid.^e, que lhe convinha. Tinha disposto para esta acção a Oração, de que V. S.^{as} com esta receberão hum exemplar, que S. A. R. viu antecedentem.^{te}, e quis, que se imprimisse p.^a ser distribuida apár da Medalha. No dia de hoje passei ás Suas Reaes Mãos hua Medalha de Ouro, e outra de Prata com hum Exemplar dos assima ditos, disendo-lhe o que a V. S.^{as} constará da Copia N. 1. Sua Alteza Real foi Servido receber tudo com suma Benificencia, Agrado e Satisfação, concluindo por me ordenar, que no Seu Real Nome agradecesse á Camara, e á Cidade a Consideração, que tinhão pela Sua Real Pessoa, pelo que novamente lhe beijei m.^{to} reverentem.^{te} a Mão, segurando-o de que á Camara, e Cidade seria m.^{to} grata a Satisfação de S. A. R. E sahindo da Presença do Mesmo Senhor, fis levar ao Seu Quarto as outras Medalhas, que estavão destinadas p.^a este fim, e que hião em as caixas do costume com toda a decencia. Fiz igual entrega a Princesa N. Snr.^a na forma da Copia N. 2.; e nas Suas Reaes Mãos deixei tambem as offertas pertencentes aos Príncipes, e Infantes seus Filhos. Por Mão da Ex.^{ma} Snr.^a Camareira Mor, dirigi as que pertencião a Sua Magestade a Rainha N. S. E a Princesa, e Snr.^a Infanta

»Irmans de S. Mag.^{de} fis igual offerta seg.^{do} a Copia N. 3. e 4.;
 »concluindo esta accão com a entrega ao S.^r Infante D. Pedro Carlos
 »seg.^{do} a Copia N. 5. Depois dei Medalhas ás Pessoas do Serviço
 »dos Quartos dos Senhores, que estavão no Paço, a saber Camaristas,
 »Viadores, Guarda-Roupas, Confessores, Damas, Donas, Assafatas,
 »Creados do Serviço particular de S. A. R., Seu Medico da Camara,
 »e Familia, e Mestres do sr. Infante. E recolhendo-me p.^a Lisboa
 »offreci aos Snr.^{es} de Palhavãm tambem as Medalhas, que se lhe
 »devião dar logo, como Thios de S. Mag.^{de} Todos me incarregarão
 »de fazer constar á Camara a estima, com que havião recebido o seu
 »obsequio; tendo-se dado Medalhas de ouro som.^{te} aos Senhores,
 »e a todas as mais Pessoas de Prata, por que esta foi a Ordem do
 »Principe N. S. Hei de pedir amanham licença a S. A. R. p.^a conti-
 »nuar a distribuir Medalhas aos Grandes, e mais Pessoas de Conside-
 »ração, que V. S.^{as} me disião; e tambem amanham lhe hão-de pedir
 »os seus Menistros d'Estado licença p.^a receberem hum tal presente.
 »Para adiantar esta entrega, que me impacientava já, fis com que
 »as Medalhas de Prata fossem córadas, e polidas por Ourives, mas
 »vi, que detorpavão o delicado da Obra, e por isto estou na Resolução,
 »de que todas as mais sejão acabadas pelo Mestre Figueiredo, que fez
 »os cunhos, e cunha as Medalhas, ainda que isso dé maior demora.
 »Pelo Correio Ordinario remetterei a V. S.^{as} alguas Medalhas de
 »Prata, e alguns dos Exemplares da Oração, com que os offreci
 »a S. A. R., e cuidarei em ultimar a Sua Comissão. Espero que V.
 »S.^{as} terão de receber por minha via hua Carta Regia, que eu hei-de
 »estimar muito passar ás Suas Mãoz. Aproveito esta occasião de
 »protestar a V. S.^{as} o meu respeito, e a m.^a fiel obediencia. D.^s G.^{de}
 »a V. S.^{as} m.^s annos Lx.^a 5 de Agosto de 1800. De V. S.^{as} Ill.^{mos}
 »Snr.^{es} Juis, Vereadores, e Prov.^r da Camara do Porto—M.^{to} rev.^{te}
 »V.^{or} obrig.^{do} e fiel Cap.^{to} Vicente Jose Ferreira Cardozo da Costa».

Este documento é acompanhado das seguintes *cópias* dos discursos proferidos pelo Dr. Ferreira Cardoso ao entregar as medalhas ás Pessoas Riais¹.

«N.^o 1.^o Ao Principe Regente Nossa Senhor.—Senhor=Em nome
 »da Cidade do Porto, e por Comissão da Sua Camara tenho a honra
 »de appresentar hoje a V. A. R. esta Medalha, testemunho do respeito,
 »amor, e fedelidade que lhe tributa a segunda Cidade de Seus vastis-

¹ Estas cópias não foram escritas pelo punho do Dr. Ferreira Cardoso.

»simos Dominios. V. A. R. fez-se credor deste Monumento pelo muito
»que beneficiou a m.^{ma} Cid.^e no primeiro priodo da Sua Regia Admi-
»nistração. Fazer a publica confição destes Regios Beneficios era in-
»separavel desta Augusta Solemnidade, e eu a faço em nome da Ci-
»dade neste papel, que tenho a honra de trazer tambem hoje aos Seus
»Reaes Pés. Dignese pois V. A. R. de aceitar a Medalha, e o Papel:
»hña, e outra fructo das Suas proprias virtudes, e por isso qualquer
»dellas merecedora do Seu benigno acolhimento: e permita-me, que
»aos Seus Reaes Pés tenha a honra de beijar-lhe muito reverentemente
»em nome da Cidade minha Constituinte a Sua Real Mão.

»N.^o 2.^o Á Princeza Nossa Senhora—Senhora—A gloria do
»Principe Regente Nossa Senhor, e os testemunhos de amor, e res-
»peito, que lhe tributão os Seus Vassallos pertencem tambem a V.
»A., cujo Real Nome vai sempre de mistura com o do Seu Augusto
»Espozo. He nesta consideração que a Camara do Porto me ordenou,
»que appresentasse a V. A. estes Monumentos, que a Sua fedilidade
»acabava de levantar em memora da Regencia de S. A. R.: e he na
»mesma consideração que eu espero que V. A. hade receber benigna-
»mente offertas que tanto lhe pertencem. Aos Reaes Pés de V. A.
»muito reverentemente tenho a honra de beijar-lhe a Sua Real Mão.

»N.^o 3.^o Á Princeza D. Maria Benedicta—Senhora—A Camara,
»e Cidade do Porto tendo marcado a sua fedilidade, e respeito para
»com o Principe Regente Nossa Senhor por meio destes testemunhos,
»ordenou-me que no Seu nome os appresentasse a V. A., não só por
»lhe tocar muita parte da gloria do mesmo Senhor, mas tambem em
»signal do particular respeito que tributa a V. A. Digne-se V. A.
»de aceitar binignamente a Sua offerta, permittindo-me que em nome
»da Cid.^e minha constituinte lhe beije a Sua Real Mão.

»N.^o 4.^o Á Snr.^a Infanta D. Mariana—Senhora—V. A. tem
»muita parte em tudo o que he glorioso para o Principe Regente
»Nossa Senhor tão intimamente ligado com V. A. pelos vinculos do
»Sangue. Digne-se pois V. A. de aceitar estes Monumentos de res-
»peito, que a Camara e Cid.^e do Porto consagrhou ao mesmo Senhor:
»e que me ordenou que appresentasse a V. A., e permitta-me a honra
»de lhe beijar a Sua Real Mão em nome da mesma Cidade, e Camara.

»N.^o 5.^o Ao Senhor Infante D. Pedro Carlos.—Senhor—O San-
»gue dos nossos Reys que gira nas veias de V. A. he hum penhor

»sagrado que afiança a V. A. o respeito de todos os Portuguezes. »Em mostra disto me ordenou a Camara do Porto, q.^º appresentasse »a V. A. estes testemunhos da Sua fedilidade p.^a com o Principe »Regente Nosso Senhor, que ella acabava de consagrarr-lhe em nome »daquelle Cid.^º Dignesse V. A. de os receber e de dar-me a honra »de lhe beijar a Sua Real Mão».

Diz no seu relatório o Dr. Ferreira Cardoso, que *tinha disposto para esta accão a Oração ... que S. A. viu antecedentemente e quis que se imprimisse para ser distribuida apár da medalha*, a qual foi entregue ao Príncipe como consta da seguinte passagem do primeiro documento que acompanha o mesmo relatório: *Digne-se pois V. A. R. de aceitar a medalha, e o papel.*

Este trabalho imprimiu-se e tem o seguinte título:

ORAÇÃO | DIRIGIDA AO MUITO ALTO | E | MUITO PODEROSO | SENHOR | D. JOÃO | PRÍNCIPE REGENTE | DE PORTUGAL, | PELO DESEMBARGADOR | VICENTE JOSÉ FERREIRA CARDOSO | DA COSTA, | OFFERENDO-LHE A MEDALHA, QUE A CIDADE | DO PORTO MANDOU CUNHAR PARA MEMORIA | DO DIA, EM QUE O MESMO SENHOR SE DIG- | NOU DE COMEÇAR A REGER ESTES REI- | NOS NO SEU REAL NOME. | LISBOA, | NA OFFIC. DA CASA LITTERARIA DO ARCO DO CEGO. | ANNO M. DCCC.

Folheto de 14 páginas que tem junto uma bela gravura da medalha, assinada por *Viana sc. ao Arco do Cego*.

Nesta Oração começa o seu autor por dizer que a *Cidade do Porto, representada legalmente pela sua Camara, sensivel aos paternae beneficios que tinha recebido do Príncipe, no primeiro periodo da sua Regia administração, deliberou que se perpetuasse o testemunho do seu reconhecimento para com ele em uma medalha, dedicada ao dia em que S. A. se dignou de começar a reger estes Reinos, no seu Real Nome, como por direito lhe competia, e urgentissimas causas externas e internas exigiam e que o Príncipe, não querendo privar aquela cidade da honra que lhe resultava deste acto do seu agradecimento, houve por bem de consentir que se cunhasse a referida medalha, por Aviso expedido pela Secretaria do Reino, aos 20 de Setembro de 1799.*

Em seguida enumera os principais benefícios prestados ao município pelo Príncipe D. João, durante o período em que ele governou o país em nome de sua mãe.

O relatório do Dr. Ferreira Cardoso foi lido em sessão da Câmara de 9 de Agosto de 1800, como consta do seguinte trecho da respec-

tiva acta, que se acha registada no livro n.º 95 das *Vereações* de 1800 a 1802, a fl. 93 v. (Arquivo da Câmara Municipal do Pôrto):

«E logo nesta veriação foi aberta huma Carta do Dz.^{or} Vicente »Jozé Ferreira Cardozo da Costa Juis de Fora que foi nesta cidade »pela qual partecipava a este Senado que em nome do mesmo no »dia sinco do prezente mes tinha ofrecido a Sua Alteza Real, e a »toda a Augusta Familia as medalhas, que este mesmo Senado ti- »nha mandado cunhar com faculdade do mesmo Senhor em memo- »ria da Sua louvavel rigencia nestes Reinos, e Suas Conquistas, e »juntamente huma copia das falas com que ofereceu as ditas meda- »lhas, e outrosim hum impresso das mesmas, e da oração que con- »sagrhou a Sua Alteza Real, que tudo se mandou guardar no arquivo »desta Camara e no respectivo Lugar das proprias e em consequen- »cia se determinou que logo se fizesse hum oficio em resposta a dita »Carta».

Os agradecimentos oficiais do Príncipe foram comunicados à Câmara do Pôrto no Aviso de 22 de Agosto de 1800 e na Carta Régia da mesma data, diplomas que a seguir transcrevemos e que se acham guardados no Arquivo daquela corporação no *Livro n.º 17 das Pró- prias* (1784 a 1800), respectivamente a fl. 185 e 186:

«Havendo a Camara dessa Cidade do Porto encarregado ao De- »zembargador Vicente Joze Ferreira Cardozo da Costa de offerecer »ao Princepe Meu Senhor a Medalha, que em testemunho do seu zelo, »e fidelidade fizéra cunhar, com Permissão Regia, em Memoria da »Feliz Epoca em que o mesmo Senhor principiou a reger estes Rey- »nos, e Seus Dominios no Seu Real Nome: Manda Sua Alteza de- »clarar a Vm.^{ce} para o fazer constar em Camara, Que o Sobredito »Dezembargador Vicente Joze Ferreira Cardozo da Costa se houve »nesta Accção muito conforme ao Seu Real Aprazimento não só pela »decencia, e acatamento com que executou a Comissão, que lhe »fora encarregada, mas tambem pelo disvello, e interesse que mos- »trou deverlhe a mesma Camara, que delle a confiava. Deos Guarde »a Vm.^{ce} Palacio de Queluz em 22 de Agosto de 1800. Marques »Mordomo Mor. S.^r Juiz de Fora Presidente da Camara da Cidade »do Porto».

«Juiz, e Vereadores do Senado da Camara da Cidade do Porto: »Eu o Princepe Regente vos invio muito saudar: Tendo apresentado

»na Minha Real Prezença no Dia sinco do corrente Mez o Dezembargador Vicente Joze Ferreira Cardozo da Costa, por Comissão Vossa, a Medalha que em Nome déssa Cidade mandasteis cunhar para Memoria do Dia em que Fui servido começar a reger estes Reynos no Meu Real Nome: E querendo mostrarvos a Satisfação, e Aggrado com que recebi este testemunho dos vossos leaes, e respeituzos sentimentos para com a Minha Real Pessoa, bem semelhantes aos que essa Cidade teve sempre pelos Senhores Reys destes Reynos: Houve por bem mandar-vos expedir esta Minha Carta, para vos dar hum testemunho publico de satisfação com que recebi este sinal do vosso respeito, e lealdade, segurando-vos não só o Meu Real Aggrado, mas tambem a boa vontade que sempre terei de fazer mercê a essa Cidade em todas as occazioens, que para isso se offererem. O que Me parecêo participarvos para que assim o fiqueis entendendo. Escripta no Palacio de Queluz em vinte e dous de Agosto de mil e outocentos ://: Principe ∴ Para o Juiz, e Vereadores do Senado da Camara da Cidade do Porto. Reg.^{da} Lº 14 a fl. 228 v.»

Estes diplomas só foram, porém, lidos em sessão da Câmara de 4 de Outubro, como consta da respectiva acta, que a seguir transcrevemos e que se acha registada no Arquivo da Câmara Municipal do Pôrto, no *Livro n.º 95 das Vereações* de 1800 a 1802, a fl. 103 v:

«Vereação de 4 de Outubro de 1800—E logo nesta mesma Vereação forão remetidas a este Senado pelo Dezembargador da Rellação Vicente Joze Ferreira Cardozo da Costa a Carta Regia em data de vinte e dous do mez de Agosto do corrente anno, e o Avizo Regio na mesma data por que Sua Alteza Real se dignou tomar em toda a consideração a oferta do cunho da Medalha oferecida por esta Camara em memoria da Sua Real Regencia, que tudo se mandou cumprir, e registar com a carta do mesmo Dezembargador para depois ficar tudo no Livro das Proprias. E logo nesta mesma Vereação ordenarão que se desse ao Proprio q' trouxe a Carta Regia e o Avizo Regio mencionado nesta Vereação a quantia de trinta e oito mil e quatro centos reis para o que se passa-se Mandado sobre o thezoureiro por ajuda de custo».

A distribuição da medalha, no Pôrto, fez-se sómente no ano de 1801, como se depreende da acta da sessão de 10 de Junho de 1801, registada no *Livro n.º 95 das Vereações* de 1800 a 1802, fl. 188, que diz o seguinte:

«Veriação de dez de Junho de mil oitocentos e hum: E logo nesta veriação pelo Guarda desta Camera forão entregues cincuenta e huma medalhas a saber quarenta e oito de prata com suas caixas, e duas mais de prata sem caixa, e huma de ouro com caixa, as quaes dice o Guarda que lhas entregou o Dezembargador Vicente Joze Ferreira Cardozo da Costa, e tambem entregou exemplares em papel¹; e das ditas medalhas, e exemplares logo se mandarão repartir pelos Veriadores actuaes, sindico Procurador da cidade escrivão da Camera descrevente, e Guarda, e por aquelles, que tem servido a Governânsa, e tambem se deu ao Governador das Justiças, Chanceller de Menistros que servem na Camera, e ajudante do Corregedor da comarca, e tambem aos Governadores das Armas vindo a crescer das medalhas repartidas hua medalha a qual dice o Veriador Diogo Leite q' se dera ao Dezembargador Corregedor da Comarca».

Na edição de 1837 do *Elogio histórico de Sua Majestade Imperial o Senhor D. Pedro, Duque de Bragança*, pelo Marquês de Resende, lê-se, a p. 10 a seguinte passagem, com uma nota explicativa, que se relaciona com a nossa medalha: «Mais achacado pelas molestias de animo, do que pelo pezo dos annos, terminou o Pacifico Senhor Rei D. João VI, de sempre Saudosa Memoria, a sua espinhosa e escabrosissima carreira, deixando ao Seu Successor a Corôa em mares não menos procellosos, que aquelles em que [como n'hum allegoria lhe representou hum de vossos antigos socios]² [21] o mesmo desventurado Príncipe havia recebido o Scéptro».

«[21] Allude-se a huma Medálha, que, no anno de 1793, em que o Senhor Rei Dom João VI.^o tomou a Regencia, lhe offereceu o Doutor Vicente Jozé Ferreira Cardoso, cuja Medalha representava hum Sceptro vogando sobre as ondas de hum mar empollado, tendo por divisa estas palavras: Suscepto Imperii clavo inter procellas».

Tivemos conhecimento desta passagem por uma carta assinada por Jorge César de Figanière³, existente entre os papéis de Lopes Fernandes, que hoje pertencem ao nosso amigo, o Sr. Henrique de Campos Ferreira Lima, na qual se diz o seguinte:

¹ Estes *exemplares em papel* deviam ser da estampa da medalha que acompanha a *Oração* que o Príncipe quis que se distribuisse a par da medalha.

² O Marquês proferia este elogio na Academia Rial das Ciências e o sócio a quem ele se referia era o Dr. Ferreira Cardoso.

³ Conhecido numismata do século passado.

«Meu caro amig.^o

»Remetto a copia que me pediu¹. Se é a medalha que nós conhecemos ha engano na data; ha engano em se dizer que foi offerecida pelo Dr. V. J. Ferr.^{ra} Cardoso, quando elle o fez *em nome da Camara e cidade do Porto*, e ha-o principalmente em se descrever a medalha com um emblema que ella não tem, alem da pouca fidelidade da inscripção. Creia-me sempre com toda a consideração e estima. De V. S.^a amg.^o fiel e erd.^o obr.^{do} S/c. 2 de julho—Jorge Cesar de Figanière».

É evidente que o Marquês conhecia só muito vagamente a história da nossa medalha, à qual quis sem dúvida referir-se, e foi por isso que nos deu a respeito dela as erradas informações que provocaram os justos reparos de Figanière, mas como se comprehende que ele pudesse confundir a figura duma cidade a beijar a mão dum príncipe com um scetro vogando sobre as ondas dum mar empolado? Ter-se-ia feito com este tipo algum projecto para o reverso?

O que é certo é que na edição que do citado elogio se publicou em 1867, a passagem acima transcrita vem assim redigida, a p. 5: «Mais cheio de trabalhos que de annos consummou o senhor rei D. João VI a sua carreira, deixando ao successor o leme do estado n'um mar tormentoso como o em que elle, segundo a allegoria gravada n'uma medalha que a cidade do Porto mandou cunhar [17], o recebêra pela enfermidade da rainha sua augusta mãe».

Na nota n.^o 17 correspondente a esta passagem, vid. p. 51, vem transcrita parte da notícia e a descrição da medalha, feita por Lopes Fernandes, na sua *Memória das Medalhas*, p. 57².

Junqueira, Novembro de 1914.

ARTHUR LAMAS.

¹ A carta era acompanhada da cópia da passagem do Elogio acima transcrita, e tem nas costas a data de 2 de Julho de 1860.

² Tendo-nos dirigido no passado mês de Setembro ao Arquivo da Câmara Municipal do Pôrto, para ali procurarmos documentos relativos não só à medalha que acabámos de estudar, como a várias outras, tivemos a felicidade de ver o o nosso desejo coroado do melhor êxito, devido à excepcional amabilidade e boa vontade com que o digno e ilustrado arquivista daquela corporação, o Sr Manuel José da Silva Guimarães, se prestou a auxiliar-nos, encarregando-se él próprio de proceder às necessárias buscas, ficando assim o nosso trabalho reduzido a copiar os documentos que aquele prestante funcionário, obida a autorização superior, nos patenteou. Cumpre-nos, pois, deixar aqui registados os nossos agradecimentos ao Sr. Silva Guimarães, pelo valioso serviço que nos prestou.

A exploração arqueológica da Serra das Mutelas (Tôrres Vedras)

Relatório

O Sr. Carlos Marinho da Cruz, administrador do concelho de Tôrres Vedras, teve conhecimento, por meados de Junho de 1912, de que numa pedreira em exploração na serra das Mutelas, do seu concelho, haviam sido encontrados pelos cabouqueiros vários ossos humanos, e que os ditos ossos haviam sido distribuídos entre diversas povoações (Charniche, S. Pedro da Cadeira, etc.), tendo até uma caveira servido a libações aos achadores, com grande escândalo dos povos da região. Intimou S. Ex.^a os detentores a que aparecessem imediatamente na Administração, e obrigou-os a entregar os achados.

É necessário, antes de mais nada, dizer que o digno administrador era um curioso de assuntos arqueológicos, e que já um ano an-

tes salvava em Castendo (Beira Alta) umas antas, de depredações. Percebendo que se tratava agora de despojos de alguma gruta ou monumento congénere, visitou o local e arrecadou objectos de metal, barro e pedra que junto às ossadas tinham aparecido, avisando de tudo o Ex.^{mo} Director do Museu Etnológico, e convidando-o a examinar o local.

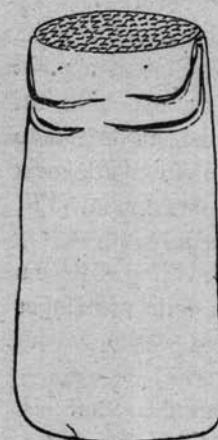


Fig. 1

No passeio que por esse motivo eu dei, acompanhando o Sr. Dr. Leite de Vasconcelos à serra das Mutelas, encontrou S. Ex.^a uma ponta de seta, de cobre, perfeita, eu, uma faca pequena, de silex, muito bem retocada, e conseguimos adquirir, ainda do espólio, uma longa raspadeira de silex e uma continha de ribeirite, uma malga grande, partida mas completa, e um pequeno cilindro de calcáreo, com riscos (fig. 1); isto além de trazermos para Lisboa os objectos reunidos pelo Sr. administrador, e que constavam de:

Uma ponta de seta de cobre, grande, dobrada.

Uma malga de barro, com parte do bordo quebrado.

Um vazinho ovóide, de barro, quebrado.

7 cilindros de calcáreo, de dimensões diversas.

Um crânio braquicefálico, sem maxilares.

Vários ossos longos.

Fragmentos de cerâmica grosseira.

Tudo isto fôra encontrado junto a numerosas malgas de barro negro, escaqueiradas na *exploração* que os cabouqueiros fizeram à toa, depois do encontro dos primeiros ossos.

Sinais de monumento, no lugar do achado, não apareciam; tudo fôra aterrado e coberto de pedras. Atendendo porêm ao espólio, resolveu o Sr. Dr. Leite de Vasconcelos realizar uma pesquisa completa, escolhendo-me para dirigir tal trabalho.

Em consequência disso, voltei a Torres passado tempo, e fui-me alojar na Quinta de Charniche, propriedade do Sr. F. Belford, que amavelmente, e a pedido da Direcção do Museu, me cedera a sua casa para o tempo que durasse a exploração arqueológica que se ia fazer.

Cheguei à Quinta ao meio-dia de 3 de Julho, preparando nesse mesmo dia as cousas para a escavação, que logo na manhã seguinte começou pelo desatérro do local. Nessa faina se levou o dia todo, pois que haviam feito do próprio recinto do monumento preistórico o cais de embarque da pedra, estando portanto o terreno duro e compacto como se tivesse sido batido a maço. Nada se encontrou.

Pelas explicações dos cabouqueiros, e pelo género dos achados anteriores, adquirira eu a convicção de que me encontrava em frente de um monumento do período calcolítico, talvez do tipo dos de Fôlha de Barradas e Barro. Comecei a confirmar-me nessa ideia quando no dia 4, a 1^m,50 abaixo do nível actual do solo, apareceram, ao poente, duas pedras de conglomerados, postas de cutelo, a par uma da outra. Pela posição pareciam fazer parte de um círculo.

Entre essas pedras e a presumível entrada do monumento encontrei, encostada ao antigo traçado circular, uma caveira grande, virada ao alto, sobre um monte de ossos cruzados a 0^m,30 do solo virgem, e logo a seguir mais três montinhos de ossos subrepujados por maxilares inferiores; claramente se via que as caveiras tinham sido tiradas na primeira exploração, e que o resto escapara ao vandalismo dos saloios. A disposição dos ossos indicava a linha periférica do monumento, que devia pertencer à mesma família dos *tholoi* da Ásia Menor, Balkans e Grécia, e dos túmulos *a forno* da Itália.

O aspecto dos montes de ossos dava logo a conhecer que não se tratava de restos de cadáveres sepultados de cócoras, mas sim de despojos que, para darem lugar a novas inumações, tinham sido removidos para a periferia, de modo que ocupassem pouco espaço. Isto mesmo sucedeu sempre, tanto nas sepulturas neolíticas (Monte-Abrão), como nas cristãs (Outeiro da Pampilhosa do Botão), etc.

Perto da primeira caveira, em diagonal com ela, encontrou-se um

cilindro de calcáreo, curto e barrigudo, e junto de um dos montinhos de ossos, outro, pequenino, que lembra um barril.

Parece que junto da cabeça de cada um dos sepultados era colocado um destes cilindros, rudimentarissimos ídolos antropomórficos semelhantes aos que com tanta freqüência se têm encontrado no sul da Espanha, e até em Portugal¹.

No entulho, sem lugar determinado, encontrou-se também uma bela faca de silex, irregular, e perto, um objecto de calcáreo cómico alongado, que representa um machado votivo igual aos que se acharam no dólmen do Monte Abrão, nas grutas de Cascais e de Palmela, etc.

No dia seguinte, 5, continuaram a aparecer caveiras em volta das antigas paredes do *tholos*, a poente e a sul (fig. 2): estavam juntas,

às duas e até às quatro, sobre os ossos em monte, numa camada de calcáreo pulverizado e gordo, duro e como que areento, bem distinto do resto do terreno. Misturadas com os ossos, muitos pedaços de malguinhas, dificilmente extraídas da camada, porque a humidade do lugar as conservava tam pouco homogéneas na pasta, que rara era a que se salvava. Dos ossos posso dizer o mesmo.

Apesar de tudo, ainda consegui aproveitar duas que se achavam a 0^m,50 do terreno virgem, viradas de boca para o alto, entre caveiras. O remeximento arcaico era nesse ponto mais visível do que em qualquer outro.

De tarde um dos trabalhadores encontrou uma bela ponta de seta, de cobre, do tipo de fôlha de loureiro, novinha em fôlha, como se cos-

¹ Interessado pela nova aparição de cilindros no monumento funerário da Serra das Mutelas, comecei procurando nas publicações arqueológicas e nas colecções portuguesas tudo quanto se referisse a objectos congêneres. As referências escritas foram poucas, relativamente, mas os exemplares são numerosos e a meu ver fornecem dados novos à nossa arqueologia. Até hoje tomei nota de terem sido encontrados tais cilindros nas grutas naturais de Cascais, Cesareda, Carvalhal e Licea; nas grutas artificiais de Palmela e Folha das Barradas; nas antas do Mountabão e Estria; nos monumentos circulares, *tholoi*, de Alcalar, Barro, Serra das Mutelas e S. Martinho de Sintra; nos castros de Pragança, S. Mamede de Óbidos e Rotura. Avulsos, há ainda dois de Moncarapacho (Algarve) e um de procedência desconhecida que está na Biblioteca de Évora.

Do estudo comparado dos espólios onde os cilindros têm aparecido, com as conclusões que de tal facto se podem tirar para a cronologia prehistórica, é minha intenção apresentar as primícias no próximo Congresso Arqueológico de 1915, em Espanha.

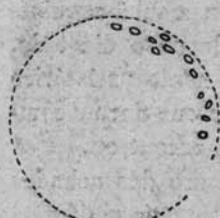


Fig. 2

tuma dizer (fig. 3). Era a terceira, contando com a recolhida pelo administrador e com a achada pelo Sr. Dr. Leite de Vasconcelos, ambas igualmente novas.

Parte do monumento ficou limpo até o solo virgem (salão); esse solo é constituído pela superfície rugosa de um banco de calcáreo, cortado de fendas estreitas e profundas.

No dia 6 continuou o trabalho de descobrimento, ficando completamente limpo todo o âmbito da camara. Aí se pôde então ver claramente o traçado circular da sepultura, e como do seu revestimento de lajes apenas restavam cinco pedras, três de conglomerados e duas de calcáreo, estando duas juntas a ocidente, e uma a cada um dos outros pontos cardinais (fig. 4). De uma das fendas em que o solo se achava retalhado extraiu-se uma espécie de ponta de lança de pedra, de grandes dimensões, em forma de triângulo isósceles, que é muito natural tivesse sido usada encabada como machado¹, para ferir de talhe, e não para perfurar (fig. 5).

O diâmetro do círculo sepulcral era de 3 metros.

Durante a tarde aterrou-se o lugar da escavação e repôs-se tudo no estado anterior.

*

E este o resultado da exploração. Informações dos achadores e violadores do monumento lançaram mais um pouco de luz sobre a disposição em que os objectos se encontravam. Assim, numa entrada que, diziam, o *tholos* possuía, havia três montinhos de ossos como os que descobri no interior; a seguir a essa entrada, deposto à flor da terra, estava um esqueleto deitado (a ele pertence a caveira

Fig. 3



¹ Em fins de 1912 visitou o Museu Etnológico, o distinto conservador do Museu Rial de Berlim, o Dr. Hubert Schmidt, que se tem notabilizado pelos seus trabalhos sobre cronologia prehistórica. Acompanhei-o na sua visita e entre os objectos recém-colhidos na serra das Mutelas chamou a sua atenção a larga ponta de silex a que me refiro; classificou-a como arma que devia ser encabada à maneira de machado e explicou como ela entrava na categoria de outras armas

braquicefálica primeiro trazida) no meio de dois outros mais pequenos (também para o Museu veio um pedaço de crânio de um dêles) e ao pé

um vaso de barro vermelho, com riscos (forma de tulipa, ou *bichiere à campana*) parte do qual veiu igualmente para o Museu (fig. 6). Do mesmo modo, perto da entrada, mas enterradas, havia numerosíssimas malgas de barro negro, que foram distribuídas por todos os saloios das vizinhanças. Cobria a câmara uma grande pedra prolongada da pedreira, a qual pelo seu feitio de abrigo levou decerto os prehistóricos a aproveitá-la para instalar debaixo uma câmara sepulcral.

Faço entrar este monumento sepulcral na categoria dos *tholoi*, por causa do seu traçado circular, embora ele não tenha sido abobadado artificialmente.



Fig. 5

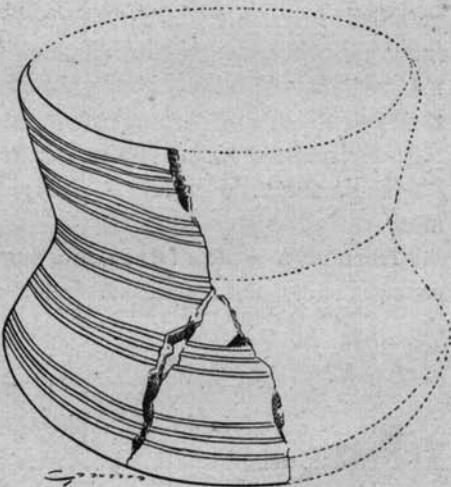


Fig. 6

O caso especial de terem aproveitado para o cobrir, mais seguramente decerto do que o poderia fazer qualquer processo humano, uma fólya do banco calcáreo, não pode levar-nos a considerá-lo como

prehistóricas portuguesas utilizadas da mesma forma. Acrescentou que trataria do assunto brevemente. Com efeito numa publicação dada à estampa em Stockholm 1913. —Opuscula Archaeologica. Oscari Montélio dictata — saiu o anunciado trabalho *Der Dolchstab in Spanien* com muitas referências à archeologia portuguesa. A pág. 76, na fig. 7, vem representada duma maneira bem clara uma ponta de silex, do dolmen do Montabrand, com o respectivo cabo.

gruta. Tudo demonstra que no vão natural existente, foi convenientemente preparada uma sepultura igual no plano e construção, a outras da mesma região (Barro e S. Martinho de Sintra).

Ainda segundo as informações, a câmara não devia chegar a ter 2 metros de altura.

Em outro lugar estudarei minuciosamente todos os objectos encontrados, comparando-os com os congêneres de Portugal e de fora.

VERGÍLIO CORREIA.

APÊNDICE

Correspondência oficial a respeito do monumento preistórico da Serra das Mutelas

Em 18 de Junho de 1912 o administrador do concelho de Tôrres Vedras enviou ao Ex.^{mo} Director do Museu Etnológico um largo ofício historiando como tivera notícia do descobrimento casual de um monumento preistórico da Serra das Mutelas, e como conseguira salvar certa porção dos objectos aparecidos, convidando-o ao mesmo tempo a fazer uma exploração no local.

A propósito deste ofício enviou o mesmo Ex.^{mo} Director do Museu os que se seguem.

I

Ofício enviado ao Ex.^{mo} Sr. Administrador do Concelho de Tôrres Vedras

É com toda a satisfação que notifico a V. Ex.^a a recepção do seu ofício de 18 do corrente, não só por ter aparecido no Concelho de Tôrres Vedras mais um monumento preistórico, mas por eu ver que à autoridade administrativa élé merece toda a consideração científica que devia merecer. E dou a V. Ex.^a os meus agradecimentos. Em vista do expôsto por V. Ex.^a, tenho a honra de o informar de que no próximo domingo me apresentarei a V. Ex.^a na administração, de manhã, logo depois da chegada do comboio das 10, em que eu irei, e que, se V. Ex.^a me quiser dar o gôsto de me acompanhar, iremos ambos ao local da Gruta.

Saúde e Fraternidade.—Belém, 21 de Junho de 1912.—(a) J. L. V.

II

Ofício enviado ao Sr. Director Geral da Instrução Superior

Tenho a honra de participar a V. Ex.^a que ontem fui a Tôrres Vedras visitar uma estação preistórica, a convite do ilustre administrador do concelho, o Sr. Carlos Marinho da Cruz, que a descobriu.

O mesmo senhor não só me ofereceu uma bonita colecção de objectos arqueológicos (cilindros de calcáreo, alguns dos quais, pelo menos, suponho serem ídolos do período calcolítico, vasos de barro, uma seta de cobre, um machado simbólico de pedra, um crânio humano e vários ossos avulsos, mas acompanhou-me ao local da estação, facultando-me lá e pelo caminho o ensejo de obter outros objectos igualmente importantes. Se V. Ex.^a se dignasse enviar desde já à referida autoridade um ofício com elogios pelo modo como se houve em promover a salvaguarda de preciosidades arqueológicas que doutro modo se perderiam, e com agradecimentos por elas terem enriquecido o Museu a meu cargo — eu muito o estimaria, e isso peço instantemente a V. Ex.^a.

Saúde e Fraternidade.—Belém, 27 de Junho de 1912.—(a) J. L. V.

III

Ofício enviado ao Sr. Governador Civil do Distrito de Lisboa

Havendo aparecido ao pé de Tôrres Vedras uma estação arqueológica bastante importante, o respectivo administrador do concelho deu-me logo parte disso, em virtude do que fui lá, e em companhia do mesmo senhor não só visitei a estação, mas obtive valiosos objectos para o Museu a meu cargo.

Suponho que será agradável a V. Ex.^a saber que tem a este respeito em Tôrres Vedras um delegado tam zeloso e benemérito: e portanto escrevo a V. Ex.^a o presente ofício.

Saúde e Fraternidade.—Museu Etnológico, em Belém, 29 de Junho de 1912.—(a) J. L. V.

Inventário das moedas portuguesas da Biblioteca Nacional de Lisboa expostas no Gabinete Numismático

As moedas portuguesas expostas no Gabinete Numismático da Biblioteca Nacional de Lisboa classifiquei-as do seguinte modo, quando, na qualidade de Conservador, lugar de que pedi a exoneração em 1911, exercei as funções de Professor do Curso de Bibliotecário Arquivista, e tive a meu cargo aquele Gabinete:

- I. *Moedas do continente;*
- II. *Moedas das Ilhas adjacentes;*
- III. *Moedas de S. Tomé & Príncipe e Moçambique;*
- IV. *Moedas da África Ocidental;*

- V. *Moedas da África Oriental*;
 VI. *Moedas da Índia*;
 VII. *Moedas do Brasil*.

O capítulo I foi publicado no *Boletim das Bibliotecas e Archivos Nacionais*, 9.º ano (1910), Coimbra 1911, pp. 408-443, e d'ele se fez separata (opúsculo de 38 páginas, Coimbra 1911); os restantes capítulos são-no agora n.º *O Archeologo Português*.

Adopto aqui abreviaturas iguais às que primeiro adoptei; isto é:

a) Quanto às substâncias de que são feitas as moedas:

AE = <i>aes</i> ;	B = bolhão (bilhão);
AR = <i>argentum</i> ;	BR = bronze;
AV = <i>aurum</i> ;	C = calaim;
Pb = <i>plumbum</i> ;	N = níquel

b) Quanto aos autores citados:

A. = Teixeira de Aragão, <i>Descripção das moedas de Portugal</i> , 3 vols., 1875-1880;
LF. = Lopes Fernandes, <i>Moedas correntes em Portugal</i> , 1856;
M. = Meili, <i>Das brasilianische Geldwesen</i> , 1897.

c) Outras abreviaturas:

anv. = anverso;
rev. = reverso;
ex. = exemplar.

I

Moedas do Continente

D. Afonso I a D. Manoel II

1 a 858 Para não repetir o que já está, como disse, publicado no *Boletim das Bibliotecas e Archivos*, remeto para lá o leitor, e contento-me agora com dizer que o cap. I do *Inventário* consta de 32 parágrafos, em que se enumeram moedas dos reis de Portugal, desde D. Afonso Henriques até D. Manoel II: ao todo 858 moedas.

II

Moedas das Ilhas Adjacentes

D. José

859 a 861 Três exs. dos <i>dez réis</i> de 1750 (A., n.º 16).....	AE
862 Um ex. dos <i>cinco réis</i> de 1750, e dois dos de 1751 (A., n.º 17).....	AE

D. Maria I

863 e 864	Dois exs. dos <i>três tostões</i> de 1794 (cf. A., n.º 35)	AR
865 e 866	Dois exs. dos <i>150 réis</i> de 1795 (A., n.º 36)	AR
867	Um ex. dos <i>75 réis</i> de 1794 (A., n.º 37)	AR
868 e 869	Dois exs. do <i>vintem</i> de 1795 (A., n.º 38)	AE
870	Um ex. dos <i>dez réis</i> de 1795 (A., n.º 39)	AE
871 e 872	Dois exs. dos <i>cinco réis</i> de 1795 (cf. A., n.º 40)	AE

D. Maria II

a) segundo os tipos das de D. Maria I (cf. A., II, 178):

873	Um ex. do <i>vintem</i> , 1843 (A., n.º 31)	AE
874 e 875	Dois exs. dos <i>dez réis</i> , 1843 (A., n.º 32)	AE
876 e 877	Dois exs. dos <i>cinco réis</i> , 1843 (A., n.º 33)	AE

(Da Madeira)

b) Segundo os novos tipos (*pecunia Madeirensis*):

878	Um ex. dos <i>dez réis</i> , 1852 (A., n.º 35)	AE
-----	--	----

D. Luís

879 a 881	Três exs. do <i>vintem</i> , sendo dois de 1865, e um de 1866 (cf. A., n.º 17)	AE
882 e 883	Dois exs. dos <i>dez réis</i> , 1865 (A., n.º 18)	AE
884	Um ex. dos <i>cinco réis</i> , 1866 (cf. A., n.º 19)	AE

D. Carlos

885	Um ex. dos <i>dez réis</i> , 1901	AE
886	Um ex. dos <i>cinco réis</i> , 1901	AE

III

Moedas de S. Tomé & Príncipe, e Moçambique

Moedas lavradas no Brasil em 1813 para estas colónias por D. João (VI), como Príncipe Regente (LF., p. 293), com a marca «R»:

887	Um ex. dos <i>80 réis</i>	AE
888	Um ex. dos <i>40 réis</i>	AE
889	Um ex. dos <i>20 réis</i>	AE

Moedas lavradas pelo mesmo, como Rei, em 1820 e 1825 (cf. Meili, est. LIII):

890	Um ex. dos <i>40 réis</i> (cf. LF., p. 304), 1820	AE
891	Um ex. dos <i>40 réis</i> de 1825	AE

IV

Moedas da África Ocidental

D. José

892	Um ex. das <i>doze macutas</i> , 1763 (LF., p. 267).....	AR
893	Um ex. das <i>dez macutas</i> , 1770 (LF., p. 267).....	AR
894	Um ex. das <i>oito macutas</i> , 1770 (cf. LF., p. 268)...	AR
895 e 896	Dois exs. das <i>seis macutas</i> , 1770 (cf. LF., p. 268)..	AR
897 e 898	Dois exs. das <i>quatro macutas</i> , 1763 (cf. LF., p. 268)	AR
899	Um ex. das <i>duas macutas</i> , 1762 (LF., p. 269).....	AR
900	Outro ex., de 1763, furado	AR
901	Um ex. da <i>macuta</i> , 1763 (cf. LF., p. 269)	AE
902	Outro ex. com contramarca (para lhe dobrar o valor, LF., p. 270). Comprada em 21-XI-1901.....	AE
903 e 904	Dois exs. da <i>meia-macuta</i> , 1763 (cf. LF., p. 270) ..	AE
905	Um ex. da <i>meia-macuta</i> , 1770 (contramarcado, para lhe duplicar o valor, LF., p. 270)	AE
906	Um ex. da <i>equipaga</i> ou $\frac{1}{4}$ de <i>macuta</i> , 1762 (cf. LF., p. 270).....	AE
907	Outro ex., da mesma data, contramarcado.....	AE
908	Um ex. de 1763.....	AE
909 e 910	Dois exs. de 1770.....	AE
911	Um ex. de 1785.....	AE
912	Outro ex. contramarcado	AE
913 e 914	Dois exs. dos <i>cinco réis</i> de 1770, ou <i>pano</i> (LF., p. 271).....	AE

D. Maria I & D. Pedro III

915	Um ex. das <i>doze macutas</i> , 1783 (LF., p. 276)	AR
916	Um ex. das <i>dez macutas</i> , 1783	AR
917	Um ex. das <i>seis macutas</i> , 1784.....	AR
918	Um ex. das <i>quatro macutas</i> , 1784.....	AR
919	Um ex. das <i>duas macutas</i> , 1783	AR
920 e 921	Dois da <i>macuta</i> , 1785, sendo um contramarcado....	AE
922	Um ex. da <i>equipaga</i> , 1785	AE

D. Maria I, viúva

923	Um ex. das <i>dez macutas</i> , 1796	AR
924	Um ex. das <i>oito macutas</i> , 1789.....	AR

925 e 926	Dois exs. das <i>seis macutas</i> , 1796.....	AR
927	Um ex. das <i>quatro macutas</i> , 1796.....	AR
928 e 929	Dois exs. das <i>duas macutas</i> , 1796.....	AR
930	Um ex. da <i>macuta</i> , 1789	AE
931	Outro ex., contramarcado.....	AE
932	Um ex. da <i>meia-macuta</i> (um tanto safado no rev.), contramarcado, 1789.....	AE

D. João VI, P. Regens

933	Um ex. da <i>macuta</i> , 1814 (LF., p. 292)	AE
934	Um ex. da <i>meia-macuta</i> , 1814, furado (LF., p. 292)	AE
935	Um ex. da <i>equipaga</i> , 1814 (LF., p. 292).....	AE

D. Maria II

936	Um ex. da <i>meia-macuta</i> , 1851.....	AE
937	Outro ex., de 1853	AE

D. Pedro V

938	Um ex. da <i>macuta</i> , 1860	AE
939 e 940	Dois exs. da <i>meia-macuta</i> , 1860	AE

V

Moedas da África Oriental

D. João V

941	Um ex. dos <i>trinta réis</i> (A., vol. III, est. XIII, n.º 4; vid. p. 431)	AE
-----	--	----

D. José

942	Um ex. do <i>cruzado</i> (A., est. cit., n.º 5; vid. p. 434)	AR
943	Um ex. do <i>meio-cruzado</i> (A., vol. cit., est. XIV, n.º 6)	AR

D. Maria II

944 e 945	Dois exs. da <i>barrinha d'ouro</i> de Moçambique (A., vol. III, est. XIV, n.º 1; vid. p. 442).....	AV
946	Um ex. da <i>pataca</i> (barrinha de prata) de Moçambique (1843), como em A., n.º 4; e vid. pp. 445-446..	AR
947	Um ex. dos <i>quarenta réis</i> , 1840 (A., n.º 6).....	AE

- 948 e 949 Dois exs. dos *dois réis*, 1853 (A., n.º 8) AE
 950 e 951 Dois exs. do *real*, 1853 (A., n.º 9) AE

-
- 952 Um ex. da *teresinha*, de 1780, com o carimbo «P M»
 = P(rovíncia) (de) M(oçambique) AR
 953 Um ex. da *rupia* da India Britânica, de 1887, com
 o carimbo «P M» = P(rovíncia) (de) M(oçam-
 bique)¹ AR

VI

Moedas da Índia²

D. Manuel

- 954 Um exemplar da *meia-esfera* (A., III, est. I, n.º 1) .. AV

D. João III

- 955 Um ex. do *santomé* (A., n.º 6) AV
 956 Outro ex., que difere do antecedente, em não estarem
 ladeadas de pontos as armas, no anv. AV

D. Pedro II

- 957 Um ex. do *xeralfim* de Goa, de 1684 (cf. A., III,
 est. II, n.º 1) AR
 958 Um ex. do *meio-xeralfim* do mesmo tipo, Goa, 16..4
 (cf. A., est. II, n.º 3). Parece estar contramarcado AR
 959 Um ex. do *xeralfim* de Dio, já figurado por Aragão,
 est. II, n.º 5; cf. o que ele diz a p. 263³ AR

¹ Cf. Schulman, Catálogo da coleção de Cyro de Carvalho, n.º 1:306.

² Para a elaboração do capítulo VI do meu Inventário pede a lialdade que eu diga que me socorri de uma relação manuscrita que o falecido M. J. de Campos, que era especialista do assunto, fez de *motu proprio*, e por meu acôrdo, das moedas indo-portuguesas da Biblioteca, em 2 de Dezembro de 1899,— relação que ele me ofereceu.

³ M. J. de Campos, *Numismática indo-portuguesa*, Lisboa 1900, pp. 75 e 218, também se refere a esta moeda, mas equivoca-se, dando-lhe o peso de 432 grãos ou 21^{gr},75, e chamando-lhe por isso *xeralfim dobrado*. Ela pesa, não 21^{gr},75, mas uns 11^{gr},625, o que corresponde com leve diferença aos 232 grãos que lhe atribue Aragão. O equívoco de Campos resultou de ter tomado o 2 inicial de 232 por 4.

- 960 Um ex. dos *cinco bazarucos* de Goa (A., est. II, n.º 8; mas no nosso exemplar as letras que ladeiam as armas estão quase imperceptíveis)..... C

D. João V

- 961 Um ex. dos *sete bazarucos e meio* de 1772, (A., est. III, n.º 11)..... C
- 962 Um ex. dos *dez bazarucos*, com a data de [1]722 meio sumida (cf. A., est. III, n.º 13)..... C
- 963 Um ex. dos *cinco bazarucos*, com cruz de calvário, entre uma estréla e um S (= 5), sem data; o rev. apagado (cf. A., est. III, n.º 12)..... C
- 964 Um ex. dos *cinco bazarucos*, com cruz de calvário, entre uma estréla e um S, como o antecedente, mas com a data de 1723 (creio que é esta e não 1722), módulo menor, e o rev. visível C
- 965 Um ex. da mesma família dos *bazarucos*, mas com o rev. imperceptível; no anv. vê-se uma cruz de calvário. Módulo menor que o antecedente. *Dois bazarucos e meio?* C
- 966 Outro ex. da mesma família: no rev. só se percebe uma curva; no anv. há «I Š» = J(oão) 5.º, com «74» entre estas duas abreviaturas; por cima de «74» vê-se uma estréla, e por baixo «G G».... C
- 967 Um ex. da *meia-tanga*, de palmas («30»), com a data imperceptível (cf. A., est. II, n.º 8)..... AR
- 968 Um ex. da *tanga coroada* («60»), com a data ilegível em parte (cf. A., est. II, n.º 5)..... AR
- 969 Um ex. dos *vinte bazarucos* de Dio, de 1748. As armas do rev. estão entre D e I, que significa *D(i)o* (cf. A., est. III, n.º 23)..... C

D. José

- 970 Um ex. dos «30 r(eis)» de 1774 (A., est. IV, n.º 26) AE
- 971 Um ex. dos *doze réis* de 1768 (cf. A., n.º 29)..... AE
- 972 Outro ex. da mesma moeda, com a data apagada... AE
- 973 Um ex. dos *quinze bazarucos* de Goa, de 1760 (A., n.º 31)..... C

974	Um ex. dos <i>cinco bazarucos</i> (no rev. lê-se com dificuldade «5—1760» em duas linhas) (A., est. v, n.º 33).....	C
975	Um ex. dos <i>quinze bazarucos</i> de Goa, de 1769 (cf. A., est. iv, n.º 31).....	C
976	Um ex. dos <i>vinte bazarucos</i> de Dio, de 1777 (cf. A., est. v, n.º 44)	C

*

As três seguintes moedas, por não terem data, são por M. J. de Campos, *Numismática indo-portuguesa*, pp. 117-119, atribuídas ao ano de 1786 (reinado de D. Maria I), visto que os pesos dos exemplares d'estes tipos se diferenciam dos que conhecemos do reinado de D. José; todavia, como o documento que se refere à emissão do cobre em 1786 não especifica o peso das tangas¹, ficamos sempre em dúvida, tanto mais que a forma do escudo das moedas de que estou falando é igual ao de outras do de D. José, datadas.

977	Um ex. da <i>tanga</i> , sem data como o que vem figurado na est. iv, n.º 22, de Aragão.....	AE
978	Um ex. da <i>meia-tanga</i> , sem data (A., est. iv, n.º 23)	AE
979	Um ex. dos <i>vinte réis</i> , sem data (A., est. iv, n.º 14)	AE

D. Maria I

980	Um ex. do <i>pardao</i> de 178... Goa, com os bustos de D. Maria & D. Pedro III conjugados (cf. A., est. vi, n.º 8)	AR
981 e 982	Dois exs. dos <i>150 réis</i> de 1782, Goa, com os bustos conjugados (A., est. vi, n.º 9).....	AR
983 a 986	Quatro exs. dos <i>vinte bazarucos</i> de Dio, de 1799 (um), 1800 (dois), e 1801 (um) (A., est. vii, n.º 32)...	C
987	Um ex. da <i>rupia</i> de 1792 (A., est. vi, n.º 12).....	AR
988	Um ex. do <i>pardao</i> de 1802, var. do n.º 16 da est. vi de Aragão	AR
989	Um ex. dos <i>vinte réis</i> (A., est. vii, n.º 25)	AE
990	Um ex. dos <i>seis réis</i> (A., est. vii, n.º 27)	AE
991	Um ex. dos <i>trezentos réis</i> de Diu, de 1806 (A., est. viii, n.º 32)	AR

¹ Cf. Aragão, III, 588, doc. n.º 130.

D. João

Como príncipe regente

- 992 Um ex. dos *quinze réis* de Goa (A., est. VII, n.º 9) AE
 993 Um ex. dos *doze réis* de Goa (A., est. VIII, n.º 10) AE

Como rei

- 994 Um ex. dos *quinze réis* de Diu (A., est. IX, n.º 36) AE
 995 Um ex. do *pardao* de 1825 (var. do n.º 18 da est. VIII
 de A.)..... AR
 996 Um ex. dos *dez réis* (A., est. VIII, n.º 25) AE
 997 e 998 Dois exs. dos *nove réis* (A., est. VIII, n.º 26)..... AE
 999 Um ex. dos *seis réis* (A., est. VIII, n.º 28)..... AE
 1000 Um ex. dos *quatro réis e meio* (A., est. VIII, n.º 29) AE

D. Pedro IV

- 1001 e 1002 Dois exs. do *pardao*, sem data (inédito)..... AR

D. Miguel

- 1003 Um ex. da *tanga* (A., est. IX, n.º 3)..... AE
 1004 a 1006 Três ex. da *meia-tanga* (A., est. IX, n.º 5)..... AE
 1007 Um ex. dos *trinta réis* de D. Maria I com APT
 (recunhamento de 1831) AE
 1008 Um ex. da *rupia* de 1833 (A., est. IX, n.º 1) AR

D. Maria II¹

- 1009 Um ex. da *rupia*, «600 réis», de 1834 (A., est. IX,
 n.º 6)²..... AR
 1010 Um ex. do *xeralfim*, «300 réis», de 1834 (A., est. IX,
 n.º 7)³..... AR
 1011 Um ex., do *meio-xeralfim*, «150 réis», de 1834 (A.,
 est. X, n.º 9)⁴..... AR

¹ Por causa da data de «1834» incluo neste reinado as moedas n.º 1010-1011, que Teixeira de Aragão inclue no reinado de D. Miguel. A rainha foi aclamada em Goa, em 10 de Janeiro de 1834 (Aragão, III, 364). Campos, como digo adiante em notas, também as inclui no reinado de D. Maria II.

² Cf. M. J. de Campos, *Numismática indo-portuguesa*, Lisboa 1901, p. 186, n.º 438.

³ Cf. M. J. de Campos, *Numismática indo-portuguesa*, p. 186, n.º 439 (que porém se refere à est. X, de Aragão, por equívoco: é est. IX).

⁴ Cf. M. J. de Campos, *ob. cit.*, p. 186, n.º 440.

1012	Um ex. dos <i>sessenta réis</i> de 1834 (A., est. x, n.º 11).....	AE
1013	Um ex. dos <i>trinta réis</i> de 1834 (A., est. x, n.º 12).....	AE
1014	Um ex. dos <i>dez réis</i> de 1834 (A., est. x, n.º 13).....	AE
1015	Um ex. dos <i>cinco réis</i> de 1834 (A., est. x, n.º 14).....	AE
1016	Um ex. dos <i>três réis</i> de 1834 (A., est. x, n.º 15).....	AE
1017	Um ex. dos <i>quinze réis</i> , sem data (A., est. xi, n.º 11).....	AE
1018	Um ex. dos <i>dez réis</i> de 1845 (A., est. xi, n.º 16).....	AE
1019	Um ex. dos <i>sete réis e meio</i> de 1845 (A., est. xi, n.º 17).....	AE
1020	Um ex. dos <i>quatro réis e meio</i> de 1845 (A., est. xi, n.º 19).....	AE
1021	Um ex. do <i>meio-pardau</i> de 1846 (A., est. x, n.º 6).....	AR
1022	Um ex. da <i>rupia</i> de 1848 (A., est. x, n.º 4).....	AR
1023	Um ex. dos <i>seis réis</i> de 1848 (A., est. xi, n.º 18).....	AE
1024	Um ex. da <i>rupia</i> de 1850 (A., est. x, n.º 7).....	AR

D. Luís I

1025	Um ex. da <i>tanga</i> , «60 réis», de 1871 (A., est. xii, n.º 4).....	AE
1026 e 1027	Dois exs. da <i>meia-tanga</i> , «30 réis», de 1871 (A., est. xii, n.º 5).....	AE
1028 a 1030	Três exs. dos <i>dez réis</i> de 1871 (A., est. xii, n.º 7).....	AE
1031	Um ex. dos <i>cinco réis</i> de 1871 (A., est. xii, n.º 8).....	AE
1032	Um ex. dos <i>três réis</i> de 1871 (A., est. xii, n.º 9).....	AE
1033	Um ex. da <i>rupia</i> de 1881 ¹	AR
1034	Um ex. da <i>meia-rupia</i> de 1881.....	AR
1035	Um ex. do <i>quarto de rupia</i> de 1881.....	AR
1036	Um ex. do <i>oitavo de rupia</i> de 1881.....	AR
1037	Um ex. da <i>rupia</i> de 1882 (entrado no Gabinete em Abril de 1911).....	AR
1038	Um ex. da <i>meia-rupia</i> de 1882.....	AR
1039	Um ex. do <i>oitavo de tanga</i> de 1881.....	AE

D. Carlos

1040	Um ex. da <i>rupia</i> de 1903.....	AR
------	-------------------------------------	----

¹ Acêrca das moedas n.º 1033 a 1049, cf. M. J. de Campos, *Numismática indo-portuguesa*, pp. 211-212.—O volume em que Aragão trata da Índia é anterior às datas expressas nestas moedas.

VII

Moedas do Brasil

Como colónia portuguesa

D. Pedro II

a) Lavradas na Baia (1695 a 1698). Cf. Meili, est. II e III:

1041	Um ex. dos 160 réis.....	AR
1042	Um ex. dos 80 réis (furado).....	AR
1043	Um ex. dos 40 réis.....	AR
1044	Outro ex. (furado).....	AR
1045	Outro ex. que difere no tamanho da coroa	AR

b) Lavradas no Rio (1699-1700). Cf. Meili, est. IV:

1046	Um ex. dos 4\$000 réis, 1699	AV
1047	Um ex. dos 2\$000 réis, 1699	AV
1048	Um ex. dos 1\$000 réis, 1700.....	AV
1049	Um ex. dos 640 réis, 1699.....	AR
1050	Um ex. dos 320 réis, 1699.....	AR
1051	Um ex. dos 160 réis, 1699.....	AR

c) Lavradas em Pernambuco: Meili, est. V:

1052	Um ex. de 640 réis, 1701	AR
------	--------------------------------	----

d) Cunhadas no Pôrto, mas destinadas a Angola, e depois tambem ao Brasil (Meili, p. 35, e est. VI):

1053	Um ex. dos XX réis, 1697.....	AE
1054	Um ex. dos XX réis, 1698, contramarcado	AE
1055 a 1057	Três ex. dos XX réis, 1699.....	AE
1058	Um ex. dos X réis, 1697.....	AE
1059	Um ex. dos V réis, 1695.....	AE

D. João V

N.B. As moedas de ouro que tinham curso ao mesmo tempo no Brasil e em Portugal mencionei-as conjuntamente com as da metrópole.

a) Cunhadas em Lisboa para o Brasil (Meili, I, 72, est. XII):

1060	Um ex. dos XX réis (1729), sem letra monetária. AE
1061	Um ex. da mesma moeda, carimbado (uma de 173...), sem letra monetária..... AE

1062	Um ex. dos <i>X réis</i> (1719), carimbado, sem letra monetária	AE
1063	Um ex. dos <i>X réis</i> (1733), carimbado, sem letra monetária	AE

b) **Cunhadas em Lisboa para Minas Gerais com *ES VSIBVS APTIVS AVRO*** (Meili, I, 73, est. xii; cf. Sousa Lobo, no *Catálogo* da sua coleção numismática, Rio de Janeiro 1908, p. 29):

1064	Um ex. de <i>XL réis</i> (1722), sem letra monetária	AE
1065	Um ex. de <i>XX réis</i> (1722), idem	AE

c) **Cunhadas no Rio** (Meili, est. xiii):

1066	Um ex. dos <i>640 réis</i> (1749), com «R»	AR
1067	Um ex. dos <i>320 réis</i> (1749), idem	AR
1068	Um ex. dos <i>320 réis</i> (1750), idem	AR
1069	Um ex. dos <i>160 réis</i> (1750), idem	AR

D. José

a) **Ouro colonial** (Meili, est. xvi, cf. n.º 13 e 14):

1070	Um ex. dos <i>2\$000 réis</i> de 1773	AV
------	---	----

N.B. As moedas de ouro que ao mesmo tempo corriam no Brasil e em Portugal foram descritas com as da metrópole.

b) **Moedas cunhadas no Rio** (Meili, est. xviii):

1071	Um ex. dos <i>640 réis</i> (1751), com «R»	AR
1072	Um ex. dos <i>320 réis</i> (1753), com «R»	AR

c) **Cunhadas em Lisboa:**

1073	Um ex. dos <i>640 réis</i> (1755), sem letra monetária ¹	AR
1074	Outro ex. dos <i>640 réis</i> (1768), sem letra monetária ²	AR
1075	Um ex. dos <i>320 réis</i> (1768), sem letra monetária ³	AR
1076	Um ex. dos <i>160 réis</i> (1773), sem letra monetária ⁴	AR
1077	Outro ex. furado (a data não se lê toda)	AR

¹ Meili, est. xix, n.º 34.

² Cf. Meili, est. xxi, n.º 49.

³ Cf. Meili, est. xxi, n.º 50.

⁴ Meili, est. xxi, n.º 51.

1078	Um ex. dos <i>80 réis</i> (1768), sem letra monetária ¹ ...	AR
1079	Um ex. dos <i>80 réis</i> (1771), com furo, sem letra monetária	AR
1080	Um ex. dos <i>XL réis</i> (1757), sem letra monetária ²	AE
1081	Um ex. dos <i>XX réis</i> (1774), sem letra monetária ³	AE
1082	Um ex. dos <i>XX réis</i> (1776), carimbado, sem letra monetária ⁴	AE
1083	Um ex. dos <i>X réis</i> (1774), sem marca monetária ⁵	AE
1084	Um ex. dos <i>V réis</i> (1774), sem marca monetária ⁶	AE

d) Cunhada na Baia:

1085	Um ex. dos <i>V réis</i> (1762), com a letra «B» (cf. Meili, est. xviii, n.º 33)	AE
------	--	----

e) Moedas mineiras, isto é, destinadas a Minas Gerais (para a região das minas). Cf. Sousa Lobo, p. 45, e Meili, est. xxiii. — Os nossos exs. foram cunhados no Rio, pelo menos três; no 4.º não se percebe a letra monetária. — Moedas de *J*:

1086	Um ex. dos <i>600 réis</i> de 1758, com a letra «R»...	AR
1087	Um ex. dos <i>600 réis</i> de 1756, carimbado; não se percebe a letra monetária toda.....	AR
1088	Um ex. dos <i>300 réis</i> de 1757, com a letra «R»...	AR
1089	Um ex. dos <i>150 réis</i> de 1754, com a letra «R», e com furo	AR

D. Maria I

N.B. As moedas de ouro que corriam ao mesmo tempo no Brasil e em Portugal vão descritas com as da metrópole.

1) D. Maria I & D. Pedro III (Meili, est. xxvi e xxvii)

1090	Um ex. dos <i>640 réis</i> de 1779.....	AR
1091	Um ex. dos <i>320 réis</i> de 1778.....	AR
1092	Um ex. dos <i>160 réis</i> de 1781	AR
1093	Um ex. dos <i>80 réis</i> de 1781, furado.....	AR

¹ Meili, est. xxi, cf. n.º 52.

² Meili, est. xx, n.º 41.

³ Meili, est. xxi, cf. n.º 54.

⁴ Meili, est. xxi, cf. n.º 55.

⁵ Meili, est. xxi, cf. n.º 56.

⁶ Meili, est. xxi, cf. n.º 56.

1094	Um ex. dos <i>10 réis</i> de 1778	AE
1095	Um ex. dos <i>10 réis</i> de 1785, carimbado.....	AE
1096	Um ex. dos <i>5 réis</i> de 1778.....	AE
	Todas elas cunhadas em Lisboa.	

2) D. Maria I, como viúva

a) Cunhadas em Lisboa (Meili, est. xxix):

1097	Um ex. dos <i>640 réis</i> de 1787.....	AR
1098	Um ex. dos <i>320 réis</i> de 1787.....	AR
1099	Outro ex., de 1797	AR
1100	Um ex. dos <i>160 réis</i> de 1790.....	AR
1101	Um ex. dos <i>80 réis</i> de 1790.....	AR
1102	Um ex. dos <i>XL réis</i> de 1778.....	AE
1103 e 1104	Mais dois exs., de 1790 e 1791, carimbados.....	AE
1105	Um ex. dos <i>XX réis</i> de 1784.....	AE
1106	Outro ex., de 1786, carimbado.....	AE

b) Da casa da moeda da Baía:

1107	Um ex. dos <i>640 réis</i> de 1803 (M., est. xxxi, n.º 26)	AR
------	--	----

D. João VI

1) Como príncipe regente

1108	Um ex. dos <i>4500 réis</i> de 1812 (cf. M., est. xli, 44).....	AV
	Comprei-o em 19 de Dezembro de 1896.	
1109	Um ex. dos <i>960 réis</i> de 1811, com «R».....	AR
1110	Outro ex., de 1813, com «B»	AR
1111	Outro ex., de 1816, com «R»	AR
1112	Outro ex., de 1818, com «B»	AR
1113	Outro ex., de 1808, com «B»	AR
1114	Um ex. de <i>640 réis</i> de 1811, com «R».....	AR
1115	Um ex. dos <i>320 réis</i> de 1812, com «R».....	AR
	Cf. Meili, xxxvii e xli, para todos os exs.	
1116	Um ex. dos <i>XX réis</i> de 1813, com «B».....	AE
1117	Outro ex., de 1816, com «B» e um carimbo (cf. M., est. xlvi)	AE
1118	Um ex. dos <i>X réis</i> de 1805, cunhado em Lisboa (M., est. xxxii, n.º 5).....	AE
1119	Outro ex. dos <i>X réis</i> , com «B», mas a data não é nítida (1810?).....	AE

2) Como rei

1120	Um ex. dos 960 réis de 1818, com «R» (cf. M., LI, 3).....	AR
1121	Outro ex. de 1820, com «B» (M., LIV, 20).....	AR
1122	Outro ex. de 1821, com «R» (cf. M., LI, 3).....	AR
1123	Um ex. dos 640 réis de 1820, com «R» (M., LI, 4) AR	
1124	Um ex. dos 320 réis de 1818, com «R» (cf. M., LI, 5).....	AR
1125	Um ex. dos 160 réis de 1818, (M., LI, 6); o nosso ex. tem um furo.....	AR
1126	Um ex. dos 80 réis de 1818, com «R» (M., LI, 7) AR	
1127	Um ex. dos LXXX réis de 1821, com «B» (M., LV, n.º 26).....	AE
1128 a 1130	Um ex. dos XL réis de 1820, e dois de 1821, todos com «R» (cf. M., LII).....	AE
1131	Um ex. dos XX réis de 1820, com «R» (cf. M., est. LII).....	AE

Fim do Inventário

J. L. DE V.

Inscrições latinas e portuguesas¹

No pórtico do hospital de Castelo Branco [lêem-se] estas sete linhas de capitais romanas:

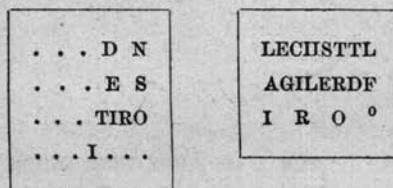
*Rodericvs Rebello : R : Reb : F : Tempore
 Regis Emanuellis : Dvx Goae Inclitae Indorum
 Vrbis : Ex Patrimonio Svo : Testamento Templum Hoc
 Fieri Iussit. Qvo In India Vt Optimo Duce. Vita Fncto In
 Armis : Soror Eivs Maria Rebello : Et Sororis Gener Fernandvs
 Pinna : Pientissimi Heredes : Simvl Et Testamenti Votvm. Et
 Pietatis Opvs Impl. Ann. Nat. Dom. M. V. XIX*

Este V em vez de D = 500 é muito notável. Há ao lado da sé um epítápio episcopal que não pude decifrar completamente. Há na ca-

¹ [São extraídas de uma carta que o Sr. Eduard Spencer Dodgson, escritor inglês, que em tempo viajou no nosso país, escreveu em 1897 ao director do *Archeólogo*. Publicam-se com autorização do autor.—J. L. DE V.]

deia e *tambem* ao lado da casa n.º 115 da Rua de Santa Maria a célebre inscrição de D. João IV que termina com as palavras: *Pietas Lusitana hoc vivo lapide memoriale perenne exarari. ivssit anno Christi M.DC.XL.VI. Imperii svi VI.* Vi-a igualmente em Viseu e noutras cidades.

No pavimento da porta principal da igreja de Santa Maria do Castelo de Alcácer do Sal há dois fragmentos de inscrições, das quais uma ao menos parece romana. As duas lápides hão-de trasladar-se para o Museu Municipal:



IROº inspira dúvidas. Talvez seja do renascimento.

Seria útil tirar uma fotografia da inscrição cúfica do Museu de Alcácer do Sal e desta que se acha sobre o chafariz (e das duas inscrições arábicas e das demais do Museu de Santarém):

SALAT	IA VBRS
IMPER	ATORIA

onde suponho que *vbrs* vale *vrbs Salatia, urbs imperatoria.*

Em Abrantes, sobre a bela porta da igreja da Misericórdia:

1948 GASPAR DINIZ : A : FEZ 1948

em maiúscula romana, com escultura preciosa.

No pavimento da entrada de S.ª Maria do Castelo de Abrantes, onze linhas:

AQVI IAZ D RODRIGO ANNES
 DE SAA ALMEYDA I (sic) MENEZ (es?)
 Iº MARQUEZ DE ABRANTES 3º
 MARQUEZ DE FONTES 7º CON-
 DE DE PENNAGVIÃO GENTIL-
 HOMEM DA CAMARA EMBAY-
 XADOR NAS CORTES DE RO-
 MA E DE MADRID UEDOR DA
 FAZENDA CAUALRº DA JNSIG-
 NE ORDEM DO TUZÃO DE OV-
 RO

No Castelo de Palmela, na igreja da Santiago (pavimento)¹, de 4 linhas:

S^A DE M^{EL} LOBO TEI | XEIRA E DE SVA | MOLHER DONA | IOSE RIBEIRA;

e esta de 6 linhas:

ESTA SEPVLTVRA HIE | (de) IOÃO BRITO DE MELO | E DE SVA MOLHER DONNA | IZABEL DE BARROS COE | LHA E DE SEVS FILHOS | E DESEN-DENTES;

e outra de 9 linhas, com um escudo em que se lê a palavra «ROBVS»:

S.^A DE ALV^O DE CARVALHO CAVALHR^O DA ORDEM | DE S^A OTIAGO E DE M^CICIA ROMBA SVA MO | LHER E DE SEVS HERDEIROS FALECEO ELLE | A XXI DE FEVEREIRO DE MDLXIII. E | ELA A X DE D(EZ)EMBRO DÁ MESMA ERA | A QVAL MANDOV FAZER FR^{CO} RÓBO | DE CARV^O SEV F^O A QVAL SE ACABOV | A II DE N^o DE 1589 ANNOS | PORTA.

e na igreja de Santa Maria, ainda uma outra, de 7 linhas:

SEPVLTURA DE RODRIGO DE ZAM
BRANNA SARGENTO MOR E DE
SVA MOLHER DONA INES E DE
SEV F^O P^O DE ZAMBRANNA FOR
GARDO E DE SVA MOLHER LEANOR
COTA E DE SEV IRMÃO FERNÃO
DE CRAVALHO E DE SEVS HERDEIROS

Há uma, senão duas inscrições, na muralha do Castelo de Sines, por cima de uma torre.

Na sé da Guarda, na muralha de uma capela lateral, abaixo da efígie recumbente de um cônego, cinco linhas, de capitais romanas, das quais o Sr. Prof. Joaquim de Vasconcelos, do Pôrto, fez há alguns anos uma impressão em papel, interpretando de maneira distinta da minha a primeira linha:

DO (parece B == dp ou pd). I. DE. PINA. PROTHONOTARIVS APOSTOLICVS | THESAVRARIVS ECCLESIE EGITANENSIS. ARCHIDI | ACONVS. VISENSIS CANONICVS PORTVGALENSIS | ATQVE REGIS CAPELANVS. EDIFICAVIT: CA | PELLAM. ISTAM: EX FVNDAMENTIS. AD ONOREM DEI

onde se completam as contracções.

No pavimento da igreja há outras de letra romana com exceção de três ou quatro *bb* e *hh*. Há uma inscrição de 1704, a qual fala de Clara de Vasconcelos.

3 linhas:

AQVI IAZ IAM | LOPEZ DE | PINA. F. ANO 1560

9 linhas¹:

S. DE MARIA DE PAZ MO | LHER DE AN | TONIO FRZ | PAZ DE SE | VS ERDEI | ROS. F. A. 16 | DE NOVÉBRO | DE. 1596.

8 linhas:

S. DE ANTº | GOMEZ Fº | DE DIOGO | GOMEZ DES | TA CIDADE | F. A. 18 DA | GOSTO DE | 1597

10 linhas:

S. DE VIOLA | TE GOMEZ | MOLHER | DE FRANCI | SCO GOM | EZ PI-NHEI | RO E DE SE | VS ERDEIR | OS. F. É. NO | VÉBRO D 1587.

7 linhas:

ESTA C | OVA PA | GOV F | ERNÃO | LOPEZ | CHAØNHO | POR SVA
(Não sei que seja Ø).

6 linhas:

S. DANRIQE | DE LISBOA | E SEVS ER | DEIROS. | F. A. 20. DE IV | NHO. 1599

14 linhas²:

S. DISABEL | NVNEZ MOL | HER DANRI | QVE DA FOMSEQVA DE TR | AMCOSO. F. | DE FRº GVO | MEZ DA POR | TA DE RVA | E DE SEVS E | RDEIROS. F. | A. 12 DOVTV | BRO DE 1588.

5 linhas:

A | S D FER | NÃO DA | FONSEQ | VA

9 linhas:

S. A DE MANOE | L DESE QVÉI | RA E DE SEVS | ERDEIROS | NA QL.
IAZ b | RIATIZ PE | SOA. F. A 21 | DABRIL | DE 1579

¹ [Quer dizer oito? Ou está mal dividida a inscrição?]

² [Quer dizer treze ou catorze?]

13 linhas:

S.^ª DE ANT^º CAR | VALHO DA F | ON^{CA} E DE LIA | OR TEIXRA^ª DE
LO | BÃO SVA MOL | HER A QVAL M | ANDOV POR | SEV F^º P^º DE PIN: |
NA E CARVA | LHO CAVALR^º | DA ORDEM DE | S. BENTO AN | NO DE 549.

7 linhas:

S. DE FERNÃO | CARVALHO | E DE SEVS ER | DEIROS. F. | NO PR^º
DA | GOSTO DE | 1.5.9.6

5 linhas¹:

A. | S. | DE IOAM—DA MAIA—F. ERA. DE | 1572.

7 linhas:

AQVI: IAZ | AMDRE: ROZ | bACHREL: E | CONIGVO | FALECEO A 1.6
| DE OVTVBZO (*sic*) ANO | DE 1550

7 linhas:

S.^ª DE FRC^º | RRZ. DES | TA CIDA | DE E DE TO | DOS SEVS | ERDEI-
ROS | . F. A. 1582

7 linhas²:

S. DO CONIGO IOSE (??) DE PAL | VRZ FALE | CEO A 27 | DIAS DE
| MARÇO DE | 1593

Estes quinze epitáfios tem sua importância como documentos do século de Camões. Omiti os dos séculos posteriores.

Em Vila Viçosa, sobre a porta da igreja das Chagas: *Todo. o
mundo. em. | geral. de vos. vir- | gem. esclarecid^a. | diga. fostes cose-
bi- | da. sem Pecado. Ori- | ginal. Escotvs.*

E estes epitáfios, de capitais romanas, no pavimento da igreja dos Agostinhos:

6 linhas:

AQVI. IAZ. O. EX^{MO}. E. R^{MO}. S^R. D. IOÃO
DA SILVA. FERREYRA. DO CONS^º.
D. S. MAG^E. BISPO DE TANGER.
DE^ÑAO E PREL^º. DA REAL. CAP^A. DE V^A
V.^{CA} FALECEO. A 19 DE IAN^{RO}. DE

1775

¹ [São cinco ou seis?]

² [São seis ou sete?]

6 linhas:

ESTAS 33 S.^{AS} MAN | DOV FAZER A IRM^{DE} DA CRVS DE CRISTO |
P.^A IAZIGO DOS IRM | AÓS DA D^{TA} IRM^{DE} | NO ANNO DE 1728 D.

11 linhas:

S.^A DE. VENANT | DE LA MASVRE | CONSVL DE FLA | NDES E DE
SVA. M | VLHER. D^A. MARIA | DE LA MASVRE Q. | FALECEO AOS 8 | DE
MARÇO DE | 1676 | E DE SEVS DESC | ENDENTES

6 linhas:

AQVI .IAZ .DOM .RO- | DRIGO .DE ALEMCAS | TRE .NETO * DO S.^{OR} |
DOM . DINIZ . MAR- | QUES . DE SARRIA . E CÓ- | DE DE LEMOS . *

15 linhas:

S.^A DE PEDRO . DE . SOVSA-BRIT | TO . COMENDADOR . DA . ORDEM |
DE N . S . I . XPO . NETO . | DE FERNAN | DO . RI^B . PR.^A . CAMAREIRO MOR
DO DVQVE . D . IAIME S . INSTITVI | DOR . DESTA CAPELLA . F . A . 18 DE |
AG.^o DE . 1621 . E DE . D . LVRIA . DA | COS | TA . S . MOLHER . F . A S
(= 5) . DA | BRIL . DE . 622 (sic) . DE | S . ERDEIROS . | ANTONIVS BRITTO
A SOVSA | FILIVS SACELLI THEODOSII 2 . DV | CIS DECANVS PATRI SVO
AMAN | TISSIMO . POSVIT . A . D . 1622 .

5 linhas:

S.^A DE FERNAM- | MÍZ MASCAREN | HAS, E DE . D . ISABEL | PEREIRA,
E DE S | EVS DESCENDENTE^s.

8 linhas:

S.^A DE ANT.^o DE FIGD.^o | DALMEIDA . CAVALR^o | DO ABITO DE . XPO |
E DE ISABEL . MÉDES | MADR.^A SVA MOLHER | Q. FAL.^{co} A . 14 DAG^o | TO
DE 608 E DE SEVS | ERDÓS .

6 linhas:

S.^A DE CHRISTOVÃO | AVELINO DIAS T^E CO | RONEL DE CAVALLA |
RIA N . 2 . | FALLECEO EM 2 D'A | GOSTO DE 1825

e esta inscrição, de letra maiúscula romana, na muralha da entrada, em oito linhas: *anno Domini 1635 | Dei Ecclesiam moderante VRBANO 8. | die 14 ivlii princeps inclitus Joannes 2. Brigantiae DVX 8. | in Dei honorem, ac Deiparae de Gratia | ... primvm sacrum lapidem¹ in hvivs templi reaedificatione | svis svpponendo manibvs, Avgustino parenti maximo | consecrat, in svae regalis domvs monvmentvm sem- piternvm.*

E. S. DODGSON.

¹ Ponha-se (creio) ... *primvm* depois de *sacrum lapidem*.

Os «ex-votos» esculturados
do Museu Etnológico Português

*Faça-m'un açor d'aquesta (cera);
ca o quer'yr offercer...*

Afonso o Sábio, *Cantigas.*
Cant. ccxxxii.

Fiz já a descrição da série de «milagres» que o Museu Etnológico Português possui na sua secção etnográfica. Precedi êsse trabalho, de uma rápida apresentação etnográfico-histórica do significado tradicional do *ex-voto*, e em especial do retábulo figurativo que pelo nosso povo é conhecido com o nome de «milagre». Desnecessário seria fazer agora nova resenha em que procurasse colocar, na sua posição cronológica e sucessiva, o hábito cultural de oferecer aos habitantes do céu a prova concreta duma gratitudine, que se exprime pelo enscenamento das circunstâncias do socorro pedido e concedido.

A prática do *ex-voto* é pagã, adstrita, como está, à existência material e objectiva de quem implora, e da pessoa ou animal por cujo interesse a imploração é feita; assim também se dirige aos atributos e poderes materiais dos Santos invocados. Dos tempos pagãos nos vem pelos séculos fora essas crenças de particular devoção, que, imbuídas do mesmo intuito, se prendem na alma ingénua, e na passividade da sua imaginação e utilitarismo. E hoje, que a fé se abala em um redemoinho de inovações dispersivas e de scepticismo, o hábito cultural do *ex-voto* pagão perdura ainda.

Que o pedido tem toda a liberdade da imaginação e do interesse de quem o emite, é lógico; ora, como de todos os tempos também foi livre a escolha da natureza da oferenda, e, por esta razão, se encheram os templos antigos, como vemos nós que também acontece encherem-se os de nossos dias, com a maior variedade e número de cousas oferecidas em cumprimento de voto¹, também para os animais, companheiros, e comanditários até, do proletário, há o máximo direito de pedir o socorro divino, e exprimir o seu êxito; e, conforme essa espécie de contrato dual, de que não passa a oferenda do *ex-voto*, contrato entre quem pede com promessa e quem concede o favor, justo é que se apresente no templo do Santo protector a representação de todo o auxílio divino prestado. Por essa razão se encontram, a par de *ex-votos* que se referem a curas ou desastres incidentes em

¹ *Dictionnaire des antiquités grecques et romaines* de Daremberg & Saglio s. v. «*Donarium*».

pessoas, as figurações de animais domésticos, que de milagres semelhantes beneficiaram. Estas representações ou são pictóricas ou esculturais: e as esculturas fazem-se de pau, de metal¹, ou de cera².

O *milagre* n.º 4 (cf. A colecção de «milagres», p. 162 d-*O Arch. Port.*, XIX), é um retábulo em que as protagonistas da pintura são doze vacas perdidas, que *Nossa Senhora da Fonte* restituíu a José Joaquim, lavrador do Monte das Pozas (Olivença)³. À Santa foi cumprida a promessa de celebração do seu favor, *ad perpetuam rei gloriam*, e então nesta se agrupam os animais reaparecidos⁴.

A colecção de figuras escultóricas de animais santamente protecionados, ou as de partes do corpo humano curadas por milagre, existente no Museu Etnológico, se não é numerosa, é, pelo menos, instrutiva; e caracteriza por si a expressividade popular do *ex-voto*, disposto no altar do Santo que prodigalizou as curas. Todos os objectos que vou descrever foram coligidos pelo Sr. Director do Museu.

Não deixa de ser curioso esboçar, pôsto que mui de largo seja, uma trajectória arqueológica do *ex-voto* animal, nos limites do nosso

¹ Estes *ex-votos* metálicos foram de relêvo diverso, até mesmo laminares. De alguns exemplares portugueses adiante se verá. Vid. a par dêstes, uns ídolos antropomórficos votivos de láminas de bronze, provenientes das pesquisas de Norba (Regione I) na Itália, in *Atti della R. Accademia dei Lincei*, vol. I, série v, p. 450, n.º 9, e fig. 12; cf. fig. 2539, do *Dictionnaire des antiquités grecques et romaines*, II, p. 375. No templo do deus *Endovellico* existiam estatuetas de prata; assegura-o a inscrição 128 do *Corpus*, II: *signum argenteum*. No Museu Etnológico Português, na colecção comparativa de etnografia estrangeira (e arqueologia), formada pelo Sr. Director com objectos que adquiriu nas suas viagens lá fora, há quatro *ex-votos* belgas de lata: um dêles é uma chapa que tem em relêvo uma criança enfaixada.

² Nem só os animais domésticos mostraram a sua iconologia nos altares católicos; igual dom se concedia aos domesticados, os quais de qualquer forma entravam na familiaridade e utilidade de seus proprietários. Assim, os açores adregaram de ter neles o seu lugar. Os açoreiros que a meio da caçada viam o descaminho dos seus açores iam fazer promessa aos Santos, e aparecido o transviado levavam por *ex-voto suspecto* (E. V. S.) um açor de cera:

et de cera semellanza leuov.

Cantigas de Santa Maria, 2.º, ccclxvi.

Vid. mais informações nas *Cantigas de Santa Maria*, de Dom Afonso, o Sábio, ed. da Real Academia Espanhola, Madrid 1889, 2 vols.: 1.º, - xliv, - lxvi -; 2.º, - coxxxii, - ccc - , - ccclxvi, etc.

³ Pode ver-se a reprodução dêste *milagre*, em uma fotogravura publicada nas *Religiões da Lusitânia*, de J. Leite de Vasconcelos, III, p. 600, fig. 309. É o n.º 4 da colecção de *milagres*. O n.º 5 tem reprodução na página anterior.

⁴ Vid. «Milagres» n.º 1 e 10 da colecção.

país. Ficam de longe os *berrões* trasmontanos, com o seu carácter sepulcral¹, a par dos *toros* de Guisando e dos *perros* do Museu Nacional de Madrid, pertencentes uns e outros aos tempos protohistóricos. Convém, já, lembrar os *ex-votos* zoomórficos dos deuses bárbaros *Endovellicus* e *Ataegina*, que os Romanos latinizaram. No espólio das oferendas, que os peregrinos levavam ao *numen loci* do escalvado outeiro de S. Miguel da Mota, aparecem algumas figuras de animais: em uma ara encontra-se, no reverso, um porco²; isolado, ver-se há quase completo um porco de pedra; uma estátua decapitada mostra, na mão esquerda, uma ave que deve ser o galo ou a galinha, que na antiguidade clássica eram oferecidos a Esculápio³; numa outra lápide aparece a dianteira dum cão, talvez⁴. Da deusa *Ataegina*, a Prosérpina lusitano-céltica, de culto alargado entre os rios *Tagus* e *Baetis*, restam-nos três quadrúpedes de bronze, que representam cabras ou bodes, e, sem inscrição, se agrupam com dois de Cáceres que a tem; estão no Museu de Évora (Biblioteca Pública)⁵. Em relação com estas figuras há no Museu Etnológico uma coleção de cabras e bodes, que, de tipo mui chegado, apresentam um trabalho sumário, deveras curioso. Na Biblioteca Nacional há também uma cabra cujo tipo difere das anteriores, no tamanho e no estilo, como em outros pormenores. No Museu Etnológico figuram: o touro, e o javardo, do *Promonturium Sacrum* que, em grandeza natural, Estácio da Veiga reproduziu nas *Antiguidades monumentaes do Algarve*, em est. xx e xxi do vol. iv. No «castro» de Santa Marinha do Zézere (concelho de Baião) apareceu um animal de pedra, que, mais grosseiro que os *berrões*, está no Museu de Guimarães. No Museu de Arte Antiga (Janelas Verdes), estão expostos na secção de ourivesaria alguns *ex-votos* de conformação animal, que, embora se aproximem de tipos citados, não sei ao certo se serão da Lusitânia. Nas *Religiões da Lusitânia*, III, 289-292, deve ver-se o *ex-voto* do Castelo de Moreira.

Nem todos estes exemplares, e outros parecidos, terão toda a certeza de *ex-votos*; todavia o seu carácter e valor cultural bem pode conceder-lhes tal valimento.

¹ *Religiões da Lusitânia*, III, 31-43. No Museu Etnológico Português estão os sete *berrões* do Olival, concelho de Moncorvo, próximo do *castelo* de Cabeça Boa. Igualmente está a *berroazinha* da Açoreira, concelho de Moncorvo.

² Vid. figs. d-*O Arch. Port.*, I, 45, ou *Religiões da Lusitânia*, p. 127.

³ *Religiões da Lusitânia*, III, 128, e fig. in p. 30.

⁴ Idem, III, 129. *A propos des chiens d'Epidaure*, op. de Henri Gaidoz, Paris 1884.

⁵ Vid. *O Arch. Port.*, I, fig. em pp. 298, 299-300; *Religiões da Lusitânia*, III, 171 e 172; e in *Atti della R. Accademia dei Lincei*, II, 5.ª série, p. 40.

Destinadas ao culto ou com ele ligadas, há outras figuras de animais; mas não eram oferecidas a deuses tópicos, ou de socorro local, antes serão tidos como atributos de divindades, ou ídolos, quer de individualismo próprio, quer alegórico de forças e fenómenos naturais, ou ainda insignias militares; os animais funerários, as serpentes míticas¹, as moedas com gravados zoomórficos, como a de Salácia com o hipocampo, as insignias militares (quadrigas, uma no Museu Etnológico; cavalo só, *Religiões da Lusitânia*, III, fig. 281; touro, *Idem*, II, fig. 58, tudo de bronze), estão neste caso. Igualmente assim é com os *tótemes* dos mortos; e eram escultóricos (*berrões*), ou gravados, como o porco da estela sepulcral lusitano-romana, de Agroselo².

Da época lusitano-romana, além dos *ex-votos* de Endovélico, romanizado, há outras figurações animais que aparecem nas aras (árula de *Balsa* do Museu Etnológico, onde se vê uma pomba), em *cupas* (a das Alcaçovas, *id.*, onde se vêem dois peixes). Em Beja, os bucrânicos de mármore são memórias desta época³.

Pelos séculos fora, o *ex-voto* zoomórfico perdurou até hoje, como não podia deixar de ser, desde que se prolongou a mesma crença das curas milagrosas. E se antigamente eram com preferência de pedra e de bronze, hoje são especialmente de madeira ou de cera (às vezes com fitas ao pescoço), aparecendo todavia alguns de prata, como declaração de meios de fortuna e receio da desproporcionalidade da oferenda. De açores de cera já falei.

Numa notícia no *Anzeiger der Ethnologie des Ungarischen National-Museum*, III, 1, 1905, p. 45-47, podem ver-se, na fig. 2.^a, um porco, uma mula, um cavalo arreado e enfreado, de cera; diz-se, aí, da informação dum sacerdote que anunciou haver muitos *ex-votos* em Varsavar, lugar de célebres peregrinações na Hungria, os quais são oferecidos à Virgem pelos romeiros, para dela obterem a cura

¹ No Museu Etnológico Português há uma serpente de bronze, achada em Ferragudo (Portimão) por Estácio da Veiga. Vid. *Religiões da Lusitânia*, III, 520. Vêem-se outras nas estátuas de Mérida, p. 339-40, aqui porém relacionadas com o culto de Mitras, de vestígios lusitanos apenas na Lusitânia espanhola. 16.335.

² *Religiões da Lusitânia*, III, pp. 440-441.

³ *Idem*, III, 514-518, com figs.—Na p. 504, a fig. 267 mostra uma ara algarvia que tem uma cabra, e, existente no Museu Etnológico, é oferecida a *Silvano*... De forma geral as imagens de animais consagrados a uma divindade, ou levados ao sacrifício, abundavam; é notabilíssima a série de *ex-votos* desta ordem, no Cabirion de Atenas. Vid. *Mitth. Ath.*, XII, p. 270. Toda a escala irracional aparecia, desde a rã e a lebre até a fera das selvas, e os animais da imaginação mitológica (dragões, esfinges, etc.).

dos membros expostos, ou para lhe agradecerem a cura que deles lhes fez. Também se diz que o *ex-voto* animal pode ser gratulatório (de doença curada), ou símbolo de feliz fecundação dos animais, que são de cera pintada de vermelho ou verde, ou únicamente da cor da cera; isto juntamente com outros *ex-votos* também de cera, crianças, casas (primeira intenção de seguros contra incêndios), etc.¹.

I.—Representação de membros e órgãos do corpo humano

1. BRAÇO ESQUERDO E MÃO.—A obra é rude de observação e de feitura; o golpe vê-se irregular e grosseiro; ficou o cotovelo junto do pulso, os dedos mal aparados, as unhas definidas por uns cortes, a superfície desalizada; é uma só peça, a que porém se ajuntou o polegar, que foi seguro com um prego. É feito de madeira de eucalipto, e mede 0^m,393 de comprimento. Procede de Lamas, Sátão, onde fôra oferecido à imagem de Santo Amaro, advogado dos membros quebrados (dos *aleijões*). Tem o n.º 5:499 de catálogo.

2. MÃO ESQUERDA.—Menos grosseiro que o antecedente, e mais aperfeiçoadão no talhe, este trabalho é feito de uma só peça; os dedos são afastados regularmente, cónicos e lisos, com as unhas golpeadas com precioso escrúpulo. É de casquinha, e mede 0^m,26 de comprimento. A procedência é a mesma do exemplar anterior. Tem o n.º 5:500 de catálogo.

3. MÃO DIREITA.—A feitura é regular, com o seu corte liso, mas o exemplar é grosseiro: dedos quase iguais, superfícies chatas. É de casquinha, e mede 0^m,195 de comprido. Veio de Sátão. Tem o n.º 5:501 de catálogo.

4. Perna ESQUERDA E PÉ.—O trabalho é rude, a modelação grosseira, o corte inexperiente, com a mesma grossura de alto a baixo. Os dedos dos pés são marcados pelos quatro intervalos, que outros tantos golpes verticais definem. É tudo de uma só peça de madeira de amieiro, que mede 0^m,245 de altura, com um pé de 0^m,12 de comprido. Veio de Sátão. Tem o n.º 5:502 de catálogo.

5. Perna DIREITA E PÉ.—O talhe é contínuo e regular. A perna engrossa do artelho até uma protuberância dianteira, a custo perceptível, que é o joelho; e tem atrás, um pouco abaixo, uma segunda

¹ Ofereciam-se, em *ex-votos*, reduções de templos: edículas. Vid. *Dictionnaire des antiquités grecques et romaines*, de Daremberg & Saglio, I, 94, e II, 376. Vid. também nas *Religiões da Lusitânia*, II, 137-138, notícia da inscrição do *ex-voto* estatuário, de um paralítico, a Endovélico (fig. 10), onde se encontra o voc. **AEDEOLV = AEDEOLVM < > aediculum ou aedicula** — edícula.

protuberância bem notável, que é a bossa dos gémeos. Os dedos dos pés estão marcados como no n.º 4, mas o pé já mostra um contorno curvilíneo bem observado. É de madeira dura, e forma-se de uma só peça, que mede 0^m,115 de altura, com um pé de 0^m,057 de comprimento. Veio de Sátão. Tem o n.º 5:503 de catálogo.

6. PÉ DIREITO.—É o exemplar melhor trabalhado; está bem liso e talhado, e quem o fez, embora com modelação rudimentar, já tinha alguma observação de forma, e prática segurança de corte; no artelho é cortado à maneira das fôrmas de sapato, pelo que deve ter sido feito, este exemplar, por algum operário ou amador dado ao fabrico dessas fôrmas, ou dêle conhecido. Os dedos são divididos, e o corte das unhas é feito como no *ex-voto* n.º 2. De uma peça inteira, é feito de pau de amieiro, e mede 0^m,23 de comprimento. Procede de Sátão, como todos os exemplares anteriores. Tem o n.º 5:504 de catálogo.

7. OLHO.—Tem a forma de um losango, com dois dos vértices rombos. Tem inscrito outro losango, que tem por lado uma série de pontos, para indicar as pestanas. No interior vê-se a íris na forma de um semi-glóbulo em relêvo. É de lata, mede nas duas diagonais: 0^m,026 e 0^m,013. Ao meio do lado superior tem um orifício de suspensão. Tem o n.º 5:505 de catálogo.

8. Dois OLHOS.—Estão talhados e relevados na mesma fólya de lata. Não tem divisão, tocam-se pelas comissuras internas. O ponteado da figuração das pestanas não delimita cada olho, mas sim o conjunto dos dois. Tem um apêndice minúsculo, e pode ser a indicação do nariz. Na parte superior, ao centro, há uma aselha de suspensão. A peça tem 0^m,04 de extensão. Tem o n.º 5:506 de catálogo.

9. Dois OLHOS.—Esta peça, que mede 0^m,048 de largura e 0^m,011 de altura, é mais perfeita do que as antecedentes. Os dois olhos são elípticos, tem íris e pupila, separam-se pelo seu desenho e por uns enfeites lineares em relêvo, que se colocam simétricamente acima e abaixo do ponto onde se cruzam, isto é, entre as comissuras internas. A peça é de lata. Tem o n.º 5:507 de catálogo.

Nota.—Os exemplares n.ºs 7, 8 e 9 foram oferecidos a uma imagem de Santa Luzia, advogada das doenças dos olhos.

10. Dois OLHOS.—Este *ex-voto* é de prata; mede 0^m,046 de comprimento, e 0^m,023 de alto. Em uma chapa foi cortado um losango duplo, os complementares opostos pelos ângulos agudos, e apenas não concluída a separação perfeita pelo dispositivo dum apêndice inferior que figura a parte superior do nariz: os ângulos maiores arredondados completam o desenho dos olhos. Uma orla de traços gravados circunda completamente os dois olhos para formar as pes-

tanias. A íris é um anel levantado no metal; a pupila um ponto erguido a punção. Segura-se por uma aselha oposta ao nariz. Provém de Portalegre. Tem o n.º 5:481 de catálogo.

11. DOIS OLHOS.—É um exemplar curioso. Forma-se duma chapa de prata, com 0^m,08 de comprimento, e 0^m,053 de altura; os olhos, colocados ao centro da chapa, estão separados pelo nariz, que em saliência se desenvolve por inteiro. Os olhos oblongos são levantados em relevo, e a pupila é retraída; orla-os uma elipse irregular de traços paralelos riscados em figura erguida no metal; igual desenho tem as sobrancelhas, ligadas no cimo do nariz. A margem da chapa é recortada com fantasia, simétricamente; decoram-na seis rosetas quadrifólias; um ziguezagueado miúdo contínuo borda toda a orla. Provém de Portalegre. Tem o n.º 5:482 de catálogo.

12. TESTÍCULO.—É de prata, e tem um anel para suspensão, onde pode ainda ver-se uma fita de sêda côn de telha. Foi oferecido a S. Gonçalo de Amarante, advogado dos males genésicos. Tem o n.º 5:508 de catálogo.

13. GARGANTILHAS.—(Tinham habitualmente a medida do pescoço da doente por quem se intercedera):

1) uma de madeira, metida em uma fita de sêda côn de rosa, enrolada seguidamente e atada com um nó; é formada por uma argola, que tem de diâmetro interno 0^m,112 e de diâmetro externo 0^m,141, em vista do que deve ter servido a uma criança. Provém da Boa-Nova (Terena)¹. Tem o n.º 5:509 de catálogo;

¹ Esta igreja da Senhora da Boa-Nova, junto de Terena, no concelho do Alandroal, data do séc. XIV; D. Afonso X, o Sábio, celebra já, nas suas *Cantigas de Santa Maria*, em galego, os milagres de Santa Maria de Terena, no séc. XIII:

á un logar mui' onrrado
et Terena chamam ý...

Logar mui sant'aficado
ú muitos miragres faz
.....

(2.º, CCXXIII)

...Terena os leuaron enton,
que logar este de mui gran deuoçon.

(2.º, CCLXXV)

Vid. *O Arch. Port.*, x, n.ºs 10 e 12, p. 338 sgs., 1905, artigo de J. Leite de Vasconcelos; ou *Cantigas de Santa Maria*, de D. Afonso, o Sábio, ed. da Real Academia Espanhola, Madrid 1889, 2 vols. (cantigas: · CLXXXVII a · CLXXXIX, · CCXIII, · CCXXIII, · CCLXXV, etc.).

2) uma de arame, com uma fita de côr alaranjada; irregular, com o diâmetro aproximadamente de 0^m,09; teria sido de uma criança, também; provêm da Boa-Nova. Tem o n.^o 5:510 de catálogo;

3) uma de renda rústica de malha quadrada, com uma fita de sêda côr de rosa, que em zigue-zague entra e sai das malhas, até ser apresada por uma segunda fita, roxa, disposta em cruz. Mede 0^m,115 de meio comprimento (está dobrada e cosida pelos extremos) e 0^m,03 de largura da faixa de renda. Tem o n.^o 5:511 de catálogo;

4) uma de fazenda de algodão vermelho, fechada como a antecedente, com 0^m,135 de meio comprimento e 0^m,042 de largura; lê-se nela a legenda que se segue, em letras amarelas maiúsculas do tipo de imprensa, feitas a ponto cruzado segundo os cadernos de modelos muito usados nas marcas siglares, caseiras, do povo, e dispostas em duas linhas:

MILAGRE . QE FES . SÃO . BRAS . AMARIA . CLARA . DE SANTO . AMARO .

As últimas letras estão, por falta de espaço, acavaladas na segunda linha. Provêm do Alentejo(?), de qualquer templo de S. Brás, advogado das moléstias da garganta. Tem o n.^o 5:511 de catálogo¹.

II.—Indicação de moléstias

1) uma *muleta* simbólica, de casquinha, de 0^m,215 de comprimento, com o fuste liso e delgado; a sovaqueira tem 0^m,09 de largo; é bem trabalhado êste exemplar; provêm do templo de S. Brás, em S. Tiago de Cacém. Tem o n.^o 5:512 de catálogo;

2) uma *tigelinha* de louça, de esmalte rosado, com desenho azul de palmitos de fólfia olivar dispostos em zigue-zague, e limitado o espaço por uma faixazinha perimetral, também azul, logo abaixo do bordo; foi levada à Senhora do Fastio, que se venera na capela do Paço Episcopal de Viseu. Tem o n.^o 4:490 de entrada;

3) uma *colher* de pinho, com 0^m,185 de comprimento, mal feita; tem a mesma procedência do exemplar anterior; e teve a mesma utilização, que é a que se depreende da Santa invocada;

4) uma *colher* de fôlha, com 0^m,18 de comprimento; tem, na parte mais larga do cabo, um coração feito em relevo; procede da Capela da Senhora do Fastio, como os exemplares anteriores;

¹ Entre os *ex-votos* dos Romanos figuravam, como admissível era, reproduções dos órgãos genitais, ao lado de olhos, orelhas, seios, etc. Foi encontrado em Delfos um *phalus*, de grande tamanho. Vid. no *Corpus inscr. att.*, II, 766. Também apareceu boa colecção de *ex-votos* dêste género, perto de Velletri, na Via Apia (*Atti della R. Academia dei Lincei*, II, 5.^a série, p. 40).

5) duas *colheres* iguais à antecedente e da mesma proveniência, mas só com 0^m,137 de comprimento.

N.B. Estes quatro exemplares (2-5) tem o mesmo número de entrada, porque estão reunidos em um mesmo cartão, que indica a mesma proveniência, e lhes atribui um número de lançamento igual.

III.—Representação de animais domésticos

1) um *suíno*, feito de uma só peça de madeira dura e compacta, a que se adicionaram quatro patas, também de madeira. Na sua rudeza, é de realismo curioso. O corpo, com 0^m,26 de comprimento, é cilíndrico, de secção vertical elíptica; adelgaça-se para a frente, formando o pescoço, e para a retaguarda para descamar na rabadilha. A cabeça tem 0^m,12 de comprimento, os olhos são formados por dois cortes oblíquos de dentro para fora, e de cima para baixo; a boca está aberta por um lanho de corte triangular; as orelhas estão recortadas em coiro, e, pregadas no topete, descaem para a frente. A rabadilha termina por uma cauda de coiro, segura por um prego; esta cauda fecha um sulco fundo, que figura a divisão das nádegas. As pernas estão muito longe da sua colocação normal, e são feitas de um pau aparado e liso. A meio do ventre tem uma leve protuberância, que quer representar o órgão genital. O *ex-voto* tem a altura de 0^m,16. Foi oferecido à imagem do Senhor dos Aflitos, num santuário ao pé de Lamas (Sátão). Tem o n.º 5:513 de catálogo;

2) um *suíno*, de madeira, de trabalho muito curioso, pelo feitio e pelo carácter primitivo da configuração do animal. Num pedaço de pau, com 0^m,20 de comprido, recortou-se à frente um focinho sobrepujado de umas grandes orelhas, próximas, aguçadas e dirigidas para a frente; a cabeça desenvolve-se com a curva característica e muito reentrante, que se ergue ao fundo para a tromba; tem a fauce arreganhada, e os olhos não são cavados, nem sequer representados pelo esforço do artista, porque ele aproveitou de um e outro lado um redemoinho capiliforme da madeira. O corpo ocupa o restante espaço, deixado pela cabeça, e que apenas será um terço da peça; ficou com o corte paralelipípedico, um pouco arredondado nas arestas longitudinais; atrás, a rabada é cortada verticalmente, e tem o sulco das nádegas figurado e não fechado com cauda. Assim, o animal, com uma cabeça de 0^m,10 de comprimento, caída das orelhas, e pôsto sobre quatro patas, como as do n.º 1, que lhe dão a altura máxima, nas orelhas, de 0^m,148, parece um focinho com patas. Provém, como o exemplar n.º 1, de Lamas. Tem o n.º 5:514 de catálogo;

3) um *suíno*, de uma peça alongada, de madeira, com 0^m,28 de comprimento, tem uma cabeça inclinada e quase rojante, da extensão de 0^m,11. O trabalho é grosseiro. A boca aberta, rasgada, e os olhos esburacados, o animal mostra mais na cabeça uma orelha de coiro e o sítio da outra. Tem cauda de coiro, segura com a ajuda de um prego, a qual fecha a divisão das nádegas. As patas são iguais às dos exemplares antecedentes; dão a altura de 0^m,13. Veio também de Lamas (Sátão). Tem o n.º 5:515 de catálogo;

4) uma *vaca*, de uma só peça de madeira, com 0^m,33 de comprimento e 0^m,125 de altura, incluídas as pernas, em tudo iguais às dos exemplares antecedentes: o tronco tem 0^m,14 de extensão e é cilíndrico; adelgaça-se para formar o pescoço, e achata-se para a rabadilha. A cabeça apresenta-se grossa, rectangular, com dois olhos que são dois buracos; outros dois orifícios, que são os condutos auditivos, tapados pelas orelhas de coiro; ainda outros dois buracos, abaixo das orelhas, nos quais estiveram os cornos; o focinho vê-se aberto, e nele há, cavadas, as duas narinas. A cabeça tem o desenvolvimento de 0^m,087. O sulco vertical, que rasga as nádegas, é fechado por uma cauda de coiro; está cavado o ânus, e por cima da inserção da cauda nota-se a abertura do órgão genital da fêmea; no ventre há quatro mamas, dispostas em rectângulo, as duas primeiras entre os membros traseiros. Veio de Sátão. Tem o n.º 5:516 de catálogo.

IV.—Aditamento. Representação de símbolos cristãos

Todo o oferecimento é genuíno, sabido, como está, ser lícito depôr toda a oferenda; mas, quando não se refere a uma dor física, localizada, mas sim a um sofrimento moral, abstracto, ou exprime como que uma prece material, ou oração visível, ela é simbólica. É lógico, e é genuíno sentir, encontrar neste simbolismo a fé cristã. Vê-se nos dois exemplares que seguem, e provêm da capela de Nossa Senhora do Rosário, na Herdade da Comenda da Igreja, no concelho de Montemor-o-Novo:

1) uma *cruz* de madeira, colocada sobre uma peanha de cortiça, com três degraus; o degrau superior tem na limieira um losango, repartido pelas diagonais, gravado à navalha, e no espelho do mesmo degrau um zigue-zague, acompanhado de uma roseta; a altura total é de 0^m,225. Tem o n.º 5:517 de catálogo;

2) um *calvário*, de três cruzes, que tem a mesma peanha de cortiça, mas recortada por cima e por baixo, numa representação das ondulações do cabeça do Gólgota; como esta base não pode servir de apoio,

seria a peça colocada na parede, para o que porém não mostra dispositivo de suspensão, ou encostada; tem a altura máxima de 0^m,242. Tem o n.º 5:518 de catálogo.

Em Portugal, como em toda a Europa Meridional (católica), e em França, principalmente no Franco-Condado, encontram-se, em desca-minhos largos, a proteger cousas e pessoas no descampado, pequeninas imagens de santos, que se aplicam em uma árvore ou em um marco, formando-se desta forma um santuário ao ar livre, junto do qual se de-põem oferendas. Aí aparecem *ex-votos*, sobretudo de madeira. Chamam os Italianos a êste santuário *Pietà*, e os Franceses *Dieu de Piété*¹.

LUÍS CHAVES.

Excursão arqueológica à Extremadura Transtagana

Por mais de uma vez os meus bons amigos Srs. Joaquim Correia Bátista, de Alcácer do Sal, e Dr. Manuel Mateus, de Grândola, me haviam convidado, aquele a voltar a Alcácer, e êste a ir fazer uma visita a Grândola, aonde eu nunca fôra.

Tendo-se malogrado alguns projectos de viagem, por causa das minhas muitas ocupações, pude finalmente, em Dezembro de 1905, corresponder a tam penhorantes convites.

Parti de Lisboa em 26 para Alcácer do Sal, indo em minha companhia Guilherme Gameiro, desenhador do Museu Etnológico². Em 30 o Dr. Mateus veio esperar-nos àquela vila, e com él seguimos para Grândola. Em 4 de Janeiro, como eu desejava muito ver S. Tiago de Cacem e Sines, continuei a viagem até lá com Gameiro, regressando ambos, outra vez por Grândola e Alcácer, a Lisboa em 11 de Janeiro.

Nestes 19 dias vi vários monumentos, fiz escavações, e adquiri muitos objectos. Vou aqui dar de tudo isto conta resumida³.

¹ Cf. *registos* da Senhora da Toca. Está a imagem no cavado de um tronco aí pela altura da inserção dos primeiros braços. O nome da Santa ficou assim por autonomásia. Vid. Bluteau, *Vocabulário Português*, s. v. «toca».

² Falecido já depois de começado a escrever êste artigo. Dos seus méritos artísticos, e serviços prestados no Museu, fez justa menção Saavedra Machado *n-O Arch. Port.*, xix, 188-189.

³ De Grândola fiz uma excursão ao concelho de Ferreira. Mas como êste concelho não fica na Extremadura Transtagana, e sim no Alentejo, ponho em apêndice ao cap. II a narração respectiva.—De algumas das minhas aquisições já falei *n-O Arch. Port.*, x, 379-380, e xi, 90.

Do itinerário indicado vê-se que denomino *Extremadura Transtagana* a parte do Alentejo que pertence ao distrito de Lisboa, a qual, além dos concelhos de Alcácer, Grândola e S. Tiago de Cacem (Sines é d'este último), comprehende tambem os concelhos de Alcochete, Aldeia Galega, Almada, Barreiro, Moita, Seixal, Setúbal e Sezimbra. De facto, toda esta extensa região, fisica e etnográficamente considerada, é mais alentejana do que extremenha¹; *Alentejo*, como o próprio nome o diz, é o território que fica *além do Tejo*, com exclusão do Algarve.

I.—Alcácer do Sal

Já tive ocasião de me referir n-*O Arch. Port.*, I, 65 sgs., e IV, 103 sgs., às antiguidades e ao Museu de Alcácer.

a) MUSEU MUNICIPAL:

Depois da minha última visita à vila, o Museu Municipal não deixou de progredir, mercê da dedicação dos Srs. Correia Bátista, Secretário da Câmara, e P.^o Francisco Galamba, que não perdem o ensejo de o aumentar². A par com êstes ilustres cavalheiros, que são propriamente os promotores directos de todos os progressos do Museu, há na vila, por honra da terra o digo, outras pessoas a quem éle merece atenção.

Actualmente o Museu consta de duas partes: uma, que comprehende os objectos miúdos (moedas, loiça, etc.), instalada nos Paços do concelho; outra, que comprehende os objectos volumosos (lápides, esculturas, etc.), instalada no extinto Convento de Santa Clara, que foi concedido para este fim à Câmara de Alcácer por decreto de 4 de Junho de 1901, e que jaz na parte alta da vila.

*

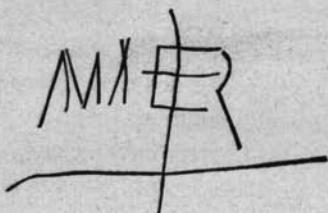
Entre os objectos que encontrei de novo, começo por indicar um *pondus* de barro, que vai desenhado na fig. 1; na extremidade su-

¹ Na distribuição dos objectos arqueológicos no Museu Etnológico adopto com relação à Extremadura a seguinte sub-divisão: *Extremadura Transtagana*, que abrange o que do lado de lá do Tejo pertence ao distrito de Lisboa e Santarém; e *Extremadura Cistagana*, que abrange o resto dos distritos de Lisboa e Santarém, e o distrito de Leiria. Assim, sem modificar as ideias correntes e a nomenclatura oficial, vai-se de acordo com a natureza das cousas.

² Também falecido depois que comecei a escrever o meu artigo. Galamba era natural de Aldeia Nova, concelho de Serpa, e viveu em Alcácer durante perto de quarenta anos. O seu passamento deu-se nesta vila em 11 de Fevereiro de 1913: contava 71 anos de idade. Vid. *Diário de Notícias* de 16 do mesmo mês. O cumprimento dos seus deveres eclesiásticos não o impedia de tambem cultivar a Arqueologia. O *Arch. Port.* deve-lhe um artigo, que saiu no vol. III, p. 266-271.

terior tem, com fórmula de monograma, as letras CAE, gravadas antes da cozedura do barro, o que se vê melhor na fig. 2, cópia de um decalque. Estas letras constituem certamente a inicial do nome do respectivo oleiro. No Museu Etnológico existem alguns *pondera* de barro, também com inscrições gravadas na extremidade superior.

O «opérculo» de barro arretino (*terra sigillata*), de que falei n-*O Arch. Port.*, I, 85, e IV, 107, é propriamente um prato, embora pudesse ter servido accidentalmente de tampa, pois consta que cobria uma urna do mesmo barro, na qual havia cinzas. A inscrição, que já publiquei n-*O Arch.*, e que é SEX || ANI, está na parte superior, ao centro. Na parte inferior lê-se o seguinte, que foi gravado na época romana, mas depois da cozedura e pintura do barro (*graffito*):



as primeiras letras serão acaso AMA; este *graffito* não deve considerar-se obra do oleiro.

A urna a que aludi agora, e de que também já falei n-*O Arch. Port.*, I, 85, vai gravada na fig. 3, segundo uma fotografia.

*

Eis aqui diversas marcas figulinhas, pertencentes a cacos arretinos encontrados nas vizinhanças do castelo de Alcácer:

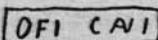
1)

A primeira palavra é sem dúvida *of(ficina)*; a segunda é *Ti(berii)* ou *o praenomen* do dono da olaria; as restantes letras constituem as iniciais do *nomen* e *cognomen*.

2)

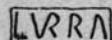
Esta inscrição já saiu n-*O Arch. Port.*, II, 144, mas um pouco incorrecta. A terceira letra não parece I, pois está inclinada e ligada ao V.

3)



Isto é: *ofi(cina) Cani* (isto é, «de Canio»)¹.

4)

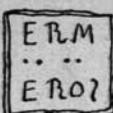


A 1.^a letra pode parecer L ou I, mas suponho que é L (não é T).

5) É apenas:



6) Dentro de um fundo de taça quebrada:



A última letra é S invertido. Deverá entender-se (h)ERM(es) EROS ou (h)ERM(etis) EROS, com o primeiro nome em genetivo. Tanto *Hermes* como *Eros* se encontram noutras inscrições peninsulares (vid. *Corpus*, no índice); *Eros* aparece tambem como nome de oleiro. A série de pontos que está entre as duas linhas é ornato.

Todas estas marcas figulinhas estão inéditas, menos a 3.^a, que já havia sido publicada, mas com alguma incorrecção.

Inédita é tambem a seguinte marca figulina gravada profundamente na asa de uma grande vasilha de barro (não ânfora):



as letras são salientes, e nada falta na inscrição. Esta asa foi encontrada na herdade da Barrosinha, concelho de Alcácer, donde tambem provém o fragmento da asa a que me referi n—*O Arch. Port.*, iv, 109, com uma inscrição (MA ▼ NW).

A seguinte inscrição está inédita:

· · · VS

· · · ANVS

¹ A mesma marca figulina se lê em vasilhas encontradas em Hespanha. Ela é de origem galo-romana. Vid. M. Cazurro, *Terra sigillata*, 1909, pp. 61 e 47.

Nada falta à direita; há porém falhas à esquerda, em cima, e em baixo. Está gravada em uma tábula de mármore, de $0^m,135 \times 0^m,13 \times 0^m,03$.

Em dois pedaços de mármore, que se ajustam entre si, lê-se:

... $\zeta \tau$ APPVLE ...
PRIAMVS ...

Dimensões dos fragmentos assim ajustados: $0^m,20 \times 0^m,12 \times 0^m,05$. Altura das letras: $0^m,035$. A primeira palavra será *Sex(tus)*; a segunda deve ser *Appule(ius)*; a terceira não apresenta dificuldade,— cf. já *O Arch. Port.*, II, 144.

Com a Epigrafia, embora não latina, se relaciona o curioso objecto de pedra que se figura com o n.º 4. É uma chapazinha amuletiforme, com um recorte na extremidade superior, onde tem um furo bicónico. Na extremidade inferior há uma fractura que atinge uma das faces maiores. Nesta face lê-se a seguinte inscrição, cujas letras são iguais a algumas das que se lêem nas inscrições turdetânicas do Alentejo e Algarve¹: ~~XAS~~² A, que suponho se pode transcrever, da direita para a esquerda, por *qsrd*. Pena foi que alguém fizesse recentemente uns riscos no reverso para imitar as letras ibéricas do anverso. A chapa apareceu no castelo de Alcácer e foi oferecida ao Sr. Correia Baptista. Comparável a esta chapa é uma de serpentina que se crê aparecida em Aljezur, e que hoje está no Museu Etnológico Português: aqui a reproduzo na fig. 5; sómente esta é anepigrafa². A inscrição da chapa de Alcácer, apesar da fractura, vê-se que está completa. Ela constitui mais um documento de epigrafia indígena, paralelo às legendas das moedas salacienses, isto é, cunhadas na mesma região a que a inscrição pertence³.

*

Direi algumas palavras acerca das moedas que existem no Museu. Tenham-se presente as estampas I e II publicadas no vol. VI d-*O Arch. Port.*, entre pp. 88 e 89, pertencentes ao artigo intitulado «Les monnaies de la Lusitanie Portugaise».

N.º 3—Há um exemplar.

N.º 4—Há dois exemplares.

N.º 6—Há dois exemplares, mas de um já não se vê a legenda.

¹ Vid. Hübner, *Mon. ling. Iber.*, p. 192 sgs.; e cf. *O Arch. Port.*, III 185, e V 140.

² Vid.: *Religiões da Lusitânia*, I, 169; e Estácio da Veiga, *Antiguidades monumentaes do Algarve*, IV, est. X, n.º 9.

³ A respeito das moedas salacienses vid. adiante.

N.º 7—Há dois exemplares em mau estado, pois de um só se vê o que se diz n-*O Arch. Port.*, I, 82; do outro só se vêem no anverso vestígios da cabeça, e no reverso as curvaturas dos peixes.

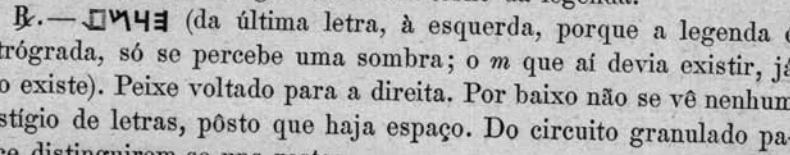
N.º 8—Há um exemplar; a meia-lua pode ter existido no começo da legenda, mas como a moeda está muito cerceada, não se pode saber isso ao certo.

N.º 9—Há três exemplares. No anverso de uma lê-se claramente ODACIS · A; no de outra é menos claro o A, só se lê bem o restante; o terceiro exemplar, posto que bilingue, está muito gasto.

N.º 12—Há um exemplar; mas na legenda IMP · SA... já não se percebe o L final, por a moeda estar cerceada.

Há uma moeda nova (fig. 6):

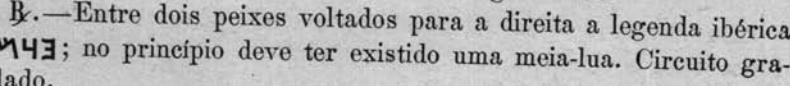
Anv.—CANDM, letreiro lido de cima para baixo (está completo). Cabeça de Hércules voltada para a esquerda, com pele de leão (a maça já não se vê). Circuito granulado em torno da legenda.

R.— (da última letra, à esquerda, porque a legenda é retrógrada, só se percebe uma sombra; o m que aí devia existir, já não existe). Peixe voltado para a direita. Por baixo não se vê nenhum vestígio de letras, posto que haja espaço. Do circuito granulado parece distinguirem-se uns restos.

A chapa é de forma de cunha, mais grossa de um lado do que do outro.

Outra moeda nova (fig. 7):

Anv.—Cabeça de Júpiter coroada de louro, voltada para a esquerda e barbada. Tem legenda latina, de que só distingo letras avulsas: C.....SC.. (não é ODACIS, como noutras, porque o vestígio de letras é maior do que o espaço que essa legenda comportava, e porque o tipo desta difere do de ODACIS). Circuito granulado.

R.—Entre dois peixes voltados para a direita a legenda ibérica ; no princípio deve ter existido uma meia-lua. Circuito granulado.

O bôrdo é cortado ao viés.

No Museu há mais três exemplares de moedas em cujos anversos se vê a cabeça de Hércules, mas estão muito gastos, e é difícil dizer a qual dos números citados nas duas referidas estampas, I e II, d-*O Archeologo*, pertencem.

Há ainda outra moeda: talvez a do tipo do hipocampo (n.º 3 ou 5 do artigo d-*O Archeologo*), mas não o posso dizer ao certo, por estar muito apagada.

Sem pois contar a moeda latina, e a última, vê-se que no Museu de Alcácer existem 17 moedas indígenas de *Eviom*.

Este número é pois confirmação eloquente da hipótese defendida n-*O Arch. Port.*, I, 83, de que a cidade em que estas moedas se lavraram era Salácia, e de que ficava nas margens do Sado, ou corresponda à moderna Alcácer, ou a outra localidade. Sem dúvida se encontram moedas de *Eviom* longe do Sado: assim a que se descreveu n-*O Arch. Port.*, II, 280, apareceu no Alentejo, para os lados de Elvas; e eu adquiri em 1905 três em Madrid, que talvez aparecessem em Hespanha. Mas isto não invalida o argumento, porque, na época a que pertencem as moedas chamadas ibéricas ou autónomas, estas corriam, embora talvez só em circunstâncias determinadas, por toda a Península: assim se encontram nas nossas estações arqueológicas muitas moedas que foram cunhadas na Hespanha; e eu trouxe de Madrid, com as citadas moedas de *Eviom*, uma de *Ebora*, que também certamente foi achada na Hespanha. O importante é encontrar-se junto do Sado um número relativamente avultado das moedas de que se trata, e isto explica-se bem, admitindo-se que era lá a fábrica de tais moedas.

Também se deve tomar em consideração que as legendas monetárias são retrógradas, como as lapidares que se tem achado no Alentejo e Algarve, isto é, na parte portuguesa da Turdetânia.

Com as moedas de *Eviom* e *Salácia* está outra moeda aparecida em Alcácer, que se representa na fig. 8:

Anv.—Cabeça encarapinhada e descoberta, voltada para a direita; pescoço bem distinto.

Rv.—Dois ramos, e entre eles umas letras que julgo serem MR isto é, a inicial de MVR(*tilis*): cfr. análoga legenda n-*O Arch. Port.*, VI, est. II, n.º 15, e III, n.º 16, do artigo já citado acima.

O cunho é singularmente bárbaro: a chapa muito irregular.

Em virtude do que deixo dito, este exemplar constitue variante das moedas conhecidas de Myrtilis.

*

A lápide de Cornélio Boccho, a que me referi n-*O Arch. Port.*, I, 69 sgs., e que estava embutida na parede de uma casa em Alcácer, foi já transportada para o Museu (seção lapidar, no convento de Santa Clara). Tirei da inscrição um decalque de gesso, para o Museu Etnológico, onde já está. Aqui reproduzo a inscrição, segundo esse decalque:

... CHVS · PR · CAESARVM BIS
 ... ⋄ T · PERP · FLAMEN · PERP
 ... II · PR · FABR · V · TR · MIL · DSPP

Não difere do texto publicado no cit. loc. d-*O Archeologo* senão em que no comêço da linha 3.^a se distingue mais um I antes do que já havia sido copiado, e que no comêço da 2.^a há vestígios de outra letra. Note-se que, como disse acima, a inscrição, quando primeiro a copiei, estava embutida numa parede, e que algumas das letras tiveram então de ser lidas com o auxilio do tacto¹.

b) HERDADE DOS FRADES.

Esta herdade fica na frèguesia de S. Romão, concelho de Alcácer, e é banhada pelo rio Sado.

Aparecem por aí alguns alicerces antigos de casas, e grande quantidade de cerâmica, já inteira, já em fragmentos (vasos, tégulas, etc.), e outros objectos de carácter antigo.

O Museu alcacerense possue de lá os seguintes objectos romanos:

uma ânfora, já quâsi sem gargalo nem asa;

várias tégulas inteiras;

dois vasinhos de barro (figs. 9 e 10);

uma bacia de bronze, de 0^m,33 de diâmetro na boca, de 0^m,18 de altura e de 0^m,23 de diâmetro no fundo (fig. 11);

duas enxadas de ferro (figs. 12 e 13);

e um *pondus* de barro com dois orifícios (fig. 14).

Tambem de lá possue um *dolium* muito grande, de 3^m,37 de diâmetro máximo no bojo, intacto, levemente ornamentado com traços circulares. Tem a particularidade de ter duas asas em cima. Como nunca vi nenhum *dolium* romano assim, apesar de ter visto muitos em Itália, lembro-me se este será cartaginês (vid. fig. 15). O Museu Etnológico tem um igual, oferta do Sr. José da Costa Passos, por intermédio do Sr. Joaquim Correia Bátista. A título de comparação, notarei que conheço um muito semelhante no Museu de Madrid, onde é dado como romano, mas onde não se indica a procedência: tem de altura 0^m,85 e de diâmetro na boca 0^m,20.

c) HERDADES DO HOSPITAL E DE VAL DE CARVALHO:

Nestas herdades apareceram várias sepulturas que pertencem à civilização da época do bronze; serão descritas noutro lugar (na série

¹ Hübner completa a inscrição com bastante liberdade na *Ephemeris Epigraphica*, VIII, 256. Além d'isso lê na 3.^a linha PR · FABRV, quando eu creio que é PR · FABR · V, embora o V esteja junto ao R, e o ponto no decalque não seja nítido. Que dúvida que o cargo de *pr(aefectus) fabr(um)* se exercesse *quinquies* «cinco vezes»? Não faltam exemplos de *bis*, *ter*, *quater*, *quinquies*. Quanto ao último, cf. Wilmans, *Exempla inscript. Latinar.*, t. I (1873), n.^o 1606.

de artigos intitulada «Estudos sobre a época do bronze em Portugal», que está sendo publicada no *Archeologo*.

II.—Grândola

Fiz várias excursões e escavações no concelho de Grândola, em companhia do meu ilustre amigo Dr. Manuel Mateus, que, além de me acompanhar sempre, teve a amabilidade de me receber em sua casa.

Aqui publico o relatório do meu trabalho.

a) CASTELO DO LOISAL:

31 de Dezembro de 1904.

O *castelo do Loisal* (fig. 16), é um morro insulado (A, na fig. 17-18), com atérro artificial no cimo (toda a coroa me pareceu artificial). O povo, que vê aí obra da Mourama, fez córtes em várias partes, à procura de tesouros: nesses córtes se observam claramente os elementos constitutivos do atérro: terra mexida e pedregulho. Há à superfície muitos cacos de aspecto romano: beiras de vasos, tijolos grossos, pedaços de bojos grandes; não encontrei nenhum caco de aspecto pre-romano.

Do lado do sul existe um fôsso que o separa dum planalto (B, fig. 17-18), onde aparecem dos mesmos cacos e onde se descontinam vestígios de paredes. Do lado do norte e oeste passa a ribeira do Loisal.

O morro, ou «castelo», como o povo lhe chama, não é muito alto; todavia do lado da ribeira tem grande declive, e tornava-se aí fácil a defesa, em caso de ataque. Um dos eixos ou diâmetros orça por 60 metros; o outro é muito maior. Por causa do acanhamento do espaço não podia servir de habitação permanente: julgo-o pois mero fortim. A povoação permanente seria o planalto do sul (B), que, como disse, é bastante extenso.

Acérca do «castelo do Loisal» vid. já *O Arch. Port.*, I, 239 (artigo do Dr. Manuel Mateus).

b) ANTAS DOS ARREDORES DE GRÂNDOLA:

Por indicação do Dr. Mateus vi nos arredores de Grândola duas antas que explorei em 2 de Janeiro de 1905.

Anta 1.^a

Fica na herdade chamada de *Martins Parreira*, em meio de terrenos de cultura. Consta apenas de parte da mamôa e de alguns dos

esteios que formavam a câmara. Faltam outros, bem como a tampa e o corredor. Vid. a planta na fig. 19.

A....1^m,74 de largura; 1^m,81 de altura até o fundo da pedra; 0,27 *plus minus* de espessura.

B....0^m,64 de largura.

Os esteios são sem aparelho e estavam acunhados; *a*, *b* e *c* representam os alicerces ou cunhas dos esteios que faltam.

Cavei até encontrar o chão natural: num sítio encontrei-o à profundidade de 0^m,60; noutro encontrei-o a profundidade menor. A linha *a d* representa um dos diâmetros da câmara.

A exploração rendeu pouco, pois não apareceu mais que um machado de pedra muito delido (fig. 20) e umas esquirolas osseas: tudo isto a meia altura da câmara.

Na ocasião em que fiz a escavação, o interior da anta servia de horta: havia lá alhos, espinafres e coentros.

Anta 2.^a

Fica em todo o cimo do sítio do *Outeiro do Ouro*, a uns 3 quilómetros e ao sul de Grândola, sobranceira à estrada de macadame que vai d'aquela vila a S. Tiago de Cacem. Do local goza-se dilatado horizonte, pois o *Outeiro do Ouro* é um dos mais altos d'ali.

Diz o povo que nesse outeiro está enterrado um tacho cheio de ouro, com as asas de fóra, e que, quanto mais se cava para o procurar, mais ele se enterra. Não entendo como é que, estando o tacho com as asas de fóra, se enterra cada vez mais, a não ser que elas sejam muito compridas: todavia nem sempre devemos esperar que haja lógica nas lendas populares, ou só devemos esperar que haja uma lógica especial. Sem dúvida o nome do outeiro relaciona-se com a lenda, ou esta lhe desse origem, ou vice-versa.

No momento da minha visita restava da anta parte da mamôa, oito esteios da câmara, e a tampa, esta porém caída dentro; dos esteios, um estava caído para fóra, outros no seu lugar, ainda acunhados. Não há muito que a tampa estava também ainda no seu lugar; pessoas com quem falei se lembram da a ter visto aí. Foram os sonhadores de tesouros que a derrubaram, uma noite, porque a noite é sempre propícia a feitos d'estes, ou pelo mistério d'ela, ou porque com a sombra protege os ladrões. Consta que os tais sonhadores encontraram uns cacos. Eu por mim encontrei na terra por elas remexida, e amontoada fóra, quatro machados polidos e duas metades de outros (figs. 21 a 26).

A anta é pequena e pouco alta. Cavei até o chão natural, que

apareceu logo a 0^m,2 de profundidade da actual superfície. Nada apareceu senão um seixo rolado.

Vid. a planta na fig. 27.

Esteio *B* (caído)....1^m,48 (altura) \times 0^m,72 (*maximum*) \times 0^m,38.

Esteio *D*....1^m,10 (altura) \times 0^m,81 (*maximum*) \times 0^m,21.

Tampa....2^m,21 \times 1^m,17 (*plus minus*) \times 0^m,47 (*plus minus*).

A exploração tornou-se difícil por causa do obstáculo que a ela opunha a tampa, caída no chão, a qual foi preciso remover. O mato que crescia em volta opôs também outro obstáculo.

c) «CASTELO» E «CASTELINHO» DE GRÂNDOLA:

Contiguo à vila há dois campos largos e planos, cortados por uma estrada que fica sobranceira à várzea do rio Davino, chamados, o da esquerda, para quem sai da vila, *Castelo*, e o da direita, *Castelinho*. O primeiro é, além disso, cortado por outra estrada.

Nestes dois campos, que ocupam grande extensão, aparecem numerosos entulhos, constituídos por cacos, e também alguns restos de paredes e lanços de formigão (*opus Signinum*). Entre os cacos reconheci restos de vasilhas grossas, como de *dolia*, outros de vasilhas finas e de telhões; o Dr. Manuel Mateus tinha já reconhecido pedaços de *tegulae* e de asas grossas, e colhido no Castelinho um *pondus* de barro, que me ofereceu e está no Museu Etnológico (fig. 28).

Nos mesmos campos apareceram várias moedas de bronze, algumas das quais vieram para o Museu: de Augusto, de Alexandre Severo (séc. III), de Constantino (séc. IV) e uma de *Emerita*; e consta que apareceu uma de ouro, igualmente da época romana. De inscrições lapidares é que não tive notícia.

Estes campos, apesar do nome que o povo lhes deu, não podem considerar-se castros; são porém assento de uma antiga Grândola.

d) MINA DE COBRE DA SERRA DA CÂVEIRA:

Ergue-se a Serra da Câveira a seis quilómetros de distância, no rumo de sudeste, da vila de Grândola. Há aí importantes jazigos de cobre, começados a explorar em 1855, e a respeito dos quais se lê o seguinte no *Catálogo da secção de minas*, da Exposição Nacional de 1888, por Severiano Monteiro & J. A. Barata, Lisboa 1889, pp. 105-106:

«Os Romanos não deixaram intactos estes jazigos, o que é provado por uma quantidade inumerável de poços e por imensos escoirais avaliados em 300:000 toneladas.. Na mina da Câveira, além de numerosos poços, descobriram-se três galerias de esgôto dos labores romanos, tendo uma delas perto de 1 quilómetro de exten-

»são. Para encontrar as bôcas destas galerias foi necessário abrir extensos cortes na *toba* que se tinha formado, um dos quais apresenta um comprimento de 220 metros».

À prova do domínio romano nestas paragens dada pelos escoriais e galerias da mina deve juntar-se a dos objectos arqueológicos que aí aparecem com frequênciia. O Museu Etnológico possue vários d'eles, uns oferecidos pelo Sr. C. Harris, por intermédio do Dr. Manuel Mateus, outros oferecidos directamente por este senhor; aqui os enumero:

- 1) uma fibula de bronze (fig. 29);
- 2) um *poculum* de barro, formado delicadamente de dois troncos de cone de desigual altura, unidos pelas bases maiores, o mais alto dos quais apresenta na superfície, na direcção das geratrizess, seis séries de mamilos agrupados três a três, e termina em cima por uma canelura, que delimita o bocal (fig. 30);
- 3) um *simpulum* de bronze, já descrito e figurado nas *Religiões*, III, 486-487;
- 4) um vaso de barro, um tanto grosseiro, espécie de panela ou *olla*, com duas asas (fig. 31);
- 5) dois tejolos de forma de quarto de círculo, que serviam para, agrupados, formarem colunas cilíndricas (figs. 32 e 33); cf. *O Arch. Port.*, I, 315 (artigo de Maximiano Apolinário);
- 6) uma *lucerna* de barro, incompleta, pertencente ao séc. II ou III (fig. 34): falta quase todo o bico (*myxa*, *rostrum* ou *nasus*) e metade da cauda ou *ansa*, que era furada; o bico ligava-se ao recipiente por meio de duas volutas, postas na base d'ele, as quais ainda se vêem na face ou *discus* superior da lucerna; o orificio desta face está bastante alargado, por quebradura; no reverso, ou fundo, não há mais que um sulco circular, que o toma todo; pelo corpo do objecto existem uns restos de tinta vermelha, vestígios da cõr primitiva;
- 7) uma cabecinho de bronze, que vai desenhada na fig. 35, e deve ter feito parte de um ornato;
- 8) vários fragmentos cerâmicos (de lucerna e de vaso);
- 9) um *forceps* ou «tenaz de ferro», deteriorado.

Os objectos que tem os n.^{os} 4 e 5 podem ter sido fabricados cá; os que tem os n.^{os} 1, 2, 3, 6 e 7 são, como creio, importados.

*

Quando num local aparecem vestígios do passado, revelados em edificações mais ou menos grandiosas, em explorações mineiras, em louças, etc., o povo, que anda sempre cobiçoso de dinheiro, e se

impressiona ou com a quantidade d'esses vestígios, ou com o seu aspecto estranho, vê em tudo anúncios de riquezas oculas e misteriosas, cuja posse atribue geralmente aos Mouros, e fórmá às vezes, a tal respeito, uns como *roteiros poéticos*, que passam de bôca em bôca (tenho coligido muitos por todo o Portugal). Assim sucede em Grândola, onde se diz que:

Entre a Câveira¹ e os Canais²
Deixaram os Mouros seus cabedais.

e) HERDADE DE MARTINS PARREIRA:

Nesta herdade, onde há antas, como disse acima, aparecem também vestígios romanos: aí, por exemplo, apareceu um *pondus* de barro que o Sr. Jorge Nunes me ofereceu, e que vai desenhado na fig. 36.

*

Além de objectos prehistóricos e romanos³, obtive alguns *boîdes* antigos de botica (faiança) e objectos etnográficos modernos: aqueles oferecidos pelo Sr. Oliveira Mota, e estes pelo Sr. Jorge Nunes. Outros cavalheiros me obsequiaram com dádivas e informações ou acompanhando-me, tais como os Srs. Luís Alves Serrano, Pedro Batista, Domingos Simões de Almeida, Dr. Júlio Palmeirim e José Vaz Pereira.

A todos os meus agradecimentos.

Apêndice ao capítulo II

Santa Margarida de Sado

O meu amigo Correia Bátista havia despertado repetidamente a minha cobiça, falando-me de lápides romanas de Santa Margarida de Sado, pertencentes ao Sr. Visconde de Ferreira do Alentejo. Chegou a ocasião de as ir ver. Fui lá, de Grândola, uma manhã, com o Dr. Manuel Mateus e Guilherme Gameiro.

¹ Serra e mina.

² Duas herdades do concelho de Grândola: Canal de Cima e Canal de Baixo.

³ Aos que mencionei supra, juntam-se: sete machados de pedra dos arredores de Grândola e da herdade de Cadouços, e um machado de bronze de Val de Guio (Melides).

Instalámo-nos num *carro alentejano*, que o Dr. Mateus aprontára e preparára (vid. a fig. 37, desenho de Gameiro), e seguimos, primeiro por estrada macadame até as Eneruzilhadas, onde pouco antes aparecera uma fibula romana que está no Museu Etnológico¹, depois através de montados de sôbro ou azinho, e de charnecas, —herdades das Fontainhas, Várzea Redonda, Canal, S. Lourenço, Padrões, Val de Joana, Carvalhal—, até Várzea de Galegos, onde almoçámos bucólicamente sob uma azinheira. Apesar do extenso território que atravessámos, nenhuma povoação se nos deparou. Tudo deserto. Quando muito, branquejava de longe em longe um *monte*, ou casa de herdade, por entre a ramaria monótona. A Várzea de Galegos fica na margem da *riveira de Sado*. Em frente, na outra margem, está Santa Margarida. Foi-nos pois preciso atravessar a ágoa, o que fizemos num barco de fundo chato, feição de taboleiro, dirigidos por um rude campónio que exercia as funções de «bateleiro», e o movia a remos, ou, como o povo lá diz, *a ramos*.

Numa cerca próxima da povoação de Santa Margarida vi grande quantidade de tejolos grossos rectangulares (*lateres*), e soube que tinha aí aparecido uma telha inteira (*imbrex*), que me deram. Junto da igreja, pela rua, há muitos pedaços de formigão (*opus Signinum*).

Na esquina da igreja está embutida uma tampa sepulcral, cupiforme, de mármore, semelhante a muitas que aparecem no Alentejo e Algarve; nela se lê uma inscrição, como consta do desenho ou fig. 38. O campo da inscrição mede 0^m,32 × 0^m,20. Na 3.^a linha o M parece ter sido posto por engano, e foi substituído por outro na 4.^a linha. A última letra da inscrição acha-se falhada. O texto é pois: *D(ii)s M(anibus) s(acrum). Mumia Martiola, an(norum) 65, h(ic) s(ita) e(st). S(it) t(ibi) t(erra) l(evis)*. — Esta lápide veio depois para o Museu Etnológico, por dádiva do nobre Visconde a quem ha pouco me referi, e que além d'estes tem prestado à Arqueologia nacional outros valiosos serviços.

Os degraus da igreja são constituídos por três mármore, o mais baixo dos quais é tambem uma sepultura cupiforme; todavia, se esta tem inscrição, está na face que assenta no chão, e por isso não se vê.

A soleira da porta do cemitério é de mármore, e dizem-me que formada por mais uma sepultura cupiforme.

Sólta na povoação havia outra pedra sepulcral, de fórmula de base, mas com um buraco na superfície superior: na frente tem uma es-

Vid. *O Arch. Port.*, x, 320 (artigo do Dr. F. Alves Pereira).

pécie de nicho em que se gravou uma inscrição, hoje muito gasta, da qual pouco mais se apura que as fórmulas POSVI e STTL, um número (idade), e letras avulsas; na face esquerda (do lado do observador) vê-se esculpida uma pátera circular, sem cabo. Altura da pedra 1^m,06; largura em baixo 0^m,68; campo da inscrição 0^m,57 \times 0^m,41; altura das letras 0^m,045. Esta lápide foi-me também oferecida para o Museu Etnológico pelo Sr. Visconde de Ferreira, e cá está hoje: n.^o de entrada 5:013.

À porta da casa de Manuel Guerreiro vi uma base de mármore, que igualmente veio para o Museu: n.^o de entrada 5:014.

Consta-me que ao sul do cemitério, próximo da povoação, se descobrem alicerces de casas antigas; não fui lá porém.

*

Eis o que pude apurar da época romana. De época posterior, embora não moderna, vi uma pedra que tem gravado um sino saimão, \star , e outra que tem gravada, ao que me parece, uma espada ou cruz de Sant'Iago.

III.—S. Tiago de Cacem

Ao Sr. Augusto Ernesto Teixeira de Aragão, filho do falecido numismático e arqueólogo Dr. Teixeira de Aragão⁴, devo a amabilidade de me apresentar a alguns cavalheiros da vila de S. Tiago de Cacem, tais como os Srs.: Dr. António Pereira de Carvalho, advogado; Dr. A. A. Félix da Cruz, médico; A. M. Freire de Andrade, farmacêutico; J. M. Durães, proprietário,—que me ajudaram nos meus estudos. O próprio Sr. Aragão me acompanhou também em várias excursões que realizei pelo concelho.—Dou, desde já, os meus agradecimentos a todos.

*

Tendo de falar das antiguidades que vi em S. Tiago de Cacem, e seus arredores, devo, para seguir ordem cronológica, começar pelos tempos prehistóricos.

Da idade neolítica obtive quatro instrumentos de pedra, dois dos quais me foram oferecidos pelo farmacêutico Sr. Freire de An-

drade.—Além d'estes ha no Museu Etnológico outros do mesmo concelho, que adquiri noutra ocasião.

Da idade do bronze trouxe uma foice, um escopro e um machado, aparecidos na herdade do Sobral da Várzea: estavam uns ao pé dos outros, sem pedra ou caco ao pé; constituíam uma espécie de tesouro. Com êles havia mais alguns, que o dono da herdade, o Sr. Joaquim Gamito, que me deu estes, já não possuía; mas tenho no Museu, junto d'êles, um segundo escopro (incompleto) e um segundo machado, que provirão do mesmo tesouro (não me recordo ao certo como os obtive, porque me perderam os rótulos, mas creio que m'os ofereceu um vizinho do Sr. Gamito).

Na idade lusitano-romana podemos inscrever o *Castelo Velho*, que fica próximo da vila, e aonde fui em companhia do Sr. D.^{or} Pereira de Carvalho. O *Castelo Velho* é um monte fortificado, ou *oppidum*, em que se distinguem tres aterros, como se vê do esbôço ou fig. 39, feito de apontamentos de G. Gameiro e meus por Saavedra Machado, actual desenhador do Museu Etnológico. Designarei os tres aterros por *A*, *B* e *C*; êles eram amparados por muralhas exteriores, construídas de fiadas de pedras postas horizontalmente e cimentadas, muralhas de que só restam alguns lanços. Do lado de fóra do outeiro *A* existem num ponto vestígios de tres casas contíguas: uma das paredes era a própria muralha. No aterro *B* tambem ha restos de muralha, e de casas eneostadas a esta. O aterro *C* é uma espécie de acrópole, sobranceira como está a tudo. Os aterros *B* e *C* não são concéntricos, mas tangentes. O aterro *A* parece que vai envolver o morro em que está a capelinha de S. Brás. Nos espaços que ficam entre as tres muralhas encontra-se quantidade inaudita de tijolos, fragmentos de ímbrices e de tégulas, pedaços de *opus Signinum*. Ai apareceu um anelinho romano de ouro que o Sr. Augusto Ernesto Teixeira de Aragão me ofereceu, e que está no Museu com o n.^o 4*: êste anel tem figurado no centro um busto de mulher, aberto numa laminazinha de pedra e pintado; o busto está voltado para a esquerda, lembrando o penteado o de Lucila, espôsa de Lúcio Vero, falecida por 183¹. Do mesmo *oppidum* são os seguintes objectos: 1) uma lâmina de mármore, que tem esculpida na face anterior uma palma estilizada, e fez parte de um ornato arquitectural (vai desenhado na fig. 40), — espessura 0^m,02, comprimento máximo 0^m,145, largura máxima 0^m,12; 2) várias moedas de bronze do séc. III (*Julia Mamaea*, *Gordianus Pius*, *C. Claudius*).

¹ Vid. um desenho no *Reallexikon* de Forrer, p. 320.

As inscrições romanas publicadas no vol. II do *Corpus*, n.ºs 22, 23, e 25-29¹, consta que também foram levadas do *Castelo-Velho*. — O tipo d'esta fortificação é o dos castros protohistóricos; não há porém dúvida que ela recebeu grande influência romana, revelada nas muralhas, nas casas e nos achados. A área em que aparecem cacos antigos, vestígios de muralha e aterros é enorme. Muito importaria levantar uma planta do local, e proceder nele a escavações metódicas (o que eu por ventura farei um dia). Na Courela do Monte, ao pé do Castelo Velho, vi uma base de coluna.

Na parede do antigo hospital da vila, o qual hoje pertence à Sr.^a D. Camila Infante Maldonado Passanha, de Ferreira do Alentejo, há uma pedra calcárea com uma inscrição consagrada a Esculápio: vid. *Corpus*, II, 21, e *Religiões*, III, 262-263. A inscrição oferece alguma dificuldade de leitura, que talvez pudesse resolver-se, se a pedra fosse extraída da parede e colocada em posição de se examinar comodamente.

No sítio da Várzea dos Pereiros, dentro da herdade do Parral (freguesia de Santa Cruz), apareceu por 1905, em escavações agrárias, o seguinte, da época romana: tijolos rectangulares grossos, e outros de forma de quarto de círculo, dois vasos de barro, pregos

¹ Quatro d'estas lápides (n.ºs 22, 23, 28 e 29) estão num tanque à entrada da vila. É estranho que sejam todas do mesmo mármore azulado, ornadas com idêntico friso, e tenham dimensões iguais,—embora os caracteres paleográficos difiram entre si. Algumas tem erros: o n.º 28 tem PAGVSIGF com F por E, e tem IVGI por LVCI, e OPIVML por OPTVME; o n.º 29 na segunda linha tem E por F. Aqui dou os textos que copiei; n.º 22) MARTI || SACR\ \ \ IN || HONO || REM (sem ponto) e \ PAG || MARINI \ \ PAG (sem ponto) MRAI || ANE FRATRI || PIENTISSIM\ \ \ ,—dimensões 0^m,89 × 0^m,51, altura das letras 0^m,052, campo da inscrição 0^m,82 × 0^m,44; n.º 23) VENERI (sem ponto) VICTRI || CI \ AVG \ SACR \ \ \ IN HONOREM \ LV || CILIAE \ LEPIDINAE \ \ \ FLAVIA (sem ponto) TITIA \ FILIAE || PIENTISSIMAE \ \ \ ,—dimensões 0^m,89 × 0^m,51, altura das letras 0^m,035, campo da inscrição 0^m,325 × 0^m,44; n.º 28) PAGVSIGAF || L \ F \ \ \ FVNDA || NAE (sem ponto) \ \ PAGV \ \ SIGVS (sem ponto) IVGI || ANVS \ SORO \ \ RI (sem ponto) OPIVML \ \ ,—dimensões 0^m,89 × 0^m,51, altura das letras 0^m,05, campo da inscrição 0^m,36 × 0^m,33; n.º 29) Q \ SCRIBONIO \ \ L \ E \ \ QVIRI \ \ PATERNO \ \ L \ SCRIBONIV \ \ SATVRNIVS \ \ PATER,—dimensões 0^m,89 × 0^m,51, altura das letras 0^m,05, campo da inscrição 0^m,34 × 0^m,36.—Chego a suspeitar, e com muita razão, que estas inscrições serão cópias, e não originais. As inscrições n.ºs 24, 25 e 26 já não as encontrei. A inscrição n.º 27 está num cipo de mármore de 0^m,90 de altura, 0,51 de largura, e 0^m,43 de espessura, hoje no Museu Etnológico por permissão da Ex.^a Câmara de S. Tiago; o texto diz: \ (sem ponto) PAGVSIGO \ \ VALERIANO \ \ EX TESTAMEN (sem ponto, nem T, que nunca aí esteve, porque o friso é nítido) \ \ SVO (sem ponto) SCRIBO \ \ NIA (sem ponto) \ (sem ponto) F (sem ponto) M XI \ \ M (sem ponto) HERES (sem ponto) F (sem ponto) C \ . Estou igualmente muito suspeitoso de que é cópia.

de ferro, um «cantil» de barro, e um tinteiro ou *atramentarium* metálico. Este último obtive-o num ferreiro em S. Tiago, e vai desenhado na fig. 41: foi certamente importado da Itália, pois é igual a um que comprei em Roma, e está também no Museu Etnológico (secção estrangeira: armário da Itália antiga); como estes vi outros na Itália, provenientes de Pompeios¹. Os restantes objectos da Várzea dos Peireiros perderam-se. Consta-me que no mesmo local se descobriram restos de paredes, e sepulturas feitas de tijolos grossos, cobertas de lajes tóscas, sepulturas que continham ossos. Análogas sepulturas havia no sítio da Várzea do Outeirinho, e uma d'elas com um púcaro de barro à cabeceira. Fui a essa herdade, mas já não vi nem paredes nem sepulturas, e apenas vi pedaços de *opus Signinum* grosseiro, e uma mó chata de 0^m,56, com orifício central; também vi, e trouxe para o Museu, um rebolo achatado nos dois polos, que tem de circuito 0^m,27 (seria projéctil?), feito, ao que parece, de um calhau rolado, como se induz de uns restos de polido.

Na herdade do Saragaçal (palavra derivada de *saragaço* «saragaço», planta) apareceu em tempo, como me disseram, *um bicho de pedra com dez tetas*. Corri logo lá, e efectivamente encontrei os fragmentos de uma Esfinge, que publiquei no *Religiões*, III, 522-523. Com estes fragmentos havia-se encontrado metade de uma mó romana de mão.

Para terminar o que contava dizer de S. Tiago de Cacem, descreverei agora tres objectos romanos que o Sr. Augusto Ernesto Teixeira de Aragão também me ofereceu. São eles:

1) Uma lucerna de barro, desprovida de asa, com bico um tanto estreito, e uma figura (Vitória?) na parte superior do recipiente. Fig. 42. Deve ser do séc. I.

2) Outra lucerna com asa bastante desenvolvida e proeminente, bico largo, lisa no anverso, e com umas letras no fundo, que tem esta forma e disposição: V A (no intervalo havia mais uma letra, que desapareceu). Fig. 43. Posterior ao séc. I.

Estas duas lucernas eram pintadas, mas quem as encontrou, lavou-as de tal modo, que a pintura quase se sumiu.

¹ Chamo «tinteiro» ao objecto de S. Tiago de Cacem, e não «copo de dados de jogar», ou *fritillus*, porque embora se assemelhe externamente aos *fritilli* (cfr. *Greek and Roman Life*, Museu Britânico, 1908, p. 188), distingue-se d'eles internamente em não ter *gradus* ou arestas salientes (vid. desenhos no *Dictionnaire des Antiquités* de Daremberg & Saglio, II, 1341, s. v. «*fritillus*»), para os dados rolarem ao saírem.

3) Uma tijela de barro grosseiro, cuja forma é o protótipo das nossas «malgas». Fig. 44. Fôra igualmente muito lavada, o que motivou do mesmo modo o desaparecimento do *engobe* ou «capote».

IV. Sines

Levou-me a esta vila principalmente o desejo de verificar se ainda existiriam uns objectos arqueológicos que, tendo aparecido na Foz da Junqueira em 7 de Junho de 1591, foram transportados para Sines, e guardados lá religiosamente em uma caixa, arca ou cofre, num templo, por se supor que pertenciam à sepultura de S. Torpes. Como tratei do assunto nas *Religiões da Lusitania*, I, 21-23, dispenso-me de aqui repetir o que já escrevi; bastará notar o que fôr necessário para o seguimento das ideas, visto que, posteriormente à publicação do meu livro, encontrei factos novos que devo relacionar com os já conhecidos antes.

Em 1591 fez-se um inventário dos referidos objectos, como consta do *Exemplar da constancia dos martyres em a vida do glorioso S. Torpes*, por Estêvão de Lis Velho, Lisboa 1746, p. 166-168:

«Certifico eu Pedro Lopes, notario publico apostolico, ... e faço
 »fê que o que nesta caixa está, he o seguinte: a ossada que se tirou
 »da foz da Junqueira, termo desta villa de Sines; a terra que se
 »tirou dos ditos ossos ao tempo que se achárão; huma pomazinha
 »quebrada de barro, que se achou na dita sepultura; huma estampa
 »de pedra preta debuxada, que se achou na dita sepultura; ... está
 »mais nesta caixa hum casco de cabeça, que foy achado á porta da
 »sepultura, da banda de fôra; está mais huma pedra preta, que se
 »achou fôra no vestigio; na ossada assima estão trez dentes atados
 »na ponta de huma toalha ... por se acharem na sepultura».

Em 1695 abriu-se o cofre, e no termo da abertura diz-se: «ficão
 »neste lugar os ossos de S. Torpes, e mais cousas que estavão na
 »arca». *Obra cit.*, p. 169.

No tempo de Lis Velho só existiam «poucos e pequenos ossos,
 »a pomazinha de barro, a pedra preta debuxada, e o casco da cabeça
 »que se achou na porta do tumulo». *Ibid.*, p. 174.

Pelas investigações a que procedi, vim a saber que no sacrário da igreja da Misericórdia de Sines se guardava de facto um cofre com «reliquias», o qual estivera em tempo na posse de um padre, que à hora da morte recomendou que o colocassem no sacrário. Por permissão do Sr. Francisco António da Silva, provedor da

Misericórdia, o sacrário foi aberto diante de mim por um eclesiástico, e retirado de lá um cofrezinho de madeira, forrado de sêda (fig. 45), em que estavam os seguintes objectos:

- 1) uma calote craniana (osso frontal, e resto dos dois parietais);
- 2) esquírolas ósseas aglutinadas com terra (espécie de brecha óssea);
- 3) parte de uma vasilha grossa e tóscia de barro (fig. 46), com fracturas antigas,—feita à mão, sem roda de oleiro;
- 4) um medalhão ou «placa» de lousa, ornamentada de um lado, e com um friso do outro (fig. 47)¹.

Estes objectos concordam exactamente com os de que fala Lis Velho, e são pois os mesmos: só devemos entender que são objectos prehistóricos, e que nada tem com S. Torpes. Achamos aqui mais uma fábula, das muitas que enxameiam os Agiológios, devidas à fé ignorante do vulgo: tomou-se por sepulcro de um mártir o que não passava de dólmen ou anta!

O crânio diz Lis Velho que estava fora da sepultura, onde se encontraram mais ossadas, e êsse atribue-o êle a Santa Celerina (p. 189 sgs.). As referidas ossadas, por estarem fóra do monumento, mostram que não haveria só uma anta, e pelo contrário haveria várias².

Lis Velho reproduz no seu livro, p. 178, a «pedra debuxada», e ela combina com a fig. 47 do presente artigo: medalhão ou chapão oblongo, amuletiforme, como os que constantemente se descobrem nas antas do Sul de Portugal.

À descrição da «pomazinha» corresponde também optimamente o vaso da fig. 46, que tem além d'isso muita parecença, no seu todo, com um da estação prehistórica de Aljezur, que existe no Museu Etnológico, pavimento I, armário 1, e vem desenhado nas *Antiguidades monumentais do Algarve*, de Estácio da Veiga, I, est. F, entre p. 202 e 203.

Tornei a depor todos os objectos no cofre, que o eclesiástico, de que falei, fechou no sacrário. Seria talvez melhor tê-los trazido para

¹ Os desenhos que serviram para as gravuras 45, 46 e 47 foram feitos por Guilherme Gameiro.

² Dentro do sacrário da Misericórdia vi mais: um busto de mulher, de madeira, com restos de um crânio dentro, parte dos quais se descobrem através de um vidro pôsto na testa do busto; um braço de madeira pintado, com um osso comprido dentro, o qual se descobre também através de um vidro pôsto do lado da flexão. Diz a lenda que o crânio é de Santa Celerina, e o osso é de S. Torpes.

o Museu, porque d'ali, mais cedo ou mais tarde, não por causa do ingênuo sentimento que lá os fez depositar, mas por um sentimento oposto, embora filho da mesma ignorância, poderão vir um dia a ser violentamente arrebatados e dispersos: todavia, como não me seria fácil conseguir que m'os dessem, e além d'isso achei curioso que continuassem em Sines, pelo menos durante mais algum tempo, a servir de documentação efectiva ao livro de Lis Velho, nem sequer tentei adquiri-los, e contentei-me com cometer a indiscrição, bem justificada, de deixar dentro do cofre um meu cartão com a data da minha visita, e a explicação do que aquilo era.

*

A visita a Sines, na qual me acompanhou o Sr. Aragão, fez que eu me relacionasse com algumas pessoas da terra, e tomasse nota de várias antigualhas, que em parte vieram para o Museu.

Na vinha da Pôveira, que fica a tres quilómetros de Sines, e onde estive com o Sr. Francisco Inácio da Costa Palma, dono d'ela, costumam aparecer machados de pedra, vasilhas, etc. O Sr. Palma ofereceu-me os seguintes objectos de lá:

a) Cinco machados de pedra, que vão desenhados nas figuras 48 a 52, reduzidas,—compridos, faces convexas, bordos e gume curvilíneos;

b) Um instrumento de pedra, achatado, de forma arredondada ou sub-quadrangular, com uma depressão em cada uma das faces para poder ser agarrado, fixando-se ali os dedos: de um lado tem um gume afiado, como de machado; do lado oposto está gasto, como tendo servido para afiar; nos outros dois lados tem vestígios de fricção: é pois um instrumento muito complexo, espécie de *faztudo*¹, e creio que primitivamente foi mero machado, que depois se adaptou a vários usos, como acontece com muitos machados neolíticos. Fig. 53, tamanho natural.

c) Uma pedra elipsoidal, com um sulco que a abraça no sentido do plano equatorial: fig. 54, tamanho natural. Semelhantes a esta pedra prehistórica conhecem-se outras achadas no nosso país: umas que estão no Museu Etnológico, outras noutros museus. Cf. *Boletim da Figueira*, I, 95, e est. VII, fig. 61 (artigo de Belchior da Cruz. O sulco era evidentemente para que a pedra se fixasse por

¹ Cfr. *O Arch. Port.*, xix, 178.

uma correia ou tira. A pedra, assim fixa, que serventia poderia ter? Martelo? não, porque não há nela vestígios de percussão. Peso? parece-me isso pouco provável, porque o objecto seria luxuoso de mais, isto é, custoso de fabricar. Arma? é o que creio que era. O Sr. Cartailhac, *Les âges préhistoriques de l'Espagne et du Portugal*, p. 127-128, apresenta já a hipótese de que as pedras d'este tipo serviriam de projécteis (como as *bolas* da América do Sul), mas talvez mais valha considerá-las armas de percussão, espécie de cabeças de maças ou clavas que se prenderiam a um cabo como os martelos de pedra da idade do bronze, que tem sulcos análogos: cfr. Razel, *Las razas humanas*, I, 408, e 517 (armas da Austrália). O Sr. O. Montelius, *La civilis. primit. en Italie*, parte 1.^a (Estocolmo 1895), série B, est. 15, n.^o 8, e est. 17, n.^o 14, publica desenhos de objectos análogos; no texto chama porém «pesos» a estes.

d) A parte superior de um vaso de barro avermelhado e queimado, com gargalo baixo, e bojo, que lhe sobresai um pouco. Mede de diâmetro na boca 0^m,11; no bojo 0^m,18. Altura no estado actual: 0^m,215. O bojo tem sulcos verticais, feitos com o dedo, e uns mais largos que os outros. Pasta grosseira, com grãos de quartzo de permeio, como a dos vasos neolíticos e da idade do bronze.—Num museu de Itália¹ vi um vaso de Cagliari (Sardenha), de rude pasta e tambem com sulcos digitais como este, mas provido de asa; apareceu na gruta de S. Bartolomeu, onde aparece muita cousa neolítica. Conheço outros vasos com caneluras, da idade do ferro; tanto a forma dos vasos, porém, como a das caneluras difere das do nosso.—O vaso de Sines é no seu género uma preciosidade, e poderá atribuir-se ao período calcolítico. Fig. 55.

e) Um vaso de barro vermelho, que vai desenhado na fig. 56 (reduzida), e dispensa pois descrição. Apareceu junto de uns alicerces. Suponho-o mais da época visigótica do que da romana, julgando da analogia d'ele com um que apareceu em S. Geraldo de Montemor-o-Novo, numa sepultura daquela época, e que está hoje tambem no Museu Etnológico (pav. II, arm. 50).

Consta-me que na mesma vinha apareceu, além do que fica dito, uma mó de tipo primitivo (pedra escavada). Não a vi.

Do que fica exposto, resulta saber-se que na vinha da Póveira viveram, pelos séculos fora, gentes de variadas civilizações: desde a época da pedra até à visigótica, senão ininterruptamente (a Ar-

¹ Creio que foi no Museu Prehistórico de Roma.

queologia nada permite asseverar ao certo), ao menos com intervalos ou hiatos. No espólio que elas nos deixaram, encontramos cousas que são comuns a outras regiões portuguesas, e por esse lado nada adianta o conhecimento que já tínhamos da história geral do país, embora a esclareça com relação a Sines: todavia ha cousas novas, como o vaso dos sulcos, e raras como o vaso visigótico e duas das pedras: por isso bem fez o Sr. Costa Palma em salvar os seus achados, e entregá-los ao Museu de Belém.

*

Os monumentos de certa estabilidade, como os castelos e as igrejas, prestam não raramente auxílio à Arqueologia, por causa das lápides antigas que serviram para a sua construção. Em Atenas ha uma igreja cujas paredes podiam constituir um museu lapidar, tantas e tão variadas são as esculturas que fazem parte d'ela! O castelo de Sines não está nesse caso, mas havia nele dois mármore, um com uma escultura, e outro com uma inscrição, que algum valor possuía: pelo que, com autorização do Ministério da Guerra, e informação benévolas do Sr. Comandante Militar do castelo, as mandei extrair, e transportar para o Museu, onde agora se encontram.

O mármore epigráfico tem quatro faces, uma das quais, e só ela, está talhada de forma de ara, com cimalla, fuste e base. Isto não é caso único, pois a pedra, como outras da mesma forma, devia ficar encostada a um muro; tambem hoje fazem os marceneiros cousa semelhante com alguns móveis, para pouparem madeira. O que porém é notável é que a inscrição não figure nessa face, mas na oposta, onde se esculpiu um quadro de $0^m,40 \times 0^m,43$ para conter a inscrição, que

d m s
IVLIA C FIL
MARCEILA
A N X X X
H S E S T T L

diz: *D(iis) M(anibus) S(acrum). Iulia, C(ai) fil(ia), Marcella, an(norum) 30, h(ic) s(ita) e(st): (sit) t(ibi) t(erra) l(evis)*, ou em português: «Aos deuses Manes. Júlia Marcella, filha de Caio Júlio Marcelo, de 30 anos de idade, está aqui sepultada: seja-te leve a terra». Este texto não combina com o do *Corpus*, II, 30, que foi inexatamente copiado. Não se percebem traços horizontais nos AA, nem *hederae distinguentes*, o que será devido a estar gasta a pedra. Pelo mesmo motivo ha letras mal legíveis, o que denotei pôr pontos. — Em cima lavrou-se um *foculus* ou *patera*, cavidade circular, de $0^m,105$ a $0^m,11$ de diâmetro, e pouca profundidade. O resto da superfície superior onde está a cavidade é lisa. — Vê-se que a pedra teve duas serventias. Talvez do lado da ara houvesse uma inscrição pintada; de

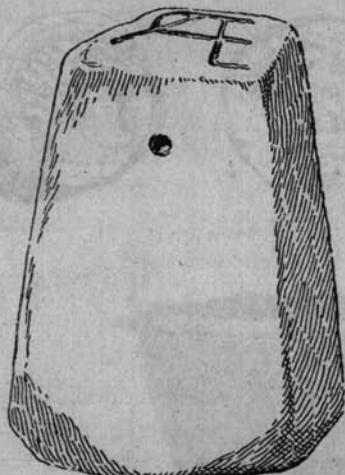


Fig. 1, p. 301

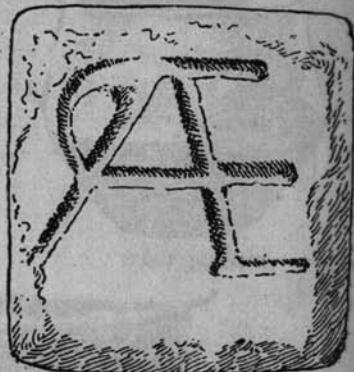


Fig. 2, p. 302



Fig. 3, p. 302

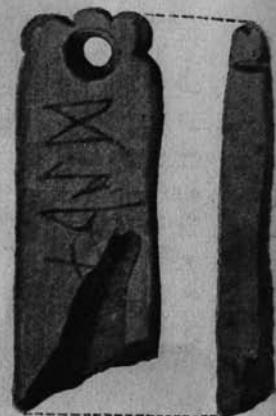


Fig. 4, p. 304



Fig. 5, p. 304



Fig. 6, p. 305



Fig. 7, p. 305





Fig. 8, p. 306



Fig. 9, p. 307

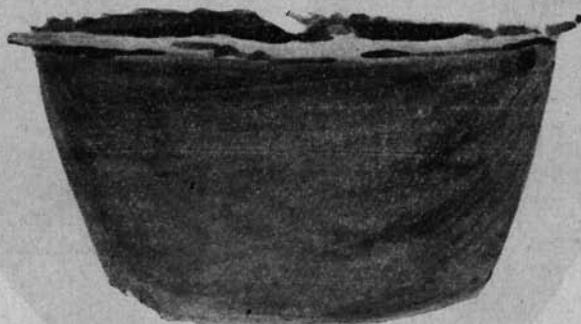


Fig. 11, p. 307



Fig. 12, p. 307



Fig. 13, p. 307

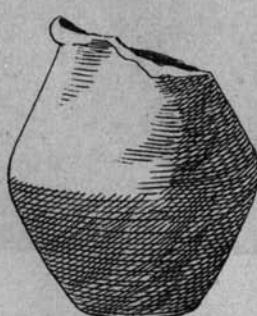


Fig. 10, p. 307



Fig. 14, p. 307

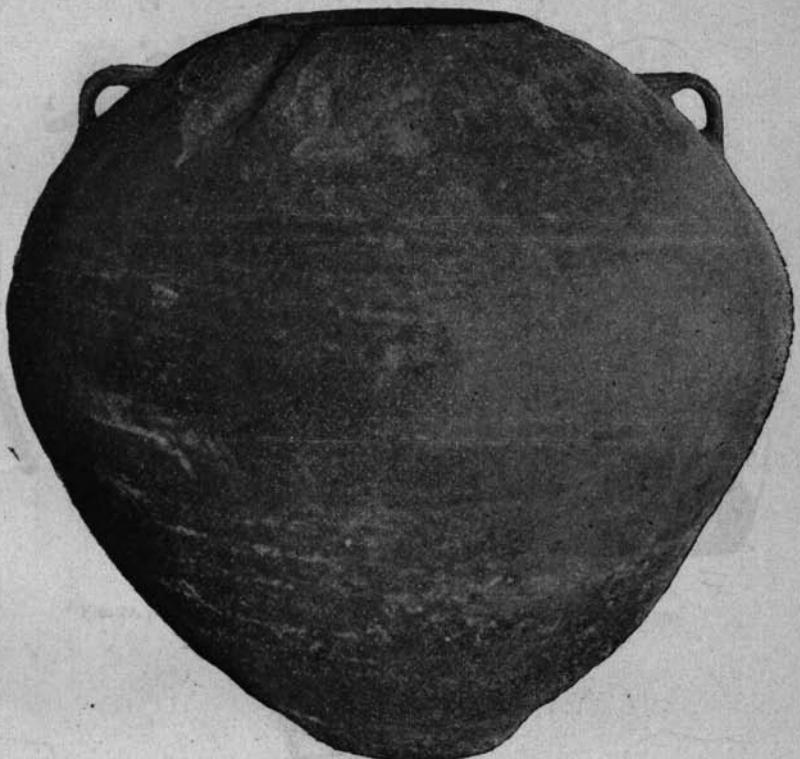


Fig. 15, p. 307



Fig. 16, p. 308

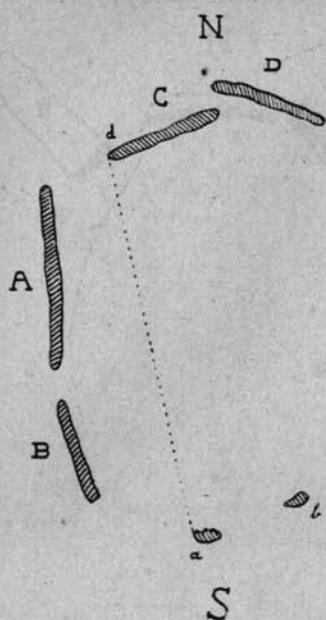


Fig. 19, p. 309

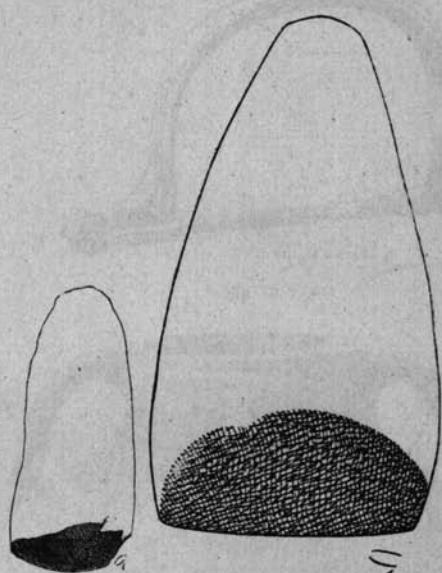


Fig. 21, p. 309



Fig. 22, p. 309



Fig. 20, p. 309

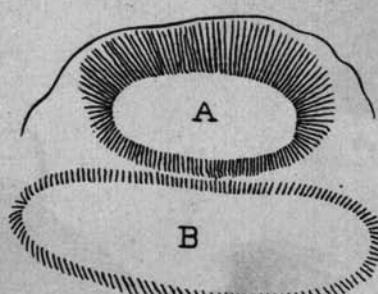


Fig. 26, p. 309

Fig. 17 e 18 p. 308



Fig. 23, p. 309

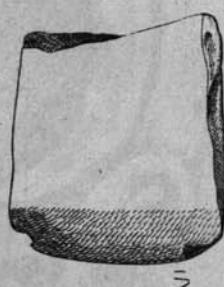


Fig. 25 p. 309

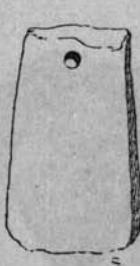


Fig. 28, p. 310



Fig. 24, p. 309

N

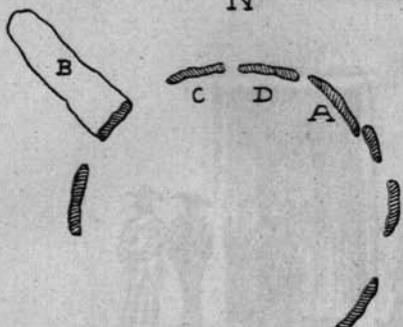


Fig. 29, p. 311

S

Fig. 27, p. 310



Fig. 33, p. 311



Fig. 31, p. 311

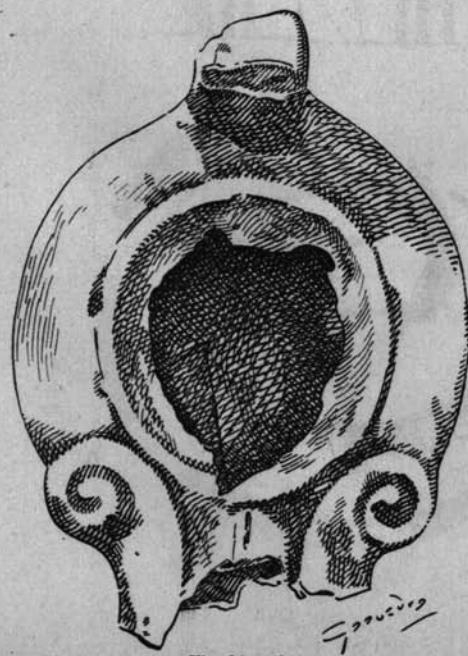


Fig. 34, p. 311



Fig. 32, p. 311



Fig. 30, p. 311



Fig. 35, p. 311



Fig. 36, p. 312

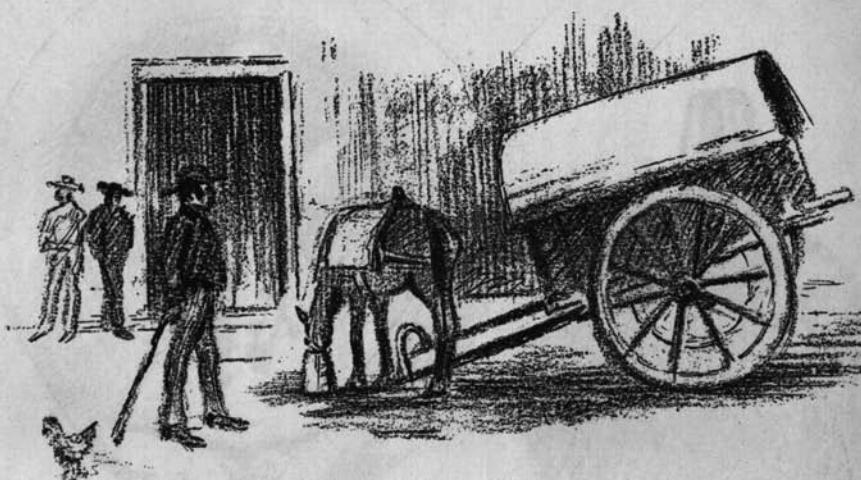


Fig. 37, p. 313



Fig. 38, p. 313

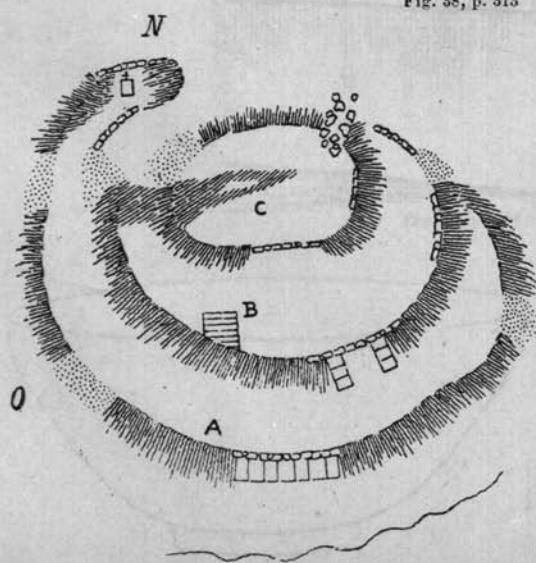


Fig. 39, p. 315



Fig. 40, p. 315

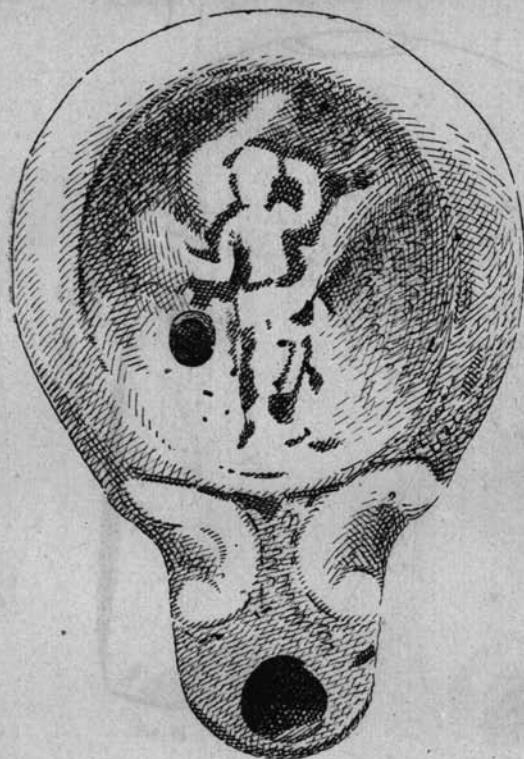


Fig. 42, p. 317

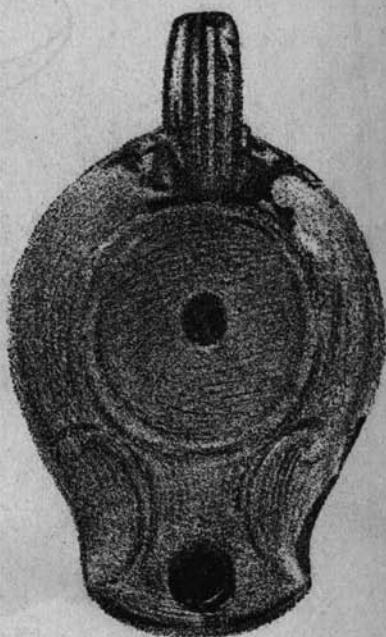


Fig. 43, p. 317

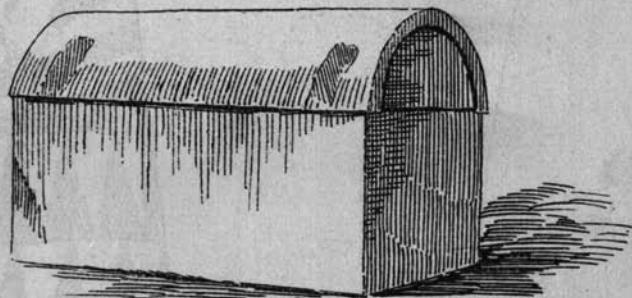


Fig. 45, p. 319

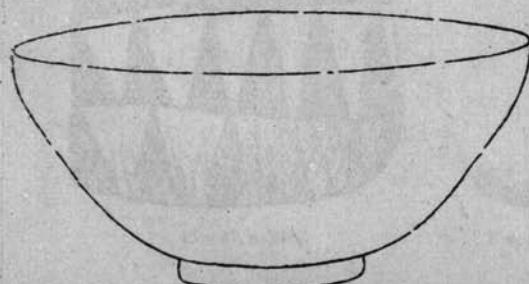


Fig. 44, p. 318

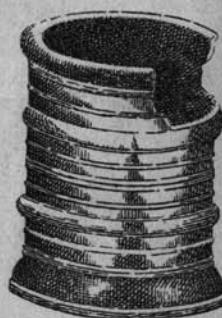


Fig. 41, p. 317

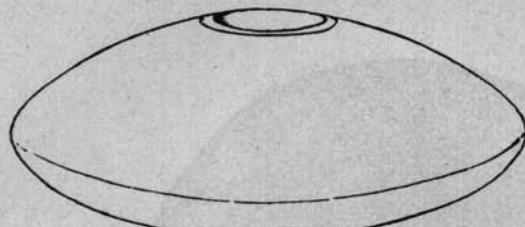


Fig. 46, p. 319

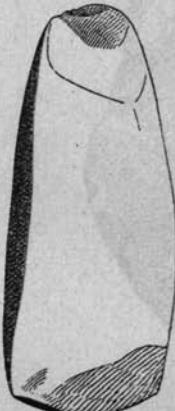


Fig. 51, p. 320

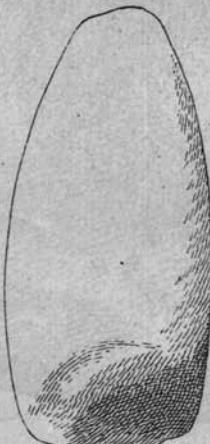


Fig. 52, p. 320



Fig. 50, p. 320

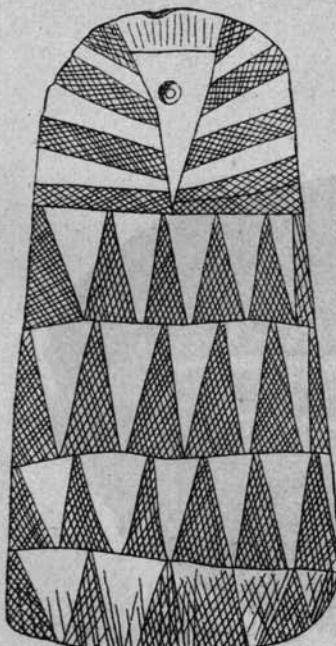


Fig. 47, p. 319



Fig. 49, p. 320

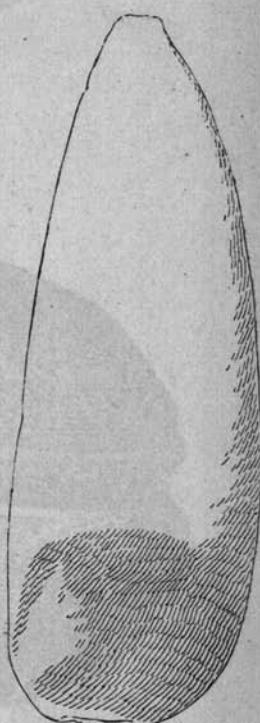


Fig. 48, p. 320

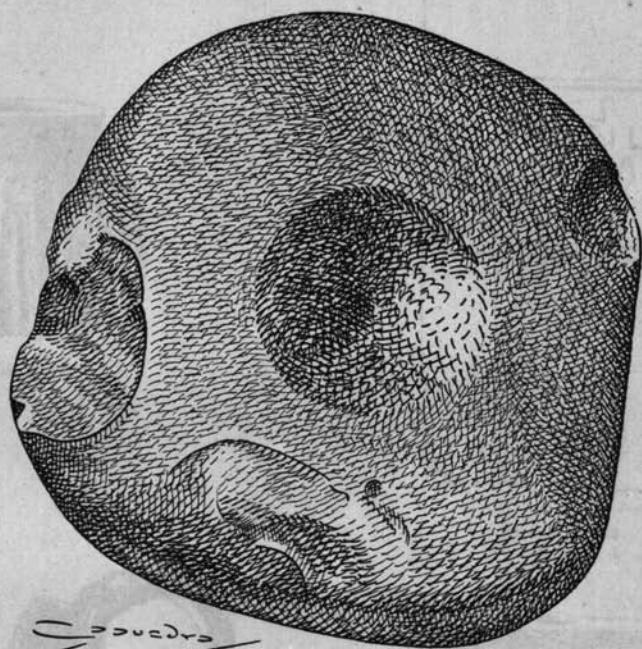


Fig. 53, p. 320

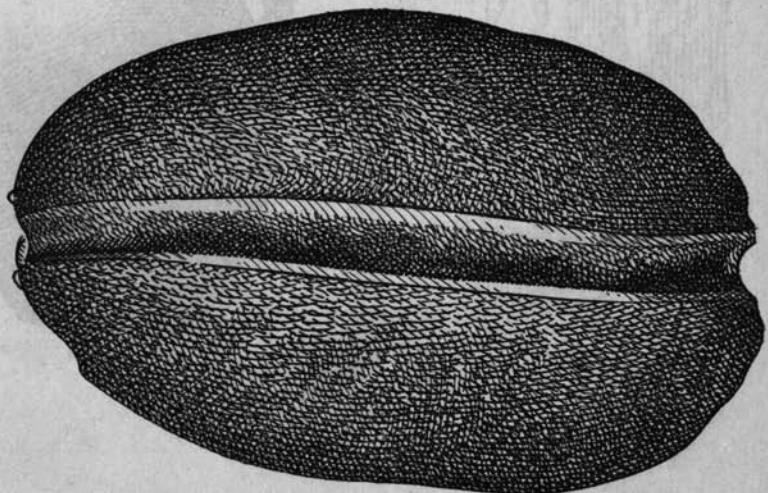


Fig. 54, p. 320

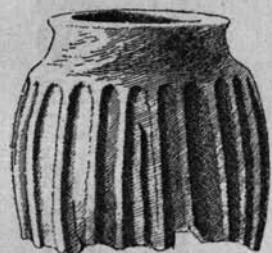


Fig. 55, p. 321



Fig. 57, p. 323

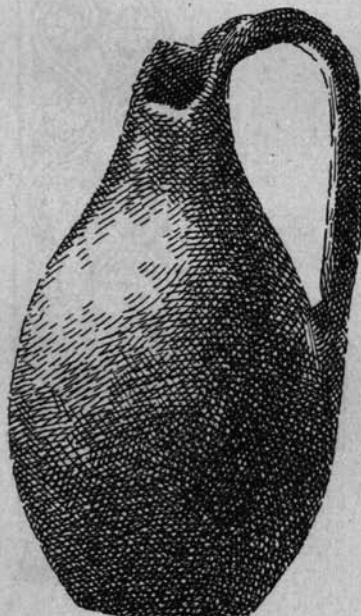


Fig. 56, p. 321

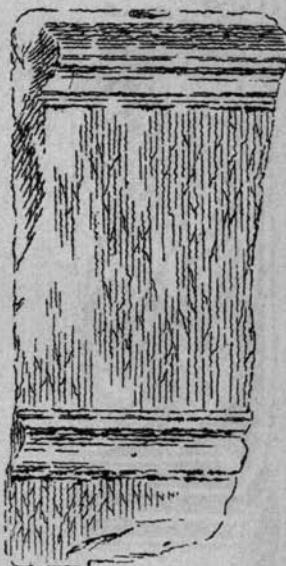


Fig. 58, p. 323

inscrição gravada não pôde falar-se. — Altura total da pedra 1^m,25; largura 0^m,465; espessura 0^m,31. Figs. 57 e 58.

O segundo monumento é um monólito, tambem de quatro faces, de 2^m,04 de altura, e de 0^m,37 de largura máxima. Duas das faces estão lisas, e duas tem ornatos de baixo-relevo. Uma das faces ornadas era maior primitivamente do que hoje, pois foi quebrada de alto a baixo; a outra está mais ou menos intacta. Os desenhos que acompanham o meu artigo (figs. 59 e 60) dispensam descrição dos relevos. Esta pedra parece que fazia parte de um cunhal, ou dos ornatos de uma porta ou janela: ficavam visíveis as duas faces ornamentadas, e embutidas na parede as restantes. Os ornatos assemelham-se aos de um túmulo de Ravenna, do séc. VIII-IX, figurados nas *Notizie degli scavi*, 1899, p. 5.

*

Rematarei o meu artigo notando que de outras antigualhas romanas de Sines se sabe: André de Rêsende, *De antiquitatibus Lusitaniae*, Évora 1593, p. 222, fala de um cipo que tinha uma inscrição incompleta (*Corpus*, II, 31)¹, — ele porém perdeu-se, pelo menos não o achei; perto da praia apareceu uma moeda de Emérita, que o Sr. Carlos Soares me deu, e que está no Museu Etnológico; na vila vi um pedaço de tégula, e num quintal do Sr. Costa Palma dois capitéis de mármore, — que espero da generosidade do possuidor virão ainda um dia para o Museu fazer companhia aos objectos da Pôveira².

Foram meus colaboradores artísticos neste trabalho Guilherme Gameiro e Saavedra Machado, que, com exceção dos n.^{os} 3, 11, 12, 13, 15 e 16, que assentam em fotografias, fizeram os desenhos que serviram para as gravuras: o primeiro a respeito das do cap. I, e das que tem os n.^{os} 30, 31, 37, 44 a 47 e 54; o segundo a respeito de todas as outras.

J. L. DE V.

¹ A inscrição que o mesmo arqueólogo menciona a p. 223, de *Fulvius Qu'ntianus e Rubra Sergilla Merobrigensis*, é com razão dada por Mommsen e Hübner como falsa no *Corpus*, II, 4*. Esta falsificação cometeu-a Rêsende, certamente pelo desejo de honrar a região com o nome de *Merobriga*.

² A fatalidade fez que o Sr. Costa Palma falecesse antes da publicação d'este artigo. A seu genro e representante, o Sr. Gonçalo Fernando dos Santos Soares, exprimo porém o mesmo desejo, com a convicção de que o atenderá.

Por caminhos da Ericeira

(Notas arqueológicas e etnográficas)

- I. *Ericeira*. Impressões da paisagem. Pelourinho. Vária etnografia: chaminés, janelas, etc. Na ribeira do Pôrto. Capela de S. Julião. «Furnias» perigosas. A casa rural de Açafora. As «Ermidas».—II. *S. João das Lampas*. Algumas antiguidades: inscrição gótica, cabeceiras de sepulturas, campas arciformes, etc.—III. *S. Miguel de Odrinhas*. Hieroglifos geométricos. Uma notável lápide latina. Outras antiguidades pagãs e cristãs. Um arcosólio mediévio. Antiga rotunda em ruína. Razões da sua cronologia. Vestígios da ocupação romana. Restos pre-romanos. Covas dos Mouros.—IV. *Montelavar, Cheleiros, Santo Isidoro, Assenta e Ribamar*. Ourivezaria religiosa. Arte cristã. Trechos românicos. Cova da Moura, etc.—V. Preistória avulsa: Sintra, Mafra, Tôrres Vedras.

I

Em Agosto de 1907, fiz uma temporada de ares salinos na Ericeira, vilazinha que alveja tanto sobre a aresta de arribas medonhamente alcantiladas, que não sei como resiste à vertigem de se despenhar para o abismo do oceano transparente e límpido. Se a povoação em si é da mais lavada brancura nas paredes das casas, nos telhados dos edifícios, em todas as construções por modestas que sejam, pois que nada escapa ao zélo minucioso do caiador ericeirense, as terras, os campos, as rochas circundantes são o que há de mais áridamente torrado pelo sol, que lhes calcina a argila amarela. Não se pode pois dizer que tenha meiguice a paisagem, mas o asseio característico da vila, a cerúlea limpidez do seu mar, o rumoroso bulício da sua vida piscatória, a monotonia reparadora e benéfica dos seus verões resgatam-na generosamente daquele senão, que para gente pacata redonda num apreciado atractivo. Se o vento, ali concentradamente salgado, permitisse acrescentar à tela desta paisagem as penumbras ligeiras dos pinhais ou as sombras profundas das matas, nada faltaria para amaciar a crua singeleza das suas tintas: nos terrenos, o ocre com a sua quente tristeza; além da praia, o mar com o seu mais scintilante verde-azul; a vilinha com a sua mais branca reverberação, o céu como uma enorme torqueza olhada pelo interior. Mas a árvore é vencida, naquela costa, pelo açoute marinho que, sem remissão, lhe cresta a fôlha movediça; apenas a vinha consegue, nas encostas meticulosamente protegidas por multiplicados «azerves¹», esconder à

¹ O termo já vem no dicionário de Morais: *paravento feito de ramos para emparar as eiras*. Na Ericeira os abrigos são feitos de caniços e às vezes de «maranhos» ou molhos de vides. Os fazendeiros mais abonados fazem-nos com urze.

rajada salina os seus cachos pendentes. A quem todavia alongar os passos para fora do povoado, e o fizer com senho de pesquisador, não será estéril o desafio que, por esta forma, lança ao abrasamento dum sol inexorável ou à invia asperezaalguns sítios.

É o que vou comprovar nestas páginas que se seguem, embora sciente de que não fui o primeiro na tentação. Seguirei na exposição o rasto dos meus passeios em volta da Ericeira; vai assim, a modo de roteiro, este escrito. Do que arquivei em apontamentos, creio, sem imodéstia, que nem tudo será inútil, apesar do grande mérito dos que me precederam, especialmente de um, a cujo selecto espírito aqui rendo a minha homenagem de saudade e admiração. Falo de Gabriel Pereira (autor do opúsculo *A Vila da Ericeira*), o bom e sagaz observador, o escritor de graciosas ironias, que entabolava ameno cavaco com o seu leitor, dizendo o muito que sabia como quem pouco sabia.

*

Dentro da vila da Ericeira, que disfarça as rugas da velhice debaixo de incontáveis mantos de cal, há que ver e observar.

Não lhe falta primoroso pelourinho e tam ciosa dêle que, para o defender alguma cobiça ou desacato de má vizinhança, um ericeirense patriota preferiu enterrá-lo, em arriscada conjuntura, alguns palmos abaixo do chão! Sucedeu isto, segundo me informaram, em 1860 ou 1864 por ordem de Francisco Ericeira¹.

Constava o monumento de 3 peças ajustáveis.

¹ Francisco José da Silva Ericeira (1800-1871) benemérito ericeirense, deixou nome na sua própria terra, onde ainda vivem descendentes. Foi oficial da marinha mercante com o posto de tenente honorário da Armada e o 1.º capitão do pôrto da Ericeira. A D. Maria II, de quem era partidário acérrimo, chamava desvanecido a sua *rial comadre*, por se ter dignado ser madrinha de uma sua filha, cujo padrinho foi Costa Cabral. A este dedicado filho da Ericeira dizem que se deve a estrada para Mafra. Empobreceu-se para o engrandecimento da sua terra, e na campa quis que lhe lavrassem a seguinte paráfrase dos dois versos seguintes:

Eu só da vida fico contente,
Que a minha terra amei e a minha gente!

O 1.º verso autêntico é *Eu desta glória só fico contente*; o do epítafio tem uma sílaba a menos.

Ao meu amigo, também ericeirense, Jaime Oliveira Lôbo e Silva, agradeço as indicações biográficas respeitantes a este seu conterrâneo, que já em 1907 tinha ali, na voz do povo, uma rua chamada *do Ericeira*.

A primeira era um fuste cilíndrico com a base aderente, onde se esculpiam 4 fólias lisas como as patas românicas. Na parte superior dêste fuste, quase no extremo, existe uma anilha composta dum astrágalo no meio de dois escapos. Esta parte da coluna tem a altura total de 1^m,45 e a base quadrada tem de lado 0^m,30; o diâmetro do fuste são 0^m,255. A segunda peça é um tronco do fuste que constitui o complemento da peça anterior; tem apenas de comprido 0^m,53. A terceira peça é o remate do pelourinho, e é a mais interessante. Tem duas partes, tecnicamente diferentes, embora constituam um só todo. A parte inferior é o capitel, a superior um pináculo. O capitel é composto do astrágalo circular, ao qual se segue uma moldura lisa, onde se espaciam 4 pequenos florões. Por cima correm duas molduras salientes de planta oitavada, uma das quais é o ábaco; por elas termina o capitel. Do plano superior ou mesa do ábaco, imerge verticalmente um cone, cuja base está inscrita no octógono do mesmo ábaco, cone ornado de duas ordens de cogulhos, em número de quatro cada uma, sendo os da primeira ordem mais avantajados que os da segunda. O vértice dêste pináculo está mutilado. As dimensões são as seguintes: altura do capitel: 0^m,35; diâmetro do ábaco 0^m,43; altura do pináculo: 0^m,58.

Parece pertencer ao séc. XVI esta obra.

Passado o susto e não sei se adormecida alguma rivalidade, que nesse símbolo de autonomia tivesse posto olhos iconoclasticos, o belo monumento foi exumado em 1906 pelo grande amigo da Ericeira, Sr. Dr. Eduardo Burnay; mas dorme ainda na terra nua, se bem que debaixo de telhas amigas.

Aqui junto dêle um esboço, feito *à-la-minute*, mas tal como me foi mostrado, em pedaços. Digno é de que seja de novo erguido, mas eu não o quereria exposto à corrosão daqueles ventos salinos da Ericeira; ergam-no dentro dum edifício pertencente ao Estado ou à vila. Vejam-se figs. 1, 2 e 3.

*

Gosto sempre de percorrer as ruas das vilas ou aldeias onde estaciono; será raro que não encontre algum elemento de estudo, mais ou menos interessante. Nesta pequena povoação marítima encontrei, pois, também que trasladar ao caderno.

Na Travessa do Pelourinho, há uma vêrga de porta datada; parece porém que as letras foram refundadas para ficarem dentro de uma cercadura ou escudete, de estilo que me parece posterior à data; e o escudo da pedra ainda parece mais moderno.

Ao lado, há outra porta com data na vêrga, mas intacta (158...?).

Na Travessa da Misericórdia, nova padieira se encontra com um peixe em relevo e a data gravada. Vejam-se figs. 4 e 5.

A capela de Santa Marta é edificação do fim do séc. XVIII. A primitiva estava aonde hoje é um estabelecimento de águas medicinais. Vi a cópia dum documento de 1484, donde se pode inferir a existência duma capela anterior a esta data; esse documento versa sobre a posse duma pedra *muyto p̄tecente p̄* o altar da dita Santa. Dos dizeres do documento, conclui-se que era uma pedra avantajada, que aparecera *soo ho chão debaixo de huū forno*. Já foi procurada sem resultado por um amante das antiguidades da sua terra, o Sr. Jaime de Oliveira Lobo e Silva, pesquisador tam solícito como modesto, a quem se deve a cópia desse documento¹.

Não há nenhum observador da etnografia popular, tam instrutiva e cheia de encanto, que, nas povoações rurais, deixe de erguer os seus olhos, amorosos de arte tradicional, para esse complemento do lar doméstico, para a chaminé. São bem portuguesas essas dealbadas colunas, através das quais respira a chama que arde na paz interior da habitação. (*Portugalia*, II, 79).

Nesta nesga da região saloia, não aparecem aqueles modelos tam característicos doutros arredores de Lisboa, as chaminés de secção rectangular, rematadas em meio-círculo entrebento, que talvez possam chamar-se *de fenda em arco*, e que tanto se encontram logo em Mafra, em Sintra, em Colares; e até, dentro de portas da capital, há raros mas curiosos exemplares (*Junqueira, Rato*). Desenhei umas oito.

Perpassando os seus tipos, vê-se que elas são principalmente: 1.º, *tronco-cónicas*, sobrepujadas por um lanternim de tejolo, rematado em cúpula mais ou menos ornada. Superior e inferiormente às estreitas frestas do lanternim, abraçam a chaminé dois astrágalos que lhe dão graça e sentimento. Por vezes as frestas fumívoras tem os tejolos em seco, outras vezes são cuidadosamente acabadas com argamassa e cal. Num exemplar que figuro, a chaminé é toda fechada até ao capelo e, para o fumo, reservou-se quasi na base uma única e pequena fresta².

¹ No *Arch. Port.*, XIV, 320, publicou o mesmo Senhor alguns curiosos documentos para a história da Ericeira e neste fascículo edita outros.

² Este curioso tipo não é um acaso, segundo penso; dum combóio em andamento, eu tomei nota duma chaminé d'este tipo, para o sul de Coimbra. O fuste era tronco-cónico, o capelo semi-ovóide, coroado por uma bola. Dispostos em losango e espaçados, mas todos dum lado, abriam-se na espessura da coluna quatro orifícios triangulares, que constituíam a totalidade da tiragem desta chaminé. Fig. 13.

Além dêste tipo predominante há as chaminés: 2.º, *prismáticas* e, 3.º, *tronco-piramidais*. Do 2.º há-as de secção rectangular ou quadrada. Daquele sub-tipo desenhei um elegante modelo, em que, por cada lado da chaminé, as frestas, em número de 4 contíguas, ocupam apenas o meio, deixando dos lados, isto é, nos cunhais um espaço liso. Esta chaminé termina por uma pirâmide de base quadrada, em cujas faces se abriram 4 lumieiras esguias, que reforçam a tiragem.

As chaminés do 3.º tipo são rectangulares e o remate, tanto nestas como no 1.º sub-tipo das prismáticas, é constituído por um corpo tectiforme, aberto lateralmente por frestas de tiragem ou apenas, quando côncavo, ao longo da cumieira ou aresta superior. Esta variedade é comum. O que torna curioso este coroamento, são umas pequenas peças ornamentais feitas de telha aparada à turquês e colocadas nas extremidades; desenhei-as em duas chaminés, com a forma de lancetas e de foice¹. Vejam-se figs. 6 a 12.

Estas chaminés ocupam um lado do telhado, nunca a frontaria da casa, e são totalmente caiadas de branco. A policromia doutros elementos arquitectónicos não atinge a sua activa candidez...

E as janelas? Essas pupilas entreabertas, dos nossos lares, tam baças e inexpressivas nos modernos caravansarás dos centros urbanos, tam incaracterísticas porque as rasgou só a unha do interesse e não o sentimento da arte tradicional. Também lá colhi uns factos curiosos, que com o lápis reproduzi, consoante pude, em quatro exemplares. As figuras suprem a minha descrição. Numa delas, a vidraça é substituída por ralos de fólio de Flandres; como a casa primeva é de um só piso, ao rés-do-chão, os sistemas tradicionais visam a impedir a curiosidade indiscreta dos transeuntes.

Dois cachorros nas ombreiras duma janela destinam-se a estender a roupa ou talvez a rede por meio de uma vara que ajustava em chanfraduras côncavas, convenientemente abertas na face superior. O perfil dêstes cachorros traduz uma preocupação estética que fere o nosso espírito, saudoso das tradições artísticas à vista da moderna aridez das construções. Figs. 14 a 17.

Este sentimento, que a avidez do tempo vai sugando implacavelmente, manifesta-se ainda nos tímpanos ou frontões dos portais; aí a fantasia das curvas exerce-se galhardamente e é às vezes realçada

¹ Não tem designativo especial estes ornatos. Aos que terminam o beiral dos telhados e se erguem em curva, chamam simplesmente *pontas de telhado*; são de barro ou madeira.

pela côr. O tipo é porém geral aos arredores de Lisboa. Apontei dois exemplares. Figs. 18 e 19.

Na arquitectura popular da Ericeira, uma nota fere alegremente a nossa atenção. É a policromia da casa. As combinações das tintas são festivas, sempre frescas sem serem irritantes; vêem-se com carinho e satisfação. Parece que dão boas vindas ao forasteiro. Com elas os ericeirenses alegram as frontarias das suas casas, os frontões dos portais, e os pés-direitos das mansardas. Rápidos apontamentos tirei. Mais ou menos, conforme os recursos das povoações, este gôsto é geral na Extremadura. Figs. 20 a 26.

Mas deixemos já a povoação melhor estudada por Gabriel Pereira e burriquemos para o sul; é lá muito do estilo da terra o falar em rumos, nem admira; gerações piscatórias de muitos séculos só desembarcam para consertarem as rôdes e perpetuarem-se¹. A linguagem do mar, com o seu norte e o seu sul, é a mesma que se ouve em terra. Há na Ericeira uma praia do norte e uma praia do sul, etc. Nas povoações do interior, ninguém se orienta pelos rumos dos sítios.

*

Vamos pois pesquisar o que há, tocante a umas grutas, nas margens da Ribeira do Pôrto ou rio Lisandro (não Sisandro, notaram-mo), que fica para o sul, como disse². Tinhamb-me falado dum pretensa furna do Gaiteiro, em S. Julião. Passada a foz dêste nome, na roda do ano algumas vezes cerrada, mormente no verão³, e seguindo pela orla do mar, pisa-se uma rocha esburacada de profundas marmitas, até chegar à povoação de S. Julião, onde só vivem, como ermitões, infatigáveis guardas fiscais. Junto do mar, lucila de alvura, sobre a aridez da rocha calcinada, uma capelinha de S. Julião e Santa Basílica; singelíssima construção, é interiormente forrada de ricos azulejos, onde no limpo azul característico se vêem pintadas scenas que, segundo me informaram, são alusivas àqueles patronos. Da fresta,

¹ Estes lôbos de mar iam ao alto nas suas *rascas*. (cf. *A vila da Ericeira*, por Gabriel Pereira, p. 18, edição de 1905; é sempre a esta que me refiro). Ganhavam uma *soldada* e a *berlanda*, que eram dois vintens ou o que se ajustasse para pão.

² Sisandro é ao norte; banha Tôrres Vedras.

³ Quando esta foz está fechada pelas areias, e a subida da água do rio começa a prejudicar as margens, reúnem-se os interessados para a golpearem, e depois a corrente estabelecida se incumbe de terminar a tarefa. Assim também na lagoa de Óbidos.

por onde espreitei, pude ainda admirar as vinhetas e cercaduras traçadas a amarelo e roxo. Estes azulejos, feitos propositadamente para esta capela, tem já excitado a cupidez mercantil de aventureiros num grau extraordinário.

Existe a tradição de que, em tempos antigos, por essa foz entravam *galeões* (sic) que subiam o rio até a Carvoeira, onde havia um cais com argolas para a amarração¹. Esses galeões iam carregar carvão, e é por isso que dizem que uma igreja, que ali há, se chama Senhora do Pôrto da Carvoeira. Ribeira do Pôrto é também significativo onomástico, mas o apenso dos argolões pertence a uma lenda conhecida noutros pontos do país.

A capela de S. Julião é precedida duma galilé, cercada de parede, com uma entrada. Como a orientação do edifício é aproximadamente NE.-SO. com a porta para este quadrante, a entrada da galilé sendo lateral olha para SE. Na vêrga da porta principal da igreja, há a data MDCCCLXVIII. Ao fundo da galilé, está embutida na parede uma pedra de mármore, hexagonal, com vários dizeres de forma acróstica²; a altura dessa pedra são 0^m,60; em volta desta construção correm bancos de pedra. A entrada apresenta uma disposição que, apesar de pertencer a um tipo que não é raro no sul, tem sempre extraordinário encanto. Veja-se fig. 27.

No adro há um padrão comemorativo do «Milagre do Gaiteiro». Tem também um letreiro acróstico e quadrados com azulejos; um representa o milagre e outro as almas. Este género de cruzeiros ou memórias parece característico da região; há outro na fonte das Amoreiras, não longe das margens da mesma ribeira.

A furna não passa duma grande falha ou fenda da rocha à borda do mar, profunda e estreita, como uma cutilada gigantesca, em cujo fundo a água se revolve e remexe, para trás e para diante, para dentro e para fora, com aquela inquietação desesperada e recalcitrante da vaga. Tinha ali a indústria uma força inexgotável para explorar; é um motu-contínuo. Nada pois que tenha caráter arqueológico.

O milagre do Gaiteiro consistiu, segundo a versão popular, no seguinte acontecimento: a uma festa de S. Julião tinha ido tocar um

¹ Já depois me informaram que esta lenda não é só daqui, mas também da *Ribeira d'Ilhas*, ao N. da Ericeira. Da tradição da naveabilidade do rio encontro eco em Estácio da Veiga, *Antiguidades de Mafra*, Lisboa 1897, p. 110.

² Artifício epigráfico que tem as mais antigas tradições. Veja-se *Inscriptiones Hispaniae Cristianae*, a. E. Hübner; n.º 145.

gaitero, que desastradamente caíra junto do precipício, resvalando até o fundo do temeroso buraco. Retirado para cima, notou o povo com pasmo que o homem estava ileso.

*

Torneemos agora o local na direcção da áspera e estéril chapada e paremos no lugar de *Valbom*, onde não encontrei notícia de pedras-de-raio!

Contou-me um homem que certos sonhadores de tesouros encantados tinham ido a um sítio chamado da *Botelha*, de que falava um roteiro (?). Aí vi de facto o resultado da escavação e ainda encontrei um pedaço de tejolo. Se algo ali houve, teria sido alguma sepultura de época histórica.

Mais me falou o homem de *furnias* que conhecia, no sítio das *Amoreiras*. Eram algumas das concavidades que já eu observára da estrada, sobre os despenhadeiros da margem esquerda da ribeira. São umas escavações naturais, voltadas ao norte, ligadas umas às outras por corredores, nem sempre transponíveis por homem; estão ao longo da cortina rochosa, que perfuram com aberturas maiores ou menores, mais ou menos acima do chão exterior. O sítio é de difícil acesso. A que me pareceu maior, e que visitei, tem na boca 5 metros de extensão; de largura ou profundidade 5 metros e de altura 1^m,10. Por aqui se vê que não podia ser habitação permanente; terá sido, duvidosamente, abrigo efémero ou sepultura. O que me decidiu mais a visitar estas *furnias*, foi a tradição que lhes anda ligada, de serem do tempo dos mouros e de haver nelas uma grade de ouro. E também é o que ali vale mais, além do pitoresco do sítio.

Cavei numa; apareceu a 0^m,10 a 0^m,20 um bordo de vaso, que pela grosseira pasta amassada com areia, parecia prehistórico; era interiormente escura e exteriormente côntra de fogo; pela forma, o vaso deveria ser campanulado e apódio; a espessura do fragmento é de 0^m,01; além dêste, outros muito modernos, um pedaço de osso, uma costela talvez de coelho, fragmentos de conchas. O pavimento é duro e quase estéril, não há terra negra, e concreções tam pouco. É possível que, junto da rocha onde se abrem estas grutas, no solo exterior, apareçam mais vestígios. Como o sítio é ingreme, a erosão terá alterado a disposição relativa do terreno encostado à cortina vertical.

Estas grutas ficam próximo do sítio, a que chamam a *Volta do Carro*; a várzea, que se estende no sopé da encosta, apelida-se do *Canal*.

Antes de ir a estas cavidades, eu tinha-me dirigido a outras, que estão mais próximas da foz de S. Julião. A ascensão é perigosíssima, porque o terreno tem um medonho declive e o chão era um tapete traíçoeiro de gramíneas escorregadias. Lá ao fundo do abismo, estagnava o rio, glauco e carrancudo.

As cavidades apareciam a mesma disposição que as outras, mas confesso que não se fica com vontade de repetir a ascensão. A altura é enorme e o deslizar de um pé, em semelhante pendor, devia ser fatal para o ousado excursionista.

Riscos inglórios que a gente passa... Bons para esquecer!

*

Onde a arquitectura rural me sacudiu singularmente a atenção foi numa povoação da beiramar, para onde agora vamos partir, e que nos fica para Sul: *Açafora*.

O tipo construtivo das casas desta localidade é, posso dizer-lhe, rigorosamente uniforme. Aqui o tem o leitor. Veja-se fig. 28.

A um lado da habitação, a abegoaria ou arribana; do outro lado a cozinha com seu forno saliente; dos lados da entrada, dois bancos de pedra; sobre a porta, a janela com os cachorros («cimalhas») para os vasos dos craveiros; no vértice do telhado, a tijela voltada, para vedar bem a água. Adivinham-se as divisões internas e o seu destino. Poderá discutir-se, se existe ou não um tipo de casa portuguesa; ninguém me diga que não existe um tipo uniforme de casa... em Açafora! A vida agrícola, a vida doméstica e até o clima, tudo tem, nas particularidades desta construção, o seu reflexo evidente: a arribana do gado que dá o leite ou faz a lavoura do pão, que no forno se coze; a cozinha, onde todos comem, servida por porta independente, bem como a abegoaria e a chaminé sobre o lar, à boca do forno; a salinha de entrada com o seu banco de encosto, as arcas enormes para os cereais; e ao fundo, o armário para a louça de estimação; cá fora, os bancos de pedra para tomar o fresco nas cálidas noites da região; ao lado, as pedras salientes da parede e furadas para a prisão dos animais¹; em cima, no «sobrado», o quarto de dormir e as flores à janela, que alegram a vida e perfumam a roupa, quando faz

¹ Ao N. da Ericeira dão-lhes o nome de «postoiros». Em Odrinhas informaram-me que lhes chamam simplesmente «pedras de argola». Nos moinhos há umas pedras análogas, que distinguem com os termos «amarradoiros» e «andorinhos» e servem para prender o «capêlo». (Informação do Sr. Jaime da Silva).

mister; telhados de pouco ângulo e curto beiral, porque a chuva não é demasiada nestes sítios...

*

Adiante de Açafora, à mão esquerda da estrada que toca em S. João das Lampas, há um sítio plano, mas elevado, a que chamam as *Ermidas*, onde, segundo aquele dizer que é muito conhecido na arqueologia popular de todo o país, houve uma povoação do tempo dos... mouros. Aqui, é a segunda vez que os topamos. O que é facto é que nas lavouras aparecem cantarias, tejolos e até caveiras e, como documento da verdade desta informação, lá me esperava, em uma parede da estrada, metade duma mó de pedra do tipo circular e giratório. Necrópole, povoação e até um pouco o onomástico condizem solidáriamente na verdade. Assim houvesse quem se abalançasse a umas sondagens arqueológicas na área assinalada.

II

Em S. João das Lampas é notável o templo. Como quase todas as igrejas destes sítios, uma galilé, ou alpendrada, abraça-lhe a frontaria e um lado de edifício, até a porta lateral; alpendrada com as parcias aberturas constituídas por um envasamento ou estilobata, onde assentam dois ou quatro pilares espessos, de alvenaria, sobre os quais correm os frechais do telhado. O pórtico da igreja é manuelino. O arco cruzeiro pareceu-me mais antigo, da última época ogival; os pés-direitos são oitavados e tem garras ou patas.

Uma pia de água benta, junto da porta lateral, era digna de um museu. É de mármore lavrado, com uma inscrição em gótico minúsculo, assim:

Jannalvare; do çacaryho:mocoapagou

Veja-se fig. 29.

Jam por João aponta Viterbo como do séc. xv.

O gótico minúsculo foi empregado desde D. Afonso V até D. João III, em que começou o romano restaurado (*Dissert. Cronolog.*, por J. P. Ribeiro, vol. IV, p. 131).

Depois de *Jam* há um *n*. Creio que o caso interessa um pouco à história da língua portuguesa; a missão deste fonema seria evitar o hiato entre a nasal antecedente e a vogal consequente. Decerto seria esta a pronúncia. O lugar de «Cacarim», donde era «João Alvarez, o moço», que esta linda obra de arte «pagou», ainda existe com o toponímico transformado em *Cacario* ou *Cecario*, que escrevem com *s* inicial.

Nos altares laterais e debaixo do altar-mór, azulejos hispano-árabes dispostos à toa. Na sacristia, uma piscina de baptismo, fora de uso, mas que me fez lembrar o estilo ogival. No dia de S. João, ergue-se defronte da igreja um alto mastro, sobrepujado por um galo, não faltando, no aparato, grinaldas e festões.

No adro, algumas antigas cabeceiras de sepulturas cristãs, discóides ou de palmatória, adornadas de emblemas crucíferos. Em geral, a mesma pedra tinha o símbolo cristão nas duas faces, ou porque ela indicasse duas sepulturas, em contacto pelas cabeceiras, ou antes porque, desta forma, ela podia servir alternadamente. Dou o desenho de duas cabeceiras. A da fig. 30 é lavrada em relevo, tanto no anverso como no reverso. A da fig. 31 é também bifronte, mas de um lado o lavor é a traço inciso, do outro é em relevo. Estas pedras ainda há pouco eram aproveitadas pelo coveiro para designar covais¹.

Vejo também uma campa sepulcral com forma de baú.

O alpendre é antigo; a porta da frente abre-se em ogiva ampla; os ângulos ou quinas das ombreiras são oitavadas; no fecho há uma cruz inscrita em nimbo, e análoga às das cabeceiras supra referidas. Fig. 32.

No dizer dos habitantes, não era raro encontrarem-se *pedras-de-raio* nas «trabalhadoras» do campo, mas era cousa a que se não ligava importância, visto não terem valor mercantil e por lá as deixavam!

Ao fundo do largo, onde se ergue a paroquial de S. João das Lampas, há uma ermida chamada do Espírito Santo; junto dela vejo outra pedra sepulcral semi-cilíndrica e maciça, talvez o que possa chamar-se arciforme. Sem epígrafe, como outras². O cruzeiro tem valor. ¿ Poderá capricular-se de gótico?

¹ Gabriel Pereira também as viu em uso, próximo a Pombal (*Revista Arqueológica*, I, 131) e o P.^o Araújo Calheiros publica o desenho duma cabeceira procedente de Refóios, Ponte de Lima. É bifronte também e ornada com a cruz grega dentro de um círculo. (*Refóios através dos tempos*, pelo P.^o Araújo Calheiros, no *Almanaque de Ponte de Lima*, 1910, p. 175). A longínqua filiação desta iconologia são provavelmente às lápides visigóticas, como a do *Arch. Port.*, II, 176.

² Já no *Arch. Port.*, XIV, 261, aludi a estas campas. Estiveram em uso na Lusitânia Trans e Cistagana, da época romana. Há aqui a coincidência de estarmos na região delas. ¿ O letreiro pagão teria sido expungido? ¿ O seu uso conservar-se-ia na época cristã? Mas então, ou são muito antigas ou houve solução de continuidade. ¿ Como explicar neste caso o facto etnográfico? ¿ Onde estão os elos da tradição? Eis o óbice! O Dr. Vergílio Correia descobriu uma no concelho de Oliveira do Hospital, isto é, quase em terras estrangeiras. ¿ E seria ela pagã ou cristã? Veja-se *A igreja de Lourosa da serra da Estrela*, por Vergílio Correia, Lisboa 1912, p. 7.

Na povoação de *A-do-Longo* adquiri utensílios neolíticos. Já pois há muito que palmilhamos uma região, onde a população tem raízes neolíticas.

III

Desandando agora para Leste, vamos deter-nos à distância de 4 quilómetros, num foco arqueológico digno de estudo: *S. Miguel de Odrinhas*.

À borda da estrada, há uma destas típicas locandas, onde o demorar-se o viajante é já uma consuetudinária imposição, ditada pelos malaventurados paquidermes, que nos aturam e arrastam através das poeirentas estradas d'estes sítios.

Alto aqui! É a lei escrita para todos os viventes!

Pois paremos também; deixou de se ouvir o férreo gemer da «carrinha» desengonçada; deixou de nos silvar aos ouvidos a bárbara trança de coiro, que continuamente se abate inexorável sobre os angulosos costados dos cavalicoques.

Parou tudo. Se a humana sêde, que em tais oportunidades, é pelo menos da praxe, encontrou nesta lura de Baccho algum fresco ingrediente, mais ou menos nocivo, a minha curiosidade etnográfica também não ficou inerte. Uma parte do negócio d'estes modestos balcões é *fida* aos fregueses. Complicada escrituração de míнимas e múltiplices quantias... Como a faz quem ignora a escrita dos números e a das próprias letras? Vi ali, naquela lojeca a poucas léguas da capital, o expediente adoptado.

Em uma lousa, suspensa por um buraco do seu caixilho, alinhavam-se, com aparências algébricas, uns sinais misteriosos, mas rudimentares, que a dona do estabelecimento, quase a cada venda que fazia, se prestava rapidamente a modificar ou acrescentar com segurança profissional.

Estava ali, naquele ábaco temido, o segredo dos créditos correntes do seu comércio a retalho, o fotograma inexorável do embaraço económico de muitos dos vizinhos seus.

Na minha carteira copiei cuidadosamente o seguinte texto: (Veja-se fig. 33).

A chave desta escrita é a seguinte:

○ vale 5 réis	+	vale 100 réis	⊕ vale 500 réis
» 10 »	++	» 200 »	⊕⊕ » 1.000 »
» 20 »	+++	» 400 »	⊕⊕⊕ » 1.500 » etc.

É fácil compreender a mecânica desta ideografia.

Por exemplo: Iº diz 25; IIº diz 35.

Portanto na ardósia, a primeira linha representa 1\$125 réis. A 5.ª e última, as parcelas de 10 réis, mais 165, mais 20, mais 10, mais 40, mais 100; o que corresponderia a compras diversas do mesmo freguês.

Cada casa desta tabela corresponde a um devedor; aqui é que o sistema é de uma discreção verdadeiramente para agradecer, porque o nome do desgraçado fica apenas estampado na memória do tendeiro. Como nas matemáticas, a ordem dos sinais é indiferente¹.

*

Do lugarejo viário enxerga-se a 500 metros a ermida de S. Miguel de Odrinhas. As antiguidades, que ainda aqui existem, indicam que foi ali um lugar de grande veneração na época pagã, um lugar onde o culto dos mortos se exercia com aquele carinho ou solenidade, de que as epígrafes nos transmitem o atestado.

Na tradição ainda revive talvez um eco desses mistérios sagrados, dizendo a bôca do povo que, em tempos antigos, vinha ali gente a enterrar de muito longe, «até de Santo Isidoro»².

Dentro da alpendrada da ermida está, simplesmente encostada à parede exterior, uma grande lápide romana, com moldura em volta, e tem o comprimento de 1^m,74, a largura de 0^m,75 e a espessura de 0^m,24 em média; as letras tem 0^m,09, 0^m,08 e 0^m,06 sucessivamente nas regras do alto a baixo. (*Corpus I. Lat.*, E. Hübner, II, 267).

L · AELIVS · L · F · GAL · AELIANVS · H · S · E ·
L · AELIVS · SEX · F · GL · SENECA · PAER · H · S · E ·
CASSIA · Q · F · QVINTILIA · MER · H · S · E ·
L · IVLIVS · L · F · GAL · AELIANVS · ANN · XIII · H · S · E ·
L · IVLIVS · L · F · GAL · IVLIANVS · AN · XXV · H · S · E ·
AELIA · L · F · AMOENA · H · S · E ·

As letras estão algo obliteratedadas, por motivo de terem talvez estado longos anos expostas às intempéries.

¹ Em Óbidos, encontrei uma cousa semelhante. Em futuro opúsculo me ocuparei do caso. Rocha Peixoto também o menciona; *Almanaque ilustrado do Comércio do Lima*; ano 1909, no artigo *As siglas da Ponte*, p. 217.

² A mesma tradição foi recolhida por Gabriel Pereira (*A vila da Ericeira*, p. 17).

Eis a transcrição e desenvolvimento das abreviaturas dêste grande epítafio de família:

L(<i>ucius</i>)	•	AELIVS	•	L(<i>ucii</i>)	•	F(<i>ilius</i>)	•	GAL(<i>eria</i>)	•	AELIANVS	•	H(<i>ic</i>)	•	S(<i>ita</i>)	•	E(<i>st</i>)
L(<i>ucius</i>)	•	AELIVS	•	SEX(<i>ti</i>)	•	F(<i>ilius</i>)	•	GAL(<i>eria</i>)	•	SENECA PATER	•	S(<i>itus</i>)	•	E(<i>st</i>)		
CASSIA	•	Q(<i>uinti</i>)	•	F(<i>ilia</i>)	•	QVINTILLA	•	H(<i>ic</i>)	•	MATER	•	S(<i>ita</i>)	•	E(<i>st</i>)		
L(<i>ucius</i>) IVLIVS	•	L(<i>ucii</i>)	•	F(<i>ilius</i>)	•	GAL(<i>eria</i>)	AELIANVS	•	ANN(<i>orum</i>)	XIII	•	H(<i>ic</i>)	•	S(<i>itus</i>)	•	E(<i>st</i>)
L(<i>ucius</i>) IVLIVS	•	L(<i>ucii</i>)	•	F(<i>ilius</i>)	•	GAL(<i>eria</i>)	IVLLIANVS	•	AN(<i>orum</i>)	XXV	•	H(<i>ic</i>)	•	S(<i>itus</i>)	•	E(<i>st</i>)
AELIA	•	L(<i>ucii</i>)	•	F(<i>ilia</i>)	•	AMOENA	H(<i>ic</i>)	•	S(<i>ita</i>)	•	E(<i>st</i>)					

É uma inscrição sepulcral ou funerária, que devia figurar no monumento, onde estavam as cinzas de seis de entre as nove pessoas mencionadas. A tradução é a seguinte:

1—*Lúcio Élio Eliano, da (tribu) Galéria, filho de Lúcio (Élio Seneca), está aqui sepultado.*

2—*Lúcio Élio Seneca, pai, da (tribu) Galéria, filho de Sexto (Élio), está aqui sepultado.*

3—*Cássia Quintília, mãe, filha de Quinto (Cássio), está aqui sepultada.*

4—*Lúcio Júlio Eliano, da (tribu) Galéria, filho de Lúcio (Júlio), com 14 anos de idade, está aqui sepultado.*

5—*Lúcio Júlio Juliano, da (tribu) Galéria, filho de Lúcio (Júlio), com 25 anos de idade, está aqui sepultado.*

6—*Élia Amena, filha de Lúcio (Élio), está aqui sepultada.*

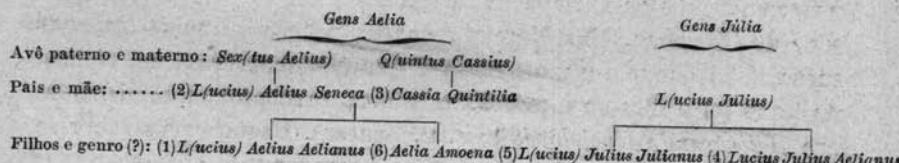
Esta epígrafe é digna de atenção e o seu lugar há muito que devia ser um museu ou uma escola superior de estudos históricos. É um modelo epigráfico dum conciso cheia de nobreza, tal como aparece nos mais antigos epitáfios romanos. Não há quase nenhum elemento acessório na redacção deste título; apenas os nomes das pessoas sepultadas, a sua filiação e tribo e, de duas só, a idade. O H · S · E · (*hic situs ou sita est*) repete-se insistente no final de cada uma das seis linhas, como marteladas fúnebres no mármore dum campa. Omitem-se elogios fúnebres, funções públicas e honrarias, a pátria dos mortos, a sua idade (duas excepções apenas), o fundador do monumento e até a dedicatória aos Manes. Efectivamente, na época de Augusto, as inscrições funerárias começavam a ser precedidas das siglas D. M. ou D. M. S. (*Diis Manibus ou Diis Manibus Sacrum*), que as tornava, por assim dizer, dedicatórias ao mesmo tempo que fúnebres. É certo porém, que algumas vezes se omitia esta menção, e é assim que esta lápide não deve ser, por motivos paleográficos e outros, considerada anterior ao séc. I p. C.

No contexto desta epígrafe, exemplificam-se as regras que os romanos seguiam com escrúpulo, na fixação dos nomes de pessoas. Ainda neste particular, o título de Odrinhas tem um merecimento didáctico, que convém pôr em relevo. De acordo com aqueles preceitos, que os tratados da especialidade expõem, o nome de cidadão romano tinha diferentes partes essenciais e nos monumentos era também enunciado segundo um sistema estabelecido, de que esta inscrição revela a observância rigorosa. *Praenomen, nomen, cognomen* eram os elementos componentes dum nome pessoal romano e, nos títulos epigráficos, as características pessoais obedeciam a este preceito de ordem: *prenome, nome, filiação, tribo, cognome*; a presente inscrição não só observa fielmente este formulário, mas ainda mostra como o *praenomen* se designava pela inicial, o *nomen gentilicium* por extenso, o nome do progenitor apenas com a sigla do *praenomen*, pois que o

nomen era igual ao do filho, enquanto o prenome se transmitia ou não; a tribo também por abreviatura, etc. Assim o 1.º da inscrição:

Prenome	Nome	Filiação	Tribo	Cognome
L(ucius)	Aelius	L(ucii Aelii) F(ilius)	Galeria tribu	Aelianus

E ainda há mais; as mulheres não tinham *praenomen*, mas apenas *nomen* e *cognomen*, nem se mencionava, senão excepcionalmente, com o seu nome a tribo. Estas regras, que R. Cagnat desenvolve no seu *Cours* (capítulo 1 da parte II), tiveram a mais exata aplicação neste título epigráfico. E é por motivo disso, que se torna possível estabelecer com rigor a genealogia das duas famílias sepultadas neste recanto da Lusitânia, como ressalta do seguinte quadro:



A epígrafe não indica o parentesco de *Lúcio Júlio Juliano* e seu irmão, com a *Gens Aelia*, mas, pela situação em que foi incluído o nome deste cidadão romano, imediatamente antes do de uma neta, filha e irmã doutros membros desta família, e depois do seu próprio irmão mais novo, é de supor que lhe esteve ligado pelo *conubium* com *Aelia Amoena*. Também só ficamos sabendo o cognome das pessoas aqui incineradas; podia ser diverso do dos pais, que se nomeiam nesta inscrição únicamente por motivo, para assim dizer, genealógico. (Pode ver-se *passim*: *Epigrafia latina* por Serafino Ricci; Milano; 1898).

Como se vê, os *praenomina* destes verdadeiros cidadãos romanos, pertencentes, os incinerados, à tribo Galeria, eram: *Quintus*, *Sextus*, *Lucius*(5), todos incluídos como tais na lista de dezessete que traz Cagnat. Os *nomina* eram *Aelius* (2 expressos e 1 subentendido), *Julius* (2 expressos e 1 subentendido), *Cassius* (1 subentendido), *Cassia*, *Aelia*; todos estes gentílicos, isto é, nomes de indivíduos pertencentes à *gens* respectiva, terminam em *ius*, como é de preceito. Os *cognomina* expressos eram: *Seneca*, *Aelianus*, *Julianus*, *Quintilia*, *Amoena*, dos quais o 1.º é hispânico. Ambos os filhos de *Lucius Julius* herdaram o prenome do pai; o caso porém mais corrente era recebê-lo apenas o primogénito¹. O mais novo também já era cidadão na plenitude

¹ A terminação *-anus* podia indicar adopção, e nesse caso *L. Julius Aelianus* seria um adoptivo de algum membro da *gens Aelia* (Cagnat, *op. laud.*, p. 72, e Serafino Ricci, *op. laud.*, p. 95).

da sua capacidade jurídica (*La vie privée des romains*; Marquardt, I, 144).

Há muito que é conhecida na bibliografia da Península esta grande inscrição; com ela se pretendeu que fossem de proto-cristãos os nomes referidos, atendendo a que faltava a consagração aos Deuses Manes¹. Mas é-nos fácil reconhecer hoje, pelos conhecimentos que os nossos maiores não tinham da ciência epigráfica, que, já pelo formulário da inscrição, já pela sua própria paleografia, a epígrafe é caracteristicamente pagã. O Visconde de Juromenha na sua *Cintra Pinturesca* (Lisboa 1838) classifica-a de cristã nítidamente, estribando-se na falta do D. M. S. ou D. M. e na do S. T. T. L. (*sit tibi terra levis*)². Também ao mesmo tempo se afirmou que é um dos Sénecas o mencionado na lápide de Odrinhas. Mas Marcus Annaeus Seneca e Lucius Annaeus Seneca, filho daquele e mais notável que élle, morreram em Roma; éste é que foi o filosofo e moralista estoico, preceptor ou ministro de Nero (*La Grande Encyclopédie*; s. v. Seneca). Bastará pois saber-se que a epígrafe é funerária, para não subscrever esta afirmação.

Todos os indivíduos, cujas cinzas se guardavam no desaparecido monumento, de que dá fé esta grande lápide, pertenciam à tribo *Galéria*, uma das 35 circunscrições, em que até ao séc. VI de Roma se dividiram os cidadãos romanos; o que depois, apenas demonstra que possuem esta qualidade jurídica³. Na necrópole romana de Odrinhas, onde creio que não penetrou ainda o alvião do arqueólogo, mas que devia ser bem povoadas, a julgar pelas inscrições, que E. Hübner coleccionou e que na sua quase totalidade já desapareceram⁴, havia mais epítáfios de membros da tribo *Galéria*, como aliás em outras províncias da Hispânia, porque o registo individual numa tribo não tinha significado de natureza geográfica, no tempo do império.

Contudo a esta tribo pertenciam quase na generalidade os cidadãos olisiponenses, e não os da própria capital da Lusitânia, *Emérita*⁵.

¹ Cf. *A vila da Ericeira*, pelo Sr. Gabriel Pereira (Lisboa 1905), p. 23.

² Este autor bebeu no *Catálogo dos Piores da Igreja de S. Miguel de Cintra*, etc., por Manuel Pereira de Sotomaior (1675), mss. da Biblioteca Nacional A 4,14.

³ A não ser que houvesse usurpação abusiva desta qualidade na pessoa de *L. Aelius Seneca*, em que se vê um cognome bárbaro ligado a prenome e nome latinos (Cagnat, *op. laud.*, 77).

⁴ Quando é que em Portugal se terá compreendido que, através de todos os estorvos do nosso bisantinismo, é preciso proteger abertamente a arqueologia e os arqueólogos, que são obreiros da história nacional?

⁵ Na Idanha, cujas epígrafes serão aqui publicadas, os cidadãos estavam inscritos na tribo Quirina. Em Balsa também havia membros da tribo Galéria.

Parece que a personagem mais importante destas famílias era Lúcio Élio Eliano; o seu nome vem no primeiro lugar antes dos de seus pais (R. Cagnat, *Cours d'épigraphie latine*, p. 255).

Em razão da ausência do D. M. S. nesta inscrição, poderia supor-se que ela era anterior a Augusto; mas essa circunstância não é suficiente base para tam rigorosa atribuição: pela freqüência com que ali aparece o *nomen* gentilício *Aelius*, e que R. Cagnat (*op. laud.*, p. 49) diz que no séc. II já se achava profusamente espalhado no império romano¹, e pelas indicações paleográficas da elevada correção d'este título, eu creio que ele pertence ao séc. I, tanto mais que o *nomen Julius* também pertencia a quatro indivíduos e este nome era um preito a Júlio César.

Tendo desaparecido das inscrições, desde Caracala (fim do séc. II d. C.), a menção da tribo, infere-se também que esta lápide é anterior a este reinado (Cagnat, *op. laud.*, p. 60). O prenome *Lúcio* era de facto, um dos usados pelos membros da *gens Julia* (Cf. Cagnat, *op. laud.*, p. 66).

*

Seja-me permitido lamentar que esta bela lápide, depois de ser conhecida, pelo menos, desde o séc. XVII, ainda jaza ao abandono na galilé da igreja de S. Miguel de Odrinhas, a poucas léguas de Lisboa, e fazer votos por que os que me sucederem nos esforços que empreguei, para a adquirir para o Museu Etnológico, até 1910, sejam coroados de melhor êxito².

Não houve meio de vencer a relutância dos paroquianos.

Cheguei a fazer imprimir em Julho de 1908 uma fólha volante, com o título *Inscrições existentes na igreja de S. Miguel de Odrinhas (Sintra)*. Encarregou-se o Rev.^{do} Prior de distribuir alguns exemplares pelos vizinhos, membros da junta e mordomos da ermida, e de lhes explicar o mérito exclusivamente científico das lápides. Tudo foi baladado, até a proposta de compra que se fez por parte do Museu Etnológico Português, em Março de 1910. O aludido impresso, em que eu dava a tradução literal das inscrições, que o povo julga de sentido misterioso, terminava assim:

¹ Imperadores romanos d'este século adoptaram este nome como prenome dos seus onomásticos; se esta circunstância teve influência em uma destas famílias, ela é compensada pela influência do gentilício mais antigo *Julius*.

² Seria injusto se não mencionasse aqui a coadjuvação sincera que me prestou nesta cruzada o Rev.^{do} Prior de S. João das Lampas, P.^o Porfirio Quintela.

«Nesta povoação havia muitas mais inscrições, que se perderam, mercê da ignorância geral. É o que acontecerá a estas, que ainda existem, se não forem recolhidas em algum museu. Deste modo os actuais habitantes de Odrinhas reparariam o erro cometido pelos seus antepassados».

Moveram-se também outras influências para domar a contumácia dos habitantes, e deste género foram os esforços do Ex.^{mo} Sr. Dr. Álvaro de Vasconcelos, conservador em Sintra e antigo chefe do partido regenerador, no tempo da monarquia. Parece que rivalidades entre os mesários da capela e os membros da junta dificultavam a solução, mas constou-me que, na última fase das negociações, o Rev.^{do} Prior tinha aplanado as dificuldades por parte da Junta de Paróquia.

*

¡Uma cousa me causou algum pasmo, ao deparar-se-me este monumento de Odrinhas!

¿Como é que uma lápide das dimensões desta pôde chegar até a nossa época sem precalço? Talvez tenha contribuído para esta boa ventura a lenda que a cerca, e que é a seguinte:

¡Uma certa mãe trouxe nela de longe a filha a enterrar naquele sítio, como em taboleiro à cabeça¹; a rodilha era também de pedra, vinham a ser as cabeceiras de palmatória, que se viam cravadas no chão do cemitério! Segundo a hermenêutica popular, a inscrição diz o seguinte: «cem anos de solteira (a tal que foi depois mãe); cem anos de casada; cem anos de viúva, e (sic) ó filha que fôste tam malograda!»

«A avô é que veio enterrar a neta» explicou, noutra versão, a mulherzinha que assim me falava, para que eu notasse a longevidade da protagonista. Pressente-se talvez aqui um romance dolorido, mas não mais me disse a sibila saloia².

¹ Note-se a forma de taboleiro da lápide.

² A lenda é aqui, por assim dizer o porta-voz da tradição, a que já acima me referi, e fixou-se na grande lápide, por ser o vestígio mais impressionante pelo mistério das suas abreviaturas e pelas suas dimensões. O facto transmitido foi o conhecimento de uma necrópole romana naquele lugar. Nalguns cemitérios visigóticos da Gália, havia também, por espírito religioso, o costume de virem de grandes distâncias cadáveres de pessoas, que em vida exprimiam esta sua última vontade. Sem embargo, o paganismo do poliandrio de Odrinhas está bem averiguado.

Junto desta lápide está a parte superiorde uma estela com o remate em arco de círculo; é de mármore encarnado. A altura é de 0^m,65, a largura 0^m,47. Não tem letra alguma. A parte restante desta pedra talvez seja a da abegoaria, a que me referirei.

*

Ao lado direito da entrada lateral da ermida, está uma pia servindo para preparar cal. Parece que foi aberta sobre a base dum a tampa arciforme do tipo semicilíndrico, que tenho encontrado nesta região. No adro desta ermida está uma destas pedras, enterrada a pino; no de S. João das Lampas, como vimos, há outra; à porta da ermida da *Terrugem*, à ilharga da estrada, existe a terceira ou quarta. Em nenhuma destas se vêem letras nas faces descobertas; a de que falo tem de comprido 1^m,25, de alto 0^m,45 e largo 0^m,62, e tem na face inferior, um rebordo saliente, cuja secção se vê na fig. 34. O tipo destas tampas é o representado na mesma figura.

O topo desta *cupa* conserva ainda o epitáfio pagão; a leitura não é fácil, porque o vinco dos caracteres está quase nivelado com a face da pedra em consequência dos resíduos de cal carbonatada. Assim mesmo, sem utilizar dissolventes químicos, consegui ler o seguinte:

M VALERIO ■
GALREBVRII ■
VALERIACIVL^N
H S E

Que talvez possa completar-se assim:

M(arco) VALERIO [N. F(ilio)]
(tribu) GAL(eria) REBVRRI[NO]
VALERIA [CIV(is)] LAN[ciencis]
H(ic) S(itus) E(st)

A filiação vem antes da tribu (cfr. lápide supra) e por isso no 2.^º v. em lugar de suprir REBVRRI · F(ilis), seguindo a regra (Cagnat, *op. laud.*, p. 60) interpretei REBVRRINO, de que há exemplos.

No 3.^º v. a leitura CIV(is) é duvidosa pelo estado da pedra, porque até parece que se gravou um v em lugar de v. Também podia ler-se CIV(is) LAN(ciae), tal era o nome da cidade lusitânica. Para o 4.^º v. tem de se supor uma segunda oração gramatical com *M. Valerius Reburinus* ou *qui* subentendido. (cfr. Cagnat, *op. laud.*, pp. 63 e 254).

Não sendo eu epigrafista, a minha leitura é a leitura de um viajante.

Dentro da capela, à direita da entrada principal, jaz uma enorme estela, de mármore vermelho, a servir de banco. A parte superior é semicircular. O comprimento é de 3^m,70; a largura 0^m,45; a grossura 0^m,29. Parte dela está oculta pelo sobrado. A posição e o estado das letras tornam trabalhosa a leitura¹. O Visconde de Juromenha também capitulou de cristã esta epígrafe, mas não foi pelo formulário, foi pela circunstância de ser diferente da das outras a natureza da pedra e por causa da crença popular, que menciona, de que a sepultura foi de homem santo. O povo raspa em certo buraco da pedra o pó desta e administra-o a enfermos².

T · PLOTIVS
GAL · CAPI
H · S · E

Na capela-mór, o roda-pé é baixo e constituído por azulejos hispano-árabicos, em relêvo. No camarim do trono, a um recanto, estava abandonada a *estátua medieval de S. Miguel*, de calcáreo; as feições parecem acusar um tipo flamengo. Esta bela estátua, a que falta uma das mãos, foi substituída por outra que está exposta ao culto e... põe medo à gente! A sua altura é de 0^m,75.

No adro existem ainda as *cabeceiras* cristãs nos seus lugares, o que dá um curioso aspecto ao chão. Fig. 35. Uma das cabeceiras é formada pelo pé dum mó giratório, o que mostra que, quando ali se colocou, já estas mós estavam em desuso, pelo menos na região. Fig. 36. Estas cabeceiras tem quase todas uma cruz espalmada de braços côncavos; cruz semelhante encontra-se nesta região no portal da igreja românica de Cheleiros e na de S. João das Lampas; o que demonstra em que época foram usadas cabeceiras de palmatória. O Museu Etnológico e o de Évora tem exemplares³.

(*Arch. Port.*, IV, 121). Nas vizinhanças da ermida, pelos campos, aparecem muitos cacos e outros destroços. Explica o povo que isto se

¹ No *Corpus* (II, 312) vem assim esta inscrição: T · PLOTIVS · C · F · GAL · CAPI
TO | H · S · E · | No *Boletim da R. A. dos Arch. Civ. Arch. Port.*, vol. VI (1888) p. 26 vem a grande inscrição de Odrinhas e a de Plotius, mas mal.

² *Sintra Pinturesca*, p. 195.

³ Já dumá época posterior à medieval, aparecem cabeceiras com emblemas, em relêvo, de ofícios e mesteres. Vid. por ex.: *Arch. Port.*, I, 242.

deve atribuir a um terramoto. Na verdade, é dos *terra-motos*... da charrua.

*

Na parede exterior da ermida, há um arcosólio, com sepultura de sarcófago rectangular, cheio de terra e tampa quebrada em pedaços. Na luneta ou parede do fundo e no alto, está uma *lápide em gótico* minúsculo, invertida, provavelmente do séc. XIV. Mede 0^m,64 × 0^m,26. O povo diz que é a sepultura duma rainha, outros dum fidalgo de Bemfica. Tirei calcos de papel. Fig. 37.

A dificuldade da leitura provinha das muitas crostas de cal, que tive de dissolver pacientemente até desnudar os caracteres. Os vizinhos d'este lugar são extraordinariamente ciosos desta lápide em especial, porque, dizem, tem ali vindo muitas pessoas, padres até «que sabem latim», para a lerem e ninguém o tem conseguido! Eu fui um pouco mais afortunado, sem ser clérigo e sem recorrer ao meu modesto latim, com a cooperação do Sr. Jaime Silva, estudioso investigador da Ericeira. O letreiro diz assim, em bom português e em caracteres góticos:

*Sepultura de fernā reganha
o velho e de seus erdeyros fer
nā de anā seu bysneto e pesado
da cidade de lxboa amādou fā;*

Este lugar da Reganha ainda existe.

Isto é: *Sepultura de fernā(o) reganha, o velho e de seus erdeyros fernā(o) de an(e)s seu bysneto e p(r)esado(r) da cidade de Lxboa amādou faz(er).*

As letras *de* são sempre conjuntas. Na terceira linha *đō* também.

O que seja *prezador* di-lo o *Dicionário de Morais*; é um estimador ou avaliador, como se disséssemos *apreçador*. No letreiro há um *s* em lugar do *z* (c) naquela palavra; o *p* é cortado para indicar *pr*. Também há *presor*, mas não é isso que está na inscrição, nem faria sentido.

Na abegoaria, pertencente à capela, está servindo de ombreira à entrada um pedaço de estela, que tem de alto acima do chão 1^m,99; grossura 0^m,30; largura 0^m,50. Está invertida e as letras estão em parte ocultas; só consegui ver:

L XV
AN XXIII

*

Em uma terra contígua ao adro da ermida, há restos importantes duma construção circular talvez, porque as paredes derrocadas em

parte não se unem presentemente; só examinando os alicerces, se poderia resolver esta dúvida. Chamam-lhes uns pombal, outros moimho. São de alvenaria fortemente argamassada essas paredes, tendo à mistura raros tejolos; em um vê-se a zona escura interior e a vermelha exterior; a sua espessura 1^m,25. O aparelho externo e interno é o mesmo, o chamado pequeno, em fiadas mais ou menos regulares e horizontais. Os seus elementos são aproximadamente rectangulares, mas de lascas da pedreira, sem lavor. Próximo ao chão, alguns agulheiros. A certa altura, um grande rombo. Não se encontram restos de cantarias, nem vestígios de construções anteriores. A sua maior altura actual (1907) é sensivelmente de 4 metros, mas deve notar-se que as paredes são na parte superior algo convergentes, como que a formarem cúpula, aliás rota. Esta circunstância não surpreende; antes responde naturalmente à grande espessura das paredes em tan pequeno edifício. Deve notar-se que a abóbada era de avançamento. O diâmetro mede 5^m,40. Fig. 38. No pavimento encontrei uma pedra com lavores que, à prmeira vista, ss me afigurou um capitel jónico por causa das volutas¹, mas que uma mais detida observação me convenceu de que se trata da parte superior dum grande altar pagão², a que adiante me referirei. Parece ter tido qualquer utilização mais recente que o primitivo destino; há dentro duas cantareiras sobrepostas, que destoam do carácter do aparelho.

*

Qual é a antiguidade desta singular ruína? Qual é o seu aspecto e significação? Perante estas naturais preguntas, fiquei perplexo. Antes de interferirem na nossa mente considerações e raciocínios teóricos ou de natureza literária, todos nós procuramos sempre soletrar no aspecto material das antigualhas a sua idade e o seu carácter. Que pois nos patenteia esta construção? Uma alvenaria extremamente compacta com o paramento interno e externo de pequeno aparelho, em fiadas mais ou menos regulares e o massame de argamassa, em que entram com outros materiais alguns raros fragmentos de tejolo. A época a que pode pertencer esta estrutura, não ouso eu dizer-lá com seguro critério. Confesso-me insuficientemente esclarecido para estimar, com uma tolerável certeza, a antiguidade desta ruína, a querer julgar pelo seu processo construtivo. Regras históricas que definam, de maneira precisa, na disposição dos elementos componentes da alvenaria, os sistemas seguidos em cada época, creio que não se podem alegar.

Diz um notável escritor da especialidade:

«Que conclure de tout ce qui je viens de vous dire? C'est que les Romains

¹ Há também altares chamados jónicos, por motivo idêntico, vid. *Dict. des antiq. grecques et romaines*, par Saglio & Daremberg, vol. xi, fig. 5055.

² Foi oferecido ao Museu Etnológico pelo Sr. Manuel da Silva. Benemerência digna de nota.

et les Bysantins ont eu, quand à l'appareil, des préférences plutôt que des règles, et que les édifices bâties sous les Visigoths sont d'appareils très divers»¹. Parece pois, que pretender haurir da técnica da rotunda de Odrinhas um argumento concludente para o atribuir ou à época romana ou à alta idade média, é temerário. A circunstância de ser de avançamento a cúpula permite supor o emprégo tradicional de um sistema arquitectural preromano, o que não é incompatível com um período francamente romano.

É certo que os romanos empregavam nos seus edifícios uma estrutura com argamassa, destinada a ser revestida de silharia ornamental ou de estuque, mas, não existindo em Odrinhas vestígios de cantaria e muito menos de outro revestimento, o meu critério fica perplexo. Assim, no envasamento do templo de Évora, vê-se a descoberto o massame de alvenaria regular, que decerto suportava o paramento visível². Mas havemos logo de tirar a conclusão de que a construção de Odrinhas não é romana? A natureza dos materiais, considerados em separado, não exclui a possibilidade de terem essa origem. Os publicistas franceses que compusei, afirmam que o pequeno aparelho, isto é, aquele em que as pedras não tem mais de 0^m,10 ou 0^m,20 de lado, era uma alvenaria regular, abundante de argamassa muito empregada pelos romanos, mas abandonada no século XI; por vezes tinha fiadas de tejolos. Não se pode negar que o paramento externo do edifício de Odrinhas é de pequeno aparelho, bastante regular. Mas na alta idade média, eu vejo-o também empregado; assim no baptistério de Poitiers (sécs. VI e VII); na igreja de Savenières (sécs. V a VIII); na de Cravant [VIII a X (?)] e por via de regra nos dois períodos da arte francesa chamados merovingianos (sécs. V a VIII) e carolingiano (VIII a X). Camille Eulart, *Manuel d'Archéologie Française*, Paris 1902, vol. I, cap. I, II e III, e vol. II, p. 459.

Se volvemos os olhos para Portugal, não encontro uma base segura para uma ilação. Os exemplares de arquitectura cristã até hoje estudados, mais antigos, são construídos com aparelho médio de cantaria³. Restam outros em ruína (Viana do Alentejo, Idanha-a-Velha, Algarve⁴, Tróia, e a julgar por estes, que são de materiais miúdos, pode concluir-se que a rotunda de Odrinhas é de reeuada antiguidade. Mas estes pertencem à arquitectura civil. De muralhas da idade média construídas com alvenaria, há exemplos portugueses muito dignos de estudo debaixo d'este aspecto especial. Nas minhas digressões arqueológicas, eu

¹ J. A. Brutails, *L'archéologie du moyen âge et ses méthodes*, Paris 1900, p. 128. O A. nas páginas anteriores combate as doutrinas de L. Courajod (*Leçons du Louvre*) que pretendia ver nos Visigodos os transmissores da arte e da técnica bizantina em oposição às influências romanas, demonstrando que os visigodos eram soldados e não construtores, e revelando as construções bárbaras apenas a influência do meio em que elas se lançaram — o mundo galo-romano.

² Uma bela fotogravura do templo Eborense vê-se nas *Religiões da Lusitânia*, pelo Sr. Dr. José Leite de Vasconcelos, vol. III, fig. 243.

³ Ed. Corroyer, *L'architecture romane*, p. 158, afirma que as construções românicas tem todas a marca visível do aparelho romano, tal era a força da tradição, executando-se ainda no séc. XI revestimentos reticulados em espinha de peixe ou em fiadas de cerâmica. A diferença existe apenas no grau da perfeição imitativa, pois que, se nos países do norte a imitação é grosseira ou infeliz, nos do sul da Europa chega a confundir-se com os modelos romanos.

Esta transcrição faço-a para que se veja o contraste com a história da arquitectura em Portugal. É muito curioso o que ensinou Filipe Simões da necessidade em que se viu o mosteiro de Lorvão no séc. X de pedir a um abade de Córdoba, mestre Zæarias, que viesse construir no condado de Coimbra pontes de pedra e cal. No séc. VIII foram da Escócia pedidos à Gália pedreiros capazes de construir lá uma igreja à moda romana, isto é, de grandes silhares.

⁴ Os dois primeiros estão inéditos, mas do segundo algo hei-de publicar em breve.

não esquecia este elucidativo elemento de estudo, mas o que não pode pôr-se em dúvida é que a qualidade de materiais próprios das regiões, se tem influência, não a tem exclusiva. Em Braga, onde o granito não falta, a parte mais antiga das muralhas, que se pode ver no sítio da Cividade, é de pequeno aparelho, e eu não sei dizer ao certo se é romana ou propriamente suévica, ou talvez menos antiga. Em Évora, segundo o depoimento de Gabriel Pereira, a muralha romana exibia o grande aparelho, em que a silharia mede no lado maior 1^m,06, e nos menores, visíveis pelos topos, 0^m,3 × 0^m,6 (*Estudos Eborenses* por G. Pereira, nas *Ant. romanas em Évora e seus arredores*; 1891 pag. 7).

Na Idanha-a-Velha há claramente, dos mesmos dias e no mesmo edifício, aparelho grande, médio e pequeno; alego para exemplo a torre de menagem do tempo de D. Sancho II, que na parte mais alta tem o pequeno aparelho, o que se explica pela dificuldade de elevar materiais pesados, dificuldade que aliás noutras pontas parece não ter servido de obstáculo. Mas também ali vi restos de paredes romanas com grandes calhaus esquadriados com almofadas à rústica. É muito interessante o aparelho, em fiadas de espessura alternada, da parte primitiva das muralhas de Óbidos, evidentemente medievais, como medievais me parecem as de Condeixa¹ com botaréus. Em Óbidos não há tejolos na estrutura.

De modo que se, por um lado, a arquitectura religiosa empregava a catarria, a civil talvez e a militar com certeza adoptavam a alvenaria com abundância de argamassa rija.

Estas considerações vem ao intento de mostrar que a estrutura da rotunda de Odrinhas, se me deixa ainda assim algo perplexo, quanto à indicação muito precisa da sua antiguidade, apenas me permite dizer que dá a impressão duma recuada antiguidade. Mas o edifício de Odrinhas, qualquer que seja a sua época exacta, tinha de certo carácter genéricamente religioso, pois que construção civil ou militar não podia ser por nenhum motivo. Conservada nos edifícios cristãos a tradição da silharia, e apresentando-se a ruína de Odrinhas com um aparelho muito diferente, é pouco de aceitar que ela pertença à época da arquitectura cristã, mesmo da alta antiguidade.

Há ainda um aspecto de assunto que não litiguei; é a planta da construção, o género de edifício a que ela poderia ter pertencido.

Quer na arquitectura pagã, quer na cristã ainda a mais antiga, isto é, em qualquer das épocas correspondentes, havia construções de planta circular. Citarei da última classe os baptistérios e as capelas funerárias². Mas parece-me que esta hipótese se deve excluir em Odrinhas. O baptistério, posto que fosse construído em separado das basílicas, era um edifício secundário, e não se comprehende que existam as ruínas dum baptistério, não aparecendo vestígios da construção principal. Segundo os autores, desde o séc. IV existiram edifícios redondos, e por esse lado não seria anacrónico atribuir a uma capela funerária a rotunda de Odrinhas³. Mas não aparece na zona arqueológica onde está si-

¹ É necessário ter-se em conta que a existência longa e accidentada de Comíbriga deve ter deixado ruínas de época diversa; creio pouco em muralhas romanas naquele ópido, como em outros, e se ela foi, na segunda metade do séc. V, arrasada pelos Suevos, do séc. VI já temos uma epigrafe cristã, do séc. VII bispos em concílios, do séc. VIII uma moeda pelo menos, e do séc. IX a derradeira menção do Cronicon Albadense. (Filipe Simões, *Escritos diversos*, Coimbra, p. 30).

² Poderia ainda acentuar algumas igrejazinhas rurais e torres cilíndricas.

³ Camille Eulart, *Manuel d'Archéologie Française*, I, 116, 148, 168 e 190; E. Corroyer, *L'Architecture romane*, pp. 53, 56, 167 e 200.

tuada esta ruina, nenhuma antigualha de carácter cristão primitivo, e a existência dum monumento daquela natureza pressupõe uma população cristã, uma necrópole, que havia de legar-nos necessariamente alguns vestígios definidos. Nada surgiu ainda. Creio portanto poder recuar ainda mais a antiguidade desta curiosa ruína e entrar pelos domínios do paganismo romano.

De planta circular legou-nos a civilização de Roma templos e mausoleus, não só naquela cidade, mas ainda nas províncias. Em Portugal o assunto ficou esgotado no vol. III das *Religiões da Lusitânia*, do meu mestre e antigo director, Sr. Dr. J. Leite de Vasconcelos. Em Odrinhas, várias circunstâncias concorrentes persuadem-me antes a antiga existência dum monumento funerário do que a dum templo; contudo talvez só uma escavação feita dentro da rotunda ou na zona circundante traria acaso mais algumas provas do que as que vou apresentar. Efectivamente os monumentos fúnebres levantavam-se sobre hipogeus subterrâneos, onde se guardavam as cinzas dos corpos cremados¹.

A analogia da ruína de Odrinhas com alguns monumentos sepulcrais romanos é inegável. Aduzo por exemplo o da família Pompónia, do qual restam as paredes circulares destituídas dos mármores que as revestiam, como no de Odrinhas subsistem as paredes, despidas de estuque que as exornava, à semelhança do envasamento do templo de Évora². É certo que várias ruínas de monumentos da época proto-cristã apresentam alguma semelhança com o edifício de Odrinhas, como pode ver-se na obra de P. Syxto, mas nenhuma antigualha desse período apareceu ainda no aro de Odrinhas, enquanto da cultura pagã os vestígios são abundantes e exclusivos. Já ficam referidas as lápides epigráficas e os seus fragmentos e, se o monumento de Odrinhas fosse cristão, ele não podia deixar de considerar-se como tendo substituído uma instalação pagã, de qualquer género que fosse, da qual podíamos observar as provas nos restos encontrados. Sendo assim, das paredes do edifício arruinado deveriam fazer parte materiais da época romana, como vemos em todas as construções cristãs que sucederam a outras de anterior culto. Bastar-me-ia citar, se ainda fosse necessário, as ruínas da capela de S. Miguel de Terena, construída com fragmentos de toda a espécie do santuário de Endovélico³; mas, pelo contrário, sucede que, dentro do próprio recinto da rotunda de Odrinhas, é que foi encontrado o fragmento dum importante monumento pagão, que deve relacionar-se com ele, segundo a mais provável conjectura.

*

Este monumento pagão, que já acima referi, é a parte superior da ara, descoberta em primeiro lugar pelo Sr. Gabriel Pereira⁴ e depois encontrada também por mim. Junto uma fotogravura e dois dese-

¹ Este mesmo desejo manifestou P. A. G. Barreto, autor de uma memória publicada no *Boletim da R. Ass. dos Archit. Civ. e Archeol. Port.* vol. VI, (1888) p. 26 e oferecida em 1886 a D. Fernando. Referindo-se a esta ruína, o A. diz que ela é dum templo romano.

² Rossi, *Roma sotterranea*, vol. I, citada por P. Syxto nas *Notiones Archaeologiae et Christianae*, I, 272, fig. 86.

³ Dr. Leite de Vasconcelos, *Religiões da Lusitânia*, II, 111.

⁴ Gabriel Pereira, *A vila da Ericeira*, Lisboa 1905, p. 16, e *Actas da R. Associação (do Carmo)*, sessão de 18 de Abril de 1903, em que aquele ilustre arqueólogo foi autorizado a obtê-la para o museu do Carmo.

nhos do que resta da ara. O fragmento mede 0^m,70 de comprimento na frente que o fotograma apresenta, e 0^m,65 na largura. A cimalha, reduzida a uma faixa lisa, (*tablette*) tem de alto 0^m,15 e os frontões, de altura ao centro, 0^m,33. Como se vê, as faces destes são diversamente ornamentadas. Em quanto de um lado ocupa o centro uma estréla hexagonal de factura mediocre, do outro avulta um ornato cruciforme muito curioso, por se tratar de um altar pagão. Em cipos e estelas funerárias não é pouco comum a figura astral de 6 raios; em aras já é menos vulgar; há duas simétricas no monumento bracarense dedicado a L. O. M. e figurado nas *Religiões da Lusitânia*, III, fig. 97. O ornato cruciforme é ainda mais raro, tanto nas pedras funerárias como nas hierológicas, o que parece pressupor o seu carácter astrolátrico¹. Para as funerárias e desta época, creio poder dar o exemplo, embora rude, da estela de Grade (*Arch. Port.*, IX, 75). Este fragmento de ara corresponde pois à parte superior desta espécie de monumentos; faltam a base e o cipo ou dado, que neste caso seria de secção rectangular (figs. 39 e 40). O remate das *arae* ou *altaria* era constituído essencialmente pelo *focus* ou cavidade, onde crepitava a chama do sacrifício. No nosso exemplar, esta cavidade está tóscamente desbastada e apresenta, aos lados, baixas aberturas, que serviriam para activar a combustão, mas cujo acabamento os assistentes decerto não viam, porque é de supor que esta ara estivesse em lugar elevado. No resto, ela corresponde a um tipo conhecido. O cipo era sobrepujado por uma taboleta, ou espécie de ábaco, em dois de cujos lados se enrolam uns balaústres (fig. 41) como de capitel jónico, que também terminam por *cornua* ou volutas, situadas à ilharga de pequenos frontões. É também possível que, na parte superior deste altar, se fixasse um lampadário ou uma coluna, que serviriam de perfumadores; estas eram as aras *tyricremas*.

¹ Foi esta singularidade que, no primeir^o relance, me sugeriu a ideia de um capitel jónico de época cristã, análogo a outros conhecidos e igualmente marcados com o emblema crucífero entre as volutas ou no ábaco. Examinando a pedra no Museu Etnológico e colocando-a em posição inversa daquela em que a tinha visto, e que era com os *cornua* para baixo, facilmente dei pelo meu engano. Numa dependência d^oste Museu, há dois remates de ara, semelhantes; não tem, todavia, as aberturas laterais.

No *Manuel d'Archéologie Française* (Paris, 1902) por Camille Enlart, vol. I, p. 132, vê-se um capitel merovingiano com uma cruz no ábaco e uma roseta de quatro pétalas entre as volutas. Todos os capitéis da basílica de S.^o Apolinário *in classe* perto de Ravena tem uma cruz no ábaco (*ibid.*, p. 109, fig. 28). E note-se que até a forma dos braços desta pretensa cruz induzia em erro, pois que lhe dão o aspecto de cruz espalmada da idade média.

Seja como fôr, a técnica escultural é um pouco mole, mas a presença da cruz de braços iguais e espalmados, quâsi como o modelo mediélico, é digna de registar-se, por se tratar de um monumento pagão e talvez não ter aqui esta figura carácter só ornamental¹. Por seu lado, as rosetas passam também à idade média, apelidando-as os tratadistas de «margaridas»², pela analogia floral.

Relacionar a presença da ara com o carácter funéreo da rotunda de Odrinhas não me parece superior às minhas fôrças. E trarei em abôno o autor já referido P. Syxto nas suas *Notiones Archaeologiae Christianae*, p. 267. Aqui se transcreve o testamento dum cidadão romano, que mandara edificar o seu mausoléu sumptuoso (*cella memoriae*) nas cercanias de Roma. Aproveito esta parte do texto: *araque ponatur ante id aedificium ex lapide lunensi quam optumo, sculpta quam optume, in qua ossa mea reponantur...* O destino do altar ficava expresso nas seguintes palavras: *curatoresque ita nominati [sacrificant] quotannis in ara quae s(upra) s(cripta) est Kalendis, etc.*

As aras eram edificadas dentro dos templos, nos peribolos ou ao ar livre; mas parece que esta era das que permaneciam junto dos túmulos, e que serviam para o exercício do culto, em comemoração do defunto, como vimos nas cláusulas testamentárias de certo cidadão romano. A falta de inscrições não me permite ir mais longe na atribuição d'este altar fragmentário que, pelas condições de descobrimento, pertenceria acaso ao mausoléu rotundiforme, capaz de sugerir na sua exigüidade o grande monumento sepulcral da família Pompónia na margem da *Via Appia*³.

Era pouco provável que êste grande fragmento dumara ara pagã tivesse aparecido noutro ponto d'este campo de antiguidades romanas e fôsse transportado para dentro do recinto circular; não; teria sido destruído nesse sítio e aproveitado nas construções, como o foram outros materiais da mesma época.

Por isso afigura-se-me que, tanto etnográfica como materialmente, o resto da ara encontrada dentro da ruína de Odrinhas se relaciona com a natureza fúnebre do edifício que ela representa. A existência dum grande poliândrio romano não é contestável em presença de tantos epitáfios; e o carácter desta construção só muito ilógicamente

¹ Uma pedra da Cítânia de Briteiros tem também uma figura crucial.

² Este género de ornamentação floral é muito antigo; é já comum na arte dos assírios.

³ Rossi, *Roma Sotterranea*, vol. I, tav. I.

poderia deixar de se relacionar com a natureza do próprio lugar, em que foi erguida.

*

Mas no alpendre da ermida existe uma epígrafe de que vou ocupar-me e que pertenceu a um mausoléu romano. A um canto da alpendrada há uma grande mesa de pedra para as merendas dos romeiros. Um dos pés é constituído por um fragmento de cipo: é a parte inferior e o fuste quase todo duma pedra, que está porém invertida. As letras são diminutas relativamente às dimensões da lápide. Não as copiei logo, porque precisava limpar a superfície e isso despertaria desconfianças que iam valorizá-la. Creio que ainda ninguém, antes de mim (1907), notara que estava ali uma grande inscrição. A altura dos caracteres é de 0^m,033 e 0^m,023. A da pedra é de 0^m,78; largura 0^m,40 e espessura 0^m,25. Será difícil resistir à aproximação destes dois factores: *primo*, os restos dum monumento arquitectónico, que pode ser um mausoléu; *secundo*, uma lápide com inscrição em que se menciona a criação dum edifício fúnebre com a designação de *mausoleum*; dada a raridade de tais monumentos na Lusitânia. Em *Olisipo* havia outro, segundo uma inscrição do *Corpus*, e os dois locais não são tanto afastados que não pudesse um monumento servir de exemplo a outro¹.

¿Pertenceria a pedra com a inscrição dedicatória ao monumento rotundiforme de Odrinhas? Reconheço que não posso fazer outra cousa, que não seja presumi-lo. O letreiro está carcomido, de modo que impossível é trasladá-lo completo. Contudo aqui reproduzo o que pude conseguir².

.....	LIAVN
O	LI..... CEO RCELSV
OV II
SINAMPLISSIWA	EODEM
OMISSVS	D..... BS
TACENSISPROCProvINC	
.....	RMILIT TAPI
.....	SNPRO EN
.....	LEO..MA/SOLE ANP..D..
.....	RO PE..NETA
.....	VR..DV..PN..RTWA
	D

¹ Dr. J. Leite de Vasconcelos, *Religiões da Lusitânia*, III, 387.

² Em conclusão: debaixo do alpendre da capela há 3 pedras com inscrições romanas, pedras que não fazem parte da construção, e dentro do próprio templozinho, há uma 4.^a lápide, que serve de assento (1907). É evidente que não servem ao culto cristão.

Esta inscrição que, pelo estado de corrosão da pedra, não sei se encontrará ainda o seu Mommsen, devia ter sido muito importante para a história da dominação romana na Lusitânia. As suas letras esguias parecem da época de Trajano (Ricci). É lamentável a perda do étnico -CENCIS, do PROC(*onsul*) de PROVINC[*iae*] e TR(*ibus*) MILIT(um)... O que me agora interessa é a palavra MAVSOLE[*um*], que denota provavelmente que esta lápide pertencia a um monumento fúnebre, elevado talvez por D(*ecreto[d]ecurionum*). A pedra conserva ainda parte da cornija e, no seu lugar, está invertida, o que dificulta desesperadamente a leitura das poucas letras visíveis¹, tornando-a duvidosa na sua maior parte.

*

Os vestígios de povoação ou de necrópole são inegáveis; numa curta área, não só há muitos tejolos esparsos no chão das terras, como a pedra, de que são feitas as paredes de vedação, tem aspecto diverso da que entra em paredes mais afastadas. Na parede duma terra ou campo que está na frente da ermida, para o lado do norte, está um triturador de basalto, que tem nada menos de 0^m,80 de comprido. Numa outra encontrei novo triturador, que o dono, o Sr. Manuel da Silva, ofereceu ao Museu. Veja-se adiante a fig. 44. Noutra parede, a do adro, encontrei um fragmento de lápide (VS · A) que levei para o Museu.

A certa distância para noroeste, há um cabeço cheio de penedia, a que chamam o *Penedo da Barreira*, onde subi porque o local podia ter sido estação autóctone. O único vestígio que vi, foi um triturador em cima de uma parede. Os que se encontram nas ruínas de origem romana são iguais, o que apenas demonstra sobrevivência de costumes indígenas. De baixo para cima não vieram êles. Este cabeço é quase um montão de penedia. Num ponto há um pedregulho posto ao alto, como um menhir. Deve ter 5 metros de alto e 3 ou mais de circuito. Não vou jurar que seja de origem prehistórica. Mas com êste, há mais dois numa só linha recta. O do meio está lançado por terra e partido em dois, o que faz supor que já esteve em pé. O terceiro mais setentrional é o menor. Todas as pedras tem superfícies arredondadas de certo pela erosão atmosférica.

Disseram-me que no Vale (Montelavar ou Terrugem) há numa fonte uma pedra com letras. O meu amigo e actual conservador do

¹ Por todos estes motivos esta lápide deve ser adquirida pelo Estado; só no remanso de um Museu poderá ser estudada a fundo.

Museu Etnológico Dr. Vergílio da Fonseca, publicou no *Archeologo Português* vol. xvii, p. 169, um artigo intitulado *Antiguidades de Armez (Concelho de Sintra)*, e eu penso, que a inscrição aí estudada, não é outra senão a de que me deram notícia nesta excursão.

*

Próximo d'este lugar de Odrinhas, há outro com o nome de Funchal. Abundam aí umas chamadas *covas dos Mouros*, que parecem silos ou tulhas. São abertas no saibro duro e tem a altura dum homem com o braço erguido. A sua forma é como a dum *dólium*; na sua totalidade estão entulhadas¹. Aqui também reuni alguns utensílios neolíticos.

Na volta, em Odrinhas, adquiri um *descanso* de ferro de engomar, com recortes. Fig. 42; N.º de entrada no M. E. P.: 1060.

IV

Façamos agora um zigue-zague para sudoeste, e não perderemos tempo com uma pequena demora em Montelavar.

A ourivesaria da igreja é magnífica; constitui um museu reduzido. Uma grande cruz processional, que o Rev.^{do} Prior me informou já ter estado na Exposição de arte, pareceu-me gótico flamejante². Relacionei mais duas cruzes do séc. xvii; um cofrezinho com tampa de secção sextavada, do mesmo século. Uma custódia, talvez do séc. xviii (principio). Na igreja dois quadros de tábuas; um do séc. xvi, talvez escola portuguesa; outro do séc. xvii. A capela-mor é manuelina. Azulejos hispano-árabicos e do séc. xvii. Duas arcas com ferragens, talvez do séc. xvii. Na sacristia um rico crucifixo com rendilhado de metal amarelo, do séc. xvii, e um Santo-Cristo de marfim³. Algumas pedras

¹ Estas *covas dos mouros*, interpretadas e descritas fantásticamente por algum anónimo informador, são porventura as que fizeram supor ao Sr. Maximiano Apolinário, que se poderia tratar de grutas préhistóricas. Coincidindo a denominação e a freguezia, pois que o lugar de Funchal pertence de facto a S. João das Lampas, lembro-me de que estes silos é que eram as tais *covas dos mouros* (*Arch. Port.*, i, 237). Também Estácio da Veiga refere obras idênticas nas *Antiguidades de Mafra*, p. 19, etc.

² Veja-se *Exposição retrospectiva de arte ornamental: Cartas ao Redactor do Correio da Noite por A. Filipe Simões*, Lisboa 1882, p. 69, e *Catálogo* da referida exposição, vol. ii, n.º 36 da sala M, fig. 114 (séc. xv).

³ Prefiro esta expressão genuinamente portuguesa-popular à tam vulgarizada de *um Cristo*, porque esta é importada do estrangeiro.

soltas dignas de conservação, provenientes de reconstrução, como uma pia de água benta, etc.

Continuei a ter notícias de achados de *coriscos* e *pedras de raio*, que ninguém recolhe.

*

Cheleiros... só um lance de vista. O pórtico da igreja é românico, com o arco já porém em ogiva e um colunelo de cada lado. Os capitéis tem fôlhas lanceoladas simples. Fig. 43. Iguais vêem-se no pórtico da igreja de S. Filisberto de Dijão (Camile Enlart, *Manuel d'Archeologie Française*, I, 243, fig. 90). No frontão êste portal tem, de cada lado, uma cruz igual às que se encontram nas cabeceiras de sepulturas, o que prova que pertencem à mesma época. No fecho do arco, na face anterior, há outra destas cruzes de menores proporções.

*

Era preciso não esquecer Santo Isidoro, onde infelizmente não pude tatear a origem ou ponto de partida da lenda, que encontrei em Odrinhas. Contudo foi próximo da igreja, segundo me informaram, que foi encontrada uma lápide que está no Museu Etnológico, da quinta dos Chãos, (Concelho de Mafra). A igreja é toda forrada de azulejos datados e com alguns quadros (1670?); o arco cruzeiro pareceu-me manuelino; na sacristia há um quadro sobre madeira, muito grande, o qual representa Jesus Cristo na cruz entre Nossa Senhora e S. João, do séc. XV ou XVI, e no fundo há uma fortaleza, guerreiros da época, etc.; embora pouco correcto, tem valor; parece que foi encontrado num palheiro; ha um cálix magnífico de tintinábulos ou campainhas, em estilo mixto de góttico e renascença, sem ser manuelino. O nó é góttico; a copa renascença. Disseram-me que também havia uma custódia igual, mas foi vendida para se comprar outra moderna, que nada vale! Tempos depois, obtive para o M. E. P. dois artefactos prehistóricos, que o Sr. J. Bernardino e Silva ofereceu, informando que foram colhidos no Monte Godel. São um machado de gume largo, mas algo curvo à maneira de goiva e uma faca de silex de secção trapezoidal (N.^o 3001 e 3002). Aquele mede de comprimento 0^m,10; no gume a largura é de 0^m,05. Esta tem o comprimento de 0^m,085.

*

É tempo de regressar ao ponto de partida; voltemos a cara ao oceano e vamos dar a um sítio à beira-mar, já no concelho de Tôr-

res Vedras, chamado Assenta. Pouco importa ao leitor como é que esta volta se pode fazer; por estradas, não; nem as há. Que isolamentos, meu Deus? Mas lá estava a guarda fiscal! Eu ia ali ver uma chamada *Cova da Moira*. Efectivamente o buraco, que com este nome me mostraram, está na margem dum regato que no verão encharca e cria juncos. Está aberto num saibro duro, em sítio onde não pode ser tomado por mina de água, nem por fenda natural da rocha. É certamente artificial. Mas prehistórico? Julgo que não. A bôca estava quase entulhada, porque exploram o barro; era porém estreita. Um homem lembrava-se de ter lá ido em pequeno. A cova é quase toda constituída por um corredor, em que um homem cabe à vontade. Tem dos lados umas *cantareiras* ou nichos. O chão mostrava ser terra muito batida. Já lá andaram a escavar, sonhando com dinheiro. Esta gruta era (dizem) para a gente do *Casal* se esconder, pois comunicava com esta povoação. Em todo o caso, informaram-me que terá 50 metros de extensão. Nunca lá apareceu nada, nem ossos, nem cerâmica, e creio que com razão.

Contou um homem, que na foz do Sisandro apareceram muros de alvenaria com argamassa.

As *pedras de raio* são freqüentes, mas a gente não faz quaso. Não encontrei notícia de antas ao norte.

Na foz de S. Lourenço, encarreguei um homem de Ribamar de saber se havia grutas, porque eu tinha visto concavidades nos despenhadeiros.

Nesta isolada povoação, dei com a vista num *banco de encôsto*, de fabrico local. O assento servia de arca. Estes modelos do antigo mobiliário português vão apodrecendo ou são relegados... para o forno.

Na Assenta e Ribamar encontrei, na mão dos habitantes, alguns utensílios prehistóricos de pedra polida, entre os quais notarei um amuleto perfurado. São estes restos o atestado da antiga habitabilidade de regiões, onde se não encontram já vestígios de monumentos, e por isso o seu aparecimento, mesmo avulso, é importante documentalmente. Duma povoação a NO. da Ericeira, *Casais*, que fica na margem direita da Ribeira de Ilhas, vieram trazer-me um bojo de ânfora romana, que estava servindo de coelheira! Logo a adquiri para o Museu Etnológico Português, onde tem o n.º 1090, de entrada. Fig. 44. Em outros pontos do percurso desta ribeira tem aparecido vestígios da cultura romana¹.

¹ Vejam-se as obras citadas de Estácio da Veiga e de Gabriel Pereira.

A pouca distância já da Ericeira, encontra-se o primeiro pôsto das linhas de Tôrres Vedras, Milreu. Era mais para o norte o segundo, segundo informações.

Feriram-me a atenção, lingüisticamente, as pronúncias sem ditongo de *ruivo* e *duida* (dúvida) com ditongo.

Compendiarei agora os utensílios prehistóricos adquiridos em diferentes povoações dos concelhos de Sintra, Mafra e Tôrres Vedras.

V

Estudo dos utensílios de pedra polida

O giro, que fiz em torno da Ericeira, abrangeu terrenos dos três concelhos de Sintra, de Mafra e de Tôrres Vedras; em todos eles fiz aquisição de instrumentos prehistóricos, competindo ao concelho de Sintra dez; ao de Mafra, doze e ao de Tôrres, seis. Não se conta entre estes um esferóide, que colhi nas proximidades da ermida de Odrinhas e pode ter servido de percutor; a sua forma achatada e as depressões nos polos, aliás mal definidas já, permitem esta atribuição. (N.º de entrada no M. E. P. 1061). Por lialdade devo, porém, reproduzir as palavras do ilustre geólogo e meu distinto amigo Sr. Paul Choffat, a quem escrevi sobre este achado: «La roche semble avoir été primitivement une agglomération de petits cristaux de fer magnétique, qui est en partie oxydé (parties lisses et brunes). On en trouve sur le pourtour du granite de Cintra, au contacte du calcaire. La forme semble être, en grande partie, accidentelle. Ce devait, en tout cas, être un fort mauvais percuteur, vu son peu de consistance¹.

Como nos mesmos campos encontrei um triturador, de que dei um desenho, e além disto os machados prehistóricos não são raros nesta região, que aliás já é conhecida pelas relíquias do seu mais distante passado, a classificação, que dei ao percutor de pedra, não é, pelo menos, absurda. O triturador é de uma rocha preta, aparentemente compacta e rija, e a escavação característica ocuparia todo o pesado calhau; o que existia porém, era apenas metade; a fractura foi transversal. (N.º de entrada no M. E. P. 1092). São estas as suas dimensões: comprimento 0^m,43; largura maior da depressão, 0^m,35; espessura no fundo da cavidade 0^m,35. (Fig. 45).

Estas mós, que em Portugal aparecem desde as antas, e que em França datam outrissim do neolítico (J. Dechellete, *Man. d'Archéol.*

¹ Carta de 15 de Abril de 1908.

préhist., 1, 345), conservaram-se em uso até o conhecimento da mó giratória, que os romanos já cá encontraram adoptada nos nossos castros; por isso um exemplar captado avulsamente, como este de Odrinhas, não fornece uma indicação cronológica suficientemente precisa.

Quanto aos 28 instrumentos prehistóricos colhidos no meu torneio, não vou sobrecarregar esta notícia com a descrição técnica de cada exemplar; destacarei uma dúzia, por oferecerem algum interesse particular. A numeração de entrada, com que foram lançados no Museu Etnológico Português, é: para os de Sintra n.ºs 1062 a 1071; para os de Mafra, n.ºs 1072 a 1082; para os de Torres Vedras n.ºs 1083 a 1088.

Instrumentos neolíticos do concelho de Sintra

N.º 1062. Pelas suas dimensões, menciono em primeiro lugar o machado neolítico com este número de entrada, adquirido em Odrinhas. Mede 0^m,26 de comprimento. É de secção circular, sendo o diâmetro 0^m,049 e a circunferência 0^m,150; na ponta, que é aguda, tem 0^m, 015 à distância regulamentar de 0^m,01 da verdadeira extremidade. No meio, este instrumento tem uma falha que o torna mais estreito (0^m,040) e o gume está quebrado. Foi primitivamente polido em toda a superfície, mas apresenta agora uma parte com aspecto rugoso, como se fosse alterada por um líquido corrosivo, em que o machado tivesse estado imerso parcialmente e em posição quase horizontal; não sei explicar esta circunstância. Peso: 918 gramas.

N.º 1065. É um curioso utensílio, inteiramente polido, de rocha negra e dura. Uma das extremidades forma um plano quadrilátero convexo, de lados levemente arqueados, medindo os referidos lados 0^m,035 \times 0^m,041. A outra extremidade, a ponta é um cone truncado com base para o centro do utensílio. Comprimento: 0^m,095; espessura ao nível da largura 0^m,034; diâmetros da ponta a 0^m,01 de distância: 0^m,024 \times 0^m,017; circunferência ao nível da largura: 0^m,134.

Provém de Odrinhas. Parece que a extremidade activa seria a do plano convexo e a oposta constituiria o espião destinado a ser enbebido num alvado de madeira ou chifre, mas talvez este utensílio pudesse ser utilizado assim mesmo. O seu destino parece ter sido o de polir ou alisar, e para esse efeito não precisava de encabamento. A sua conservação é perfeita. Peso: 282 gramas. (Fig. 46).

N.º 1067. O utensílio, designado por este número de entrada, tem o comprimento de 0^m,082; largura de 0^m,024; espessura de 0^m,016; circunferência ao nível da máxima espessura 0^m,073.

O seu gume é assimétrico; enquanto plano de um lado, é convexo do lado oposto. Esta curvatura do gume prolonga-se em superfície

plana pelo corpo da pedra e pelo contrário, a faceta plana continua desenhandando uma curva convexa, o que dá a este utensílio, visto lateralmente, um contorno plano-convexo. Toda a superficie é polida; a secção é quadrilátera, mas as arestas d'este prisma são boleadas. É preta a rocha. A 0^m,046 do gume, na face convexa, nota-se como que o ensaio duma pequena cavidade, produzida, não pelo sistema da perfuração prehistórica, mas por pancadas repetidas de ponta dura. Conservação perfeita. Peso: 65 gramas. (Fig. 47).

N.^o 1070. Machado neolítico polido apenas nas faces cuja junção determina o gume, e apenas nas superficies salientes. Nas outras e nas faces que correspondem aos lados menores do quadrilátero, que a secção do machado representa, não há polidura; a rocha apresenta-se com a aspereza natural das fracturas. Em outro exemplar proporei uma explicação desta particularidade. O comprimento é de 0^m,14. As outras suas dimensões são: a 0^m,01 do gume, espessura 0^m,008; na maior espessura 0^m,044; na ponta 0^m,038. O gume mede 0^m,035 de largura, a ponta 0^m,027. O gume está muito gasto. Peso: 325 gramas. Fig. 48.

N.^o 1071. Este tipo de instrumento prehistórico encontra-se menos freqüentemente que o machado cilíndrico ou o naviforme. O contorno dá suficiente ideia do seu feitio. Mede de comprimento 0^m,094; de largura 0^m,060 e de espessura 0^m,027. A sua secção transversal é subquadrangular e a longitudinal é actualmente uma elipse muito deprimida e alongada. É rocha polida, e os dois supostos gumes estão muito gastos pelo uso. Provem do lugar de A-do-Longo. Peso: 339 gramas. Fig. 49.

Instrumentos neolíticos do concelho de Mafra

N.^o 1072. Esta espécie de machados é caracterizada pelo trabalho de preparação ou fabrico que neles se revela, segundo creio. Devem considerar-se neles as suas quatro faces, polidas duas; em bruto, outras duas; estas, que são as mais interessantes, são formadas cada qual por duas facetas longitudinais e contínuas, provenientes respectivamente de duas lascas que deram a forma lateral do utensílio. Assim é que conservam a rugosidade natural da rocha. As outras duas faces são polidas, como disse, e reunindo-se, formam em uma extremidade o gume. Em consequência disto, a secção do machado é quadrangular e o aspecto naviforme. O comprimento do que estou descrevendo é de 0^m,133; a sua maior largura, junto ao gume, que está bem conservado, 0^m,045; a espessura a meio 0^m,035 e a 0^m,01 da ponta 0^m,023. Peso: 328 gramas. Fig. 50.

N.º 1074. Os utensílios d'este tipo não ultrapassam, *grosso modo*, o máximo comprimento de 0^m,10. Este tem o de 0^m,084. O seu aspecto é o de um escopro espesso. É todo polido, de modo que, sendo quadrangular a sua secção transversal, as arestas tornaram-se boleadas. O gume de facetas simétricas está gasto. A sua largura no plano paralelo ao gume é de 0^m,020; a espessura quase igual, isto é, 0^m,016. As suas faces são sensivelmente paralelas entre si, o que dá a este objecto formas de paralelipípedo, tanto mais que a ponta é uma superfície convexa. Peso: 65 gramas. Fig. 51.

N.º 1076. É também curiosa a forma d'este machado ou enxó. No plano do gume, que tem um perfil bastante convexo, é trapezóide, embora algo assimétrico. No plano perpendicular ao gume é plano-convexo, mas os planos ou facetas do gume são aproximadamente simétricas. É polido inteiramente, mas grosseira a superfície; a ponta está esmurrada. O seu comprimento é de 0^m,112; máxima largura 0^m,051 e junto à ponta 0^m,023; máxima espessura 0^m,033. Peso: 288 gramas. Fig. 52.

N.º 1078. Este machado pertence ao tipo curvo, porque no plano do gume ele é côncavo-convexo. Está fracturado ao meio. É todo polido, mas áspero e grosseiro. O gume tem uma *boca* proveniente do uso, e foi renovada sobre a pedra de polir, pois que uma das facetas não é a primitiva. Comprimento actual é de 0^m,132; largura junto ao gume 0^m,052 e junto à ponta 0^m,044; a espessura máxima é 0^m,041 e a 0^m,01 da fractura 0^m,040, o que lhe dá um aspecto maciço. Emfim, a circunferência máxima é de 0^m,145. Peso: 500 gramas. Fig. 53.

N.º 1081. O que caracteriza este machado, que é de fibrolite, é a forma agoivada do gume, que aliás se encontra muito deteriorado; deve porém notar-se que a largura máxima e bem próximo do gume é de 0^m,57; e na ponta 0^m,027. A espessura é de 0^m,031, sendo elíptica a secção transversal. No plano do gume é trapezoidal, mas a ponta está fracturada. De comprimento mede 0^m,121. Circunferência 0^m,139. Peso: 393 gramas. Fig. 54.

N.º 1082. De forma triangular; curto e agoivado, este utensílio é também digno de nota. Numa perspectiva transversal reconhece-se a curvatura do gume do género da goiva. Está em perfeito estado de conservação e perfeitamente polido como todos os desta rocha, fibrolite. Comprimento 0^m,065; largura na corda do gume; que é normalmente convexo, 0^m,054; e na ponta ou vértice do triângulo (a 0^m,01 do extremo absoluto) 0^m,020; espessura máxima 0^m,015 apenas. Peso: 75 gramas. Fig. 55.

Instrumentos neolíticos do concelho de Torres Vedras

N.º 1083. Bem caracterizado está este objecto asciforme pelo orifício tipicamente prehistórico e pela gravura adjunta. Fig. 56. Na ponta há um orifício de suspensão, constituído por dois cones invertidos e assimétricos, o que faz que o ponto de junção dos vértices seja excêntrico. Das duas circunferências externas deste orifício partem, na direcção do gume, dois sulcos ou incisões de secção triangular, que diminuem gradualmente de profundidade até a superfície da pedra onde terminam, tendo o maior 0^m,012 de comprimento e o menor cerca de metade. Escusado é esclarecer que estas gravuras se encontram nas faces opostas do objecto. É ainda curioso o aspecto ou a cor, não ouso dizer a pátina, deste exemplar. Parece ser duma rocha branca e até translúcida como o quartzo, mas a sua cor actual é escura, como enfumada desigualmente¹. Dir-se-ia que foi usado em suspensão por um indivíduo, durante longos anos, mas em contacto com a pele debaixo do vestido, qualquer que ele fosse, em todo o caso, subtraído ao contacto do ar livre. Também lembra a acção do fumo, por ter permanecido junto de um lar, antigo ou moderno. A sua forma é trapezóide, mas o gume é quase circular; está porém esmurrado em parte. O comprimento é de 0^m,096; largura máxima do lado do gume 0^m,040 a 0^m,010; da ponta 0^m,020; espessura 0^m,014. Já tem sido aventada a hipótese de ser a suspensão destes objectos por um fio uma conveniência do seu porte para uso, como ainda actualmente penduramos de uma corrente várias miudezas que trazemos na algibeira, para uso diário. Peso: 95 gramas.

N.º 1084. Com este número ficou designado um objecto de pedra, que parece ter tido carácter amuleítico ou ornamental, se é que se torna sempre possível determinar nitidamente esta distinção, mas que também me parece ter ulteriormente sofrido alteração.

Uma delgada placa de pedra, com aspecto ardosiano, isto é, negra e lisa e de contorno mitral. Na base há um orifício afunilado, mas de forma excêntrica. O triângulo, que remata o objecto, é que se me figura ser uma deturpação, embora talvez antiga. As faces laterais são rectas e polidas, mas as de remate tem uma polidura diferente, e em parte mostram as irregularidades de uma fractura. O comprimento total é de 0^m,085; a largura na base 0^m,022; a máxima 0^m,031; a espessura 0^m,01. Peso: 95 gramas. Fig. 57.

¹ Há uma variedade de quartzo *enfumado*, mas não me parece ser o presente caso.

N.º 1088. Machado possante êste que descrevo agora. Com quâsi 2 decímetros de comprimento (0^m,199), de secção quâsi circular, mede de circunferência 0^m,161. É aparentemente plano ou mesmo côncavo-convexo no plano perpendicular ao gume, mas julgo esta forma casual, porque não se harmoniza com a ligeira assimetria do gume, cuja faceta mais convexa é precisamente a do mesmo lado da reentrância acusada. A largura máxima é de 0^m,050 e na ponta de 0^m,024. Espessura 0^m,042. A forma geral é trapezoidal alongada, e a ponta é acuminada no mesmo plano do gume. Peso: 777 gramas. Fig. 58.

De que monumentos ou estações provêm estes antigos restos da indústria humana? Não pude encontrar vestígios nem indícios, que me guiassem nessa pesquisa. É certo que os houve e isto demonstra, a meu juízo, que o que presentemente se encontra por aí, neste capítulo da arqueologia portuguesa, é uma parte mínima daquilo que os nossos antepassados da História tiveram debaixo dos olhos, infelizmente sem poderem tirar proveito algum científico do que iam destruindo ou desprezando.

Finalmente, creio não se poder afirmar que esta variedade de formas correspondia sempre a uma especialização de funções. Um acaso do calhau aproveitado para utensílio ou arma, um resultado da sua mesma utilização, obrigariam o artifício neolítico a salientar mais uma face da pedra e a cavar outra; a arquear o gume mais de um lado do que do outro. Formas preconcebidas decerto as houve, mas julgo que não se pode levar muito longe esta rejeição sistemática do acaso, na tipologia dos utensílios de pedra polida. (Cf. *Portugalia*, I, 461).

Lisboa, Dezembro de 1914.

F. ALVES PEREIRA,

Ex-Conservador do M. E. P.

Extractos do arquivo da Paróquia de S. Pedro da Ericeira

A actual ermida de Santa Marta na vila da Ericeira foi edificada nos fins do século XVIII.

A primitiva ermida, já muito arruinada naquela época, foi demolida, e era construída um pouco mais para o lado do sul da actual, num terreno que fica hoje dentro do parque das Águas Medicinais de Santa Marta.

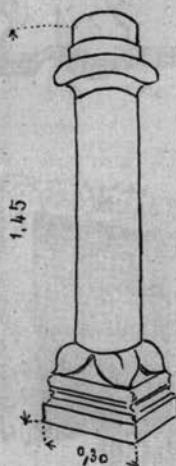


Fig. 1

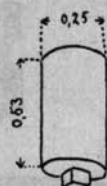


Fig. 2

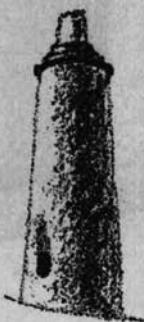


Fig. 6

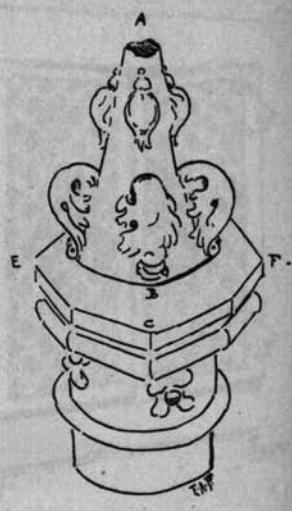


Fig. 3



Fig. 9



Fig. 5

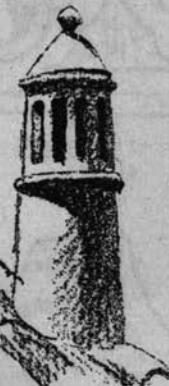


Fig. 7

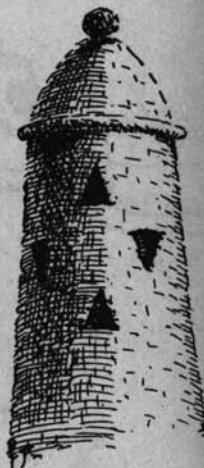


Fig. 13



Fig. 8



Fig. 10

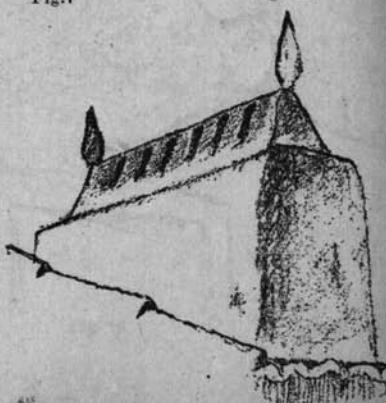


Fig. 11

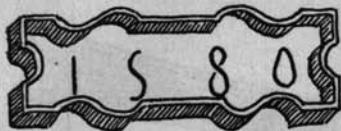


Fig. 4

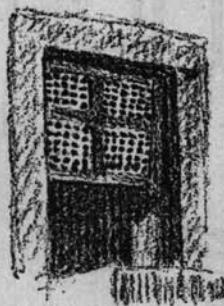


Fig. 14

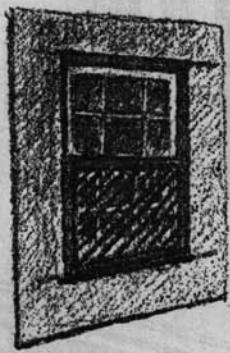


Fig. 16

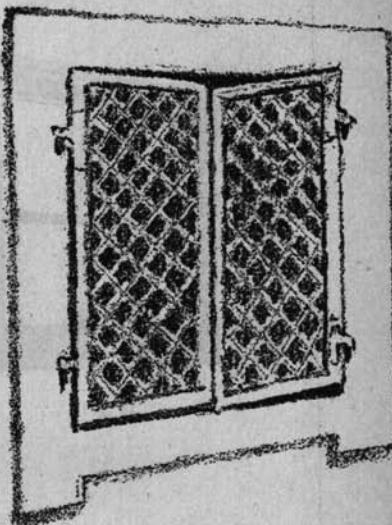


Fig. 17

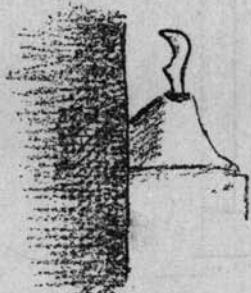


Fig. 12



Fig. 18

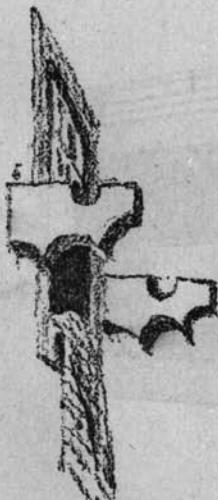


Fig. 15

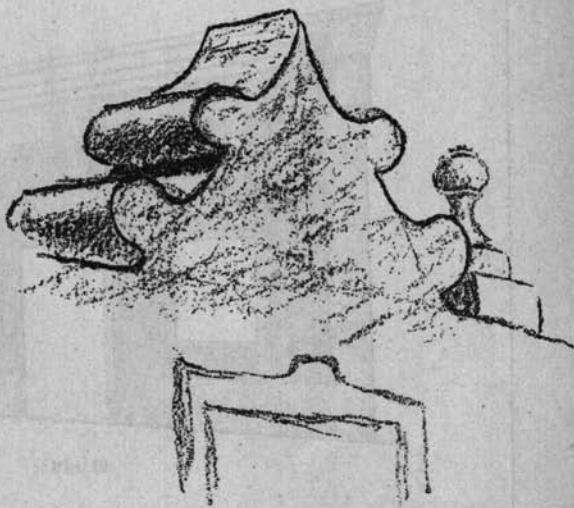


Fig. 19

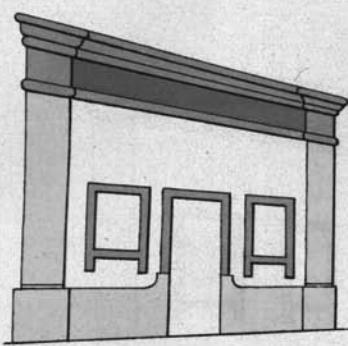


Fig. 20

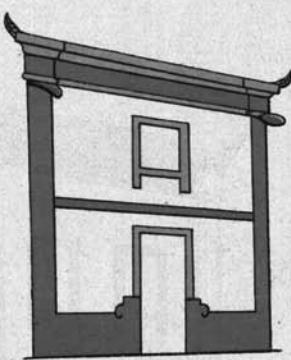


Fig. 21

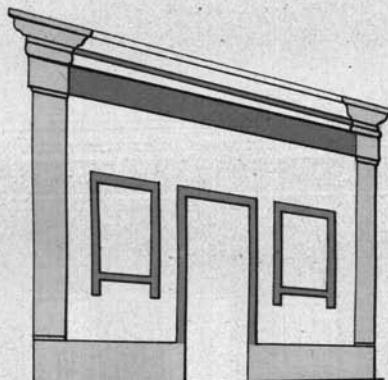


Fig. 22

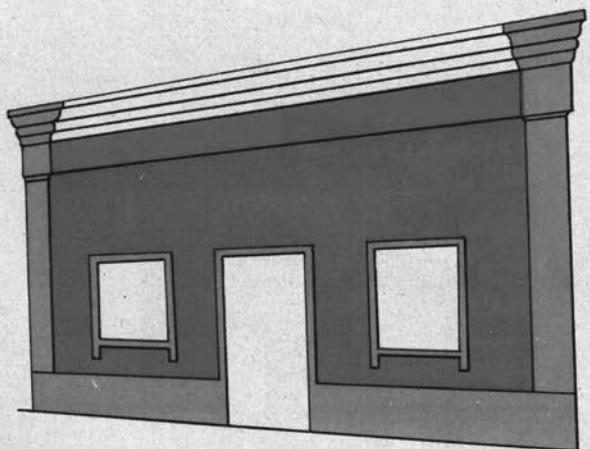


Fig. 23

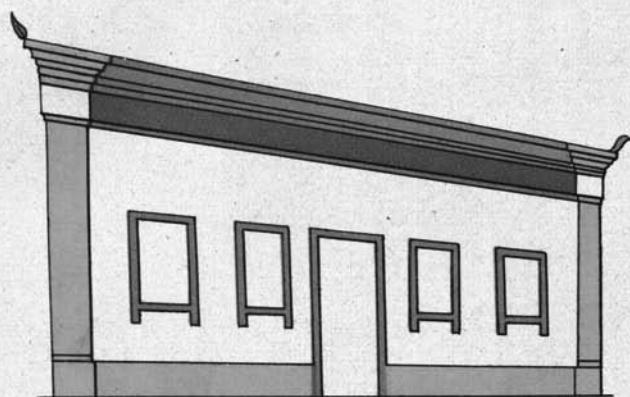


Fig. 24

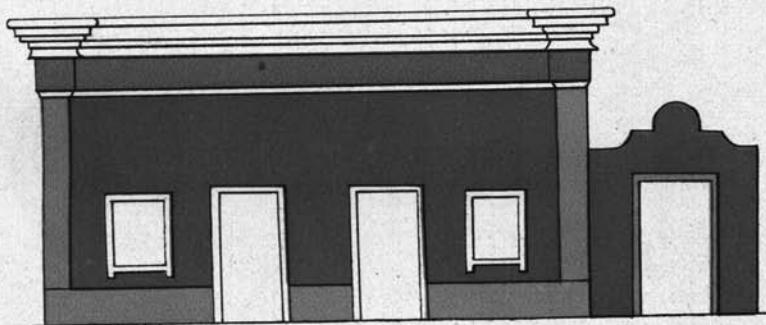


Fig. 25

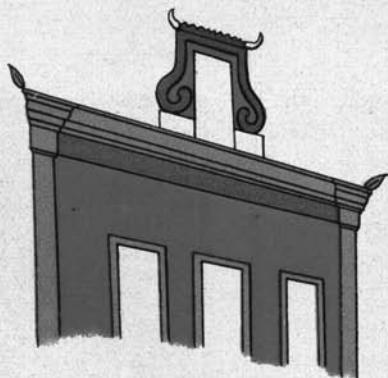


Fig. 26

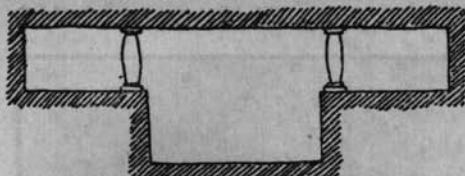


Fig. 27

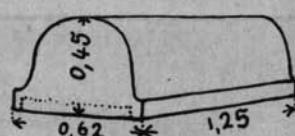


Fig. 34

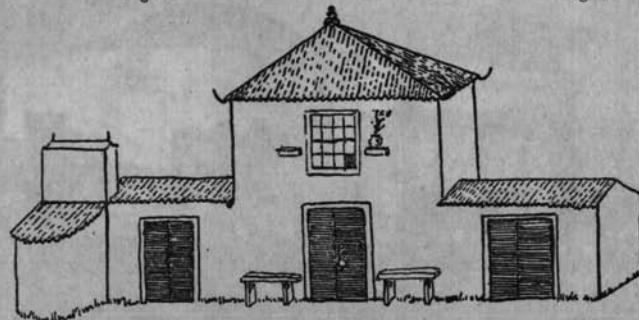


Fig. 28

Imauiuiares do círculo homônimo a pagão

Fig. 29



Fig. 30

Fig. 31

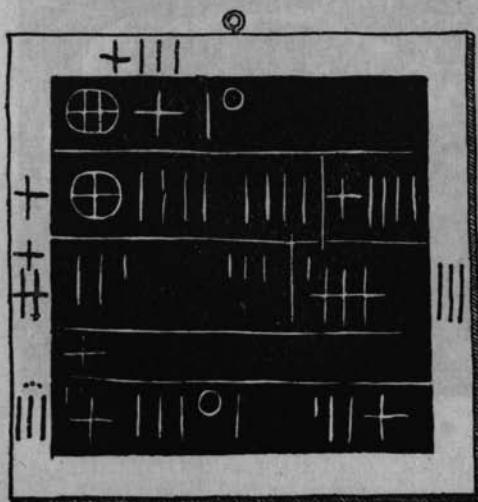


Fig. 33

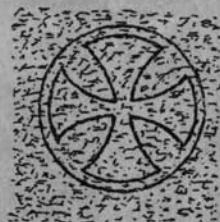


Fig. 32

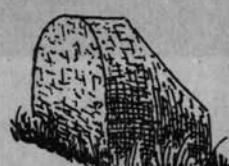


Fig. 36



Fig. 35

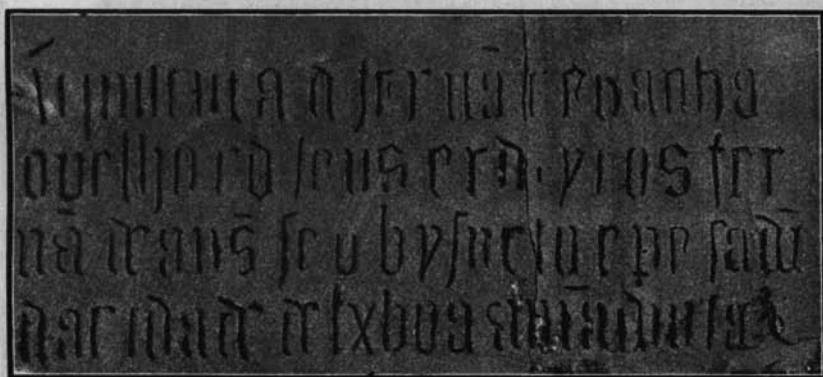


Fig. 37



Fig. 39



Fig. 38

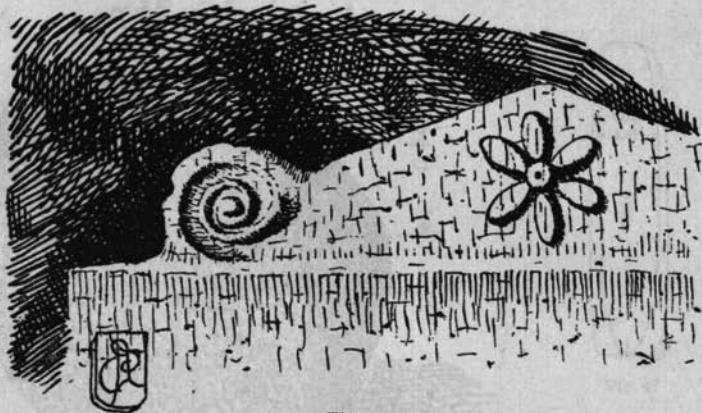


Fig. 40

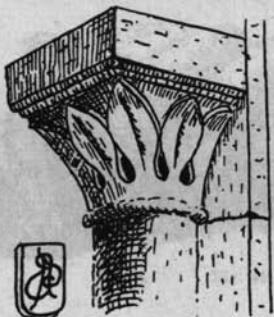


Fig. 43

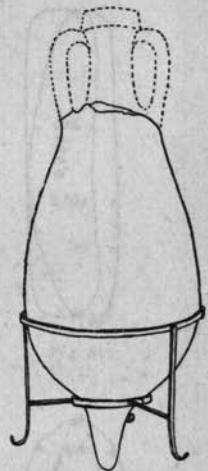


Fig. 44

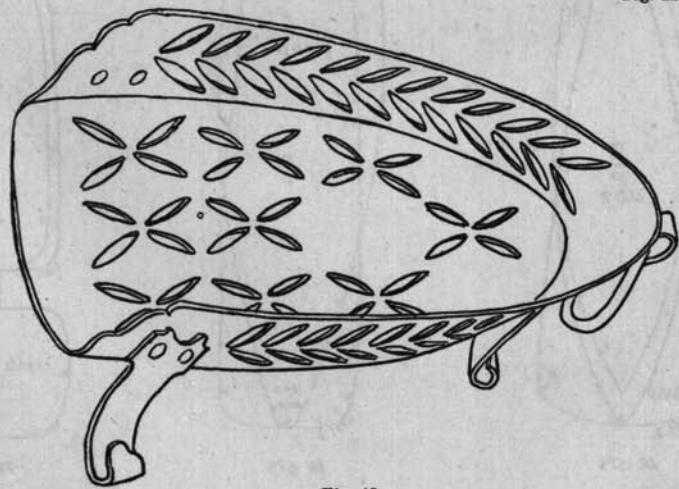
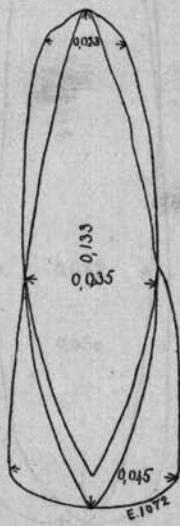
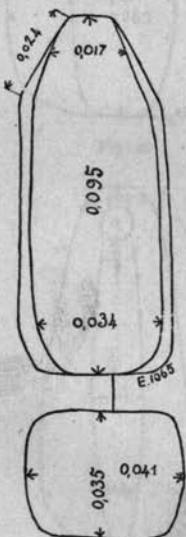
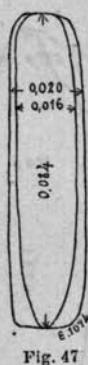
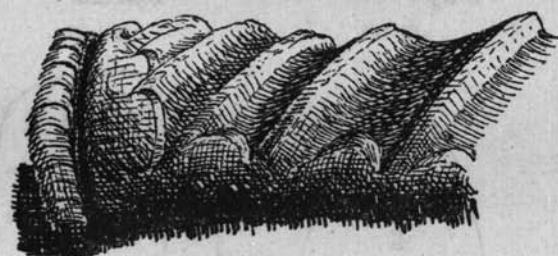
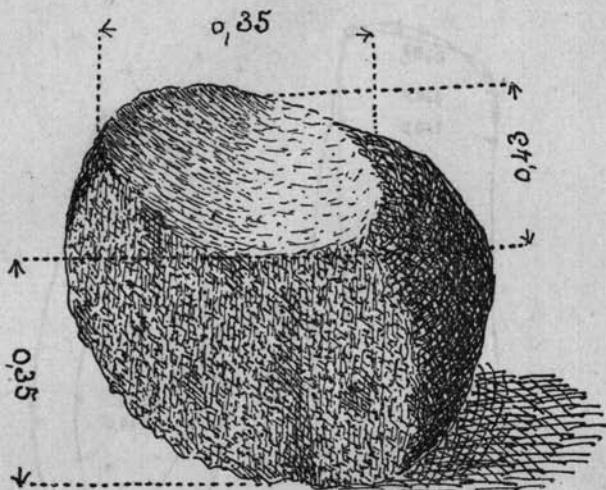


Fig. 42



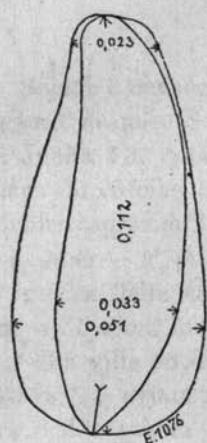


Fig. 52

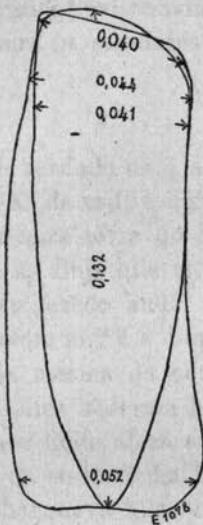


Fig. 53

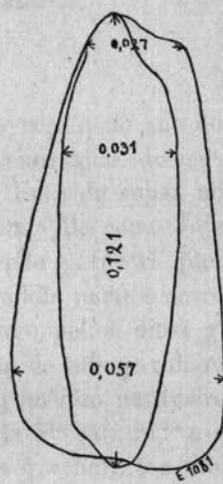


Fig. 54

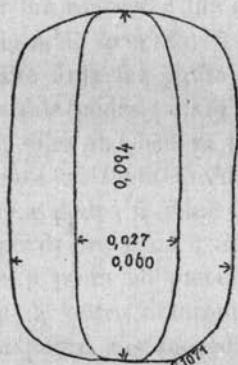


Fig. 49

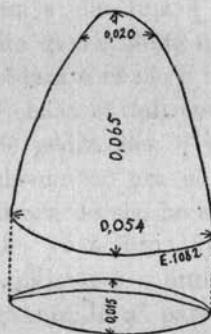


Fig. 55

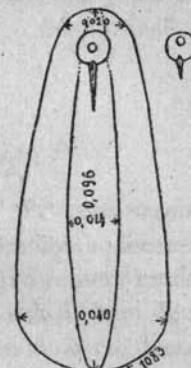


Fig. 56

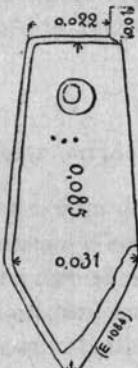


Fig. 57

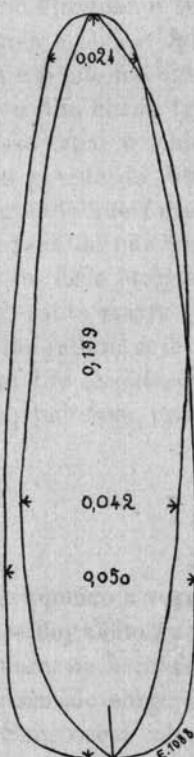


Fig. 58

Acêrca da primitiva ermida, existe no arquivo da Junta de Paróquia de S. Pedro da Ericeira os seguintes documentos:

I

Sejam ē conhecim.^{to} de berdade os q a p̄sēte byrem q no ano do naçim.^{to} de noso S.^{or} Jhū X^o de mjl e iiii^olxxiiij anos xj d. do mes de Junho ē a vjlla da eiriceira terra do S.^{or} Jhā Frrz de sousa no paaco do cōcelho estando hy llujs gllz m.^{or} ē a dita vjlla como Jujz alvidro aprazim.^{to} de p̄tes fezēdo aud.^a p̄dante elle parecerā p̄tes — a saber — g^o miz e Jō afom m.^{rs} ē a dita vjlla de hūa parte e outro sy gomez lleite m.^{or} ē esa mesma da outra. e logo pellos ditos g^o miz e Jō afom foe dito q elles bēderam hūu chaão de hūu pardieiro ē a dita vjlla ao dito gomez lleite afora a pedra q no dito pardyeiro estava p̄ q avjam mester pa se fazer ha Irmjda da S^{ra} sāta m.^{ta} e q ora o dito gomez lleite ēbarguava hūa boa pedra q achara ē o dito p̄dyeiro aquall era mujo p̄fēcente pā o altar da dita S.^{ra} e sē ēbargo q lha reqresē q lha ētreguasē elle rrefusou como ajnda agora rrefusa de a nō qrer dar q pediam a elle Jujz q lha mādase ētreguar e ho dito Jujz fez p̄gūta ao dito gomez lleite q defesa dava a nō lhe dar a dita pedra pojs q lhe bēderā o chaão e nō a pedra e p̄ elle foe dito q elles lhe bēderā o dito chaão cō tall condyçom q o dito chaão fy-case cō tanta qntidade de pedra com q se bē podese tapar e mais q a pedra q elles demādavom nō era nē estabia na parede do dito pardyeiro mais q elle a tirara de soo ho chaão debaixo de hūu forno e p̄ tanto nō p̄tencia aelles | e o dito Jujz bista arrezā de hūa p̄te e da outra determinou e jullgou q o dito gomez lleite dē e ētregue a pedra aos sobreditos g^o miz Jō a^o para a dta S^{ra} santa marta sē outra mais cōtēda e o dito gomez leite dise q pouis lhe jullgua a dita pedra q asy lhe mādase q lhe fezesē logo a carta do dito chaão e se nō q lhe tornasē seu dir^o e o dito Jujz bisto seu reqrjm^{to} seer justo

II

Snor ouvjdor

P.^o añes sareiro morador ē a vjlla da rreceira me aqueixo a vossa m̄ce dos hoffeceaes do ano passado ē como me p̄ elles ffoy ffeito ḡnde āgvo e ssem razão como vossa m̄ce saberaa q amj ffezeram bereador p̄ sam Joham ffez dous anos e agora me ferão mordomo do corpo de Ds. do q me deram mujta ōpsam e ībalho | e por q Snor beem sabeis q polla ordenaçam dell Rey nosso Snor eu nō podera ser costrāgido

atee os tres anos me ffezeram Juiz ē a dita vjlla este psente ano—ho q Snor vós terey ē m̄ce berdes este ḡnde āgvo e me livreis de taall officio e māde vossa m̄ce q̄ ffaçam outro Juiz pois q̄ por drr.^{to} o nō devo servir o q̄ nisto Snor me ffares mujta m̄ce e serviço a nosso S.^{or}

mādo ao escrývom da camara que me māde por seu asynado nas costas desta ptyiçom tirado do ljbrou da camara quāto a que ffoy este p.^o anes breator pera todo ber e lhe fazer Justyça

Dº alvarez

A x d. de Julho de b^o e iiiij foy aþsētada esta ptiçā e mādado do Sor ouvjdor desta out.^a pte escripta am̄y alv.^o anes t.^{am} e escripvā da camara na bila dericeira e ē cōpimēto della eu busquei o liv^o da camara do año de qujnhētos e hū q̄ se começou por d. de sam Johā bautista e se acabou por out.^o tal d. de sam Johā de qujnhētos e dous años no qual liv.^o foy breator p^o anes sereiro e g^o piz magouto e Juiz a.^o anes e porq̄ he berdade synei(?) esta certidom p̄ mim escripta p^a o S.^{or} ouvjdor despachar como achar q̄ he drr.^{to} eu alv^o anes esto escrepvi—alv^{ro} años

bisto por my ouvydor esta ptyiçom e (?) dalv^o anes t.^{am} e bjsto como a ordenaçom māda que nenhū nō tenha ofjeyo do cōcelho se nō de tres ē tres anos e por a ffe (?) dalv^o anes se mostra este soþjquāte ser breator a dous anos mādo ao Juiz e breamores e þocurador do cōcelho que tjrē outro pelouro de Juiz e ho que sair sirva o dito quaréguo e ho pelouro ē que heste sayo tornese ao saquo
—Dº alvarez

III

Saibham os q. esta quytaçam byrē q. no año do nacim.^{to} de noso Snor Jhūu de myll e iiijlxxxbj anos ao pm^o dia do mes de setēbro ē ha billa da Hyriceyra ffoy ffylhada cōta dos años pasados p. mē

? caval.^{ro} da casa del Rey noso Sōr e seu cōtador das obras juiz cōtador dos Regidos e pvedor dos orffaos esptaes capellas ē as cōtadoryas de samtarē e dalamqr aos homēs boos da dita bylla—a saber—do año de iiijlxxx q. se acabou p. sam Jō de lxxxj ate ho año de lxxxbj q. se acabou p. o dito dia de sam Jō bautysta da dita eera e asy q. sam seys anos—E mostrase p. justa cōta rēderē as rēdas do verde e almotaçarya e coucas ao cōcelho aþpyadas does myll e cemto e sēta rrs.—dos quaes bem a terça do dito Snor seteçemtos e bymte rrs. os quaes logo fforão ētregues pollos offyceas

que fforão os ditos seys anos a Jō a.^o recebedor e sam caregados sobre ele ē r.^{ta} no livero do dito senhor—E por q. he berdade q. recebeo os bijxx rrs. dos ditos offyciaes dos ditos seys anos pydirá asy esta qtaçam p.^a teré p.^o sua guarda e guarda do dito cõcelho e ho dito cõtador lha mădou dar ē aquall os dā p. quytes e livres dos ditos seys anos doje p^a todo sempre e jamays p.^o ello nō posam ser demădados ē juizo nē ffora delle. E p.^o ffyrmeza dello asynou aquy ho dito cõtador e recebedor. fleyta p. my G.^o gyll espvão dos *contos* (?) no sobredito dia mes e era—E sy resguardo os anos atras querēdo os o dito Sor. mădar arecadar—(Assignaturas) pg xx rrs.

O original está no arquivo da Junta de Paróquia de S. Pedro da Ericeira.

3 de Junho de 1909.

J. OLIVEIRA LOBO E SILVA.

Inscrição romana de Lorvão

Havendo-me informado o Sr. Braamcamp Freire, por intermédio do Sr. Pedro de Azevedo, de que no mosteiro de Lorvão, concelho de Penacova, por ocasião de se proceder a obras para a instalação do posto do registo civil, aparecera uma lápide sepulcral romana, dirigi-me ao Sr. Dr. Henrique Sena Carvalho, administrador do concelho, pedindo-lhe que me obtivesse a pedra para o Museu Etnológico: e S. Ex.^a, com uma solicitude que bem mostra a sua ilustração, e que não é vulgar nas nossas repartições públicas, enviou-me pouco depois a lápide. Esta é de calcáreo, tem forma de tábua rectangular, e mede 1^m,39 × 0^m,66 × 0^m,12.

Numa das faces maiores lê-se a seguinte inscrição (letras elegantes do séc. I): de 0^m,065 a 0^m,07 de altura:

G · VALERIVS · IVLIANVS · SEILIENSIS
 ANNORVM · XVIII · H · S · E · S · T · T · T · Lt
 M · Lt · ANTONIVS · IVLIANVS
 FRATRI · PISSIMO · †
 F A C I E N D V M · Lt · C V R A V I T

O sentido da inscrição é: «Caio Valerio Juliano, Seiliense, falecido na idade de 18 anos, está aqui sepultado. Seja-te leve a terra. Marco António Juliano mandou fazer este monumento à memória de seu dedicadíssimo irmão».

Vê-se que os dois irmãos que figuram na inscrição o são só pela mãe, e não pelo pai, pois que os seus gentilícios diferem um do outro (*Valerius, Antonius*). A mãe tinha casado pois duas vezes. O cognome, formado com o sufixo *-anus*, é comum a ambos, e deriva provavelmente do gentilício da mãe, que seria *Iulia*. A existência dos *tria nomina* mostra que temos diante de nós uma família de condição livre.

O epíteto pátrio *Seiliensis* traz-nos à mente o adjetivo geográfico *Seilensis* de uma inscrição galega do *Corpus*, II, 2562, e o nome *Sellum*, que nesta forma figura no *Itenerário* de Antonino como designativo de uma povoação situada entre *Scallabis* e *Conimbriga*, e que na forma *Σέλιον* figura na *Geografia* de Ptolemeu, II, 5. Relaciona-se com um dos dois, ou com uma terceira povoação? Faltam elementos seguros para responder; todavia, como o *Sellum* do *Itinerário* fica a meia distância entre *Scallabis* «Santarem» e *Conimbriga* «Condeixa», e como Lorvão não dista muito de Condeixa, é bastante provável que *Seiliensis* não se refira a uma terceira povoação, e se relacione antes com *Sellum* do que com o galego *Seilensis*: nesse caso seriam erróneas as formas *Sellum* e *Σέλιον*, que deveriam substituir-se respectivamente por *Seilum* e *Σείλιον*. Não se me objecte dizendo que contra a inscrição temos dois textos quase concordantes, Ptolemeu e o *Itinerário*, sem *ei*: não só a concordância não é tal, que em dois manuscritos do *Itinerário* não haja as variantes *Cellum* e *Cellum*¹, e Ptolemeu não tenha um só *l*, ao passo que o *Itinerário* tem dois, mas este é tardio, supõe-se ser dos últimos tempos do séc. II, e baseia-se talvez na mesma fonte que o texto de Ptolemeu. Nada mais fácil do que num manuscrito com *SEILIIVM* o primeiro *i* ser tomado por *l*, donde *SELLIVM* (*Itinerário*), ou *ll* serem tomadas por *λ*, donde *SELIION* (Ptolemeu); além disso não faltam exemplos de correspondência de *ll* a *l* em nomes peninsulares, como se vê em: *Scallabis-Scalabis, Ispali-Ispallenses, Πίπα-Πλίπα-Ilipa, Iliberris-Ιλιβέρη, Βαλικρίδες-Βαλλικρίδες, Calecula-Καλλήκουλα, Γέλλα-Gela, Ilici-Ιλικιτανός*; nem faltam também correspondências entre *ei* e *e*: cfr. *Medóbrega-Meidubrigenses*. O texto da inscrição deve merecer toda a fé, porque é muito elegante, e não se admitiria nele um grosseiro erro como *SEILIENSIS* por *SELLIENSIS*, tanto mais que não custava nada emendar o primeiro *i* em *L*, se o lapicida se tivesse enganado.

J. L. de V.

¹ Ed. de Amsterdão, 1735, p. 421. Cf. também *Notícias Arqueológicas de Portugal*, Lisboa 1871, p. 98.

**Aquisições do Museu Etnológico Português
em 1913**

Compras e aquisições do Sr. Director do Museu :

- quatro livros latinos de Aquiles Estaço, impressos em Roma no séc. XVI;
- um livro latino-grego do mesmo autor, impresso em Florença, em 1567;
- um instrumento agrário, talvez romano, do Sul do Tejo;
- um garfo grande, antigo, de Alcoutim;
- uma candéia moderna, do Algarve;
- duas ânforas romanas, achadas ao sul do Tejo;
- uma vasilha romana ou pre-romana, achada no Alentejo;
- uma faca de silex, incompleta, serrilhada, proveniente do espólio do Prior de Salir;
- dois escopros de cobre ou bronze, idem;
- uma ponta de machado de bronze, idem;
- duas campainhas de bronze, do sítio de Soidos, idem;
- um dedal de bronze, antigo (árabico?), idem;
- uma ponteira de bainha, de bronze, idem;
- uma espada de bronze, idem;
- uma ave de bronze, que fazia parte de uma lucerna como outras do Algarve (árabica), idem;
- uma chapa de lousa prehistórica, ornamentada, idem;
- um fragmento de inscrição ibérica, de Salir, vid. *O Arch. Port.*, v. n.º 2, p. 40, idem;
- uma inscrição ibérica, que foi gravada numa laje, que estava numa parede no Monte dos Vermelhos, freguesia do Ameixial, concelho de Loulé, idem;
- uma *tégula* inteira, e duas metades de outra, idem;
- duas *mós manuárias* (dormentes), idem;
- a parte superior de uma ânfora, idem;
- um cipo com inscrição romana, vid. *O Arch. Port.*, v., n.º 2, p. 42, idem;
- um «cão de chaminé», de ferro, idem;
- dez machados de pedra polida, idem;
- três machados de pedra polida, fragmentados, idem;
- um pilão de pedra;
- uma imagem da Senhora da Penha (lenda popular), com moldura apurada, arte caseira;

um *ex-voto* de madeira que representa um *milagre*, de 1819; estava à venda num antiquário de Lisboa;

estampas litográficas antigas de monumentos de Lisboa;

uma estampa que representa uma visita de D. Miguel à gruta de Carnaxide em 1822 (tem valor etnográfico: representação de *ex-votos* pendentes pela parede, muletas, etc.);

uma colecção de machados de pedra polida, de vários lugares do concelho do Cadaval;

uma estatueta de barro vidrado e colorido, que representa a Mofina Mendes, de Gil Vicente; altura de 0^m.32; vid. catálogo da *Faiança artística das Caldas da Rainha*, de M. Gustavo Bordalo Pinheiro, 1913, n.º 9: está na atitude de cantar os versos do *Auto*, mãos na cabeça, e aos pés o pote quebrado e o azeite vertido:

«Que todo o humano deleite,
 »Como o meu pote d'azeite,
 »Ha de dar comsigo em terra»

Gil Vicente — *Obras* 1, p. 116.

5016
 uma tampa sepulcral, de forma de baú, aparecida em Caparide; é da época romana (vid. *Religiões da Lusitânia*, de J. Leite de Vasconcelos, III, 401-403);

um anel de ouro, romano, encontrado à venda no ourives Cunha, da Rua da Palma;

dois papéis colados que contêm versos religiosos de estilo popular; provêm de uma casa religiosa, donde foram para um alfarrabista de Lisboa; é um manuscrito do séc. XVIII;

um fragmento de uma espiral de ouro, da época do bronze, aparecida em tempos na Cezareda, perto do Pó; o resto foi vendido a um ourives das Caldas da Rainha;

dois pratos, um dos quais tem letras, e o outro uma figura;

um azulejo azul com uma figura de mulher, do convento de S. Francisco de Coimbra; foi encontrado à venda num antiquário de Lisboa;

dois azulejos azuis: tem uma figura geométrica e um fragmento de mapa geográfico; deviam ter forrado uma sala de aulas, como acontece no liceu de Évora; encontrados à venda num antiquário de Lisboa;

um azulejo de várias cores, com uma figura que tem uma balaustrada adiante, e de cada lado um cipreste; foi encontrado à venda num antiquário de Lisboa;

o livro *De vero et perfecto clero*, Alberti Trotii, Lugduni, 1535.

Aquisições do conservador do Museu, Sr. **Vergílio Correia**:

mó de pedra, primitiva, do Casal do Garoto (Da-Maia); duas tampas sepulcrais, com vestígios de inscrições, da época romana, aparecidas em Caparide;

dois machados de pedra, de Almoçageme (Serra de Sintra);

dois machados de pedra, de Olegueira (Serra de Sintra);

um machado de pedra da Tapada (Serra de Sintra);

um caco ornamentado, do Castro do Monte de S. Domingos da Queimada (Lamego), descoberto e explorado em parte pelo mesmo Senhor;

mais seis cacos ornamentados, e trinta e cinco fragmentos cerâmicos sem ornatos, da mesma procedência;

uma pedra polida, idem.

Aquisições do preparador do Museu, **L. Chaves Lopes**:

coleção de figurinhas de barro, coloridas, que representam tipos populares portugueses e soldados; arte popular moderna;

um amuleto de osso, que representa uma guitarra com o braço rematado por uma figa;

uma jarrinha artística de louça de Barcelos, moderna.

Procedente da **Academia das Belas Artes de Lisboa**, deu entrada no Museu uma ânfora, que parece ser de Tróia: cfr. *Anais da Sociedade Arqueológica Lusitana*, p. 36 (e estampas).

O antigo **Ministério das Obras Públicas** enviou como oferta ao Museu uma reprodução de gesso da 1.ª tábula de bronze de Aljustrel.

Procedente do **Museu das Janelas Verdes**, entraram no Museu duas ânforas incompletas, vindas do sul do Tejo.

O Prof. Sr. **Gustavo Ramos** ofereceu ao Museu um *cocho* de cortiça, de Évora (*cocho* é um recipiente para beber água, usado pelos pastores).

O Sr. **Freire de Andrade**, Director Geral das Colónias, ofereceu oito instrumentos de pedra lascada, achados em Mailana (Moçambique), e enviados para o Museu em 14 de Março de 1912.

O Sr. **Joaquim Fontes** ofereceu nove instrumentos paleolíticos de silex e quartzite, levantados no Casal do Monte.

O Sr. **Pedro de Azevedo** ofereceu:

um anúncio de teatro, que imita uma nota de Banco;

dois exemplares de um outro anúncio que representa uma letra de banco.

O Sr. **António de Mira Barros Fialho** ofereceu uma tampa sepul-

cial cupiforme, de mármore, anepígrafa, achada na freguesia de Be-ringel, concelho de Beja.

O Rev.^{do} Abade **José Augusto Tavares** ofereceu um quadrúpede de granito, a que o povo chamava *a mulher de pedra*; pertence à classe da *porca de Murça* e dos *berrões*, e foi encontrado no sítio do Cabeço do Escouradal, freguesia de Fornos, concelho de Freixo de Espada-à-Cinta; vid. *Religiões da Lusitânia*, de J. Leite de Vasconcelos, III, 613 e 614 de texto, e gravura 330.^a

O Sr. Visconde de Ferreira do Alentejo ofereceu:

uma lápide sepulcral romana, de Santa Margarida do Sado;
uma base de mármore, romana, do mesmo local.

O Sr. Bernardo Roiz do Amaral ofereceu uma pedra de granito com um sulco, antiga, vinda do Outeiro de Espinho, concelho de Mangularde.

O Sr. Américo de Azevedo ofereceu duas varas de camaristas da extinta Câmara Municipal de Mondim da Beira.

O Sr. João C. de Castro ofereceu um paliteiro de bronze, que representa caricaturalmente um soldado: o corpo está dentro de uma pipa, tem na cabeça, por capacete, um barril, e os pés assentam numa celha; está de grande-uniforme, com a espingarda ao ombro.

O Sr. Prof. Bernardino Barbosa ofereceu uma *pintadeira* artística de madeira, de Évora (*pintadeira* é fôrma para bolos).

O Sr. Dr. António José do Carmo Borges ofereceu uma tijelinha de barro, achada num monumento que, pelas informações, é uma anta, perto das Alcâcovas (Alentejo).

O Sr. António Pais, de Avis, ofereceu:

três machados de pedra polida;
uma chapa de bronze, provinda do Alentejo: tem na frente um peixe que não é moderno, mas que é posterior à feitura da chapa; os traços são menos fundos que os dos desenhos da chapa.

O Sr. Prof. Beato (da Escola de Farmácia) ofereceu uma escultura de pedra, antiga, de Sousel.

O Sr. Alfredo Raposo ofereceu um alfinete de gravata, feito de uma moeda estrangeira.

O Sr. João Evangelista, servente do Museu, ofereceu um cavalinho de bronze, selado, assente numa base, que faz corpo com êle.

Provenientes de explorações e excursões de funcionários do Museu, entraram os seguintes objectos:

de uma excursão do Sr. Director do Museu ao Cádaval:

trinta e seis machados de pedra polida, completos;

quatro fragmentos de machados de pedra.
 de uma excursão do mesmo Senhor a Alcoutim:
 três colheres de pau, artísticas;
 um tambolarão de madeira;
 um pontão de segurar as tampas das caixas;
 um surrão de cabrito;
 um galheteiro de estanho;
 um pisadouro;
 um instrumento de pedra polida;
 uma mó prehistórica;
 um cossorio de madeira, com o *signo-saimão* dobrado e a data de 1886.
 de uma exploração em Mértola, pelo mesmo Senhor, uma ânfora;
 de uma escavação no Alandroal, idem:
 uma *tégula* do cemitério da Rouca;
 uma *tégula*, achada em S. Sebastião, oferecida em Mértola.
 de excursões do mesmo Senhor:
 um *dolium*, encontrado em Sinfães;
 dois caleiros, um dêles com inscrição, romanos, achados na Quinta do Avelar (Braga).

Luís CHAVES.

Apontamentos para a história da medalhistica portuguesa

O físico francês Bouch

Por um dêsses acasos tam vulgares e propícios aos colecionadores, obtivemos alguns elementos para o conhecimento da personalidade dêste físico francês que esteve em Portugal no séc. XVIII. Vimos por isso patenteá-los aos amadores destas curiosidades, demonstrando assim que nem todos os colecionadores servem só para aferrolhar egoisticamente as raridades ou curiosidades que lhes vem parar às mãos, mas que os há que estão, pelo contrário, sempre dispostos a dar conhecimento delas aos estudiosos e a todos aqueles cujo número é, aliás, muito reduzido, que apreciam estes assuntos, concorrendo assim, em maior ou menor grau, mas sempre da melhor vontade, para que êles sejam tratados com maior exactidão e o mais completa e desenvolvidamente possível.

Vamos pois publicar, neste desprevensioso escrito, os apontamentos, aliás limitados, que conseguimos reunir acerca dêste interessante personagem.

assinatura do Bouch que vem por baixo do desenho original. No papel em que está colado o desenho, escreveu L. F.: *Physico francez que dirigi a brillante illuminação e a ascenção de um balão com fogo artificial, que tiverão logar nas Reaes Quintas de Queluz, pelo nascimento de S. A. R. a Ser.^{ma} Princeza da Beira a Snr.^a D. Maria Théreza, que nasceu a 29 de abril de 1793. Tambem fez dois quadros de medalhas portuguezas e inglezas d'uma composição solida. Este retrato é feito pelo mesmo Bouch.*

No verso do papel escreveu ainda L. F.: *Bouch. Physico e artista insigne francez. Dado pelo Sr. Gaspar João Pilaer, consul dos Paizes Baixos em 25-8-1842, com um Autographo de donde se tirou o fac-simile da assignatura que se faz n'este retrato.*

Concluímos estes simples apontamentos fazendo votos para que alguém, mais feliz do que nós, consiga obter mais elementos para a biografia de Bouch e ver os quadros¹, com medalhas, por ele feitos.

Pela-nossa parte contribuímos com o que tinhamos, e quem dá o que tem a mais não é obrigado.

HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA,

Capitão de artilharia.

Anta de Pavia

Falei n-*O Arch. Port.*, xv, 321, de uma anta que existe na vila de Pavia, transformada em capela de S. Denis. Entre os papéis de Manuel Severim de Faria (séc. XVII) conservados na secção de manuscritos da nossa Biblioteca Nacional existe um, intitulado *Jornada que fez o Senhor Manoel Severim de Faria a Maçans de Dona Maria em 1625*, no qual se lê o seguinte a respeito da referida vila:

«Quasi no meio deste lugar se vê hoie huã lapa feita por natureza, e aperfeiçoada por arte, que he ermida de Sam Denis, santo que uenera muito aquelle povo pellas grandes m(erçõ)es que delle alcança, principalmente nos enfermos de maleitas: ha tradiçāo entre os naturaes que naquelle coua aparecera huã imagem do Santo, e se conservou ali alguns annos, ateque damnificada do tempo foi enterrada na igreia matriz; caso certamente indigno de gente portugueza, pois o que em as outras partes com major cuidado se guarda, aqui se esconde». Vid. o cod. 7642, fl. 258 v.

¹ No Museu da Academia das Ciências de Lisboa devem ter existido estes quadros.

Não há dúvida que o prestimoso e erudito polígrafo se refere à anta, embora não a definindo com a mesma clareza com que define outras no *Itinerario de Evora a Miranda*, de que publiquei um extracto nas *Religiões*, 1, 4-5.—A *imagem do santo*, a que ele alude, seria alguma chapa de lousa, d'estas que com freqüência se encontram nas antas do Sul, ou algum ídolo cilíndrico de calcáreo, dos que também não raro se descobrem em estações prehistóricas (calcolíticas): mas provavelmente uma chapa de lousa, tanto mais que elas por vezes imitam ou lembram a forma humana.

Ao Dr. Vergílio Correia, Conservador do Museu Etnológico, que há pouco explorou a anta de Pavia, e nela encontrou de facto chapas de lousa, a par com outro espólio industrial, servirá de particular agrado, e de utilidade para o seu estudo, a notícia literária deixada por Severim.

*

No Museu Etnológico, pav. 1, most. 9, há nove machados neolíticos e cinco chapas de lousa e um fragmento d'outra, vindos da Escola Politécnica. Tem a designação de «anta de Pavia», e creio que fizeram parte da coleção organizada pelo Dr. Pereira da Costa. Como na região de Pavia há muitas antas, resta saber qual será a de que se aqui trata.

J. L. de V.

Miscelânea arqueológica

1. A Igreja de Santa Maria, de Sintra

Tam bem se acomodam jóias num colo formoso, que, preso do efeito geral, o olhar não as pormenoriza. Assim acontece com certas estâncias, tam ricamente beneficiadas pela natureza, que quái passam despercebidas, como complementos essenciais de beleza, as maravilhas com que as dotou a arte humana.

Está neste caso Sintra, cujo aspecto monumental e artístico se cifra para o forasteiro aos paços da vila e da Pena, ao Monserrate, ao arco de Sitiais, à magnífica vivenda moderna do Dr. Carvalho Monteiro, e não sei se mais alguma obra de arte, ofuscada pelos esplendores da paisagem.

É preciso afeiçoar os olhos à feitiçaria do conjunto para ir descobrindo e isolando encantadoras minúcias, dignas por si só de encherem de interesse menos afamados sítios. A velha Sintra reserva ainda deliciosas surpresas para quem a percorre com mais vagar e olhos de ver.

assinatura do Bouch que vem por baixo do desenho original. No papel em que está colado o desenho, escreveu L. F.: *Physico francez que dirigi a brillante illuminação e a ascenção de um balão com fogo artificial, que tiverão logar nas Reaes Quintas de Queluz, pelo nascimento de S. A. R. a Ser.^{ma} Princeza da Beira a Snr.^a D. Maria Théreza, que nasceu a 29 de abril de 1793. Tambem fez dois quadros de medalhas portuguezas e inglezas d'uma composição solida. Este retrato é feito pelo mesmo Bouch.*

No verso do papel escreveu ainda L. F.: *Bouch. Physico e artista insigne francez. Dado pelo Sr. Gaspar João Pilaer, consul dos Paizes Baixos em 25-8-1842, com um Autographo de donde se tirou o fac-simile da assignatura que se faz n'este retrato.*

Concluímos estes simples apontamentos fazendo votos para que alguém, mais feliz do que nós, consiga obter mais elementos para a biografia de Bouch e ver os quadros¹, com medalhas, por ele feitos.

Pela-nossa parte contribuímos com o que tinhamos, e quem dá o que tem a mais não é obrigado.

HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA,

Capitão de artilharia.

Anta de Pavia

Falei n-*O Arch. Port.*, xv, 321, de uma anta que existe na vila de Pavia, transformada em capela de S. Denis. Entre os papéis de Manuel Severim de Faria (séc. XVII) conservados na secção de manuscritos da nossa Biblioteca Nacional existe um, intitulado *Jornada que fez o Senhor Manoel Severim de Faria a Maçans de Dona Maria em 1625*, no qual se lê o seguinte a respeito da referida vila:

«Quasi no meio deste lugar se vê hoie huã lapa feita por natureza, e aperfeiçoada por arte, que he ermida de Sam Denis, santo que uenera muito aquelle povo pellas grandes m(erçõ)es que delle alcança, principalmente nos enfermos de maleitas: ha tradiçāo entre os natueraes que naquelle coua aparecera huã imagem do Santo, e se conservou ali alguns annos, ateque damnificada do tempo foi enterrada na igreia matriz; caso certamente indigno de gente portugueza, pois o que em as outras partes com major cuidado se guarda, aqui se esconde». Vid. o cod. 7642, fl. 258 v.

¹ No Museu da Academia das Ciências de Lisboa devem ter existido estes quadros.

Não há dúvida que o prestimoso e erudito polígrafo se refere à anta, embora não a definindo com a mesma clareza com que define outras no *Itinerario de Evora a Miranda*, de que publiquei um extracto nas *Religiões*, 1, 4-5.—A *imagem do santo*, a que ele alude, seria alguma chapa de lousa, d'estas que com freqüência se encontram nas antas do Sul, ou algum ídolo cilíndrico de calcáreo, dos que também não raro se descobrem em estações prehistóricas (calcolíticas): mas provavelmente uma chapa de lousa, tanto mais que elas por vezes imitam ou lembram a forma humana.

Ao Dr. Vergílio Correia, Conservador do Museu Etnológico, que há pouco explorou a anta de Pavia, e nela encontrou de facto chapas de lousa, a par com outro espólio industrial, servirá de particular agrado, e de utilidade para o seu estudo, a notícia literária deixada por Severim.

*

No Museu Etnológico, pav. 1, most. 9, há nove machados neolíticos e cinco chapas de lousa e um fragmento d'outra, vindos da Escola Politécnica. Tem a designação de «anta de Pavia», e creio que fizeram parte da coleção organizada pelo Dr. Pereira da Costa. Como na região de Pavia há muitas antas, resta saber qual será a de que se aqui trata.

J. L. de V.

Miscelânea arqueológica

1. A Igreja de Santa Maria, de Sintra

Tam bem se acomodam jóias num colo formoso, que, preso do efeito geral, o olhar não as pormenoriza. Assim acontece com certas estâncias, tam ricamente beneficiadas pela natureza, que quái passam despercebidas, como complementos essenciais de beleza, as maravilhas com que as dotou a arte humana.

Está neste caso Sintra, cujo aspecto monumental e artístico se cifra para o forasteiro aos paços da vila e da Pena, ao Monserrate, ao arco de Sitiais, à magnífica vivenda moderna do Dr. Carvalho Monteiro, e não sei se mais alguma obra de arte, ofuscada pelos esplendores da paisagem.

É preciso afeiçoar os olhos à feitiçaria do conjunto para ir descobrindo e isolando encantadoras minúcias, dignas por si só de encherem de interesse menos afamados sítios. A velha Sintra reserva ainda deliciosas surpresas para quem a percorre com mais vagar e olhos de ver.

Não há dúvida que o prestimoso e erudito polígrafo se refere à anta, embora não a definindo com a mesma clareza com que define outras no *Itinerario de Evora a Miranda*, de que publiquei um extracto nas *Religiões*, 1, 4-5.—A *imagem do santo*, a que ele alude, seria alguma chapa de lousa, d'estas que com freqüência se encontram nas antas do Sul, ou algum ídolo cilíndrico de calcáreo, dos que também não raro se descobrem em estações prehistóricas (calcolíticas): mas provavelmente uma chapa de lousa, tanto mais que elas por vezes imitam ou lembram a forma humana.

Ao Dr. Vergílio Correia, Conservador do Museu Etnológico, que há pouco explorou a anta de Pavia, e nela encontrou de facto chapas de lousa, a par com outro espólio industrial, servirá de particular agrado, e de utilidade para o seu estudo, a notícia literária deixada por Severim.

*

No Museu Etnológico, pav. 1, most. 9, há nove machados neolíticos e cinco chapas de lousa e um fragmento d'outra, vindos da Escola Politécnica. Tem a designação de «anta de Pavia», e creio que fizeram parte da coleção organizada pelo Dr. Pereira da Costa. Como na região de Pavia há muitas antas, resta saber qual será a de que se aqui trata.

J. L. de V.

Miscelânea arqueológica

1. A Igreja de Santa Maria, de Sintra

Tam bem se acomodam jóias num colo formoso, que, preso do efeito geral, o olhar não as pormenoriza. Assim acontece com certas estâncias, tam ricamente beneficiadas pela natureza, que quái passam despercebidas, como complementos essenciais de beleza, as maravilhas com que as dotou a arte humana.

Está neste caso Sintra, cujo aspecto monumental e artístico se cifra para o forasteiro aos paços da vila e da Pena, ao Monserrate, ao arco de Sitiais, à magnífica vivenda moderna do Dr. Carvalho Monteiro, e não sei se mais alguma obra de arte, ofuscada pelos esplendores da paisagem.

É preciso afeiçoar os olhos à feitiçaria do conjunto para ir descobrindo e isolando encantadoras minúcias, dignas por si só de encherem de interesse menos afamados sítios. A velha Sintra reserva ainda deliciosas surpresas para quem a percorre com mais vagar e olhos de ver.

Não trarei novidade aos mais eruditos, mas gabo-me de a dar a muitos dos amadores de arte, assinalando à sua atenção a linda igreja paroquial de Santa Maria do Arrabalde, sobre a qual por enquanto apenas tenho encontrado raras e muito vagas referências, não tendo por aqui à mão elementos para satisfazer a curiosidade que, como arqueólogo e artista, ela me despertou.

Na pitoresca estrada que da Sabuga sobe até o convento da Trindade, e daí para S. Pedro, encontra-se à esquerda, com um adjacente terreiro arborizado, uma fachada banal do sec. XVIII, ao centro da qual se rasga uma ampla portada gótica, que a escôva de recentes restauradores rejuvenesceu e branqueou. A coluna central, que divide as portas geminadas, acusa a intervenção de artistas imbuídos de Renascença, que provavelmente correspondem à data de 1711, embutida sobre o portal. Outra data, a de 1757, inscrita no dissaborido tímpano, marca a reconstrução da parte superior, após a catástrofe ocorrida dois anos antes. Da primitiva parece também ser a porta lateral, igualmente gótica, e cuja cantaria igualmente se desencaneceu.

O interior do templo é dividido em três naves por quatro colunas, sustendo de cada lado, entre o côro e a capela-mor, três arcos em ogiva. O teto em tumba data da restauração posterior ao terremoto. O estuque muito moderno das paredes encobre, sem dúvida, pelo menos em grande parte, a cantaria da primitiva igreja gótica.

Do velho edifício, porém, além das colunas, se conservam resquícios valiosos, como a abóbada sob o côro, com as suas elegantes nervuras e os fechos em rosácea; uma linda pia baptismal trilobada, que me parece da Renascença; e sobretudo, a admirável capela-mor, do mais puro estilo ogival, fazendo lembrar uma miniatura da igreja desmoronada do Carmo, de Lisboa.

Dos séc. XVI e XVII são as numerosas sepulturas rasas que no recinto da igreja se calcam. Duma delas já deram notícia os Srs. Braamcamp Freire (*Brasões da Sala de Sintra*, liv. I, p. LX) e Conde de Sabugosa (*O Paço de Sintra*, p. 125). É a de António de Morais, mestre das obras dos paços de Sintra, falecido em 1589. Também na sacristia existe a sepultura dum dos priores, Pedro de Bem de Salinas, falecido em 1686.

Num nicho da mesma sacristia vê-se uma curiosa escultura, talvez do sec. XV, cuja identificação me deixou em dúvida, se bem que lhe atribuam a representação de Santa Catarina.

No cartório da igreja, que me foi obsequiosamente mostrado pelo digno prior, Rev.^{do} Alfredo Ramalho, encontram-se documentos que

remontam ao século XVI, relativos a foros e bens pertencentes à freguesia, além de velhos registos paroquiais. Merecem, porventura, mais atento exame, ao qual tentarei consagrar algumas horas vagas, no empenho de esclarecer quanto possível a história da interessante igreja.

A impressão, que dela me tem deixado algumas rápidas visitas, é de que lhe cabe um lugar, embora modesto, no inventário das riquezas monumentais do país. Por isso, antes de a recomendar à desvelada atenção da comissão de monumentos, me lembrei de atrair sobre ela o interesse dos estudiosos e de, por intermédio deste jornal, estimular a curiosidade de quem possa e queira dar-me informações, livrescas ou inéditas, sobre a sua história e as suas tradições.

Contemporânea de D. Afonso Henriques a supõem os escritores que me tem sido dado consultar, entre êles o autor da *Cintra Picturesca*. Possível é que assim seja. A arquitectura denuncia, porém, um período posterior, que não deve antecipar-se ao séc. XIV. Como quer que seja, bastaria essa antiguidade, bem como a pureza de certas linhas arquitectónicas que ainda nela se divisam, para que mereça o desvelo de quantos prezam a arte e a arqueologia.

É uma jòiazinha, piedosamente engastada na exuberância da serar dilecta dos deuses. Deturparam-na mãos achavascadas, escayacou-a o cataclismo sísmico, rasparam-lhe a pátina venerável dos séculos, bafejou-a o catitismo amaneirado de recentes eras; mas os restos das primitivas galas ainda falam ao coração dos homens, não empereñados pela banalidade ambiente. A êles é que eu recomendo este recanto, quase que inédito, da Sintra desconhecida.

Sintra, 2 de Setembro de 1913.—*Henrique Lopes de Mendonça.*

(*Diário de Notícias*, de 9 de Outubro de 1913).

2. Nomes de ruas

A antiga Rua das Portas de Santo Antão, desta cidade, é hoje a Rua Eugénio dos Santos. Não sou especialmente devoto do antigo patrono da rua, mas custou-me vê-lo esbulhado daquela honra, que era sua há tantos séculos. Na cérca com que D. Fernando mandou cingir Lisboa, depois dos desastres da guerra com Castela, já existiam as portas de Santo Antão; e nelas combateram bravamente os vilões portugueses, contra os Castelhanos que cercavam a cidade, no tempo do Mestre de Avis. Quando, em 1755, a terra, em convulsões de epileptico, quase arrasou Lisboa, as águas do mar subiram, submergindo as ruínas até as portas de Santo Antão. É pois um nome que evoca recordações, que lembra perigos, desgraças e heroísmos dos nossos remotos avós, e que portanto conviria respeitar.

Hoje chama-se de Eugénio dos Santos; e o letreiro escrito na esquina do velho palácio dos Condes de Almada diz-nos que o novo patrono da rua foi arquitecto, e esclarece-nos sobre as datas do seu nascimento e da sua morte. Feliz disposição que me tirou de embraços: tratava-se, sem dúvida, do arquitecto que o Marquês de Pombal encarregou de fazer o plano da reconstrução da cidade.

Eu julgo que, a pôr nomes de indivíduos às ruas, só deveriam empregar-se os de pessoas que o povo, por gratidão, tenha ou deva ter de memória; e não me parece que o autor do plano da cidade triste e monótona, que é a nossa Baixa, se possa considerar nesse caso.

No entanto pensei que, possivelmente, haveria, em outras ruas, denominações menos justas ainda; e para informar-me folheei conscientemente o Roteiro de Lisboa. Sei o respeito que se deve aos mortos, e por isso não publico uma longa lista de pessoas, cujos nomes ornam as esquinas das ruas, mas de cujos actos não ficará menção que valha na história da nossa terra.

Felizmente o povo, mais conservador do que se julga, há-de continuar chamando de Santo Antão à Rua de Eugénio dos Santos, como chama Patriarcal à praça que foi do Príncipe Real e é hoje do Rio de Janeiro, tendo sido em tempos, o Largo do Seminário, como conhece pelo nome de Rua dos Capelistas a Rua do Comércio, que há poucos anos era Nova de El-Rei, e, nos primeiros tempos da monarquia, simplesmente Rua Nova, etc.

É realmente pena que alguns nomes de ruas, tam característicos, se perdessem. Havia, em tempos, uma Rua do Chinelo, cujo nome mudaram para o de Travessa Nova de Santos, embora já houvesse uma calçada, três pátios e duas vilas com o mesmo nome, não contando com o Largo de Santos-o-Novo e a Rua de Santos-o-Velho.

Havia a Travessa das Moças, que passou a ser do Olival, tornando-se homónima de mais duas travessas, um beco, uma calçada, um largo e uma rua.

Na Pena existiu o Beco dos Chifres, que crismaram em Calçada de Santo António; ora tinha já este nosso santo sob a sua alta protecção vinte vias públicas; que necessidade havia de, em seu proveito, ir tirar os chifres ao beco?

Alguns nomes antigos eram mesmo bonitos, como o de Valverde, que é a Avenida da Liberdade; Rua da Fonte Santa (hoje Possidónio da Silva), Rua do Vale Escuro (hoje Castelo Branco Saraiva).

Outros simplesmente curiosos, como o de Pote das Almas, Rua da Adiça, Travessa dos Bodes, Beco do Tem-Tem, Rua da Cruz do Mau, etc.

O nome antigo mais curioso é talvez o da Travessa do Cataquefarás, hoje Travessa do Alecrim. Havia por aqueles sítios a Porta do Corpo Santo, cujo nome, nos primeiros tempos de monarquia, era Postigo do Cataquefarás.

Vê-se, pois, que já nesse tempo havia em Portugal pessoas a quem atribulava a grave doença de não ter que fazer, e que iam para aquele sítio buscar entretenimento.

Passaram séculos, desenvolveu-se enormemente a cidade, e hoje para os indivíduos que não sabem que fazer, não há só um postigo, há muitas portas, lojas, cafés, esquinas de ruas, por todo esse largo espaço que vai das Duas Egrejas ao Martinho e à Rua do Ouro.

É esta uma parte da cidade que mais ou menos corresponde ao antigo arrabalde da Pedreira, também chamado bairro do Almirante, porque nele morava o almirante Lancerote Pessanha; pois se a edilidade de hoje quisesse o meu conselho, dava-lhe o nome de bairro de Cataquefarás, com que reatava, com justíssimos motivos, uma velha e respeitável tradição.

Escaparam no entanto ainda alguns nomes, como os de Largo da Achada, Travessa das Bruxas, Rua das Atafonas, Beco do Quebracostas, Travessa da Trabuqueta, Azinhaga do Asno e outros.

Quem ha-de esquecer a morada de um prestigioso político da Rua das Atafonas, ou de uma interessante menina do Largo da Achada, ou de um mimoso poeta da Azinhaga do Asno?

Mas mudem essas importantes pessoas para a Travessa de José António Pereira, ou para a Rua de José Domingos Barreiros, e vejam se é possível conservar-lhes as residências de memória?

Como estes dois últimos nomes são enormes! Mas parece que em certa época presidiu à denominação das ruas esse critério dos nomes grandes: Avenida de Fontes Pereira de Melo, Rua de Camilo Castelo Branco, etc. Pois não poderia dizer-se Avenida de Fontes e Rua de Camilo? Ou teme alguém que se confundam os nomes do estadista e do escritor com o de qualquer merceiro?

Há muitas ruas com nomes de conselheiros: Rua do Conselheiro Ferreira do Amaral, do Conselheiro Pereira Carrilho, etc. Imagina a gente que êsses vários cidadãos não teriam dado o nome às ruas, se a munificência régia os não tivesse agraciado com a carta de conselho. E talvez seja verdade. No entanto houve em Portugal um homem que o país adorou e por amor do qual sofreu Lisboa um demorado cérco: foi o Mestre de Avis; e não há em Lisboa uma rua com o seu nome. No mesmo caso estão a Rainha D. Leonor e Fr. Miguel Contreiras, a quem se deve a instituição das Misericórdias. Bem sei

que são dois reis e um frade; mas Portugal não vai de certo rasgar sete séculos de história só por nela influírem padres e reis. E depois, tivemos muita gente ilustre que não reinou nem foi tonsurada e cujos nomes dariam honra às esquinas dos nossas ruas. Vejam por exemplo, o Sá das Galés. Determinou D. João I de Castela, que então cercava Lisboa, tomar as galés portuguesas que estavam encostadas à terra e mal vigiadas pelos nossos que principalmente atendiam à defesa das muralhas. Pois o Sá, apenas com o auxílio de um escudeiro, conseguiu expulsar os castelhanos de uma galé que já tinham tomado, o que lhe rendeu quinze feridas e o nome de Sá das Galés, pelo qual foi depois conhecido. Ora aí está: quando tiverem uma rua a que pôr nome, dêem-lhe o do Sá das Galés, e chamem à travessa próxima, do Escudeiro, se a história, o que eu não averigüei, lhe esqueceu ingratamente o nome.—*F. Mira.*

(*A Luta*, de 19 de Abril de 1914).

3. Lápide de um Bracarense encontrada na cidade de Astorga

d · M ·
 PROCVLO
 f · GALERA · BRA (sic)
 beneficiARIO · PROC ·
 ann M · TERENTIVS
 S · H ·

[*D(is) M(anibus)...* *Proculo [...f(ilio)]*. *Galera Bra(cara)* [*beneficiario proc(onsulari)* [*ann(orum)...*?] *M(arcus) Terentius secundus* *h(eres).*]

A los dioses Manes, A... Próculo, hijo de... de la tribu Galeria, natural de Braga, beneficiario del Procónsul, de... años de edad, hizo este monumento Marco Terencio, su segundo heredero.

Lápida de mármol blanco, mutilada por el principio de los renglones. Mide 53 centímetros de alto por 35 de ancho; las letras son del siglo primero ó segundo, los puntos, triangulares, y después de la M de la primera línea y de la H de la última, hacen de puntos sendas hojitas lanceoladas.

Respecto á la interpretación de la sigla BRA, es de advertir que, aunque Próculo pertenecía á la tribu Galeria, bien pudo ser natural de Braga, adscrita á la Quirina; pues en uno de los epígrafes austuricenses que hemos reseñado, figura um Quinto Cumelio Celer,

veterano de la legión II Ayudadora, que era natural de aquella ciudad, y sin embargo, pertenecía á la tribu Fabia; lo cual nos explicábamos observando que en el último siglo de la República, las tribus perdieron el carácter geográfico de circunscripción ó domicilio que habían tenido desde su principio, para tomar el personal, hereditario ó puramente de familia¹.

Así se explica también que un Lucio Flavio Cesiano, soldado de la cohorte IV pretoriana, fallecido en Roma², y el veterano Alfio Reburro que aparece en una inscripción descubierta en Pinhão (Portugal)³, perteneciesen, el primero á la tribu Pomptina y el segundo á la Quirina, no obstante ser ambos naturales de Astorga.

No es éste el primer Próculo que se nos ofrece en la epigrafía austuricense, ni tampoco el primer *beneficiario*. Próculo se llamaba el niño de la gente de los Tritálicos, natural de Uxama (Osma), que falleció en Astorga á los tres años de edad⁴. — *Marcelo Macías.*

(Do *Boletín de la Comisión Provincial de monumentos de Orense*, IV (1913), pp. 361-362).

PEDRO A. DE AZEVEDO.

Bibliografias

I

J. Leite de Vasconcellos. — *Religiões da Lusitania*, vol. III, fasc. II (et dernier). Lisbonne, Imprensa Nacional, 1913. In-8º, pp. 369-636, avec nombreuses figures. — Commencé en 1892, le grand ouvrage de M. Leite est aujourd'hui terminé, après vingt et une années de travail. Nous avons là un véritable *Corpus* des antiquités lusitanianennes, dont l'intérêt et l'importance sont encore accrûs par des comparaisons nombreuses et précises avec les antiquités d'autres pays, en particulier de l'Espagne et de la Gaule. M. Leite est un archéologue parfaitement documenté, ce qui ne fait pas seulement son éloge, mais celui des bibliothèques de Lisbonne, qui paraissent recevoir tous les travaux de détail publiés dans le reste de l'Europe. Cette troisième

¹ *Boletín*, tomo I, p. 402. Hübner, 2639.

² *Id.*, tomo II, p. 110. Mommsen, I, n. 6342.

³ Hübner, *Addit. ad Corp.*, vol. II (1899) n. 111 (=6291), y mi *Epig. rom.* de Astorga, p. 126.

⁴ *Boletín*, tomo II, p. 18. Hübner, 5077.

et dernière partie du troisième volume comprend deux grandes divisions: 1^o le culte des morts (incinération et inhumation, offrandes, épitaphes, variété des tombes, décoration, symbolisme, associations funéraires); 2^o *Varia quaedam sacra* (temples et édicules, prêtres de collèges, cérémonies, autels, monuments figurés divers se rapportant au culte des morts, amulettes). Suivent un dernier chapitre sur les religions de l'époque barbare (Suèves, Visigoths) et un appendice sur les survivances païennes. Le tout se termine par des *addenda* et un index du tome III.

Jusque dans les *addenda*, on trouvera dans ce livre une foule de monuments, peu connus et dignes de l'être; je signale en particulier les stèles funéraires où figurent des symboles lunaires et solaires, des roues, croix gammées, etc. À la page 485 est reproduite une excellente photographie de la belle patère en argent de Lameira; à la p. 513, une statue de femme drapée, le pied gauche appuyé sur une petite barque; aux pp. 525 et suivantes, de très anciennes amulettes phalliques.

Cet ouvrage est de ceux dont ne peuvent désormais faire abstraction ni les historiens des religions antiques, ni ceux de l'art romain provincial.

(Da *Revue Archéologique*, 4.^a série, tomo xxii, Setembro-Outubro 1913, pp. 298-299).

SALOMON REINACH.

II

Sur quelques types inédits de coup-de-poing du Portugal. — J. Fontes, 4 páginas. Comunicação apresentada ao 1.^o Congresso de Antropologia e Arqueologia Prehistóricas de 1912, em Genebra.

Note sur le Mousterien du Portugal. — Joaquim Fontes, Le Mans 1913, 11 páginas. Comunicação apresentada ao 8.^o Congresso Prehistórico de França (Angoulême 1912).

São duas novas e valiosas contribuições para o estudo do paleolítico português, ainda tam mal conhecido.

Lisboa Prehistórica. — III. A estação neolítica da Cérca dos Jerónimos. — Vergílio Correia, 19 páginas. Lisboa 1913.

Descreve-se uma estação da idade de pedra, aparecida nas encostas do monte que fica ao norte do Museu Etnológico, dentro da Cérca da Casa Pia, nos Jerónimos.

Os pesos de tear. — Vergílio Correia, 8 páginas. Pôrto 1914.

Apresenta-se a presumível evolução dos pesos de tear desde o neolítico até a atualidade.

Ensaio de Inventário dos Castros do Concelho de Montalegre. — Fernando Barreiros, 15 páginas. Bragança 1914.

O capitão Barreiros publica neste trabalho uma relação de 53 *castros* do concelho de Montalegre, indicando os seus nomes populares e se têm ou não vestígios de fortificações. É um bom elemento de estudo que o novo arqueólogo nos fornece para o conhecimento desse afastado concelho raiano.

V. C.

Necrologia

Joseph Déchelette

A guerra que o ano de 1914 viu desencadear-se, a maior de quantas até hoje tem precipitado os povos e as raças num recontro encarniçado, vai acumulando perdas irreparáveis para a Scienza e para as Artes.

O campo arqueológico encontra-se enlutado como os outros. Joseph Déchelette, conservador do Museu de Roanne, um dos maiores arqueólogos franceses, caiu no campo da honra, onde lutava no seu posto de capitão da reserva.

Não permitem a deficiência de informações e o turvado do momento que corre fazer-lhe a larga notícia necrológica, apreciando os seus merecimentos e obras, que o *Archeólogo* desejará poder inserir nas suas páginas. Citar-se hão ao menos os seus trabalhos principais, que a Biblioteca do Museu Etnológico possui, e que são:

Les vases céramiques ornés de la Gaule romaine (Narbonaise, Aquitaine et Lyonnaise). 2 vol. in-4.^o Paris 1904.

Les fouilles du Mont Beuvray de 1897 a 1901. 1 vol. Paris e Autun 1904. *L'oppidum de Bibracte (guide du touriste).* 1 vol. Paris e Autun, sem data.

Manuel d'Archéologie préhistorique celtique et gallo-romaine, 2 tomos e 2 apêndices (6 vol.). Paris 1908, 1910, 1913 e 1914.

Le jeu du Fort chez les Romains, 1 folh. Autun 1909.

Publicou também, de colaboração:

Com E. Brassart: *Les peintures murales du moyen âge et de la Renaissance en Forez,* 1900.

Com diversos: *La collection Millon: Antiquités préhistoriques et gallo-romaines,* 1913.

Além destes trabalhos, Déchelette escreveu numerosíssimos artigos nas revistas científicas da especialidade, os quais aproveitou em grande parte na sua monumental do *Manual*. Um destes ar-

tigos, inserto na *Revue Archéologique* (1908, II) sob o título de *Essai sur la chronologie préhistorique de la Peninsule ibérique*, importa-nos, por ser um interessante olhar de conjunto lançado sobre a Arqueologia prehistórica de Portugal e Espanha.

Em Déchelette perdeu a França uma das suas mais altas mentalidades e Portugal um amigo que conhecia bem as suas antiguidades. Ainda bem que esse grande homem teve a felicidade de ver publicada a parte mais importante da sua obra, o que, para aquele que trabalha exclusivamente por amor da ciência, deve ser o maior galardão.

V. C.

Crónica

Excursão alentejana

Durante as últimas férias da Páscoa procedi a alguns estudos arqueológico-ethnográficos no Alentejo, e d'elos vou dar notícia sumária, como de outras vezes já tenho feito no *O Archeólogo*. — Excepto as figs. 1 e 13, que assentam em fotografias, todas as restantes tem por base desenhos de Saavedra Machado.

1 de Abril de 1914. — Parti de Lisboa para Évora às 9 horas e 10 minutos, e cheguei a esta cidade à 1 hora e 15 minutos. Demorei-me em Évora até o dia 3. Nestes dias ocupei-me em ver mais uma vez as ruínas romanas e a Biblioteca, e em fazer algumas aquisições para o Museu Etnológico. Também visitei o Arquivo do Cabido Eborrense, e estive em fábricas de cortumes para colher termos técnicos, e observar algo de Etnografia.

As ruínas de EBORA *Liberalitas Iulia* consistem em panos de muralhas, num arco, denominado de *D. Isabel*, e em parte de um templo, a que falsamente chamam de *Diana*. O templo é o mais notável monumento romano de Portugal: estudei-o nas *Religiões da Lusitania*, III, 461-464, e aí aventurei a hipótese de que teria sido consagrado a um imperador, isto é, se relacionaria com o culto oficial do séc. II. Foram os Cristãos que nos começos da idade-média o destruíram, com receio dos deuses pagãos, que eram julgados demónios. Andei em volta d'ele à noite: estava luar, e a lua fiasceava nos capitéis coríntios: parecia o Génio da Antiguidade que do alto do céu vigiava para que esta histórica relíquia não acabasse de ruir. Não estão os Portugueses possuídos de febre destruidora? No séc. XVI o cardeal D. Henrique, achando-se em Évora, destruiu um arco romano que afrontava a igreja

de Santo Antão¹, e fê-lo, não porque o Paganismo pudesse já levantar cabeça, mas por ignorância ou estupidez; no séc. XIX alguém destruiu em Beja, com a mesma inspiração que animou o rei-inquisidor, outro arco romano, venerando testemunho da glória de *Pax Julia*, e aplicou as pedras a mesas em que se parte o peixe no mercado (facto passado nos meus dias); na actualidade dão os jornais de vez em quando notícia da destruição de pacíficos pelourinhos, levada a cabo por gente analfabeta. De muita instrução precisa Portugal! Mas isto não vem agora para o caso.

Junto da Biblioteca Eborense existe, como é sabido, um Museu Arqueológico, cuja origem se deve a Fr. Manuel do Cenáculo, e que depois tem aumentado pouco a pouco: entre as aquisições recentes chamou a minha atenção um curioso vaso de barro, que primitivamente era pintado de preto, mas que, por ter sido muito lavado e esfregado na ocasião em que o descobriram, perdeu quase todo o *engobe* ou «capote». Vid. fig. 1 (de uma fotografia): mede de altura 0^m,09, e de diâmetro na boca 0^m,065. Informaram-me que aparecera dentro de uma anta na herdade de Claros Montes, freguesia de Vimieiro, concelho de Arraiolos; custa-me porém a crer isso. Apesar de ele ter vaga semelhança, no aspecto geral, com alguns de estações calcolíticas do SE. de Hespanha (H. & L. Siret, est. 20, 65, etc.), não é prehistórico, e prefiro compará-lo com o vaso romano da fig. 30 do artigo que publiquei supra, p. 311.

O Arquivo do Cabido Eborense está em via de reorganização e catalogação. Aí se encontram montes de pergaminhos do séc. XVI e de outros séculos, caixas cheias de papéis antigos, etc.

Um livro pergaminháceo, precioso, tem este cabeçalho: *Era de mil e trezentos e sateenta e noue años. Gonçalo Diaz cónigo da See d'Euora ordinhou este liuuro p mandado do cabidó dessa meesma, no q̄l som cōteudo (sic) todalas sc̄pturas do d̄co cabidó p ptes assi como iazē nas d̄tas.* É um sumário ou índice de documentos, importante para o estudo da toponímia. Segue-se-lhe no mesmo volume outro livro, de papel, do séc. XIV, também com um sumário.

Tomei nota de mais quatro volumes, que são colecções de documentos coordenados por dois conhecidos chantres eborense, cada volume com seu índice no princípio:

Index do primeiro livro dos originaes collegido por Balthasar de Faria Seuerim, chantre e conejo da santa Sé d'Euora. Anno 1607.

¹ G. Pereira, *Estudos Eborense* (Antiguidades romanas), Evora 1891, p. 7.

Tem um documento de *Pelagius elborensis episcopus*; outro da era de 1260; e muitos dos séculos subseqüentes.

O index do livro 2.^º foi coordenado pelo mesmo Baltasar de Faria em 1608. Este volume contém pergaminhos e papéis, pelo menos do séc. xv em diante.

O index do livro 3.^º deve-se tambem ao referido cónego: feito em 1608. Colecção de documentos, pelo menos do séc. xiv em diante. — O volume tem como fôlhas de guarda pedaços de pergaminho com letras capitulares floreadas e um texto em português do séc. xv, que me pareceu ser um comentário dos dez mandamentos. — Quando se vai a um arquivo, e aí há livros com capas de pergaminho manuscritas, convém sempre examinar estas, porque elas são às vezes fragmentos de obras literárias ou musicais, de importância.

Indice do Livro 4.^º dos originaes ordenado por Manoel Seuerim de Faria, chantre e conego da Santa Sé de Evora. Anno 1618. O volume encerra pergaminhos e papéis pertencentes ao séc. xiv e seguintes.

A minha visita às fábricas de cortumes teve, como disse, intuito meramente etnográfico (e filológico). Eu desejava ver alguns dos instrumentos usados pelos cortidores, porque a quem se ocupa de Prehistória importa observar aquelas indústrias que apresentam afinidade com as do homem primitivo: conhecendo as modernas, melhor compreenderá as antigas. Ora preparar peles de animais para vestimenta e agasalho deve ter sido um dos mais instantes cuidados dos nossos remotos avós; se o Alentejano rústico ainda hoje põe na cabeça um boné de pele de borrego (embora raramente) e veste *samarra, pelico e safões* (vulgo *ceifões*) com o respectivo *tapa-cu* ou *tapa-rabo*, quanto uso não faria de peles o pobre habitador das cavernas, o construtor dos dólmens e dos castros? Para arrancar a lã das peles das ovelhas e carneiros usa-se em Evora, e de certo noutras localidades onde a mesma indústria existe, uma *cunha de pelar peles*, de madeira: vid. fig 2. Para tirar o pelo das peles de bois e cabras usa-se o *ferro de escabelar*, que é uma lâmina curva de aço com duas pégas laterais de pau. Este mesmo *ferro*, quando afiado, serve para *descarnar*, isto é, para tirar a gordura e carne das peles dos bois, ovelhas e cabras: a operação faz-se sobre um cepo. A pele de cabra ou ovelha, depois de cortida, é puxada do lado do *carnal*, ou interno, com o *ferro de puxar* ou *ferro-gôto*, porque «esgota» a água, o qual se compõe de uma curta lâmina de aço rectangular fixa no cabo por um dos lados maiores: fig. 3 (um pouco reduzida); depois de puxada é *desfrouxada do lado da flor*, ou externo, isto é, brunida, com um *desfrouxo*, espécie de

boneca feita de trapo de linhagem. Aos restos de músculos e de tecido adiposo que ficam aderentes à pele quando se esfola um animal chama-se *carniça*. A pele de boi tem o nome de *coirama*; a do gado vacum o de *pelamo*. A *lã churra*, de uma pele de carneiro ou ovelha, desempasta-se com uma *cardôa*, quando d'esta pele se quer fazer um tapete: vid. fig. 4. A palavra *cardôa* está para **cardão*, presuposto aumentativo de *carda*, como *podôa* para *podão*. Curioso é o moinho em que se móe a entrecasca do sobreiro que serve para a cortimenta; mas d'ele não tenho desenho. Na idade da pedra o *sovador*, *surrador* ou *cortidor* podia servir-se de uma *cunha de pelar peles*, feita de pau, como hoje, ou de um *desfrouxo* feito de outras peles; do que ele não podia servir-se era de instrumentos metálicos, porque os não tinha, e empregava pois para os fazer a pederneira, a quartzite, o quartzo, a fibrolite, e outras rochas. Os arqueólogos dão o nome de *raspadores* e *raspadeiras* a lâminas de pedra que sem dúvida desempenhavam funções análogas às desempenhadas pelo *ferro de escabelar* e *descarnar*, e pelo *ferro de puxar*; isto que digo não é hipótese gratuita, porque em qualquer bom museu de Etnografia se podem ver instrumentos de pedra adaptados ao preparo das peles, por exemplo, no Museu Real Escocês, onde há raspadores d'esta substância, em uso nos Groenlandeses.

D'entre os objectos que adquiri em Évora para o Museu Etnológico especializarei os seguintes: vários pratos antigos de faiança com figuras que representam instrumentos musicais e indústrias caseiras; uma espada do séc. XVIII em cuja fôlha se lê *Viva D. João V rei de Portugal* (vid. fig. 5); um *cavalo de ferro* para descanso do espôeto (vid. fig. 6); um carimbo com o nome de *Santo Elias* (vid. fig. 7); um machado prehistórico de pedra polida, notável pelo seu tamanho, pois mede 0^m,325 de comprido; um lindo instrumento de fibrolite, da mesma época, muito apurado; um colar arqueológico de ouro. Além d'estes objectos obtive muitos outros, que serão a seu tempo mencionados n-*O Archeologo*.

Aos meus amigos Vasques de Mesquita, Lopes da Silva, e Manuel do Monte agradeço o trabalho que tiveram comigo, facilitando as minhas buscas e estudos.

*

3 de Abril de 1914.—À 1 hora da tarde parti para a estação do Ameixial em direcção a Sousel. Naquela estação esperava-me um *carro alentejano*, abobadado, e fechado: nele fui cómodamente sentado num mocho de buíinho umas 2 horas e meia, passando por alguns

sítios onde já havia passado quando fôra a Avis em 1912¹, por exemplo, o do padrão de Santa Vitória. Depois de Santa Vitória sobe-se uma ladeira de eucaliptos, através de uma charneca deserta e ondulada. De uma clareira, que vem apôs, descobre-se um descampado, com Cabeço de Vide e Vaia-Monte a distância, alvejantes de cal, como é costume no Sul. A estrada torna a internar-se em charneca, e zig-zagueia um pouco por entre oliveiras, que o cocheiro sapientemente explicou serem árvores que davam o azeite. Descortina-se outra branca povoação estendida lá ao longe: Fronteira. Passa-se logo uma planície verde de trigo, e encontra-se ao lado um aprisco cheio de ovelhas, que um pastor ordenha paciente e vagaroso. O Alentejano move-se sempre de vagar: e como havia êle de ser ligeiro, se o corpanzil, os safões, o chapéu de pano grosso, a manta de dobras, o cajado bucólico, a pachorra ingénita, que herdaria dos Árabes, o impedem de se mexer? Pelos fins da tarde cheguei a Sousel, e aí me demorei até o dia 8 de manhã.

Em Sousel adquiri objectos arqueológicos, objectos etnográficos modernos e um livro manuscrito cartáceo do séc. xv, e, além d'isso, fiz escavações arqueológicas na vila (local do castelo) e nos arredores (anta da Cabeça de Ovelha), visitei várias estações lusitano-romanas (Val da Junça e Horta de S. Pedro, Alcarias e Freixial) e a capela da Senhora da Orada, copiei nas matrizes da Repartição de Fazenda dezenas de nomes de sítios, que são importantes para o estudo da toponímia, e arquivei, em conversa com o povo, vocábulos da língua comum, notícias etnográficas e espécimes de poesia tradicional. — Os pastores do Alentejo, como já exemplifiquei n-*O Arch. Port.*, xvii, 288 (e estampas adjuntas), gravam a madeira, a cortiça e o chifre, para produzirem às vezes, poderei dizer, obras primas no seu género. Não será de mais, visto que a arte pastoril alentejana não anda divulgada na imprensa, reproduzir alguns dos objectos artístico-pastoris que trouxe de Sousel: vid. as figs. 8 (e 8-A), 9, 10, 11 e 12, onde se representa respectivamente uma *corna* (vaso de chifre para azeitonas), uma *caixa de fósforos* (de cortiça), um *tecedor* ou gancho da meia (de madeira), um *agulheiro* e um *furador* ou ponteiro de fazer «ilhoses», ambos tambem de madeira. A *corna* (fig. 8), cujos desenhos vão desdobrados na fig. 8-A, é particularmente curiosa por causa das figuras que contém. Aí se vê uma Sereia com uma flor na mão, e junto d'ela uma cobra, dois pentes e um peixe. A Sereia é uma entidade mítica muito conhecida do povo:

¹ Vid. *O Arch. Port.*, xvii, 284.

Pelo canto da Sereia
Se perdem os navegantes; | Choram os pais pelos filhos,
E as sécias pelos amantes,

diz uma cantiga que o próprio autor do objecto me recitou; os pentes são «para ela se pentear»; a cobra, segundo a informação que o mesmo autor me deu, não tem significação especial, apesar de ele saber das relações supersticiosas que existem entre esse animal e a mulher¹: foi «para encher», e, por isso que a Sereia é metade peixe, pôs ao lado outro «bicho», e pôs mais um peixe. Por baixo da Sereia há uma carta de jogar com os quatro naipes, e está a data e as iniciais *G(aliana) R(osa)* do nome da pessoa a quem a corna se destinou. Noutros lugares da corna figura uma caçada, uma tourada, rosetas, corações (ou simples ou duplos) e às vezes com chaves; tudo isto constitue assuntos da arte popular. Dos corações dizem as trovas do Alentejo:

Dois corações bem unidos
Nêuma fôrça os desvia; | Contra o impulso d'amores
Não pode haver valentia.

E vid. o Apêndice d'este artigo.—O trabalho artístico chama-se *bordar* ou *pintar*: a ferramenta consiste apenas numa navalha e num compasso, que tem como estojo uma cortiça com furos em que se metem as duas pontas d'aquele. O artista, que é geralmente um pastor, traz tudo isto consigo num alforge, de mistura com a comida. A corna de que estou falando foi feita por Martinho Guerra, que tem actualmente 66 anos: nasceu em Sousel, e vive na herdade de Revendada desde os 18, como pastor; borda cornas e polvorinhos e faz décimas, embora não saiba ler, e únicamente conheça as letras que utiliza nos *bordados*. Gravador e poeta!—No trabalho dos pastores entra um pouco a imaginação, na combinação das rosetas e dos ramos estilizados; há inspiração na Natureza e em scenas da vida real: animais, caçadas, touradas; reproduzem-se moedas do tempo ou outras que vem à mão². Resta porém uma parte que provém puramente de ignorância: os artistas copiam meros animais que não tem significação nenhuma, estampas que encontram por acaso em livros, e simples anúncios desituídos de todo o mérito.—As cornas costumam ter *sampa* ou tampa

¹ Vid. *Tradições pop. de Portugal*, Pôrto 1882, § 282.

² Numa corna vi, a par com os 500 réis de D. Manoel II, já os 50 centavos da República, de 1912; noutra vi moedas de D. Luís e D. Carlos, postas também a par; num polvorinho vi uma moeda de 1726, combinada com outras de D. Maria II e D. Luís.

de cortiça, ora lisa, ora com *bordados* semelhantes aos do corpo do vaso (rosetas, etc.)¹.

Muitas pessoas me obsequiaram durante a minha estada em Sousel, e portanto aqui consigno os seus nomes: José Felipe Cardoso Lavaredas, comerciante; Luciano Mendes Dordio Namorado, proprietário; Álvaro de Lemos, administrador do concelho; António de Sousa Calça e Pina, estudante do liceu de Évora; José de Matos Pessoa, secretário de finanças; Mariano José da Trindade Rosa, secretário da câmara; Dr. Alfredo Augusto Gomes de Almeida, médico municipal; Francisco António Pereira, presidente da câmara; Francisco da Costa Simas, farmacêutico; Joaquim Henriques, proprietário.

*

8 de Abril de 1914.—Neste dia deixei Sousel, e segui para Fronteira, em companhia do Sr. Carlos Moreira da Costa Pinto, a quem eu ia apresentado por um amigo comum, e que por acaso viera a Sousel. No caminho parámos em sua casa, na Revedunda², onde me mostrou um núcleo de colecção numismática que está organizando; depois dei com ele uma volta pela Herdade-Grande, para ver algumas antas: vi três, e soube da existência de mais quatro.

Apenas chegados a Fronteira, o Sr. Costa Pinto, com a generosidade rasgada dos Alentejanos, ofereceu-me vários objectos romanos que possuía, e aí tinha guardados: uma colecção de vasos de barro, uma tégula e uma ímbrêx quase inteiras, e uma pedra que suponho ter feito parte do estôjo de um *medicus*; a isto juntou dois belos machados neolíticos. Ao mesmo tempo que assim enriquecia o Museu Etnológico, entregou-me ao cuidado dos seus amigos os Srs. Justi-

¹ A título de curiosidade indicarei aqui um poemeto latino, que não andará muito nas mãos dos etnógrafos, no qual se descreve e enaltece redundantemente uma custódia de cortiça feita no séc. xvii também por um pastor, não de gado, mas de almas: *Pyxis seu cortex eucharisticus* por António Vieira, que diz:

Corticis est. Oh quanta sacer miracula cortex
Et tegit et prodit, certantque patentia tectis!

O autor da custódia foi o jesuíta Sebastião Novais († 1692). Vid. André de Barros, *Vozes saudosas da eloquencia do P.º Vieira*, Lisboa 1736, pp. 205-214.—Sei de outros textos sobre o assunto.—Os ovelheiros transtaganos tem pois na sua Etnografia artística famosos émulos, e já antigos!

² A palavra *Revedunda* é na origem o particípio passivo de *revender*, o qual com o tempo se substantivou: pertence à classe que estudei nas *Lições de Philologia Portug.*, Lisboa 1911, p. 188, e data, pelo menos, do séc. xv.

niano José Rodrigues, tesoureiro da Câmara Municipal, e José Francisco Bogalho, chefe da secretaria da mesma, que foram para comigo inexcedíveis de cortesia, e a cujo concurso devi o adquirir outros objectos para o Museu. Já que estou nomeando pessoas beneméritas que me auxiliaram nos meus estudos, mencionarei também os nomes dos Srs. Dr. Cláudio Pais Rebêlo, que me deu uma mó préhistórica, Manuel Fernandes, que me deu uma ara romana, João Francisco Curvelo, que me deu um prato e uma lucerna (incompleta) das ruínas de Aramenha, António Namorado Maia, que me obteve alguns machados neolíticos, e António Soares Franco, que me obsequiou com informações arqueológicas.

Em Fronteira demorei-me de 8 a 11 de Abril.

A par com os artefactos préhistóricos que já indiquei, consegui alcançar outros, tais como um raspadorzinho de fibrolite muito bem acabado, meio machado de cobre, etc. Na localidade não faltam testemunhos do passado: não só quase todas as pessoas conhecem *de visu* machados de pedra ou «perigos», como lá dizem, isto é, «raios» (segundo a crença universal), mas mesmo há ou houve muitas antas, que até por vezes deram origem a nomes de propriedades, por exemplo: *Herdade das Antas* e *Herdade das Antinhas*, contigua uma à outra.

Havendo-me os Srs. Bogalho e Rodrigues dito que distante 1 quilómetro de Fronteira existia uma capela chamada de *Nossa Senhora de Vila-Velha*, onde está eretta uma confraria cujo compromisso (manuscrito) tem a data de 1604, resolvi ir vê-la, pois que *Vilha-Velha*, pelos seus dois elementos, «vila» e «velha», fez-me suspeitar que a capela assentaria em local arqueológico,—e fui lá com os mesmos senhores. Pouco mais porém averigüei além d'aquilo que o nome diz. A capela fica em um outeiro: este está sózinho, e nas suas faldas passa a Ribeira Grande, que aí tem uma excelente e antiga ponte, e o separa da Herdade dos Pintos, que apresenta uma saliência algo escarpada sobre a Ribeira. O sítio prestava-se portanto magnificamente a «castro», embora eu não possa afirmar que o fosse, porque não contém nenhum vestígio de muralhas: apenas encontrei uns cacos antigos, talvez romanos, de potes e de vasilhas pequenas, pedaços de tijolo, e meio machado de pedra polida, que uma mulher me deu, aparecido lá, e vi seis silos, abertos na rocha viva, já em parte entulhados e destruidos.

Do exame do outeiro passei ao da sacristia da capela, que pode dizer-se forma um museu de Etnografia religiosa, tantos *ex-votos* se lhe acumulam nos cantos, ou lhe vestem as paredes: moletas, figuras de cera, quadros,—que atestam as qualidades milagrentas da Se-

nhora da Vila-Velha. Num dos quadros diz-se, a respeito de um devoto: *permeteu . . . dar um retabolo* (1847)¹; noutro: *premeteu . . . de lhe dar hum retabolo* (1849). Num de 1896 lê-se: *familha* «*familia*»². Os assuntos são em geral naufrágios, doenças, desordens: *uma facada* (1847), *de hum ar que lhe paçou* (1889). Scena familiar: um grupo de pessoas, de joelhos, reza à Virgem,—cinco do sexo feminino, cujas estaturas vão descrecendo, e três do masculino, na mesma

disposição: ||||| |||. Os catres em que jazem os doentes são de colunas, com a cabeceira pintada de silvas de flores, como d'antes se usava. Um quadro de 1864 é assaz curioso, porque o médico, de chapéu alto e bengala, seguros atrás das costas com a mão direita, desengana com a outra mão estendida, e o polegar no queixo, uma doente, ao mesmo tempo que um filho d'ela chora aos pés da cama, e o marido de joelhos, em súplica desesperada, põe as mãos ante a Virgem, que aparece resplandecente no espaço, sobre um rôlo de nuvens. Assim se confirma o ditado vulgar: se um doente sara, foi Santo António que lhe deu saúde, e se morre, foi o médico que o matou. O povo não distingue entre ciência e superstição.

Nem só em *ex-votos* se manifesta a devoção dos Fronteirenses à Padroeira de Vila-Velha; vemo-la a par traduzida em trovas que lhe cantam na sua festa do mês de Setembro, esmaltadas de expressões dialectais:

Senhora de Vila-Velha,
Minha mãe, minha madrinha!
Hei-de-lhe varrer a casa
C'um ramo de prata fina.

Senhora de Vila-Velha,
Que la' stá naquel' ôtêro!
Dá saud' ó meu amor,
Qu' é um pobre mulatêro³.

Senhora de Vila-Velha,
Que la' stá no oitêro!
Dá saud' ó meu amor,
Qu' el' é um triste ganhão⁴.

Em meio da vida rude que vive o nosso povo, valha-lhe ao menos a poesia, para nela desafogar canseiras!

Como com a minha estada em Fronteira coincidiu a semana santa, assisti à procissão do enterramento de Cristo. O mais notável d'ela eram os

¹ Acêrea da palavra *retábulo*, neste sentido, vid. *Religiões da Lusitania*, III, 595, nota 4.

² Cfr. *Revista Lusitana*, IV, 64.

³ O que anda a lavrar com uma parelha de mulas.

⁴ O que anda a lavrar com bois.

profetas: dois rapagões vestidos de alba, manto azul, com faixa encarnada à cinta, turbante de riscas na cabeça (espécie de coroa fechada: o povo diz *tribante*), e uma pele de chibo diante da boca, à maneira de açamo, que ao mesmo tempo que lhes servia de barbas, os não deixava rir da scena que desempenhavam; cada um levava uma escada e um martelo, para o descendimento da cruz. Os dois profetas representam Nicodemo e José de Arimateia, discípulos de Cristo. Este lugar é muito disputado, porque se acredita que os *profetas* casam mais cedo: antigamente quem o queria obter chegava a dar de esmola à igreja uma libra; hoje dá, quando muito, oitenta centavos.—Outra figura digna de nota na procissão era a Verónica, ou, como o povo diz, a *padeirinha*, que limpou com o avental o sangue do seu divino Mestre. D'onde em onde, nas ruas e largos em que passava a procissão, subia a um mocho, e cantando com voz comovida ó *vos homines*..., apresentava ternamente o sudário ao povo, que ajoelhava ou se curvava diante d'ele. Assim como os *profetas* casam mais cedo, também a *padeirinha*. Tanta vontade de casar tem os pobres! Todavia consta-me que a rapariga que fez este ano de *padeirinha* já desempenhara o mesmo papel outros anos, e permanece ainda solteira. Ao passo que a procissão percorria com gravidade a vila, o chão dos templos estava juncado de verduras de alecrim, como enfeite, as quais os crentes costumam depois levar para casa para queimarem em ocasião de trovoadas, como preservativo mágico contra elas.—Como traje solene vi mantilhas em algumas senhoras: a mantilha é uma capa curta, de pano preto, com côca de papelão para cobrir a cabeça, e véu para ocultar os olhos.

Outro costume notável. Na véspera da Páscoa fabricam-se bolos doces que tem fórmula de lagartos e de galinhas: aqueles para serem dados aos rapazes, e estes às meninas. No sábado de aleluia meninas e rapazes vão de Fronteira à capela de Vila-Velha acompanhar a imagem de Cristo morto, e depois comem lá os bolos. Quando é que as formalidades religiosas não se completam com funções mundanas? Quando é que a boca reza, que não peça pão? Contudo o que hoje tem aspecto de folgança, tinha a princípio muita seriedade. As ideias nobres degeneram às vezes com o tempo em chocarrices. É assim que estes bolos, de fórmula de lagartos e de galinhas, quase sem significação para o povo, mais que a dos géneros gramaticais, e por ventura a da vaga superstição de que o lagarto é amigo dos homens¹, correspon-

¹ Vid. *Tradições pop. de Portugal*, § 283.

derão talvez a antigos animais sagrados ou cultuais, que do Paganismo passaram para o Cristianismo¹.

Para terminar o que tinha de dizer a respeito de Fronteira, darei especial notícia de um objecto arqueológico que está numa das salas da câmara municipal: é uma pedra de mármore de $0^m,54 \times 0^m,40$, que tem o escudo das quinas assente noutro em cujas bordas se vêem as extremidades da cruz de Avis que alternam com quatro castelos; na parte superior do primeiro escudo avulta um banco-de-pinchar, emblema próprio dos brasões dos infantes², e por baixo do segundo, em toda a largura da pedra, lê-se: *paine pour ioie*. Vid. fig. 13 (de uma fotografia). Este brasão e legenda são do condestável D. Pedro, mestre de Avis, rei de Aragão, e filho do infante que morreu em Alfarnobeira em 1449, às mãos dos homens de armas de D. Afonso V. Fez parte certamente de algum edifício de Fronteira, vila que pertencia à Ordem de Avis³.

*

11 de Abril de 1914.—Pela manhã fiz ainda algumas aquisições arqueológicas em Fronteira, e pouco depois do meio-dia parti

¹ Um precioso trecho de Heródoto diz-nos que os Egípcios que não tem meios para sacrificar porcos à Lua, lhe oferecem bolos de farinha com a forma d'aqueles animais: *Historia*, II, 27. Acêrca do assunto vid. tambem Adolfo Coelho na *Revista de Etnologia*, p. 18, onde cita exemplos nacionais e estrangeiros. Com relação aos países germânicos publicou Höfler artigo desenvolvido e substancioso na *Zeitschrift des Ver. f. Volksk.*, XIV, 257-278: javalis de massa, da Boémia, pãezinhos de forma de galhos de veado, da Suíça, bolos de forma animal para evitar malefícios, bolos com as figuras dos três Reis magos, bolos de Munich que representam três santos, bolos com o menino Jesus, etc. (aí se menciona igualmente o texto de Heródoto a que acima aludi); o mesmo A. tem outro trabalho, *Der Wecken*, que só porém conheço de o ver citado na *Revue des langues romanes*, LIII, 223. Cfr. além disso: os meus *Ensaios Etnográficos*, III, 265; *Revista Lusitana*, VI, 240; *Revue des traditions populaires*, índices, s. v. «gâteau»; *Mélusine*, I, 72; *Man*, 1914, p. 121.—No *Portugal Ant. e Mod.*, I, 359, diz Pinho Leal què era costume levarem os Bejenses à imagem de S. Amaro, que se venera na igreja da Senhora da Graça, pernas e braços feitos de massa de trigo com ovos, açúcar e manteiga.—Em Paris faz-se em Abril (como observei em 1901) uma feira chamada *la foire au pain d'épice*, por ocasião da qual se vendem nela, e em várias lojas da cidade, uns bôlos de forma de porcos, com nomes feitos de açúcar por cima; comprá-los é bom, porque cada porco constitue um *porte-bonheur*.

² Vid. Villasboas, *Nobiliarchia Portugueza*, Lisboa 1676, cap. xxv e xxvi.

³ Cf. Severim de Faria, *Notícias de Portugal*, disc. II, § 7.—Não acrescento aqui mais nada acêrca de D. Pedro, porque o que poderia dizer já o disse no livro que estou escrevendo sobre a *Numismática em Portugal*, onde me refiro ao Infante. Escuso pois de me repetir.

para Avis, com os Rev.^{dos} Piores do Ervedal e de Benavila. Passámos perto da Tôrre do Bispo, à qual anda ligada a lenda do cativeiro de um prelado do Alentejo; depois atravessámos o Lupe, e entrámos na herdade da Defesa dos Barros, onde o Rev.^{do} Prior do Ervedal me queria fazer, como fez, a surpresa de me mostrar uma ara romana funerária¹. Aí nos obsequiaram com vinho fino e bolos pascais os Srs. António Canejo e Eusébio Penalva. A breve trecho tomávamos a estrada de macadame, que segue para o Ervedal: esta corta a ribeira de Sousel e o ribeiro da Caniceira, que recebem o nome de locais importantes que banham,—uma vila e uma herdade. De um lado e do outro a vista perde-se em imensos montados de azinho, entremeados de «fôlhas» de semeadura. As 6 da tarde estávamos ao pé das verduras do Ervedal, séde do santuário do deus *Fontanus*². No Ervedal despedi-me dos Srs. Piores, e continuei sózinho a jornada. Caíam 7 horas do sino de Avis, quando eu chegava aos arredores da vila, e abraçava o meu amigo o Sr. António Pais, em cuja casa eu ia hospedar-me, e que fizera o favor de ali me esperar, para que eu mais cedo gozasse do prazer da sua companhia.

12 a 14 de Abril de 1914.—Estes três dias passei-os na vila, e apliquei-os a descanso e a buscas etnográfico-arqueológicas.

15 de Abril de 1914.—Visitei com o Sr. António Pais alguns «montes» ou casas de campo nas imediações de Avis, e bem assim a *Lapa de S. Bento*, onde há um altar e pinturas do tempo dos freires, e a *Fonte Férrea da Cérca*, em que o infante D. Pedro deixou outra memória artística insculpida numa pedra,—o brasão das suas armas com a melancólica legenda ou moto que já conhecemos; tanto a *lapa* ou gruta como a fonte ficam na cerca do convento, sobre o rio.

16 de Abril de 1914.—Explorei algumas antas na herdade de Ruivaz. Foi o Sr. Pais quem m'as indicou, e ele próprio me acompanhou lá. Colhemos artefactos de pedras e louça.

17 de Abril de 1914.—Choveu, e permaneci na vila.

*

18 de Abril de 1914.—Às 4 da tarde disse adeus à vila, que, orfã dos seus freires, lá ficava pousada no alto de uma encosta, não

¹ Já depois de escrito isto, obtive a pedra para o Museu, a qual lhe foi generosamente oferecida pelo Sr. Ricardo O'Neil.

² Vid. *Religiões*, III, 620.

já árida como a deixei no verão de 1912¹, mas vestida de relva até o rio,—encosta onde uma igreja pouco concorrida, três torres negras, uns panos de muralhas, e um convento desmantelado, que, porém, olhado de longe, parece ainda agora um baluarte, são aproximadamente quantos monumentos restam da poderosa Ordem de Avis.

Subi mais uma vez para o tradicional *carro alentejano*, e eis-me a caminho das Galveias. O carro era puxado por um macho. O arrieiro, ao contrário do que praticam os brutos carroceiros de Lisboa, tratava o animal caridosamente, ora falando-lhe com brandura e acariciando-o no pescoço com a mão, ora obrigando-o a parar, para que tomasse fôlego e resistisse melhor. Estas paragens e complacências tornaram um tanto demorada a viagem; todavia, que majestosa solidão não se ia disfrutando ao longo dos sobrais que percorríamos, e que doçura não nos enviam as flores roxas dos rosmaninhos, que de espaço a espaço formavam moitas à beira da estrada!

Nas Galveias, onde cheguei ao pôr do sol, não tive demora; apenas pernoitei. Recebeu-me, com a bizarría do costume, o Sr. Pedro Paulo de Carvalho, cujas amabilíssimas filhas, as Ex.^{mas} Senhoras D. Ofélia e D. Laurinda Ravisco de Carvalho, me deixaram pernolado pela oferta de alguns objectos que trouxe para o Museu: um garfo e colher de prata antigos, um rôlo de madeira, de estender massa de doce, e uma *cartilha* ou recortilha, da mesma substância.

*

19 de Abril de 1914.—Parti de manhã para Ponte-de-Sor, ou *Ponte-Sor*, como pronuncia o povo. Aí apresentei os meus compromissos ao amigo Dr. Matos Silva, que me convidou para voltar aos seus sítios, sempre por intermédio d'ele tam rendosos para o Museu, e passei logo para o combóio.

À parte alguns panoramas, em que a vista pousa fuginha, conquanto desejosa de se quedar, tais como os prados do Ribatejo, por onde o Campino, destro como um Árabe, vagueia a cavalo em longas correrias, o castelo de Almourol, sonho de poetas arquitectado num penhasco em meio do rio, e as «hortas» ajardinadas dos Saloios, chegou prosaicamente a Lisboa às 2 e meia da tarde, sem mais Arqueologia nem Etnografia.

J. L. DE V.

¹ Cf. *O Arch. Port.*, xvii, 285.



Fig. 1, p. 387



Fig. 7, p. 389



Zelma



Fig. 2, p. 388

Fig. 8, p. 390

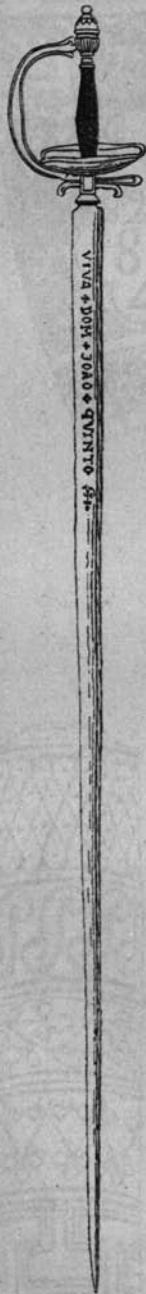


Fig. 5, p. 389

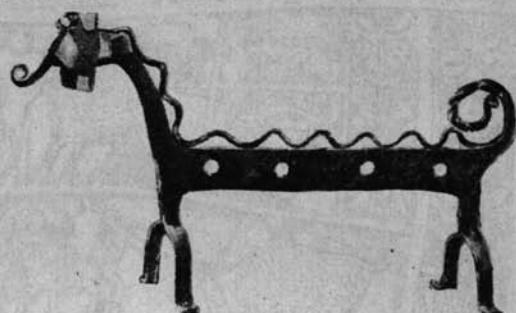


Fig. 6, p. 389

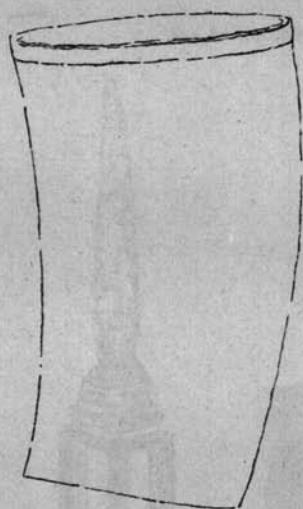


Fig. 8, p. 390



Fig. 4, p. 389

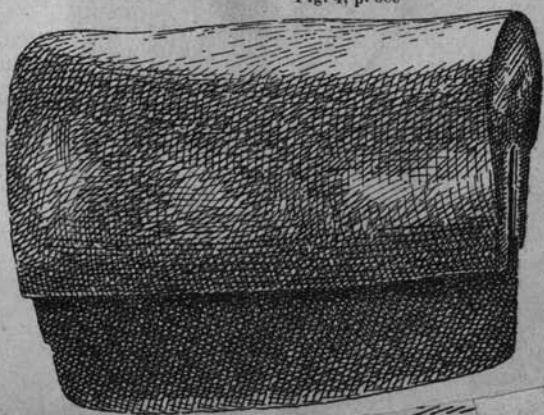


Fig. 1, p. 389



Fig. 8-A, p. 390



Fig. 11, p. 390



Fig. 12, p. 390



Fig. 13, p. 396

APÊNDICE AO ARTIGO PRECEDENTE

O coração na arte e poesia populares

O «coração» na Psicologia vulgar é tido por órgão ou séde do sentimento. D'áí vem que até as cantigas populares o personificam, como eu disse nos *Ensaios Etnográficos*, IV, 82-83, e se pode ver nesta:

A fôlha da oliveira,
Quando chega ao lume, estala;

Assim é meu coração
Quando contigo não fala,

que ouvi a uma pessoa de Amarante. A palavra «coração» pode tomar-se tro-
pológicamente por «amante»:

Ó coração retraido,
Ó cara cheia d'enganos,
Olha a paga que me dese
De te eu amar tantos anos !

Tanto chorei ond' à noite,
Q'amolentei o sobrado :
Coração que tanto chora,
Deve de 'star magoado !

cantigas que ouvi no Norte. A última traz à lembrança outras em que é o próprio coração que aparece a chorar:

Adeus, Adeus, Carrazeda,
As costas te vou virando,
Minha bôca se vai rindo,
Meu coração vai chorando.

O cantar é para os tristes,
Deixai-me cantar agora,
Que meu c'ração anda triste,
Deita lágrimas e chora !

as quais me enviou o falecido etnógrafo A. Tomás Pires. Com a primeira d'estas duas cantigas cf. uma do Alto-Minho na *Rev. Lusitana*, VIII, 301 (artigo de A. de Pinho). A mesma ideia de chorar o coração se encontra na literatura culta: a ela se alude na *Zs. f. roman. Philologie*, XXIX, 339. Cf. *Cancionero de Baena*, ed. de F. Michel, I, 250 (séc. XIV). Diogo Bernardes (séc. XVI), n.º O *Lyma*, ed. de 1820, p. 63, fala de: «hum coração em lagrimas desfeito». Nas *Outonaes*, de Raúl do Vale, S. Paulo 1909, lê-se: «um coração amante || Mais que o Mondego se transforma em prantos». António Feijó, na *Limiana* (jornal), 1912, p. 50, diz: «O coração talvez se esqueça de chorar». — Ao coração nas artes plásticas e nas superstições me referi já em 1881 no *Estudo Ethnographico*, p. 37, a propósito dos jugos e cangas dos bois, onde él figura. Aqui dou outras indicações. Coração na ourivezaria: vid. *Notas sobre Portugal*, t. II, 1909, pp. 181-182 (artigo de Joaquim de Vasconcelos). Coração na cerâmica, já como pintura, já como fórmula: vid. José Queiroz, *Ceramica Portuguesa*, Lisboa 1907, p. 38 (travessa de faiança do séc. XVII, corações atravessados por setas, e neles AM-OR) e fig. 46; J. de Vasconcelos, *Catalogo da Ceramica* do Museu do Pôrto, Pôrto 1909, p. 84, n.º 180, est. x (coração travessado de setas como pintura dum prato antigo de faiança), p. 59, n.º 130, est. XLVII (perfumador cordiforme de faiança). Na secção etnográfica que formei no Museu Etnológico Português podem ver-se muitos objectos, ou cordiformes, ou com pinturas ou gravuras de corações: pesos de tear de forma de coração, de louça, de pedra e de barro, às vezes com outros corações pintados, ou com emblemas e desenhos vários (Sul); penduricalhos de madeira e cortiça cordiformes para andarem nas chaves, a fim de estas não se perderem; ganchos de meia cordiformes, cornas, pintadeiras, colheres, caixinhas de escovas, com corações ornamentais (Alentejo); espelhos de ferro de fechadura cordiformes (Bougado); cabos de candeeiras de lata enfeitados com corações (Moncorvo); descanso de um ferro de engomar com um coração no centro, atravessado por uma seta (Évora); castanhe-

tas de madeira com incisões artísticas que representam corações (Beira Baixa); marcas de livros feitas de papel, cordiformes, e com deprecações escritas; registos de romarias, de papelão, igualmente cordiformes, e com imagens coladas (Lisboa, Buarcos, etc.); um livro de versos com capa, também enfeitada de corações (de esposos); um tinteiro de faiança antigo que no todo imita um coração (do convento de Barrô). O pensamento que inspirou esta obra de arte não deixa de se relacionar com o que inspirou a seguinte usual cantiga:

O papel com que te escrevo
Sae-me da palma da mão,

A tinta sae-me dos olhos,
A pena do coração,

onde há um trocado de palavras entre *pena* «de escrever» e *pena* «dor»; o coração é como que o tinteiro onde se molha a pena; por outro lado a pena é a dor ou seta, que muitas vezes traspassa os corações artísticos, como temos visto a cima. Acêrca do coração nos pesos de tear vid.: *O Arch. Port.*, iv, 242; *Portugalia*, i, 378 (Cruz); Vergílio Correia, *Velhos teares*, Lisboa 1912, p. 8, e «Os pesos de tear» (n.º 36, p. 176 sgs.). O coração figura artísticamente em bordados, em rendas, em rocas (*Portugalia*, ii, 638 sgs., artigo de Natividade), em fôrmas de sal (*A Aguia*, n.º 33, p. 83 sgs., artigo de Vergílio Correia), em tatuagens (Rocha Peixoto, *A tatuagem em Portugal*, Pôrto 1892, fig. 20; A. Teixeira Bastos, *A tatuagem nos criminosos*, Pôrto 1903, est. i, iv, etc.). Pela minha parte, tenho colhido muitos exemplos de tatuagens em que entra o coração, e do assunto creio que tratará também o Sr. Joaquim Fontes num trabalho etnográfico que tem em preparação. Do coração como amuleto fala A. Tomás Pires, *Amuletos Alentejanos*, Elvas 1904, p. 10. O coração, porém, como amuleto português tem pouca vida; quando aparece com outros amuletos, está aí principalmente como amuleto morto ou degenerado, ou como emblema religioso, representativo da «caridade». Sem embargo, há outros países amuletos cordiformes (não cito exemplos para não aumentar demasiado este apêndice). — Em muitos dos casos em que o coração desempenha papel artístico, talvez não sejam sem influência as imagens que a Igreja espalha por toda a parte com o coração da Virgem e de Cristo, ora chamejantes, ora assetiados. Tanto ao coração se dá existência própria, que há mesmo associações com a invocação do coração de Maria e do coração de Jesus. É tomar muito à letra os mandamentos da Rétórica. Toda-via, esta persistência com que aparece o coração na arte e na poesia populares tem o seu fundamento principal no génio amoroso e apaixonado dos Portugueses, tão decantado em toda a nossa literatura e na hespanhola. Às vezes ao coração, nas representações artísticas, vem associada uma chave, como diz uma cantiga:

Aqui tens meu coração
E a chave para o abrir,

a qual tem um paralelo noutra nossa, do séc. xvii, que encontrei em 1913 em Londres, num códice do Museu Britânico; cf. também *Ensaios Etnográficos*, iv, 82-83. — É meu desejo não alongar o apêndice, senão muito mais havia que dizer.

J. L. DE V.

Errata do Volume XIX do Archeólogo

A pág. 178, linha 1.ª, do § 3.º, onde se lê *grattoir* leia-se *racloir*.

VOLUME XIX

ÍNDICE ANALÍTICO

ACADEMIA REAL DE HISTÓRIA :

Artistas estrangeiros que vieram a Portugal para a Imprensa da Academia: 31.

ACRÓSTICO :

Leteiro português: 330.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA :

Moeda falsa em tempo de D. Afonso V: 10.
Extinção da casa da moeda no Porto: 11.
Iniciativas de D. João V: 32.

AEROSTATO :

Vid. *Corte*.

ANEL :

Romano de ouro: 315.
Vid. *Museus* (Aquisições).

ANIMAIS :

Vid. *Ex-votos*, *Museus* (Aquisições), *Gados*.

ANTA (ou dolmen) :

Nos arredores de Pavia: 190.
Anta-capela: 191.
Dos arredores de Grândola: 308.
Suposta sepultura de um santo: 319.
Anta de Pavia: 375.
Vid. *Lexicologia*, *Museu* (Aquisições).

ANTIGUIDADES E NOTÍCIAS LOCAIS:

Alentejo:

- Serpa (*vaso-biberon*): 2.
 Castelo de Vide (*castelo*): 156.
 Pavia (antas, castelo, etnografia): 189, 376.
 Elvas (miliário): 249.
 Ponte de Sor (*idem*): 249.
 Portalegre (*ex-votos*): 296.
 Terena (*ex-votos*): 296.
 Santa Margarida do Sado, e Ferreira do Alentejo (*varia*): 312.
 Evora (templo, museu, arquivo do Cabido): 386.
 Sousel (*varia*): 389.
 Fronteira (*varia*): 392.
 Avis (*varia*): 397.

Algarve:

- Alecoutim (*vaso-biberon*): 3.
 Lagos (*azulejos*): 4.

Beira:

- Tomar (ruínas chamadas de Nabância): 146.
 Castelo-Branco (inscrição): 284.
 Guarda (>): 286.
 Lorvão (inscrição romana): 365.

Entre-Douro-e-Minho:

- Marco de Canaveses (várias antiguidades): 12.
 Pôrto (medalha em honra de D. João VI): 251.

Estremadura (Cis- e trans-tagana: 301).

- Sintra (inscrição romana): 84; (ruínas de balneário, inscrições): 200;
 (ara funerária): 211; (duas lápides sepulcrais): 214; (instrumentos
 neolíticos): 358; (a igreja de Santa Maria): 377.
 Óbidos (goiva de pedra): 85; (asa de sítula): 88 (estaçao prehistórica
 da Assenta): 135.
 Queluz (palácio): 180.
 Lisboa (Jerónimos): 181; (Torre de Belém): 183; (Santa Engrácia):
 186; (gabinete numismático): 270; (nomes das ruas): 279.
 Sabugo (*varia* de prehistória): 205 e sgs.
 Ferreira do Zézere (comenda das Pias, população, ordem de Cristo,
 cargos públicos, alfaias, vínculos, santo ofício, milícia, cataclismos,
 invasão francesa, episódios, baixela, escravatura, ensino, prazo da
 torre da Murta): 216 a 245.
 Cadaval (goiva de pedra): 86.
 Torres Vedras (monumento prehistórico): 264; (cova da moira): 356.
 Alcácer do Sal (inscrições): 285; (*varia*): 301.
 Abrantes (inscrições): 285.

- Palmela (inscrições): 286.
 Sines (inscrições): 286; (sepultura de S. Torpes): 318.
 Vila-Viçosa (inscrições): 288.
 Sátão (ex-votos): 294.
 Grândola (varia): 308.
 Santiago do Cacém (varia): 314.
 Ericeira (varia): 324 e sgs.; (arquivo paroquial): 362.
 S. Miguel de Odrinhas (inscrições): 335.

Trás-os-Montes:

- Montalegre (lápides romanas): 89; (marco miliário): 250.

Ultramar e Brasil:

- Vid. *Numismática, Inventário, Museus* (Aquisições).

Estrangeiro:

- Astorga (lápide de um bracarense): 382.

ARA:

- Em S. Miguel de Odrinhas: 201 e 349.
 Ara funerária em Janas: 211.
 No Castelo de Sines: 322.

ARQUEOLOGIA:

Prehistórica:

- Goivas de pedra: 85.
 Abrigo sob-rocha: 191.
 Artefactos dispersos e locais: 204 e 205.
 Grutas e estação da serra de Olela: 207 e 209.
 Estação paleolítica na Serra de Olela: 210.
 Dita perto do Sabugo: 211.
 A exploração arqueológica da Serra das Mutelas (Tôrres Vedras): 261.
 A sepultura de S. Torpes: 318.
 Amuleto perfurado: 256, 261.
 Esferóide de ferro: 357.
 Instrumentos neolíticos de Sintra, de Mafra e de Tôrres Vedras: 358.
 Vid. *Lexicologia, Antas, Castelo, Cilindro, Machado, Esculturas, Arqueologia de várias épocas, Vasos, Museus* (aquisições) *Tecnologia*.

Protohistórica:

- Chapazinha de pedra com inscrições ibéricas: 304.
 Vid. *Vasos, Castros, Dolmens, Museus* (Aquisições).

Lusitano-romana:

- Asa romana de sítula: 88.
 Dois monumentos lapidários de Trás-os-Montes: 89.

- Antiguidades de Tomar*: 146.
 Estação romana em Pavia: 191,
Hypocaustum de Vila-Verde: 202.
 Ara funerária no concelho de Sintra: 211.
 Dois monumentos sepulcrais romanos: 214.
 Mineração romana: 310.
Forceps: 311.
 Base de pedra com *patera* esculpida: 314.
 Anel de ouro: 315.
 Lápide de Esculápio: 316.
 Edifício circular (mausoléu?): 346.
 Cipo com inscrição: 352.
 Aparecimento de ânfora romana: 356.
 O templo de Évora: 386.
 Vid. *Pêso, Enxada, Fibula, Lucerna, Jôgo, Castelo, Sepulturas, Miliário, Museus* (aquisições), *Vaso, Ara*, e espécies ocorrentes.

Medieval:

- Do séc. XII (funerária): 150.
 Vaso talvez visigótico: 321.
 Vid. *Gravura, Arquitectura, Igreja, Numismática*.

De várias épocas:

- Apontamentos arqueológicos do concelho de Marco de Canaveses*: 12.
Analecta archaeologica: 85.
Estação arqueológica do Outeiro da Assenta: 135.
Notas lexicológico-arqueológicas: 176.
Excursões arqueológicas ao Alentejo: 189.
No concelho de Sintra. Escavações e excursões: 200.
Excursão arqueológica à Estremadura Transtagana: 300.
Por caminhos da Ericeira: 324.
Miscelânea arqueológica: 377.

ARQUITECTURA:

- Capela circular do séc. XVII: 212.
 Cunhal com lavorés bisantinos: 323.
 Capitéis de mármore: 323.
 Datas nas vêrgas das portas: 326.
 Ermida com galilé e cruzeiro: 330.
 Arquitectura rural de Açafora (Sintra): 332.
 Templo manuelino: 332.
 Construção circular antiga: 346.
 Pórtico românico: 355.
 Igreja gótica com restaurações: 378.
 Vid. *Torre, Pia, Castelo, Casa, Anta, Monumentos, Gravura, Ruínas, Pelourinho, Museus* (Aquisições).

ARQUIVO:

Extractos do arquivo da paróquia de S. Pedro da Ericeira: 362.
 Cartório da igreja de Santa Maria de Sintra: 379.
 Do Cabido Eborense: 387.

ARTE:

Artes e indústrias metálicas em Portugal: 4.
 Descanso artístico de ferro: 354.
 Ourivezaria, etc., da igreja de Montelavar: 354.
 Quadros, etc., da igreja de Santo Isidoro: 355.
 Arte pastoril do Alentejo: 390.
 Vid. *Academia, Medalhistica, Nomes, Ex-voto, Arquitectura, Es-cultura, Museus* (Aquisições).

ASA:

Romana de sítula: 88.

AZULEJO:

De uma igreja no Alentejo: 192
 De uma capela próximo da Ericeira: 329.
 Em cruzeiro: 330.
 Em várias igrejas: 334, 344, 355.
 Vid. *Museus* (Aquisições).

BALNEÁRIO:

Hypocaustum de Vila-Verde: 202.

BARRO ARRETINO:

Vid. *Cerâmica, Marca*.

BIBLIOGRAFIA:

Pp. 187, 383 (artigo de S. Reinach sobre as *Religiões da Lusitânia*)
 e 384.
 Vid. *Medalhistica, Arquivo*.

BIBLIOLOGIA:

Vid. *Arquivo, Academia, Museus* (Aquisições), *Medalhistica*.

BIOGRAFIAS:

Vid. *Nomes, Necrologia, Medalhistica*.

BRASÃO:

Do Condestável D. Pedro: 396, 397.

BRONZE:

- Vários utensílios de bronze ou cobre: 143.
 Pontas de seta de cobre (3): 264.
 Bacia de bronze do Museu de Alcácer: 307.
Simpulum de bronze: 311.
 Cabecinha de bronze: 311.
 Machado de bronze: 312 (nota).
 Foice, escopro e machado de bronze: 315.
 Vid. *Tinteiro, Museus* (Aquisições).

CAMÕES:

Vid. *Medalhistica*.

CANTIGAS:

- Quadras alentejanas: 391, 394.
 Vid. *Coração*.

CAPELA:

- Feita de uma anta: 376.
 Vid. *Arquitectura*.

CARICATURA:

Monetária de Fontes Pereira de Melo: 86.

CASA:

Na Ericeira (datas, símbolos, chaminés, janelas, policromia, etc.): 327.

CASTELO:

- O castelo de Castelo de Vide: 186.
 Em Pavia: 189.
 Castelo do Loisal: 308.
 Castelo e castelinho em Grândola: 310.
 Castelo velho em Santiago de Cacém: 315.
 Castelo de Sines: 322.

CASTRO:

- Do Freixo (Marco de Canaveses): 12.
 Santiago de Cacém: 316.
 Perto da Fronteira, duvidoso: 393.
 Vid. *Castelo*.

CATÁLOGO:

Dos manuscritos do Museu Etnológico Português: 46.

(Nota. Pelos extractos se vê que se podem ali colhêr elementos curiosos para a história dos costumes jurídico-religiosos, da indumentária

e das artes industriais da navegação, agricultura, etc., elementos que seria prolixo submeter a um índice).

Vid. *Etnografia, Inventário.*

CERÂMICA:

Vasos de origem púnica para alimentação de crianças e doentes: 1.

Vária cerâmica lusitano-romana (disco, vasilhas, tijolos, etc.): 204.

De carácter préhistórico: 208.

Malgas e outra cerâmica: 264.

De barro arretino: 302.

Vária cerâmica do Museu de Alcácer: 307.

Boiões de faiança: 312.

Vid. *Exposição, Ruinas, Arqueologia préhistórica, Castelo, Museus (Aquisições).*

CILINDRO:

Cilindros préhistóricos de calcáreo: 264.

CISTA:

Vid. *Lexicologia.*

COBRE:

Minas da Serra da Caveira: 310.

Vid. *Bronze.*

CONCHA:

Restos em gruta: 331.

CONTA:

De ribeirite: 264.

CONTOS PARA CONTAR:

Jetons (contos): 41.

CORAÇÃO:

O coração na arte e poesia populares: 399.

CORNA:

Dos pastores alentejanos: 390.

CORRESPONDÊNCIA:

Oficial a respeito do monumento préhistórico da Serra das Mutelas: 269.

CÓRTE PORTUGUESA:

Festas celebrativas do nascimento de uma princesa: 372.

COSSOIRO:

De barro: 143.

Vid. *Lexicologia, Museus* (Aquisições).**COUP-DE-POING:**Vid. *Lexicologia, Silex, Museus* (Aquisições).**COVINHAS:**Vid. *Insculturas*.**CRÓNICA:***Excursões arqueológicas ao Alentejo*: 189*Excursão alentejana*: 386.**CRUZEIRO:**

Com azulejo: 330.

DOLIUM:

Talvez cartaginês: 307.

Vid. *Vasos*.**ENXADA:**

Romana de ferro: 307.

Vid. *Museus* (Aquisições).**EÓLITO:** (megálito e monólito)Vid. *Lexicologia*.**PIGRAFIA:****Ibérica:**

Em chapazinha de pedra: 304.

Vid. *Numismática, Museus* (Aquisições).**Lusitano-Romana:***Inscrição romana de Sintra*: 84.

Inscrição funerária de Montalegre: 89.

Em *sgraffito*: 146, 302.

Inscrição dedicatória: 149.

Fragmento epigráfico: 201.

Em *cupa* de mármore: 202, 343.

Ara com D. M. : 213.

Duas inscrições funerárias: 214 e 215.

De marcos miliários: 249 e 251.

- Monograma em *pondus*: 302.
 Em dois pedaços de mármore: 304.
 Em tampa sepulcral: 313.
 Incompleta: 314, 345.
 Inscrição de uma ara em Sines: 322.
 Inscrição perdida: 323.
 Grande lápide sepulcral: 336.
 Estela de mármore: 344.
 Inscrição que devia ser importante: 352.
 Fragmento: 353.
 Menção de lápide: 353.
Inscrição romana de Lorvão: 365.
Lápide bracarense encontrada na cidade de Astorga: 382.
 Vid. *Sentenças, Religião, Marca figulina*.

Portuguesa e latino-portuguesa:

- Em Castelo Branco, Alcácer do Sal, Abrantes, Palmela, Sines, Guarda, Vila-Viçosa: 289.
 Aceróstico: 330.
 Inscrições góticas: 333, 345.
 Vid. *Ex-votos*.

ESCULTURA:

- Imagen górica: 212.
 Cabecinha de bronze: 310.
 Pátera esculpida: 314.
 Lâmina de mármore esculpida: 315.
 Imagem medieval: 344.
 Imagem do séc. xv: 278.
 Vid. *Museus* (Aquisições).

ESFINGE:

- Fragmentos: 317.

ETIMOLOGIA:

- Da Carvoeira: 330

ETNOGRAFIA:

- A colecção de «milagres» do Museu Etnológico Português*: 152.
 Dos arredores de Pavia: 189.
 Culto pagão de S. Mamede: 212.
Nota ao artigo «A Colecção de milagres», etc.: 245.
 Mastro sobrepujado por galo: 334.
 Escrituração por signos: 335.
 Utensílios, processos e termos das fábricas de cortumes: 388.
 Procissão do Enterramento em Fronteira: 394.

Bolos da Páscoa na Fronteira: 395.

Vid. *Corte, Crónica, Coração, Cantigas, Gravura, Ex-voto, Lendas, Museus* (Aquisições).

EXPOSIÇÃO:

Olisiponense do Museu Arqueológico do Carmo: 90.

EX-VOTOS:

Animalescos: 212.

De uma caçoula de prata: 248.

Ex-votos esculturados do Museu Etnológico Português: 290.

Em uma capela junto de Fronteira: 393.

Vid. *Etnografia, Gravura, Milagres, Museus* (Aquisições).

FÍBULA:

Em uma estação arqueológica: 143.

Romana: 311, 313.

FORMIGÃO:

Restos: 310, 313, 315, 317.

GADOS:

Culto externo em que tomam parte: 212.

Vid. *Ex-votos*.

GOIVAS DE PEDRA:

De Óbidos e Cadaval: 85 e 86.

GRAFITO:

Epigráfico: 146 e 302.

GRAVURA:

Relativa a D. Miguel: 245.

Registos gravados de santos: 247,

Sino-saimão gravado em pedra: 314.

Espada ou cruz: 814.

Anel com gravura: 315.

Vid. *Academia, Medalhistica, Casa, Arqueologia prehistórica*.

GRUTAS:

Na Serra de Olela: 207.

Próximo da Ericeira: 329, 331.

HIGIENE:

Vid. *Vasos*.

IGREJA:

Manuelina e ogival: 333.
A igreja de Santa Maria de Sintra: 277.

IMPRENSA:

Vid. *Academia*.

INSCULTURAS:

No Marco de Canaveses: 15 sgs.

INVENTÁRIO:

Das moedas portuguesas da Biblioteca Nacional de Lisboa expostas no Gabinete Numismático: 270.
 Vid. *Catálogo*.

JÓGO:

Tésseras de jôgo: 148.

LAGARETA:

Espécie de —: 21.

LAPA FUNERÁRIA:

Perto de Óbidos: 137.
 Vid. *Gruta, Crónica*.

LENDAS:

Em gruta prehistórica: 207.
 Tacho cheio de ouro: 309.
 De antigos cais: 330.
 Em necrópole romana: 336, 342.
 Lenda da Tôrre do Bispo: 397.
 Vid. *Crónica*.

LEXICOLOGIA:

Notas lexicológico-arqueológicas: 176.
 Termos marítimos: 329.
 Termos rurais: 332.
 Pronúncias de ditongos: 357.
 Termos das fábricas de cortumes: 388 e 389.
 Vid. *Etnografia, Tecnologia*.

LUCERNA:

Imcompleta: 311.
 Lucernas com figura e siglas: 317.

MACHADOS:

De pedra: 143, 309, 312 nota, 314 (?), 320, 334, 335, 355, 356, 358, e sgs., 377, 392, 393.

Vid. *Bronze, Museus* (Aquisições).

MANUSCRITOS:

Vid. *Catálogo, Arquivo*.

MARCA FIGULINA:

Em cacos arretinos: 302 e sgs.

Vid. *Epigrafia*.

MARCO MILIÁRIO:

Notícia de um: 15.

Marcos miliários do M. E. P.: 249.

MEDALHÍSTICA:

Medalhas camonianas: 93.

Medalha dedicada pela cidade do Pôrto ao Príncipe Regente em 1799: 251.

Apontamentos para a história da Medalhistica portuguesa (O físico francês Bouch): 371.

MILAGRES:

A coleção de Milagres do M. E. P.: 152.

Nota a este artigo sobre um milagre relativo a D. Miguel: 245.

Padrão comemorativo: 330.

Vid. *Ex-votos*.

MINA:

De cobre na serra da Caveira: 310.

MISCELÂNEA:

Miscelânea arqueológica: 377.

Vid. *Arqueologia de várias épocas*.

MOBILIÁRIO:

Banco de encôsto: 356.

Vid. *Lexicografia, Arte, Museus* (Aquisições).

MOLÉSTIA:

Vid. *Ex-votos, Crónica*.

MOLUSCOS:

Vid. *Arqueologia de várias épocas*.

MONOGRAMA:

Vid. *Epigrafia*.

MONUMENTOS NACIONAIS:

- Palácio de Queluz: 180.
 O monumento dos Jerónimos: 181.
 A Torre de Belém: 183.
 Castelo de Castelo-de-Vide: 186.
 Panteão Nacional: 186.
 Prehistórico da Serra das Mutelas: 264.

MÓS:

- Em ruínas romanas: 204, 317, 333.
 Prehistóricas: 205, 208, 209, 210, 321, 353, 357.
 Vid. *Ruínas, Museus* (Aquisições).

MOSAICO:

- Em Tomar: 146.
 Vestígios: 204.

MUSEUS:**Etnológico Português:**

- Existências: 1 a 4, 152 a 176, 245, 249, 290 e sgs., 302, 307, 310, 311, 313, 315, 316 nota, 317, 321, 344, 350 nota, 355, 357, 377.
 Aquisições: 213, 215, 312, 313, 314, 320, 322, 323, 346 nota, 353, 355, 356, 365, 367 a 371, 389, 390, 392, 393, 397, 398.
 Vid. *Catálogo*.

Outros:

- De Guimarães: 12.
 Do Pôrto: 12.
 Do Carmo: 90.
 De Santarém: 285.
 De Alcácer do Sal (lápides cífcas e arábicas): 285 (varia): 301.
 Nacional de Madrid: 292, 307.
 De Évora: 292, 344, 387.
 Da Biblioteca Nacional: 292.
 De Guimarães: 292.
 De Arte Antiga: 292.
 Prehistórico de Roma: 321 nota.
 Da Academia das Ciências de Lisboa: 376 nota.
 Real Escocês: 389.

NECROLOGIA:

- Guilherme Gameiro* : 188.
 P.^o Francisco Galamba : 301 (nota).
Joseph Déchelette : 385.

NOMES:

- Nomes de ruas* : 379.
 De moedeiros : 4 a 12.
 De artistas e outros estrangeiros que vieram para Portugal : 31, 371.
 De um gravador português : 247.
 De outros artistas nacionais : 255, 259.

De antigas povoações:

- Nabância : 146; Bracara Augusta : 250, 382; Eviom : 305; Salacia : 306;
 Murtilis : 307; Emerita : 310, 323; Merobriga : 323; Sealabis : 366; Co-
 nimbriga : 366; Ebora Liberalitas Julia : 386.

De antigos étnicos:

- Lancienses (civis) : 343; ...tacensis (?) : 352; Seiliensis : 365 e 366.

De divindades:

- Genis municipi* : 149; Esculápio : 316; *Marti* : 316 (nota); *Veneri Vic-trici* : 316 (nota).

De pessoas em inscrições lusitano-romanas:

- Maurini : 84.
 Licinia : 84.
 Amanda : 84.
 Reburrina (?) : 89.
 C. Jul... : 201.
 Julia : 201.
 Licinia Amoena : 202.
 M. Julius : 214.
 C. Julius : 214.
 Apronia : 214.
 Julia Avita : 214.
 M. Julius Avitus : 215.
 Maxsimiano : 249.
 Diocletiano : 249.
 C(a)es(ari) M(areo) Aur(elio) (Probo) : 249.
 Ti. Caesar : 250.
 Cae... 302.
 Ti(berii) Fu (?) Pa (?) : 302.
 Cani : 303.
 Lurra (?) : 303.
 (H)erm(es) Eros : 303.
 ... us ... Anus : 303.
 Sex(tus) Appuleius Priamus : 304.

- Odacis A.: 305.
 (Cornelius Boe)chus: 306.
 Mumia Martiola: 313.
 G. Pag. Marini: 316 (nota).
 Pag. Mraiane (?): 316 nota.
 Luciliae Lepidinae: 316 nota.
 Flavia Titia: 316 nota.
 Pagusigae Fundanae: 316 nota.
 G. Pagusigus Lucianus: 316 nota.
 Q. Scribonio Paterno: 316 nota.
 L. Scribonius Sartuninus: 316 nota.
 G. Pagusigo Valeriano: 316 nota.
 Scribonia Maxima: 316 nota.
 Julia Marcella: 322.
 Cai (Julii Marcelli): 322.
 L. Aelius Aelianus: 336.
 L. Aelius Seneca: 336.
 Cassia Quintilia: 336.
 L. Julius Aelianus: 336.
 L. Julius Julianus: 336.
 Aelia Amoena: 336.
 M. Valerio Reburrino (?): 343.
 Valeria: 343.
 P. Plotius Capi... (344).
 G. Valerius Julianus: 365.
 M. Antonius Julianus: 365.
 Proculo: 382.
 M. Terentius: 382.

Em inscrições medievais:

- Garsia Vermudi: 107.
 Vid. *Epigrafia portuguesa, Lexicologia.*

NUMISMÁTICA:

- Sapèques*: 84.
 Caricatura monetária: 86.
 Vintém de Filipe I: 88.
 Aparecimento de moedas: 148, 310, 315, 323.
Carimbagem de patacas em S. Tomé: 151.
Materiais para estudo das moedas árabeo-hispânicas em Portugal: 193.
 Médio-bronze: 204.
 Moedas do Museu de Alcácer: 204.
 Vid. *Arte, Contos, Inventário, Administração publica.*

OSSOS:

- Em ruínas romanas: 204, 333.
 Em monumento prehistórico: 264 e sgs; 309, 331.
 Ossada atribuída a S. Torpes: 318.
 Vid. *Sepultura.*

OURO:

- Argolas de ouro: 138.
 Moeda romana: 310.
 Anel romano de ouro: 315.
 Vid. *Museus* (Aquisições).

PALÁCIO:

- O Palácio de Queluz*: 180.

PANTEÃO:

- Vid. *Monumentos*.

PAPEL:

- Vid. *Catálogo* (Marcas de água, etc.), *Arquivo*.

PATERA:

- Vid. *Escultura*.

PEDRA:

- Instrumento complexo de pedra: 320.
 Pedra elipsoidal com sulco médio: 320.
 Rebôlo achatado nos dois polos: 317.

PELOURINHO:

- Da Ericeira: 325.

PESOS:

- De rête: 142.
 De tear: 143, 301, 307, 310, 312.
 Vid. *Ruínas*.

PIA:

- De água benta notável: 333.
 Baptismal trilobada: 378.

PLACA:

- De louça «debuxada»: 319.
 Placas de antas de Pavia: 377.

PREGOS:

- De ferro: 316.

RASPADOR:

- Vid. *Lexicologia, Silex*.

REGISTOS:

Vid. *Gravura*.

RELIGIÃO:

Inscrição consagrada a Esculápio: 316.

Vid. *Etnografia, Gados, Ex-votos, Museus* (Aquisições).

RELÍQUIAS:

Relíquias... préhistóricas: 318 e 319 nota.

ROTEIRO:

Roteiros poéticos: 312.

Menção de um roteiro: 331.

RUÍNAS:

No castro do Freixo (colunas, mós, cantarias à rústica, etc.): 15.

Junto de Tomar (mosaico, colunas, cerâmica, mós, bronze, moedas, etc.): 146.

Perto de Pavia (alicerce): 191.

No Concelho de Sintra (balneário): 200.

Em Grândola: 308 e sgs.

Em Santa Margarida do Sado: 314.

De muralhas: 315.

Várias: 316, 333.

Explicadas por um terramoto: 345.

Restos de povoação: 393.

SAPÉQUES:

P. 84.

SEMENTES:

Carbonizadas: 143.

SENTENÇAS:

Sobre epigrafia: 92.

SEPULTURAS:

Em rocha: 18, 19, 23, 25.

Cabeceiras medievais: 201, 334, 344.

Tipo arci- ou cupiforme: 201, 313, 334, 343, 368, 369, 370.

Medievais: 209.

De tijolos: 317.

Sepultura de S. Torpes: 318.

- Duvidosa: 331.
 Restos de necrópole: 333, 353.
 Em arcosólio: 345.
 Sepulturas dos sécs. XVI e XVII: 378.
 Vid. *Arqueologia lusitano-romana, Museus* (Aquisições).

SÍLEX:

- Silices dispersos: 205.
 Raspadores, *coups-de-poing*, pontas, etc.: 209 e 210.
 Distribuição dos sílex feita pelos malteses: 210.
 Vários utensílios: 264 a 269.
 Faca de sílex: 355.
 Vid. *Arqueologia de várias épocas, Museus* (Aquisições).

SILOS:

- Próximo de Sintra: 201.
 Forno dos Mouros: 211.
 Covas dos Mouros: 354.
 Próximo da Fronteira: 393.

SÍMBOLOS:

- Peixe em relevo: 327.
 Vid. *Ex-votos*.

SINAL:

- Sinal de notário do séc. XVI: 87.
 Escrituração com sinais: 335.

SINO-SAIMÃO:

- No sinal de um notário: 87.
 Gravado em pedra: 314.
 Vid. *Museus* (Aquisições)

TECNOLOGIA:

- Tecnologia das fábricas de cortumes: 388.
 Vid. *Lexicologia*.

TEGULAE (ET IMBRICES):

- No Museu de Alcácer: 307.
 Pedaços em Grândola: 310.
 Em Santa Margarida do Sado: 313.
 Em Santiago de Cacém: 315.
 Vid. *Museus* (Aquisições), *Crónica*.

TIJOLOS:

- Romanos: 204 e 205, 308, 311, 313, 315, 316, 331, 333, 353.
 Vid. *Crónica*.

TESOURO:

Da época de bronze: 315.

TINTA:

Antigas receitas: 83.

TINTEIRO:

Metálico da época romana: 317.

TÓRRE:

De Nuvões e da Pena (Marco de Canaveses): 13 e 14,
A Torre de Belém: 183.

TOURO:

De pedra: 149.

TRITURADOR:

Vid. *Mó*.

VANDALISMOS:

Passados e presentes: 386.

VASOS:

Sobre uns vasos antigos do M. E. P.: 1.

Vasos tulipóides: 268.

Urna de Alcácer: 302.

De várias espécies do Museu de Alcácer: 307 e sgs.

Restos romanos em Grândola: 310.

Poculum de barro: 311.

Espécie de *olla*: 311.

De barro: 316, 317, 331.

Tigela de barro grosso: 318.

Em forma de «pomazinha»: 319.

Com caneluras, preistórico: 321.

Vaso talvez visigótico: 321.

Restos de preistórico: 331.

Ânfora romana: 350.

Do Museu de Évora: 387.

Vid. *Cerâmica, Museus* (Aquisições).

VILA:

A vila e concelho de Ferreira do Zêzere: 216.

Vid. *Balneário*.

ÍNDICE DOS AUTORES

A. Aurélio da Costa Ferreira:

Sobre uns vasos antigos do Museu Etnológico Português (Subsídio para a história da higiene e para a da influência púnica na Lusitânia): 1.

António Baião:

A vila e concelho de Ferreira do Zézere: 216.

Arthur Lamas:

Medalhas Camonianas: 93.

Medalha dedicada pela cidade do Pôrto ao Príncipe Regente, em 1799: 251.

César Famin:

Contos para contar: 41.

Sapèques: 84.

Eduardo Spencer Dogson:

Inscrições latinas e portuguesas: 284.

F. Alves Pereira:

Estação arqueológica do Outeiro da Assenta (Óbidos): 135.

Por caminhos da Ericeira (notas arqueológicas e etnográficas): 324.

Índices: 401.

Francisco Cordovil de Barahona:

Carimbagem de patacas em S. Tomé: 151.

Henrique de Campos Ferreira Lima:

Apontamentos para a história da medalhistica portuguesa (O físcio francês Bouch): 371.

João Saavedra Machado:

Guilherme Gameiro e o seu labor artístico: 188.

José Leite de Vasconcelos:

Inscrição romana de Sintra: 84.

Analecta archaeologica: 85.

- Antiguidades de Tomar: 146.
 Notas lexicográfico-arqueológicas: 176.
 Bibliografia: 187.
 Marcos miliários do Museu Etnológico Português: 249.
 Inventário das moedas portuguesas da Biblioteca Nacional de Lisboa expostas no Gabinete Numismático: 270.
 Excursão arqueológica à Estremadura Transtagana: 300.
 Inscrição romana de Lorvão: 365.
 Anta de Pavia: 376.
 Crónica: 386.
 Apêndice ao artigo precedente (O coração na arte e poesia populares): 399.

J. Oliveira Lôbo e Silva:

- Extractos do arquivo da Paróquia de S. Pedro da Ericeira: 362.

Luís Chaves:

- A exposição Olisiponense no Museu Arqueológico do Carmo: 90.
 A coleção de milagres do Museu Etnológico Português: 152.
 Nota ao artigo: A coleção de milagres do Museu Etnológico Português: 245.
 Os «ex-votos» esculturados do Museu Etnológico Português: 290.
 Aquisições do Museu Etnológico Português em 1913: 367.

Manuel F. de Vargas:

- Materiais para o estudo das moedas árabe-hispânicas em Portugal: 193.

Manuel de Vasconcelos:

- Apontamentos arqueológicos do concelho de Marco de Canaveses: 12.

Pedro de Azevedo:

- A nomeação do pessoal superior da Imprensa da Academia Real de História: 31.
 Catálogo dos manuscritos do Museu Etnológico. A) Pergaminhos, B) Papel: 46.
 Monumentos Nacionais: 180.
 Miscelânea arqueológica: 377.

Sousa Viterbo (póstumo):

- Artes e indústrias metálicas em Portugal (moedeiros): 4.

Vergílio Correia:

- Excursões arqueológicas ao Alentejo: 189.
 No Concelho de Sintra. Escavações e excursões: 200.
 A exploração arqueológica da Serra das Mutelas (Tôrres Vedras): 264.
 Apêndice a este artigo: 269.
 Bibliografia: 384.
 Necrologia (Joseph Déchelette): 385.

ÍNDICE DAS ILUSTRAÇÕES

Paleo-ethnologia

- Goiva de pedra (zincogravura): 85.
Idem, idem (zincogravura): 86.
Outeiro da Assenta (fotogravura): 135.
Fase da exploração dêste outeiro (fotogravura): 141.
Outra fase da mesma exploração (fotogravura): 142.
Ponta paleolítica dos Almornos (zincogravura): 210.
Cilindro antrópico da Serra das Mutelas (zincogravura): 264.
Esquema do *tholos* (zincogravura): 266.
Ponta da seta (fotogravura): 267.
Traçado circular do *tholos* (zincogravura): 268.
Ponta neolítica da mesma proveniência (zincogravura): 268.
Vaso de barro à *campana* (zincogravura).

Estampa IV (pp. 322-323):

- Planta de uma anta (zincogravura).
Contôrno e gume de machado de pedra (zincogravura).
Idem, idem (zincogravura).
Contôrno de outro (zincogravura).
Contôrno e fractura doutro (zincogravura).
Contôrno e gume doutro (zincogravura).
Gume e fracturas doutro (zincogravura).
Machado de pedra (zincogravura).

Estampa V (pp. 322-323):

- Planta de anta (zincogravura).

Estampa VII (pp. 322-323):

- Cofre das pseudo-relíquias de S. Torpes (zincogravura).

Estampa VIII (pp. 322-323):

- Vasilha lenticular de barro (zincogravura).
Três machados polidos (três zincogravuras).
Placa de lousa (zincogravura).
Dois machados de pedra (duas zincogravuras).

Estampa IX (pp. 322-323):

- Utensílio de pedra (zincogravura).
Arma de pedra (zincogravura).

Estampa X (pp. 322-323):

Vaso canelado de barro (zincogravura).

Estampa IX (pp. 362-363):

Triturador de pedra (zincogravura).

Cinco contornos de machados de pedra (cinco zincogravuras).

Estampa X (pp. 362-363):

Sete contornos de machados de pedra (sete zincogravuras).

Amuleto de suspensão (zincogravura).

Arqueologia pre-romana

Vaso-mamadeira ou *biberon* púnico do Alentejo (fotogravura): 1.

Outro idêntico do Algarve (fotogravura): 3.

anuk do Algarve (fotogravura): 4.

Estampa I (pp. 322-323):

Amuleto ibérico (uma fotogravura).

Amuleto anepígrafo (xilogravura).

Duas moedas ibéricas (duas zincogravuras).

Estampa III (pp. 322-323):

Dolium púnico (fotogravura).

Estampa VI (pp. 322-323):

Planta de um ópido protohistórico (zincogravura).

Arqueologia lusitano-romana

Asa de sítula (zincogravura): 88.

Estela com figura (zincogravura): 89.

Ara anepígrafo (zincogravura): 89.

Esquema das ruínas chamadas de Nabância (zincogravura): 147.

Objectos encontrados ali (quatro zincogravuras): 148.

Planta do *hipocaustum* de Vila Verde (zincogravura): 203.

Ara de Janas (zincogravura): 213.

Graffito de um prato arretino (zincogravura): 302.

Marcas figulinhas várias (sete zincogravuras): 302 e 303.

Estampa I (pág. 322-323):

Pondus (duas zincogravuras).

Urna arretina (fotogravura).

Estampa II (pp. 322-323):

Moeda de MUR (*tilis*) (zincogravura).

Dois vasos de barro (duas zincogravuras).

Bacia de bronze (uma fotogravura).

Dois enxadas (duas fotogravuras).

Pondus de barro (zincogravura).

Estampa III (pp. 322-323) :

Castelo de Loisal (fotogravura).

Estampa IV (pp. 322-323) :

Planta dêste (zincogravura).

Pondus em contôrno (zincogravura).

Estampa V (pp. 322-323) :

Fíbula romana (zincogravura).

Tijolo de quadrante (zincogravura).

Vaso de barro (fotogravura).

Lucerna (zincogravura).

Tijolo de quadrante (zincogravura).

Poculum de barro (fotogravura)

Cabecinha de bronze (fotogravura)

Pondus de barro (zincogravura).

Estampa VI (pp. 322-323) :

Campa cupiforme (zincogravura).

Pedra lavrada (zincogravura).

Estampa VII (pp. 322-323).

Lucerna com figura (zincogravura).

Lucerna de barro (zincogravura).

Tijela de barro (zincogravura).

Atramentarium metálico (zincogravura).

Estampa X (pp. 322-323) :

Ara com epítáfio (duas zincogravuras).

Estampa V (pp. 362-363) :

Tampa arciforme (zincogravura).

Estampa VI (pp. 362-363) :

Remate de ara (fotogravura).

Estampa VII (pp. 362-363) :

Rotunda romana (fotogravura)

Estampa VIII (pp. 362-363) :

Frontão de ara (zincogravura).

Contôrno de ânfora (zincogravura).

Estampa IX (pp. 362-363) :

Balaústre de ara (zincogravura).

Estampa I (pp. 398-399) :

Vaso de barro com mamilos (fotogravura).

Arqueologia medieval

Torre de Nuvões (fotogravura) : 13.

A mesma (fotogravura) : 13.

Torre da Pena (fotogravura) : 14.

Sepultura rupestre do Outeiro das Castanhas (fotogravura) : 20.

Lagar da Tapada dos Ambrães (fotogravura) : 21.

Sepulturas rupestres do Quintal da Venda (fotogravura) : 24.

Sepultura rupestre do Quintal da Venda (fotogravura) : 25.

Insulturas da Bouça da Venda (fotogravura) : 26.

Outras (fotogravura) : 29¹.

Corte de um silo (zincogravura) : 211.

Estampa X (pp. 322-323) :

Vaso de barro (zincogravura).

Estampa XI (pp. 322-323) :

Cunhal ou ombreira bisantina (duas zincogravuras).

Estampa V (pp. 362-363) :

Inscrição gótica (zincogravura).

Duas cabeceiras bifrontes (duas zincogravuras).

Lousa com sinais (zincogravura).

Cruz gravada (zincogravura).

Cabeceira de sepultura (zincogravura).

Estampa VI (pp. 362-363) :

Cemitério com cabeceira (fotogravura).

Epitáfio gótico (fotogravura).

Estampa VIII (pp. 362-363) :

Capitel românico (zincogravura).

Estampa III (p. 386-398) :

Brasão do condestável D. Pedro (fotogravura).

Numismática

Contos para contar (litogravura) : est. I (p. 46-47).

Outros (litogravura) : est. II (p. 46-47).

Sapecas (zincogravura) 3 figs. : 85.

Vintém-caricatura (zincogravura) 2 figs. : 86.

Vintém de D. Filipe I (zincogravura) : 89.

Dinar de Temim (2 fotogravuras) : 194.

Sinais das moedas de Al-Háquem II (zincogravura) : 199 e 200.

Medalhistica

Estampas de pp. 134-135

Três medalhas camonianas (fotogravura) est. I.

Duas medalhas camonianas (fotogravura) est. II.

Três medalhas camonianas (fotogravura) est. III.

Três medalhas camonianas (fotogravura) est. IV.

¹ Alistei estas verbas do Índice na *Arqueologia medieval*, sem pertender afirmar que principalmente a última date da meia-Edade, como seguramente datam as sepulturas rupestres e provavelmente o lagar e as gravuras da Bouça. Mas em área tam restrita, não quis estremar antigualhas da mesma espécie, duvidosas quanto à época.

- Três medalhas camonianas (fotogravura) est. v.
 Quatro medalhas camonianas (fotogravura) est. vi.
 Seis medalhas camonianas (fotogravura) est. vii.
 Três medalhas camonianas (fotogravura) est. viii.
 Três medalhas camonianas (fotogravura) est. ix.
 Três medalhas camonianas (fotogravura) est. x.
 Duas medalhas camonianas (fotogravura) est. xi.
 Medalha do Pôrto ao Príncipe Regente (fotogravura) est. ?

Arquitectura moderna

Estampa I (pp. 362-363):

- Pelourinho da Ericeira (três zincogravuras).
 Seis desenhos de chaminés (seis zincogravuras).
 Peixe gravado (zincogravura).
 Chaminé do campo de Coimbra (zincogravura).

Estampa II (pp. 362-363):

- Data gravada (zincogravura).
 Quatro janelas da Ericeira (quatro zincogravuras).
 Chaminé com ornato (zincogravura).
 Dois timpanos de portal (duas zincogravuras).

Estampa III e IV (pp. 362-363):

- Casas coloridas da Ericeira (cromolitografias).

Estampa V (pp. 362-363):

- Galilé de ermida rural (zincogravura).
 Casa de Açáfora (zincogravura).

Etnografia

- Faztudo dos pedreiros do Sul (zincogravura) : 178.
 Raspador e raspadeira (duas zincogravuras) : 179.

Estampa VI (pp. 362-363):

- Carro alentejano (zincogravura).

Estampa VIII (pp. 362-363).

- Descanso de ferro (zincogravura).

Estampa I (pág. 398-399) :

- Cunha de surrador (zincogravura).
 Caixa de fósforos de cortiça (fotogravura).

Estampa II (pp. 398-399) :

- Espada do sec. xviii (zincogravura).
 Cavalo de ferro (fotogravura).
 Contôrno de corna (zincogravura).
 Cardoa (zincogravura).
 Tecedor de madeira (zincogravura).
 Ferro-gôto (zincogravura).

Estampa III (pp. 398-399):

- Corna de chifre (zincogravura).
Agulheiro de madeira (zincogravura).
Furador de ilhos (zincogravura).

Diplomática

Sinal de tabelião do sec. xvi (zincogravura): 87.
Brasão papal (xilogravura): 87.

Estampa I (pp. 398-399):

- Carimbo monástico (zincogravura).

Antologia

Retrato do físico francês *Bouch* (litografia): 371.

LISTA
DAS
PESSOAS E ENTIDADES BENEMÉRITAS
DO
MUSEU ETNOLÓGICO PORTUGUÊS
1914

1.—Pessoas e entidades que ofereceram gratuitamente objectos

- José Horta Cano: 2.
Máximo de Aragão (Dr.): 86.
Fernando Barreiros (cap.): 89.
Joaquim Manuel Correia (Dr.): 145
Rafael de Castro (P.º): 191.
J. Zorrinho (Prof.): 192.
Florival Sanches de Miranda: 192.
Joaquim António Arnaud: 192.
José Eduardo Arnaud: 192.
José Homem da Costa: 192.
Joaquim Nunes: 192.
Manuel Aguincha: 192.
Josué Ribeiro: 192.
Conde de Castro Guimarães: 249.
Joaquim Vaz Monteiro: 249.
Carlos Marinho da Cruz: 264.
José da Costa Passos: 307.
C. Harris: 311.
Manuel Mateus (Dr.): 311.
Jorge Nunes: 312.
Oliveira Mota: 312.
Luís Alves Serrano: 312.
Pedro Baptista: 312.
Domingos Simões de Almeida: 312.
Jacinto Nunes (Dr.): 312
Júlio Palmeirim: 312.
José Vaz Pereira: 312.
Visconde de Ferreira do Alentejo: 314 e 370.
A. M. Freire de Andrade: 314.
Joaquim Gamito: 315.
Augusto Ernesto Teixeira de Aragão: 315 e 317.
Francisco Inácio da Costa Palma: 320.

- Manuel da Silva: 346.
 J. Bernardino e Silva: 355.
 Academia de Belas Artes: 369.
 Ministério das Obras Públicas: 369.
 Museu das Janelas Verdes: 369.
 Gustavo Ramos (Prof.): 369.
 Conselheiro Freire de Andrade: 369.
 Joaquim Fontes: 369.
 Pedro de Azevedo: 369.
 António de Mira Barros Fialho: 369.
 José Augusto Tavares: 370.
 Bernardo Roiz do Amaral: 370.
 Américo de Azevedo: 370.
 João C. de Castro: 370.
 Bernardino Barbosa (Prof.): 370.
 António José do Carmo Borges (Dr.): 370.
 António Pais: 370.
 Beato (Prof.): 370.
 Alfredo Raposo: 370.
 João Evangelista (servente do Museu Etnológico Português): 370.
 Carlos Moreira da Costa Pinto: 392.
 Cláudio Pais Rebêlo (Dr.): 393.
 Manuel Fernandes: 393.
 João Francisco Curvelo: 393.
 Ofélia Ravisco de Carvalho (D.): 398.
 Laurinda Ravisco de Carvalho (D.): 398.

**2.—Pessoas que interferiram na aquisição de objectos
ou prestaram auxílios**

- Ladislau Piçarra (Dr.): 2.
 Jaime Leite: 88.
 Joaquim Pedro Rebêlo Arnaud (Dr.): 189.
 Junta de Paróquia de S. Martinho de Sintra: 213.
 Nunes da Silva: 213.
 Ramalho Ortigão: 249.
 Manuel de Matos Silva (Dr.): 249.
 António L. da Cunha: 250.
 Fernando Barreiros: 296.
 Joaquim Correia Baptista: 300 e 307.
 Manuel Mateus: (Dr.) 300.
 António Pereira de Carvalho (Dr.): 314.
 A. A. Félix da Cruz (Dr.): 314.
 J. M. Durães: 314.
 Francisco António da Silva: 318.
 Jaime Oliveira Lôbo e Silva: 325.
 Porfírio Quintela (P.º): 341.
 A. Braancamp Freire: 365.
 Pedro de Azevedo: 365.

-
- Henrique Sena de Carvalho: 365.
Vasques de Mesquita: 389.
Lopes da Silva: 389.
Manuel do Monte: 389.
José Filipe Cardoso Lavareda: 392.
Luciano Mendes Dordio Namorado: 392.
Álvaro de Lemos: 392.
António de Sousa Calça e Pina: 392.
José de Matos Pessoa: 392.
Mariano José da Trindade Rosa: 392.
Alfredo Augusto Gomes de Almeida (Dr.): 392.
Francisco António Pereira: 392.
Francisco da Costa Simas: 392.
Joaquim Henriques: 392.
Justiniano José Rodrigues: 393.
José Francisco Bogalho: 393.
António Namorado Malacrias: 393.
António Soares Franco: 393.
Rev. Prior do Ervedal: 397.
António Pais: 397.
-

Errata dêste volume

Pág. 300, lin. 17, onde se lê «1905» leia-se «1904».

Pág. 307, lins. 21-22, onde se lê «diâmetro» leia-se «perímetro».